

Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

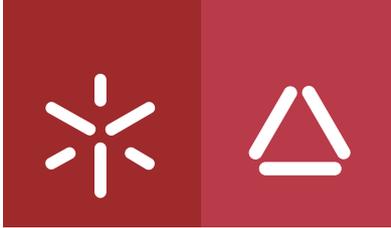
Vila Nova de Famalicão - de freguesia
rural a urbana (1620-1960)
Comportamentos demográficos e sociais

Odete Tavares Paiva Silva Leite

Odete Tavares Paiva Silva Leite

**Vila Nova de Famalicão - de freguesia
rural a urbana (1620-1960)
Comportamentos demográficos e sociais**





Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Odete Tavares Paiva Silva Leite

**Vila Nova de Famalicão - de freguesia
rural a urbana (1620-1960)
Comportamentos demográficos e sociais**

Tese de Doutoramento em História
Especialidade de Demografia Histórica

Trabalho realizado sob a orientação da
Professora Doutora Maria Norberta Amorim
e do
Professor Doutor José Viriato Capela

maio de 2013

DECLARAÇÃO

Nome Odete Tavares Paiva Silva Leite

Endereço eletrónico: paivaodetejb@gmail.com

Título da Tese: Vila Nova de Famalicão – de freguesia rural a urbana (1620-1960). Comportamentos demográficos e sociais.

Orientadoras: Professora Doutora Maria Norberta Amorim e Professor Doutor José Viriato Capela

Ano de conclusão: 2013

Doutoramento em História

Especialidade:

Demografia Histórica

1. É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA TESE APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ___/___/_____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Começamos por agradecer, em primeiro lugar, aos nossos orientadores científicos. À Senhora Professora Doutora Norberta Amorim, da Universidade do Minho, pela orientação sempre próxima, pelo seu conhecimento profundo na área e todo o apoio que nos prestou desde o início deste projeto: delineação, construção, revisão e versão final. A par do seu muito saber científico que generosamente partilhou, esteve a relação que soube construir, sendo sempre uma orientadora amiga, delicada e dedicada e nos momentos mais difíceis foi um pilar essencial no nosso percurso. A admiração que nos suscita está a par da muita estima e amizade que temos por ela. Ao Senhor Professor José Viriato Capela, da Universidade do Minho, agradecemos igualmente o acompanhamento deste trabalho. Foi um olhar sempre atento, de incentivo permanente, para além das suas sempre oportunas intervenções. Grande conhecedor da história de Vila Nova de Famalicão foi uma preciosa ajuda. Com ele foi-nos possível ver aspetos dessa diegese que nos conduziram a novas abordagens. Pudemos contar com o seu acompanhamento generoso e a sua presença amiga, incentivadora e impulsionadora, bem como com o seu vasto saber, dupla faceta que nos permitiu chegar ao fim deste percurso.

O nosso agradecimento é endereçado também a alguns organismos ou instituições, como a Universidade do Minho, através do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS), a Fundação para a Ciência e Tecnologia, a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e o Museu de Arte Sacra. O Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS), agora GHP-CITCEM da Universidade do Minho foi indispensável para que pudéssemos concretizar este trabalho, lá encontrámos da parte de todos a cooperação pedida, desde a colaboração inestimável da sua Coordenadora até ao auxílio precioso de Daniel Freitas e à sempre prestimosa Isabel Salgado. Através do protocolo que a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão celebrou com a Universidade do Minho pudemos contar temporariamente com a ajuda de uma tarefa que levantou parte dos dados dos registos paroquiais e os cruzou, tarefa depois concluída por nós, bem como revista e validada, a que acrescentámos o cruzamento com várias fontes que, para além de fiabilizarem os resultados, permitiram outras abordagens. A Fundação para a Ciência e Tecnologia viabilizou o projeto *Espaços urbanos: dinâmicas demográficas e sociais (séculos XVII-XX)* do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) da Universidade

do Minho e do Porto. FCT-PTDC/HIS-HIS/099228/2008, onde o nosso estudo se insere.

No Arquivo Distrital de Braga, encontrámos o tratamento facilitador à recolha de dados, contando com o profissionalismo e a simpatia de todos com os quais contactámos, diretor e funcionários. Um agradecimento muito especial à antiga diretora, Dra. Maria da Assunção Jácome de Vasconcelos, (em memória), pela cortesia, delicadeza de trato e disponibilização do acervo respeitante aos passaportes, na altura ainda não tratados arquivisticamente.

A consulta do *corpus* à guarda do Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão pôde contar com um conjunto de profissionais diligente e sempre célere a atender-nos, de que destacamos o Dr. António Pinto da Silva e o senhor Nuno Cardoso.

Os mapas que inserimos foram-nos cedidos pelo departamento de urbanismo da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, cuja gentileza nos apraz registar.

A Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco, em Vila Nova de Famalicão, nomeadamente o seu fundo local, foi um espaço onde encontrámos as componentes ideais para um investigador: espaço acolhedor, de afabilidade e eficiência. À sua diretora, Dra. Carla Araújo e ao Dr. Hilário Pereira e funcionária do fundo local, Dona Paula Costa, a nossa gratidão.

Ao Dr. Artur Sá da Costa, antigo diretor do Departamento de Educação e Cultura da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, uma referência especial pelo apoio incondicional a este projeto.

Os nossos agradecimentos a Monsenhor Fernandes, (em memória), antigo arcepreste de Famalicão, que nos abriu o acervo do Arquivo Paroquial. Aos párocos de várias freguesias do concelho que nos permitiram a consulta dos arquivos paroquiais, confiando em nós, e aqui especial referência ao homem de grande cultura, o padre Dr. Magalhães, com quem tivemos diálogos muito estimulantes.

Um registo de gratidão aos nossos amigos e colegas pela disponibilidade, espírito de colaboração, incentivo e presença constante. Aqui, destaque para a amiga Cândida Madureira, pela sua sensibilidade e espírito fraterno.

À nossa família, destacando as nossas filhas, sempre generosas, atentas e incondicionais companheiras, aos nossos pais, (em memória), onde encontramos sempre a harmonia, o exemplo e a vontade de prosseguir. Ao Guilherme, à Beatriz e à Mafalda, pela ternura dos seus anos. Ao Miguel pelo entusiasmo e incentivo e ao Pedro pela sua escuta atenta. À Isilda, pela sua dedicação e companheirismo.

RESUMO

Tirando partido das potencialidades das fontes paroquiais constituídas pelos assentos de batizados, casamentos e óbitos valorizadas pela demografia histórica, organizando-as de molde a extrair delas os dados estatísticos referentes às diversas variáveis demográficas e aplicando o método de *reconstituição de paróquias*, que tem sobre o *método de Fleury-Henry* a faculdade de, além de reconstituir famílias, seguir os indivíduos em cadeia genealógica fizemos o levantamento, organização e exploração dos termos dos registos vitais do território correspondente à atual cidade de Vila Nova de Famalicão, desde 1620 a 1960.

A reconstituição das paróquias de Santa Maria Madalena e Santo Adrião de Vila Nova de Famalicão fundidas, mais tarde, com a designação de paróquia de Santo Adrião, permite, com o recurso a fontes e abordagem metodológica aplicadas até agora, em maior número, a células territoriais rurais, conhecer o trajeto populacional na sua vertente demográfica e ter uma visão aproximada da sociedade famalicense, marcado pela especificidade da sua localização privilegiada, como nó viário importante, nomeadamente entre o Porto e Braga e pela sua passagem a sede do concelho em 1835 e a vila em 1841.

Os dados advindos dos termos dos atos vitais, organizados, tratados e analisados de acordo com a metodologia em epígrafe, foram cruzados com outras fontes eclesiásticas e civis, o que se traduziu num conhecimento mais próximo e expressivo da população em análise, configurado não só no desenho dado pelas variáveis demográficas, como também nas análises diferenciais, em que é possível fazer emergir a vertente social, *sc.*: atividades ocupacionais, condição e diferenciação social, marcas de pobreza, assistência de franjas populacionais como escravos e mendigos, presença de forasteiros (nacionais e estrangeiros), uns como viajantes e outros que se fixaram, alguns constituindo família, dados estes que permitiram um maior conhecimento e inteligibilidade das dinâmicas populacionais, em muito longa duração e a apreensão de continuidades e transformações.

Palavras chave - Vila Nova de Famalicão:1620-1960, Minho, demografia, sociedade.

ABSTRACT

An assessment, organization and examination of the minutes of the vital records of the actual city of Vila Nova de Famalicão, from 1620 to 1960, were carried out based on the potentials of the parochial resources made of baptism, marriage and death certificates valued by the historical demography. These resources were organized to produce statistical data related with the various demographic variables by applying the method of *parish reconstitution* which, under *the Fleury-Henry method*, offers the means to reconstitute families and to follow individuals in a genealogic sequence of the territory corresponding to the actual city of Vila Nova de Famalicão.

With the use of resources and the methodological approach applied to a larger number of rural territorial nuclei, the reconstitution of the parishes of Santa Maria Madalena e Santo Adrião de Vila Nova de Famalicão, which merged later as the parish of Santo Adrião, allowed to know the population path on its demographic dimension and to have an approximate sense of the famalicense society, characterized by the specificity of its privileged localization as the important road connection between Porto and Braga, to head of municipality in 1835 and appointed to town, during the liberal period (1841).

The data captured from the minutes of the vital records, organized, studied and analyzed in accordance to the abovementioned methodology, was cross-referenced with other ecclesiastic and civil resources, which allowed for a closer and more expressive knowledge of the population in question. This knowledge was built upon the graphics of the demographic variables, as well as the differential analysis, bringing out the social dimension, *sc.*: occupational activities, social condition and discrimination, criteria for poverty, assistance to sectors of the population as slaves and beggars, presence of outsiders (national and foreigners), some as travelers and others who established themselves, some creating a family. This data allowed a better understanding and intelligibility of the population dynamics, along a longer period, and the perception of continuities and transformations.

Palavras chave - Vila Nova de Famalicão:1620-1960, Minho, demography, society.

Índice

AGRADECIMENTOS _____	iii
RESUMO _____	v
Abreviaturas _____	xxii
INTRODUÇÃO _____	23
1. FONTES E METODOLOGIA _____	29
1.1 As Fontes _____	29
1.1.1 Os Registos paroquiais _____	30
1.2 Fontes para o estudo da mobilidade _____	32
1.2.1 Os livros de registo de guias para pedir passaporte, os livros de reconhecimento e abonação de identidade e os processos de pedido de passaporte _____	32
1.3 Metodologia _____	33
2. VILA NOVA DE FAMALICÃO: CICLOS DA SUA DIEGESE _____	37
2.1 O Topónimo de Vila Nova de Famalicão _____	41
2.2 Aproximação à geografia espacial _____	43
2.3 Um quadro da freguesia: algumas marcas de diferenciação - séculos XVII a XIX _____	44
2.3.1 Aproximação à estratificação social entre 1620 e 1899 _____	44
2.4 Minorias na sociedade famalicense de Seiscentos a meados de Oitocentos: escravos, criados e amas de leite _____	50
2.4.1 Escravos _____	50
2.4.1.1 O caso de Famalicão _____	52
2.4.2 Criados _____	58
2.4.3 Amas de expostos _____	60
2.5 Património fundiário _____	64
2.5.1 Quinta do Salgueiro _____	66
2.5.2 Quinta da Eira _____	67
2.5.3 Quinta do Paço _____	70
2.5.4 Quinta do Vinhal _____	73
2.6 Aspetos globais da demografia de Vila Nova de Famalicão _____	76
2.6.1 Evolução global dos nascimentos: 1620-1960 _____	76
2.6.2 Evolução global dos casamentos: 1620-1960 _____	78
2.6.3 Evolução global dos óbitos: 1620-1960 _____	79
2.6.4 Comparação entre a evolução dos nascimentos e dos óbitos _____	81

2.6.5	Quantitativos populacionais século XVII-XX _____	82
3.	NUPCIALIDADE _____	85
3.1	Sazonalidade dos casamentos _____	86
3.1.1	Distribuição mensal dos casamentos _____	88
3.1.2	Distribuição semanal dos casamentos _____	90
3.2	Idade média ao primeiro casamento _____	91
3.2.1	Repartição por grupos de idade ao primeiro casamento _____	95
3.3	Idades combinadas dos nubentes _____	97
3.4	Estado civil anterior dos nubentes _____	98
3.5	Viuvez e ulterior casamento _____	101
3.5.1	Idade média ao novo casamento _____	103
3.6	Celibato definitivo _____	105
3.7	Origem geográfica dos cônjuges _____	107
3.8	Grupos sociais e idade média ao primeiro casamento _____	109
4.	FECUNDIDADE _____	123
4.1	Distribuição mensal dos nascimentos _____	123
4.2	Repartição dos nascimentos segundo os géneros _____	125
4.3	Fecundidade legítima _____	125
4.3.1	Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades e descendência teórica _____	125
4.3.2	Idade média da mãe ao nascimento do último filho _____	129
4.3.3	Influência da idade ao casamento na fecundidade legítima _____	132
4.3.4	Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo a idade ao casamento _____	135
4.3.5	Ausência de filhos segundo a idade ao casamento _____	136
4.3.6	Taxas de fecundidade legítima por gerações femininas _____	139
4.3.7	Espaçamentos dos nascimentos _____	140
4.3.7.1	Intervalo protogenésico _____	140
4.3.7.2	Intervalos intergenésicos _____	155
4.3.8	Número de filhos por união _____	161
4.3.9	Duração das uniões _____	166
4.3.10	Descendência matrimonial e duração das uniões – análise comparativa_	167
4.3.11	Fecundidade diferencial _____	169
4.4	Fecundidade ilegítima _____	171

4.4.1	Conceções pré-nupciais _____	172
4.4.1.1	Conceções pré-nupciais segundo a idade da mulher ao casamento ____	174
4.4.2	Filiação natural _____	177
4.4.2.1	Taxas de ilegitimidade _____	178
4.4.2.2	Ilegítimos e enjeitados _____	181
4.4.2.3	Distribuição das famílias ilegítimas segundo o número de filhos ____	181
4.4.2.4	Número médio de filhos ilegítimos por família _____	182
4.4.2.5	Idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho ilegítimo ____	183
4.4.2.6	Idade média das mães solteiras ao nascimento do primeiro filho ____	184
4.4.2.7	Identificação dos pais dos filhos ilegítimos _____	184
4.4.2.8	Naturalidade das mães dos filhos ilegítimos _____	187
4.4.2.9	Estado civil das mães dos filhos ilegítimos _____	188
4.4.2.10	Profissão das mães dos filhos ilegítimos _____	189
4.4.2.11	Casamento posterior das mães dos filhos ilegítimos _____	190
4.4.2.12	Propensão para a bastardia _____	191
4.4.2.13	Outros contextos de ilegitimidade _____	193
5.	EXPOSIÇÃO DE CRIANÇAS _____	203
5.1	Enquadramento legislativo _____	204
5.2	Os expostos em Vila Nova de Famalicão _____	206
5.2.1	Uma visão diacrónica da exposição em Vila Nova de Famalicão _____	208
5.2.2	Percentagem de expostos em relação ao total de crianças registadas ____	209
5.3	A Roda de Vila Nova de Famalicão _____	210
5.3.1	Estrutura humana da Roda de Vila Nova de Famalicão _____	213
5.4	Sazonalidade da exposição _____	215
5.5	Repartição dos expostos segundo os géneros e índice de masculinidade ____	216
5.6	Filhos expostos de pais conhecidos _____	216
6.	MOBILIDADE _____	221
6.1	Prolegómeno _____	221
6.2	Fontes e metodologia _____	228
6.3	Estudos de caso _____	231
6.4	Emigração legal dos famalicenses entre 1867 e 1914 _____	236
6.5	Dados quantitativos da emigração legal da Vila de Famalicão e do concelho	248
6.5.1	Cartas de ordem _____	253
6.5.2	Relação de género dos emigrantes _____	254

6.5.3 Estado civil dos emigrantes _____	255
6.5.4 Emigração com passaporte coletivo: relação de género e estado civil ____	256
6.5.5 Aproximação à literacia dos requerentes à emigração _____	257
6.5.6 Emigração por sectores de atividade _____	258
6.5.7 Destinos de emigração no Brasil _____	259
6.5.8 Outros destinos de migração _____	263
6.5.9 Idade dos emigrantes _____	264
6.5.9.1 Idade média à presumível primeira ausência _____	264
6.5.10 Posição do emigrante masculino e solteiro na família _____	265
6.5.11 Orfandade e emigração _____	265
6.5.12 Profissão dos pais dos emigrantes solteiros _____	266
6.6 Reemigração _____	267
6.7 Emigração e aproximação ao retorno _____	269
7. MORTALIDADE _____	275
7.1 Mortalidade – observação difícil _____	276
7.1.1 Sazonalidade ao óbito _____	277
7.1.1.1 Sazonalidade ao óbito dos menores de um ano: 1820-1960 _____	278
7.1.1.2 Sazonalidade ao óbito de menores de sete anos: 1820-1960 _____	279
7.1.1.3 Sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos _____	280
7.1.2 Mortalidade excepcional _____	282
7.1.2.1 Mortalidade de crise dos maiores de sete anos _____	282
7.1.2.2 Sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos em anos de crise ____	287
7.1.3 Mortalidade infantil e infanto-juvenil _____	290
7.1.3.1 Mortalidade infantil _____	291
7.1.3.2 Mortalidade infanto-juvenil _____	293
7.1.4 Mortalidade geral e esperança de vida _____	294
7.1.4.1 Esperança de vida das gerações nascidas de 1822 a 1860 _____	295
7.1.4.4 Esperança de vida dos indivíduos com mais de 25 anos casados ____	296
7.1.5 Mortalidade segundo os géneros _____	300
7.1.6 Aproximação às causas de morte _____	300
7.1.7 Assistência na doença _____	304
7.1.8 Atitudes perante a morte e marcas de desigualdade _____	305
7.1.9 Enterramentos e sua cartografia _____	306
7.1.10 Outras marcas de diferenciação social _____	308

7.1.11 A sociedade famalicense entre o século XVII e o XIX através dos registos de óbitos _____	309
CONCLUSÃO _____	315
8. <i>CORPUS</i> DOCUMENTAL E ANEXOS _____	331
9. FONTES, BIBLIOGRAFIA E SITOGRAFIA _____	373
9.1 Fontes manuscritas _____	373
9.2 Fontes impressas _____	379
9.3 Fontes manuscritas e impressas _____	381
9.4 Bibliografia _____	382

Índice de Quadros

Quadro nº1 Limites cronológicos dos registos paroquiais	30
Quadro nº2 Atividades profissionais predominantes em Seiscentos.....	45
Quadro nº3 Atividades artesanais em Seiscentos	45
Quadro nº4 Atividades comerciais em Seiscentos	45
Quadro nº5 Atividade agrícola em Seiscentos	45
Quadro nº 6 Outras atividades em Seiscentos	45
Quadro nº7 Grupos sociais em 1776	46
Quadro nº 8 Aproximação à estratificação social: 1809-1810	47
Quadro nº9 Atividades artesanais em 1869	48
Quadro nº10 Atividades comerciais e transportes em 1869	48
Quadro nº11 Atividade agrícola em 1869	48
Quadro nº12 Outras atividades em 1869	48
Quadro nº 13 Grupos sociais segundo as diferentes contribuições ao Estado em 1869 .	49
Quadro nº 14 Batismos de escravos em Seiscentos.....	52
Quadro nº 15 Batismos de escravos em Setecentos	53
Quadro nº16 Óbitos de escravos em Oitocentos	54
Quadro nº 17 Quantitativos populacionais:1531-1960.....	82
Quadro nº 18 Sazonalidade dos casamentos: 1620-1960	88
Quadro nº 19 Distribuição semanal dos casamentos: 1620-1960 (Nº Abs. e %)	90
Quadro nº 20 Idade média ao primeiro casamento: 1670-1960 (observação transversal)	92
Quadro nº 21 Idade média ao primeiro casamento (observação transversal): comparação com paróquias do concelho	93
Quadro nº 22 Idade média ao primeiro casamento (observação transversal): comparação com paróquias de Portugal continental.....	94
Quadro nº 23 Repartição por grupos de idades ao primeiro casamento: 1670-1960 (Nº Abs. e %)	96
Quadro nº 24 Idades combinadas dos nubentes: 1670-1960 (N.º Abs. e %).....	97
Quadro nº 25 Diferença de idades entre os nubentes ao primeiro casamento: 1670-1960	98
Quadro nº 26 Distribuição dos contraentes segundo o estado civil: 1620-1960	98
Quadro nº 27 Casamento de viúvos: comparação com paróquias de Portugal continental	100

Quadro nº 28 Viuvez segundo o género e viuvez e ulterior casamento: 1670-1960....	101
Quadro nº 29 Idade à viuvez e recasamento: 1670-1960	102
Quadro nº 30 Idade média ao novo casamento: 1670-1960 (observação transversal) .	103
Quadro nº 31 Idade média ao novo casamento em Santiago de Antas: 1581-1909	103
Quadro nº 32 Intervalo entre a viuvez e o ulterior casamento: 1620-1960	104
Quadro nº 33 Celibato definitivo: 1852-1960 (observação transversal)	106
Quadro nº 34 Celibato definitivo: comparação com paróquias de Portugal continental	106
Quadro nº 35 Naturalidade combinada dos nubentes: 1620-1960 (Nº. Abs. e %)	108
Quadro nº 36 Idade média ao primeiro casamento dos filhos de possidentes: 1670-1960	109
Quadro nº 37 Idade média ao primeiro casamento dos filhos de não possidentes: 1670-1960	109
Quadro nº 38 Repartição mensal dos nascimentos/conceções: 1620-1960 (Nº. Abs.)	124
Quadro nº 39 Repartição dos nascimentos segundo os géneros e relação de masculinidade (R.M.): 1620-1960.....	125
Quadro nº 40 Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade e descendência teórica (DT): 1620-1960 Idades da mulher (20-49) (Mil mulheres)	126
Quadro nº 41 Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade e descendência teórica (DT): comparação com paróquias de Portugal continental Idades da mulher (20-49) (Mil mulheres)	127
Quadro nº 42 Idade média da mãe ao nascimento do último filho: 1620-1960	129
Quadro nº 43 Idade média da mãe ao nascimento do último filho: comparação com paróquias de Portugal continental.....	130
Quadro nº 44 Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento: 1620-1790 (Mil mulheres)	132
Quadro nº 45 Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento: 1822-1889 (Mil mulheres)	133
Quadro nº 46 Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento: 1890-1929 (Mil mulheres)	134
Quadro nº 47 Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento: 1930-1960 (Mil mulheres)	134
Quadro nº 48 Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo a idade ao casamento em famílias completas: 1620-1960.....	136

Quadro nº 49 Ausência de filhos segundo a idade ao casamento: 1620-1790	137
Quadro nº 50 Ausência de filhos segundo a idade ao casamento: 1822-1889	137
Quadro nº 51 Ausência de filhos segundo a idade ao casamento: 1890-1929	138
Quadro nº 52 Ausência de filhos segundo a idade ao casamento: 1930-1960	138
Quadro nº 53 Taxas de fecundidade legítima por gerações femininas:1620-1929 (Mil mulheres).....	139
Quadro nº 54 Intervalo protogenésico: 1620-1790 N° abs e %	141
Quadro nº 55 Intervalo protogenésico: 1822-1889 N° abs. e %	143
Quadro nº 56 Intervalo protogenésico: 1890-1929 N° Abs e %	145
Quadro nº 57 Intervalo protogenésico: 1930-1960 N° Abs e %	147
Quadro nº 58 Intervalo protogenésico inferior a um ano: 1620-1790.....	151
Quadro nº 59 Intervalo protogenésico inferior a um ano: 1822-1889.....	152
Quadro nº 60 Intervalo protogenésico inferior a um ano: 1890-1929.....	152
Quadro nº 61 Intervalo protogenésico inferior a um ano: 1930-1960	153
Quadro nº 62 Intervalo protogenésico médio em meses: 1620-1960.....	154
Quadro nº 63 Intervalo protogenésico médio em meses: comparação com paróquias de Portugal continental.....	154
Quadro nº 64 Primeiro intervalo intergenésico médio	156
Quadro nº 65 Primeiro intervalo intergenésico médio: comparação com paróquias de Portugal continental.....	157
Quadro nº 66 Intervalos intergenésicos médios sucessivos em famílias numerosas: 1620-1960.....	158
Quadro nº 67 Repartição das famílias segundo o número de filhos: 1620-1960 (N° Abs. e %)......	162
Quadro nº 68 Repartição das famílias completas segundo o número de filhos (N° Abs. e %)	163
Quadro nº 69 Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos: 1620-1960 (Grupos de idades da mulher ao casamento).....	164
Quadro nº 70 Duração das uniões: 1620-1960	166
Quadro nº 71 Descendência matrimonial e duração das uniões: comparação com paróquias de Portugal continental.....	167
Quadro nº 72 Fecundidade diferencial – Taxas por grupos de idade e descendência teórica (1620 -1929)	169
Quadro nº 73 Intervalo protogenésico inferior a 8 meses:1620-1960	173

Quadro nº 74 Conceções pré-nupciais segundo a idade da mulher ao casamento: 1620-1960	174
Quadro nº 75 Intervalos protogenésicos inferiores a 8 meses: comparação com paróquias de Portugal continental.....	175
Quadro nº 76 Nascimentos ilegítimos: 1620-1960 (% em relação ao total de nascimentos).....	179
Quadro nº 77 Taxas de ilegitimidade: comparação com paróquias de Portugal continental	180
Quadro nº 78 Ilegítimos (I) e enjeitados (E).....	181
Quadro nº 79 Distribuição das famílias ilegítimas segundo o número de filhos: 1620-1960	182
Quadro nº 80 Número médio de filhos ilegítimos por família: 1620-1960.....	183
Quadro nº 81 Distribuição por grupos de idades ao nascimento do primeiro filho ilegítimo: 1620-1960	183
Quadro nº 82 Naturalidade das mães dos filhos ilegítimos: 1620-1790.....	187
Quadro nº 83 Naturalidade das mães dos filhos ilegítimos: 1822-1889.....	187
Quadro nº 84 Naturalidade das mães dos filhos ilegítimos: 1890-1929.....	187
Quadro nº 85 Naturalidade das mães dos filhos ilegítimos: 1930-1960.....	188
Quadro nº 86 Ilegítimos (I) e enjeitados (E).....	208
Quadro nº 87 Enjeitados e ilegítimos (EI): 1620-1899 (% em relação ao total de nascimentos LEI).....	209
Quadro nº 88 Albergueiros da Casa da Roda: 1786-1860.....	213
Quadro nº 89 Emigração legal de todo o concelho para o Brasil: 1867-1914.....	249
Quadro nº 90 Emigração legal da sede concelhia para o Brasil: 1867-1914.....	250
Quadro nº 91 Emigração legal com passaporte coletivo de todo o concelho para o Brasil: 1867-1914 (composição)	251
Quadro nº 92 Emigração legal com passaporte coletivo da sede concelhia para o Brasil: 1867-1914 (composição).....	252
Quadro nº 93 Emigração legal com passaporte coletivo de todo o concelho para o Brasil: 1891-1914 (<1 ano-13 anos).....	252
Quadro nº 94 Emigração legal com passaporte coletivo da sede concelhia para o Brasil: 1891-1914.....	253
Quadro nº 95 Emigração legal do concelho: 1890-1914 (Cartas de ordem)	253
Quadro nº 96 Emigração legal individual de todo o concelho por género: 1867-1914	254

Quadro nº 97 Emigração legal individual da sede concelhia por género: 1867-1914..	255
Quadro nº 98 Emigração legal individual de todo o concelho por estado civil: 1867-1914	255
Quadro nº 99 Emigração com passaporte individual da sede concelhia por estado civil: 1867-1914.....	256
Quadro nº 100 Emigração com passaporte coletivo da sede concelhia (relação de género e estado civil): 1867-1914	257
Quadro nº 101 Alfabetização dos requerentes de passaporte individual e coletivo de todo o concelho: 1885-1914	257
Quadro nº 102 Alfabetização dos requerentes de passaporte individual e coletivo da sede concelhia: 1885-1914	258
Quadro nº 103 Repartição dos emigrantes com passaporte individual e coletivo do concelho para o Brasil segundo os sectores de atividade: 1885-1914.....	258
Quadro nº 104 Repartição dos emigrantes com passaporte individual e coletivo da sede concelhia segundo os sectores de atividade: 1885-1914	259
Quadro nº 105 Destinos dos emigrantes de todo o concelho com passaporte individual: 1867-1914.....	260
Quadro nº 106 Destinos dos emigrantes de todo o concelho com passaporte coletivo: 1867-1914.....	261
Quadro nº 107 Destinos dos emigrantes da sede concelhia com passaporte individual:1867-1914	262
Quadro nº 108 Destinos dos emigrantes da sede concelhia com passaporte coletivo: 1867-1914.....	262
Quadro nº 109 Migração externa individual de todo o concelho para outros destinos: 1891-1914.....	263
Quadro nº 110 Idade média do emigrante da sede concelhia à presumível primeira ausência: 1867-1914	264
Quadro nº 111 Posição do emigrante masculino e solteiro na família oriundo da sede concelhia: 1867-1914	265
Quadro nº 112 Repartição dos emigrantes solteiros da sede concelhia segundo a profissão dos pais: 1867-1914	266
Quadro nº 113 Sazonalidade ao óbito dos menores de 1 ano: 1820-1960	278
Quadro nº 114 Sazonalidade ao óbito dos menores de sete anos: 1820-1960.....	279
Quadro nº 115 Sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos: 1620-1960.....	281

Quadro nº 116 Permilagem dos óbitos dos menores de 1 ano: 1822-1960	291
Quadro nº 117 Permilagem dos óbitos dos menores de 1 ano: comparação com paróquias de Portugal continental.....	291
Quadro nº 118 Permilagem dos óbitos dos menores de 1 ano: comparação com alguns países europeus.....	292
Quadro nº 119 Permilagem dos óbitos de menores de 7 anos: 1822-1960	293
Quadro nº 120 Mortalidade infanto-juvenil: comparação com paróquias de Portugal continental	293
Quadro nº 121 Esperança de vida das gerações nascidas entre 1822 e 1860	295
Quadro nº 122 Esperança de vida dos indivíduos com mais de 25 anos casados das gerações nascidas entre 1620 e 1759.....	297
Quadro nº 123 Esperança de vida dos indivíduos com mais de 25 casados das gerações nascidas entre 1760 e 1859.....	298
Quadro nº 124 Esperança de vida de indivíduos com mais de 25 anos casados: comparação com paróquias de Portugal continental	299
Quadro nº 125 Relação de masculinidade ao óbito: 1620-1960.....	300
Quadro nº 126 Tipos de mortalha: 1730-1811	310

Índice de Gráficos

Gráfico nº 1 Movimento de batizados entre 1620 e 1960 (médias móveis de 9 anos)... 77	77
Gráfico nº 2 Movimento de casamentos entre 1620 e 1960 (médias móveis de 9 anos) 78	78
Gráfico nº 3 Movimento de óbitos entre 1620 e 1960 (médias móveis de 9 anos)..... 79	79
Gráfico nº 4 Movimento de óbitos: 1620-1960	80
Gráfico nº 5 Movimento de nascimentos e óbitos:1620-1960	81
Gráfico nº 6 Sazonalidade dos casamentos: 1620-1960.....	88
Gráfico nº 7 Distribuição semanal dos casamentos: 1620-1960	90
Gráfico nº 8 Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade e descendência teórica (DT) de 1620 a 1960 Idades da mulher (20-49) (Mil mulheres).....	126
Gráfico nº 9 Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento: 1620-1790 (Mil mulheres).....	132
Gráfico nº 10 Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento: 1822-1889 (Mil mulheres).....	133
Gráfico nº 11 Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento: 1890-1929 (Mil mulheres).....	134

Gráfico nº 12 Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento: 1930-1960 (Mil mulheres).....	135
Gráfico nº 13 Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo a idade ao casamento em famílias completas: 1620-1960.....	136
Gráfico nº 14 Taxas de fecundidade legítima por gerações femininas: 1620-1929 (Mil mulheres).....	140
Gráfico nº 15 Intervalo protogenésico: 1620-1790	142
Gráfico nº 16 Intervalo protogenésico: 1822-1889	144
Gráfico nº 17 Intervalo protogenésico: 1890-1929	146
Gráfico nº 18 Intervalo protogenésico: 1930-1960	148
Gráfico nº 19 Intervalo protogenésico por grupos de idades: 1620-1790	149
Gráfico nº 20 Intervalo protogenésico por grupos de idades: 1822-1889	149
Gráfico nº 21 Intervalo protogenésico por grupos de idades: 1890-1929	150
Gráfico nº 22 Intervalo protogenésico por grupos de idades: 1930-1960	151
Gráfico nº 23 Ilegítimos (I) e enjeitados (E): 1620-1899	209
Gráfico nº 24 Ilegítimos (I), ilegítimos + enjeitados (IE) e enjeitados: 1620-1899	209
Gráfico nº 25 Nascimentos legítimos e ilegítimos (NLI) ilegítimos (NI), enjeitados (NE): 1620-1899.....	212
Gráfico nº 26 Repartição dos emigrantes solteiros da sede concelhia segundo a profissão dos pais: 1867-1914.....	267
Gráfico nº 27 Sazonalidade ao óbito de menores de 1 ano: 1820-1960	278
Gráfico nº 28 Sazonalidade ao óbito de menores de sete anos: 1820-1960	280
Gráfico nº 29 Sazonalidade ao óbito de maiores de sete anos: 1620-1960	281
Gráfico nº 30 Crises de mortalidade: 1620-1960 (método Livi Bacci/Del Panta)	283
Gráfico nº 31 Esperança de vida das gerações nascidas entre 1822 e 1860.....	295
Gráfico nº 32 Esperança de vida dos indivíduos com mais de 25 casados das gerações nascidas entre 1620 e 1759.....	297
Gráfico nº 33 Esperança de vida dos indivíduos com mais de 25 casados das gerações nascidas entre 1760 e 1859.....	298

Índice de Mapas

Mapa nº 1 Atuais freguesias do concelho de Vila Nova de Famalicão.....	37
Mapa nº 2 Lugares atuais da freguesia de Vila Nova de Famalicão	43

Índice de Figuras

Figura nº 1 Campo Mouzinho de Albuquerque ano de 1912	27
Figura nº 2 A Praça da Mota atual Praça 9 de abril em 1912.....	35
Figura nº 3 Vila Nova de Famalicão – Casa do Vinhal.....	73
Figura nº 4 Rua Alves Roçadas vendo-se a capela de Santo António em 1929.....	83
Figura nº 5 Feira de Vila Nova de Famalicão em 1912.....	121
Figura nº 6 Rua Direita numa vista de Sul para Norte em 1929.....	201
Figura nº 7 Estação do caminho de ferro em 1912.....	219
Figura nº 8 O Hospital da Misericórdia e o Largo Tinoco de Sousa em 1912.....	273
Figura nº 9 Arruamento Norte da Praça D. Maria II cerca de 1907	313
Figura nº 10 Rua 5 de Outubro em 1912	329
Figura nº 11 Rua Adriano Pinto Basto em frente aos Paços do Concelho em 1929	371

Índice de documentos

Documento nº 1 Carta de Joaquim de Sousa Ferreira, irmão de Lino José de Sousa Ferreira antes de partir para o Brasil escrita em Vila Nova de Famalicão a 24 de novembro de 1845	332
Documento nº 2 Carta do cônsul geral da República do Perú em Lisboa dirigida a Lino José de Sousa Ferreira, em 14 de janeiro de 1890.....	334
Documento nº 3 A saga de um emigrante “brasileiro” do concelho de Vila Nova de Famalicão	335
Documento nº 4 Participação às autoridades de um assalto à bolsa do correio de Vila Nova de Famalicão, em 26 de abril de 1836 pelo administrador José Joaquim de Sousa Ferreira	337

Índice de anexos

Anexo nº 1 Responsáveis redatoriais de Santo Adrião e Santa Maria Madalena de Vila Nova de Famalicão: 1620-1960.....	331
Anexo nº 2 Escravos ao serviço de famalicenses: 1696-1808.....	341
Anexo nº 3 Criados ao serviço da famalicenses: 1661-1859.....	343
Anexo nº 4 Amas residentes em Famalicão: 1780 -1870	347
Anexo nº 5 Estrangeiros falecidos em Famalicão: 1663-1867	349
Anexo nº 6 Óbitos dos filhos de galegos residentes em Vila Nova de Famalicão: 1867-1874	352
Anexo nº 7 Legados pios e/ou profanos de famalicenses: 1629-1850	353

Abreviaturas

A.D.B. – Arquivo Distrital de Braga

A.M.B. – Arquivo Municipal de Barcelos

A.M.V.N.F. – Arquivo Municipal de Vila Nova de Famalicão

A.N.T.T. – Arquivo Nacional da Torre do Tombo

A.P. V.N.F. – Arquivo Paroquial de Vila Nova de Famalicão

B.C.C.B. V.N.F. F.L. – Biblioteca Camilo Castelo Branco de Vila Nova de Famalicão –
Fundo Local

C – Casado(a)

G.C.B. – Governo Civil de Braga

M.A.S. V.N.F. – Museu de Arte Sacra de Vila Nova de Famalicão

N. Abs. – Número Absoluto

Nat. - Naturalidade

NR – Não refere

Obs. – Observações

P.G.R.A.I.A.C.VNF – Pedidos de guia e reconhecimento e abonação da identidade de
emigrantes do Arquivo Concelhio de VNF

R.P.P.GCB – Registo de pedidos de passaportes do Governo Civil de Braga

Res. – Residência

Rio – Rio de Janeiro

S – Solteiro (a)

V – Viúvo (a)

V.N.F. – Vila Nova de Famalicão

INTRODUÇÃO

Nos séculos XX e XXI a produção historiográfica sobre Vila Nova de Famalicão foi assinalável, por comparação com os períodos anteriores, de que destacamos a *História de Vila Nova de Famalicão* coordenada por José Viriato Capela e editada em 2005. Contudo, nenhum estudo se debruçou sobre os comportamentos demográficos da população, circunscrevendo-se aos dados dos numeramentos, dos censos, de listas produzidas pela igreja, ou dos quantitativos fornecidos pelas Memórias Paroquiais¹. O nosso estudo pretende preencher tal lacuna e tem como escopo conhecer os comportamentos demográficos da paróquia de Famalicão e enquadrá-los na matriz social, dando-lhes maior inteligibilidade e contextualização, para um largo período que abrange o pré-estatístico e o estatístico (1620-1960).

Os dados divulgados sobre quantitativos populacionais para o período pré-estatístico enfermam de validade, apresentando-se para períodos similares numericamente diversos. Por outro lado, os elementos censitários de *per si*, pese embora o seu valor intrínseco e potencialidades, quando cruzados com outras fontes, estão longe de nos dar indicadores de dinâmicas demográficas e elementos de história social como os presentes nos assentos dos atos vitais. E se cruzarmos estes com e outras fontes passíveis de melhor e mais contextualizado enquadramento sócio demográfico, o resultado será uma diegese muito mais próxima do quotidiano das gentes.

Graças ao progresso da Demografia Histórica a partir dos anos cinquenta do século passado e o correlato apuramento de métodos e técnicas, plasmado num espetro assinalável de estudos monográficos publicados desde então, foi possível conhecer melhor as populações do passado e estabelecer padrões de comportamentos demográficos, se bem que com coberturas espaço-temporais não uniformes. O clássico estudo de Flinn (1981) sobre o sistema demográfico europeu não cobre todos os países deste continente e dá-nos também dados desiguais a nível de períodos tratados. Desde essa publicação até agora, que não inclui elementos para Portugal, tem sido significativa a produção de trabalhos desta área na Europa, incluindo em Portugal, como os estudos elaborados no âmbito de mestrados e doutoramentos de várias universidades, entre elas

¹ O panorama das freguesias rurais do atual concelho é diverso. Norberta Amorim (1995a) estudou os comportamentos demográficos em longa duração de Ruivães. Existem ainda disponíveis duas dissertações de mestrado defendidas na Universidade do Minho, uma sobre os comportamentos demográficos de Santiago de Antas e outra de Santiago de Mouquim e uma dissertação igualmente de mestrado e defendida na mesma Universidade que além de analisar os comportamentos demográficos faz também uma análise social da comunidade de Avidos, situada no concelho famalicense, publicada pelo NEPS em parceria com a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. Cf. (Ventura, 2000), (Juncal 2004) e (Paiva, 2001). Karine Wall, ainda que numa perspetiva sociológica, estudou a evolução demográfica e mudanças nas estruturas da família contemporânea, em duas freguesias do concelho de Famalicão. Ver da autora *Famílias no campo. Passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho*. Lisboa, D. Quixote, Coleção Portugal de Perto, 1998.

a do Minho, e trabalhos produzidos no seio de vários centros de investigação ligados a estas instituições.

Para várias regiões de Portugal, incluindo o Minho, região em que se insere Famalicão, foi por efeito do método de *reconstituição de paróquias*, (Amorim:1991), que se evoluiu no conhecimento dos comportamentos demográficos em larga duração, cuja produção em muito está relacionada com a cobertura temporal e a qualidade dos registos dos atos vitais.

A reconstituição da paróquia pelo método de Norberta Amorim permite-nos extrair os dados quantitativos que as fontes nos fornecem para a análise demográfica e também retirar outros elementos de natureza sociológica suscetíveis de nos dar uma visão ainda que aproximada, ou difusa da freguesia. Todavia, algumas contingências derivadas da natureza e finalidade destas fontes, bem como da aplicação mais ou menos rigorosa dos normativos eclesiais e do próprio redator paroquial, prolixo ou sintético nos termos que elaborava, leva-nos a inserir para Famalicão outras fontes que permitam contrariar estes condicionalismos.

Como elemento perturbador temos a circunstância de as séries dos atos vitais registarem hiatos. Se a dos batismos é de poucos anos, a de casamentos é de mais de trinta anos, embora quando iniciámos a organização das fontes, o hiato temporal fosse ainda maior, por inexistência no arquivo distrital de Braga e no arquivo paroquial de Vila Nova de Famalicão dos registos dos atos vitais para um período considerável, problema que foi resolvido parcialmente, dado haveremos tido sucesso na procura desses livros que se encontravam no Museu de Arte Sacra de Famalicão.

A consulta das *inquirições de genere* feitas aos candidatos ao sacerdócio naturais da freguesia dá-nos ensejo de traçarmos a genealogia da família até aos avós e quando aparecem embargos de purga, por haver a possibilidade de o pretendente ter na família algum elemento que não fosse cristão velho, a fonte ainda é ainda mais completa, sendo aí muito rica de elementos adjuvantes da compreensão do devir familiar, mas também da história social e dos quadros mentais da época. Estes processos, por outro lado, permitem-nos preencher algumas lacunas da fonte axial (atos vitais).

A mobilidade só afluída nos registos paroquiais, mas variável prenante, requer a consulta de dados só disponíveis nos documentos elaborados para solicitar passaporte, da responsabilidade da administração civil (as Câmaras e os Governos Civis).

As fontes fiscais (*Décima ordinária de 1766 e Nova contribuição de 1809-1810*) propiciaram-nos o afinamento e complementarização da nossa base de dados constituída

por milhares de famílias (4621) e indivíduos (23504), ajudando-nos a conhecer outro ângulo da comunidade.

As informações quantitativas conjugadas com os elementos qualitativos dar-nos-ão a arquitetura da comunidade que apresentaremos numa primeira parte num quadro sinótico histórico, desde a concessão da carta de foral atribuída por D. Sanco I em 1205, dando relevo à sua posição geográfica como vetor de desenvolvimento e elemento catalisador de autonomia administrativa conseguida no século XIX e do espetro profissional e valências já detidas pela freguesia desde séculos anteriores.

Reconstituída a paróquia, classificadas as famílias e criados os vários ficheiros e cruzando os dados provenientes das outras fontes extrairemos os elementos relativos às variáveis demográficas, estabeleceremos quadros comparativos concelhios, regionais e nacionais e criaremos relações entre variáveis e certos indicadores demográficos e sociais e, com base neles, traçaremos a diegese famalicense.

Começamos com a apresentação dos dados relativos à Nupcialidade, variável fulcral para a evolução da Fecundidade, podendo funcionar como autêntica arma reguladora desta, associada à Mobilidade e à Mortalidade diferenciais. Seguimos com o estudo da Fecundidade dentro e fora do casamento, não sendo despiciendo o número de filhos nascidos fora do matrimónio, nesta região, segundo o estado atual do conhecimento. Incluímos um subcapítulo sobre a exposição de crianças, uma vez que tendo funcionado em Famalicão uma Roda, ainda que subsidiária da de Barcelos, o impacto da sua presença foi determinante, registando-se anos em que quase metade das crianças batizadas em Famalicão tinha essa condição. A Mobilidade, com relevo para a que teve como destino o Brasil, pelas marcas deixadas deveria ser significativa, daí a tratarmos com alguma profundidade em capítulo autónomo e com fontes específicas, pois é uma variável influente e com grande repercussão no devir de uma população.

A Mortalidade, variável de difícil estudo por só dispormos de dados universais de óbitos a partir da segunda década do século XIX, merece da nossa parte um tratamento em capítulo independente, tendo sempre presente que a existirem registos dos óbitos de menores de sete anos outra abordagem seria feita, permitindo um conhecimento mais aprofundado e certamente mais rico, desde logo, pelos indicadores da mortalidade infantil e da esperança de vida à nascença, elementos de relevo para o conhecimento das populações e suas dinâmicas.

CAPÍTULO I

Figura nº 1
Campo Mouzinho de Albuquerque ano de 1912



Fonte: Coleção Famalicão princípio do século XX.

1. FONTES E METODOLOGIA

Foi nosso escopo fazer um estudo em que a população famalicense fosse seguida na sua vertente demográfica e social, tomando sempre como fontes axiais os registos paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, extraindo deles os dados que nos permitiram realizar uma abordagem quantitativa, em termos de demografia quantitativa e elementos de natureza qualitativa passíveis de serem analisados numa matriz de história social.

Neste desiderato, o passo inicial foi a reconstituição da paróquia de Vila Nova de Famalicão, durante um período de mais de três séculos, isto é, desde os primeiros registos paroquiais, no início século XVIII, até aos anos sessenta do século XX.

Com o objetivo de melhor conhecer as variáveis demográficas e as suas interinfluências, bem como o papel *v.g.*, da economia, da cultura, da geografia social, dos normativos eclesiais, procurámos outras fontes com as quais cruzámos a base de dados que construímos com documentação de natureza eclesial e civil *sc.*: processos de Inquirições *de genere*, livros de Testamentos, livros de Visitas e Devassas, livros de Termos de culpados, *Synodicom hispanicum*² e Constituições do Arcebispado de Braga. A consulta a fontes produzidas por instituições como a Câmara, entre elas os livros respeitantes à Roda dos Enjeitados e os concernentes ao pedido de passaporte, como os *Livros de registo de guias para pedir passaporte e os Livros de reconhecimento e abonação de identidade* e listas fiscais e eleitorais, aliada ao exame de documentos produzidos por instituições como o Governo Civil, de que são exemplo os *Processos de pedido de passaporte*, permitiram-nos construir uma narrativa mais próxima da realidade que emerge da análise dos comportamentos demográficos. Para o século XX e circunstancialmente para finais do século XIX, foi consultada a vasta obra do escritor famalicense Vasco de Carvalho, (alguma inédita, guardada no seu espólio), que teve acesso a muita informação perdida para sempre, devido ao incêndio ocorrido nos anos cinquenta do século passado, nos Paços do Concelho de Vila Nova de Famalicão.

1.1 As Fontes

Sendo embora um conjunto significativo de fontes por nós consultado, o nosso estudo assentou num *corpus* fundamental, *v.g.*, os livros dos Registos paroquiais, os

² Na edição de 1982, Garcia y Garcia em *Synodicon Hispanum. II. Portugal*, Madrid, B. A. C. publica as Constituições Sinodais mais antigas das dioceses portuguesas, designadamente as dos séculos XV e XVI que regulamentam o registo paroquial e os assentos de práticas sacramentais.

Livros de registo de guias para pedir passaporte, os Livros de reconhecimento e abonação de identidade e os Processos de pedido de passaporte.

1.1.1 Os Registos paroquiais

Pretendendo conhecer os comportamentos demográficos, havia que saber o grau de cobertura temporal dos registos dos atos vitais da freguesia e definir um início e um termo de observação.

No Arquivo distrital de Braga não existiam séries contínuas dos três atos vitais, o que tornava mais difícil o estudo dos comportamentos demográficos. Contudo, havia a possibilidade de se encontrarem no cartório paroquial da freguesia, o que não aconteceu. Outras diligências conduziram-nos ao Museu de Arte Sacra de Famalicão e lá viemos a descobrir os livros que procurávamos, se bem que ao longo do trabalho de reconstituição da paróquia deparásemos com uma situação que inviabilizou o estudo contínuo dos comportamentos demográficos, pois os livros indicavam datas extremas, não referindo qualquer falta de assentos. Ao invés do esperado, registavam-se hiatos nos assentos de batismos e casamentos e, se em relação aos primeiros o período foi curto (1816-1821), no que diz respeito aos segundos o espaço temporal (1816-1851) teve algum significado. Envidámos outros esforços no sentido de minimizar este óbice, mas foram infrutíferos, daí que sempre que entendemos necessário, recorremos à consulta de outras fontes: quando os cônjuges nesse período de ausência de dados casaram fora, no espaço concelhio, consultámos os registos paroquiais dos respetivos cartórios e anotámos os dados nas correspondentes fichas de família, para construirmos mais tarde um ficheiro auxiliar.

O quadro que se apresenta dá-nos a visão dos registos vitais produzidos pelos redatores paroquiais de Vila Nova de Famalicão, no período por nós estudado.

Quadro nº1
Limites cronológicos dos registos paroquiais

Batismos	Casamentos	Óbitos
09.10.1606-19.12.1815; 08.11.1821-31.12.1960	25.05.1610-31.08.1815; 24.11.1851-31.12.1960	01.03.1609-31.12. 2000

A informação dos registos paroquiais depende de dois elementos, o tipo de formulário e o rigor com que os redatores paroquiais cumprem o determinado pela hierarquia. Ao longo do período plurissecular registaram-se alterações, tanto no formulário como na forma do seu cumprimento, se bem que poucas vezes os visitantes (delegados do arcebispo) apusessem chamadas de atenção em relação à qualidade dos

assentos dos atos vitais. A exceção foi numa visita realizada em 21 de janeiro de 1707, quando estava à frente da paróquia o abade Manuel Rebelo de Sousa, por sinal, um texto contundente e revelador da falta de rigor deste sacerdote em determinado período.

Nos assentos de batismo, cuja maior ou menor prolixidade derivou da regulamentação eclesiástica, mas também do redator paroquial, menciona-se invariavelmente o nome da criança, a data do ato religioso, a sua filiação sempre reportada ao pai, quando se tratava de filhos legítimos (por vezes, a mulher vem referida em relação ao marido, não com o seu nome, mas como *sua mulher*). Ainda durante o século XVI aparece no assento a indicação dos compadres ou padrinhos. A norma é a de o redator referir se a criança é filha legítima, ilegítima ou de pais incógnitos (neste último caso a maior parte é exposta). Nos registos dos escravos adultos indica-se o seu senhor. A partir do século XVIII surgem-nos indicados os avós da criança.

Os assentos de casamento, também eles de redação variável, igualmente consequência do cumprimento das diretrizes constitucionais do arcebispado e do zelo, vontade e grau de conhecimento da comunidade do redator paroquial, contêm de forma sistemática a identificação dos contraentes, com o nome, estado civil, filiações, se solteiros, e no caso de viúvos, a indicação do anterior cônjuge, embora nesta última situação, nem sempre apareça. Por vezes é indicada a profissão do noivo e a naturalidade dos nubentes. As testemunhas também aparecem no assento de casamento.

Os registos de óbito, universais na freguesia a partir de 1820³, são no início bastante sintéticos, mas para determinados períodos mostram-se ricos de informação de natureza sociológica. Todos identificam o defunto, mas os elementos são variáveis, aparecendo de forma irregular dados como a idade, o estado civil, a filiação, a ocupação e, se o defunto é só residente surge também a naturalidade. A receção dos sacramentos é maioritariamente indicada e quando o defunto não os teve é explicitada a razão. De forma não regular é indicado se foi feito ou não testamento. Em caso negativo, as razões aduzidas reportam-se à falta de bens ou morte repentina. Há um período em que aparece sistematicamente a informação se o finado fez ou não testamento e nesta última situação é indicado o testamenteiro e uma síntese das disposições testamentárias, mais detalhada no concernente ao pio. No registo de alguns segmentos populacionais é sempre mencionada a sua condição, como a dos escravos e a dos forasteiros.

³ Admitimos o sub-registo de óbito dos menores de um ano.

As outras fontes consultadas serviram de afinamento das informações dos registos vitais e de complemento, nalgumas situações. Destas, individualizamos a documentação sobre emigração, dada a sua natureza e alcance.

1.2 Fontes para o estudo da mobilidade

Além da informação contida nos registos paroquiais (1620-1960) que inclui dados como bens de alma relativos a indivíduos falecidos e enterrados fora da paróquia, alusão em extratos dos legados testamentários a familiares falecidos, ou que partiram para o Brasil, solicitação de herdeiros por via da imprensa local decorrente da morte de algum familiar com herdeiros menores fora, e dados contidos nalgumas inquirições *de genere*, dispomos ainda de Autos de justificação para reclamação de herança de familiares falecidos, em *Feitos findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações ultramarinas* referentes a alguns famalicenses e ainda temos fontes específicas, como *Livros de registo de guias para pedir passaporte na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão* de 1867 a 1895, (com algumas lacunas temporais), *Livros de reconhecimento e abonação de identidade entre 1882 e 1888 e de 1892 a 1895* produzidos pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e *Processos de pedido de passaporte do Governo Civil de Braga*, entre 10 de setembro de 1890 e 29 de dezembro de 1914.

1.2.1 Os livros de registo de guias para pedir passaporte, os livros de reconhecimento e abonação de identidade e os processos de pedido de passaporte

Incidiremos nas fontes específicas de mobilidade externa para a emigração legal: na ausência de cobertura anterior a 1890 relativa aos processos de pedido de passaporte no Governo Civil de Braga a aproximação ao estudo desta variável fez-se no período precedente, através dos *Livros de registo de guias para pedir passaporte na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão* de 1867 a 1895, onde constam os indivíduos que pediram esse documento para poder solicitar passaporte junto do representante do poder central, o Governador Civil de Braga e dos *Livros de reconhecimento e abonação de Identidade entre 1882 e 1888 e de 1892 a 1895*. Estes, além de nos facultarem dados identificativos dos pretendentes à emigração, permitiram-nos saber quem eram os abonadores. Quanto aos *Processos de pedido de passaporte do Governo Civil de Braga*, o acervo mais completa e contínuo, além de outros elementos, forneceram-nos dados identificativos do emigrante (nome, data e local de nascimento, filiação), porto de

partida (por vezes, o nome da embarcação) se ia só ou acompanhado, literacia, profissão, lugar ou país de destino (alguns destes elementos, nem sempre presentes).

1.3 Metodologia

O método por nós seguido foi o da Reconstituição de Paróquias de Norberta Amorim⁴, que nos permite organizar os atos vitais de forma a construirmos um ficheiro de famílias e um ficheiro de indivíduos e seguirmos estes em encadeamento genealógico.

A base de dados foi feita manualmente e só depois lançada em modo eletrónico, constituindo vários ficheiros: de famílias, de indivíduos, de expostos e de defuntos. O ficheiro de indivíduos foi criado a partir do ficheiro de famílias, onde estão registados todos os indivíduos com data de nascimento conhecida. O ficheiro de expostos foi constituído com a mesma estrutura do ficheiro de indivíduos.

A inexistência de alguns registos de nascimentos e de casamentos, estes últimos, em período mais alargado, apanhando a fase da passagem a sede concelhia, originou, alguns óbices, entre eles, a dimensão da amostra das famílias com percurso completo (Tipo 1), para períodos circunscritos⁵.

A classificação das famílias em sete tipos, conforme o método preconiza⁶, danos ensejo de as usar de forma diversa, face aos indicadores dos comportamentos demográficos que pretendemos calcular.

A constituição de séries de nascimentos, casamentos e óbitos (estes só para os maiores de sete anos até 1820) é igualmente pregnante, permitindo-nos ter uma visão aproximada por via dos seus quantitativos da evolução da população.

A organização dos dados baseados na metodologia de reconstituição de paróquias dá-nos oportunidade de, através das datas dos atos vitais dos indivíduos, estudarmos as variáveis demográficas e as ligações genealógicas, mas a informação contida nestas fontes ultrapassa esta dimensão, permitindo-nos extrair elementos de natureza sociológica, *sc.*: naturalidade dos nubentes (nem sempre dos dois), profissão do cônjuge (na maior parte das situações do homem), número de casamentos que realizou, residência ao ato, mudança ou permanência de profissão, situação económica ao ato (no óbito), se fez ou não testamento (por vezes, aparece uma síntese do mesmo,

⁴ Ver da autora, entre outros, *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*, Braga, Universidade do Minho, 1991.

⁵ Em todo o período contamos com 881 famílias Tipo 1.

⁶ Idem, *ibidem*, p. 31.

indexada prioritariamente aos bens de alma), recebimento ou não dos sacramentos, local de enterramento e mortalha, cerimonial no ato fúnebre, entre outros.

O método possibilita-nos, por análise micro analítica, apurar em diacronia variações ou constâncias de efetivos populacionais, a sua estrutura e dinâmica. Oferece-nos ainda o ensejo de seguir a população além do seu quadro demográfico, na sua componente social, através de análises diferenciais, que nos dão um padrão mais próximo das realidades experienciadas pela comunidade em observação.

Para o estudo das variáveis demográficas optou-se por uma periodização que conjugasse os hiatos dos assentos de batismo e dos de casamento com a passagem de Vila Nova de Famalicão a sede de concelho.

CAPÍTULO II

Figura nº 2
A Praça da Mota atual Praça 9 de abril em 1912



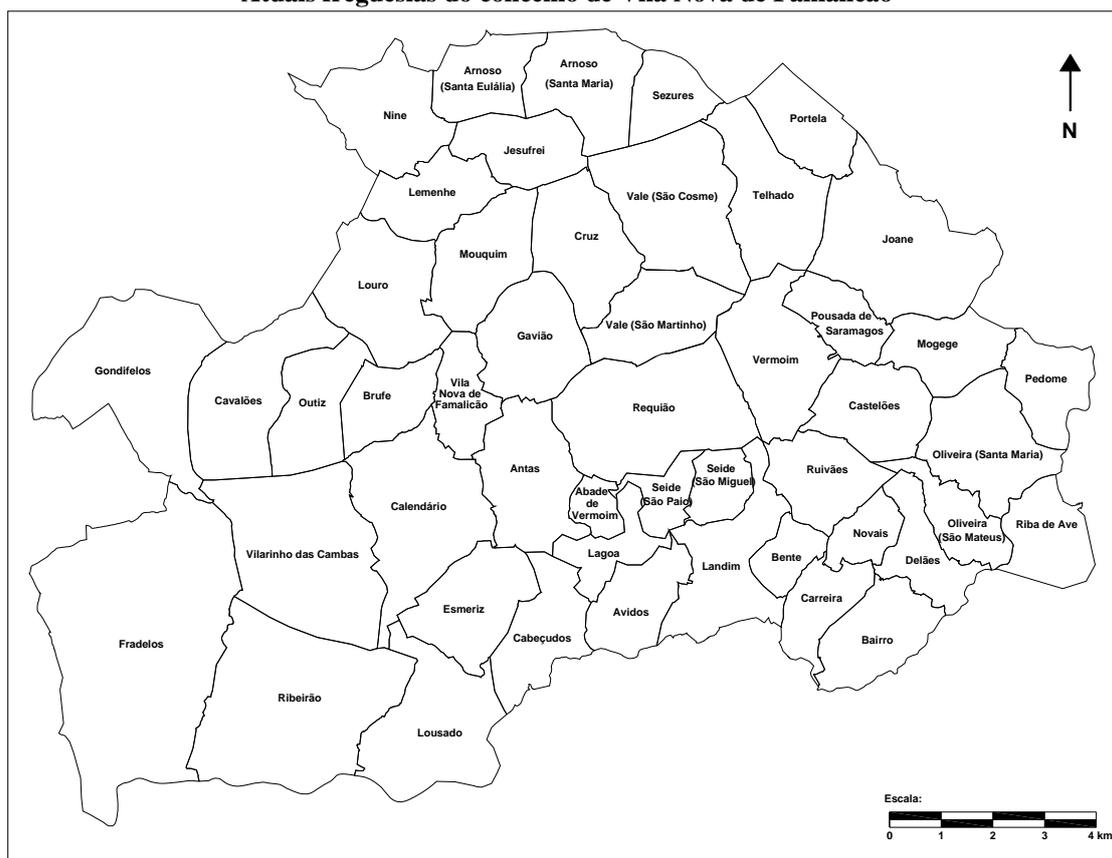
Fonte: *Mudam-se os tempos... ficam as vontades*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (org.), s.d., p.10.

2. VILA NOVA DE FAMALICÃO⁷: CICLOS DA SUA DIEGESE

Vila Nova de Famalicão é uma cidade portuguesa da região Norte e sub-região do Ave integrada no distrito de Braga. Nos anos trinta do século XIX constituiu-se como sede de concelho e na década de quarenta do mesmo século foi elevada a vila, como adiante se explicita, tendo passado a cidade em 1985.

A freguesia fica situada num vale com uma altitude média de 97 metros. É sede de um município formado por 49 freguesias, com 201,85 Km² e 134.969 habitantes, segundo dados do INE de 2009. Em 2011, a cidade tinha 33 045 habitantes. O concelho é limitado a norte pelo município de Braga, a leste pelo de Guimarães, a sul pelos de Santo Tirso e da Trofa, a oeste pelos de Vila do Conde e da Póvoa de Varzim e a noroeste pelo de Barcelos. A sua localização, como que formando *uma estrela radial*, terá sido um elemento central do seu incremento, potenciado no século XIX pela via ferroviária e novas vias rodoviárias.

Mapa nº 1
Atuais freguesias do concelho de Vila Nova de Famalicão



Fonte: Departamento Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística da C. M. F.

⁷ Utilizaremos indistintamente Vila Nova de Famalicão, Vila Nova, Famalicão, Vila e VNF.

Mesmo antes da sua condição de sede de município e de vila mostrou ser uma comunidade aberta ao exterior onde afluíam indivíduos do concelho e de fora dele. À freguesia chegaram também espanhóis, essencialmente galegos, ao longo do século XVIII e XIX, em maior número na primeira metade de Setecentos, por períodos temporários variados, registando-se outros indivíduos que se fixaram, casaram ou só batizaram os filhos, como adiante se indica.

No século XIX Famalicão foi uma vila de atração para *brasileiros*, seja oriundos da Vila e freguesias do concelho, ou de outras regiões e mesmo para descendentes destes emigrantes, muitos já nascidos no Brasil. A partir de meados do século XIX encontramos bastantes registos de óbito destes cidadãos inumados no cemitério da freguesia, particularmente os falecidos entre 1851 e 1871.

O primeiro documento conhecido sobre Vila Nova de Famalicão é a Carta de Foral outorgada por D. Sancho I em 1205 e confirmada dois anos depois, no reinado de D. Afonso II, seu filho. O nosso segundo rei concedeu nesse documento a 40 povoadores a faculdade de se fixarem, de fruírem as terras, de as povoarem e de construírem as suas casas no seu reguengo de Vila Nova situado na zona Sul da freguesia de Santo Adrião de Vila Nova de Famalicão, mediante determinados deveres.

Entre outras prerrogativas contidas na Carta de Foral o rei permitiu que se fizesse uma *feira*, fator facilitador de intercâmbio local e regional e de desenvolvimento da povoação.

Talvez tenha nascido com o Foral uma organização nos moldes de uma administração municipal, no início confinada ao reguengo⁸ que se foi estendendo ao resto da freguesia e possivelmente a outras áreas adjacentes.

Pese embora a perda de autonomia administrativa da localidade, pois todo o julgado de Vermoim de que Famalicão fazia parte integrou o Termo de Barcelos⁹, a existência de uma carta de escrivão da Câmara passada a Gonçalo Fernandes por D. João II, a 6 de junho de 1491 em Santarém, é segundo Serrão, (1997: VI) que deu a conhecer o documento, uma prova de que ainda havia em finais de Quinhentos alguma atividade municipal. Dando mais consistência a este argumento que pretende não ter perdido Famalicão certas das suas prerrogativas pelo menos nesta época, acrescentamos que a freguesia tinha escrivão do crime até à quantia de 180 reais nomeado em 19 de

⁸ Vejam-se as inquirições régias de 1220.

⁹ As terras do reguengo passaram para a posse da Casa de Bragança que foi sua detentora durante séculos.

maio de 1496, por D. Manuel I¹⁰. Era ele Gonçalo Fernandes, de Brufe que havia sido provido por D. João II, monarca seu predecessor. Como funcionário da administração financeira do Estado foi colocado por mercê régia em 15 de janeiro de 1500, Manuel Fernandes¹¹, morador em Vila Nova de Famalicão, com o ofício de porteiro das sisas desta vila e seu termo, assim como o havia sido João Fernandes de Brufe, já falecido.

No reinado de D. Manuel, em plena época da expansão ultramarina portuguesa, já Vila Nova fruto da sua localização geográfica num eixo viário importante, possuía pelo menos uma estalagem, a de Diogo Álvares¹² morador nesta povoação que obteve a mercê do rei, em 25 de fevereiro de 1507.

Cabeça do julgado ou terra de Vermoim, fazendo parte do termo de Barcelos, a freguesia foi construindo a sua história e em 1706 já tinha 100 fogos. Encontramos os seus desejos autonómicos em documentação de 1734 e de 1735 e também em 1825 e se nos dois primeiros anos se pediam regalias, no terceiro era já a criação de um concelho (Capela, 2005: 249-252).

Nas *Memórias paroquiais* de 1758 (Capela e Silva, 2001:238), o abade Dr. Caetano José de Sousa Rebelo escreveu que segundo o *Rol dos confessados e sacramentados* a povoação tinha 156 fogos ou vizinhos, 462 pessoas de confissão e comunhão, ou seja, a partir dos 7 anos, exceto os ausentes que indicou serem 48¹³ e os menores em número de 27, o que totalizava 537 pessoas, sendo os residentes 489. Referia que pertencia ao termo de Barcelos e que se situava num vale baixo e *aprazível*, só havendo uma rua e no fim dela ficava a igreja paroquial, na parte Sul. Além desta rua tinha outros pequenos lugares, a maior parte deles com poucos casais, a saber: o de Sarrões e do Salgueiro, com 1 morador ou fogo cada, o da Vila, o do Poço, o da Granja e o do Barreiro cada um com 2, o de Sinções com 4, o da Ribeira com 6 e o de Mões de Cima com 19 fogos.

Elevada a sede de concelho por decreto de 21 de Março de 1835 que institui a nova divisão judicial do Reino, e passando a Vila por determinação régia de 10 de julho de 1841, que fundamenta a sua atribuição *em razão do comércio* e também do *número e qualidade dos proprietários*, dando ênfase à grandeza dos edifícios, situada num nó viário importante, a vila carecia de melhores vias de comunicação que foram consubstanciadas em novas leis, como a de 26 de julho de 1843, onde foi contemplada a

¹⁰ *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 34, fl. 84v.º, <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3874532>.

¹¹ *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 14, fl. 87, <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3865315>.

¹² *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 36, fl. 8v.º, <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3875479>.

¹³ Quase 10 por cento da população religiosamente adulta.

estrada Porto-Famalicão-Braga e Famalicão-Barcelos. Entre 1850 e 1860 outras vias são gizadas, como a que de Famalicão se dirigia a Guimarães e a de Famalicão-Póvoa de Varzim-Vila do Conde, a que se juntou nova rede de âmbito concelhio e regional.

É de referir que aquando do novo desenho administrativo de Portugal Continental, pela lei de 1835, se dizia na sua redação que o concelho de Vila Nova de Famalicão seria constituído por 59 freguesias oriundas do termo de Barcelos e dos concelhos de Landim e de Vila Nova de Famalicão, o que parece indiciar que a nível da administração central permanecia a reminiscência da antiga municipalidade.

A Comissão Municipal foi nomeada e encarregada de organizar as eleições autárquicas que tiveram lugar em janeiro de 1836 e de instalar o aparelho judicial necessário à nova comarca.

Vila Nova de Famalicão assumia-se desde então como sede da nova circunscrição administrativa e como cabeça do antigo julgado ou terra de Vermoim de que fizera parte.

Inaugurada em 20 de maio de 1875, a ferrovia foi outra das infra estruturas que contribuiu para o desenvolvimento de Famalicão, para além de equipamentos sociais e comerciais, como o Hospital da Misericórdia (1878), para o que concorreram muitos *brasileiros*. Elevaram-se na sede do concelho construções particulares ligadas em grande parte às remessas de emigrantes brasileiros, os de *torna-viagem*, v.g., o barão da Trovisqueira, os Faria, da família do barão¹⁴ com o mesmo nome, que no Rio de Janeiro foi comerciante de grosso trato e grande capitalista, o visconde de Famalicão a quem se deve a construção de muitas casas na Rua de Santo António e no Campo da Feira, o palacete dos Machados do pai de Bernardino Machado, também neste último local, a casa apalaçada de José Carvalho de Sá Miranda, muito perto desta, entre outras.

As hospedarias como a do Leonardo, na Rua Direita e o Hotel Vilanovense, com destaque para este, com duas entradas, uma para a Rua de Santo António, perto da igreja matriz, e outra para a Rua Formosa, fazem parte das marcas do desenvolvimento crescente da Vila. Nas instalações do hotel esteve a *Loja dos Rapazes* de Manuel de Pinto de Sousa e Irmãos, naturais de Trás-os-Montes, onde se vendia um pouco de tudo. Nos seus baixos funcionou também a mercearia de um dos filhos de Domingos Dias

¹⁴ *Em Nobreza de Portugal e do Brasil*, Vol. II, p. 573, temos a informação de que por Decreto de 14 de junho de 1878 do rei D. Luís fora concedido a Francisco da Costa Faria o título de Barão de Faria, por uma vida. O titular era abastado proprietário e negociante no Rio de Janeiro. Havia casado com Dona Jesuína de Jesus Chaves, de quem teve o Dr. Luís da Costa Chaves de Faria, médico e autor de obras de Medicina, que nasceu no Rio de Janeiro a 22 de dezembro de 1847, e ali morreu a 13 de setembro de 1910 e António da Costa Chaves de Faria, banqueiro. Cf. *Nobreza de Portugal e do Brasil*, direção de Afonso Eduardo Martins Zuquete, Editorial Enciclopédia, Lisboa, 1989.

Marques, dono deste hotel, o Urias. Nele comercializava, entre outros, vários produtos do Brasil.¹⁵ A tipografia Minerva dos irmãos Pinto de Sousa, mencionados em epígrafe, criada em 1866 e mais tarde transferida para edifício autónomo, na atual Avenida Barão da Trovisqueira, também esteve instalada nos baixos do Hotel Vilanovense (Carvalho, 1960).

Junto da estação de caminho-de-ferro surgiu em 1895 *A Boa Reguladora*. Era a única fábrica de *relógios de mesa* na época na Península Ibérica e deu bastante emprego e criou riqueza na região.

Na Rua Formosa, artéria larga e central, o barão da Trovisqueira edificou o seu palacete com um frondoso parque e jardim que serviu de sala de receção para a elite política e financeira do País, incluindo a família real. Em 1890 estavam nesta artéria, o Café do Gato, a Confeitaria Conceição ou confeitaria Guedes e o Café União, com os números de polícia de 11, 13 e 15 (Silva, 2005:304).

Apareceram também na Vila o Teatro, as Assembleias recreativas e o Ateneu. A imprensa foi florescente, criando-se uma revista literária, *A Alvorada*, em que colaboraram vultos da nossa literatura nacional, vários periódicos sustentados quase todos por grupos políticos, os Jornais *Sorriso* e *Sport*, de leitura social e *A Lavoura do Minho*, jornal para um público específico entre outros e, como corolário, despontaram vários escritores. No sector económico assistiu-se à criação de algumas empresas, filiais de Bancos e Seguradoras e até Bancos com sede em Famalicão, como o *Brandão e Companhia*. Foi visível o progresso só interrompido em grande parte, pela falta de remessas do Brasil e pela falência de empresas, entre elas as financeiras,

Conquanto mais pronunciado a partir da criação do concelho, o incremento populacional foi uma realidade desde o século XVI até ao fim da nossa observação, em 1960.

2.1 O Topónimo de Vila Nova de Famalicão

Acerca da origem do topónimo não surgiu até agora qualquer explicação consensual. A história corrente assenta numa versão popular contada por Domingos Joaquim Pereira que no seu livro *Memória histórica da vila de Barcelos, Barcelinhos e Vila Nova de Famalicão* publicado em 1867, indica dever derivar este topónimo de um casal, Famelião e Mota, estabelecido no lugar. Eram ambos criados do conde de Barcelos e tinham uma estalagem nesta área. Adianta ainda o aludido autor que havia

¹⁵ Tinha familiares neste país, pelo menos um irmão e um tio materno. Ele próprio pediu passaporte para o Brasil em 3.05.1898, com 24 anos junto com o irmão Rafael.

junto dela um carvalho, daí a designação de Carvalho da Mota dada a uma subárea desse local.

Autores como Benjamim Salgado (1967:16) e Veríssimo Serrão (1997: 20 e 22) afirmam não ter consistência tal versão.

Em artigo recente, Batalha Gouveia (2007) depois de referir que em Portugal continental se conheciam diversas localidades com o nome Famalicão, acrescentou que uma das principais era Vila Nova de Famalicão. O autor dizia concordar com a tese do Abade de Miragaia, que nas suas *Memórias* escreveu não ser possível um mesmo indivíduo com o nome de Famalicão fundar e povoar tantas terras.

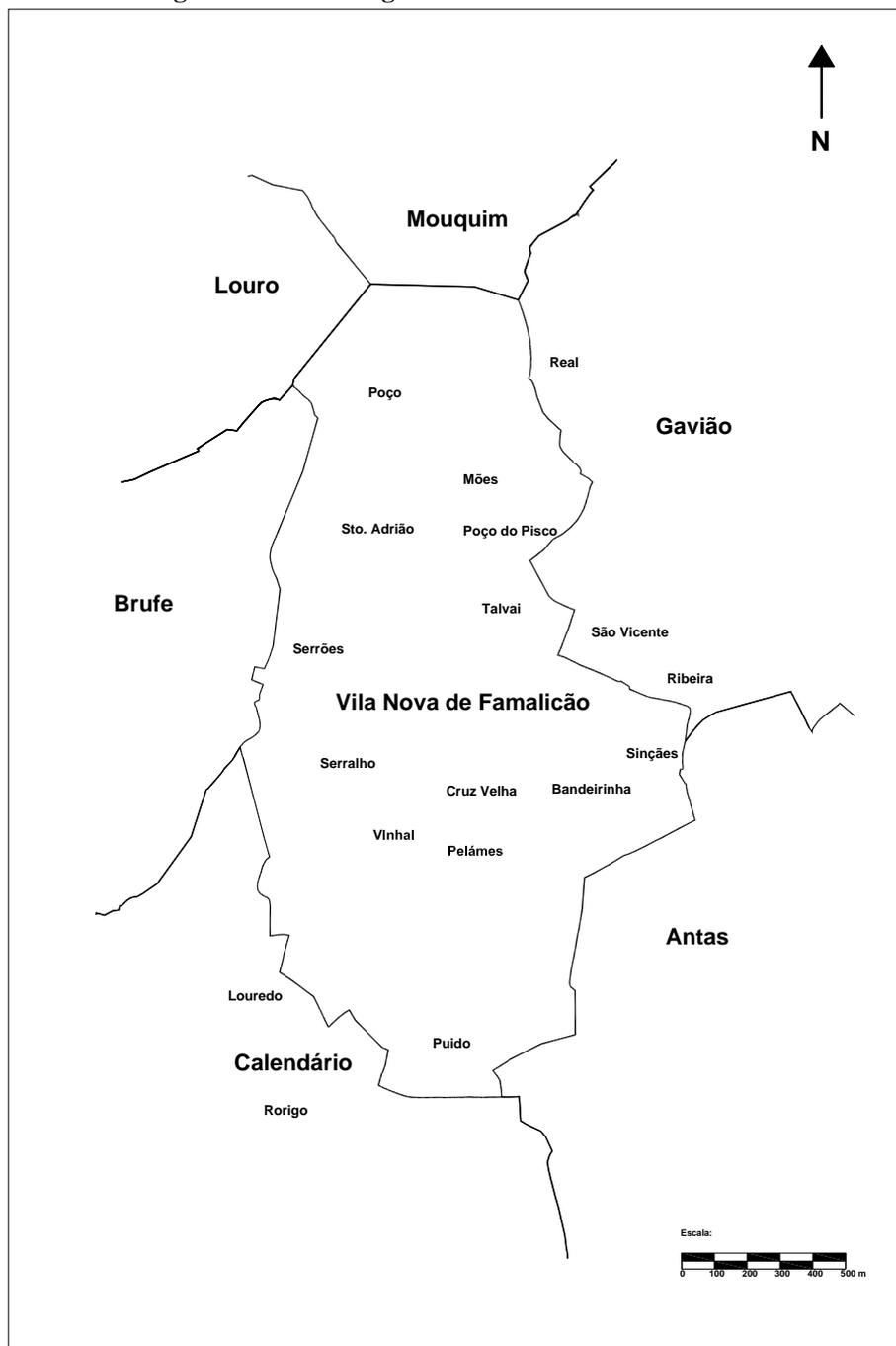
Batalha Gouveia levantou uma hipótese para a origem do topónimo Famalicão, escrevendo que as fontes referiam que o lugar de Famalicão era um reguengo, *a voz portuguesa do latim popular regalenga formado pelos termos germânicos regal e ing os quais se traduzem por “terreno do rei”*. O autor acrescentou que a tradição atribuía o nome Famalicão a um dono de uma venda que estava estabelecido neste lugar. Passou depois para a origem do antropónimo (*inexplicável na antroponímia portuguesa*) e aduziu que como se tratava de um comerciante, seria possível estarmos a falar de um judeu estabelecido numa área rural senhorial.

O autor em epígrafe concluiu que era para ele um dado adquirido que o nome Famalicão estava relacionado com o reguengo, pois *há-malik é a expressão hebraica que nomeia o rei sendo o há o artigo definido e a elocução malik palavra hebraica que nomeia o “rei”*. Ao contrário do idioma espanhol que adoptou a letra israelo-árabe “h” como uma simples aspirada, nós demos ao mesmo “h” o som de um “f”. Desta mutação fonética resultou que o hamaliq hebraico passou a soar Famaliq em português. Por se tratar de uma área rural pertença de senhores feudais, aquele Famaliq foi aditado do sufixo latino ano empregado para nomear a grande herdade. Assim se chegou ao topónimo original Famalicano, posteriormente pronunciado Famalicão¹⁶.

¹⁶ D. Afonso IV emprazou um paço em Vila Nova de Famalicão ao Rabi Santon Judeu. O inquilino anterior foi Pêro Rodrigues de Palmeira, dando de foro um maravedi velho. Assim em 1328, Rabi Santon pede que o rei lhe fizesse um emprazamento do referido paço duplicando a renda, sendo o contrato outorgado em nome de sua mulher Dona Sol. À morte de ambos, o paço voltaria para as mãos do rei. Ver Joel Silva Ferreira Mata, «O Foral de 1205 outorgado a Vila Nova de Famalicão», *História de Vila Nova de Famalicão*, op. cit., p. 120.

2.2 Aproximação à geografia espacial

Mapa nº 2
Lugares atuais da freguesia de Vila Nova de Famalicão



Fonte: Departamento Municipal de Planeamento e Gestão Urbanística da C. M. F.

Usando os dados dos registos paroquiais procedemos à identificação dos lugares da freguesia desde inícios do século XVII até meados do século XIX, lembrando que nas *Memórias Paroquiais de 1758* (Capela e Silva, 2001:238) se indicava que a freguesia era composta por uma rua e nove lugares: Sarrões, Salgueiro, Vila, Poço, Mões de Cima, Ribeira, Sinções, Barreiro e Granja e que em reunião camarária de 2 de

maio de 1855 foi aprovada a primeira proposta de denominação de ruas, praças, travessas e becos da Vila, a saber: Campo da Feira, Rua Nova de Santo António, Praça da Mota, Rua Municipal, Travessa das Laranjeiras, Beco das Laranjeiras, Rua Direita, Largo da Lapa, Rua Formosa, Travessa dos Eixidos e Pelames, num total de onze.

Vejam os registos de óbito a toponímia famalicense anterior a esta data.

Encontrámos no século XVII os lugares e sub lugares de Mões, da Vila, da Eira, do Vinhal, de Vila Nova, do Salgueiro, de S. Sebastião, da Ribeira, do Paço, da Igreja, da Estalagem, de Pereira, de Carvalho, da Cegonha e ainda a Quinta do Vinhal, a Quinta ou casal da Eira, o Casal do Salgueiro e a Casa do Paço.

No século XVIII faziam ainda parte da paróquia os lugares ou sub lugares de Poído, Sinções, Serrões, Cruz Velha, Velpilhosa (?), Sardoal ou Barreiro, Terreiro, Lapa, Eixidos, Fornelo, Pinheiro da aldeia de Mões, Poço, Feira, Pinheirinho, Eira do Paço, Poça, Granja, Rua, (Montelo ?) e as mesmas quatro quintas.

Para a primeira metade do século XIX aludiu-se ainda aos lugares ou sub lugares de Pelames, Poço, Passais de Santo Adrião, Vila de Baixo, Barreiro de Cima, Feira, Estrada Nova, Bandeira, Travessa do Veloso e às ruas Direita, de Santo António e Formosa. Além das quatro quintas existentes no século XVII e XVIII surgiram as de Pereiras e de Sinções.

2.3 Um quadro da freguesia: algumas marcas de diferenciação - séculos XVII a XIX

Ser fidalgo, deter cargos, dignidades civis ou eclesiásticas, ser “proprietário” de quintas, ter capital significativo, pertencer à burocracia local ou exercer uma profissão mais reconhecida socialmente ou mais lucrativa eram sinais assumidos de distinção. Em Famalicão, embora com padrões diferentes ao longo dos séculos, registou-se a presença de gente que por qualquer das razões aduzidas ou conjugando algumas teve na ordem social um lugar ou de destaque ou pertenceu aos grupos dos não indiferenciados.

2.3.1 Aproximação à estratificação social entre 1620 e 1899

Através da reconstituição da paróquia com o cruzamento de dados de outras fontes, como *Inquirições de genere*, contribuições como a *Décima¹⁷ ordinária de 1766*, *Nova contribuição de 1809-1810* e o *Recenseamento eleitoral de 1869* conseguimos ter uma visão social aproximada ao longo de vários séculos.

¹⁷ Caso existissem, poderíamos ter um panorama mais detalhado da economia e da sociedade através dos *Róis de fogos e moradores*. Este estudo foi feito por José Viriato Capela em *História de Vila Nova de Famalicão* (2005), para as duas freguesias do concelho, para as quais dispunha desta fonte, Joane e Pousada de Saramagos. Ver do autor, *op. cit.*, pp.158-162.

Para Seiscentos, na ausência de outras fontes, utilizámos os elementos da nossa base de dados, procedendo da seguinte forma: levantámos todas as famílias que tiveram o primeiro filho entre 1620 e 1699 e encontrámos o número total; procedemos depois à seriação dos agregados familiares com indicação de ocupação profissional do responsável pelo núcleo e fizemos o registo e por último lançámos os dados das ocupações profissionais por categorias. Admitimos que os casos sem indicação de profissão do responsável pelo núcleo fossem jornaleiros.

Os dados relativos às atividades profissionais dos famalicenses encontrados por esta via estão representados nos quadros que se seguem:

Quadro nº2
Atividades profissionais predominantes em Seiscentos

Atividades						
Caseiro	Ferrador	Ferreiro	Jornaleiro	Lavrador	“Proprietário”	Sapateiro
3	6	4	269	5	9	5

Quadro nº3
Atividades artesanais em Seiscentos

Atividades					
Alfaiate	Carpinteiro	Ensamblador ¹⁸	Ferrador	Ferreiro	Passamaneiro
2	1	1	4	6	1
Atividades					
Pedreiro	Sapateiro	Serralheiro	Sombreireiro	Surrador	
1	5	1	1	1	

Quadro nº4
Atividades comerciais em Seiscentos

Atividades				
Estalajadeiro	Marchante	Mercador de loja	Cereeiro	Tendeiro
1	1	1	1	1

Quadro nº5
Atividade agrícola em Seiscentos

Atividades			
Caseiro	Lavrador	Jornaleiro	“Proprietário”
3	5	269	9

Quadro nº 6
Outras atividades em Seiscentos

Atividades				
Boticário	Capitão de ordenanças	Cirurgião	Escrivão	Médico
1	1	1	1	1

Encontrámos em Famalicão seiscentista um conjunto de profissões passível de satisfazer as necessidades de uma pequena comunidade: os jornaleiros, os caseiros, os

¹⁸ O mesmo que entalhador.

lavradores e os proprietários constituíam a fração mais representativa, a que se seguia a das atividades artesanais, com predomínio numérico dos ferreiros, dos ferradores e dos sapateiros e por último surgiam as atividades ligadas ao comércio e aos serviços. Neste sector destacamos a presença de um estalajadeiro, marca da posição geográfica da freguesia como ponto de passagem principalmente entre duas cidades nucleares do Norte, Porto e Braga. Nos serviços é de referir o setor da saúde. A população era assistida por um corpo de profissionais de saúde: médico, cirurgião (sangrador?) e boticário. A freguesia tinha ainda escrivão e capitão de ordenanças.

Em síntese, neste período dominou o setor primário, seguido do secundário. Se pensarmos em termos de estratificação social, verificamos que a maioria dos famalicenses pertencia a um grupo económico precário onde dominavam os jornaleiros.

Para Setecentos já podemos contar com uma fonte fiscal, a *Décima de 1776*, pese embora termos sempre presente a sua especificidade, dado serem desconhecidos os critérios das Juntas das colectas, que se apegavam, como sabemos que era prática geral, menos a critérios de proporcionalidade e mais à repartição, agravando e desagravando ao sabor das pressões e conveniências (Capela, 1989:28).

Nem toda a população era chamada a contribuir para este imposto por não ter rendimentos coletáveis como *os pobres, os mendigos e os pedintes*. Outro grupo formado por *doentes e algumas mulheres viúvas e solteiras de avançada idade* era taxado em pequenas quantias, entre 50 e 100 reis (Capela, 1989:289).

Na nossa análise usámos os mesmos níveis de estratificação que José Viriato Capela (1989) apresentou, ou seja, quatro escalões. No primeiro grupo incluímos os jornaleiros¹⁹ e todos os que contribuíram com quantias até 300 reis, como algumas mulheres solteiras e viúvas. O grupo seguinte taxado de 300 a 699 reis era constituído por pequenos lavradores, lavradores caseiros, rendeiros e alguns indivíduos dedicados a atividades artesanais, seguindo-se o grupo dos lavradores remediados e certos indivíduos dedicados a atividades artesanais e comerciais e no último foram englobados os proprietários, algumas profissões liberais como médico e boticário, correio assistente e estalajadeiro, todos eles também proprietários.

Quadro nº7
Grupos sociais em 1776

Até \$299		\$300-\$699		\$700-1\$499		=+1\$500	
Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%
42	40	32	30,5	19	18,1	12	11,4

Fonte: *Décima de 1776*.

¹⁹ Taxados com 200 réis na freguesia de Vila Nova de Famalicão.

Da análise do quadro extrai-se que mais de setenta por cento da população taxada pertencia aos dois primeiros escalões. Era um conjunto populacional constituído por jornaleiros, pequenos rendeiros, artesãos e mulheres pobres solteiras ou viúvas. Dos outros cerca de trinta por cento menos de metade pertencia ao escalão mais elevado e nos restantes dezoito por cento situavam-se os lavradores e alguns indivíduos dedicados à atividade artesanal e comercial.

Em suma, a freguesia era formada por um conjunto populacional de meios económicos escassos, com um número reduzido de indivíduos a viver com desafogo: proprietários e algumas profissões liberais que, como já referimos, possuíam também bens fundiários.

Para o início do século XIX contámos com uma fonte específica tributária, a *Nova contribuição de 1809-1810*, que nos deu o padrão do setor do comércio e serviços na primeira década do século XIX.

Quadro nº 8
Aproximação à estratificação social: 1809-1810

Estalajadeiro	2
Taberneiro	7
Lojista, botequineiro, merceeiro, tendeiro	14
Cirurgião	3
Boticário	2
Tabelião	1
Total	29

Fonte: *Nova contribuição de 1809-1810*²⁰

Constatou-se que Famalicão pretendia responder à procura de forasteiros que a ela chegavam ou para pernoitar ou para uma passagem mais curta, daí as hospedarias e tabernas, estas a servir também os residentes.

A presença dos outros locais de comércio em número assinalável denota que à freguesia viria abastecer-se um significativo número de pessoas.

No campo de assistência na doença encontrou-se a presença de cirurgiões e boticários e a burocracia foi assegurada por um tabelião.

Para Oitocentos a fonte primária consultada foi o *Recenseamento eleitoral de 1869*²¹. Os resultados apresentam-se nos quadros.

²⁰ Segundo o alvará de 7 de junho de 1809 e instruções de 19 de junho de 1809. O primeiro conhecimento desta fonte foi-nos dado por Capela (2005).

²¹ Sobre as potencialidades desta fonte ver Maria Antonieta Cruz, «Os recenseamentos eleitorais como fonte para o estudo das elites no decurso da Monarquia Constitucional: da Regeneração à República», Revista da Faculdade de Letras, *História*, Porto, III Série, vol. 10, 2009, pp.161-180. A autora afirma que *as listas de recenseamento dos cidadãos com direito de voto, sobretudo em tempo de sufrágio limitado (...), constituem-se como uma fonte de grande interesse para a História Social. Elas permitem atingir a estrutura da sociedade*. Cf. *op.cit.*, p. 162.

Quadro nº9
Atividades artesanais em 1869

Caiador	Carpinteiro	Ferrador	Marceneiro	Padeiro	Relojoeiro	Sapateiro	Seleiro	Serralheiro	Outras ²²	Total
4	2	2	2	3	2	2	2	2	6	27

Quadro nº10
Atividades comerciais e transportes em 1869

Alquilador	Almocreve	Botequineiro	Marchante	Negociante	Vendeiro	Total
2	2	2	2	24	7	39

Quadro nº11
Atividade agrícola em 1869

Lavrador	“Proprietário”	Total
5	17	22

Quadro nº12
Outras atividades em 1869

Advogado	Capitalista	Eclesiástico	Empregado de tabaco	Empregado na administração*	Farmacêutico	Médico	Solicitador	Total
4	2	3	6	27	3	3	1	49

*Câmara, Finanças e Tribunal.

As profissões liberais e as ligadas à Administração, como à Câmara, às Finanças e ao Tribunal superiorizaram-se seguindo-se as atividades comerciais e os transportes, as atividades artesanais e vindo por último a agricultura. De notar que nas profissões ligadas à indústria artesanal predominavam os caiadores, indício de incremento do setor imobiliário, bem como os padeiros, admitimos que por necessidade dos novos habitantes, uma burguesia burocrática, mercantil e de profissões liberais como a saúde e a aplicação da justiça.

Em síntese, o setor terciário era o dominante na freguesia, representando quase 65 por cento dos eleitores. A par dos que tinham na atividade comercial a sua base de trabalho apareceu o conjunto dos serviços mais específicos compaginável com a nova posição da freguesia em termos administrativos que assegurava o funcionamento da Câmara Municipal, Finanças e Tribunal, bem como as necessidades emergentes dos cidadãos como advogados, solicitadores e cartórios notariais. Para a saúde contava a Vila com médicos e farmacêuticos e surgiram ainda outros profissionais como os empregados do contrato de tabaco.

A necessidade decorrente de transportes fez aparecer os alquiladores (cocheiros), Ainda no setor das comunicações é de indicar o diretor dos correios que paralelamente era negociante.

²² Incluíram-se aqui um armador, um barbeiro, um ferreiro, um funileiro, um fogueteiro e um tamanqueiro.

Uma parcela da população estava adstrita às atividades artesanais com quase 20 por cento dos eleitores.

A agricultura era a menos representativa, com 16,1 por cento dos indivíduos que podiam votar, situação convergente com a estrutura de um espaço em processo de urbanização, se bem que já em meados do século XVIII o abade Caetano de Sousa Rebelo quando respondeu aos quesitos para o *Dicionário geográfico* tenha escrito que a maior parte dos paroquianos vivia de uns pequenos contratos. Pela primeira vez nos surgiu a figura do capitalista que numa vila sem “aristocracia de sangue” deteria o papel simbólico a esta cometido.

A mesma fonte que estamos a utilizar permitiu-nos ter também uma visão da comunidade a nível socioeconómico, como se visualiza no quadro.

Quadro nº 13
Grupos sociais segundo as diferentes contribuições ao Estado em 1869²³

Até 1\$999		2\$000 a 3\$999		4\$000 a 7\$999		=+8\$000	
Nº. Abs.	%	Nº. Abs.	%	Nº. Abs.	%	Nº. Abs.	%
46	33,8	39	28,7	23	16,9	28	20,6

Fonte: *Recenseamento eleitoral de 1869*

É patente o número elevado de famalicenses que se encontrava nos dois escalões mais baixos de tributação, atingindo 62,5 por cento dos eleitores. No escalão inferior situava-se quase 34 por cento da população que podia votar e no escalão superior ficava menos de um quarto dos indivíduos chamados a exercer o direito cívico. Entre a elite dos elegíveis encontravam-se os indivíduos pertencentes aos dois últimos escalões, ou seja, menos de 40 por cento, e destes ainda temos que reter que só uma pequena parte tinha condições para se candidatar a deputado. Entre os elegíveis a maioria pertencia ao grupo dos proprietários e dos negociantes e vivia no centro da Vila: Rua Direita, Praça da Mota, Rua de Santo António, Rua Formosa e Rua da Feira ou na Quinta do Vinhal, da Cegonha e de Mões, embora tivéssemos outras profissões de que destacamos médicos, farmacêuticos e bacharéis em direito.

²³ O Decreto de 30 de setembro de 1852 atribuía a faculdade de votar aos cidadãos masculinos maiores de 25 anos que tivessem pelo menos a renda líquida anual de 100 mil réis. As exceções à regra da maioridade alargavam-se aos que tinham o curso completo do liceu. A Lei de 23 de novembro de 1859 e o Decreto de 18 de março de 1869 mantiveram inalterado o articulado do Decreto de 30 de setembro de 1852, *Materiais para a história eleitoral e parlamentar portuguesa, 1820-1926*, p. 5., <http://purl.pt/5854/1/documentos/Legislacao%20Eleitoral%20%20MONARQUIA%20CONSTITUCIONAL.pdf>.

2.4 Minorias na sociedade famalicense de Seiscentos a meados de Oitocentos: escravos, criados e amas de leite

A sociedade famalicense tinha no seu seio uma minoria populacional constituída por escravos, criados e amas de leite, segundo nos é dado saber pelos assentos paroquiais.

Iniciamos a abordagem a esta minoria pela franja populacional dos escravos.

2.4.1 Escravos

Falta a Manoel Rodrigues da Silva Pereira, morador na Rua da Atalaya ao Bairro Alto, quase no meio da sobredita, um preto de nome Francisco José, de idade, pouco mais ou menos, vinte e dois anos, os sinais pessoais são os seguintes: é bem feito, alto, grosso, bons olhos, com semblante alegre, a orelha furada com um brinco de topázio amarelo; de cabeleira redonda.

Hebdomadário Lisbonense, n.º19, 8 de novembro de 1766²⁴.

Esta notícia num semanário lisbonense não nos causará surpresa, mas a existência de escravos em Vila Nova de Famalicão foi para nós um momento de perplexidade. Não conhecíamos qualquer referência à sua existência na freguesia em estudos sobre a mesma, nem a recente História de Vila Nova de Famalicão (Capela, 2005) lhe faz alusão.

Durante a reconstituição da paróquia deparámos com a presença de um conjunto de escravos a viver em Famalicão e a registar atos vitais na freguesia ao longo de vários séculos.

A centralidade geográfica de Vila Nova de Famalicão foi um fator do seu desenvolvimento, mas residiria aqui uma das razões para a presença de escravos na localidade? A acessibilidade à vizinha cidade do Porto seria uma circunstância facilitadora? A proximidade de portos de mar onde poderiam desembarcar esses indivíduos ajudaria a que fossem transacionados?

Araújo e Alves (2004) ao estudarem o segmento populacional escravo de Leça da Palmeira no século XVII alertam-nos para a escassa produção historiográfica nacional sobre a comunidade escrava e liberta na Idade Moderna referindo a sua importância na textura económica e social das comunidades e mesmo no tecido português moderno.

²⁴ Apud, Reginaldo, 2009, p. 289.

Os autores usaram os registos paroquiais da freguesia de Leça da Palmeira onde detetaram a primeira alusão a uma mulher negra em 1560 e dizem estar a estudar esta população desde essa data a 1836, ano em que Sá da Bandeira por decreto de 10 de dezembro proibiu a transação de escravos nas colónias portuguesas a sul do Equador. Cruzaram esta informação com a dos *Livros de notas do julgado de Bouças* respeitante aos escravos libertos leceiros e seus proprietários (Araújo e Alves, 2004:194) o que lhes permitiu complementar e fiabilizar dados, embora os autores apontem para a natureza não definitiva das conclusões.

Neste artigo tratam do período de Seiscentos, muito embora mencionem terem dados para um tempo mais lato, abarcando parte do século XIX.

Referem a dificuldade em contabilizar esta população por lacunas ou até inexistência de documentos, admitindo que *a fonte primária que melhor permite a aproximação ao conhecimento da demografia dos escravos são os registos paroquiais, em particular os registos de batismos e de óbitos quase sempre realizados para estes indivíduos* (Araújo e Alves, 2004:195).

Concluem que *esta comunidade tinha um papel significativo em termos numéricos, sociais e económicos, que tende a ganhar mais importância no decorrer da centúria seguinte* (Araújo e Alves, 2004:209).

Na linha deste estudo de caso encontramos o de Lucilene Reginaldo (2009:289-318) que no artigo «“África em Portugal”: devoções, irmandades e escravidão no Reino de Portugal, século XVIII», *discute a história das irmandades que congregam escravos e libertos africanos e seus descendentes em Portugal, no século XVIII, levando em consideração um panorama mais geral da história e da historiografia da escravidão e da presença africana em Portugal* (2009:289).

A autora refere os poucos trabalhos historiográficos existentes em Portugal sobre o tema e na esteira de Sílvia Lara (2001:307-404) escreve que o tema se tem desenvolvido quase em surdina (2009:289).

A investigadora citando Lahon (1993 A:32) refere que apesar de Lisboa ter sido desde 1521 o único porto onde podiam ser desembarcados cativos até pelo menos 1761, alguns portos como o do Porto receberam número considerável de escravos africanos. (Reginaldo, 2009: 292).

A presença de escravos africanos era um traço de muitas cidades e vilas portuguesas afirma a autora (2009:294-295), adiantando que muitas mulheres escravas

eram, tal como nas Américas, a *mão da limpeza*, e alude citando (Tinhorão, 1997:114) a algumas atividades desempenhadas por elas, como a de lavadeiras e de calhandreiras²⁵.

No seu estudo, se bem que direcionado para a presença de irmandades negras, abre perspectivas que nos foram úteis para o nosso estudo de caso, uma delas a da importância da irmandade do Rosário e da invocação desta devoção para a população negra em Portugal (Reginaldo,2009:302). Este facto leva-nos a pensar se a minoria escrava presente em Famalicão não teria também uma vinculação ao culto do Rosário simbolizado pela presença de um altar na igreja da localidade junto do qual vários famalicenses foram enterrados.

2.4.1.1 O caso de Famalicão

A fonte primária para o estudo da população escrava de Famalicão, tal como já dissemos, foi a dos assentos paroquiais: batismos e óbitos, no período de 1691 a 1808.

Estes indivíduos surgem-nos em 5 circunstâncias, a saber: ao batizado de filhos de escravas, ao seu próprio batizado já como adultos, como padrinhos e madrinhas normalmente de filhos de escravas, ao óbito e a serem contemplados nas últimas vontades dos donos transcritas pelo redator paroquial nos assentos de óbito destes.

Quadro nº 14
Batismos de escravos em Seiscentos²⁶

Período	Batismos (Nº. Abs.)		% Escravos
	Escravos	Totais	
1621-1629	2	62	3,2
1630-1639	1	71	1,4
1690-1699	1	122	0,8

Para os últimos oitenta anos do século XVII verificámos que três mulheres escravas foram mães de crianças em Famalicão. De uma delas, Maria, preta, refere o registo que *pode* ser pai da criança Paulo Correia e quanto a Ana, mulata, não estava indicada a paternidade. Da terceira criança filha de uma escrava o registo continha mais elementos:

Caso 1

Maria foi mãe de Francisca, a 16 de novembro de 1691, indicando como pai um indivíduo chamado Leonardo. Poucos anos sobreveio ao nascimento da filha, vindo a falecer a 15 de fevereiro de

²⁵ Responsáveis pela remoção dos dejetos humanos.

²⁶ Considerámos como escravas os casos de Maria Preta que batizou dois filhos em Famalicão: Salvador a 27 de fevereiro de 1624 e Maria a 12 de maio de 1629 e de Ana (Arranja?), solteira mulata, mãe de Manuel, batizado a 11 de junho de 1632, embora a fonte não refira os seus donos.

1696. Curioso que o padrinho de batismo da criança foi o licenciado e major Domingos de Araújo Sá, da freguesia do Louro, e a sua escrava Francisca.

Maria é indicada como escrava de Ambrósio Fernandes, casado com Maria Correia de Araújo, enfiteuta da Quinta do Salgueiro.

Em Setecentos encontrámos mais mães escravas que batizaram filhos em Famalicão. O período circunscreve-se a cinco décadas, como se observa no quadro e inclui 4 casos de escravos batizados em idade adulta.

Quadro nº 15
Batismos de escravos em Setecentos

Período	Batismos (Nº. Abs.)		% Escravos
	Escravos	Totais	
1710-1719	1	116	0,8
1720-1729	5*	155	3,2
1730-1739	7*	147	4,7
1740-1749	1	146	0,7
1750-1759	2	150	1,3
Totais	16	714	2,2

*Dois deles em adultos.

Vejamos algumas situações:

Caso 1

Ana batizada em idade adulta a 14 de março de 1722 em Famalicão, teve dois filhos também batizados na freguesia: Bento, a 3 de dezembro de 1724 e Maria que tomou esse sacramento a 10 de abril de 1727.

Ana era escrava de António de Freitas, mercador, natural de Santa Eulália de Fafe, casado com Ana Rebela.

Caso 2

Luísa levou a batizar a filha Catarina a 25 de maio de 1723. Foi madrinha da criança Catarina, escrava de Francisco de Faria Salgado, da Quinta do Paço, em Famalicão e padrinho Francisco António, escravo do reverendo de S. Julião de Calendário.

A mãe da criança era escrava de Ana Varela, viúva de Manuel Rodrigues Limão, ferrador, pais do padre Manuel Rodrigues Limão.

Caso 3

A 30 de abril de 1738 foi batizado Francisco, filho da escrava Joana cujo dono era o abade de Famalicão, Manuel Rebelo de Sousa. Foram padrinhos da criança Caetano José de Sousa e Dona Maria Josefa, mulher de Domingos Rebelo de Sousa²⁷.

²⁷ Domingos Rebelo de Sousa e sua mulher Dona Maria Josefa eram pais do abade de Vila Nova de Famalicão.

Como dissemos, certos escravos foram batizados em adultos, algumas mulheres vieram a ser mães de filhos naturais que receberam esse sacramento também na freguesia, mas houve outras situações como a de escravos e escravas que não registaram filhos. Atentemos nalgumas destas situações.

Caso 1

A 10 de março de 1718 foi batizado João, escravo que veio a falecer a 17 de junho de 1743. Era seu dono Tomé Veloso Rebelo, proprietário, casado com Ana Maria do Rosário.

Caso 2

A 22 de dezembro de 1727 foi batizado José Preto que tinha como senhor Francisco de Barros de Azevedo, dono e morador da Quinta do Vinhal.

Caso 3

A 4 de agosto de 1739 recebeu o batizado a escrava Joana que pertencia a Ambrósio Fernandes casado com Maria Correia de Araújo, da Quinta do Salgueiro.

O quadro seguinte dá-nos uma perspetiva dos funerais de escravos falecidos em idade adulta realizados em Famalicão.

Quadro nº16
Óbitos de escravos em Oitocentos

Período	Óbitos (Nº. Abs.)		% Escravos
	Escravos	Totais	
1740-1749	2	94	2,1
1750-1759	1	98	1,0
1760-1769	1	103	0,9
1770-1779	1	86	1,1
1780-1789	1	110	0,9
Totais	6	491	1,2

Embora admitamos que o número de escravos pudesse ser superior, se tivéssemos acesso ao óbito dos menores de sete anos, o quadro permite-nos observar que em cinco décadas houve algumas mortes de população não livre.

Vejamos algumas situações:

Caso 1

A 5 de outubro de 1746 faleceu Maria, escrava do capitão de ordenanças, Manuel Peixoto de Sá, casado com Páscoa de Araújo Aranha, do lugar da Rua.

Caso 2

A 13 de outubro de 1756 faleceu Rosa, escrava do proprietário Tomé Veloso Rebelo, residente no lugar da Rua que tinha batizado o filho Silvestre a 31 de dezembro de 1751.

Caso 3

A 25 de julho de 1780 morreu a escrava Rosa cuja proprietária era Jacinta Correia, irmã do padre Manuel de Carvalho Araújo, residente no lugar da Senhora da Lapa.

Como padrinhos de batismo encontrámos diversos escravos, apresentando-se a seguir alguns exemplos:

Caso 1

A 31 de dezembro de 1751 António Amorim, escravo do reverendo Manuel Rebelo de Sousa, abade reservatário de Famalicão, foi padrinho de batismo de Silvestre, filho de Rosa, escrava do proprietário Tomé Veloso Rebelo, residente no lugar da Rua, e foi madrinha desta criança Maria Pinheira Loba, escrava de Ana Rebelo, viúva de António de Freitas.

Caso 2

João, escravo do padre Tomé Veloso Rebelo, foi padrinho de João, batizado a 27 de julho de 1734, filho de Ana, escrava de Geraldo de Barros, vendedor, casado com Joana de Sá. A madrinha da criança foi Maria, escrava de José Ferreira, da freguesia de Gavião.

A última situação em que encontrámos a referência a escravos surgiu nas disposições inseridas nos registos de óbitos²⁸ dos seus senhores, como foi o caso de dois sacerdotes que contemplaram com verbas específicas os seus escravos:

A 1 de setembro de 1777 faleceu o padre Manuel de Carvalho Araújo, filho de Ambrósio Fernandes de Araújo e Luzia Correia, da Quinta do Salgueiro. Deixou à sua testamenteira, a irmã Jacinta, uma verba para um trintário por alma da escrava Rosa.

O padre Manuel de Araújo Correia, falecido a 26 de junho de 1783, destinou uma verba para serem realizadas 50 missas pela alma de Francisca, sua escrava, e no registo também se dizia que deixava 6.400 réis a Domingas da Cruz, sua escrava, da Quilomba de Guimarães.

²⁸ A existirem testamentos com maior cobertura temporal a abordagem seria certamente mais rica e profunda. Lembre-se que só temos *Livro de testamentos de Vila Nova de Famalicão de 1814 a 1835*. A propósito desta fonte e do alcance da sua análise veja-se, entre outros, o estudo de Margarida Durães: «Uma primeira aproximação aos testamentos: Venade e a prática de testar da sua população», Sep. de *A morte no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Quercó, 1985, pp. 163-174.

No século XIX apenas se registaram duas escravas que encontrámos ao óbito: a 14 de junho de 1808 foi a enterrar Rosa, Preta, cujo dono foi o padre Luís José da Costa, do lugar Senhora da Lapa, e a 3 de novembro de 1800 faleceu Teresa Maria, preta, viúva de Germano, preto, escravos que foram do padre Sebastião Machado, da freguesia de Requião. No momento do seu óbito pertencia a Custódio José Veloso, proprietário, filho de Tomé Veloso Rebelo e sua mulher, proprietários, que tinham sido donos de duas escravas com filhos batizados em Famalicão.

Em síntese, vários foram os escravos a viverem em Famalicão antes de esta freguesia ser sede de concelho e vila. Predominaram as mulheres: onze delas batizaram filhos na localidade e sete dos oito escravos em idade adulta indicados ao óbito eram igualmente mulheres, bem como três dos seis escravos residentes em Famalicão que apadrinharam as seis crianças a quem foi administrado o sacramento.

Dois padres que foram donos de escravas deixaram a vontade expressa de as beneficiar, um com uma verba pecuniária destinada a ajudá-la e outro com o pagamento de missas por sua alma. A forma e o local de aquisição destes escravos também é uma incógnita, só havendo uma indicação de passagem de donos, a da escrava Teresa, preta, falecida no estado de viúva, cujo assento de óbito de 3 de novembro de 1800 referia que antes de pertencer ao famalicense Custódio José Veloso Rebelo havia sido do padre Sebastião Machado, residente na freguesia de Requião.

A origem geográfica dos escravos foi apontada apenas numa situação, a de Domingas da Cruz, da quilomba de Guimarães, no Brasil, escrava do padre Manuel de Araújo Correia, falecido a 26 de junho de 1783.

Durante a Idade Moderna era comum em Portugal existirem donos de escravos de vários grupos sociais (Lahon,1999:51) se bem que devido ao seu preço a maioria deles fosse propriedade da aristocracia e grupos sociais mais abastados.

Em Famalicão os escravos reportados ao seu senhor pertenciam em grande parte das vezes a proprietários ou eclesiásticos, a viverem na zona central da localidade, nos lugares da Rua e da Senhora da Lapa, ou nas Quintas dos seus donos, do Salgueiro, do Paço e do Vinhal. Encontrámos, contudo, como possuidores de escravos um mercador, um ferreiro e um caseiro²⁹.

De entre os vinte e três famalicense que em Setecentos eram donos de escravos adultos cinco possuíam dois escravos: Ambrósio Fernandes e a mulher, Maria Correia de Araújo, enfiteutas da Quinta do Salgueiro, o abade de Famalicão Manuel Rebelo de

²⁹ De proprietário absentista.

Sousa, o padre Manuel de Araújo Correia, os proprietários Tomé Veloso Rebelo e sua mulher Ana Maria do Rosário e o mercador António de Freitas e sua mulher, Ana Rebelo, apontando este facto para uma maior importância social e nível de riqueza destas famílias.

Seria interessante sabermos a que se dedicavam estes escravos e escravas, porém nenhuma informação nos apareceu que nos pudesse elucidar ou dar elementos aproximativos. Pela preponderância de mulheres, admitimos que grande número estivesse adstrito às ocupações domésticas, podendo alguns escravos trabalhar nas propriedades do senhor e ou dividir-se por estes dois tipos de ocupação. Os que laboravam em casas situadas nas quintas de seus senhores eventualmente poderiam fazer trabalho agrícola.

O estudo do destino dos filhos das mães escravas batizados em Famalicão, (três delas mães de dois filhos e as outras oito de um filho cada) seria igualmente um campo de análise complementar, contudo, a fonte não nos deu qualquer indício que nos permitisse conhecer esse indicador. Estes indivíduos, a sobreviverem, tanto poderiam ficar na casa dos senhores onde nasceram como serem transacionados por eles.

Constatámos que a comunidade famalicense durante séculos conviveu com esta minoria que teve acesso aos sacramentos, pertencendo por esta via ao universo dos cristãos. Uma percentagem não desprezível de crianças ilegítimas proveio de mães escravas e contribuiu para avolumar o número deste segmento populacional na freguesia, embora admitamos que muitos não sobreviveriam e que algumas dessas crianças seriam vendidas ou trocadas.

Dentro das relações de sociabilidade encontrámos o apadrinhamento. A maioria dos padrinhos e madrinhas de escravos era constituída por outros escravos, normalmente pertencentes a senhores residentes em Famalicão, só tendo surgido duas referências a padrinhos relativas cada uma delas a senhores de escravos moradores em freguesias contíguas a Famalicão, a de Calendário e a de Gavião.

A miscigenação foi outro traço de que nos apercebemos, acontecesse ou não no seio da comunidade famalicense, uma vez que a par da designação de escravos ou escravas pretos nos surgiram os pardos ou mulatos.

2.4.2 Criados

Um outro grupo populacional era constituído pelos criados ou serviçais. Através dos registos paroquiais, particularmente dos de óbito, foi-nos possível fazer uma aproximação ao estudo desta franja populacional, para um período de alguns séculos.

Tivemos em conta para o estabelecimento do limite cronológico da amostra o período a partir do qual as fontes continham os dados e o período em que o concelho estava já consolidado. Assim, estabelecemos como datas extremas o período compreendido entre 1633, data da primeira alusão à presença de criados na freguesia, e o final da década de cinquenta do século XIX, uma vez que já tinham decorrido mais que duas décadas da implantação do concelho.

A abordagem a este indicador pela natureza das fontes e sua especificidade será essencialmente de natureza qualitativa.

Ao longo do período em análise encontramos referência a vários indivíduos que tinham a ocupação de criados e a maioria estava ao serviço de proprietários.

Desde a primeira informação respeitante ao crisma de Maria, realizado em 16 de junho de 1633 que servia na altura a João Moreira, casado com Susana de Figueiredo, que admitimos ser o dono da Quinta do Paço situada na zona Sul da freguesia, até ao óbito em 17 de janeiro de 1859 de Maria Carneiro, solteira, filha de Francisco Carneiro, criada de Gabriel Carneiro, caseiro da Casa do Paço, a sociedade famalicense passou por diversas transformações que podem ser percecionadas pelos exemplos que selecionámos, encontrando-se no anexo nº 7 uma visão mais detalhada.

Começamos pelo único caso de um mercador.

Caso 1

Maria foi beneficiada com a verba de 4.800 réis no testamento do patrão, António de Freitas, falecido em 28 de dezembro de 1736. Ele era mercador, natural de Santa Eulália-Fafe e tinha casado com a famalicense Ana Rebelo, vivendo no lugar da Rua.

Caso 2

Bento Correia de Carvalho, solteiro, proprietário, faleceu a 20 de fevereiro de 1756. Era filho dos enfiteutas da Quinta da Eira e tinha uma criada chamada Páscoa, a quem deixou quando morreu 24.000 réis.

Caso 3

Não sabemos o nome dos criados que tinha o reverendo Manuel Correia de Sá, falecido a 9 de fevereiro de 1782, porque ele não os identificou, mas nas disposições transcritas no seu registo de óbito deixou a cada um 1.200 réis, além das soldadas.

Vimos alguns exemplos dos estratos mais elevados da sociedade setecentista famalicense. Será que Oitocentos e a passagem de Famalicão a sede de concelho foram marcados por transformações sociais? O poder económico e o estatuto social mantiveram-se nestes grupos ou registam-se alterações?

Através da análise de algumas situações vamos procurar um quadro aproximado.

Caso 1

Em 29 de outubro de 1840 faleceu Pedro Bartolomeu, natural de Palência, Espanha, criado de José Maria do Couto, empregado público, residente na Rua.

Caso 2

Em 2 de novembro de 1853 faleceu Maria das Dores, natural de S. Jorge de Airó, concelho de Barcelos, criada do *brasileiro* de torna viagem António Martins Branco, proprietário, residente no lugar da Feira.

Caso 3

Em 19 de abril de 1857 faleceu António Correia Cortinhas, solteiro, criado de Manuel Carlos Cardoso de Meneses da Fonseca Barreto, proprietário da Quinta ou Casa do Vinhal.

Constatou-se que a *posse* de criados foi alargada a outros grupos como o da burocracia pública e também a uma parcela emergente na sociedade famalicense, a dos *brasileiros* de torna viagem que tiveram sucesso no Brasil. Continuaram a figurar proprietários de quintas como a do Vinhal e surgiram pela primeira vez caseiros de quintas com proprietários absentistas a gozarem da possibilidade de terem uma criada.

Em resumo, a comunidade convivia com um segmento populacional minoritário, os criados e as criadas ao serviço dos seus patrões em casas ou quintas da freguesia.

As casas onde trabalhavam estes serviçais eram fundamentalmente de proprietários e de eclesiásticos e alguns deles tinham mais que um criado, como aconteceu com o reverendo Manuel Correia de Sá, de quem já se falou e com o Dr. Caetano José de Sousa Rebelo, abade de Famalicão, que exarou nas suas últimas vontades uma verba destinada aos seus criados, de quem só sabemos o nome de um,

Luís, para pagamento das soldadas e ainda pediu que se desse a cada um deles 480 réis e ao supra referido Luís, além das soldadas, 1300 réis e ainda Dona Josefa Maria Peixoto proprietária, residente na Rua, casada com José Garcia de Barros e filha do capitão Manuel Peixoto de Sá e de sua mulher Páscoa de Araújo Aranha que tinha uma criada e um criado falecidos em 1795.

Estes criados e criadas estavam ao serviço de casais, de homens e de mulheres solteiros, de viúvos e viúvas e de eclesiásticos, surgindo-nos um caso isolado de uma mulher que tinha o marido ausente em território ultramarino, Dona Josefa Maria Peixoto, de quem já falámos anteriormente.

Detetou-se um claro predomínio das mulheres a exercer esta atividade, pois na amostra em que contabilizámos vinte e oito criados, só oito eram homens. Admitimos que estariam essencialmente alocados aos serviços domésticos, embora pudessem cuidar dos quintais que as casas possuíssem. Eram serviçais maioritariamente de proprietários e de eclesiásticos residentes no lugar da Rua, praça da Mota, lugar da Feira ou nas suas Quintas.

Domingos José, falecido a 5 de abril de 1811, foi o único criado de quem tivemos indicação que prestava serviço fora de casa. Morreu quando estava a podar numa propriedade que a patroa Dona Ana Leonor Peixoto tinha na freguesia de Brufe. Admitimos que outros criados como António Correia Cortinhas, solteiro, falecido em 19 de abril de 1857, ao serviço de Manuel Carlos Cardoso de Meneses da Fonseca Barreto, proprietário da Quinta ou Casa do Vinhal, estivesse igualmente adstrito ao trabalho agrícola.

Conhecemos a residência da maioria dos criados e exceto os que moravam na Quinta do Vinhal, grande parte residia no lugar da Rua, depois designada por Rua Direita, o que nos leva a pensar que seria nessa zona que se concentrava na época a elite da Vila.

Além de terem criados houve famalicenses que puderam contar também com o serviço de escravos, como foram os casos de António de Freitas, mercador, e sua mulher, de Tomé Veloso Rebelo, proprietário, e sua mulher e de Custódio José Veloso, proprietário, e sua mulher.

2.4.3 Amas de expostos

Na sociedade famalicense uma das minorias era formada pelas amas das crianças expostas.

Embora tratemos em capítulo próprio a questão dos expostos, por ter sido implantada em 11 de abril de 1786, uma Casa da Roda em Famalicão subsidiária da de Barcelos³⁰ a cujo termo pertencia Famalicão, decidimos incluir aqui as amas que criaram crianças expostas falecidas em Famalicão, independentemente da Roda a que as foram buscar.

Entre 2 de julho de 1780 e 20 de outubro de 1870 alguns casais famalicenses tinham como ajuda na sobrevivência o ordenado pago pelas Rodas ou pelas Misericórdias às amas que alimentavam e cuidavam das crianças a seu cargo. Seis destas famílias criaram em anos diferentes mais que uma criança exposta fundamentalmente provenientes da Misericórdia do Porto.

Das vinte e duas famílias recetoras de expostos só de três não possuímos a referência ao local de residência. Quase metade vivia no lugar da Ribeira, as restantes residiam maioritariamente nos lugares de Fornelo, do Poço e da Rua Direita e uma em cada um dos seguintes lugares: Bandeira, Cruz Velha, Granja, Pelames e Vinhal.

A fim de conhecermos o enquadramento familiar destes meninos expostos, vejamos alguns casos de famílias que os recebiam. Na impossibilidade de incluir certas dessas mulheres na família, por falta de dados, o nosso critério foi o de escolher os casais que foram buscar crianças à Roda. Mesmo assim ainda nos surgiram situações em que não o pudemos fazer por a família não registar qualquer ato vital na freguesia.

Verificámos que a maioria das amas conhecidas era casada, numa relação de vinte em vinte e quatro das situações e que seis destes casais como já se disse, criaram mais que uma criança que foram buscar à Roda.

Observemos alguns exemplos de casais que cuidaram de mais que uma criança da Roda:

Caso 1

Joaquim José Lopes Moreira e a mulher Custódia Maria, do lugar da Ribeira, casados em Famalicão a 19 de maio de 1782, foram buscar à Roda três crianças: Rosa, Maria e Domingos, desconhecendo-se de que Instituição procederam as meninas, só se sabendo que o rapaz veio da Roda do Porto. Morreram ainda na infância, respetivamente a 20 de novembro de 1789, 18 de junho de 1790 e 2 de novembro de 1794. As meninas faleceram por volta do ano de idade e o rapaz entre os três e os quatro anos. Este casal, estável³¹ em Famalicão, pois casou, teve filhos e ambos os cônjuges faleceram na

³⁰ As Rodas foram criadas em 1783 e extintas em 1867.

³¹ Família Tipo 1.

freguesia, foi genitor de dez crianças, mas só uma faleceu na infância, em 30 de janeiro de 1806, com quatro anos e meio.

Caso 2

José Ramos e Maria Mendes, do lugar do Poço, a quem conhecemos vários filhos falecidos em criança assistiram paralelamente ao óbito de outros meninos que foram buscar à Roda. Em 20 de janeiro de 1828 morreu-lhes o filho João com pouco mais de um ano e a 19 de outubro desse ano, fez-se o funeral de Joaquina Camila que tinham trazido da Roda do Porto, declarando o padre estar *na idade da inocência*; em 23 de novembro de 1831 morreu o filho Manuel, com 17 meses e a 9 do mesmo mês e ano tinha falecido Miguel, *no estado de inocência*, também entregue pela Roda do Porto e a última criança exposta a cargo do casal foi Maria que faleceu a 1 de outubro de 1833, *no estado de inocência*, vinda da Roda de Barcelos e passado pouco mais de um ano faleceu ao casal a filha Mariana, já com dez anos. De notar que seis dos sete filhos do casal morreram infantes.

Caso 3

Bernardo José de Sousa Barbosa e a mulher Maria Josefa, do lugar do Fornelo, casaram em Famalicão a 9 de novembro de 1807 e tiveram oito filhos conhecidos, dois deles falecidos na infância. Foram buscar três crianças, duas à Roda do Porto e uma à de Barcelos, que morreram em Famalicão *em estado de inocência*: Albina, a 6 de julho de 1826, Joaquim a 5 de outubro de 1828 e José Maria, a 15 de novembro de 1831. Refira-se que em 13 de setembro de 1828, batizaram um menino a quem puseram o nome de António³², e em 5 de outubro desse ano, levaram a enterrar Joaquim, de quem já se falou.

Pelos exemplos verificamos serem famílias que tiveram entre sete e dez filhos, e que a morte não chegou só às crianças que foram buscar à Roda, mas atingiu também os filhos.

A conviveram na mesma casa, admitimos que em condições de carência tanto de habitabilidade como de meios de subsistência, estes meninos estariam em situação de vulnerabilidade. Atente-se como caso extremo no caso de José Ramos e de Maria Mendes, a quem só subsistiu um filho, morrendo os outros na infância e das três crianças que foram buscar à Roda, nenhuma delas sobreviveu.

Apesar da ajuda que era dada pelo ordenado que a Roda pagava às amas, este seria insuficiente para alimentar estas famílias numerosas, mesmo juntando outros proventos auferidos pelo marido, eventualmente jornaleiro ou artífice.

De outros casais famalicenses só se sabe que foram buscar um filho. Atentemos nalguns exemplos:

³² Faleceu com cinco anos.

Caso 1

José António de Freitas casado com Joana Maria Gomes, a 25 de agosto de 1779 em Famalicão, constituiu uma família estável na freguesia³³. Residiam no lugar da Ribeira e tiveram 11 filhos, entre 1780 e 1793, e em 20 de junho de 1790 viram morrer Joaquina, de 3 anos, que lhes tinha sido confiada pela Roda do Porto.

Caso 2

José Joaquim Godinho e a mulher Ana Maria Ferreira casaram em Famalicão a 6 de novembro de 1805. Residiram no lugar da Rua e tiveram pelo menos nove filhos, quatro deles falecidos na infância. Foram buscar Constâncio à Roda do Porto, que morreu na *idade de inocência*, em 1 de outubro de 1816.

Caso 3

Cosme José da Silva, carpinteiro, exposto da Roda do Porto e sua mulher, Maria Joaquina, exposta da Roda de Barcelos, residentes no lugar dos Pelames, tiveram em Famalicão entre 1823 e 1844, nove filhos, três deles falecidos na infância. Da Roda de Barcelos trouxeram Ana Maria que morreu no *estado de inocência* a 28 de fevereiro de 1831.

Continuamos a lidar com casais com muitos filhos, tal como nos exemplos anteriores, mas nem sempre assim aconteceu. Se bem que nalgumas famílias estudadas não tivéssemos acesso completo a todos os elementos por não serem famílias estáveis, invalidando assim conclusões. No entanto, a maioria das famílias que pudemos seguir ao longo da sua vida era numerosa, e todos os núcleos tinham cinco ou mais filhos.

De entre a amostra em estudo, dos dezasseis casais com registo de algum ato vital na freguesia, dois não tiveram filhos conhecidos, um correspondia a um segundo casamento, dois não eram famílias estáveis e dos onze restantes, só um casal teve três descendentes e os outros núcleos variaram entre cinco e dez filhos.

Estiveram ainda no nosso campo de observação mais quatro casais, que não registaram qualquer ato vital na freguesia e duas mulheres que admitimos poderem ser solteiras ou viúvas.

Esta franja populacional seria mais uma no círculo da sociabilidade famalicense, onde conviviam extratos populacionais diversos, alguns no limiar da pobreza, como seria o caso de certos destes casais e destas mulheres, bem como das crianças, tanto próprias como expostas.

³³ Tipo 1.

À parcela dos que viviam com carências económicas podemos contrapor os mais favorecidos, alguns deles detentores de propriedade fundiária, mesmo que em regime de enfiteuse.

2.5 Património fundiário

A comunidade rural minhota do Antigo Regime tem na aldeia ou lugar o seu quadro territorial e social por excelência de estruturação e definição. Por vezes pode mesmo definir-se ao nível do casal ou mesmo da quinta (...) quando à sua volta se organiza o essencial da vida sócio-comunitária.

(Capela, 2006: 13)

O estudo das Quintas e seus “possessores” como exemplo *ad contrario* das outras minorias constituídas pelos escravos e pelos criados constitui uma análise interessante que está longe de se esgotar nesta abordagem.

A existirem arquivos particulares sobre estas unidades territoriais famalicenses poder-se-ia aprofundar o estudo, por exemplo, sobre o papel que estas explorações tiveram na implantação de novas culturas e técnicas agrícolas, a dinamização da região, a empregabilidade das populações locais e até o seu papel em anos de crise e lugar detido pelas unidades económicas no fluxo demográfico da comunidade.

Na ausência de tais dados fizemos uma análise dessas células territoriais através do contributo da nossa base de dados, contando a breve prazo alargar o seu domínio através do estudo dos prazos, nomeadamente os da Casa de Bragança.

A Quinta configura um modelo de funcionamento de uma unidade rural e construção de elites e a existir um inventário diacrónico do seu património este conformaria a expressão *ad quem* da dinâmica e evolução dessa unidade económica. O conjunto dos seus bens dar-nos-ia uma panorâmica da sua auto suficiência e até dos excedentes gerados, bem como das culturas, dos tipos de terrenos a que se encontravam adstritos, das diversas parcelas da Quinta e da sua topografia e redes de água.

A exploração agrícola de maiores dimensões como a Quinta minhota poderia assumir-se como nevrálgica para o emergir do espírito de empreendedorismo das famílias detentoras da propriedade, mesmo que muitas das parcelas fossem ao longo de gerações advindas de contratos, como o da enfiteuse e poucas fossem de natureza alodial.

De facto, a Quinta minhota seria muitas vezes constituída por bens próprios (com dízima a Deus), parcelas sujeitas a contrato de enfiteuse e nalgumas situações haver até subenfiteuse³⁴, ou outro tipo de contrato.

A existência de “proprietários” absentistas seria outro campo de análise e contrastar a economia dessas Quintas em períodos de presença ou ausência dos proprietários como aconteceu com a Quinta da Eira e do Vinhal.

A dependência do herdeiro principal da Quinta que consequências traria para o resto do núcleo familiar, nomeadamente dos irmãos?

A Quinta teria sido o polo aglutinador da família, o centro nevrálgico, a estrutura sanguínea?

A pujança das Quintas minhotas muito ligada à ação do homem e à abundância de água estava também unida à diferenciação das suas parcelas que se complementavam no quadro da economia produtiva, existindo topónimos ancestrais como *agras* ou *agros*, *leiras*, *vessadas*, *vinha*, *pomar*, *várzea*, que nos remetem para a natureza destas unidades. Em concomitância as *bouças*, os *soutos*, as *quebradas*, zonas de pastos e matos sustentam a diversidade das parcelas da Quinta minhota³⁵.

Através da fonte matricial da nossa investigação que deu origem às fichas de família a que agregámos outras fontes de ordem eclesial e civil e também informação colhida de bibliografia produzida por autores locais, fundamentalmente por Vasco de Carvalho (1944, 1947, 1959, 1960) e do seu espólio, algum ainda inédito, pudemos chegar ao conhecimento aproximado das famílias “detentoras” de Casas (Fazendas) ou Quintas em Famalicão³⁶ e a forma como foram passando o seu património fundiário ao longo de várias gerações. Identificámos quatro quintas durante o século XVII e XVIII: a do Salgueiro, a da Eira, a do Paço e a do Vinhal, acerca das quais nos debruçaremos.

³⁴ Como foi o caso da Quinta da Eira que foi subemprazada a João de Azevedo e sua mulher por José Luís Cerqueira de Lemos e sua mulher, Dona Joaquina de Vasconcelos Mota, todos de Barcelos, feita no ano de 1793 na nota do tabelião Francisco Martins Ribeiro da Vila de Barcelos, a folhas 127 e seguintes, segundo o *inventário das coisas pertencentes a esta igreja de Santa Maria Madalena de Vila Nova de Famalicão que manda fazer o reverendo abade Manuel Rebelo: 1708-1793*, fl. 37.

³⁵ Embora de outra natureza, mas na falta de elementos sobre a constituição das várias parcelas destas Quintas o *Tombo das propriedades da Igreja de Santa Maria Madalena de 1551*, dá-nos uma visão do tipo de propriedades existente, desde a devesa, à vinha, à bouça, às moutas de mato, ao pomar, à leira, à agra, passando pelas espécies arvenses, árvores de fruto e de outro tipo e construções de apoio à unidade produtiva, como lagar, moinho, currais, eira e casas de habitação colmaças ou sobradadas, não deixando de referir as linhas de água que sustentam a produção e a economia das parcelas agrícolas.

³⁶ Neste estágio da nossa investigação não sabemos se alguns eram plenos proprietários ou enfiteutas, ou se detinham parcelas com várias origens. Contamos num futuro próximo aprofundar este tema.

2.5.1 Quinta do Salgueiro

Em 22 de abril de 1686 possuía, pensamos que como enfiteuta³⁷, o casal ou fazenda do Salgueiro Manuel Álvares de Sousa, do Porto, indicado como picheleiro e proprietário, casado em Famalicão com Luzia Correia de Carvalho, nascida a 28 de janeiro de 1657 e falecida no estado de viúva, a 19 de maio de 1740, filha de António Gomes de Carvalho, “proprietário” da Quinta do Carvalho e do Casal ou Quinta da Eira e de sua mulher Apolónia Correia.

Os pais de Luzia Correia de Carvalho tinham laços de consanguinidade: Apolónia Correia nascida em Famalicão a 9 de fevereiro de 1625 era neta de Maria Pinheira e sobrinha neta de Filipa Gonçalves, irmã desta, e António Gomes de Carvalho casado com Apolónia Correia era filho da tia-avó de sua mulher, Filipa Gonçalves.

Vejamos a sua genealogia com mais detalhe: António Gomes de Carvalho era filho de Domingos Gomes, da freguesia do Louro e de Filipa Gonçalves, irmã de Maria Pinheira da Casa da Eira, em Famalicão.

Apolónia Correia descendia do casal Agostinho Correia, da Quinta da Vestoria, (sic) em Landim, cirurgião, e de Francisca Dias, filha do padre António Dias, da Casa do Paço, um padre muito rico, instituidor da capela de Santo André na igreja de Famalicão, e de Maria Pinheira da Casa da Eira³⁸, irmã de Filipa Gonçalves, da Rua Direita.

A Quinta do Salgueiro passou para a filha mais velha de Ambrósio Araújo e Luzia de Carvalho, Maria Correia de Araújo, casada na freguesia a 1 de novembro de 1728, com Brás Fernandes da Silva, cujo caseiro era Manuel Francisco, da Estela, concelho da Póvoa de Varzim.

Brás Fernandes e sua mulher tiveram duas filhas em Famalicão: a mais velha, Maria Rosa Correia da Silva, nasceu nesta Quinta em 18 de outubro de 1729 e casou aos 16 anos em Famalicão, a 15 de junho de 1745, com Fernando Peixoto do Amaral e Freitas³⁹, de 33 anos, natural de São Sebastião, Guimarães, filho de Domingos Peixoto do Amaral e de Tomásia Teixeira Ferreira da Costa.

Fernando do Amaral e Freitas e Maria Rosa Correia da Silva passaram a viver em Guimarães onde tiveram pelo menos 5 filhos. Os cônjuges foram sepultados em

³⁷ Em 1728, no inventário *das coisas pertencentes à igreja de Santa Maria Madalena de Villa Nova de Famalicão*, fl.2, mandado fazer pelo abade Manuel Rebelo e Sousa constava que pagava *o casal do Salgueiro a esta igreja trinta e nove rasas e hum quarto de pam meado milho esenteio, hum carneiro e duas galinhas ou onze vintens por elle, e ou seis vintens pelas galinhas segdo o prazo.*

³⁸ Ver *inquirição de genere* de Manuel de Araújo Correia realizada a 5 de maio de 1714, processo nº 15486, pasta 659.

³⁹ Com carta de brasão de armas de 15 de novembro de 1738.

Guimarães: Fernando Peixoto, em 12 de fevereiro de 1794, no estado de casado e Dona Maria Rosa, em 5 de dezembro de 1805, como viúva.

A Quinta do Salgueiro manteve-se nesta família, pelo menos até ao trineto de Dona Maria Rosa, Duarte do Amaral Pinto de Freitas, nascido em Guimarães a 7 de maio de 1871, e falecido em Lisboa a 16 de julho de 1979 (Silva, 2006:866) e (Valdez, 1964:860), avô de Diogo Pinto Freitas do Amaral, quinqueneto de Dona Maria Rosa. Ainda hoje existe a Casa e a Quinta, não sabemos se na totalidade da sua área⁴⁰.

2.5.2 Quinta da Eira

A Quinta da Eira é bastante antiga, pelo menos de início do século XVII. A primeira alusão nos registos paroquiais ao casal seu “detentor”⁴¹ reportou-se ao batizado de Gregório realizado a 22 de novembro de 1606⁴². Este menino era filho de Domingos Gomes e de Filipa Gonçalves, irmã de Maria Pinheira, ambas da fazenda da Eira.

Seguindo a família, através das fichas de família e cruzando os dados com as *inquirições de genere*, principalmente a de Manuel de Araújo Correia realizada em 5 de maio de 1714⁴³, que é circunstanciada por o justificante ter fama de cristão novo, através de sua avó materna Apolónia Correia, constatámos que a família teve várias gerações em Famalicão. Da primeira geração conhecemos 5 filhos: Gregório Gomes de Carvalho, capitão⁴⁴, nascido a 22 de novembro de 1606; Beatriz Gomes nascida a 2 de março de 1609 e casada na freguesia a 7 de agosto de 1644 com Francisco Pinto de Carvalho; Maria nascida em 3 de novembro de 1613⁴⁵ e António Gomes do Carvalho, *homem nobre que vivia de suas fazendas*⁴⁶, casado em Famalicão a 21 de junho de 1651, com Apolónia Correia.

O capitão Gregório Gomes de Carvalho residia na Quinta da Eira em 2 de abril de 1681, no estado de viúvo. Beatriz Gomes casou em Famalicão a 7 de agosto de 1644,

⁴⁰ No inventário dos objectos, terras de Passal, Bouças (sic), devesas, monte de Lagarinhos, Caza de Residência, Prazos das terras foreiras, foros e Pensões(sic) pertencentes a esta Igreja com o título de Abadia de Santo Adrião e sua anexa Santa M^a Magdalena de V:ª Nova de Famalicão visto e renovado por mim José Fortunato Pinto Correia Abade desta Igreja, aos oito dias do mês de Outubro de 1845, consta a fl. 26, o prazo do casal do Salgueiro renovado em 1746 a favor de Bras Fernandes da Silva e sua mulher (...) hoje possuidor delle D. M.^a de Alegria casada com Gaspar P.to de Carvalho e Sousa da V.ª de Guimaraes (...).

⁴¹ Em 1728, no inventário das coisas pertencentes à igreja de Santa Maria Magdalena de Villa Nova de Famalicão, mandado fazer pelo abade Manuel Rebelo e Sousa constava que pagava o casal da Eira seis rasas de pam meado e sinco tostoins em dinheiro e huma galinha. Cf. fl.2 do referido inventário.

⁴² Era irmão de António Gomes de Carvalho.

⁴³ *Inquirição de genere*, processo nº 15486, pasta 659.

⁴⁴ Aparecia como testemunha e com a indicação desse cargo, residente na sua Quinta da Eira, com 64 anos mais ou menos, na *inquirição de genere* de Manuel Fernandes Correia feita em 27 de janeiro de 1681, processo nº 15307, pasta 650.

⁴⁵ Só se sabe esta data.

⁴⁶ *Inquirição de genere* de 2 de abril de 1681 referente a João Rocha da Silva, processo nº 1482, pasta 68. No processo figurava como testemunha e foi indicado como tendo mais ou menos 75 anos. Também neste documento constava como testemunha o irmão Gregório Gomes do Carvalho, à data viúvo, capitão, com mais ou menos 74 anos e residente na Quinta da Eira. Não conhecemos o registo de batismo de António, mas possuímos o de Gregório (Famalicão, 22.11.1606) e sabemos que tinha 74 anos, daí admitirmos que António tivesse nascido em 1605, o que é plausível, pois não dispomos da data de casamento dos pais (os registos começam mais tarde). De referir ainda que na família encontramos outro filho, mas só no assento de óbito (14.02.1658), o padre Manuel Gomes, residente à data do óbito em Antas, mas enterrado em Famalicão.

com Francisco Pinto de Carvalho e não se lhe conheceram filhos batizados na freguesia⁴⁷.

Francisco Campelo da Fonseca e Ana Pinto ou Pinto de Carvalho tiveram um filho, Manuel Campelo Pinto da Fonseca, que casou em Famalicão a 16 de novembro de 1726, com Dona Joana Maria de Almeida, nascida na freguesia a 11 de março de 1697. Ela era filha do boticário Francisco de Almeida Barbosa e de sua mulher Benta Rebelo de Matos, filha do capitão Francisco Rebelo de Matos e de sua mulher Maria da Rocha.

Residiram na Quinta da Eira, mas o casamento só durou três anos, por morte de Dona Joana, em 9 de junho de 1730. O viúvo continuou a viver na Quinta até 5 de maio de 1758, data do seu óbito.

A Quinta da Eira foi herdada pelo único filho, Francisco José Campelo da Fonseca Pinto que nasceu em Famalicão a 20 de julho de 1726, ainda os pais eram solteiros e casou na freguesia, a 18 de abril de 1748, com Dona Maria Josefa de Vasconcelos Mota⁴⁸. Esta foi batizada a 20 de julho de 1726 em S. Miguel das Aves, como filha de Maria Ferreira, solteira, nascida a 15 de julho de 1703, também nesta paróquia e de João Coelho de Vasconcelos da Mota, abade desta freguesia, nascido em 1 de janeiro de 1684 na Quinta da Carrapatosa, da freguesia de Nossa Senhora de Oliveira, Guimarães. João Coelho era filho de João Coelho de Vasconcelos e Mariana Gião de Morgade, *que viviam na dita Quinta a lei da nobreza*⁴⁹.

O casal Francisco e Maria Josefa residiram na Quinta da Eira desde o casamento até à morte, ele perto de trinta anos, pois faleceu no estado de casado, a 6 de outubro de 1786 e ela mais de quarenta anos, uma vez que morreu viúva, a 26 de dezembro de 1789. Tiveram nove filhos, todos nascidos em Famalicão: João Manuel da Fonseca Pinto a 10 de março de 1749, José Pinto de Vasconcelos a 2 de julho de 1753, Manuel Pinto de Vasconcelos a 22 de dezembro de 1754, Maria a 20 de fevereiro de 1758, Francisco Campelo de Vasconcelos a 22 de dezembro de 1760, Joaquina de Vasconcelos e Mota a 21 de agosto de 1763, António José Campelo a 10 de junho de 1766, Luísa⁵⁰ a 25 de maio de 1769 e Ana a 20 de abril de 1773. Sobre estes filhos tivemos ainda conhecimento que o segundo morreu solteiro, em Famalicão, a 2 de abril

⁴⁷ Felgueiras Gaio (1938: Vol. V:177-179) no título dos Fonsecas) refere que uma filha deste casal, Ana Pinto (de Carvalho), senhora da Quinta da Eira em Famalicão, casou com Francisco Campelo da Fonseca, filho de Tomé Peres da Fonseca, vigário de Chavão e Maria Campelo.

⁴⁸ Foi legitimada por carta régia de 10 de março de 1748 (D. João V), e por uma escritura de perfilhação feita na nota do tabelião M.el Rodrigues, aos 29 de janeiro de 1741, segundo Felgueiras Gaio, http://www.vasconcelos.com/geno/FilgGai_Copy/hg-40109-v_0009_117-129_t01-B-R0300.pdf.

⁴⁹ Na *Inquirição de genere* de 25 de agosto de 1777, de Manuel Pinto de Vasconcelos, seu neto, processo nº 16987, pasta 738.

⁵⁰ Em 1794, vivia em Famalicão, no lugar da Rua.

de 1781, aos 27 anos, o terceiro filho do casal foi padre⁵¹, o quinto filho, o sexto e o sétimo casaram em Famalicão como a seguir se detalha.

Francisco Campelo de Vasconcelos, quinto filho de Francisco José Campelo da Fonseca Pinto e Dona Maria Josefa Vasconcelos Mota, casou em Antas a 26 de janeiro de 1786, com Josefa Maria Rosa, nascida nesta freguesia a 13 de outubro de 1760. Foram genitores em Famalicão de António, nascido a 15 de novembro de 1787 e falecido a 20 de agosto de 1790, e de Maria que morreu na freguesia aos 5 meses, em 14 de agosto de 1790, não se conhecendo mais filhos ao casal.

A sexta descendente do casal foi Dona Joaquina de Vasconcelos e Mota, casada em Famalicão a 9 de janeiro de 1786 com José Luís Cerqueira de Lemos, de Barcelos, filho de Manuel Francisco Cerqueira e Josefa Teresa Pereira de Lemos, que desempenhou o cargo de correio assistente de Barcelos⁵², *sendo também escrivão da Câmara e dos órfãos* na mesma localidade (Fontoura, 2010:30).

O sétimo filho, António José Campelo⁵³, casou na freguesia contígua de Brufe a 27 de janeiro de 1788, com Maria Rosa, nascida nesta localidade a 22 de janeiro de 1765. Dois dias depois do casamento tiveram Francisco, nascido em Brufe e falecido em criança, em Famalicão a 12 de novembro de 1790. Foram ainda progenitores de uma menina, Justa, batizada a 20 de dezembro de 1791, nesta freguesia. Passados três dias do batizado, ficou órfã de pai, falecendo este no lugar da Rua. A mãe não voltou a casar e morreu a 5 de outubro de 1836, na mesma Rua. Sobre Justa não temos qualquer outro dado.

A quinta da Eira ficou para Dona Joaquina de Vasconcelos e Mota. Esta e o marido batizaram em Famalicão a 17 de setembro de 1787, o filho José Maria Cerqueira de Lemos, que pediu inquirição de genere, a 20 de março de 1807⁵⁴, já residente com os pais em Barcelos.

A última referência nos nossos registos a esta Quinta diz respeito a um irmão de José Maria Cerqueira de Lemos, António Cerqueira de Lemos Coelho Vasconcelos, casado com Dona Ana Cândida de Sá Campelo, proprietário da Quinta da Eira, falecido em Famalicão a 3 de agosto de 1848, no estado de casado. Esta Dona Ana Cândida era tia de Dona Carlota Cândida de Moraes Campelo, filha de João Felisberto Correia de Sá

⁵¹ Era coadjutor em Famalicão a 5 de maio de 1879, data em que pela primeira vez o encontramos, no caso vertente a celebrar um casamento.

⁵² Foi renomeado em 1805, <http://www.europeana.eu/portal/record/094091/B904EC6F4C8FBCDE898C070164E29A19F5ADABCE.html?query=who%3AJos%C3%A9+Lu%C3%ADs+Cerqueira+de+Lemos>.

⁵³ Ao casamento foi indicado como António José Pinto de Vasconcelos.

⁵⁴ *Inquirição de genere*, processo nº 24634, pasta 1111.

Pereira de Moraes Campelo, casada em segundas núpcias com o Visconde de Famalicão, José Joaquim Machado, natural de Cabeçudos e brasileiro de torna viagem⁵⁵.

2.5.3 Quinta do Paço⁵⁶

Em 4 de novembro de 1607 surgiu-nos o primeiro registo na freguesia relativo ao casal Domingos de Sousa Moreira e Susana de Figueiredo, ou Fernandes, no batizado do filho, Gaspar Domingos de Sousa Moreira⁵⁷, e nele se indicava que residiam na Quinta do Paço.

Domingos de Sousa Moreira era natural de Santa Cristina do Couto, em Santo Tirso, proprietário ou enfiteuta da Quinta de Santa Cristina do Couto, junto do Convento dos Beneditinos, falecido no estado de casado, a 30 de janeiro de 1638, em Famalicão. Susana de Figueiredo pertencia à Quinta do Paço, em Vila Nova de Famalicão e faleceu a 22 de fevereiro de 1641, no estado de viúva. Era irmã do abade desta paróquia, António Dias, do Paço, falecido em 16 de agosto de 1638.

Como elemento configurador de estatuto sabemos que assistia o casal a criada Maria, de acordo com o registo do crisma realizado a 16 de junho de 1633.

Os legados pios ao óbito são outro sinal da riqueza de Domingos Moreira. Por morte dele o pároco referiu que *no primeiro estado deram de oferta 2 tabuleiros de pão, 2 almudes de vinho e 4 alqueires de milho e isto podia valer mais ou menos 1400 réis e mais nos informou que nos primeiros três estados que foram de canto de órgão houve cantores e músicos de fora (...)* e o padre adiantou ainda que achava *que nos três estados se gastaram 20.000 réis*.

Sucedeu-lhes na Casa a filha Ângela Maria Moreira de Figueiredo ou Fernandes, batizada em Famalicão a 29 de setembro de 1615. Casou na freguesia a 23 de janeiro de 1639, com Belchior Correia, nascido na Quinta da Basta, em Landim, a 25 de outubro de 1593. Era filho de Manuel Alves Costa, falecido nesta freguesia a 25 de agosto de 1626 e de Ana Fernandes Costa (Castro, 2004: 186 e 761).

Belchior e Ângela tiveram 4 filhos em Famalicão: Maria Moreira de Figueiredo, nascida a 13 de novembro de 1639⁵⁸; Ana nascida a 28 de maio de 1643; António,

⁵⁵ A este emigrante nobilitado referimo-nos no capítulo da mobilidade.

⁵⁶ Ver *inquirição de genere* de Manuel de Araújo Correia realizada a 05.05.1714, processo n° 15486, pasta 659.

⁵⁷ Dos filhos deste casal destacamos, além da sucessora na casa, a João Moreira de Figueiredo, (nascido a?) capitão de Infantaria na vila de Viana do Castelo, casado com Dona Francisca de Mesquita Bezerra e a filha Margarida, nascida em Famalicão a 28 de junho de 1629, que entre outros descendentes teve António Gomes de Sá, casado na Baía de Todos os Santos, no Brasil, familiar do Santo Ofício, com Hábito de Cristo. Em 1681, ainda era vivo segundo a *inquirição de genere* de Manuel de Araújo Correia realizada a 5 de maio de 1714, processo n° 15486, pasta 659.

⁵⁸ Foi mãe do padre Manuel Moreira nascido na cidade do Porto que viveu em Famalicão *desde menino até se ordenar de sacerdote*, segundo a *inquirição de genere* de Manuel de Araújo Correia realizada a 5 de maio de 1714, processo n° 15486, pasta 659.

nascido a 24 de janeiro de 1647 e Ângela Correia de Figueiredo que nasceu a 5 de março de 1650.

O casal faleceu em Famalicão, ele a 30 de outubro de 1671, como casado, e ela a 18 de março de 1685, no estado de viúva.

A Casa ou Quinta do Paço ficou para a filha mais nova, Ângela Correia de Figueiredo que contraiu matrimónio a 2 de fevereiro de 1667 na freguesia, com Domingos Tomé da Fonseca, escrivão⁵⁹.

Domingos Tomé da Fonseca era sobrinho paterno de Francisco Campelo da Fonseca, enfiteuta da Quinta da Eira, em Famalicão, que lhe adveio por casamento com Ana Pinto de Carvalho, senhora desta propriedade.

Domingos Tomé da Fonseca e Ângela Correia de Figueiredo batizaram em Famalicão oito filhos: Maria Correia nascida a 1 de março de 1670 e falecida a 12 de março de 1705; Salvador Correia Afonseca nascido a 3 de junho de 1674 e falecido a 8 de setembro de 1691; Margarida nascida a 30 de novembro de 1676; Madalena Correia de Figueiredo nascida a 6 de agosto de 1685; Bento Correia da Fonseca nascido a 7 de novembro de 1678 e falecido a 11 de fevereiro de 1701; Manuel Correia Afonseca nascido a 19 de abril de 1668 e João nascido a 28 de janeiro de 1672.

Os filhos Salvador, Bento e Manuel pediram inquirição *de genere*⁶⁰, mas só de Manuel soubemos que seguiu a carreira eclesiástica. Encontrámo-lo nos registos paroquiais de Famalicão em 27 de janeiro de 1691, como beneficiado, e em 27 do mesmo mês e ano surgiu também com essa dignidade a residir em Santa Maria de Landim⁶¹. Na data do óbito morava na sua Quinta da Basta, em Landim, e por disposição testamentária foi sepultado a 7 de setembro de 1715, na campa dos pais situada na nave do Santíssimo Sacramento, junto às grades, na igreja paroquial de Famalicão.

Verificámos que dos descendentes deste casal faleceram quatro no estado de solteiros, de dois só temos a data de batismo, um seguiu o sacerdócio e uma das filhas do meio, Madalena, contraiu matrimónio na freguesia e foi através dela que a Casa teve continuidade, como se indica.

⁵⁹ Este era natural da freguesia de Góis, Barcelos, irmão de Tomé Peres da Fonseca, procurador da Coroa em Barcelos, ambos filhos de Domingos Tomé da Fonseca, de Chavão, Barcelos, e de Dona Francisca André, Senhora da Casa de Amins, Barcelos. Era neto paterno do reverendo Tomé Peres, vigário de S. João Batista de Chavão, na ordem de Malta e de Maria Campelo e neto materno de João André, Senhor da Casa de Amins, Barcelos, e de sua mulher Catarina Afonso. Ver Teotónio da Fonseca, *Um punhado de genealogias*, Barcelos, Companhia Editora do Minho, 1932, p. 193 e Vasco César de Carvalho, *Aspectos de Vila Nova, a justiça*, Vila Nova de Famalicão, Grandes Oficinas Gráficas Minerva de Gaspar Pinto de Sousa, 1947, p. 84.

⁶⁰ Bento e Salvador, na mesma data (08.09.1691). Processo n° 10164, pasta 460 e Manuel pediu *inquirição de genere* a 22 de dezembro de 1690, processo n° 14808, pasta 631.

⁶¹ Ver *inquirição de genere* de Manuel de Araújo Correia realizada a 5 de maio de 1714, processo n° 15486, pasta 659. Ver ainda as *Memórias paroquiais de Vila Nova de Famalicão*, fl°173.

Madalena Correia de Figueiredo ou Fonseca herdou a Quinta e uniu-se conjugalmente a 3 de dezembro de 1707 em Vila Nova de Famalicão, com Francisco de Faria Salgado, filho secundogénito dos proprietários da Quinta de Tibães, em S. Cosme do Vale. Era irmão do primogénito António de Faria Salgado e ambos filhos de Sebastião de Faria Salgado, natural de S. Cosme do Vale e de Joana da Rocha da Fonseca, nascida em Gondomar, Guimarães, casados em Vila do Conde⁶².

Dona Madalena faleceu em Famalicão a 3 de dezembro de 1707, com 22 anos, pensamos que de problemas derivados do parto, uma vez que Manuel, seu único filho, tinha nascido poucos dias antes de ela falecer (28.11.1707). Foi um casamento de pouco mais de um ano, com continuidade no filho Manuel Caetano de Faria Salgado.

Francisco Salgado, já viúvo, teve uma relação com Isabel, natural de Gondomar, concelho de Guimarães, mulher solteira, filha de Margarida, igualmente solteira, resultado de permanências esporádicas numa sua quinta na localidade, que lhe terá ficado por herança da mãe. Dessa relação nasceram dois filhos batizados em Gondomar a 1717 e a 1722, a que aludimos no capítulo da fecundidade (Neves, 2001:179).

Não sabemos se Francisco Salgado era detentor de propriedades na freguesia do Louro, uma vez que o encontramos aí referido no *Roteiro dos culpados* do ano de 1732, mantendo-se viúvo.

A geração prosseguiu com Manuel Caetano de Faria Salgado⁶³, novo Senhor da Casa do Paço, nascido a 28 de novembro de 1707. Era filho do casal Francisco Salgado e Dona Madalena da Fonseca. Não casou, mas teve o filho bastardo, Manuel de Faria Salgado, que herdou a Quinta do Paço e desposou Custódia Maria com quem teve os filhos Genoveva de Faria Salgado e Manuel Caetano de Faria Salgado.

Dona Genoveva⁶⁴, nova proprietária da Quinta do Paço, casou em Famalicão a 4 de maio de 1788, com António José Gomes Moreira, natural de Calendário. Foram pais de Quitéria Leonor de Faria Salgado nascida em Famalicão a 30 de abril de 1790 e de Maria também natural da freguesia e batizada a 31 de agosto de 1792. Só da filha mais

⁶² Sebastião de Faria Salgado formou-se em Coimbra e foi procurador das Cortes por Vila do Conde, no ano de 1668, com o Dr. Inácio Ribeiro Maio. Casou em 10 de setembro de 1657 com Joana da Rocha da Fonseca ou Joana da Rocha, filha de Jerónimo da Rocha e de Ana dos Reis. Foram senhores da Casa de Tibães, em S. Cosme do Vale.

Os dados sobre Sebastião e seus ascendentes foram extraídos das *inquirições de genere* de seu filho Jerônimo de Faria Salgado (de 16 de junho de 1706) e do neto José António de Faria (de 25 de agosto de 1755), que se encontram guardados no Arquivo Distrital de Braga, e de seu bisneto António de Faria Salgado, existente no Arquivo Arquidiocesano de Mariana, bem como do Título Farias do livro *Nobiliário de famílias de Portugal*, de Manoel José da Costa Felgueiras Gayo. *Ensaio Família Salgado*, de Pedro Wilson Carrano Albuquerque, de 9-10-2003, <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=3914&cat=Ensaio&vinda=S>

⁶³ Nas Memórias Paroquiais da freguesia de Landim refere o padre João Dias Barbosa que respondeu aos quesitos do inquérito que a freguesia de Landim possuía *as capellas seguintes: Nossa Senhora da Lapa situada na quinta da Basta imagem prodigiosa a qual fazem os devotos desta freiguesia a sua festa todos os anos no dia de Nossa Senhora dos Prazeres de cuja quinta hé senhor Manuel Caetano de Faria Salgado da Quinta do Passo de Villa Nova de Famelicão administrador e obrigado a fabricar à dicta capella*. Ver José Viriato Capela e António Joaquim Pinto da Silva, *op. cit.* p. 173.

⁶⁴ Em solteira Genoveva teve uma filha que veio a casar com um primo, filho do tio Manuel Caetano de Faria Salgado.

velha do casal tivemos a indicação de outro ato, o de casamento, realizado em Famalicão a 8 de janeiro de 1814, com Joaquim José de Aguiar Pimenta Carneiro, natural de Barcelos, à data do casamento a viver em Vermoim, concelho de Famalicão. Tiveram em Vermoim o filho Joaquim, falecido em Famalicão a 4 de novembro de 1854, indicando-se no registo de óbito que era minorista.

Manuel Caetano de Faria Salgado casou com Antónia Maria Marinho, filha de Francisco da Costa e de Ângela Marinho, de Tebosa. Foram pais de Manuel Inácio de Faria Salgado que foi para o Brasil⁶⁵, onde teve geração.

A quinta manteve-se na família até ser vendida à Câmara, nos anos trinta do século passado, para alargamento da Praça 25 de abril e construção da Avenida Barão da Trovisqueira.

2.5.4 Quinta do Vinhal

A casa e quinta do Vinhal demoravam em terreno mimoso e fértil e em sítio muito vistoso e pitoresco, cerca de um kilometro a oeste de Vila Nova de Famalicão e no termo da parochia desta Villa. Foram modernamente restaurados e muito alindados pelo seu actual possuidor e representante, o Sr. José de Azevedo e Menezes Cardoso Barreto (...) o palacete domina um extenso lanço da via férrea, que passa em plano um pouco inferior a 50 metros de distância, metendo-se de permeio os jardins, tem amplas vistas sobre a villa e seus formosos arrabaldes, o que tudo torna hoje esta vivenda uma das primeiras do Minho. Tem o palacete uma linda capela brasonada.

(Pinho Leal, 1890:1513)

Figura nº 3
Vila Nova de Famalicão – Casa do Vinhal



Fonte: José de Azevedo Meneses (1911), *Ninharias*, vol. III, Tipografia Minerva, contracapa do livro.

⁶⁵ No Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, há as seguintes informações sobre a sua vida militar no Brasil: em 10 de outubro de 1810 foi designado para o 2º Regimento de Milícias da Corte, em 30 de outubro de 1812 foi promovido a Alferes da 3ª Cia. do Regimento de Milícias de Cabo Frio e em 23 de abril de 1819 foi promovido a Capitão da 1ª Cia. do Regimento de Infantaria. *Ensaio Família Salgado*, de Pedro Wilson Carrano Albuquerque, de 9-10-2003, <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=3914&cat=Ensaio&vinda=S>.

Na ficha de família relativa ao século XVII que serviu de *leit-motiv* para a nossa investigação sobre a Quinta do Vinhal para data anterior ao século XIX, vinha mencionada a Quinta do Vinhal e o seu proprietário.

A primeira referência aos donos da Quinta nos registos paroquiais surgiu com o assento de batismo da filha de Rui Borges Lousada e de sua mulher, Ana de Oliveira. A menina foi batizada a 9 de agosto de 1629, com o nome de Ana, e passados três dias ficou órfã de mãe. A criança pouco tempo sobreviveu, falecendo a 17 de agosto deste ano. Rui Borges Lousada continuou a habitar na Quinta, mantendo-se viúvo⁶⁶ até ao óbito em 12 de junho de 1634.

Durante muitos anos não encontramos quaisquer atos vitais em Famalicão dos donos desta Quinta e só nos apareceram referências a caseiros: a 8 de maio de 1685 surgiu-nos Jerónimo Manuel, residente no lugar de Serrões, perto da Quinta e a 4 de agosto de 1686 surgiu-nos o caseiro António Manuel, o que nos leva a pensar que a Quinta tinha proprietários ausentes. Numa pesquisa aos padrinhos verificámos que Francisco de Barros de Azevedo e sua mãe Dona Isabel de Barros Faria indicados nesse ato como senhores da Quinta do Vinhal e moradores na freguesia de Tougues, do atual concelho de Vila do Conde, apadrinharam a 20 de abril de 1692 um filho de Jerónimo Manuel e de Ana Gomes, sua mulher, caseiros da Quinta.

Apenas passado mais de um século, pelo nascimento do filho Caetano, a 24 de novembro de 1749, apareceu na nossa base de dados genealógica menção ao novo proprietário residente da Quinta do Vinhal, José de Azevedo Monteiro de Faria.⁶⁷

José de Azevedo Monteiro de Faria casou no Porto com Antónia Josefa Neiva, falecida primeiro que o marido na Quinta do Vinhal a 13 de março de 1754. Tiveram quatro filhos, mas só possuímos dados de Caetano de Azevedo de Faria Couto, Morgado do Vinhal⁶⁸.

Caetano de Azevedo de Faria Couto teve com Dona Teresa Maria de Freitas a filha Dona Tomásia Clara de Azevedo ou Azevedo Faria, nascida cerca de 1800. Foi

⁶⁶ No *Livro de usos e costumes de Vila Nova de Famalicão* cuja versão não datada ao nosso dispor foi assinada pelo Abade Manuel Rebelo de Sousa que parouquiu a freguesia desde 29 de setembro de 1662 a 2 de maio de 1756, encontramos alusão a um neto de Rui Borges Lousada de nome Francisco Borges de Vasconcelos (*verba tirada do testamento de Rui Borges Lousada cuja herdade possui hoje Fr.co Borges de Vasconcellos da V.ª de Barcelos*). Este Francisco Borges de Vasconcelos poderia ser o indivíduo que aparece no Registo Geral das Mercês de D. Pedro II com uma tença de 12\$000 reis e Hábito de Cristo indicado nessa Carta como filho de Jerónimo Pereira de Azevedo. Registo Geral das Mercês de D. Pedro II, Livro 7 1675/1706, <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=1861331>.

⁶⁷ Filho natural de Francisco de Barros de Azevedo e de Custódia Gomes (*N.F.P.* vol. II: 582, Barros).

⁶⁸ Em 18 de junho de 1760 era caseiro da Quinta do Vinhal António José Carneiro, de Brufe, e em 7 de novembro de 1808 o caseiro já era José António de Faria.

herdeira da Quinta do Vinhal e casou com o Doutor⁶⁹ António Ribeiro de Queirós, ou de Queirós Moreira⁷⁰ batizado na vila de Rates por volta de 1800, filho de Teodósio Moreira da Costa e de Maria Joaquina.

António Ribeiro de Queirós e Dona Tomásia Clara de Azevedo residiram na Quinta e eram conhecidos como os Morgados do Vinhal. É provável que tenham casado na freguesia (lembre-se que há um hiato de registos de casamento de 1 de setembro de 1815 a 23 de novembro de 1851). Ambos morreram em Famalicão: ele a 2 de janeiro de 1848 na Quinta, e ela em 12 de agosto de 1861 na Quinta da Eira, como viúva, aos 40 anos.

António Ribeiro de Queirós e Dona Tomásia Clara de Azevedo tiveram em Famalicão três filhos que também faleceram na freguesia: Teresa Maria Clara de Azevedo Faria, também conhecida por Teresa Maria de Azevedo Barros, nascida a 18 de maio de 1828 e falecida a 17 de novembro de 1857; Joaquina nascida a 9 de março de 1830 e falecida solteira, a 29 de janeiro de 1911 e Maria das Dores Ribeiro de Queirós Moreira nascida a 6 de fevereiro de 1833 e falecida a 2 de julho de 1866.

Dois filhos do Doutor António Moreira e de Dona Joaquina Azevedo casaram e tiveram geração em Famalicão. A mais velha, Teresa Maria Clara de Azevedo Faria, contraiu matrimónio com Manuel Carlos Cardoso de Meneses da Fonseca Barreto, nascido a 24 de abril de 1797 na Casa da Portela⁷¹, em S. Jorge de Selho, Guimarães. A Quinta de Vinhal ficou para eles e nela passaram a residir e tiveram entre outros filhos José de Azevedo Meneses Cardoso Barreto nascido a 22 de outubro de 1849 e falecido a 12 de setembro de 1938, na Casa do Vinhal, para quem passou a Quinta.

José de Azevedo Meneses Cardoso Barreto foi Moço fidalgo, por alvará de 12 de março de 1870, Comendador de S. Gregório Magno, Senhor da Casa da Portela em S. Jorge de Selho, Guimarães, e da Quinta do Vinhal. Em Vila Nova de Famalicão, desempenhou entre outros cargos, o de provedor do Hospital de S. João de Deus no biénio de 1880-1882 e de presidente da Câmara entre 1896 e 1898. Em 1900 ocupava o terceiro lugar na lista dos maiores proprietários do concelho. Casou em 19 de janeiro de 1871, com Dona Maria Júlia de Falcão Cota de Bourbom e Meneses nascida a 1 de

⁶⁹ Matrícula na Universidade de Coimbra, 4.º ex. e gr. de Bach. 4.06.1810. Aprovado. *Nema Discrepante*. Assento 7, fl. 110 vº 5º ex. de 9 de maio de 1812.

⁷⁰ A 18 de maio de 1828, pelo nascimento da filha Teresa Maria Clara de Azevedo Faria apareceu-nos a primeira referência a António Ribeiro de Queirós Moreira, designado como Morgado do Vinhal. Em 18 de junho de 1760, era caseiro da Quinta do Vinhal António José Carneiro, de Brufe, e em 7 de novembro de 1808, o caseiro já era José António de Faria.

⁷¹ A Casa da Portela data do século XVII. O seu morgadio foi constituído no reinado de D. Pedro II a pedido de João Ribeiro Bernardes e Dona Cecília Cardoso de Menezes Barreto. Pertenceu na penúltima geração a Duarte Maria Pinheiro de Azevedo Lobo Pereira de Menezes, pintor e pai do atual proprietário, José Duarte Archer de Menezes, <http://www.google.pt/#hl=pt-PT&tbo=d&output=search&scient=psy>.

julho de 1853, de quem teve seis filhos. O fidalgo do Vinhal, como era chamado, e a sua família nuclear viveram na Quinta do Vinhal e periodicamente em Vila do Conde.

António Ribeiro de Queirós e Dona Tomásia Clara de Azevedo, como dissemos, tiveram ainda outra filha com geração, Maria das Dores Ribeiro de Queirós⁷². Casou a 5 de fevereiro de 1862 na freguesia de Brufe, com Camilo de Lélis Ribeiro de Campos, nascido em Famalicão a 10 de maio de 1822, proprietário e negociante e também diretor dos correios da Vila. Era filho de José Joaquim Ribeiro de Campos, secretário da Câmara de Famalicão e de Dona Ana Joaquina Ferreira de Macedo⁷³, ambos nascidos, casados e falecidos na localidade e residentes na Praça da Mota ou Terreiro, perto da igreja matriz.

Camilo e Dona Maria das Dores só estiveram casados quatro anos e foram pais de três filhos nascidos e falecidos em Famalicão, um na infância e dois na adolescência. O casal também morreu na Vila, ela a 2 de julho de 1866, numa casa da Praça da Mota, no estado de casada e ele como viúvo, nessa mesma casa, a 18 de novembro de 1881, poucos meses depois de lhe ter falecido o último filho. Sem descendência direta, Camilo nomeou como herdeiros os sobrinhos e usufrutuários o irmão, o cônego⁷⁴ António Joaquim Ribeiro de Campos,⁷⁵ e a irmã Dona Emília Cândida.

2.6 Aspetos globais da demografia de Vila Nova de Famalicão

El estudio similar de las fluctuaciones de matrimonios y bautismos a corto plazo há revelado también la compleja interacción de las três variables en el proceso de reaacción y ajuste a las fluctuaciones de la mortalidade.

(Flinn, 1989: 15)

Reservando para os capítulos seguintes a análise das variáveis demográficas e também da relação entre elas, passemos a observar os aspetos globais dos comportamentos demográficos, através dos quais nos aperceberemos das tendências.

2.6.1 Evolução global dos nascimentos: 1620-1960

As representações que se seguem de médias móveis de 9 anos objetivam reduzir as curvas formadas pelas flutuações de batizados.

⁷² Ou Maria das Dores Azevedo de Campos e também Maria das Dores de Azevedo Faria Couto.

⁷³ Era também conhecida por Ana Rita Silva Dias.

⁷⁴ *Lista de eleitores e ilegíveis de Vila Nova de Famalicão de 1869.*

⁷⁵ *Inquirição de genere* de 28 de fevereiro de 1845, processo nº 12758, pasta 560.

Gráfico nº 1
Movimento de batizados entre 1620 e 1960 (médias móveis de 9 anos)



Salvaguardando a inexistência de registo de batizados em período muito curto da segunda década do século XIX e retirando alguns momentos pontuais, a tendência plurissecular foi a de subida do número de indivíduos nascidos.

O século XVII configurou o de maiores oscilações, atingindo valores mínimos no início da nossa observação a que se seguiram períodos intercalados de aumentos e recuos de quantitativos, para se desenhar uma linha mais estável e de crescimento desde sensivelmente o início da década de sessenta, com um ou outro ano de exceção a esse padrão.

O século XVIII começou com os dois anos mais baixos da centúria intercalados com um ano um pouco mais prolífero, para se registrar depois um crescendo, mais evidente a partir de finais da primeira década, pese embora a presença de um ou outro ano que quebrou esse movimento ascensional.

O século XVIII foi globalmente de subida, conquanto até cerca de finais da primeira década tenha apresentado alguma flutuação. O pico de nascimentos ocorreu a partir de inícios da segunda metade da centúria.

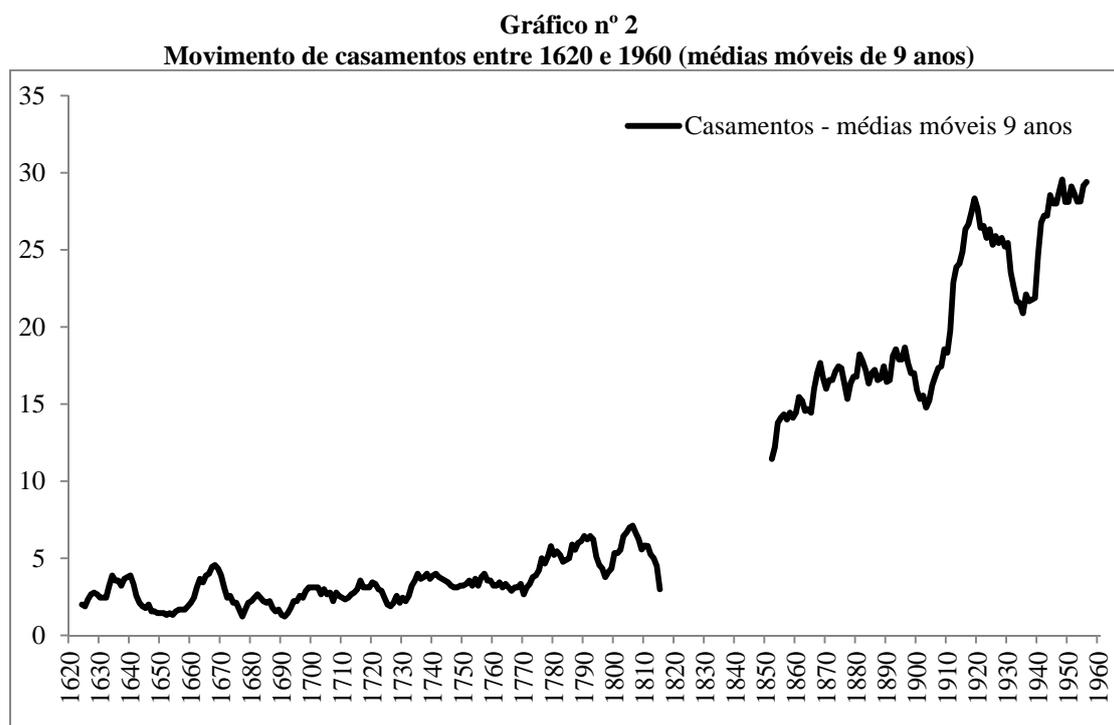
O século XIX principiou com uma ligeira queda de nascimentos, mas a tendência ascensional do período anterior prosseguiu⁷⁶.

⁷⁶ Como não temos dados completos para o período de 1815 a 1821 só podemos aquilatar da dimensão dos nascidos a partir deste último ano, sendo visível um aumento assinalável desde 1821 até final da centúria.

O século XX pautou-se pela tendência de incremento de nascimentos, na linha do que vinha acontecendo no pretérito período, com alguns anos ou mesmo conjunto de anos mais depressivos.

2.6.2 Evolução global dos casamentos: 1620-1960

Atentemos no movimento de casamentos, utilizando no gráfico as médias móveis de 9 anos, tal como fizemos aquando da análise anterior para os batizados⁷⁷.



A representação gráfica deixa-nos perceber uma tendência de incremento gradual de casamentos, com oscilações correlacionadas com o número de efetivos de cada geração e com o acesso ao casamento.

Retirando a parte do período do século XIX para o qual não possuímos registo deste ato encontrou-se uma tendência global similar à dos nascimentos. O menor número de casamentos ocorreu nos anos vinte do século XVII, conquanto fosse pouco expressiva a subida de uniões conjugais no resto do século.

O século XVIII, começando por um período de incremento de uniões conjugais, desenhou um movimento ondulatório, cujas principais depressões tiveram lugar nas décadas de vinte e de setenta, com um ou outro ano de exceção com destaque para o final do século.

⁷⁷ Chamamos a atenção para a falta de registos de vários anos.

O século XIX iniciou-se com uma linha ascensional, seguida de descida⁷⁸. A partir da segunda metade da centúria foi visível a subida de casamentos até início da última década.

De 1800 a 1814 desenhou-se um padrão de subida até 1808 seguido de uma descida abrupta no ano de 1809 e menos pronunciada nos anos seguintes.

Em inícios do século XX assistiu-se a um crescimento do número de uniões conjugais, interrompida pontualmente, registando-se uma elevação substantiva desde finais da segunda década, se bem que sem padrão próprio, isto é, com anos de maior incremento que outros.

Será de lembrar que a emigração nomeadamente para o Brasil no século XIX até à Primeira Guerra Mundial poderia ser um dos fatores explicativos para a redução de casamentos registada nestes períodos.

2.6.3 Evolução global dos óbitos: 1620-1960

Continuamos a apresentar os dados através de médias móveis de 9 anos, mantendo deste modo o critério adotado para as análises anteriores.



É perceptível a ondulação no gráfico com alguns picos, mas também cavas e estabilidade maior no final do século XVII. Esta centúria foi particularmente fustigada com períodos ou anos isolados de especial acuidade.

⁷⁸ Lembre-se o hiato de registos de casamentos entre 1815 e 1851.

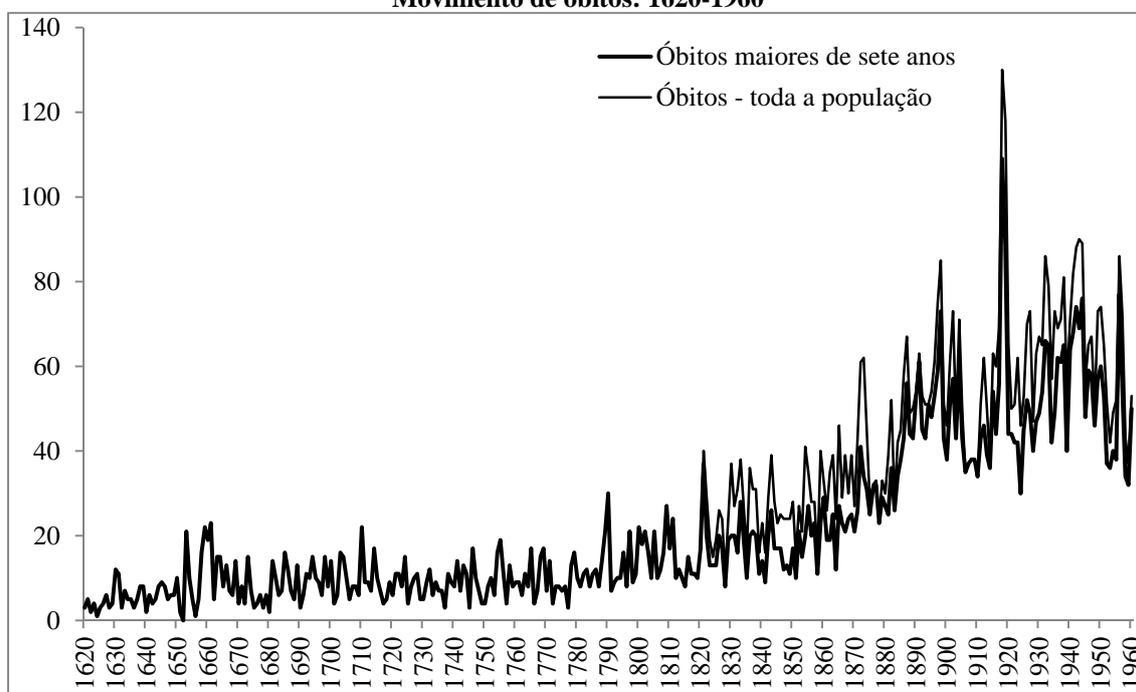
O século XVIII traduziu-se num período mais benigno, se bem que a primeira metade se tenha iniciado com um ano complicado, a que se seguiram alguns anos intercalados com menor número de óbitos. A segunda parte da centúria foi particularmente difícil em vários anos até à penúltima década.

No século XIX detetou-se um ciclo de subida de mortes sensivelmente até finais da primeira década, a que se seguiu uma descida nos anos vinte e um aumento até aos anos trinta da centúria com alguns anos interpostos mais benignos no vinténio seguinte, evoluindo para uma tendência ascensional do número de defunções até quase ao final do século.

A primeira década do século XX foi mais suave que o final do século anterior, mas a mortalidade voltou a elevar-se na última parte da segunda década para depois se estabilizar, muito embora tenham surgido algumas fases particularmente penalizantes.

O quadro seguinte objetiva dar-nos uma visão dos quantitativos totais de óbitos. Como até 1820 só temos a população constituída pelos maiores de sete anos, retirámos a partir desta data os menores desta idade. Assim, podemos ver na representação gráfica uma linha com a evolução dos maiores de sete anos desde 1620 a 1960 e outra com toda a população a partir da segunda década de Oitocentos.

Gráfico nº 4
Movimento de óbitos: 1620-1960



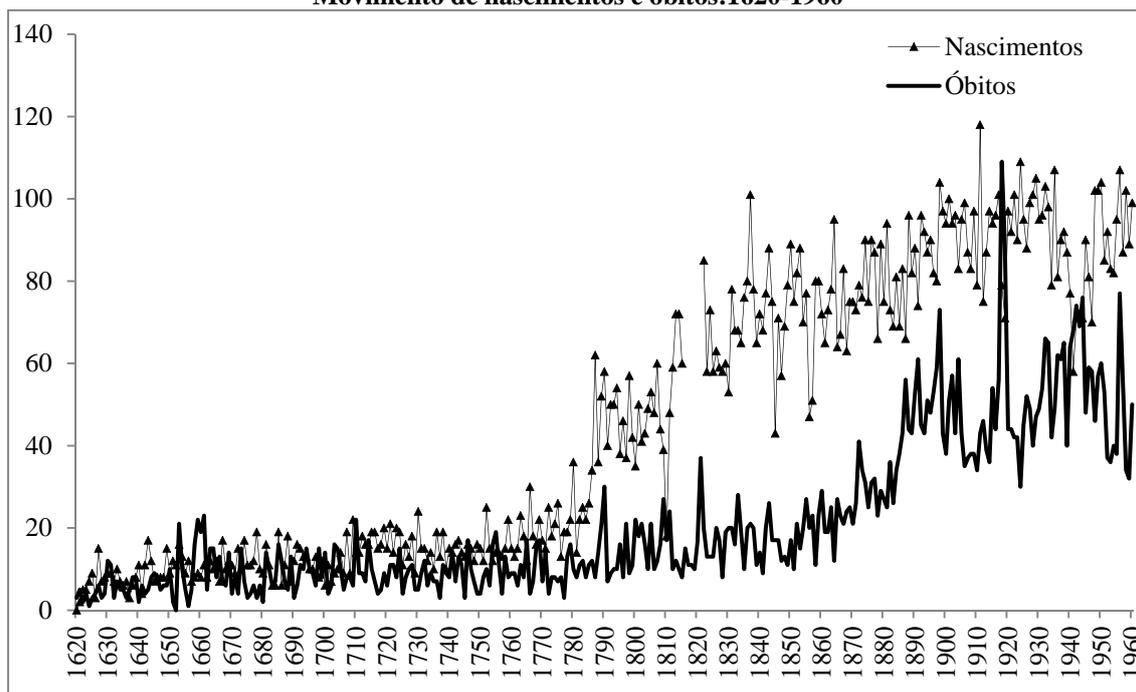
Neste gráfico é notória uma ondulação com períodos de elevação bem visível seguidos de queda mais ou menos marcada em períodos concretos, como já deixámos

expresso anteriormente. A partir de 1820 com os óbitos de menores é possível verificarmos que as tendências seculares se mantiveram.

2.6.4 Comparação entre a evolução dos nascimentos e dos óbitos

No sentido de visionarmos em paralelo os nascimentos e os óbitos, construámos a representação gráfica que se apresenta. Os dados dos óbitos referem-se aos maiores de sete anos.

Gráfico nº 5
Movimento de nascimentos e óbitos:1620-1960



Entre 1620 e o final do século registaram-se vinte e um anos em que houve mais óbitos do que nascimentos⁷⁹ tendo sido o período mais difícil para a população, uma vez que também se verificaram anos seguidos em que o número de óbitos foi igual ao número de nascimentos. No século XVIII, embora diminuindo, ainda ocorreram nove anos de superioridade numérica dos óbitos em relação aos nascimentos. A partir daqui houve sempre mais nascimentos que óbitos. Como a partir de 1822 já tivemos acesso aos nascimentos e cumulativamente a todos os óbitos, podemos dizer que se registou um saldo fisiológico positivo menos em três anos, um no século XIX e dois seguidos no século XX⁸⁰.

⁷⁹ Refira-se que não estão registados os óbitos de menores de sete anos e que a existirem aumentariam o volume.

⁸⁰ O ano de 1887 e os de 1918 e de 1919.

2.6.5 Quantitativos populacionais século XVII-XX

Com base em diversas fontes e a partir dos dados delas extraídos construímos o quadro que se segue que nos dá uma visão diacrónica da evolução da população famalicense desde o século XVII ao século XX⁸¹.

Quadro nº 17
Quantitativos populacionais:1531-1960

Ano	Fogos ou Moradores	População	Fontes
1531	61	244*	<i>Numeramento de 1527-1531</i> ⁸² .
1706	100	400*	<i>Corografia portuguesa</i> , Padre Carvalho da Costa ⁸³ .
1758	156	624*	<i>Memórias paroquiais de 1758</i> ⁸⁴ .
1796	180	720*	<i>Cadastró de Villas Boas - Geografia e economia da província do Minho nos fins do século XVIII</i> ⁸⁵ (1796)
1845	244	976*	<i>Inquérito do Arciprestado de Vila Nova de Famalicão de 1845</i> , Arquivo Distrital de Braga.
1864	352**	1502	<i>Recenseamento geral da população.</i>
1878	386**	1791	<i>Recenseamento geral da população.</i>
1890	428**	1917	<i>Recenseamento geral da população.</i>
1900 ⁸⁶	443**	2170	<i>Recenseamento geral da população..</i>
1911	444**	2314	<i>Recenseamento geral da população.</i>
1920	465	2284	<i>Recenseamento geral da população.</i>
1930	503	2405	<i>Recenseamento geral da população.</i>
1940		3100	<i>Recenseamento geral da população.</i>
1950	673	3356	<i>Recenseamento geral da população.</i>
1960		3530	<i>Recenseamento geral da população.</i>

*Aplicámos o multiplicador 4 para a conversão fogos-habitantes **Fogos

De forma global a população da freguesia foi aumentando, salvo de 1911 a 1920, espaço sensivelmente de uma década, em que se assinalou uma descida compaginável com dois anos seguidos de saldo fisiológico negativo, o de 1918 e o de 1919. Entre 1845 e 1864 registou-se um acréscimo de 53,9% de efetivos, o que traduz o maior incremento populacional de sempre, que estará correlacionado com as ainda recentes alterações administrativas, a passagem a sede de concelho e a vila.

⁸¹ Não dispomos das *Listas de fogos e moradores* para a freguesia, conhecendo-se no atual concelho só as de Joane e Pousada, referindo José Viriato Capela em *História de Vila Nova de Famalicão*, op. cit. p. 158, que há muitas faltas no que diz respeito à listagem das Companhias das Ordenanças e esquadras do território do julgado de Vermoim.

⁸² *Archivo histórico português*, vol.III, nº7 e 8, 1905, pp. 266-271.

⁸³ http://purl.pt/434/3/hg-1065-v/hg-1065-v_item3/hg-1065-v_PDF/hg-1065-v_PDF_24-C-R0075/hg-1065-v_0000_capa-534_t24-C-R0075.pdf.

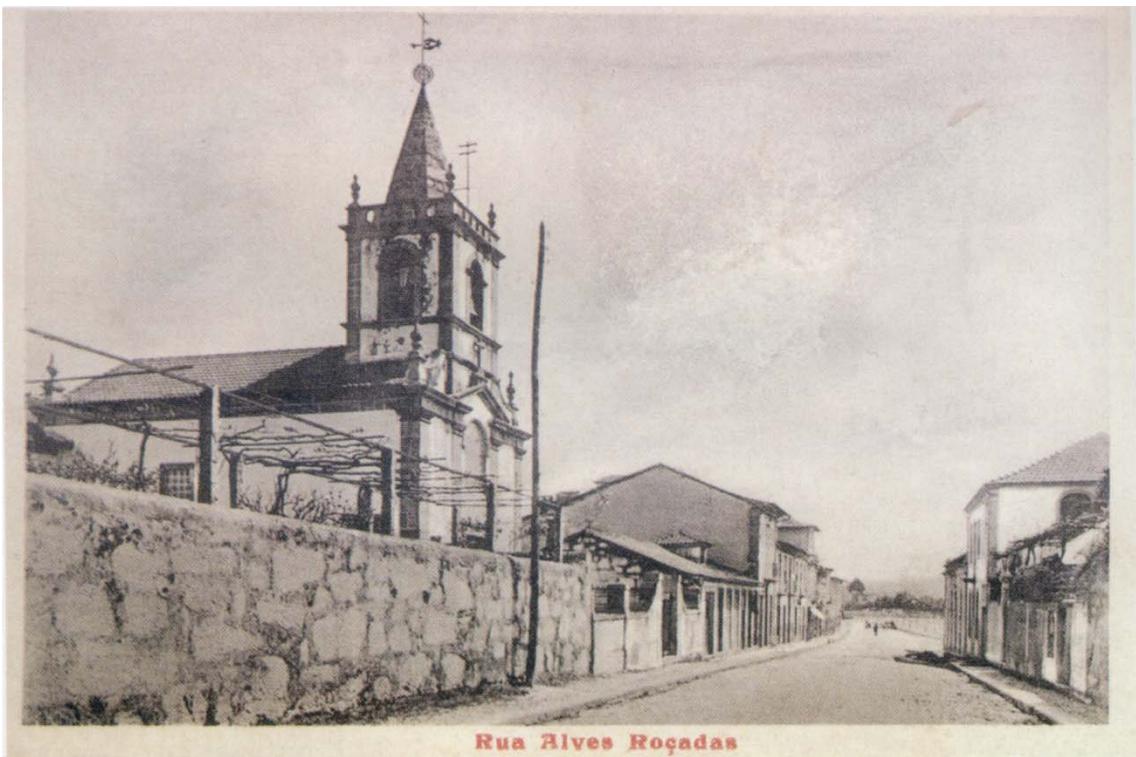
⁸⁴ José Viriato Capela e António Joaquim Pinto da Silva, *Vila Nova de Famalicão nas Memórias Paroquiais de 1758*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 2001, p. 238.

⁸⁵ *Plano de descrição e subsídios de Custódio José Gomes de Vilas Boas* recolhidos, anotados e publicados por António Cruz, Porto, 1970.

⁸⁶ Os dados do Censo de 1900 foram-nos dados por via indireta, através do estudo comparativo apresentado no Censo de 1960.

CAPÍTULO III

Figura nº 4
Rua Alves Roçadas vendo-se a capela de Santo António em 1929



Fonte: *Mudam-se os tempos... ficam as vontades*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (org.), s.d., p.16.

3. NUPCIALIDADE

Muy pocas veces há sido posible calcular el importante dato del porcentaje de mujeres, de vários grupos de edad, que se habian casado alguna vez.

(Flinn, 1989: 14)

O enfoque que até aos anos sessenta do século passado era dado à mortalidade como grande reguladora do ritmo evolutivo das populações do Antigo Regime foi relativizado, a partir de então, com os contributos de Jonh Hajnal (1968) e Dupaquier (1979) que consideraram a nupcialidade como a variável demográfica nuclear. Dupaquier avançou mesmo com a ideia que a nupcialidade se ajustaria à conjuntura, sendo a engrenagem essencial do mecanismo. Embora a morte condicionasse o crescimento das populações, segundo os autores o casamento seria um indicador prenante. Quando Hajnal se referiu ao regime matrimonial "europeu" recuperou o conceito malthusiano de freio preventivo a usar logo que o crescimento da população atingisse valores muito elevados, por contraponto ao chamado freio positivo constituído pela mortalidade. Assim, a idade média de acesso ao casamento faria crescer ou diminuir a população, ajustando-se à conjuntura.

Hajnal (1965:101-143) defendia que na Europa existiriam dois tipos de regime matrimonial, o da Europa Oriental e o da Europa Ocidental, diferenciados pela idade ao primeiro casamento e pelo celibato definitivo femininos. Nesta última zona as mulheres casavam pela primeira vez tarde, quase sempre acima dos 24 anos e muitas nunca o chegavam a fazer. Na segunda faixa europeia, separada de acordo com o mesmo autor por uma linha imaginária desenhada de Leninegrado a Trieste, as raparigas desposavam-se cedo, entre os 18 e os 21 anos e poucas ficariam solteiras. Esta linearidade era cortada pelos ritmos de nupcialidade da Europa Meridional, com padrões diferenciados que o autor considerava importante conhecerem-se.

O «sistema de civilização da cristandade latina» foi o paradigma em que assentou a tese de Pierre Chaunu (1974), para explicar o mecanismo europeu desencadeado para sustentar a densidade populacional dos últimos séculos da Idade Média, que tinha como ponto central o controle da sexualidade. Este sistema teria segundo o autor uma difusão não paralela, o que refletiria os diferentes padrões regionais.

Robert Rowland (1995: 23-34) ao comparar os comportamentos demográficos da Inglaterra, França e Suécia, verificou a sua heterogeneidade. Enquanto no primeiro país a nupcialidade e a fecundidade eram as variáveis fulcrais, já na Suécia a mortalidade sobrepunha-se e na França interagia um grupo de variáveis, pelo que

defendeu a importância de estudos monográficos que pudessem explicar tal variabilidade de padrões. Quanto à Península Ibérica, o mesmo autor (1988:72-137) referiu a necessidade de estudos regionais, pois que tanto se encontraram idades médias altas de acesso ao matrimónio como idades médias mais baixas.

Por o casamento depender de fatores de natureza sócio cultural e sócio económica mais controláveis pelo ser humano do que outros, como as enfermidades e o clima, podia ter uma função equilibradora, daí que a idade ao casamento e a “propensão” para o mesmo se possam assumir como elementos axiais no processo reprodutivo.

3.1 Sazonalidade dos casamentos

A igreja ao distinguir os casamentos solenes dos outros introduz um elemento potencialmente dissuasor das escolhas de determinadas datas para a celebração das cerimónias nupciais. Incorporando normas do Concílio Tridentino, as Constituições do Arcebispado de Braga⁸⁷ não permitiram a celebração solene deste sacramento desde o primeiro domingo do Advento até ao dia de Reis e desde a quarta-feira de Cinzas até ao Domingo da Pascoela, *inclusive*. O facto de não serem consentidas as solenidades num ato com grande carga social como o casamento arrastaria para épocas posteriores ou faria antecipar os desposórios? Ou o avolumar de trabalho agrícola em épocas circunscritas teria maior influência ou ambos seriam determinantes?

Em vários estudos empíricos em países europeus incluindo Portugal apontou-se que as prescrições do Advento e da Quaresma decretadas pela Igreja e os períodos de mais trabalho agrícola poderiam decidir a escolha da data do casamento, nomeadamente em épocas específicas.

Protótipo do peso destes dois fatores é a França do século XVIII, (Guillaume e Poussou, 1970: 183) com um acume de ligações matrimoniais nos meses de fevereiro e novembro, bem como na primavera e uma quebra notória no período de agosto a outubro.

Para Dena e Dorron, na Galiza Atlântica, Pérez Garcia (1979⁸⁸) observou que a população decidiu as suas bodas só condicionada pelo calendário das fainas agrícolas.

Norberta Amorim (1987:64-66) encontrou nas paróquias de Rebordãos, Cardanha e Poiares (Trás-os-Montes) nos séculos XVII-XIX, o mês de dezembro como o mais destacado na segunda parte do ano. Contudo, na Quaresma, o interdito religioso

⁸⁷ *Constituições sinodais do arcebispado de Braga*, 1697, título nono, *constituição IX*, f.º 145.

⁸⁸ Apud Amorim, 1987, p. 64.

já se colocava com algum peso nas paróquias dependentes da diocese de Braga (Cardanha e Poiães). Em Guimarães a autora que estudou paróquias urbanas e rurais de 1620 a 1819 diz-nos ter visto na primeira zona uma marca evidente das regulamentações eclesiais sobre a Quaresma e o Advento, escolhendo os noivos para casar os meses centrais de primavera. Na zona rural vigorava o respeito pelas épocas religiosas supra referidas e os trabalhos agrícolas influenciaram marcadamente as datas dos casamentos. Foi nos meses de julho, agosto e setembro que menor número de casamentos se realizou. Na zona mista de Guimarães, em Azurém, Norberta Amorim encontrou alguma irregularidade de padrões de comportamento, como zona de presença de muitos forasteiros. Os meses de março e de dezembro foram no século XVII de menor escolha para os matrimónios (Amorim, 1987:65-66).

Nas freguesias já estudadas do concelho de Famalicão constatou-se em Avidos (1599-1995) uma regularidade no modelo escolhido relativamente ao respeito pelo Advento, pelo que o mês de dezembro, exceto a partir de 1930, foi sempre preterido. Foi indubitável a opção dos noivos em considerarem o período quaresmal ao longo dos séculos estudados, evitando casar nessa época. O máximo primário de uniões conjugais esteve até 1929 nos meses de janeiro, fevereiro e maio e o mínimo em junho, julho e setembro. Desde 1930 houve uma clara divisão do ano, com os casamentos a condensarem-se entre julho e dezembro e, embora em menor número, em outubro e novembro (Paiva, 2001: 97).

Em Santiago de Antas (Juncal, 2004:72) o estudo foi dividido em dois períodos, o de 1581-1819 e o de 1820-1909. Verificou-se para ambos que o tempo do Advento e da Quaresma assinalou os índices mais baixos da observação, bem como o período do verão, com exceção do mês de agosto para a primeira época e do mês de junho para a segunda época que registou o segundo índice de preferência.

Em Mouquim (Ventura, 2000:58) também em análise biperiodal, (1612-1749 e 1750-1867), parece não ter sido determinante o peso das prescrições sinodais dado que os casamentos se distribuíram ao longo dos meses do ano, notando-se um maior volume no início deste. A autora diz parecer-lhe que o trabalho agrícola terá sido imperativo. Em relação ao segundo lapso cronológico apontou para a influência dos interditos da Quaresma e do Advento, bem como do trabalho sazonal agrícola. Destacou que no segundo período o mês de março foi fortemente preterido, comparado com a época precedente.

3.1.1 Distribuição mensal dos casamentos

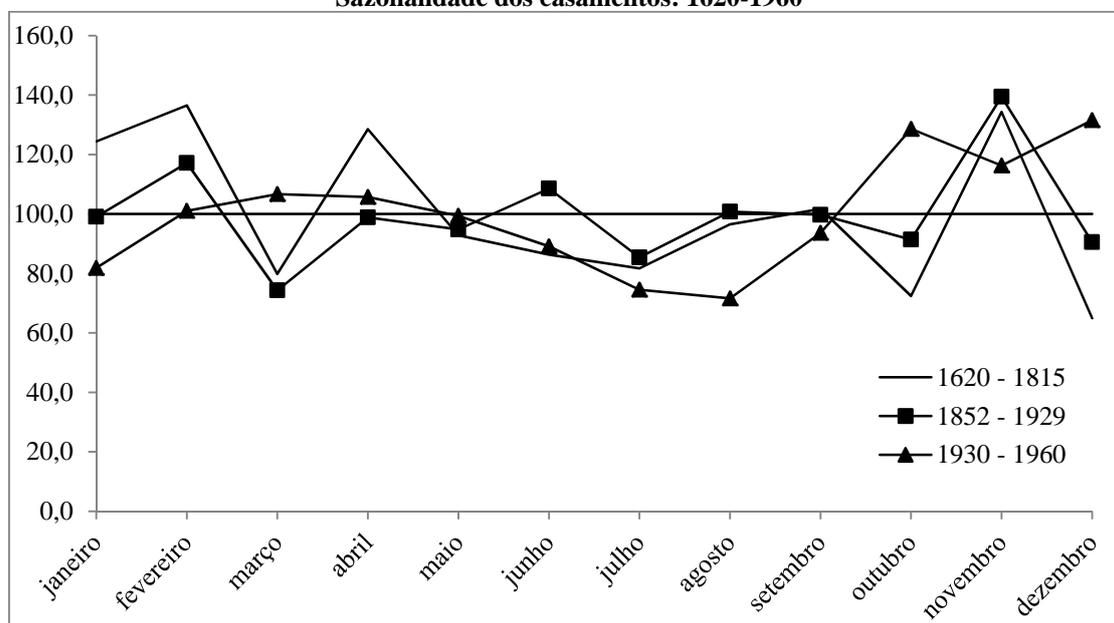
A fim de encontrarmos o ritmo de casamento da população famalicense em longa duração, verificarmos se houve continuidades ou ocorreram alterações nas escolhas das datas das uniões conjugais, fizemos alguns ensaios cujo resultado se apresenta.

Quadro nº 18
Sazonalidade dos casamentos: 1620-1960

Período	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total
1620-1815	67	67	43	67	50	45	44	52	53	39	70	35	632
1852-1929	116	125	87	112	111	123	100	118	113	107	158	106	1376
1930-1960	56	63	73	70	68	59	51	49	62	88	77	90	806
TOTAL	239	255	203	249	229	227	195	219	228	234	305	231	
Distribuição por dias													
1620-1815	2,2	2,4	1,4	2,2	1,6	1,5	1,4	1,7	1,8	1,3	2,3	1,1	20,9
1852-1929	3,7	4,4	2,8	3,7	3,6	4,1	3,2	3,8	3,8	3,5	5,3	3,4	45,3
1930-1960	1,8	2,2	2,4	2,3	2,2	2,0	1,6	1,6	2,1	2,8	2,6	2,9	26,5
TOTAL	7,7	9,0	6,5	8,3	7,4	7,6	6,3	7,1	7,6	7,5	10,2	7,5	92,7
Índices													
1620-1815	124,4	136,5	79,8	128,5	92,8	86,3	81,7	96,5	101,7	72,4	134,3	65,0	
1852-1929	99,1	117,2	74,3	98,8	94,8	108,6	85,4	100,8	99,7	91,4	139,4	90,5	
1930-1960	81,8	101,0	106,7	105,7	99,4	89,1	74,5	71,6	93,6	128,6	116,3	131,5	
TOTAL	305,3	354,7	260,8	333,1	287,0	284,0	241,6	268,9	295,0	292,4	390,0	287,0	

No sentido de termos outro tipo de visualização, atentemos no gráfico.

Gráfico nº 6
Sazonalidade dos casamentos: 1620-1960



Os famalicenses acataram os interditos religiosos do Advento e da Quaresma até 1930. Já entre este último ano e 1960 dezembro foi precisamente o mês preferido para casar e março a terceira opção, o que nos leva a pensar terem existido outras condicionantes. Neste último período encontrámos uma distribuição mais regular dos casamentos pelos vários meses do ano, com uma maior concentração de outubro a

dezembro, possivelmente devido ao levantamento dos interditos e a uma maior laicização da sociedade. Até 1930 os noivos que pensavam casar no inverno antecipavam a cerimónia fundamentalmente para novembro, não deixando de ser significativos até 1815 para essa estação do ano os meses de janeiro e fevereiro.

O ciclo vegetativo primavera-verão parece ter condicionado a população na marcação das datas de casamento, com algumas variações no tempo. Até 1815 abril e setembro interromperam o ciclo e se para o primeiro mês a causa deva residir no imperativo quaresmal anteriormente apontado que tendia a avolumar os casamentos no mês anterior ou posterior, para setembro pode refletir a maior intensidade de trabalho ou preconceito em relação ao mês anterior. No segundo período, embora subsistisse o modelo já se encontraram cambiantes, junho e agosto foram além do índice 100 e setembro ficou aquém. No último período, conquanto tenha havido uma mais uniforme distribuição dos casamentos pelos meses do ano, desenhou-se igualmente um período depressivo no caso vertente de maio a setembro.

Em síntese, até a década de 30 do século XX constatou-se que os noivos anteciparam ou adiaram o casamento em função dos imperativos eclesiais atrás referidos, parecendo pesarem também motivações relacionadas com fatores laborais. A partir deste período o padrão encontrado aponta para uma maior distribuição das uniões conjugais pelos vários meses do ano.

Em termos de épocas escolhidas para casar Famalicão registou até 1815 comportamentos semelhantes à França do século XVIII e à zona rural de Guimarães (Amorim, 1987:65-69), como se constata pelo quadro e gráfico em que os noivos, tal como os famalicenses, estiveram orientados pelo calendário agrícola e religioso. Seria expectável que Santiago de Antas, até pela proximidade, tivesse comportamento paralelo, o que se constatou, se bem que com algumas variações em termos de meses depressivos ligados ao calendário agrícola. A interrupção da cava de casamentos de abril para Famalicão ocorreu em Antas em maio e a de setembro de Famalicão antecipou para o mês de agosto em Antas (Juncal, 2004:72).

As opções tomadas para a realização dos matrimónios em determinado mês ou período do ano poderão ser visualizadas de forma complementar através da observação das escolhas dos dias da semana para realizar essa cerimónia, o que iremos fazer através do quadro seguinte.

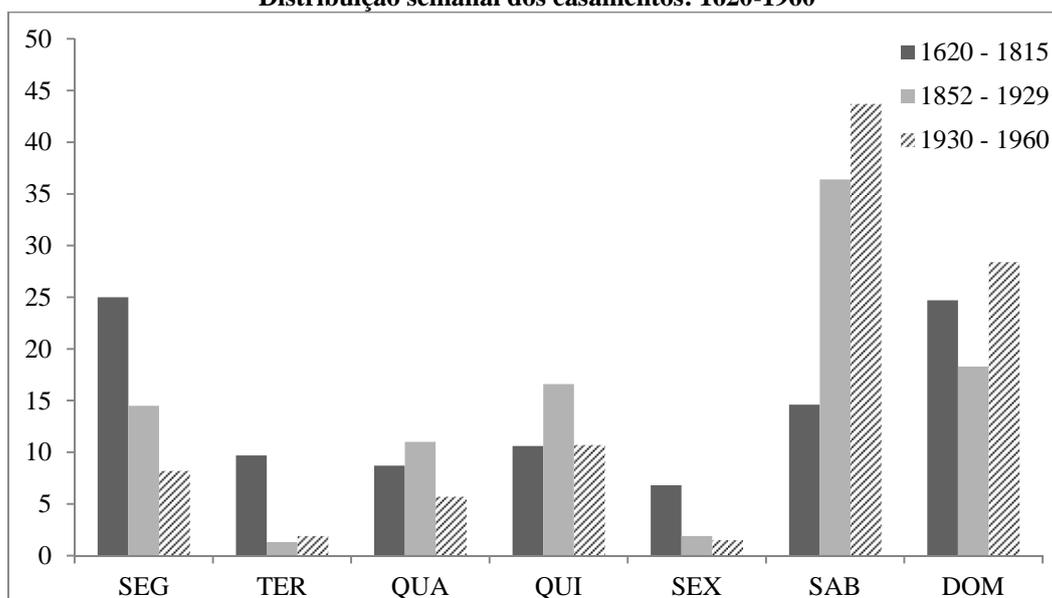
3.1.2 Distribuição semanal dos casamentos

A incidência dos casamentos em determinados dias seria um facto ou detetar-se-ia um espectro alargado? Haveria ao longo do período continuidades ou interrupções nas escolhas? Observemos os quadros e o gráfico, a fim de podermos verificar o padrão.

Quadro nº 19
Distribuição semanal dos casamentos: 1620-1960 (Nº Abs. e %)

Período	Totais	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sab.	Dom.
1620 - 1815	632	158	61	55	67	43	92	156
1852 - 1929	1376	200	18	151	228	26	501	252
1930 - 1960	806	66	15	46	86	12	352	229
%								
Período	Totais	Seg.	Ter.	Qua.	Qui.	Sex.	Sab.	Dom.
1620 - 1815	100,0	25,0	9,7	8,7	10,6	6,8	14,6	24,7
1852 - 1929	100,0	14,5	1,3	11,0	16,6	1,9	36,4	18,3
1930 - 1960	100,0	8,2	1,9	5,7	10,7	1,5	43,7	28,4

Gráfico nº 7
Distribuição semanal dos casamentos: 1620-1960



Até 1815 constatou-se uma nítida primazia pelo casamento à segunda-feira e ao domingo para depois se eleger igualmente, de forma significativa, o sábado e o domingo. Numa análise do período global verificou-se que o sábado e o domingo foram os dias preferidos para a realização das uniões.

Natural se acha a primazia por um dia de descanso semanal para escolher o dia do casamento e juntar a família e até alguns amigos o que de facto se verificou ao longo dos séculos. Também se constatou que a partir do século XIX os famalicenses optaram pelo sábado ou domingo, provavelmente um indício de menor dependência da terra,

situação que se manteve no século XX. Seria plausível que neste último período o horário laboral nas fábricas influenciasse a marcação da data do casamento.

A sexta-feira, talvez por lembrar a morte de Cristo e por ser dia magro, não podendo na refeição da boda ser servida carne, foi paralelamente com a terça-feira um dia em que se realizaram poucos casamentos. Ainda agora se ouve falar entre a gente de mais idade nos dias aziagos de terça e de sexta-feira.

Não podemos descartar outras hipóteses que terão influenciado a marcação das bodas, como a disponibilidade dos párocos para a realização da cerimónia e fundamentalmente para períodos mais recentes, a organização do casamento a contar com familiares que estivessem fora da freguesia. Este último aspeto não seria negligenciável mesmo para épocas mais recuadas tendo em conta o número considerável de noivos de fora, nomeadamente das localidades circunvizinhas.

No concelho de Famalicão existem outras freguesias já reconstituídas pelo método Amorim, mas só para Avidos (Paiva, 2001:101) temos a análise deste indicador. Nesta paróquia até inícios do século XIX assinalaram-se iguais opções. Para o século XX o quadro de escolhas foi idêntico, pese embora o maior volume de celebrações se realizar em Famalicão no sábado e em Avidos no domingo (Paiva, 2001: 103).

Para Aveleda, concelho de Braga, a autora (Silva, 1997:75-76) encontrou análogas escolhas às de Famalicão e de Avidos até finais do século XIX, bem como para o século XX, conquanto não haja coincidência periodal.

Um outro estudo que contemplou este indicador foi o de Angra entre 1584-1699 (Mesquita, 2004:144-146). No período estudado mostrou-se clara a preferência pelo domingo e pela segunda-feira em Famalicão e em Angra e a terça-feira e a sexta-feira como os dias preteridos.

3.2 Idade média ao primeiro casamento

Los resultados de los estudios de reconstrucción indican que en toda la Europa occidental se daba una considerable coincidencia respecto a la edad promedio en que la mujer contría su primer matrimonio.

(Flinn, 1989: 36)

A idade ao primeiro casamento em sociedades com fecundidade próxima do natural era uma variável importante para a determinação do número de filhos do casal, daí se considerar a par do celibato definitivo um fator de relevo na renovação de gerações. Seguindo David Reher (1988:76) a idade média ao primeiro casamento seria a variável que mais rapidamente poderia ser alocada para compensar algum desequilíbrio

que pudesse ter ocorrido dentro de determinada sociedade. As comunidades tanto podiam antecipar como adiar o casamento, encontrando-se variabilidade na idade média ao primeiro matrimónio nos géneros e em diferentes contextos espacio temporais. O potencial reprodutor da mulher muitas vezes *desperdiçado* pela alta idade média ao casamento jogaria com as necessidades da população, tendo um efeito regulador mais pronunciado quando se verificavam baixos índices de ilegitimidade e de conceções pré-matrimoniais. A dinâmica das populações encontra forte correlação neste indicador, embora não possamos alijar a articulação entre as variáveis, destacando a mobilidade diferencial que foi forte nalguns períodos como o século XIX, com incidência nos homens, como falaremos no capítulo respetivo.

No estudo da idade média ao primeiro casamento podemos utilizar uma observação longitudinal ou transversal. Na medida em que os registos de que dispomos não são sistemáticos em relação à indicação da idade dos nubentes essa idade é calculada a partir do cruzamento de dados no processo de reconstituição das paróquias. Assim, pela análise longitudinal, ao acompanhar as gerações em risco de casar, não são consideradas as gerações nascidas nos últimos cinquenta anos de observação. Pela análise transversal que se aplica passados cinquenta anos sobre o início da observação ser-nos-á possível seguir os comportamentos até final da observação.

No caso de Famalicão, devido a uma lacuna nas fontes por inexistência de registos de casamentos entre 1815 e 1852, e dado o nosso interesse particular pelas modificações trazidas pelos séculos XIX e XX, só considerámos a análise transversal, fazendo depois alguns estudos de caso.

Quadro nº 20
Idade média ao primeiro casamento: 1670-1960 (observação transversal)

Período	Homens					Mulheres				
	Nº absoluto	Média	Mediana	Máxima	Mínima	Nº absoluto	Média	Mediana	Máxima	Mínima
1670-1815	213	25,0	24,0	49	12	315	26,0	25,0	49	10
1852 - 1929	841	26,1	24,0	48	16	1043	24,8	23,0	49	13
1930 - 1960	552	26,4	25,0	48	17	609	24,8	23,0	48	15

A nossa observação abrangeu 1606 casamentos de homens e 1967 de mulheres.

Será muito interessante verificar a evolução da idade ao casamento num e noutra género se considerarmos os valores anteriores e posteriores a 1815.

Até 1815 os homens casaram em média aos 25 anos, ultrapassando nos dois períodos seguintes os 26 anos. Na mulher aconteceu uma situação inversa, passando dos 26 anos no primeiro período para valores à volta dos 25 no segundo e no terceiro

períodos. A interpretação deste comportamento é necessariamente complexa. Veremos mais tarde a importância da mobilidade diferencial.

Como se verificou o casamento feminino situou-se sempre acima dos 24 anos o que está de acordo com os padrões para esta zona da Europa. No primeiro período a precocidade do casamento masculino em relação ao feminino parece ser uma constante regional.

Para uma perspectiva concelhia estão já disponíveis os dados que apresentamos em quadro:

Quadro nº 21
Idade média ao primeiro casamento (observação transversal):
comparação com paróquias do concelho

Localidades	Período	Idade média		Fontes
		Homens	Mulheres	
Vila Nova de Famalicão	1670-1815	25,0	26,0	Fichas de família.
	1852-1929	26,1	24,8	
	1930-1960	26,4	24,8	
Santiago de Antas	1630-1799	27,3	27,2	Juncal, 2004: 79.
	1800-1849	27,0	27,6	
	1850-1879	26,7	26,1	
	1880-1909	26,2	25,0	
Mouquim	1662-1749	25,3	28,6	Ventura, 2000: 63.
	1750-1799	24,7	26,0	
	1800-1867	26,3	28,9	
Avidos	1710-1769	28,8	30,4	Paiva, 2001:106.
	1770-1849	29,0	25,0	
	1850-1899	25,5	25,1	
	1900-1995	26,0	24,4	

Comparando Famalicão com Santiago de Antas, apesar de se tratar de paróquias contíguas com casamentos mistos frequentes, encontramos diferenças assinaláveis na idade média do homem e da mulher ao casamento. Em Santiago de Antas a idade média do homem a oscilar entre os 26,2 e os 27,3 anos do século XVII ao início do XX superiorizou-se claramente em relação a Famalicão, o mesmo acontecendo com a idade média da mulher ao casamento que em Santiago de Antas ficou entre 25 e 27, 6 anos. Na longa duração as idades ao casamento masculino e feminino apresentaram-se muito próximas só se marcando a anterioridade do casamento feminino na transição do século XIX para o XX. Famalicão seria uma comunidade mais aberta que Antas conseguindo atrair forasteiros que aqui casariam, mesmo no período que antecedeu a criação do concelho?

Até meados do século XIX em Mouquim, constatou-se que a idade média da mulher ultrapassou sempre a do homem, quadro que foi igualmente encontrado para Famalicão até 1815.

Para Avidos apenas até à primeira metade do século XVIII a idade da mulher ao casar foi superior à do homem, vincando-se depois a anterioridade do casamento feminino. No século XX Avidos e Famalicão aproximaram comportamentos.

Passemos através dos dados do quadro a uma perspetiva territorial mais ampla e iniciemos a comparação com uma amostra de freguesias do Norte de Portugal, a que se seguirá o cotejo com outras regiões continentais.

Quadro nº 22
Idade média ao primeiro casamento (observação transversal):
comparação com paróquias de Portugal continental

Regiões	Localidades	Período	Idade média		Fontes
			Homens	Mulheres	
Minho	Barcelinhos (Barcelos)	1660-1729	25,1	26,0	Faria, 1998:82.
		1730-1819	27,8	26,0	
		1820-1879	29,0	27,0	
		1880-1910	24,9	24,5	
	Alvito S. Pedro e anexa (Barcelos)	1617-1699	27,8	29,9	Miranda, 1993:72.
		1700-1799	26,4	31,0	
		1800-1849	30,2	30,9	
		1850-1900	29,3	28,0	
		1900-1969	28,1	26,4	
		1970-1989	26,7	24,3	
	Guimarães zona urbana	1660-1799	24,6	23,7	Amorim, 1987:88 e 104.
	Guimarães zona mista	1660-1799	25,3	24,8	
	Guimarães zona rural	1660-1799	26,0	25,9	
	Ronfe (Guimarães)	Antes de 1700	29,7	26,9	Amorim, 1999:22.
		1700-1779	27,9	27,6	
		1780-1819	27,4	27,6	
		1850-1900	26,9	27,2	
	Fafe (Santa Eulália)	Antes de 1700	30,0	26,1	Amorim, 1999:22.
	Celorico de Basto (Santa Tecla)	1623-1799	27,2	26,3	Carvalho, 1999:45.
		1800-1919	27,9	25,4	
		1920-1959	28,2	24,6	
	Aveleda (Braga)	1580-1679	25,0	29,7	Silva, 1997:86.
		1680-1779	28,2	27,5	
		1780-1829	31,1	28,2	
		1830-1879	29,2	31,5	
		1880-1929	27,3	23,6	
		1930-1943	25,5	25,0	
Pico de Regalados (Vila Verde)	1606-1669	29,5	26,4	Lobo, 1992:44.	
	1670-1729	31,2	29,5		
	1730-1789	28,8	28,7		
	1790-1899	29,1	27,6		
	1900-1989	27,2	26,5		
Belinho (Esposende)	Antes de 1799	27,8	27,8		
	1890-1910	26,3	26,6		
Facha (Ponte de Lima)	1760-1829	25,3	27,7	Machado, 1995: 34.	
	1830-1879	29,2	28,6		
	1880-1969	28,1	26,8		
	1970-1990	25,3	23,8		

**Idade média ao primeiro casamento (observação transversal):
comparação com paróquias de Portugal Continental
(continuação)**

Regiões	Localidades	Período	Idade média		Fontes
			Homens	Mulheres	
Minho	Romarigães (Paredes de Coura)	1690-1749	23,0	27,9	Santos, 1999: 126.
		1750-1799	26,8	27,0	
		1800-1849	24,3	27,8	
	Lanheses (Viana do Castelo)	Antes de 1799	26,7	27,3	Brettel, 1991:119.
		1780-1849	27,6	27,6	
1850-1900		30,6	29,3		
Douro Litoral	Unhão (Felgueiras)	1577-1719	29,0	28,0	Soares, 1995: 176.
		1720-1799	28,0	25,7	
		1800-1849	32,4	26,3	
		1850-1910	27,5	26,0	
Beira Litoral	Cortegaça (Ovar)	1633-1799	21,4* 29,0**	20,1* 29,0**	Gomes, 1998: 23.
		1800-1909	25,3* 27,9**	21,3* 27,8**	
		1910-1975	24,6* 26,5**	22,4* 25,0**	

*Mínima.**Máxima.

A nível do Minho e para as mulheres entre as datas extremas de 1617 e 1799 a média de idades oscilou entre os 24,8 para Guimarães mista⁸⁹ e os 29,5 para Pico de Regalados. Para o homem, excetuando Romarigães, variou entre os 24,6 de Guimarães urbana e os 31,2 de Pico de Regalados. A anterioridade do casamento masculino sobre o feminino para os séculos XVII e XVIII parece ter afetado apenas as zonas rurais do Alto Minho e algumas franjas no Baixo Minho.

Na evolução do comportamento dos séculos XVII e XVIII para os seguintes no Alto Minho verificou-se uma redução da idade ao casar nas mulheres e uma subida dessa idade nos homens, com valores quase sempre superiores aos 24 anos num e noutro género.

Na freguesia duriense e na beiroa a tendência foi globalmente a de a mulher casar em idade mais precoce que a do homem.

3.2.1 Repartição por grupos de idade ao primeiro casamento

Quando as Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga proibem que se façam denúncias para se casarem os que não tiverem a idade considerada perfeita, enuncia-a para os dois géneros, indicando para o homem 14 anos e para a mulher 12 anos já feitos. Face a esta norma seria natural surgirem-nos menos casamentos no primeiro grupo de idades.

⁸⁹ Não incluímos aqui as zonas urbanas, em que se regista uma idade média mais baixa.

Pela observação da concentração ou dispersão das idades dos noivos podemos verificar se houve ao longo do tempo mudanças nas opções tomadas e encontrar correlações com outras variáveis.

Quadro nº 23
Repartição por grupos de idades ao primeiro casamento: 1670-1960
(Nº Abs. e %)

Grupos de idade	1670-1815				1852-1929				1930-1960			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Obs	%	Obs	%	Obs	%	Obs	%	Obs	%	Obs	%
12-14	2	0,9	2	0,6	-	0	7	0,7	-	0	-	0
15-19	44	20,4	59	18,9	68	7,9	219	20,8	19	3,4	104	16,9
20-24	75	34,7	92	29,5	372	43,1	435	41,3	248	44,2	286	46,5
25-29	49	22,7	87	27,9	236	27,3	193	18,3	183	32,6	132	21,5
30-34	31	14,4	37	11,9	86	10,0	106	10,1	65	11,6	42	6,8
35-39	5	2,3	24	7,7	42	4,9	46	4,4	21	3,7	28	4,6
40-44	4	1,9	7	2,2	25	2,9	29	2,8	10	1,8	13	2,1
45-49	3	1,4	4	1,3	12	1,4	8	0,8	6	1,1	4	0,7
50 e mais	3	1,4	-	0	22	2,5	9	0,9	9	1,6	6	1,0
Total	216	100	312	100	863	100	1052	100	561	100	615	100

Só uma ínfima parte dos noivos contraiu matrimónio com menos de 15 anos. A maior proporção das uniões conjugais ocorreu no grupo dos 20-24 anos e no dos 25-29 anos, excepto para o período de 1852-1929, em que nas mulheres a maior concentração teve lugar entre os quinze e os 24 anos diminuindo a faixa etária dos 25-29 anos.

Considerando os diversos períodos e centrando-nos primeiro nos casamentos femininos verificámos que desde 1852 até final da nossa observação mais de 40 em 100 mulheres casou entre os 20 e os 24 anos, proporção superior à registada para essa idade até 1815 em que não chegou aos 30 por cento, pese embora ter sido nesse grupo de idades que maior número de mulheres contraiu matrimónio. Dos 30 aos 34 anos diminuiu gradualmente a proporção, para se deter entre 1930 e 1960 nuns escassos 6,8 por cento. Se até 1815 ainda tivemos mais de 10 por cento das mulheres a casar entre os 35 e os 49 anos, já desde 1852 foi decrescendo ficando aquém de 8 por cento no último período e registando números residuais nas faixas etárias seguintes.

No casamento masculino até 1815 verificámos que quase 35 homens em 100 casaram no grupo de idades dos 20-24 anos seguido dos 25-29 anos. Mais de 20 por cento fazia-o entre os 15 e os 19 anos. Na faixa etária dos 30 ainda estivemos em presença de um número superior a 15 por cento. Mudança visível ocorreu no período de 1852 a 1929: o grupo de idades dos 15-19 anos foi inferior ao dos 30-34 anos, não chegando aos 8 por cento, predominando os noivos dos 20 aos 24 anos com perto de 45 por cento, tendência que se tornou ainda mais pronunciada no período seguinte. Desde a segunda metade do século XIX até 1930 o número de rapazes que casou até aos 20 anos

reduziu significativamente, podendo aventar-se que a emigração masculina para o Brasil em idades precoces fosse uma das principais razões. Mais de 70 por cento contraiu matrimónio no estrato dos 20 aos 24 anos, registando-se um número de uniões conjugais não negligenciável nos grupos etários seguintes.

A partir dos anos trinta até aos sessenta do século XX constatou-se que uma proporção superior a 88 por cento dos matrimónios foi de homens entre os 20 e os 34 anos, com mais de dois terços a casar na faixa etária dos 20 aos 24 anos e poucos foram os que se uniram conjugalmente antes dos 20 e depois dos 35 anos.

3.3 Idades combinadas dos nubentes

Observemos agora as mudanças seculares no que respeita à relação de idade entre os cônjuges.

Quadro n.º 24
Idades combinadas dos nubentes: 1670-1960
(N.º Abs. e %)

1670-1815																				
Homens		Mulheres																		
Grupo Idades	12-14		15 - 19		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45- 49		50 +		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
15 - 19			7	4,8	9	6,1	3	2,0	3	2,0	0		0		0		0		22	15,0
20 - 24	1	0,7	10	6,8	19	12,9	10	6,8	4	2,8	3	2,0	1	0,7	0		1	0,70	49	33,2
25 - 29			4	2,7	15	10,2	12	8,1	3	2,0	2	1,3	0		0		0		36	24,5
30 - 34			3	2,04	7	4,8	12	8,2	7	4,8	2	1,3	1	0,7	0		0		32	21,8
35 - 39					2	1,4	2	1,4			1	0,7	0		0		0		5	3,4
40 - 44					0								2	1,3	0		0		2	1,4
45- 49					0										0		0		0	
50 +					1	0,7									0		0		1	0,7
Total	1	0,7	24	16,3	53	36,1	39	26,5	17	11,6	8	5,4	4	2,7	0		1	0,70	147	100,00
1852-1929																				
Homens		Mulheres																		
Grupo Idades	12-14		15 - 19		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45- 49		50 +		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
15 - 19			16	2,4	18	2,7	3	0,4	1	0,2	0		0						38	5,7
20 - 24			69	10,3	163	24,4	35	5,2	20	3,0	5	0,75	1	0,15					293	43,9
25 - 29			24	3,6	101	15,1	64	9,6	21	3,1	6	0,9	1	0,2			1	0,2	218	32,7
30 - 34			5	0,8	22	3,3	16	2,4	13	2,0	6	0,9	3	0,4	2	0,3			67	10,0
35 - 39	2	0,3	2	0,3	5	0,8	7	1,1	7	1,1	1	0,15	3	0,45					27	4,1
40 - 44			1	0,2	2	0,3	6	0,9	3	0,5	1	0,15	1	0,15					14	2,1
45- 49			0		0		2	0,3	0		1	0,15	0						3	0,4
50 +			0		0		1	0,2	2	0,3	2	0,3	0		2	0,30			7	1,0
Total	2	0,3	117	17,6	311	46,6	134	20,1	67	10,0	22	3,3	9	1,35	4	0,60	1	0,15	667	100,00
1930-1960																				
Homens		Mulheres																		
Grupo Idades	12-14		15 - 19		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 - 44		45- 49		50 +		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
15 - 19			4	0,89	2	0,45			2	0,45									8	1,79
20 - 24			40	8,93	115	25,67	23	5,15	8	1,79	1	0,22							187	41,83
25 - 29			18	4,02	80	17,86	53	11,83	8	1,79	4	0,89	1	0,22					164	36,61
30 - 34			5	1,12	19	4,24	22	4,91	10	2,23	1	0,22							57	12,72
35 - 39					4	0,89	2	0,45	6	1,34	5	1,12	1	0,22					18	4,02
40 - 44			1	0,22	1	0,22	1	0,22	2	0,45	2	0,45							7	1,56
45- 49											2	0,45	1	0,22			1	0,22	4	0,89
50 +											1	0,22					1	0,22	2	0,45
Total			68	15,18	221	49,33	101	22,60	36	8,04	16	3,57	3	0,67			2	0,45	447	100,00

Na análise deste indicador considerámos as três primeiras combinações de idades. Em todos os períodos os casamentos mais frequentes realizaram-se entre homens e mulheres da faixa etária dos 20-24 anos, seguindo-se os noivos dos 25-29 anos com noivas dos 20-24 e a terceira combinação ocorreu entre homens de 25-29 e mulheres da mesma idade.

Detenhamo-nos no quadro seguinte para termos uma visão mais sintética do fenómeno.

Quadro nº 25
Diferença de idades entre os nubentes ao primeiro casamento: 1670-1960

Períodos	1670-1815		1852-1929		1930-1960		Totais	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
Homem e mulher da mesma idade	48	32,7	258	38,7	188	42,1	494	39,2
Homem mais velho	57	38,8	283	42,4	207	46,3	547	43,4
Homem mais novo	42	28,5	126	18,9	52	11,6	220	17,4
Totais	147	100	667	100	447	100	1261	100

Retira-se do quadro que as relações de conjugalidade se estabeleceram em todos os períodos em primeiro lugar entre mulheres mais novas e homens de faixa etária superior. A escolha secundária foi a dos casamentos em que os noivos eram da mesma idade. Até 1815 ainda foi significativo o número dos casos em que o noivo era mais novo, mais de 28 em 100 casamentos realizados, para diminuir progressivamente, pouco ultrapassando os 11 casamentos em 100 no último período. Verificou-se no longo período uma clara concentração nas escolhas dos casais que se constituíram, homem e mulher da mesma idade e homem mais velho. Entre 1900 e 1960 em 100 casamentos mais de 85 inscreveram-se neste modelo.

3.4 Estado civil anterior dos nubentes

O casamento de viúvos além da dimensão sociológica, tenderá a mostrar-nos a situação do mercado matrimonial. O quadro seguinte plasma este indicador da nupcialidade.

Quadro nº 26
Distribuição dos contraentes segundo o estado civil: 1620-1960

Estado civil	Solteiros				Viúvos				Total
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.
1620-1815	562	88,9	611	96,7	70	11,1	21	3,3	1264
1852-1929	1226	88,2	1305	94,8	150	11,8	71	5,2	2752
1930-1960	764	94,8	789	94,9	42	5,2	17	5,1	1612
Totais	2552		2705		262		109		5628

Constatou-se a prevalência de uniões conjugais entre solteiros, fenómeno mais evidente para as mulheres, onde só de forma circunstancial encontrámos recasamentos.

A proporção de casamentos de viúvos ultrapassou o dobro das uniões conjugais de viúvas nos dois primeiros períodos. Já para o último lapso temporal se registou uma grande proximidade entre os géneros. Se a maioria das mulheres não voltou a casar, a realidade foi particularmente evidente até 1815. Parecia que havendo no mercado matrimonial possibilidade de escolha entre solteiros, os viúvos teriam menos hipóteses⁹⁰.

Tendo consciência da grande complexidade do fenómeno tentámos uma análise comparada primeiro por paróquias do concelho e depois por região.

Devido a Santiago de Antas e Vila Nova de Famalicão serem freguesias confinantes entre as quais deparámos com mobilidade significativa tornou-se pregnante individualizar este caso.

Em Santiago de Antas, freguesia estudada entre 1581-1909 (Juncal, 2004: 33-94) o recasamento foi também minoritário nas viúvas, encontrando-se uma grande desproporção entre géneros. Entre 1581 e 1799 só 0,8% das mulheres viúvas voltaram a casar, comportamento ainda mais significativo que em Famalicão. De 1850 e 1879 subiu para 7,6%, baixando um ponto percentual no último lapso cronológico. Como se verificou, apesar da tendência global de ocorrerem poucos recasamentos nas mulheres, houve discrepância expressiva entre os números apresentados para as duas paróquias, pois, excepto para o primeiro período em que as viúvas famalicenses tiveram mais possibilidades de casar outra vez, a partir daí a situação inverteu-se.

Passemos aos recasamentos masculinos: os 8,9% de 1581-1799, 17,5%, de 1850-1879 e 11,0%, de 1880-1909 em Antas denotam alterações periódicas significativas, mais visíveis de 1581 a 1799, (quase o dobro do período anterior), circunstância não aplicável a Famalicão onde os valores nos vários lapsos temporais analisados não foram muito diferentes entre si. De referir que no segundo período em ambas as paróquias se observou um maior número de casamentos de viúvos. Este facto poderá compaginar-se com a emigração diferencial para o Brasil constituída por um padrão prevalente de homens solteiros.

Consideremos a seguir a perspetiva regional através do quadro.

⁹⁰ No século XVIII e XIX encontrámos um acume de recasamentos nos homens, celebrando dois deles terceira união e idêntica situação se verificou no período de 1900-1929 em que um homem casou três vezes. Nas mulheres o primeiro trinténio do século XX foi aquele em que mais viúvas casaram. Ao compararmos a evolução do fenómeno nos dois géneros constatámos que a época em que houve maior aproximação foi a do século XVII.

Quadro nº 27
Casamento de viúvos:
comparação com paróquias de Portugal continental

Regiões	Localidades	Período	Recasamento		Fontes
			%		
			Homens	Mulheres	
Minho	Avidos (Vila Nova de Famalicão)	1660-1809	6,4	3,1	Paiva, 2001: 116.
		1810-1929	5,3	2,5	
		1930-1995	1,6	0,7	
	Mouquim (Vila Nova de Famalicão)	1662-1749	7,6	2,1	Ventura, 2000:78.
		1750-1799	6,3	1,6	
		1800-1867	11,2	3,9	
	Barcelinhos (Barcelos)	1606-1910	8,4* 4,6 **	3,2* 6,3**	Faria, 1998: 93.
	Alvito S. Pedro e anexa (Barcelos)	1567-1899	15,4* 29,4**	3,7* 8,7**	Miranda, 1993: 88.
		1900-1979	10,3	1,7	
	Guimarães (urbana)	1670-1819	14,3* 17,6**	5,3* 8,4**	Amorim, 1987:130.
	Guimarães (mista)	1670-1819	12,5* 14,6**	3,7* 5,9**	
	Guimarães (rural)	1670-1819	4,0* 5,1**	9,0* 14,3**	
	Aveleda (Braga)	1630-1929	12,9* 13,7**	2,1* 3,8 **	Silva, 1997: 94.
		1930-1993	3,3	3	
	Pico de Regalados (Vila Verde)	1606-1899	8,0* 15,5**	2,1* 7,3**	Araújo, 1992: 52-53.
1900-1989		2,2	1,7		
Facha (Ponte de Lima)	1710-1879	7,2%* 11,8%**	2,0* 2,5**	Machado, 1995: 41.	
	1950-1990	2,1 %	0,5		
Douro Litoral	Unhão (Felgueiras)	1620-1910	7,4%*11,5%**	0,7* 3,8**	Soares, 1995:179.

*Mínima.**Máxima.

Podemos concluir que foi limitado o número de mulheres que contraiu segundo casamento, ficando continuamente aquém dos homens em todos os períodos e freguesias apreciados e que na maior parte das que consideram o lapso temporal do século XIX a seguir à independência do Brasil a percentagem de novos casamentos de viúvos aumentou por paralelo com as épocas anteriores excepto para Avidos, parecendo indiciar uma quebra de potenciais noivos ainda solteiros.

3.5 Viuvez e ulterior casamento

*O amor de uma viúva.
É como comer sem sal.
É como a fruta sombria.
Que não sabe bem, nem mal⁹¹.*

Casar outra vez não foi comum nomeadamente para a mulher e quando ocorreu foi sempre em idades inferiores às do homem. O casamento da viúva não encontraria a mesma aceitação social que o do homem? É curioso que as próprias Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga diferenciavam os géneros quando concediam as bênçãos ao homem viúvo se casasse com mulher solteira e não o inverso, tal como se extrai do Título Nono que refere serem vedadas as bênçãos nupciais se ambos os cônjuges fossem viúvos ou se fosse somente a mulher⁹². Por outro lado, criar os filhos seria para a mulher um acto mais simples e comum do que para o viúvo. O homem ao ficar sem mulher e muitas vezes com crianças precisava de alguém que o pudesse ajudar na criação dos filhos e nas funções domésticas.

Para a análise deste indicador tivemos em conta apenas as situações daqueles de quem conhecemos o posterior casamento e/ou a data de óbito.

Quadro nº 28
Viuvez segundo o género e viuvez e ulterior casamento: 1670-1960

Períodos	Viuvez segundo o sexo				Viuvez e ulterior casamento				Total H e M
	Enviuvaram				Voltaram a casar				
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres		Obs.
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	
1670-1815	89	46,1	104	53,9	13	6,7	3	1,6	193
1852-1929	118	38,9	185	61,1	30	9,9	15	4,9	303
1930-1960	51	31,7	110	68,3	9	5,6	6	3,8	161

Detendo-nos na observação do quadro no que concerne à viuvez segundo o sexo constatamos que a morte se mostrou mais inclemente com os homens do que com as mulheres, circunstância que foi aumentando progressivamente. Todavia, apesar de mais mulheres ficarem sem cônjuge, esse facto não potenciou o ulterior casamento. O período em que os homens viúvos proporcionalmente mais casaram foi o que se iniciou em 1852, indiciando que haveria menos homens solteiros disponíveis para casar.

O quadro que se segue traduz a propensão para casar segundo a idade à viuvez.

⁹¹ Quadra minhota, Jornal *O Regenerador*, de 23.12.1905, p.1.

⁹² *Constituições sinodais do arcebispado de Braga*, 1697, título nono, constituição VIII, flº144.

Quadro nº 29
Idade à viuvez e recasamento: 1670-1960

Grupos de idades	Homens viúvos	Homens recasados	Mulheres Viúvas	Mulheres recasadas
	Obs.	Obs.	Obs.	Obs.
1670-1815				
<30	3	2	2	0
30-39	3	1	8	1
40-49	7	3	10	0
50-59	8	1	17	0
60 +	13	0	26	1
		7		2
1852-1929				
<30	8	4	17	5
30-39	18	12	25	7
40-49	11	3	27	3
50-59	16	2	28	0
60 +	26	2	38	0
		23		15
1930-1960				
<30	0	0	4	2
30-39	7	2	7	2
40-49	9	4	14	0
50-59	7	1	32	0
60 +	25	1	42	0
		8		4

Apesar de o número de observações não ser grande, os dados permitem-nos uma aproximação à compreensão do fenómeno.

No primeiro período mais de 40% dos homens que voltaram a casar tinham entre 40 e 49 anos e 28,6% menos de 30 anos. De 1852 até 1929 mais de metade dos homens que recasou fê-lo na faixa etária dos 30 anos e sensivelmente 17% antes e só 30,4% se uniram conjugalmente de novo a partir dos quarenta anos. Dos anos trinta aos sessenta do século XX metade das uniões teve lugar quando o homem estava entre os 40 e os 49 anos e um quarto entre os 30 e os 39 anos.

No primeiro período só se celebraram dois casamentos de viúvas, um que teve lugar no grupo dos 30-39 anos e o outro no dos 60 e mais. No período seguinte os casamentos femininos realizaram-se quando a mulher viúva ainda não tinha feito 50 anos de idade, concentrando-se no grupo dos 30-39 anos. No último período todos os casamentos ocorreram em mulheres que ainda não haviam feito 40 anos, metade delas com menos de 30.

Em síntese, até 1852 foi pouco vulgar o novo casamento das viúvas a partir dos 40 anos, facto que não se verificou nos homens.

3.5.1 Idade média ao novo casamento

Observemos a idade média ao novo casamento através do quadro.

Quadro nº 30
Idade média ao novo casamento: 1670-1960
(observação transversal)

Períodos	Homens					Mulheres				
	Obs.	Média	Mediana	Máxima	Mínima	Obs.	Média	Mediana	Máxima	Mínima
1670-1815	15	35,8	31	59	18	8	28,1	27,5	34	21
1852-1929	52	36,5	35	69	19	51	30,7	29,0	58	16
1930-1960	22	41,2	40	67	21	20	30,9	27,0	60	20

Poderemos extrair dos dados que em todo o período casaram em estado de viuvez com idades conhecidas 168 indivíduos, 89 homens e 79 mulheres. A idade média dos homens foi sempre superior à das mulheres, atingindo no último período o acume, indo além dos 40 anos. Se na mulher a idade média em qualquer dos períodos ficou aquém dos 31 anos, no homem ultrapassou-a sempre. De referir também que a idade média ao novo casamento da mulher foi aumentando gradativamente.

A frequência escassa de casamentos de viúvos poderia estar relacionada com o mercado matrimonial mais favorável aos solteiros e até com algumas reticências de familiares, como parece deixar-nos perceber a notícia do Jornal local, *O Regenerador* de 8 de julho de 1905⁹³, que nos informou ter havido desordens na Rua da Bandeirinha na Vila, devido ao casamento de uma viúva contra a vontade dos filhos do primeiro casamento. Por outro lado, a localização geográfica de Famalicão seria fator atrativo, permitindo escolhas entre solteiros.

Por ser contígua a Famalicão e haver mobilidade inter paroquial, vejamos o que aconteceu em Santiago de Antas (Juncal, 2004: 95).

Quadro nº 31
Idade média ao novo casamento em Santiago de Antas: 1581-1909

Períodos	1581-1799	1800-1849	1850-1879	1880-1909	Total
Homens	29,9	34,6	36,6	39,2	35,9
Mulheres	35,0	44,3	41,0	38,8	39,8

Em Santiago de Antas os homens voltavam a casar sempre mais novos que as mulheres, exceto a partir de 1880. Passemos a observar os comportamentos noutras freguesias do concelho.

Em Mouquim Manuela Ventura, depois de indicar a dificuldade que encontrou para o estudo da viuvez e o ulterior casamento, deu-nos a conhecer que registou de 1612

⁹³ P. 1.

a 1865 só 8 indivíduos: 3 mulheres e 5 homens, com uma idade média respetivamente de 35,8 e 44,3.

Em Avidos (Paiva, 2001:116) a autora encontrou também poucos casos: 7 de 1660 a 1809, 17 de 1810 a 1929 e 8 de 1930-1995 e o mesmo padrão. Houve mais casamentos de viúvos e exceto para o primeiro período, as mulheres fizeram-no sempre em idades inferiores às dos homens. A idade média das viúvas e dos viúvos foi de 51,7 e de 41,8 anos entre 1660 e 1809, de 40,8 e de 50,1, entre 1810 e 1929 e de 37,7 e de 50,0 de 1930 a 1995.

Fora do concelho, mas relativamente próximo, para Guimarães (Amorim 1995: 131) a autora deu-nos valores de idade média no período de 1670-1819, para os viúvos, de 43,3 anos, na zona urbana, de 42,2 na zona rural e de 41,4, na zona mista e em relação às viúvas a média encontrada foi respetivamente de 33,3 anos, 34,8 e 37,9, quadro convergente com a tendência de idades médias mais elevadas para os viúvos.

Passemos a analisar o período que medeia entre ficar sem cônjuge e voltar a casar, através do quadro.

Quadro nº 32
Intervalo entre a viuvez e o ulterior casamento: 1620-1960

Intervalo	1620-1815		1852-1929		1930-1960	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
- 3 meses	4	1	3	1	0	1
- 6 meses	2	0	4	0	0	0
-1 ano	2	0	4	2	2	0
-2 anos	0	1	9	3	2	0
- 3 anos	0	0	1	1	2	1
- 4 anos	0	0	2	0	0	0
- 5 anos	2	0	0	2	0	1
5 ou + anos	4	0	6	6	2	1
Total	14	2	29	15	8	4

Para o primeiro período mais de metade dos homens casou antes de ter feito um ano sobre a data em que enviuvou e no período seguinte encontrámos viúvos a casar em intervalos diversos, se bem que a maior proporção o tenha feito quando ainda não estava viúva havia dois anos, embora tenhamos mais de 20% dos que recasaram decorridos que foram 5 ou mais anos. De 1930 a 1960 os escassos novos casamentos registados concentram-se nos primeiros três anos de viuvez.

Relativamente às viúvas as poucas que contraíram matrimónio no primeiro período fizeram-no antes de transcorridos dois anos do óbito do cônjuge. Já para o período subsequente vimos alterações no comportamento, quer quanto ao número das mulheres que voltaram a casar, quer a nível do tempo que mediou entre ficar sem

cônjuge e casar de novo. O volume de mulheres que realizou mais que um casamento foi maior, bem como mais dilatado o intervalo para uma percentagem significativa de mulheres, casando mais de metade depois de quatro anos de viuvez. No último período, conquanto tenha havido um pequeno número de recasamentos, a tendência de o fazer mais tarde manteve-se.

Uma das explicações para a percentagem de viúvos a casar em tempo curto poderia residir na premência de contar com uma mulher que pudesse ajudá-los a criar os filhos pequenos, razão que não se poria de igual modo para as mulheres.

3.6 Celibato definitivo

En la Europa occidental no existía la costumbre de obligar a todas las mujeres a contraer matrimonio, y el porcentaje de las que no se habían casado al llegar a los cincuenta años variaba dentro de límites muy amplios, entre el 2 o el 3 por 100, aunque el porcentaje más normal era del 10-20 por 100.

(Flinn, 1989: 36)

A par da idade média ao primeiro casamento o celibato definitivo é uma variável influente na natalidade, podendo pôr em causa os níveis de fecundidade de uma população.

Para o estudo do celibato definitivo considerámos como celibatários os que morreram solteiros com 50 ou mais anos.

Este indicador tornou-se particularmente complicado de analisar devido à dificuldade de identificação dos defuntos e também à ausência frequente da referência da idade ao óbito e do estado civil. Desta forma, foi recorrente a insuficiência de dados que possibilitassem a inserção do indivíduo na família, nomeadamente quando falecia solteiro e já não tinha pais. Todas estas circunstâncias implicaram a existência no nosso ficheiro de defuntos de um número significativo de indivíduos que não conseguimos inserir na respetiva família. O facto de ser uma zona aberta também não foi facilitador.

Sabemos que ao celibato definitivo se encontram ligadas circunstâncias, como a viabilidade do casamento, o mercado matrimonial (existência de noivos predispostos a casar), o benefício que a união poderia trazer e até o lugar (aceitação, maior ou menor prestígio) dos que não casavam na família e na comunidade, logo, fatores de ordem económica e social, demográfica e até cultural. Dadas as dificuldades encontradas fizemos incidir a nossa observação apenas a partir de 1852.

Quadro nº 33
Celibato definitivo: 1852-1960
(observação transversal)

Períodos	Homens			Mulheres		
	Total óbitos	Óbitos solt >49	Cel. Def	Total óbitos	óbitos solt >49	Cel. Def
1852-1929	219	11	5,1	289	43	14,9
1930-1960	262	13	4,9	288	29	10,1

Os níveis de celibato definitivo foram baixos para os homens e para as mulheres nos dois períodos. A proporção das mulheres que morreu solteira foi superior à dos homens, o que se insere no padrão de outras regiões geográficas em que o celibato definitivo feminino foi sempre mais alto que o masculino. A mulher em Famalicão teria um mercado matrimonial bastante mais desfavorável que o homem, sendo esta situação particularmente significativa entre 1852 e 1929, período de emigração essencialmente masculina e solteira para o Brasil. A comparação com outras freguesias do concelho poderá trazer elementos para a compreensão deste indicador. Observemos o quadro para termos uma visão mais ampla do fenómeno.

Quadro nº 34
Celibato definitivo:
comparação com paróquias de Portugal continental

Regiões	Localidades	Período	Celibato definitivo %		Fontes
			Homens	Mulheres	
Minho	Vila Nova de Famalicão	1852-1929	5,1	14,9	Fichas de família
		1930-1960	4,9	10,1	
	Santiago de Antas (Vila Nova de Famalicão)*	1630-1799	14,3	29,0	Juncal, 2004:99.
		1800-1849	25,0	27,8	
		1850-1879	4,3	32,8	
		1880-1909	11,1	38,7	
	Avidos (Vila Nova de Famalicão)*	1722-1899	2,3	19,4	Paiva, 2001:121.
		1900-1921	22,2	23,5	
	Mouquim (Vila Nova de Famalicão)*	1730-1799	17,2	24,2	Ventura, 2000: 79.
		1800-1859	16,6	27,2	
	Guimarães rural**	1700-1739	7,0	11,0	Amorim, 1987: 356.
	Guimarães urbana **	1700-1739	21,0	21,0	Amorim, 1987: 356.
	Alvito S. Pedro e anexa (Barcelos)*	1623-1749	37,0	21,0	Miranda, 1993: 91.
		1750-1849	29,0	45,0	
		1850-1939	24,0	43,0	
		1623-1939	29,0	42,0	
	Barcelinhos (Barcelos)*	1660-1739	27,6	43,2	Faria, 1997: 104.
		1740-1799	20,4	33,7	
		1800-1839	18,8	37,3	
	Aveleda (Braga)	1680-1779	11,0	27,0	Silva, 1997: 103.
1780-1829		7,0	10,0		
1830-1879		14,0	18,0		
1880-1910		5,0	13,0		

**Celibato definitivo:
comparação com paróquias de Portugal continental
(continuação)**

Regiões	Localidades	Período	Celibato definitivo %		Fontes
			Homens	Mulheres	
Minho	Cervães (Vila Verde)	1695-1749	20,5	27,7	Barbosa, 1997: 60.
		1750-1809	12,6	27,2	
	Facha (Ponte de Lima)**	1710-1749	22,2	40,9	Machado, 1995: 49.
		1750-1779	14,6	42,3	
		1780-1809	19,8	48,3	
		1810-1839	23,3	40,8	
		1840-1869	12,5	45,0	
	Santa Eulália (Ponte de Lima)*	1870-1899	13,0	36,6	Brettell, 1991:150.
		1860-1899	10,4	27,4	
	Romarigães (Paredes de Coura)	1890-1970	8,3	31,1	Santos, 1999:143-144.
		1700-1799	14,0	22,8	
	Sta Tecla (Celorico de Basto)	1800-1849	13,5	21,5	Carvalho, 1999: 48.
1680-1799		2,2	15,3		
Douro Litoral	Unhão (Felgueiras)*	1800-1919	4,4	23,3	Soares, 1995: 180.
		1620-1719	10,9	33,8	
		1720-1799	13,9	42,3	
		1800-1849	18,2	41,9	
Beira Litoral	Cortegaça (Ovar)*	1850-1910	2,4	6,9	Gomes, 1998: 42.
		1720-1819	9,71	11,68	
		1820-1899	13,07	21,07	
		1900-1975	2,74	13,97	
		1880-1911	13,7	23,7	

*Obs. transversal **Obs. longitudinal.

Pelos valores do quadro o celibato definitivo em Famalicão foi para os homens e para as mulheres sempre inferior ao das freguesias apresentadas, parecendo haver mais hipóteses de casamento para ambos os géneros. Essa situação resultará eventualmente da localização geográfica de Famalicão e após a criação do concelho e elevação a vila também da atração que exerceria para muitos forasteiros que aqui se fixariam e casariam.

3.7 Origem geográfica dos cônjuges

Casar-se-iam os famalicenses sobretudo entre si ou teria havido propensão para encontrar o cônjuge fora da freguesia? Os comportamentos da mulher e do homem aproximar-se-iam ou não? Ao longo dos diversos períodos teria havido constância de comportamentos ou descontinuidades? Estas e outras questões traremos à colação. A análise da origem geográfica dos noivos poderá ser um elemento adjuvante, ao dar-nos a proporção dos casamentos com noivos não naturais de Famalicão.

Quando analisámos o celibato definitivo em Famalicão e o comparámos com valores encontrados para as freguesias já estudadas do concelho ressaltou o menor

número de homens e mulheres que morreu solteiro depois dos 50 anos o que poderá resultar, em parte, do poder atrativo do mercado matrimonial da comunidade em estudo.

Quadro nº 35
Naturalidade combinada dos nubentes: 1620-1960
(Nº. Abs. e %)

	Noiva de fora		Noiva de Famalicão		Total	
	Nº. Abs.	%	Nº. Abs.	%	Nº. Abs.	%
1620-1815						
Noivo de fora	82	16,2	203	40,1	285	56,3
Noivo de Famalicão	56	11,1	165	32,6	221	43,7
Total	138	27,3	368	72,7	506	100
1852-1929						
Noivo de fora	360	35,4	339	33,3	699	68,7
Noivo de Famalicão	163	16,1	155	15,2	318	31,3
Total	523	51,5	494	48,5	1017	100
1930-1960						
Noivo de fora	216	38,1	155	27,4	371	65,5
Noivo de Famalicão	95	16,8	100	17,7	195	34,5
Total	311	54,9	255	45,1	566	100

Tendo presente que a maior parte dos casamentos se realizava na freguesia da noiva, observemos o que se passava com os famalicenses. Até 1815 quase três quartos dos casamentos celebrados em Famalicão foram com noivas naturais, contra menos de metade dos outros períodos. Com quem casaram estas mulheres? Em todos os lapsos temporais as mulheres famalicenses contraíram matrimónio preponderantemente com homens de outras localidades.

E que aconteceu com os homens famalicenses? É interessante verificar que até 1815 cerca do triplo dos noivos casou com noivas naturais, fenómeno que se inverteu entre 1852 e 1929. Neste período quase se verificou paridade nos números, ou seja, a proporção de homens famalicenses casados com mulheres de fora, embora superior, não foi muito diferente da dos casados com mulheres da freguesia, com a diferença entre eles de 0,9 por cento. Entre 1930 e 1960 voltou a constatar-se a tendência do primeiro período, registando-se mais noivos de Famalicão a casar com autóctones, se bem que não tenha havido uma tão grande proporção como a que se encontrou até 1815.

Da comparação inter periodal resulta um cenário que poderá ter a ver com a criação do concelho de Famalicão. Este abriu-se mais ao exterior e o número dos noivos de fora aumentou, por comparação com o período antecedente. Famalicão na segunda metade do século XIX seria um território muito diferente, onde a maioria dos noivos era de fora, mesmo tendo em conta que o casamento se realizava normalmente na terra de residência da noiva. A maior endogamia feminina só esteve presente até 1815.

A análise das profissões dos nubentes é outro indicador que poderá ajudar a compreender até que ponto o novo concelho atrairia os que pretendiam fixar-se nele.

3.8 Grupos sociais e idade média ao primeiro casamento

Na sequência do que já referimos sobre o carácter específico desta variável, nomeadamente o seu forte pendor social, tentámos outra aproximação à sua compreensão através de uma análise diferencial, considerando os que detinham uma posição socioeconómica mais destacada e o resto da população. Para o estudo deste indicador distinguimos apenas dois grupos, os que chamámos de possidentes e os não possidentes. No primeiro englobámos proprietários, cirurgiões, boticários, médicos, farmacêuticos, capitães de ordenança, mercadores, negociantes/comerciantes, capitalistas, industriais, juízes e advogados, sabendo que muitos deles foram cumulativamente proprietários. No segundo grupo juntámos o resto da população.

Quadro nº 36
Idade média ao primeiro casamento dos filhos de possidentes: 1670-1960

	Homens					Mulheres				
	Obs.	Média	Mediana	Máxima	Mínima	Obs.	Média	Mediana	Máxima	Mínima
1670-1815	6	30,8	29,5	43	21	23	24,2	23,0	39	11
1852-1929	21	28,5	26,3	40	23	32	22,8	20,5	41	14
1930-1960	20	26,5	25,0	36	21	31	25,1	23,0	42	17
1900-1960	35	27,9	25,0	40	21	57	24,1	23,0	42	17

Quadro nº 37
Idade média ao primeiro casamento dos filhos de não possidentes: 1670-1960

	Homens					Mulheres				
	Obs.	Média	Mediana	Máxima	Mínima	Obs.	Média	Mediana	Máxima	Mínima
1670-1815	91	24,9	23,0	48	14	206	26,3	24,5	49	10
1852-1929	339	25,1	23,5	48	16	505	23,8	22,0	48	13
1930-1960	254	26,5	25,0	48	17	290	24,1	22,0	48	16
1900-1960	419	26,1	25,0	48	16	536	23,9	22,0	48	15

Observou-se uma idade média sempre superior para os filhos das famílias de extratos sociais mais elevados, exceto para o período de 1930-1960 em que foi igual. A maior dissemelhança ocorreu entre 1670 e 1815 com uma dissemelhança de quase seis anos e entre 1852 e 1929 em que se registou uma diferença de idades um pouco superior a 3 anos. Englobando todo o século XX a discrepância na média de idades ao casamento dos homens foi quase de dois anos.

Ao compararmos os comportamentos das filhas dos casais de maiores possibilidades económicas com as do resto da população verificou-se uma situação inversa. As mulheres de extratos sociais mais favorecidos casaram sempre em idades médias mais precoces, exceto no século XX em que a situação se inverteu, se bem que

por poucos meses de diferença. Admitimos que pesassem razões correlacionadas com o dote feminino da casa rural do Minho. Nesta região os pais centrariam as suas preocupações nas filhas, para as quais era mais difícil encontrar uma saída, dado que para os filhos outros destinos poderiam ser equacionados. Daí amiúde recair numa filha o terço ou quota disponível e a sucessão da casa familiar (Durães, 1987:50).

Norberta Amorim chama a atenção para o facto de na zona urbana de Guimarães nas gerações nascidas antes de 1730 as filhas dos pobres casarem por volta dos 24 anos e as dos proprietários esperarem mais 4 anos para o fazerem. Aventa a hipótese de existir uma maior proletarização na zona urbana, em que os noivos não estariam limitados pela espera de encontrar parceiro, ao invés dos filhos de gente de “estatuto”. Em Famalicão entre 1670 e 1719, esta tendência não se verificou para as mulheres, registando-se 23 anos e meio de idade média das mulheres filhas dos possidentes e 27 anos e meio dos não possidentes, não dispondo nós de dados para os homens.

O estudo de caso poderá trazer-nos outros elementos para a compreensão do comportamento de indivíduos de famílias que nos pareceram ter sido detentoras do estatuto de possidente.

Caso 1

Começamos com o caso de Francisco Rebelo de Matos, batizado por volta de 1649, natural de Brufe, capitão de ordenanças e de Maria da Rocha de quem desconhecemos a naturalidade e o nascimento. Casaram em Famalicão a 11 de janeiro de 1671 e tiveram oito filhos batizados na freguesia. Só de três encontrámos outros atos: Benta, Manuel e Luísa, batizados respetivamente a 25 de março de 1675, a 3 de abril de 1679 e a 6 de junho de 1683. Sobre Manuel e Luísa só tivemos conhecimento que faleceram na freguesia, o primeiro a 11 de novembro de 1713 e a segunda a 17 de julho de 1705, admitimos que no estado de solteiros. O casal Francisco Rebelo de Matos e Maria da Rocha faleceram em Famalicão, ele a 10 de janeiro de 1728 e ela a 25 de junho de 1730.

A segunda geração continuou em Benta que ao casamento passou a ser conhecida como Dona Benta Rebelo de Matos. Uniu-se conjugalmente na freguesia a 7 de março de 1693, com Francisco de Almeida Barbosa, nascido em S. Paio, Guimarães, a 5 de agosto de 1674, filho de António de Araújo, boticário, e de sua primeira mulher Violante de Almeida Abreu Barbosa. Francisco e Dona Benta viveram na Rua (Direita) e ele exercia como boticário, sendo também mercador. Tiveram três filhos, duas

raparigas e um rapaz: Maria Madalena, Joana Maria e Francisco, batizados e falecidos na freguesia: as duas raparigas casaram em Famalicão e Francisco, o mais novo, morreu solteiro. Francisco nasceu a 13 de março de 1699, foi boticário como o pai, praticou a atividade na Rua (Direita) e faleceu a 26 de novembro de 1733. A filha mais velha do casal, Maria Madalena, nasceu a 29 de dezembro de 1694, casou a 13 de fevereiro de 1719 e faleceu a 4 de abril de 1767 e a filha do meio, a quem deram o nome de Joana Maria, nasceu a 11 de março de 1697, casou a 16 de novembro de 1726 e faleceu a 9 de junho 1730.

A terceira geração legítima continuou na filha mais velha de Francisco de Almeida Barbosa e de Dona Benta Rebelo de Matos, Maria Madalena. A outra descendente, Dona Joana Maria de Almeida, casou a 16 de novembro de 1726 em Famalicão, com Manuel Campelo da Fonseca, proprietário, e tiveram um filho nascido antes do casamento, Francisco José Campelo da Fonseca Pinto que foi batizado a 20 de julho de 1726.

Dona Maria Madalena de Almeida casou a 13 de fevereiro de 1719 com Marcos da Silva, nascido a 25 de abril de 1701 em Vilarinho das Cambas, que exerceu as profissões de mercador, de solicitador e de boticário. Foram-lhe conhecidos 9 filhos batizados na freguesia, mas só de 3 temos mais que um ato registado em Famalicão: José, o do meio, nasceu a 6 de fevereiro de 1734 e faleceu solteiro a 15 de julho de 1773; Joana foi batizada a 24 de junho de 1719 e casou a 26 de novembro de 1741 e António José foi batizado a 18 de junho de 1736, casou a 18 de novembro de 1779 e faleceu a 10 de dezembro de 1798.

A Dona Joana Pereira de Almeida casada com Domingos Correia Pereira em Famalicão a 26 de novembro de 1741, só lhe conhecemos o filho José Correia de Almeida nascido na freguesia a 19 de março de 1743. Pela inquirição *de genere* do irmão Manuel realizada em 7 de janeiro de 1755, tomámos conhecimento que pouco depois do batizado de José foram viver para Barcelos.

A quarta geração iniciou-se em António José da Silva Almeida casado em segundas núpcias em Famalicão a 18 de novembro de 1779, com Dona Margarida Angélica Pinheiro Lobo nascida na freguesia a 29 de maio de 1742. Tiveram uma única filha, Quitéria Rosa da Silva Almeida nascida a 28 de janeiro de 1780. O casal faleceu em Famalicão, ele a 10 de dezembro de 1798 e ela viúva, a 27 de julho de 1800.

A quinta geração começou com Dona Quitéria Rosa da Silva Almeida que casou em Famalicão a 29 de abril de 1798, com António Joaquim Ribeiro de Campos, natural

de Santa Cristina de Malta, Vila do Conde, proprietário e tabelião. Tiveram quatro filhos na freguesia: Ana, nascida a 28 de janeiro de 1799 e falecida a 22 de agosto de 1839, no estado de solteira; José Joaquim nascido a 23 de outubro de 1800, casado a 15 de maio de 1820 em Famalicão e falecido a 8 de novembro de 1858 na freguesia; António que nasceu a 2 de agosto de 1803 e faleceu a 21 de junho de 1804 e Quitéria Joaquina nascida e falecida na freguesia respetivamente a 20 de abril de 1808 e a 15 de outubro de 1850.

A sexta geração continuou em dois ramos, o formado por José Joaquim e o constituído por Quitéria Joaquina. Vamos começar por José Joaquim Ribeiro de Campos que casou em Famalicão a 15 de maio de 1820, com Dona Ana Joaquina Ferreira de Macedo ou Ana Rita Silva Dias Campos, nascida na freguesia a 27 de janeiro de 1798. José Joaquim era secretário da Câmara de Vila Nova de Famalicão e faleceu a 8 de novembro de 1858, como casado e Dona Ana Joaquina ainda sobreviveu ao marido mais de dez anos tendo morrido a 15 de novembro de 1868.

O casal batizou seis filhos em Famalicão, mas só de dois soubemos a data de casamento: Camilo de Lélis Ribeiro de Campos, nascido a 10 de maio de 1822 e falecido na localidade a 18 de novembro de 1881, e Maria da Purificação nascida a 29 de janeiro de 1831.

Camilo de Lélis Ribeiro de Campos casou a 5 de fevereiro de 1862 em Brufe, com Dona Maria das Dores Ribeiro Queirós ou Dona Maria das Dores Azevedo Faria Couto, fidalga da Quinta do Vinhal, nascida em Famalicão a 6 de fevereiro de 1833. Camilo era negociante e diretor dos correios de Vila Nova de Famalicão. Faleceram os dois na freguesia, ele a 18 de novembro de 1881 e ela a 2 de julho de 1866. No curto período de duração do seu casamento tiveram três filhos que morreram infantes.

A outra filha do casal Joaquim Ribeiro de Campos e Dona Ana Joaquina Ferreira de Macedo foi Dona Maria da Purificação da Silva Campos. Casou em Famalicão a 14 de outubro de 1854, com João Baptista da Silva Ramos, médico, nascido a 26 de abril de 1822, em São Victor-Braga. Ele faleceu em Famalicão a 29 de julho de 1888, já viúvo e dela não temos o registo de óbito. Tiveram quatro filhos na freguesia, mas só de um conhecemos o casamento, foi o de Maria Camila batizada a 19 de setembro de 1858, casada a 17 de outubro de 1939 e falecida a 22 de outubro de 1956.

A outra filha de António Joaquim Ribeiro de Campos e Dona Quitéria Rosa da Silva Almeida foi Dona Quitéria Joaquina de Almeida Campelo batizada a 20 de abril

de 1808 em Famalicão e casada com António José Vaz Veloso Guimarães⁹⁴, natural de São Sebastião, Guimarães, nascido a 23 de fevereiro de 1812. Ambos faleceram em Famalicão, ela a 15 de outubro de 1850 e ele a 19 de janeiro de 1851.

Tiveram sete filhos batizados na freguesia, mas apenas sabemos a data de casamento de um, o de Balbina Eulália, nascida em 6 de novembro de 1837. Casou em Famalicão a 12 de abril de 1862 com Silvério Ferreira de Macedo. Faleceu na freguesia a 4 de maio de 1931, viúva. Dona Balbina Eulália Almeida e Silvério Ferreira de Macedo batizaram três filhos em Famalicão, mas só conhecemos o casamento de dois, por um ter falecido na infância: Higino Veloso de Macedo que nasceu a 13 de março de 1863 e faleceu a 11 de abril de 1919. Casou a 15 de novembro de 1886 com Dona Mariana Folhadela de Macedo, falecida a 27 de março de 1943. Detiveram o estatuto de proprietários.

A outra filha de Dona Balbina Eulália de Almeida e Silvério Ferreira de Macedo foi Ernestina Macedo Leal nascida a 13 de maio de 1870 e falecida a 12 de fevereiro de 1961. Casou em Famalicão a 27 de junho de 1898, com Alberto Vicente de Carvalho Leal e Sousa, negociante e proprietário, nascido em Landim a 1 de janeiro de 1872.

Em síntese, observando as várias gerações verificou-se que estiveram presentes formas de manter ou consolidar e mesmo ampliar o estatuto social da família. Desde o capitão de ordenanças, Francisco Rebelo de Matos, até aos quinquenetos Camilo e Maria da Purificação, o primeiro casado com uma descendente da Casa do Vinhal e a segunda com um médico de Braga. Encontraram-se ao longo das várias gerações mecanismos específicos para sustentar estratégias de pertença a um grupo de elite, seja pela via do comércio, da burocracia e até de acesso a dignidades eclesíásticas, como foi o caso do cónego da Colegiada de Barcelos, António Ribeiro de Campos, irmão de Camilo de Lélis Ribeiro de Campos⁹⁵.

Quando nos detemos sobre os casamentos nesta família constatamos que logo na segunda geração nos apareceu uma designação honorífica. Dona Benta casou cedo, aos 18 anos, com um noivo quase da mesma idade. Na geração seguinte Maria Madalena já o fez mais tarde, aos 25 anos, com um mercador e solicitador. Uma filha deste casal, a mais velha, Joana, casou aos 22 anos e o irmão mais novo, António José, contraiu matrimónio duas vezes. Só dispomos de dados sobre o segundo casamento, ele com 43 anos e a noiva, Dona Margarida Angélica, solteira, com 37. Tiveram uma única filha,

⁹⁴ A mãe era Cardoso de Meneses.

⁹⁵ Era proprietário da Quinta do Covelo, na freguesia de Calendário.

Quitéria, que se uniu conjugalmente aos 18 anos, já com os pais com alguma idade (o pai morreu poucos meses depois de a filha casar e a mãe após dois anos). O filho José Joaquim contraiu matrimónio aos 19 anos e não sabemos a idade ao casamento da irmã mais nova. Camilo de Lélis, filho mais velho deste casal, casou aos 41 anos e a irmã, Maria da Purificação, fê-lo aos 23 anos.

Em resumo, as mulheres casaram, com poucas exceções, entre os 18 e os 22 anos. Quanto aos homens, o número reduzido de observações não nos permite tirar qualquer conclusão.

Observemos o caso seguinte:

Caso 2: António Rodrigues e Margarida Francisca

A família da situação vertente é não possidente, indicada até como muito pobre nalgumas situações e noutras como pobre, mas só a conseguimos seguir num período mais curto que a família precedente, dificuldade comum na freguesia, onde notámos bastante mobilidade para além do óbice do hiato de casamentos, por um período significativo da primeira metade do século XIX, como já referimos.

O primeiro casal desta família a estabelecer-se em Famalicão, António Rodrigues e Margarida Francisca, era de fora, ele do concelho de Barcelos e ela do concelho de Guimarães (filha de pais solteiros). Casaram em Famalicão a 8 de abril de 1687 e faleceram também na freguesia, António a 18 de maio de 1694, casado, muito pobre e Margarida, como viúva. Deste matrimónio nasceram três filhos, mas só de dois encontramos outros atos: de Manuel sabemos que nasceu a 23 de agosto de 1688 e que casou a 20 de janeiro de 1721 e de António conhecemos o batismo realizado a 16 de novembro de 1692 e o casamento que teve lugar a 9 de setembro de 1716.

Observemos a descendência de Manuel Rodrigues casado com Maria Gomes nascida na freguesia a 10 de setembro de 1691 e falecida a 6 de março de 1758, como casada e muito pobre. O casal vivia no lugar de Mões e foi progenitor de três filhos, mas só de dois temos mais que um ato. Começamos com Maria que nasceu em 15 de agosto de 1722 e faleceu a 1 de junho de 1806.

Maria casou a 4 de julho de 1747 com António Mendes, de Infias, Guimarães, e acrescentou ao seu primeiro nome, o de Rodrigues. Ambos faleceram em Famalicão, ela a 1 de junho de 1806, como viúva, e ele a 5 de fevereiro de 1803, como casado. Morreu no lugar de Moins, onde viviam desde o matrimónio. O casal teve seis filhos em

Famalicão, porém só sabemos o casamento de um e duas raparigas foram mães solteiras.

A nova geração continuou na filha Josefa Maria nascida a 14 de agosto de 1757 e casada a 12 de fevereiro de 1784, com Bento Baptista, viúvo, natural de Requião e não se lhe conheceram filhos na freguesia.

Manuel Rodrigues e a mulher Maria Gomes tiveram ainda o filho António Rodrigues nascido a 16 de novembro de 1692. Casou a 9 de setembro de 1716 com Maria da Rocha batizada em Antas. Ambos faleceram nesta localidade⁹⁶, ele a 4 de agosto de 1769 e ela a 5 de novembro de 1757, como casada. Batizaram uma filha em Antas a 27 de outubro de 1717, que faleceu nesta freguesia, no estado de solteira, a 15 de agosto de 1730.

Em resumo, na primeira geração só encontramos o casamento de dois filhos, ambos homens: o mais novo casou antes do mais velho, e bem mais jovem, quando tinha 23 anos, ao passo que o irmão o fez aos 31 anos. Como a mãe enviudara seria provável ter este último ficado como seu amparo. As mulheres das várias gerações casaram entre os 24 e os 26 anos, logo, mais velhas que as suas congéneres de estatuto socioeconómico superior.

A família que se segue pareceu-nos ter encontrado já no século XIX em certos dos seus ramos uma ascensão social, pelo que nos poderá dar outra perspetiva e verificarmos se esta circunstância determinou alguma alteração na idade ao casamento.

Casal 3: Francisco Moreira e Ângela Fernandes

Francisco Moreira casou com Ângela Fernandes a 12 de janeiro de 1642. Viviam no lugar de Moins, com quatro filhos nossos conhecidos, mas só um foi batizado em Famalicão. O casal faleceu na freguesia, ele a 23 de dezembro de 1696, viúvo, e ela a 22 de março de 1683, casada.

A filha batizada em Famalicão a 4 de janeiro de 1654, a quem foi dado o nome de Isabel, casou na freguesia a 25 de outubro de 1676 com Pedro Carvalho e não registaram filhos na localidade.

A geração do casal Francisco Moreira e Ângela Fernandes teve continuidade na filha Helena Moreira, casada em Famalicão a 6 de julho de 1681, com Manuel da Costa. Faleceram ambos na freguesia, ela a 29 de janeiro de 1702, casada, e ele a 23 de outubro

⁹⁶ Casou segunda vez nesta freguesia com Mariana Campos, a 12 de maio de 1758, onde faleceu no estado de casado, sem filhos.

de 1711, viúvo. Batizaram cinco filhos na freguesia, mas apenas conhecemos o casamento de dois.

Vejamos o caso da filha mais velha, Maria da Costa Moreira, nascida a 19 de maio de 1682. Casou a 18 de novembro de 1708, com Jerónimo de Carvalho e faleceu, no estado de viúva, a 7 de outubro de 1724 e o marido a 23 de março de 1711, como casado. Tiveram três filhos em Famalicão e pudemos seguir a geração da filha mais velha, Teresa Costa, nascida a 26 de janeiro de 1711.

Teresa Costa uniu-se conjugalmente na localidade com Jacinto Araújo a 20 de novembro de 1729 e faleceu, no estado de viúva, a 24 de dezembro de 1788 e ele, como casado, a 10 de fevereiro de 1759. Tiveram sete filhos batizados em Famalicão.

Vejamos o caso do mais velho: Manuel de Araújo Costa nasceu a 22 de janeiro de 1731 com Maria da Costa Marques e faleceu a 22 de fevereiro de 1810, como viúvo, e a mulher morreu a 15 de junho de 1799. Batizaram dois filhos em Famalicão, mas só se conheceu o casamento de João, o filho mais velho.

João da Costa Araújo nasceu a 20 de março de 1762 e casou em Vilarinho das Cambas a 25 de abril de 1796, com Ana Maria da Costa Veloso, natural de Vilarinho. Morreram ambos em Famalicão, ela a 14 de maio de 1810, casada, e ele a 23 de abril de 1830, viúvo. Registaram seis filhos em Famalicão, mas apenas um faleceu na freguesia, a filha mais velha, Maria Joana da Costa Araújo Veloso que nasceu em Famalicão a 10 de março de 1797 e faleceu na freguesia a 21 de outubro de 1868, no estado de viúva.

Maria Joana havia casado com Manuel Rodrigues Pereira, natural de Requião, reservatário, de quem teve dez filhos, quatro deles falecidos na infância. Manuel morreu em Famalicão, no lugar de Mões, como reservatário, a 16 de janeiro de 1840, casado.

A geração continuou em Famalicão através de Domingos Rodrigues Pereira da Costa nascido a 30 de julho de 1827 e casado a 16 de dezembro de 1870 em Antas, com Dona Felicidade Perpétua Ferreira de Araújo, natural desta localidade. Domingos apareceu-nos na fonte como capitalista e faleceu a 6 de março de 1913, no estado de casado e Dona Felicidade morreu a 2 de abril de 1921, como viúva.

Tiveram três filhos em Famalicão, contudo só encontrámos o casamento de dois, Alfredo e Laura.

Alfredo da Costa foi batizado em Famalicão a 3 de julho de 1872 e casou com Dona Beatriz Amélia Ferreira de Araújo, no dia 16 de janeiro de 1902. Ele faleceu numa unidade hospitalar do Porto a 20 de maio de 1964, no estado de casado e ela a 17 de abril de 1962, em Famalicão, como viúva.

Alfredo da Costa foi um empresário de grande empreendedorismo que não batizou filhos em Famalicão, sendo septaneto do casal Francisco Moreira e Ângela Fernandes.

Domingos Rodrigues Pereira da Costa, capitalista, e sua mulher Dona Felicidade Perpétua Ferreira de Araújo tiveram ainda outra filha, Laura da Costa, nascida a 30 de outubro de 1874 e casada em Famalicão, com Rodrigo Terroso, solicitador, a 31 de agosto de 1901. Ele nasceu a 14 de dezembro de 1866 e faleceu a 19 de maio de 1925, casado, e ela a 17 de abril de 1962, no estado de viúva e não registaram filhos na freguesia.

O casal Francisco Moreira e Ângela Fernandes ainda continuaram a sua geração em Famalicão através da neta Domingas Moreira, nascida a 20 de novembro de 1689 e casada com João Machado, a 13 de dezembro de 1716 e dos três filhos conhecidos temos só a data de nascimento.

Através da trineta de Francisco Moreira e Ângela Fernandes chamada Maria da Costa batizada a 31 de agosto de 1740 e casada a 10 do mesmo mês de 1767, continuou a geração em Famalicão, mas não se registaram filhos na freguesia.

Um novo filho de casal Francisco Moreira e de Ângela Fernandes foi Maria Moreira que casou com António Oliveira em 1 de janeiro de 1670 e faleceu a 23 de março de 1703. Batizaram seis filhos em Famalicão e apenas da filha Serafina possuímos indicação do casamento e também do óbito.

Serafina nasceu a 1 de dezembro de 1685 e casou a 28 de fevereiro de 1715 com João da Silva. Ambos morreram em Famalicão, Serafina de Oliveira a 21 de setembro de 1755 e o marido a 4 do mesmo mês de 1743. Ele no lugar de Sinçães e ela no lugar de Moins. Foram genitores de seis crianças batizadas em Famalicão, mas só de duas filhas apurámos que casaram na localidade. Maria da Silva de Oliveira nasceu a 6 de julho de 1719 e casou a 28 de fevereiro de 1740 com Estêvão Ferreira da Costa, tendo ambos falecido em Famalicão, ele a 4 de dezembro de 1743, casado e ela a 21 de setembro de 1755, viúva.

A outra filha de João da Silva e de Serafina de Oliveira chamada Teresa Maria da Silva foi batizada a 15 de julho de 1721. Casou na freguesia a 2 de junho de 1754 com Henrique da Silva, tendo vivido no lugar da Maia, em Antas, perto do lugar de Sinçães, e não registaram filhos em Famalicão, mas em Antas. Ela morreu em 14 de março de 1806, casada, em Antas, e ele a 20 de março de 1809, no lugar da Maia, também nessa localidade.

Uma filha de Maria Joana da Costa Araújo Veloso e Manuel Rodrigues Pereira, reservatário, foi Margarida Rosa da Costa, casada com António José Álvares, dos quais só dispomos das datas de óbito, registados ambos em Famalicão e do nascimento de filhos.

Em resumo, nesta família tivemos predominantemente acesso a matrimónios femininos. As mulheres casaram entre os 17 e os 32 anos: no século XVII, Isabel Moreira, a primeira das mulheres de quem temos o casamento, uniu-se a Pedro Carvalho, aos 22 anos, mas não se lhe conheceram filhos em Famalicão; uma irmã de Isabel, Helena Moreira, de quem não possuímos o registo de batismo, casou e morreu em Famalicão, deixando viúvo e filhos. Conceberam cinco crianças, três meninas e dois meninos, tendo pelo menos um deles morrido na infância⁹⁷. Duas filhas casaram em Famalicão, Maria aos 26 e Domingas aos 27 anos. Sigamos a geração de Maria. Teve três filhos, mas só de uma, Teresa, temos o casamento. Contraiu matrimónio aos 18 anos, mais nova que qualquer das mulheres das anteriores gerações e a segunda de menos idade ao casamento de todas as gerações estudadas. Por sua vez, a filha Maria da Costa já casou bem mais tarde, aos 27 anos e do filho, de nome Manuel, não temos a data de casamento. Começamos pelo filho deste, João da Costa Araújo que contraiu matrimónio, em Vilarinho das Cambas, aos 34 anos, com Ana Maria da Costa, desta freguesia. Nos filhos do casal começou a registar-se, pensamos, a mobilidade social ascendente. Joaquim da Costa Araújo, nascido a 28 de julho de 1802 partirá muito jovem para Lisboa, para trabalhar com um tio, indo entretanto para o Brasil incorporado no exército português, no sector da manutenção. Casou com uma mulher espanhola de quem teve entre outros filhos aquela que virá a ser a baronesa da Trovisqueira, por união com o barão deste nome⁹⁸. Logo, Joaquim de Araújo e a irmã Joana Maria da Costa foram compadres, casando uma filha do primeiro com um filho do segundo. Alguns dos descendentes de Joana Maria foram para o Rio de Janeiro, entre eles o barão da Trovisqueira, que foi nobilitado pela monarquia constitucional.

João da Costa Araújo e Ana Maria da Costa Veloso tiveram vários filhos, se bem que não possuamos o registo de casamento de nenhum, embora saibamos que o fizeram, através do nascimento dos netos. Passemos então aos descendentes dos filhos Margarida Rosa da Costa e Domingos Rodrigues Pereira da Costa. Margarida casou com António

⁹⁷ Deduzimos pelo facto de nos aparecerem dois registos de batizados de homónimos.

⁹⁸ *O padrão da aliança matrimonial aplica-se claramente a este casamento, com o “brasileiro”, então de 35 anos, a consorciar-se com uma jovem de 20 anos (nascida em 26 de julho de 1838), parente próxima e filha de um reconhecido e influente liberal, Alves, 2001a, p. 5.*

José Álvares e dos dez filhos temos o casamento de sete, mas só de cinco possuímos os dois atos, nascimento e casamento. Destes, as três raparigas casaram entre os 18 e os 22 anos e os dois rapazes, um aos 28 e o outro aos 31.

Domingos contraiu matrimónio já depois dos 40 anos e surge-nos como capitalista, sendo primo direito do barão da Trovisqueira, por as mães serem irmãs. Esteve vários anos no Brasil, onde amealhou dinheiro que lhe permitiu escalar socialmente e fazer um casamento de acordo com essa nova posição, tendo chegado a desempenhar o cargo de tesoureiro na Câmara Municipal de Famalicão. Dos casamentos dos filhos verificou-se que o primogénito, Alfredo, casou perto dos trinta anos com uma mulher da mesma família da mãe, mantendo o estatuto, ou até ampliando-o, singrando como empresário. A outra filha de Domingos e Dona Felicidade, Laura da Costa, casou aos vinte e seis anos, com Rodrigo Terroso, solicitador.

Retomemos o casal Francisco Moreira e Ângela Fernandes que deu origem às várias gerações e façamos a mesma reconstituição relativamente à outra neta, Domingas Moreira, que se consorciou aos 27 anos, com João Machado, em 13 de dezembro de 1716 e não teve filhos casados em Famalicão.

Maria Moreira, a outra descendente de Francisco e Ângela, casou em 1 de janeiro de 1670 com António de Oliveira, mas só da filha Serafina acedemos ao casamento que se realizou quando ela já tinha 29 anos, com João da Silva, em 28 de fevereiro de 1715. Novamente só dispomos da data de casamento das filhas, Maria que contraiu matrimónio aos 20 anos e Teresa aos 32, e de nenhuma conhecemos filhos nascidos em Famalicão.

Em síntese, nas várias gerações com origem no casal Francisco Moreira e Ângela Fernandes as mulheres contraíram matrimónio entre os 17 e os 32 anos e os homens (escassos) entre os 26 e os 43 anos, estes últimos inserindo-se nas práticas das famílias possidentes.

CAPÍTULO IV

Figura nº 5
Feira de Vila Nova de Famalicão em 1912



Fonte: *Colecção Famalicão princípio do século XX*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, s.d.

4. FECUNDIDADE

Amor conjugal, he hum fogo aceso, pella providencia divina, para apagar os incêndios de todo o amor illicito, & profano.

(Raphael Bluteau, 1712:345)

Um mecanismo regulador da fecundidade para o período pré-malthusiano foi a idade média ao casamento e o celibato definitivo considerados por Pierre Chaunu (1986: 461) como o recurso contraceptivo por excelência da Cristandade Latina. Influente na redução do número de filhos do casal seria a mortalidade intrauterina, a saúde da mulher, a alimentação, as condições higiênico-sanitárias, as ruturas precoces das uniões, a ausência por períodos assinaláveis de um dos cônjuges e os hábitos sexuais do casal.

Aceitando-se que os filhos fruto do amor cristão seriam bem-vindos e em épocas tidas como muito próximas da fecundidade natural sucediam-se durante o período de vida do casal, a um ritmo que muito teria a ver com o período de amamentação da criança. Se fossem cumpridos os interditos de médicos e moralistas o casal deveria abster-se de relações sexuais durante o período de dois a três anos, ciclo ideal de aleitamento materno, admitindo-se que o esperma corromperia o leite e que poucas crianças sobreviveriam se fossem desmamadas antes de fazerem um ano. Esse *tabu* sexual a efetivar-se durante o ciclo de amamentação conduziria a um travão na natalidade legítima (Nascimento, 2008:45-46).

4.1 Distribuição mensal dos nascimentos

Um indicador tradicional que demonstra a interferência do meio sócio-cultural e económico é a sazonalidade dos comportamentos demográficos, a qual exprime a acção compósita de interditos religiosos, calendário agrícola, migrações sazonais, clima, etc.

(Alves, 1989c:296)

Os comportamentos reprodutivos de uma população passam por muitas condicionantes. Ao analisarmos a periodicidade dos nascimentos, situamos as conceções e aproximar-nos-emos da compreensão do seu ritmo evolutivo: se prevaleceram os interditos religiosos, se existiram motivações relacionadas com os trabalhos sazonais, se terá havido mudanças ou continuidades. Como estudámos um período de vários séculos, aperceber-nos-emos das alterações ocorridas em muito longa duração.

Quadro nº 38
Repartição mensal dos nascimentos/concepções: 1620-1960
(Nº. Abs.)

Nascimentos	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Totais
Concepções	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	
1620-1790	234	243	262	214	208	174	175	157	215	188	195	201	2466
1822-1889	519	436	519	433	448	390	350	393	375	387	367	392	5009
1890-1929	372	326	367	320	298	289	272	267	303	263	287	331	3695
1930-1960	249	202	279	225	265	222	207	190	220	224	216	248	2747

Pela análise do quadro verifica-se até 1790 uma divisão dos nascimentos em dois períodos do ano com um acume nos quatro primeiros meses e um mínimo em agosto, julho e junho, conquanto tenha havido um mês discrepante, o de setembro, com o quarto maior número de nascimentos. Logo, seriam concebidas mais crianças de abril a julho e menos entre setembro e novembro.

Entre 1822 e 1899 manteve-se a mesma tendência no que se reporta à divisão dos nascimentos com a maior concentração entre janeiro e junho e uma quebra na outra parte do ano. Assim, os casais conceberiam mais entre abril e agosto e menos na outra parte do ano.

De 1890 a 1929 o *boom* de nascimentos passou a ser mais curto, concentrando-se nos meses de janeiro a abril, se bem que o mês de dezembro e o de setembro tenham alterado essa linha demarcante, uma vez que se apresentaram em quinto e sexto lugar no número de nascimentos. O ciclo mais forte de concepções de abril a junho foi também significativo em março e dezembro.

Desde 1930 a 1960 encontrámos uma maior distribuição de nascimentos pelos vários meses, embora os de maior volume se incluíssem na primeira parte do ano e o mês de dezembro fosse o quarto. Fevereiro registou um significativo decréscimo, com o segundo número mais reduzido. Os outros dois meses com menor volume de nascimentos foram o de agosto e o de julho. As concepções concentraram-se na primavera, exceto em maio e no mês de agosto.

Em síntese, até 1930 foi nos meses de abril, maio e junho que os casais mais geraram, periodicidade interrompida a partir desta data pelo mês de maio que foi dos mais baixos. Contudo, *grosso modo*, a maior parte das concepções continuou a ocorrer nos ciclos da primavera e do verão.

Não se verificou que tivesse havido grande respeito pela abstinência das relações conjugais prescritas pela igreja para o Advento e para a Quaresma, admitindo-se que outras causas tenham interferido.

4.2 Repartição dos nascimentos segundo os géneros

O grau de proporcionalidade nos nascimentos a nível de género reveste-se de grande interesse visto que além de ser um indicador da fiabilidade dos registos de nascimentos⁹⁹ nos poderá ajudar a explicar algumas oscilações nas idades médias ao casamento, o celibato definitivo, a mortalidade diferencial, a ilegitimidade, entre outros comportamentos¹⁰⁰.

Quadro nº 39
Repartição dos nascimentos segundo os géneros e relação de masculinidade (R.M.): 1620-1960

Período	Masculinos	Femininos	R.M.
1620-1790	1256	1206	104,1
1822-1889	2616	2391	109,4
1890-1929	1883	1809	104,1
1930-1960	1406	1341	104,8

Não tendo havido grande dissemelhança face ao valor de referência verificámos que nascendo sempre mais rapazes que raparigas e só no segundo período é que encontrámos uma relação de masculinidade superior a 105. É provável que esteja aqui parte da razão explicativa para tantos casamentos ocorridos em Famalicão com noivo de fora.

4.3 Fecundidade legítima

No estudo da fecundidade legítima iremos incidir em vários indicadores, começando pela taxa de fecundidade legítima por grupos de idade da mulher, a descendência teórica e a idade média em que a mulher foi mãe pela última vez.

4.3.1 Taxas de fecundidade legítima por grupos de idades e descendência teórica

Para conhecermos as taxas de fecundidade legítima por grupos de idade da mulher, a descendência teórica¹⁰¹ e a idade média da mãe ao nascimento do último filho efetuámos os cálculos com as famílias Tipo 1, ou seja, aquelas das quais conhecemos a data de nascimento de todos os filhos, a data de nascimento da mulher, a data de casamento e a de óbito do primeiro cônjuge falecido. Os dados são apresentados no quadro e no gráfico que se seguem.

⁹⁹ Considera-se de qualidade a relação de 105 nascimentos masculinos por 100 femininos, admitindo-se pequenas variações, que podem decorrer, v.g., do número reduzido de observações.

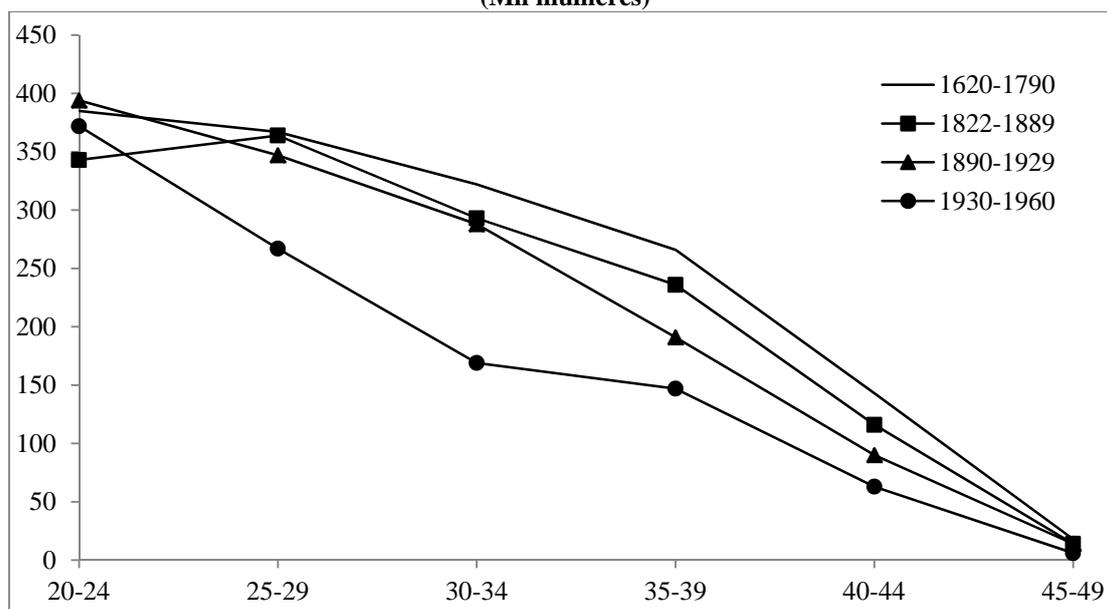
¹⁰⁰ No sentido de podermos acompanhar o percurso de vida das famílias e dos indivíduos até 1960 a colheita de dados dos óbitos foi até 2000.

¹⁰¹ Entendemos por descendência teórica o número de filhos que uma mulher teria se permanecesse em convivência conjugal dos 15 aos 49 anos.

Quadro nº 40
Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade e descendência teórica (DT): 1620-1960
Idades da mulher (20-49)
(Mil mulheres)

	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	D.T.	Nº Obs
1620-1790	385	367	322	266	143	18	7,6	149
1822-1889	343	364	293	236	116	14	6,8	203
1890-1929	394	347	288	191	90	14	6,6	295
1930-1960	372	267	169	147	63	6	6,7	190

Gráfico nº 8
Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade e descendência teórica (DT¹⁰²) de 1620 a 1960
Idades da mulher (20-49)
(Mil mulheres)



Devido ao número reduzido de observações de mulheres casadas antes dos 20 anos, incidiremos a nossa análise nas mulheres que contraíram matrimónio a partir dessa idade. Exceto para o período entre 1822 e 1899 em que o índice de fecundidade mais elevado se situou no grupo de idades da mulher dos 25-29 anos, ligeiramente superior ao grupo dos 20-24 anos, em todos os outros períodos foi no grupo de idades dos 20-24 anos que se encontrou o acume de fecundidade da mulher.

Constatou-se que o ritmo de fecundidade se processou na razão inversa da idade da mulher, com a ressalva já apontada para o lapso temporal de Novecentos.

Perante as taxas de fecundidade encontradas o número de filhos que teoricamente os casais teriam situar-se-ia perto dos oito filhos até cerca de finais de Setecentos, caindo a partir daí sensivelmente um filho.

As curvas do gráfico desenham já a existência de sinais de controlo de natalidade no penúltimo período analisado, manifestando-se essa regulação ainda mais

¹⁰² Número de filhos entre os 20 e os 49 anos nas condições encontradas de fecundidade.

clara a partir de 1930. Em Pico de Regalados (Araújo, 1992:94), a autora detetou indícios do controlo da natalidade numa fase ainda anterior à de Famalicão, referindo o ano de 1900 como de partida para a sua adoção por um número maior de mulheres.

Norberta Amorim (1995a) estudou a fecundidade de Ronfe, concelho de Guimarães e de Ruivães, do de Vila Nova de Famalicão, juntando os dados das duas freguesias. Por se tratar de uma análise em longa duração e serem freguesias próximas de Famalicão, observá-las-emos com mais detalhe após a análise de conjunto ao quadro.

Com base nas taxas de fecundidade legítima que representam o número médio de filhos em 1000 mulheres por cada ano de vida matrimonial *podemos aceder a um vasto campo de análise comparativa* (Amorim, 1997:156) que observaremos a seguir.

Quadro nº 41
Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade e descendência teórica (DT): comparação com paróquias de Portugal continental
Idades da mulher (20-49)
(Mil mulheres)

Regiões	Localidades	Período	Grupos de idades						DT	Fontes
			20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49		
Minho	Vila Nova de Famalicão	1620-1790	385	367	322	266	143	18	7,6	Fichas de família.
		1822-1889	343	364	293	236	116	14	6,8	
		1890-1929	394	347	288	191	90	14	6,6	
		1930-1960	372	267	169	147	63	6	6,7	
	Antas (Vila Nova de Famalicão)	Antes 1750	393	331	312	271	144	39	7,5	Juncal, 2004:117.
		1750-1879	322	318	273	205	114	8	6,5	
	Avidos (Vila Nova de Famalicão)	1660-1850	380	299	327	259	136	15	7,1	Paiva, 2001:135.
		1851-1929	345	282	213	223	91	0	5,8	
		1930-1995	361	322	265	189	80	0	6,1	
	Mouquim (Vila Nova de Famalicão)	1670-1749	427	345	337	288	153	18	7,8	Ventura, 2000: 95.
		1750-1855	378	311	344	226	122	18	7,0	
	Ronfe+Ruivães (Guimarães e Vila Nova de Famalicão)	Antes de 1750	421	399	365	326	191	16	8,6	Amorim,1999:27.
		1750-1929	423	397	355	281	147	18	8,1	
	Ronfe+Ruivães (Guimarães e Vila Nova de Famalicão)	1930-1949	508	437	408	342	166	7	9,4	Amorim,1993b:16.
		1950-1959	441	439	356	223	81	7	7,7	
	Guimarães urbana	1620-1749	456	421	412	348	203	23	9,3	Amorim, 1987: 158 e Amorim,1999:27.
	Guimarães rural	1620-1749	456	422	412	318	187	19	9,1	
	Guimarães mista	1620-1749	421	425	369	351	191	32	-	
	Lordelo (Guimarães)	Antes de 1740	400	403	382	286	200	22	8,5	Amorim,1999:27.
		1740-1890*	435	390	347	302	149	20	8,2	
	Santa Tecla (Celorico de Basto)	1623-1799	361	358	334	291	172	-	7,7	Carvalho, 1999:61.
		1800-1919	440	380	318	288	156	-	8,1	
		1920-1959	395	379	326	275	148	-	7,7	
	Alvito S. Pedro e anexa (Barcelos)	Antes 1750	375	355	323	286	170	35	7,7	Miranda, 1993:110 e Faria, 1997:124.
		1750-1899	364	402	323	272	147	15	-	
		1900-1939	351	292	231	180	80	7	5,7	
	Barcelinhos (Barcelos)	1940-1989	396	254	136	92	38	-	4,5	Faria, 1997:124.
1660-1859		389	372	350	285	161	23	6,8		
Aveleda (Braga)	1630-1739*	299	368	352	306	163	58	7,7	Amorim, 1999:27 e Silva, 1997:121-122.	
	1740-1889*	289	285	244	210	112	11	5,8		
	1890-1939	320	319	265	222	106	130	7,6		
	1940-1993	277	310	230	169	82	16	7,0		

Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade e descendência teórica (DT): comparação com paróquias de Portugal continental
Idades da mulher (20-49)
(Mil mulheres)
(continuação)

Regiões	Localidades	Período	Grupos de idades						DT	Fontes
			20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49		
Minho	Cervães (Vila Verde)	1645-1809	343	343	324	263	135	20	7,1	Barbosa, 1997:69-70.
		1750-1808	438	422	339	243	131	12	7,9	
	Pico de Regalados (Vila Verde)	1710-1799	366	275	270	273	142	37	6,7	Araújo, 1992:93 e Amorim, 1999:27.
		1800-1899*	291	323	235	171	69	25	5,6	
		1900-1939	366	281	244	132	105	5	-	
		1940-1959	430	266	231	145	108	-	-	
	Facha (Ponte de Lima)	1710-1849	466	413	389	301	187	16	8,8	Machado, 1995:57.
		1850-1919	293	370	318	284	116	9	6,9	
		1920-1949	430	388	323	283	157	8	7,9	
	Romarigães (Paredes de Coura)	Antes 1750	315	317	285	218	103	4	6,2	Santos, 1999:157.
		1750-1818	339	344	271	203	84	3	6,2	
	Lanheses (Viana do Castelo)	1700-1779*	437	385	350	290	159	-	8,1**	Amorim, 1999:27.
		1780-1859*	399	364	319	286	157	-	7,6**	
1860-1899*		414	420	349	274	131	-	7,9**		
Douro Litoral	Bougado (Trofa)	1680-1829	433	357	304	295	161	11	5,9	Alves, 1989c:290.
	Unhão (Felgueiras)	1500-1719	355	365	347	329	198	40	8,1	Soares, 1995:108.
		1720-1799	312	316	340	288	128	10	6,9	
		1800-1849	328	327	228	287	85	11	6,3	
		1850-1910	256	277	154	151	50	8	4,4	
Beira Litoral	Cortegaça (Ovar)	Antes de 1750	351	327	322	280	167	28	7,3	Gomes, 1998:50.
Trás-os-Montes	Poiares (Freixo de Espada à Cinta)	1650-1823	394	396	352	292	139	13	-	Amorim, 1987:158.
	Cardanha (Torre de Moncorvo)	1600-1795	388	362	348	224	127	15	-	
	Rebordãos (Bragança)	1610-1750	397	378	356	292	122	13	-	

*Média simples de dois ou mais períodos. **Descendência teórica dos vinte aos quarenta e quatro anos.

O quadro apresenta-nos para o Antigo Regime algumas variações regionais, desenhando-se sub-regiões no Minho (Amorim, 1999:25). No concelho de Guimarães e também nas freguesias de Ronfe+Ruivães¹⁰³ as famílias tinham potencialidades para ter um número superior a oito filhos, ascendendo a mais de nove na zona urbana e seu entorno rural. Valores além dos oito filhos por família só se encontraram em Facha, no concelho de Ponte de Lima e Lanheses, no concelho de Viana do Castelo. Nas restantes regiões de Portugal continental em análise só numa freguesia duriense, Unhão, a descendência teórica atingiu valores levemente superiores a oito filhos.

Os dados para Famalicão situaram-se numa posição intermédia. O concelho de Famalicão apresentou nas freguesias observadas valores para o Antigo Regime muito próximos, variando entre 7,5 e 7,8 filhos por família.

No segundo período o concelho de Guimarães continuou a suplantar na descendência teórica e Famalicão e as freguesias do concelho mantiveram valores que

¹⁰³ Estudadas em conjunto por Norberta Amorim.

ficaram numa zona central, situação que foi constante para a vila ao longo dos restantes períodos.

Como já referimos anteriormente, conquanto já seja perceptível a existência de fecundidade controlada no período entre 1790 e 1929, as curvas típicas deste género de fecundidade tornaram-se muito evidentes desde 1930, com uma descida pronunciada no potencial reprodutivo da mulher após os trinta e quatro anos de idade.

Norberta Amorim encontrou para Ronfe+Ruivães (1994:17) só para os casamentos realizados depois de 1950 o cenário que aponta uma elevação das taxas de natalidade no grupo de idades em que a mulher casou seguida de um decréscimo rápido no grupo de idades seguinte, situação que em Famalicão foi bem anterior.

Em Avidos, concelho de Famalicão, já havia sido notado para período idêntico ao de Famalicão a transição de uma fecundidade próxima do natural para uma fecundidade controlada (Paiva, 2001:135).

As taxas de fecundidade legítima encontradas em Famalicão e a descendência teórica teriam correlação com a idade média da mãe ao nascimento do último filho?

4.3.2 Idade média da mãe ao nascimento do último filho

Esta variável foi calculada usando as famílias tipo 1 com idade da mulher ao fim do casamento de 48 anos ou mais.

Um dos indicadores mais fiáveis para se encontrar o controlo voluntário da fecundidade é a idade média da mulher ao nascimento do último filho. Vejamos o que aconteceu em Famalicão.

Quadro nº 42
Idade média da mãe ao nascimento do último filho: 1620-1960

Período	I.M.	Nº Obs.
1620-1790	40,0	82
1822-1889	38,1	93
1890-1929	36,7	153
1930-1960	34,9	117

Verificámos que só até 1790 a mulher foi mãe pela última vez aos quarenta anos sendo o período em que ela teve vida reprodutiva mais dilatada.

A partir daí houve sempre uma descida para se situar no último período ligeiramente abaixo dos 35 anos, indiciando a presença de controlo voluntário da gravidez.

Face à idade média da mulher ao primeiro casamento, que recordamos, foi de 26 anos até 1815 e de 24,8 de 1852 a 1960, o ciclo reprodutivo da mulher apresentou-se

bastante curto, fator que poderia contribuir para uma menor descendência, a manterem-se estáveis as restantes variáveis.

Atentemos no quadro para termos uma perspetiva comparada com outras localidades.

Quadro nº 43
Idade média da mãe ao nascimento do último filho:
comparação com paróquias de Portugal continental

Regiões	Localidades	Período	I.M.	Fontes
Minho	Vila Nova de Famalicão	1620-1790	40,0	Fichas de família.
		1822-1889	38,1	
		1890-1929	36,7	
		1930-1960	34,9	
	Antas (Vila Nova de Famalicão)	Antes 1750	41,0	Juncal, 2004:118.
		1750-1879	39,3	
	Avidos (Vila Nova de Famalicão)	Antes 1750	45,9	Fichas de família.
		1770-1849	41,1	
	Mouquim (Vila Nova de Famalicão)	Antes 1750	39,9	Ventura, 2000:97.
		1750-1855	38,9	
	Ruivães+ Ronfe	Antes 1750	41,4	Amorim, 1999:27 e Amorim, 1994:16.
		1750-1929	40,0	
		1930-1949	40,0	
		1950-1959	37,0	
	Guimarães rural	Antes 1740	41,0	Amorim, 1987:180.
	Guimarães mista		41,4	
	Guimarães urbana		41,2	
	Alvito S. Pedro e anexa (Barcelos)	Antes 1750	41,8	Miranda, 1993:117.
		1750-1819	40,1	
		1820-1899	40,2	
		Até 1899	41,1	
		1900-1989	35,7	
	Barcelinhos (Barcelos)	1660-1749	40,6	Faria, 1997:124.
		1750-1859	40,8	
		1730-1779	39,5	
		1780-1829	39,7	
		1680-1829	39,9	
		1630-1689	40,3	
	Aveleda (Braga)	1690-1739	43,2	Silva, 1997:124 e 129.
		Até 1899	36,1	
		1940-1993	40,4	
	Cervães (Vila Verde)	1645-1699	40,6	Barbosa, 1997:73.
		1700-1749	40,1	
1750-1809		39,7		
Pico de Regalados (Vila Verde)	1710-1799	40,3	Araújo, 1992:96.	
	1800-1899	37,4		
	1900-1930	34,7		
	1940-1959	34,4		
Facha (Ponte de Lima)	Até 1849	40,4	Machado, 1995:58 e 66.	
	1850-1919	39,0		
	1920-1949	38,9		
Romariães (Paredes de Coura)	Antes 1750	39,2	Santos, 1999:158.	
	1750-1818	38,0		

**Idade média da mãe ao nascimento do último filho:
comparação com paróquias de Portugal continental
(continuação)**

Regiões	Localidades	Período	I.M.	Fontes
Minho	Sta Tecla (Celorico de Basto)	Antes 1740	41,7	Carvalho, 1999:64.
		1740-1849	41,5	
	Lanheses (Viana do Castelo)	1700-1779*	40,6	Amorim, 1999:27.
		1780-1859*	40,4	
		1860-1899*	39,6	
Douro Litoral	Santiago de Bougado (Trofa)	1680-1789	40,5	Alves, 1989c:298.
	Unhão (Felgueiras)	1577-1849	40,5	Soares, 1995:101.
1850-1910		33,3		
Beira Litoral	Cortegaça (Ovar)	1600-1749	40,7	Gomes, 1998:51.
Trás-os-Montes	Poiares (Freixo de Espada à Cinta)	Antes 1740	40,4	Amorim, 1987:180.
	Cardanha (Torre de Moncorvo)	Século XVII e XVIII	39,4	
			40,7	
	Rebordãos (Bragança)	1740-1790	38,2	
1780-1820		35,9		

No primeiro período¹⁰⁴ nas freguesias do concelho de Famalicão, a maior proximidade registou-se com Mouquim e a diferença mais marcada com Avidos. Nesta freguesia a idade média da mulher ao nascimento do último filho foi a mais elevada do concelho. Em todas as outras localidades da região e do país a tendência verificada foi a de a mulher ter mais idade que a famalicense ao dar à luz o filho mais novo, exceto em Romarigães, na região geográfica do Minho e em Cardanha, na de Trás-os-Montes.

Em relação ao segundo período¹⁰⁵ o cotejo só pôde ser feito com duas freguesias, Alvito S. Pedro e anexa (Barcelos) e Pico de Regalados (Vila Verde), havendo mais proximidade com a segunda, onde se encontrou um valor ainda mais baixo.

Para o terceiro e quarto período foi possível fazer comparação com Pico de Regalados, onde se encontrou uma idade ainda mais baixa da mulher ao nascimento do último filho que em Famalicão, embora mais aproximado no último período. Pudemos ainda contrastar os dados com Ruivães+Ronfe. Nestas freguesias só a partir da década de cinquenta se evidenciou *algum efeito do controlo de natalidade, tornado bem mais visível nas duas décadas seguintes* (Amorim, 1994:16).

Em síntese, o período reprodutivo de vida do casal foi em Famalicão dos menos alargados, fator que irá pesar na sua descendência.

¹⁰⁴ Considere-se que não existe simultaneidade periodal.

¹⁰⁵ Com leve discrepância temporal.

Este indicador carece de outros, como o que a seguir se apresenta, que nos permite ver se as taxas de fecundidade legítima teriam uma ligação mais ou menos forte com a idade em que a mulher contraiu matrimónio.

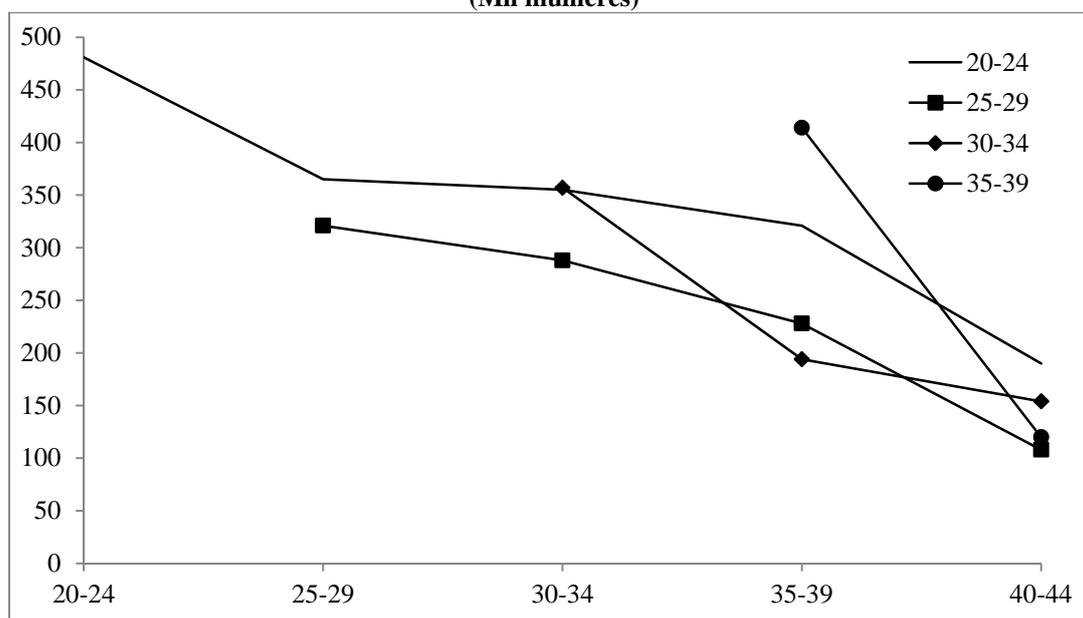
4.3.3 Influência da idade ao casamento na fecundidade legítima¹⁰⁶

Em período pré-malthusiano a idade ao casamento parece ser um dos elementos marcantes para o número de filhos que um casal irá gerar. Atentemos nos quadros e gráficos.

Quadro nº 44
Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento: 1620-1790
(Mil mulheres)

Idade ao casar	Grupos de Idades						Nº Obs
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
20-24	481	365	355	321	190	20	37
25-29		321	288	228	108	0	47
30-34			357	194	154	40	21
35-39				414	120	21	10
40-44					222	0	4

Gráfico nº 9
Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento: 1620-1790
(Mil mulheres)



Neste primeiro período apurámos que as taxas mais elevadas se encontravam nos grupos de idades em que as mulheres casaram baixando gradativamente à medida que a idade destas aumentava.

¹⁰⁶ Não considerámos a idade inferior aos 20 anos por ser escasso o número de observações.

As mulheres cujo matrimónio se realizou entre os 25 e os 29 anos deixaram de ser mães mais cedo não tendo filhos depois dos 45 anos e o mesmo aconteceu com as casadas depois dos 39 anos.

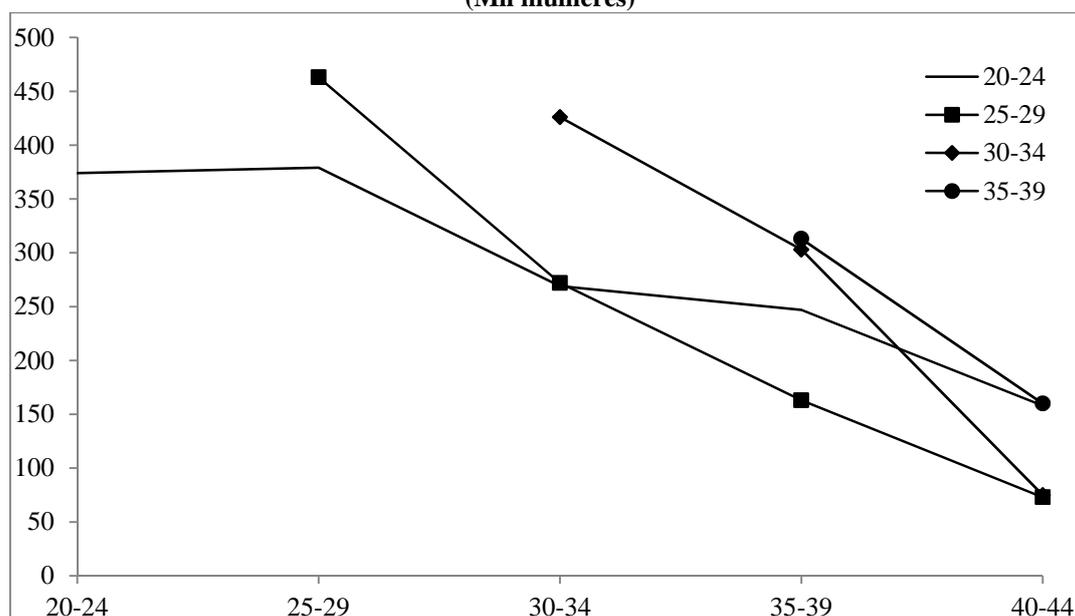
As mulheres que se uniram conjugalmente entre os 45 e os 49 anos não foram mães na constância do matrimónio.

Observemos o quadro e o gráfico para termos uma perspetiva do período de Oitocentos.

Quadro nº 45
Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento: 1822-1889
(Mil mulheres)

Idade ao casar	Grupos de Idades						Nº Obs
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
20-24	374	379	269	247	158	30	62
25-29		463	272	163	73	9	39
30-34			426	303	75	17	34
35-39				313	160	40	5
40-44					250	0	12

Gráfico nº 10
Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento: 1822-1889
(Mil mulheres)



Neste segundo período notámos que o maior índice de fecundidade teve lugar no grupo de idades em que as mulheres casaram, exceto para as que contraíram matrimónio mais jovens, cujo potencial reprodutivo foi ligeiramente superior no grupo de idades seguinte.

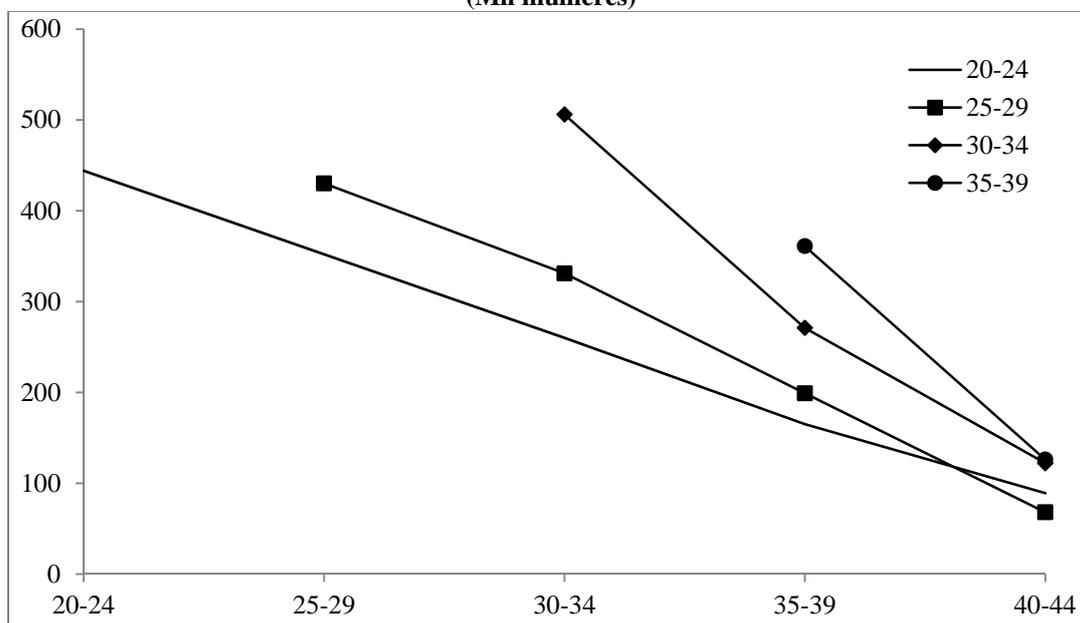
Verificou-se que a mais alta taxa de fecundidade ao casar ocorreu nas mulheres que contraíram núpcias entre os 25 e os 29 anos e que nenhuma mulher casada depois dos 44 anos foi mãe dentro do matrimónio.

Atentemos no período seguinte.

Quadro nº 46
Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento: 1890-1929
 (Mil mulheres)

Idade ao casar	Grupos de Idades						Nº Obs.
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
20-24	444	352	260	165	89	10	121
25-29		430	331	199	68	25	61
30-34			506	271	122	0	24
35-39				361	126	0	21
40-44					0	121	5

Gráfico nº 11
Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento: 1890-1929
 (Mil mulheres)



Neste terceiro período notou-se que o maior índice de fecundidade ocorreu no grupo de idades em que a mulher se uniu conjugalmente. É interessante verificar que a mais alta taxa de fecundidade ao casar se situou nas mulheres que o fizeram entre os 30 e os 34 anos.

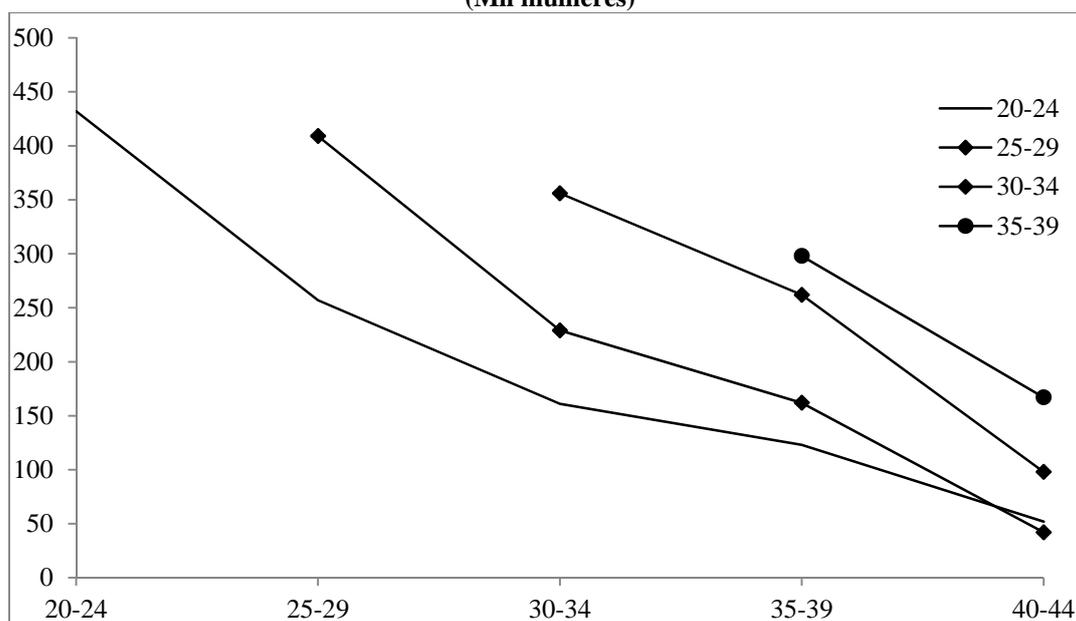
No grupo de idades entre os 45 e os 49 anos nenhuma mulher teve filhos.

Passemos ao último lapso temporal.

Quadro nº 47
Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento: 1930-1960
 (Mil mulheres)

Idade ao casar	Grupos de Idades						Nº Obs
	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
20-24	432	257	161	123	52	3	77
25-29		409	229	162	42	0	33
30-34			356	262	98	0	15
35-39				298	167	52	14
40-44					286	0	11

Gráfico nº 12
Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento: 1930-1960
 (Mil mulheres)



No último período as mulheres ao casar apresentaram, tal como no período precedente, uma taxa de fecundidade superior que paulatinamente foi baixando. O grupo de idades dos 20-24 anos deteve a maior taxa de fecundidade ao casar, seguido do grupo dos 25-29 anos. Poucas mulheres continuaram a ter filhos até aos 49 anos de idade.

Em síntese, os maiores índices de fecundidade ocorreram em grande parte dos períodos no grupo de idades em que a mulher casou, embora devamos ter em atenção que por causa do aparecimento da primeira menstruação fosse previsível que nem todas as mulheres que casaram mais jovens estivessem aptas para a maternidade.

Quando estudarmos os intervalos genésicos aquilatarmos da relação entre estes dados e a circunstância presente em diversos estudos que nos apontam para um intervalo protogenésico quase sempre inferior aos intervalos intergenésicos.

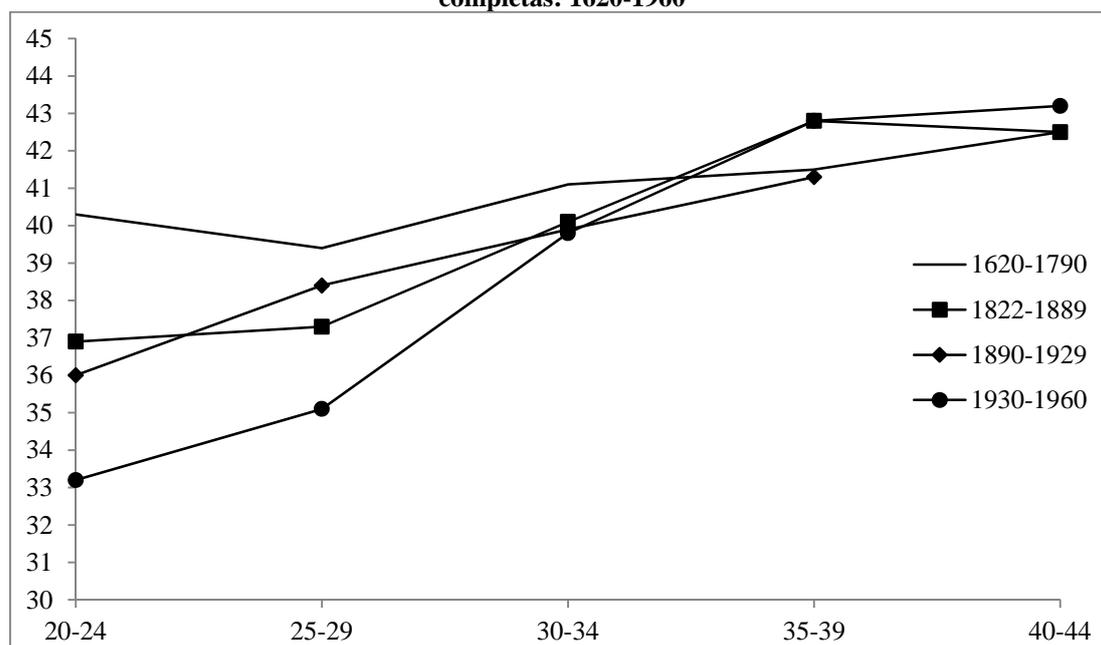
4.3.4 Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo a idade ao casamento

A idade média ao nascimento do último filho, tendo em conta a idade em que contraiu matrimónio, dá-nos oportunidade de saber se a idade ao casamento tinha ligação com o número de filhos, admitindo para os primeiros períodos a ausência de controlo voluntário da gravidez.

Quadro nº 48
Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo a idade ao casamento
em famílias completas: 1620-1960

Idade ao casar	1620-1790		1822-1889		1890-1929		1930-1960	
	Obs.	I.M.	Obs.	I.M.	Obs.	I.M.	Obs.	I.M.
20-24	19	40,3	27	36,9	75	36,0	58	33,2
25-29	32	39,4	23	37,3	40	38,4	19	35,1
30-34	15	41,1	23	40,1	15	39,9	12	39,8
35-39	10	41,5	5	42,8	14	41,3	12	42,8
40-44	4	42,5	9	42,5	3	0	10	43,2

Gráfico nº 13
Idade média da mãe ao nascimento do último filho segundo a idade ao casamento em famílias completas: 1620-1960



Esperava-se que as mulheres que casavam mais jovens tivessem o seu último filho em idade inferior à das que o faziam mais tarde o que só não aconteceu no período de 1620 a 1790 em que se detetou que as mulheres casadas entre os 25 e os 29 anos tiveram o último filho em idade mais precoce que as do grupo etário precedente.

A partir dos 45 anos as mulheres não tiveram filhos, exceto uma no período de 1930 a 1960.

4.3.5 Ausência de filhos segundo a idade ao casamento

No período malthusiano os casais poderão tomar a opção por não ter filhos tal como regular o seu número, daí termos de pensar que fora deste a ausência de geração numa família estivesse ligada a questões de natureza fisiológica, idade ao casamento da mulher, problemas de saúde e até de carências extremas em termos económicos e outras de mais difícil perceção.

O quadro seguinte permite-nos observar as famílias Tipo 1 com cinco ou mais anos de convivência conjugal e as famílias completas que lembramos são as famílias em que as mulheres estiveram em união conjugal até à menopausa que convencionámos serem os 49 anos de idade da mulher.

Quadro nº 49
Ausência de filhos segundo a idade ao casamento: 1620-1790

Idade ao casamento	Total obs.		Estéreis (n.ºabs.)		Estéreis (%)	
	Fam. Tipo 1	Fam. Com.	Fam. Tipo 1	Fam. Com.	Fam. Tipo 1	Fam. Com.
20-24	39	20	1	0	2,6	0,0
25-29	43	30	9	5	20,9	16,7
30-34	26	18	6	3	23,1	16,7
35-39	9	9	2	2	22,2	22,2
40-44	6	6	4	4	66,7	66,7
45-49	2	2	2	2	100,0	100,0
50 +	1	1	1	1	100,0	100,0

Entre 1620 e 1790 das cento e vinte e seis famílias Tipo 1 vinte e cinco não tiveram filhos, o que equivale à percentagem de 19,8 e das oitenta e seis famílias completas, dezassete ficaram sem descendência, o que nos dá uma percentagem de 19,7, logo muito próxima. A incidência por idades da esterilidade dos casais divergiu: nas famílias completas não se observaram casais estéreis no grupo de idades da mulher dos 20-24 anos e a proporção nos grupos de idades dos 25-34 anos também foi menor nas famílias completas. A partir dos 35 anos os níveis de esterilidade foram iguais.

O maior índice de infecundidade ocorreu nos dois tipos de famílias a seguir aos 40 anos de idade da mulher e não se registaram mulheres casadas a partir dos 45 anos que tivessem alcançado filhos, provavelmente por já não terem regras.

Observemos o período seguinte.

Quadro nº 50
Ausência de filhos segundo a idade ao casamento: 1822-1889

Idade ao casamento	Total obs.		Estéreis (n.ºabs.)		Estéreis (%)	
	Fam. Tipo 1	Fam. Com.	Fam. Tipo 1	Fam. Com.	Fam. Tipo 1	Fam. Com.
20-24	65	30	8	1	12,3	3,3
25-29	37	20	9	3	24,3	15,0
30-34	35	23	3	3	8,6	13,1
35-39	10	10	2	2	20,0	20,0
40-44	10	7	8	5	64,0	71,4
45-49	7	7	7	7	100,0	100,0
50 +	2	2	2	2	100,0	100,0

Neste período das 166 famílias Tipo 1 eram estéreis 28,9 por cento e das 99 famílias completas 23,2 por cento não tiveram filhos. A maior proporção das famílias infecundas situou-se nos grupos de idades a partir dos 40 anos de idade. De salientar nas

famílias Tipo 1 a grande proporção de mulheres sem filhos no grupo de idades dos 25-29 anos, situação presente também nas famílias completas, embora com menor significado.

Constatou-se que nos dois tipos de famílias a infertilidade teve lugar em todas as idades da mulher. À medida que a mulher avançou na idade ficar sem filhos foi uma realidade mais presente. A partir dos 35 anos de idade da mulher a esterilidade colocou-se com alguma acuidade. Tal como no período precedente as mulheres casadas a partir dos 45 anos não tiveram filhos.

Quadro nº 51
Ausência de filhos segundo a idade ao casamento: 1890-1929

Idade ao casamento	Total obs.		Estéreis (n.ºabs.)		Estéreis (%)	
	Fam. Tipo 1	Fam. Com.	Fam. Tipo 1	Fam. Com.	Fam. Tipo 1	Fam. Com.
20-24	119	71	10	5	8,4	7,0
25-29	68	46	5	3	7,4	6,5
30-34	29	19	11	4	37,9	21,1
35-39	23	15	9	6	26,1	40,0
40-44	4	2	3	2	75,0	100,0
45-49	5	5	5	5	100	100,0
50 +	4	4	4	4	100	100,0

Entre 1890 e 1929 encontrámos duzentas e cinquenta e duas famílias Tipo 1 com 18,7 por cento de núcleos estéreis e das cento e sessenta e duas famílias completas 17,9 por cento não tiveram filhos.

Em todas as idades da mulher deparámos com agregados familiares sem descendentes diretos, situação mais evidente no grupo das mulheres que casaram mais velhas, continuando a registar-se ausência de filhos nas mulheres das famílias Tipo I que contraíram matrimónio depois dos 44 anos. Nas famílias completas a esterilidade manifestou-se já a partir dos 40 anos de idade ao casamento, isto é, a maternidade só contemplou as mulheres até à faixa etária dos 30 anos.

Vejamos por último o período entre os anos trinta e sessenta do século XX.

Quadro nº 52
Ausência de filhos segundo a idade ao casamento: 1930-1960

Idade ao casamento	Total obs.		Estéreis (n.ºabs.)		Estéreis (%)	
	Fam. Tipo 1	Fam. Com.	Fam. Tipo 1	Fam. Com.	Fam. Tipo 1	Fam. Com.
20-24	83	62	8	5	9,6	8,1
25-29	36	20	4	1	10,5	5,0
30-34	17	13	3	2	17,6	15,4
35-39	14	12	4	3	28,6	25,0
40-44	10	9	6	5	60,0	55,6
45-49	3	2	2	1	66,7	50,0
50 +	3	3	3	3	100,0	100,0

Neste lapso temporal 18 por cento das cento e sessenta e seis famílias Tipo 1 não tiveram filhos e 16,5 por cento das cento e vinte e uma famílias completas foram infecundas.

A maior proporção de casais sem descendência ocorreu nos dois tipos de famílias considerados nas mulheres cuja união conjugal teve lugar a partir 40 anos de idade.

Os níveis de esterilidade encontrados poderiam estar correlacionados com a morte prematura de um dos cônjuges que impediria a gestação e também com a mortalidade intrauterina. No sentido de confirmarmos a hipótese da morte prematura da mulher, talvez relacionada com gravidezes complicadas, fomos verificar nas famílias Tipo 1 as situações em que a mulher morreu até três anos depois do casamento e encontrámos 23 casos, 3 para o primeiro período, 18 para o segundo e terceiro e 2 para o último. Em cerca de metade dos casos o óbito da mulher ocorreu entre os poucos meses de casamento e o ano.

4.3.6 Taxas de fecundidade legítima por gerações femininas

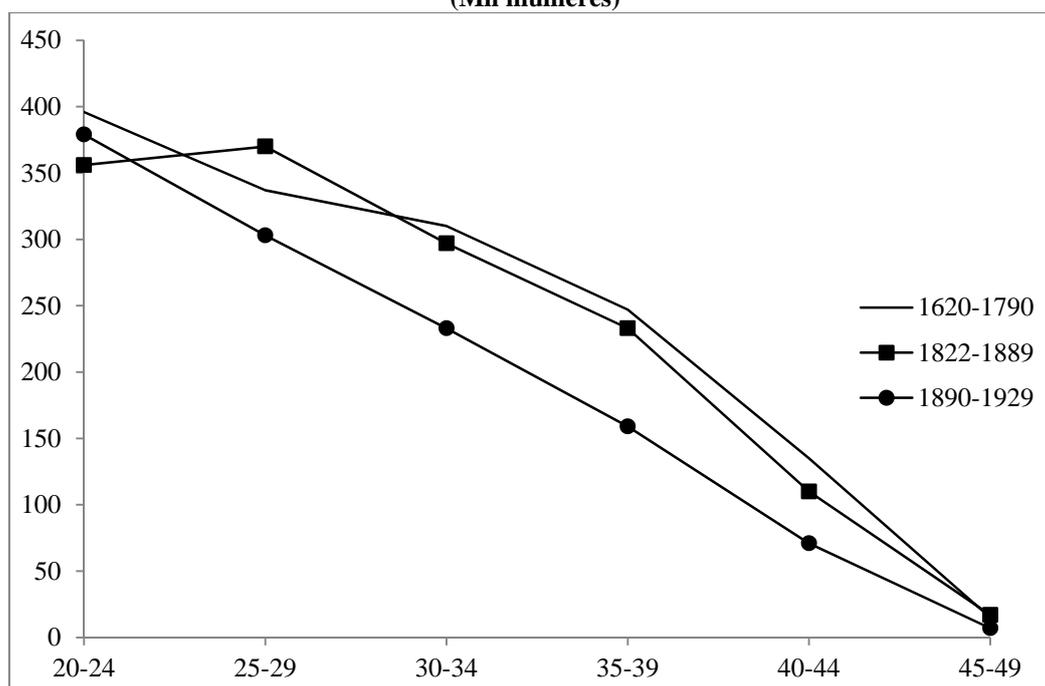
Segundo Georges Tapinos (1976:108) a menarca apareceria entre os 13 e os 14 anos podendo ser antecipada para os 12 anos e meio, e em situações pouco comuns surgir depois dos 18 anos e as últimas regras ocorreriam entre os 44 e os 50 anos. Deste modo, o potencial reprodutor da mulher estaria circunscrito a estes limites temporais.

Analise as gerações femininas para podermos verificar se houve ou não variação no seu potencial reprodutor.

Quadro nº 53
Taxas de fecundidade legítima por gerações femininas:1620-1929
(Mil mulheres)

Gerações	Obs.	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	D.T.
1620-1790	187	396	337	310	247	135	15	7,2
1822-1889	365	356	370	297	233	110	17	6,9
1890-1929	290	379	303	233	159	71	7	5,8

Gráfico nº 14
Taxas de fecundidade legítima por gerações femininas: 1620-1929
 (Mil mulheres)



As mulheres famalicenses apresentaram em todos os períodos uma taxa de fecundidade mais elevada ao casar, exceto no período entre 1822 e 1889, cujo pico reprodutivo se registou no grupo dos 25-29 anos.

Ao longo de todo o tempo, embora com taxas de fecundidade baixas, houve mulheres a dar à luz até aos 49 anos. As gerações femininas desde a segunda década do século XVII até à penúltima do século XVIII teoricamente teriam em média um pouco mais de um filho que as nascidas no último período.

4.3.7 Espaçamentos dos nascimentos

No cálculo do intervalo protogenésico usámos as famílias Tipo 1 e 3, ou seja, aquelas em que a idade da mulher era conhecida e as famílias tipo 2 e 4, em que esta era ignorada, para podermos apurar se houve ou não diferença no comportamento das mulheres naturais e das de fora.

O tempo de espera do casal para ter o primeiro filho é um indicador pregnante para entendermos o comportamento reprodutivo.

4.3.7.1 Intervalo protogenésico

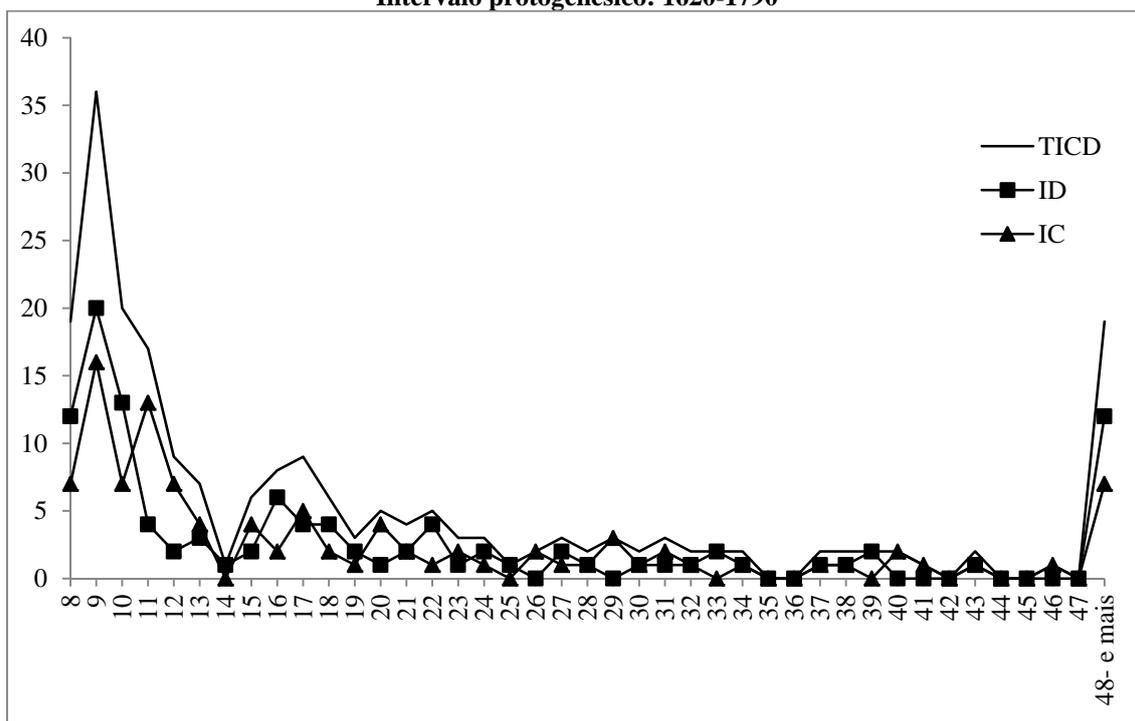
Calculámos os intervalos iguais ou superiores a 8 meses, remetendo as crianças nascidas antes para as concepções naturais, embora tenhamos de admitir que algumas delas possam ter nascido prematuramente, já na constância do matrimónio dos pais.

Passamos a apurar o intervalo mais frequente nas mulheres nascidas em Famalicão e nas que só casaram na freguesia.

Quadro nº 54
Intervalo protogenésico: 1620-1790
Nº abs e %

Intervalo (meses)	Grupos de idades da mulher						Idade conhecida (IC)		Idade desconhecida (ID)		Total (TICD)	
	20-24		25-29		30 e mais		Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%						
8	3	7,9	3	10,3	1	2,7	7	6,7	12	10,9	19	8,5
9	5	13,2	6	20,7	5	13,5	16	15,4	20	18,2	36	16,1
10	3	7,9	3	10,3	1	2,7	7	6,7	13	11,8	20	8,9
11	4	10,5	1	3,4	8	21,6	13	12,5	4	3,6	17	7,6
12	3	7,9	2	6,9	2	5,4	7	6,7	2	1,8	9	4,0
13	3	7,9		0,0	1	2,7	4	3,8	3	2,7	7	3,1
14	0	0,0		0,0		0,0	0	0	1	0,9	1	0,4
15	2	5,3	2	6,9		0,0	4	3,8	2	1,8	6	2,7
16	1	2,6		0,0	1	2,7	2	1,9	6	5,5	8	3,6
17	4	10,5		0,0	1	2,7	5	4,8	4	3,6	9	4,0
18		0,0	1	3,4	1	2,7	2	1,9	4	3,6	6	2,7
19		0,0		0,0	1	2,7	1	1,0	2	1,8	3	1,3
20	1	2,6		0,0	3	8,1	4	3,8	1	0,9	5	2,2
21		0,0	1	3,4	1	2,7	2	1,9	2	1,8	4	1,8
22		0,0	1	3,4		0,0	1	1,0	4	3,6	5	2,2
23		0,0	1	3,4	1	2,7	2	1,9	1	0,9	3	1,3
24		0,0		0,0	1	2,7	1	1,0	2	1,8	3	1,3
25		0,0		0,0		0,0		0	1	0,9	1	0,4
26		0,0	1	3,4	1	2,7	2	1,9		0,0	2	0,9
27		0,0		0,0	1	2,7	1	1,0	2	1,8	3	1,3
28		0,0		0,0	1	2,7	1	1,0	1	0,9	2	0,9
29		0,0	2	6,9	1	2,7	3	2,9		0,0	3	1,3
30		0,0		0,0	1	2,7	1	1,0	1	0,9	2	0,9
31	2	5,3		0,0		0,0	2	1,9	1	0,9	3	1,3
32	1	2,6		0,0		0,0	1	1,0	1	0,9	2	0,9
33		0,0		0,0		0,0	0	0	2	1,8	2	0,9
34	1	2,6		0,0		0,0	1	1,0	1	0,9	2	0,9
35		0,0		0,0		0,0	0	0		0,0	0	0
36		0,0		0,0		0,0	0	0		0,0	0	0
37	1	2,6		0,0		0,0	1	1,0	1	0,9	2	0,9
38		0,0	1	3,4		0,0	1	1,0	1	0,9	2	0,9
39		0,0		0,0		0,0	0	0	2	1,8	2	0,9
40		0,0	1	3,4	1	2,7	2	1,9		0,0	2	0,9
41		0,0		0,0	1	2,7	1	1,0		0,0	1	0,4
42		0,0		0,0		0,0	0	0		0,0	0	0
43	1	2,6		0,0		0,0	1	1,0	1	0,9	2	0,9
44		0,0		0,0		0,0	0	0		0,0	0	0
45		0,0		0,0		0,0	0	0		0,0	0	0
46		0,0		0,0	1	2,7	1	1,0		0,0	1	0,4
47		0,0		0,0		0,0	0	0		0,0	0	0
48 e mais	3	7,9	3	10,3	1	2,7	7	6,7	12	10,9	19	8,5
Total 8-48 e mais	38	100	29	100	37	100	104	100	110	100	224	100

Gráfico n° 15
Intervalo protogenésico: 1620-1790



O quadro e o gráfico indicam-nos que o intervalo protogenésico de nove meses após o casamento foi o que ocorreu com maior frequência relativa nas mulheres de Famalicão e nas nascidas noutros locais que casaram em Famalicão e perto de um quarto dos casais tinha o primogénito entre os 8 e os 9 meses após o casamento. Verificou-se que nas mulheres naturais o segundo intervalo com maior percentagem foi o dos 11 meses e nas de fora ocorreu no intervalo dos 10 meses.

Ser mãe oito meses após o casamento foi mais comum nas mulheres entre os 25 e os 29 anos e cerca de vinte e dois por cento das mulheres que casaram a partir dos 30 anos foram mães pela primeira vez passados 11 meses.

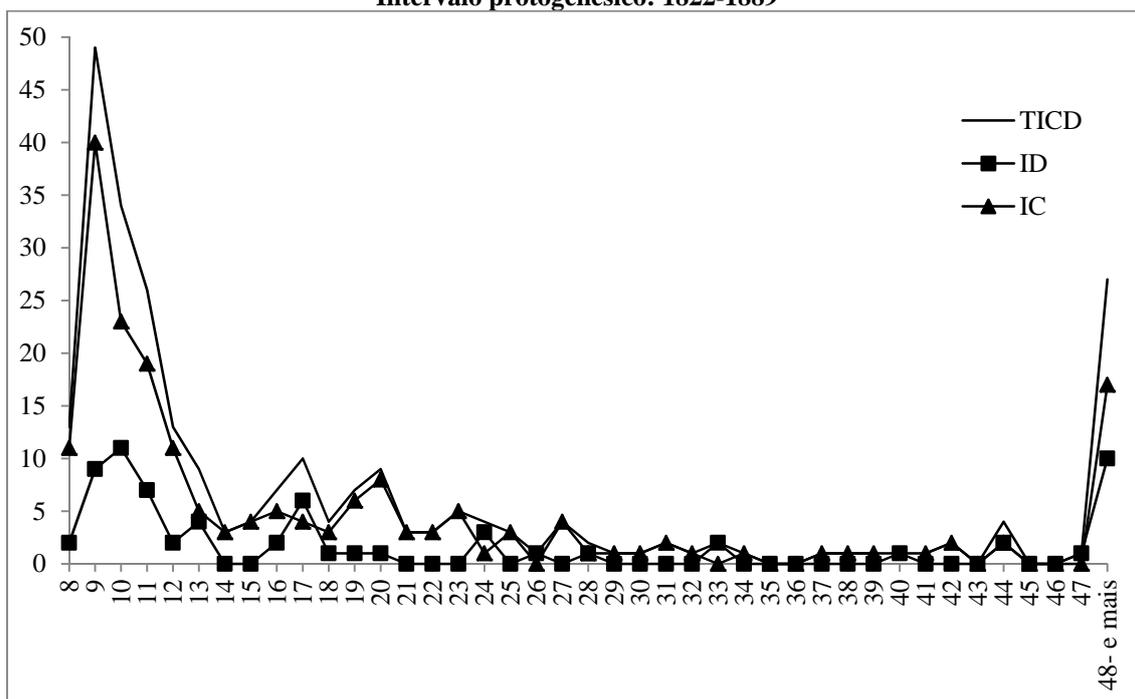
Em síntese, 32,6 por cento das mulheres casadas em Famalicão tiveram a sua primeira maternidade decorrido um período entre os nove e os 11 meses do casamento. Se acrescentarmos as que foram mães transcorridos oito meses, conclui-se que um pouco mais de quarenta e uma em cem mulheres engravidaram pouco tempo depois do casamento. A maior proporção de mulheres a ter o filho mais velho no intervalo de oito meses pertencia às mulheres de fora. De referir ainda que 7,9 por cento das mulheres mais novas e 10,3 por cento das do grupo dos 25-29 anos tiveram o primeiro filho entre os quatro ou mais anos após o casamento.

Vejamos o período de 1822-1889.

Quadro nº 55
Intervalo protogenésico: 1822-1889
Nº abs. e %

Intervalo (meses)	Grupos de idades da mulher						Idade conhecida (IC)		Idade desconhecida (ID)		Total (TICD)	
	20-24		25-29		30 e mais		Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%						
8	5	5,4	3	6,4	3	5,6	11	5,7	2	3,0	13	5,0
9	18	19,6	9	19,1	13	24,1	40	20,7	9	13,4	49	18,8
10	11	12,0	7	14,9	5	9,3	23	11,9	11	16,4	34	13,1
11	12	13,0	4	8,5	3	5,6	19	9,8	7	10,4	26	10
12	4	4,3	4	8,5	3	5,6	11	5,7	2	3,0	13	5,0
13	3	3,3	0	0	2	3,7	5	2,6	4	6,0	9	3,5
14	1	1,1	1	2,1	1	1,9	3	1,6			3	1,2
15	1	1,1	1	2,1	2	3,7	4	2,1			4	1,5
16	1	1,1	1	2,1	3	5,6	5	2,6	2	3,0	7	2,7
17	2	2,2	1	2,1	1	1,9	4	2,1	6	6,0	10	3,8
18	1	1,1	0	0	2	3,7	3	1,6	1	1,5	4	1,5
19	3	3,3	2	4,3	1	1,9	6	3,1	1	1,5	7	2,7
20	3	3,3	1	2,1	4	7,4	8	4,1	1	1,5	9	3,5
21	2	2,2	0	0	1	1,9	3	1,6			3	1,2
22	1	1,1	1	2,1	1	1,9	3	1,6			3	1,2
23	1	1,1	3	6,4	1	1,9	5	2,6			5	1,9
24	0	0	1	2,1	0	0	1	0,5	3	4,5	4	1,5
25	1	1,1			2	3,7	3	1,6			3	1,2
26	0	0							1	1,5	1	0,4
27	3	3,3			1	1,9	4	2,1			4	1,5
28	0	0	1	2,1			1	0,5	1	1,5	2	0,8
29	1	1,1					1	0,5			1	0,4
30	0	0			1	1,9	1	0,5			1	0,4
31	1	1,1	1	2,1			2	1,0			2	0,8
32	0	0	1	2,1			1	0,5			1	0,4
33	0	0							2	3,0	2	0,8
34	1	1,1					1	0,5			1	0,4
35		0										
36		0										
37			1	2,1			1	0,5			1	0,4
38					1	1,9	1	0,5			1	0,4
39	1	1,1					1	0,5			1	0,4
40									1	1,5	1	0,4
41			1	2,1			1	0,5			1	0,4
42	1	1,1			1	1,9	2	1,0			2	0,8
43												
44	1	1,1			1	1,9	2	1,0	2	3,0	4	1,5
45												
46												
47									1	1,5	1	0,4
48 e mais	13	14,1	3	6,4	1	1,9	17	8,8	10	15,0	27	10,4
Total 8-48 e mais	92	100	47	100	54	100	193	100	67	100	260	100

Gráfico nº 16
Intervalo protogenésico: 1822-1889



Constatou-se pela observação do quadro e do gráfico que se considerarmos todas as mulheres o intervalo de nove meses foi o que registou a maior frequência relativa, seguido do de 10 meses, o mesmo acontecendo se as individualizarmos, isto é, as mulheres nascidas na freguesia e as de fora.

De notar que um número significativo de mães casadas mais novas teve o primeiro filho com 11 meses de casamento e um pouco acima de 14 por cento das mulheres desta faixa etária apenas registou a sua primeira maternidade passados dois ou mais anos da união conjugal.

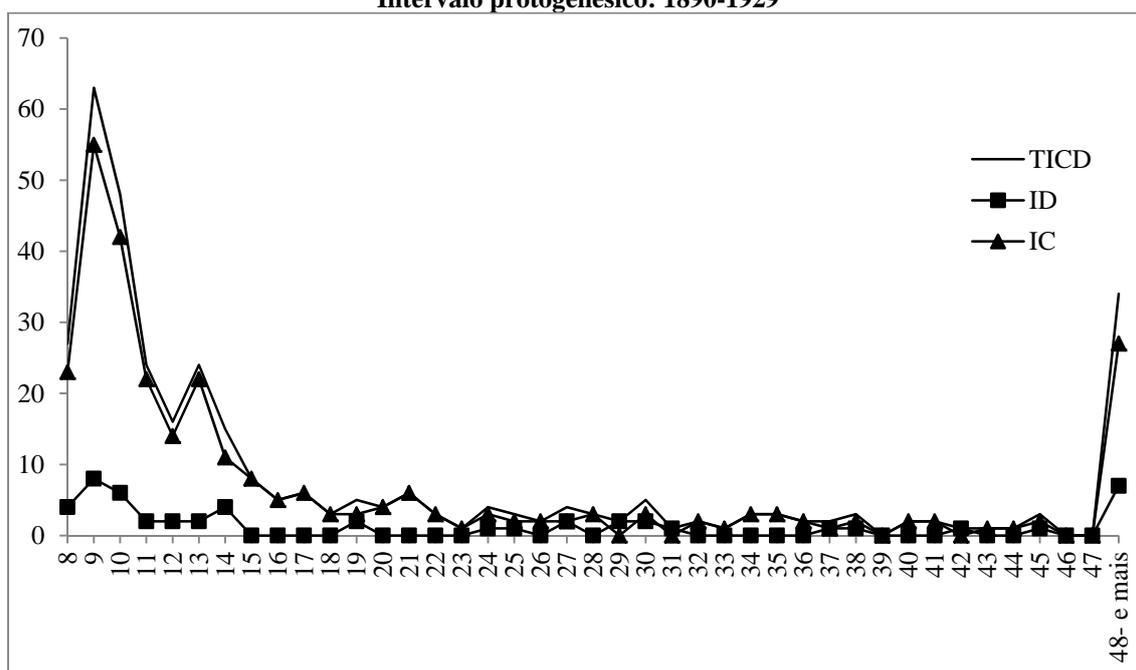
Em suma, 41,9 por cento das mulheres foi mãe pela primeira vez entre os nove e os onze meses após o casamento e quase metade teve o primeiro parto a termo entre os oito e os onze meses a seguir ao casamento. O intervalo curto de oito meses foi agora mais evidente nas mães famalicenses, ao invés do período anterior. Nomeadamente nas mulheres que casaram mais novas verificou-se uma proporção significativa das que só tiveram o primeiro filho quatro ou mais anos após o casamento, ou seja, 14,1 por cento e as do grupo etário seguinte contribuíram com 6,4 por cento, o que juntando os valores não deixou de ser relevante.

Observemos o período seguinte.

Quadro nº 56
Intervalo protogenésico: 1890-1929
Nº Abs e %

Intervalo (meses)	Grupos de idades da mulher						Idade conhecida (IC)		Idade desconhecida (ID)		Total (TICD)	
	20-24		25-29		30 e mais		Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%						
8	10	6,1	8	10,1	5	10,2	23	7,8	4	8,0	27	7,8
9	26	2,5	21	26,6	8	16,3	55	18,8	8	16,0	63	18,1
10	19	11,5	12	15,2	11	22,4	42	14,3	6	12,0	48	13,8
11	13	7,9	6	7,6	3	6,1	22	7,5	2	4,0	24	6,9
12	8	4,8	3	3,8	3	6,1	14	4,8	2	4,0	16	4,6
13	9	5,5	9	11,4	4	8,2	22	7,5	2	4,0	24	6,9
14	7	4,2	3	3,8	1	2,0	11	3,8	4	8,0	15	4,3
15	7	4,2	1	1,3			8	2,7			8	2,3
16	4	2,4	1	1,3			5	1,7			5	1,4
17	5	3,0			1	2,0	6	2,0			6	1,7
18	2	1,2	1	1,3			3	1,0			3	0,9
19	2	1,2			1	2,0	3	1,0	2	4,0	5	1,4
20	3	1,8			1	2,0	4	1,4			4	1,1
21	4	2,4	1	1,3	1	2,0	6	2,0			6	1,7
22	3	1,8					3	1,0			3	0,9
23			1	1,3			1	0,3			1	0,3
24	1	0,6			2	4,1	3	1,0	1	2,0	4	1,1
25			1	1,3	1	2,0	2	0,7	1	2,0	3	0,9
26	2	1,2					2	0,7			2	0,6
27					2	4,1	2	0,7	2	4,0	4	1,1
28	3	1,8					3	1,0			3	0,9
29									2	4,0	2	0,6
30	3	1,8					3	1,0	2	4,0	5	1,4
31									1	2,0	1	0,3
32	1	0,6	1	1,3			2	0,7			2	0,6
33	1	0,6					1	0,3			1	0,3
34	3	1,8	1	1,3			3	1,0			3	0,9
35	3	1,8					3	1,0			3	0,9
36	1	0,6	1	1,3			2	0,7			2	0,6
37	1	0,6					1	0,3	1	2,0	2	0,6
38			1	1,3	1	2,0	2	0,7	1	2,0	3	0,9
39												
40	1	0,6			1	2,0	2	0,7			2	0,6
41	1	0,6			1	2,0	2	0,7			2	0,6
42									1	2,0	1	0,3
43			1	1,3			1	0,3			1	0,3
44	1	0,6					1	0,3			1	0,3
45	1	0,6	1	1,3			2	0,7	1	2,0	3	0,9
46												
47												
48 e mais	20	12,1	5	6,3	2	4,1	27	9,2	7	14,0	34	9,8
Total 8-48 e mais	165	100	79	100	49	100	293	100	50	100	348	100

Gráfico nº 17
Intervalo protogenésico: 1890-1929



No período de 1890 a 1929 a maior concentração de nascimentos do primeiro filho teve lugar em todas as mulheres, no período de nove meses após o casamento, seguido dos dez meses, com clara preponderância entre os nove e os treze meses de intervalo entre o casamento e o nascimento da criança. O número de mulheres que registou a sua primeira maternidade antes dos nove meses foi também significativo.

Mais de 12 por cento das mulheres mais novas teve o primogénito pelo menos passados dois anos de ter casado.

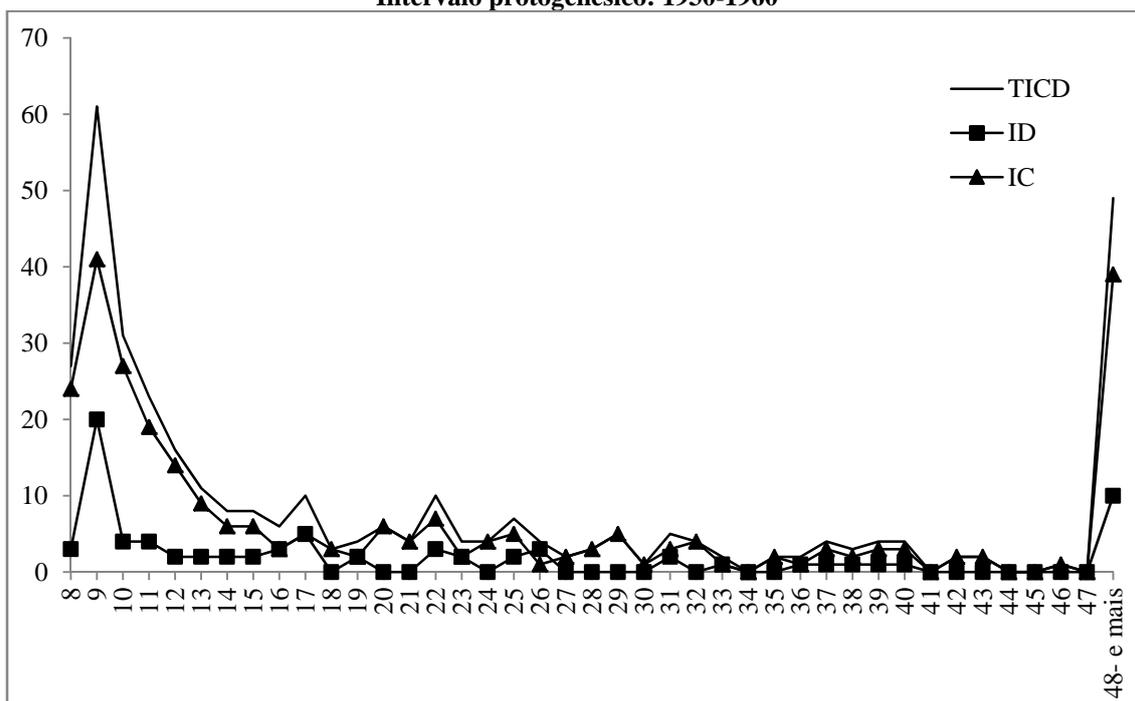
Em resumo, 38,8 das mulheres foram mães pela primeira vez entre os nove e os onze meses após o casamento e perto de metade entre os 8 e os 11 meses. Nas mulheres que tiveram a sua primeira maternidade aos oito meses não se verificou grande diferença proporcional entre as naturais e as de fora, com um ligeiro acréscimo destas, cifrando-se no conjunto em 7,8 por cento. Registaram-se mulheres nascidas em Famalicão que tiveram a primeira maternidade quatro ou mais anos após o casamento, facto mais evidente nas mais novas com 12,1 por cento e nas do grupo dos 25-29 anos com 6,3 por cento.

Por último, vejamos o que aconteceu entre os anos trinta e sessenta do século passado.

Quadro nº 57
Intervalo protogenésico: 1930-1960
Nº Abs e %

Intervalo (meses)	Grupos de idades da mulher						Idade conhecida (IC)		Idade desconhecida (ID)		Total (TICD)	
	20-24		25-29		30 e mais		Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%						
8	12	7,8	6	8,1	6	15,8	24	9,1	3	3,9	27	7,9
9	27	17,6	11	14,9	3	7,9	41	15,5	20	25,97	61	17,8
10	16	10,5	8	10,8	3	7,9	27	10,2	4	5,19	31	9,1
11	13	8,5	4	5,4	2	5,3	19	7,2	4	5,19	23	6,7
12	9	5,9	4	5,4	1	2,6	14	5,3	2	2,6	16	4,7
13	7	4,6	2	2,7		0,0	9	3,4	2	2,6	11	3,2
14	2	1,3	3	4,1	1	2,6	6	2,3	2	2,6	8	2,3
15	2	1,3	2	2,7	2	5,3	6	2,3	2	2,6	8	2,3
16		0,0	2	2,7	1	2,6	3	1,1	3	3,9	6	1,8
17	4	2,6	1	1,4		0,0	5	1,9	5	6,49	10	2,9
18	2	1,3		0,0	1	2,6	3	1,1		0	3	0,9
19	1	0,7		0,0	1	2,6	2	0,8	2	2,6	4	1,2
20	4	2,6	1	1,4	1	2,6	6	2,3		0	6	1,8
21	4	2,6		0,0		0,0	4	1,5		0	4	1,2
22	1	0,7	2	2,7	4	10,5	7	2,6	3	3,9	10	2,9
23		0,0		0,0	2	5,3	2	0,8	2	2,6	4	1,2
24	1	0,7	2	2,7	1	2,6	4	1,5		0	4	1,2
25	3	2,0	2	2,7		0,0	5	1,9	2	2,6	7	2,0
26		0,0	1	1,4		0,0	1	0,4	3	3,9	4	1,2
27	2	1,3		0,0		0,0	2	0,8		0	2	0,6
28	1	0,7	1	1,4	1	2,6	3	1,1		0	3	0,9
29	1	0,7	4	5,4		0,0	5	1,9		0	5	1,5
30		0,0	1	1,4		0,0	1	0,4		0	1	0,3
31	2	1,3	1	1,4		0,0	3	1,1	2	2,6	5	1,5
32	4	2,6		0,0		0,0	4	1,5		0	4	1,2
33	1	0,7		0,0		0,0	1	0,4	1	1,3	2	0,6
34		0,0		0,0		0,0	0	0,0		0	0	0,0
35		0,0	2	2,7		0,0	2	0,8		0	2	0,6
36		0,0		0,0	1	2,6	1	0,4	1	1,3	2	0,6
37	1	0,7		0,0	2	5,3	3	1,1	1	1,3	4	1,2
38	1	0,7		0,0	1	2,6	2	0,8	1	1,3	3	0,9
39	3	2,0		0,0		0,0	3	1,1	1	1,3	4	1,2
40	1	0,7	2	2,7		0,0	3	1,1	1	1,3	4	1,2
41		0,0		0,0		0,0	0	0,0		0	0	0,0
42	1	0,7	1	1,4		0,0	2	0,8		0	2	0,6
43	1	0,7		0,0	1	2,6	2	0,8		0	2	0,6
44		0,0		0,0		0,0	0	0,0		0	0	0,0
45		0,0		0,0		0,0	0	0,0		0	0	0,0
46		0,0	1	1,4		0,0	1	0,4		0	1	0,3
47		0,0		0,0		0,0	0	0,0		0	0	0,0
48 e mais	26	17,0	10	13,5	3	7,9	39	14,7	10	12,9	49	14,3
Total 8-48 e mais	153	100	74	100	38	100	265	100	77	100	342	100

Gráfico nº 18
Intervalo protogenésico: 1930-1960



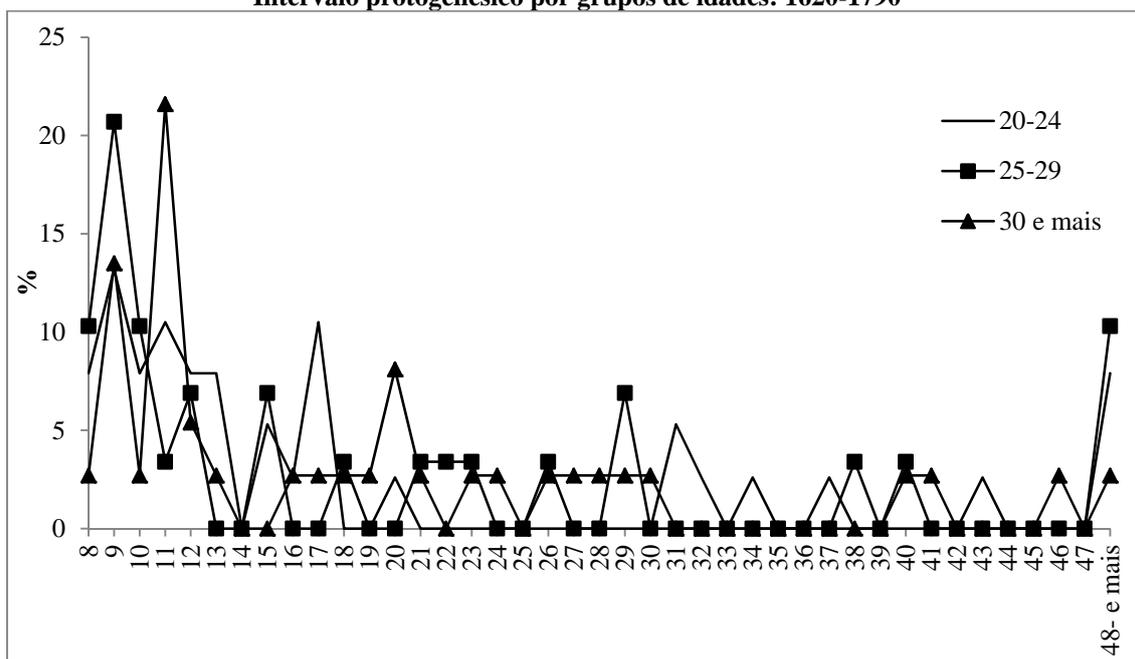
Nesta fracção do século XX notámos que as mulheres de Famalicão e as de fora continuaram a ter o primeiro filho preferentemente após nove meses do casamento. Constatou-se ainda que nas mulheres naturais da freguesia foi significativa a proporção que teve o primeiro filho aos oito meses, mais do dobro das de fora e que a maior percentagem pertenceu às mais velhas.

Em suma, 33,6 por cento das mulheres casadas em Famalicão teve o filho mais velho entre os nove e os onze meses após o casamento. Ao adicionarmos os quase 8 por cento das mães cujo primogénito nasceu aos oito meses depois do matrimónio o resultado elevou-se para 41,5 por cento. Não foi despreciando o número de mulheres que teve o primeiro filho quatro ou mais anos depois do matrimónio, com destaque para as mais novas com 17 por cento, seguido das do grupo dos 25-29 anos.

Pode concluir-se que ao longo do tempo se verificou que o nascimento do primeiro filho ocorreu predominantemente no intervalo dos nove meses e a tendência foi para espaçamentos pouco acima de um ano. Assumiu algum significado o número de mulheres que teve o primeiro filho no intervalo mais longo de quatro ou mais anos com relevo para os 14,3 por cento no último período considerando as naturais e as de fora.

A representação gráfica individualizando os intervalos protogenésicos por grupos de idades da mulher ao casamento permite-nos ter uma visão mais incidente e detalhada.

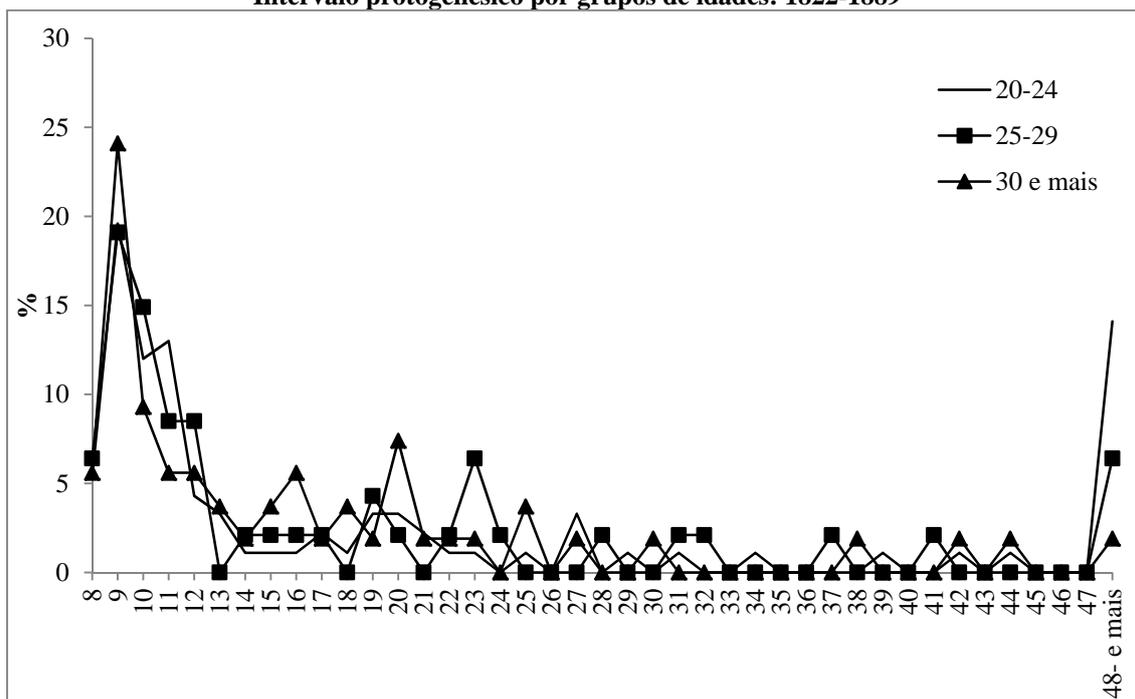
Gráfico nº 19
Intervalo protogenésico por grupos de idades: 1620-1790



Entre 1620 e 1790 constatou-se que as mulheres que casaram mais velhas seguidas das do grupo de idades entre os 25 e os 29 anos manifestaram a maior fecundidade ao casar.

Se nos detivermos nas percentagens relativas dos intervalos com duração acima dos nove meses verificamos terem sido comumente as mais jovens a deter as percentagens mais elevadas nos vários intervalos até aos 17 meses.

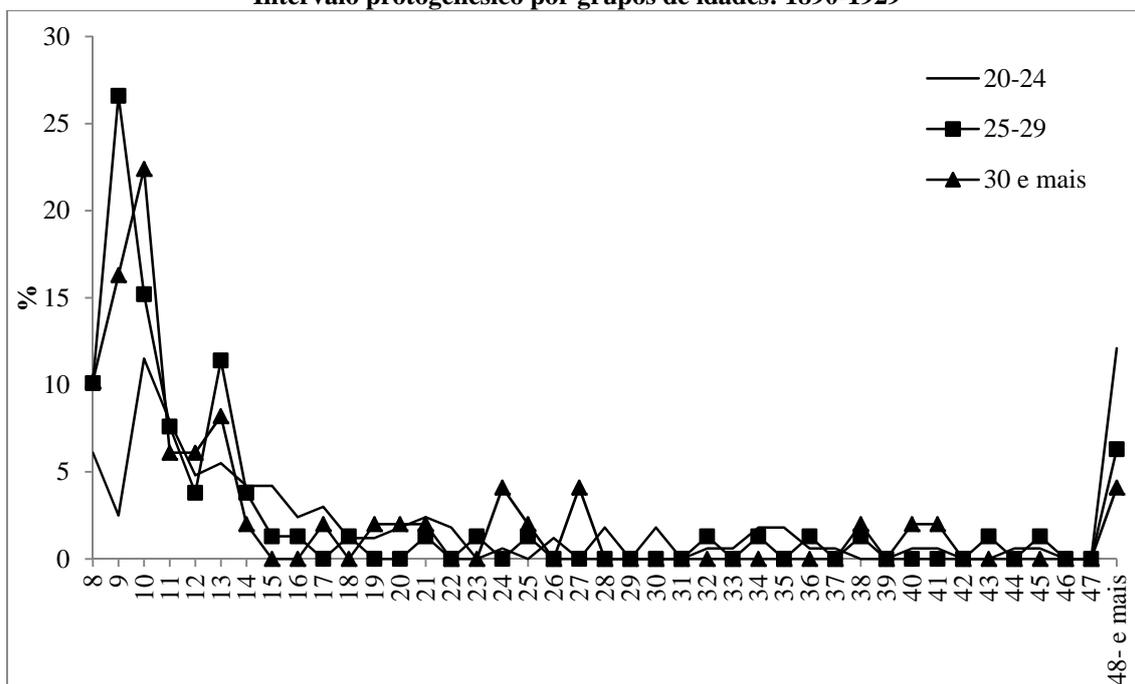
Gráfico nº 20
Intervalo protogenésico por grupos de idades: 1822-1889



Entre 1822 e 1889 apurou-se que as mulheres que casaram mais velhas seguidas das do grupo de idades entre os 25 e os 29 anos manifestaram a maior fecundidade ao casar.

Observando as percentagens relativas dos intervalos com duração acima dos nove meses verificámos não ter havido grandes diferenças nas percentagens dos intervalos nas mulheres das várias idades, embora as dos dois grupos de idades superiores tenham em grande parte mantido as percentagens maiores nos intervalos até aos 17 meses.

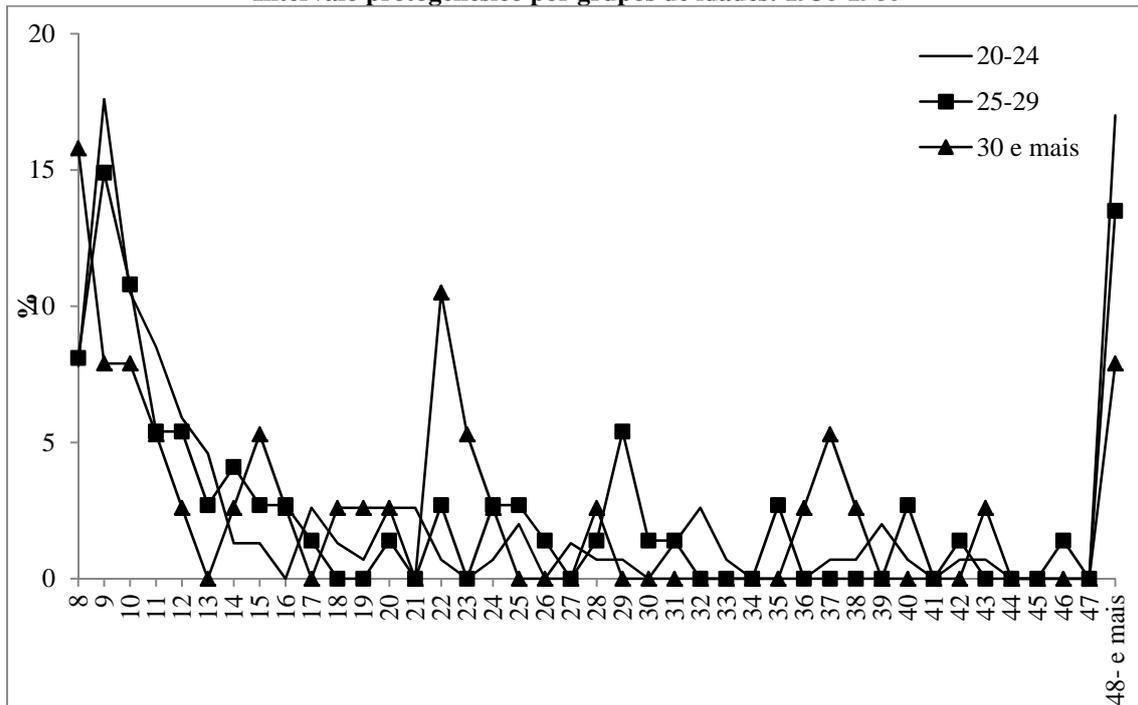
Gráfico nº 21
Intervalo protogenésico por grupos de idades: 1890-1929



Entre 1890 e 1929 constatou-se que as mulheres que casaram no grupo de idades entre os 25 e os 29 anos manifestaram a maior fecundidade ao casar, vindo depois as mais velhas.

Ao analisarmos as percentagens relativas dos intervalos com duração superior aos nove meses apurámos não ter havido grandes diferenças nas percentagens dos intervalos nas mulheres das várias idades, embora as dos dois grupos de idades superiores tenham detido as percentagens maiores em vários dos intervalos até aos 13 meses e dos 14 aos 17 foram suplantadas pelas mais novas.

Gráfico nº 22
Intervalo protogenésico por grupos de idades: 1930-1960



Entre 1930 e 1960 apurou-se pela primeira vez que as mulheres que casaram mais novas manifestaram a maior fecundidade ao casar. A estas seguiram-se as do grupo de idades entre os trinta e mais anos.

Observando as percentagens relativas dos intervalos com duração acima dos nove meses verificámos que foi nestes grupos de idades que se registaram geralmente as maiores percentagens nos intervalos até aos 17 meses.

Os dados que agora se apresentam dar-nos-ão uma leitura complementar.

Quadro nº 58
Intervalo protogenésico inferior a um ano: 1620-1790

Intervalo (meses)	Grupos de idades da mulher						Idade conhecida (IC)		Idade desconhecida (ID)		Total (TICD)	
	20-24		25-29		30 e mais		Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%						
8-11	15	39,5	13	44,8	15	40,5	43	41,3	39	35,4	82	38,3
12 e mais	23	60,5	16	55,2	22	59,5	61	58,7	71	64,6	132	61,7
Totais	38	100	29	100	37	100	104	100	110	100	214	100

O quadro indica-nos que um pouco mais de 38 por cento das mulheres que casaram em Famalicão entre 1620 e 1790 levaram menos de um ano após a união a ter o primeiro filho, tendo as mulheres naturais contribuído com maior proporção. As mulheres que menos esperaram para ter o primogénito foram percentualmente as que casaram entre 25 e 29 anos e as que aguardaram mais tempo tinham entre 20 e 24 anos, ou estavam na faixa dos 30 ou mais anos.

Passemos ao período posterior.

Quadro nº 59
Intervalo protogenésico inferior a um ano: 1822-1889

Intervalo (meses)	Grupos de idades da mulher						Idade conhecida (IC)		Idade desconhecida (ID)		Total (TICD)	
	20-24		25-29		30 e mais		Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%						
8-11	46	50,0	23	48,9	24	44,4	93	48,2	29	43,3	122	46,9
12 e mais	46	50,0	24	51,1	30	55,6	100	51,8	38	56,7	138	53,1
Totais	92	100	47	100	54	100	193	100	67	100	260	100

Entre 1822 e 1899 verificou-se que quase metade das mulheres que casou em Famalicão aguardou menos de um ano para ter o primeiro filho. Entre as naturais e as de fora houve alguma diferença, pois as famalicenses aguardaram em média menos tempo que as outras para serem mães pela primeira vez. Individualizando as naturais observa-se que metade das que casaram mais novas tiveram a primeira maternidade ainda não tinham feito um ano de casamento e as do grupo de idades seguinte registaram um intervalo aproximado, conquanto menor.

Quadro nº 60
Intervalo protogenésico inferior a um ano: 1890-1929

Intervalo (meses)	Grupos de idades da mulher						Idade conhecida (IC)		Idade desconhecida (ID)		Total (TICD)	
	20-24		25-29		30 e mais		Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%						
8-11	68	41,2	47	59,5	27	55,1	142	48,5	20	40,0	162	47,2
12 e mais	97	58,8	32	40,5	22	44,9	151	51,5	30	60,0	181	52,8
Totais	165		79		49		293		50		343	

Entre 1890 e 1929 perto de cinquenta por cento das mulheres tiveram o primeiro parto a termo antes de ter passado um ano do casamento. Verificou-se alguma diferença entre as naturais e as de fora: foi nas famalicenses que o maior número de nascimentos do primogénito ocorreu antes de perfazerem um ano da união, cifrando-se em perto de metade, contra os 40 por cento das mulheres de fora. Se tivermos em conta só as naturais verificamos que as que casaram mais novas aguardaram mais tempo para serem mães pela primeira vez e as de 25-29 anos foram mães mais cedo. Nestas, quase sessenta em cem mulheres teve o primogénito antes do primeiro aniversário do casamento.

Atentemos no quadro posterior que nos dá a imagem do comportamento em observação para o período entre os anos 30 e 60 do século XX.

Quadro nº 61
Intervalo protogenésico inferior a um ano: 1930-1960¹⁰⁷

Intervalo (meses)	Grupos de idades da mulher						Idade conhecida (IC)		Idade desconhecida (ID)		Total (TICD)	
	20-24		25-29		30 e mais		Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%						
8-11	68	44,4	29	39,1	14	36,9	129	36,9	31	40,2	142	41,6
12 e mais	85	55,6	45	60,9	24	63,1	181	63,1	46	59,8	200	58,4
Totais	153		74		38		310		77		342	

Nestes trinta anos do século XX verificámos que mais de quarenta por cento das mulheres casadas em Famalicão teve o primeiro parto bem sucedido antes de um ano após o casamento. As mulheres de fora aguardaram proporcionalmente menos tempo que as naturais.

Perto de metade das mulheres famalicenses com idade compreendida entre os 20 e os 24 anos não aguardou um ano para ser mãe pela primeira vez e as mais velhas foram as que esperaram mais tempo, se bem que quase trinta e sete em cem mulheres desse grupo de idades experienciassem a sua primeira maternidade antes de ter decorrido um ano de união conjugal.

Numa imagem diacrónica do intervalo protogenésico considerando em conjunto todas as mulheres casadas em Famalicão verificámos que as que foram mães antes de perfazerem um ano do casamento ultrapassaram em todos os períodos 40 por cento, exceto entre 1620 e 1790 que ficou próximo. O acume foi atingido entre 1822 e 1929. Passemos a contrastar as mulheres de Famalicão e as de fora. Em ambas as situações o número das mães que tiveram o filho mais velho antes do aniversário do primeiro ano de casadas foi superior nas famalicenses, exceto para o período mais recente de 1930 a 1960.

Se considerarmos os grupos de idades ao casamento das mulheres observa-se que foi no grupo das mais novas que o intervalo entre o casamento e o nascimento do primogénito foi menor, pois mais de quarenta por cento tiveram o primeiro filho antes de passar um ano da realização do casamento.

A análise que se segue circunscreve-se ao intervalo protogenésico médio, quer se conheça ou não a idade da mulher. Para o cálculo não considerámos os nascimentos com intervalos superiores a 50 meses, nem as concepções pré-nupciais. Atentemos no quadro para podermos analisar este indicador.

¹⁰⁷ Excluimos os períodos superiores a 50 meses.

Quadro nº 62
Intervalo protogenésico médio em meses: 1620-1960

Períodos	Grupos de idades da mulher						Total Idade conhecida (IC)		Total Idade desconhecida (ID)		Total (TICD)	
	20-24		25-29		30 e mais		Obs.	Média	Obs.	Média	Obs.	Média
	Obs.	Média	Obs.	Média	Obs.	Média						
1620-1790	38	22,6	29	20,1	37	20,9	104	21,3	110	25,8	214	23,6
1822-1889	92	25,0	47	19,6	54	16,4	193	21,3	67	25,4	260	22,3
1890-1929	165	26,1	79	17,1	49	16,5	293	22,1	50	32,6	343	24,0
1930-1960	153	28,4	74	24,3	38	22,4	265	26,4	77	27,1	342	26,6

Observando o grupo de todas as mulheres que tiveram o seu primeiro filho em Famalicão o intervalo médio foi menor no período de 1822 a 1889 seguido do de 1620 a 1790 e o maior foi o de 1930 a 1960.

As mulheres nascidas em Famalicão tiveram um tempo médio de espera do primogénito mais reduzido do que as de fora com uma diferença expressiva no período entre 1890-1929.

Verificando o comportamento por grupos de idade verificámos para o século XVII-XVIII que as mães casadas entre os 25 e os 29 anos deram à luz mais precocemente e nos outros períodos foram as de 30 ou mais anos. As mulheres mais novas aguardaram sempre mais tempo que as outras de qualquer grupo de idades considerado.

O significativo intervalo entre o casamento e o nascimento do primeiro filho poderá ser causa determinante para a taxa de fecundidade encontrada.

Vejamos em quadro comparativo o intervalo médio entre o casamento e o nascimento do primeiro filho.

Quadro nº 63
Intervalo protogenésico médio em meses:
comparação com paróquias de Portugal continental

Regiões	Localidades	Período	Intervalo	Fontes
Minho	Vila Nova de Famalicão	1620-1790	23,6	Fichas de família.
		1822-1889	22,3	
		1890-1929	24,0	
		1930-1960	26,6	
	Antas (Vila Nova de Famalicão)	1581-1749	18,8	Juncal, 2004:123.
		1750-1879	17,2	
		1880-1910	13,9	
		1581-1910	16,6	
	Mouquim (Vila Nova de Famalicão)	1640-1855	17,5	Ventura, 2000:102.
	Avidos (Vila Nova de Famalicão)	1620-1719	17,8	Fichas de família.
		1720-1819	14,8	
		1820-1899	20,5	
1900-1929		11,3		
1930-1960		22,6		

**Intervalo protogenésico médio em meses:
comparação com paróquias de Portugal continental
(continuação)**

Regiões	Localidades	Período	Intervalo	Fontes
Minho	Guimarães rural	1580-1739	15,1	Amorim,1987:191.
		1740-1814	14,1	
	Guimarães mista	1580-1739	14,6	
		1740-1814	13,8	
	Guimarães urbana	1580-1739	14,8	
		1740-1814	14,5	
	Barcelinhos (Barcelos)	1607-1910	18,9	Faria, 1997:127.
	Alvito S. Pedro e anexa (Barcelos)	Antes de 1899	15,2	Miranda, 1993:122.
		1900-1989	15,6	
	Aveleda (Braga)	Antes de 1900	12,7	Silva, 1997:133.
		Depois de 1900	15,2	
	Facha (Ponte de Lima)	1710-1849	15,2	Machado, 1995:71.
		1850-1919	15,3	
1920-1985		14,0		
Romarigães (Paredes de Coura)	1640-1818	18,2	Santos, 1997:187.	
Pico de Regalados (Vila Verde)	1710-1799	31,2	Araújo, 1992:109.	
	1800-1979	24,0		
Douro Litoral	Santiago de Bougado (Trofa)	1680	17,5	Alves, 1989c:300.
		1730	18,4	
		1780	19,4	
		1680	18,7	
	Unhão (Felgueiras)	1577-1849	16,9	Santos, 1995:119.
1850-1910		16,5		
Beira Litoral	Cortegaça (Ovar)	1600-1899	16,4	Gomes, 1998:58.
		1900-1975	17,7	
		1870-1910	17,2	

O período médio entre o casamento e o nascimento do primeiro filho foi em Famalicão dos mais elevados, só inferior ao de Pico de Regalados.

4.3.7.2 Intervalos intergenésicos

Ao estudarmos a fecundidade mesmo nos períodos em que não se conhecem práticas concertadas de controlo de natalidade admitimos, pelo espaçamento entre os nascimentos, que razões de índole biológica, social e cultural tenham possibilidade de interferir no número de filhos dos casais. Entre estas, destaque para o período da falta de regras após o parto, a amamentação, a mortalidade intrauterina e infantil, o desgaste do corpo da mulher, o comportamento sexual do casal, a história reprodutiva da mulher e as condições socioeconómicas.

O estudo dos intervalos intergenésicos dar-nos-á outra perspetiva para a compreensão da dimensão da família nuclear e do comportamento das gerações em períodos determinados e em diacronia.

O primeiro intervalo intergenésico será a seguir analisado e verificaremos se foi mais dilatado ou mais curto que o protogenésico.

Convém aqui lembrar a amenorreia pós parto muito ligada ao aleitamento materno, bem como o facto de as crianças alimentadas mais tempo ao peito terem maior probabilidade de sobrevivência¹⁰⁸.

Quadro nº 64
Primeiro intervalo intergenésico médio

Intervalo (meses)	Grupos de idades da mulher						Idade conhecida (IC)		Idade desconhecida (ID)		Total (TICD)	
	20-24		25-29		30 e mais		Obs.	Int. Médio	Obs.	Int. Médio	Obs.	Int. Médio
	Obs.	Int. Médio	Obs.	Int. Médio	Obs.	Int. Médio						
1620-1790	41	28,2	39	28,7	32	29,3	112	28,7	95	30,7	207	29,6
1822-1889	78	27,2	42	25,8	46	27,6	166	27,0	64	27,9	230	27,2
1890-1929	165	29,4	75	29,7	42	26,1	282	29,0	41	32,0	323	29,4
1930-1960	153	29,4	65	29,5	32	28,4	250	29,2	68	32,1	318	29,9

O primeiro intervalo intergenésico médio foi sempre superior ao protogenésico médio nas mulheres famalicenses e nas de fora, circunstância comum nas comunidades estudadas, *indicando-se como fator explicativo deste alongamento a amenorreia da amamentação buscando-se a prova na comparação entre intervalos normais e intervalos pós óbito de criança precedente de idade inferior a um ano.* (Alves, 1989c:301).

Considerando as idades constatou-se que as mães naturais de Famalicão registaram em todas as faixas etárias um primeiro intervalo intergenésico médio superior ao protogenésico.

Apurámos ainda que as mulheres de Famalicão aguardaram menos tempo que as de fora para serem mães pela segunda vez. O período de 1822-1889 foi o de maior equilíbrio de comportamentos, com uma diferença muito reduzida entre as autóctones e as de fora, e o mais dissemelhante foi o de 1930-1960, próximo do período anterior.

As mulheres famalicenses que esperaram mais para terem o segundo filho foram até 1889 as mais velhas e a partir daí inverteu-se o quadro, passando a ser as mais novas.

Em síntese, se nos cingirmos às mulheres naturais sem individualizarmos as faixas etárias não encontrámos grandes desvios entre os intervalos mínimos e máximos, padrão comum às mulheres de fora. Constatou-se ainda que todos os espaços temporais foram superiores a dois anos, se bem que, por comparação relativa inter periodal, a

¹⁰⁸ Maria Luiza Marcílio alerta-nos para a circunstância de a infecundidade da mulher também estar relacionada com a abstinência das relações sexuais depois do parto, ou com a redução da sua atividade sexual. Ver da autora (org.) *População e sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Ed. Vozes, 1984, p. 59.

partir dos anos trinta de Novecentos, o intervalo tenha sido ligeiramente superior face a todos os precedentes

O quadro posterior mostra-nos este comportamento noutras paróquias, por comparação com Famalicão.

Quadro nº 65
Primeiro intervalo intergenésico médio:
comparação com paróquias de Portugal continental

Regiões	Localidades	Período	Intervalo	Fonte
Minho	Vila Nova de Famalicão	1620-1790	29,6	Fichas de família.
		1822-1889	27,2	
		1890-1929	29,4	
		1930-1960	29,9	
	Antas (Vila Nova de Famalicão)	1620-1910	31,4	Juncal, 2004:127.
	Mouquim (Vila Nova de Famalicão)	1640-1855	30,6*	Ventura, 2000:103.
	Avidos (Vila Nova de Famalicão)	1580-1910	27,7	Fichas de família.
	Guimarães rural	1580-1810	25,5*	Amorim, 1987:200.
	Guimarães mista	1580-1810	25,4*	
	Guimarães urbana	1580-1810	24,0*	
	Barcelinhos (Barcelos)	1607-1910	23,1	Faria, 1997:129.
	Alvito S. Pedro e anexa (Barcelos)	Antes de 1899	27,9	Miranda, 1993:124.
		1900-1989	29,3	
	Aveleda (Braga)	Antes de 1900	34,5	Silva, 1997:135.
		Depois de 1900	29,3	
	Pico de Regalados (Vila Verde)	1710-1799	36,4	Araújo, 1992:114.
		1800-1979	30,2	
Facha (Ponte de Lima)	1710-1849	27,0	Machado, 1995:73.	
	1850-1919	28,4		
	1920-1985	29,6		
Romarigães (Paredes de Coura)	Até 1749	28,7	Santos, 1999:167.	
	1750-1818	29,1		
Douro Litoral	Santiago de Bougado (Trofa)	1680	28,1	Alves, 1989c:301
		1730	23,3	
		1780	25,0	
		1680	25,9	
	Unhão (Felgueiras)	1577-1849	31,0	Santos, 1995:121.
1850-1910		27,1		
Beira Litoral	Cortegaça (Ovar)	1600-1899	29,0	Gomes, 1998:59.
		1900-1975	28,8	
		1800-1979	30,2	

* Média simples de 2 períodos.

O primeiro intervalo intergenésico médio em Famalicão foi dos mais baixos do concelho e de outras freguesias como de Aveleda e de Pico de Regalados, no Minho, e de Unhão, no Douro Litoral, mas mais expressivo que noutras freguesias minhotas, como Guimarães, Barcelinhos, Alvito S. Pedro e anexa, Facha e Romarigães, logo, ocupou uma posição intermédia em períodos anteriores ao século XX, bem como para os lapsos cronológicos mais recentes do século XX, por comparação com três freguesias do Minho e uma da Beira Litoral.

Através da análise do *continuum* do comportamento reprodutivo dos casais plasmado nos intervalos entre as diferentes gestações teremos uma perspetiva da sua história reprodutiva. Passemos a observar os intervalos intergenésicos médios sucessivos em famílias que definimos como numerosas¹⁰⁹.

Atentemos no quadro.

Quadro nº 66
Intervalos intergenésicos médios sucessivos em famílias numerosas: 1620-1960

Períodos	Grupo de idades			IC	ID	TICD
	20-24	25-29	30 e mais			
N.º de Famílias						
1620-1790	31	17	11	59	44	103
1822-1889	54	15	13	82	28	110
1890-1929	78	32	13	123	18	141
1930-1960	54	19	4	77	14	91
Primeiro intervalo						
1620-1790	23,4	26,1	21,5	23,8	24,4	24,0
1822-1889	22,1	20,8	22,7	22,0	20,6	21,6
1890-1929	21,1	21,3	18,1	20,9	28,2	22,0
1930-1960	22,6	23,2	14,0	22,3	25,2	22,7
Segundo intervalo						
1620-1790	27,1	25,9	30,7	27,4	29,4	28,2
1822-1889	26,3	19,5	28,2	25,4	27,9	26,0
1890-1929	23,6	25,6	23,8	24,2	29,3	25,0
1930-1960	27,2	22,4	19,5	25,8	22,9	25,4
Terceiro intervalo						
1620-1790	31,8	32,2	30,0	31,6	27,6	29,9
1822-1889	25,0	29,2	27,2	26,1	25,4	26,0
1890-1929	26,8	25,8	23,8	26,2	26,9	26,4
1930-1960	30,4	23,0	17,0	27,8	25,4	27,5
Quarto intervalo						
1620-1790	30,5	28,0	31,0	29,9	32,3	30,9
1822-1889	26,3	29,9	41,6	29,3	33,1	30,2
1890-1929	30,1	28,5	30,4	29,8	28,6	29,8
1930-1960	36,4	35,7	43,3	36,5	31,1	35,6
Quinto intervalo						
1620-1790	29,6	32,5	39,6	31,5	36,1	33,3
1822-1889	31,0	24,9	29,6	29,9	25,7	28,8
1890-1929	30,0	28,1	22,9	28,9	36,0	29,6
1930-1960	34,6	26,8	41,3	32,8	29,2	32,2
Sexto intervalo						
1620-1790	29,4	34,9	40,5	31,3	30,7	31,1
1822-1889	29,2	33,4	26,3	29,5	29,4	29,5
1890-1929	36,3	37,2	32,0	36,3	40,3	36,5
1930-1960	33,0	26,4	16,0	30,6	25,0	29,9

¹⁰⁹ Considerámos como famílias numerosas aquelas que tiveram 5 ou mais filhos, na linha do que refere Livi-Bacci (1993:229), quando diz que na prática as populações que não praticavam o controlo dos nascimentos tinham por família um número médio de 5-6 nascimentos quando em teoria poderiam ter duas ou três vezes mais. Para esta análise considerámos para as famílias com idades conhecidas as famílias Tipo 1 e 3 com 5 ou mais filhos, e para as de idades desconhecidas as famílias tipo 2 e 4 com 5 ou mais filhos.

Nas mulheres casadas em Famalicão o primeiro intervalo intergenésico foi sempre inferior aos outros ao longo do lapso temporal estudado, exceto entre 1890 e 1929, em que nas mulheres não naturais o terceiro intervalo foi menor que o primeiro em pouco mais de um mês. Igualmente nestas mães no período seguinte o último intervalo intergenésico foi um pouco mais baixo que o primeiro.

Ainda considerando todas as mulheres constatou-se que até 1790 se registou uma gradação progressiva até ao quinto intervalo, sendo os espaçamentos menores os dois primeiros. De 1822 a 1889 a tendência foi de aumento gradual até ao quarto intervalo, diminuindo ligeiramente a partir daí. Os valores mais baixos ocorreram nos três primeiros espaçamentos. Entre 1890 e 1929 o quadro foi de incremento sucessivo nos intervalos com uma ligeira variação entre o quarto e o quinto, pois este foi um pouco inferior. Entre 1930 e 1960 houve um crescendo até ao quarto intervalo inter genésico diminuindo ligeiramente no seguinte para voltar a alargar no último por comparação com os três primeiros espaçamentos.

Em síntese, a tendência global foi de o intervalo entre o nascimento para os primeiros filhos ser menor, ou seja, a mulher à medida que ia tendo mais filhos via aumentados os períodos entre partos a termo.

Vamos verificar agora o que aconteceu com as mulheres naturais e as de fora a nível de periodicidade entre nascimentos sucessivos. Começamos pelas primeiras. Entre 1620 e 1790 o quarto intervalo quebrou o ciclo de crescimento paulatino, conquanto tenha sido mais elevado que o primeiro e o segundo, mas os dois últimos foram dos mais dilatados.

Entre 1822 e 1889 a linearidade ascensional dos intervalos foi manifesta sendo muito similares os espaçamentos entre os nascimentos dos três últimos filhos, quase chegando aos dois anos e meio.

De 1890 a 1929 até ao quarto intervalo houve progressão, mas baixou ligeiramente no quinto, se bem que tenha sido superior aos três primeiros. Entre o nascimento do penúltimo e do último filho mediou mais tempo que entre as outras maternidades.

De 1930 a 1960 o quarto intervalo interrompeu a linha contínua de crescimento progressivo entre intervalos genésicos, muito embora fosse maior que os três primeiros e até que o último.

Consideremos de seguida as mulheres de fora que casaram em Famalicão. De 1620 a 1790 do primeiro intervalo para o segundo aumentou o espaçamento, baixou um

pouco no terceiro e cresceu de novo nos dois intervalos seguintes e o último foi também dos mais altos.

De 1822 a 1889 o terceiro e o quinto intervalos foram menores que o segundo e o quarto e o sexto os mais dilatados.

De 1890 a 1929 o terceiro intervalo genésico foi ligeiramente mais curto que o primeiro, mas retomou-se a tendência de aumento progressivo entre as maternidades sendo o último espaço de mais de três anos.

Entre 1930 e 1960 cortou-se a propensão de aumento paulatino da duração dos intervalos entre nascimentos nas duas últimas maternidades.

A relação entre a idade materna e os ritmos de fecundidade é outra perspectiva de análise interessante. Entre 1620 e 1790 as mulheres mais novas após o primeiro intervalo intergenésico de um pouco menos de dois anos tiveram o outro filho mais tarde, ultrapassando os dois anos e os seguintes também, com algumas variações de meses. As mulheres do grupo etário entre os 25 e os 29 anos depois dos dois primeiros intervalos mais curtos esperaram mais de dois anos e meio para ter o outro filho, retomando o ritmo reprodutivo com intervalos sempre um pouco superiores a dois anos com o quinto e último espaçamentos ainda mais dilatados que o terceiro. Nas mulheres mais velhas a seguir ao primeiro intervalo genésico começou a aumentar a periodicidade entre os nascimentos dos filhos sendo os dois últimos espaçamentos os maiores, com mais de três anos de diferença de idades entre esses filhos mais novos.

Entre 1822 e 1889 as mulheres mais novas registaram uma tendência crescente no tempo entre maternidades só quebrada no terceiro intervalo intergenésico sendo o maior espaçamento o penúltimo. As mulheres entre os 25 e os 29 anos tiveram os dois primeiros intervalos inter maternidades mais curtos, inferiores a um ano, e os outros sempre acima dos dois anos, ultrapassando o último dois anos e meio. As mais velhas a seguir aos três primeiros intervalos registaram um quarto espaçamento mais longo entre três e quatro anos que depois baixou, mas se situou sempre acima dos dois anos.

No período de 1890 a 1929 as mulheres mais novas apresentaram um ciclo reprodutivo em que os primeiros nascimentos não se distanciaram entre si dois anos, mas os outros já tiveram mais diferença, sensivelmente dois anos e meio e três. Nas mulheres entre 25 e 29 anos os partos a termo mediaram entre pouco mais de dois anos e três, exceto no primeiro intervalo. Nas mais velhas o primeiro intervalo foi o mais curto de todas as mulheres com idades conhecidas, indo além de pouco mais de ano e meio, e as duas outras maternidades também não mediaram entre si dois anos para se

elevarem os intervalos nos outros partos nunca atingindo três anos de espaço entre o nascimento dos filhos.

De 1930 a 1960 as mulheres mais novas tiveram o segundo filho antes dos dois anos após o casamento, se bem que muito próximo. Todos os outros nasceram com intervalos superiores entre si, sempre além dos dois anos, e um dos últimos partos com uma diferença um pouco acima de três anos. As mulheres dos 25-29 anos esperaram menos tempo entre o parto dos três primeiros filhos. A diferença de idades entre eles não atingiu os dois anos, mas a partir daí o nascimento dos outros filhos foi mais dilatado, sempre acima dos dois anos. As mulheres mais velhas tiveram um comportamento reprodutivo com os três primeiros intervalos e o último aquém dos dois anos, mas com os intermédios a superar os três anos.

Que razões explicativas aduzir para este comportamento? Para além de influências aleatórias estaria a necessidade de possível recuperação da mulher durante o seu período de vida fecunda, conforme sugeriu Norberta Amorim? (1992:144)

A observação dos intervalos genésicos aponta-nos para a fragilidade do *mito do bebé anual* (Alves, 1989c¹¹⁰: 298) e igualmente para a presença de relações sexuais antes do casamento.

4.3.8 Número de filhos por união

Para a análise deste indicador considerámos todas as famílias tipo 1 e 2, independentemente da idade da mulher ao casamento, isto é, aquelas em que são conhecidos o início e o fim da união.

Já analisámos as taxas de fecundidade que nos permitiram uma visão da capacidade reprodutiva da população em estudo, mas só agora iremos ter um quadro real do número de filhos do casal, dado *as taxas de fecundidade não considerarem a colocação da idade ao casamento feminino e a frequência de rupturas nas uniões conjugais* (Amorim, 1994:20).

¹¹⁰ Apud André Burgière, «A demografia», Jacques Le Goff (dir.) *Fazer história*, Lisboa, Bertrand, 1981, 2º vol., p. 96.

Quadro nº 67
Repartição das famílias segundo o número de filhos: 1620-1960
(Nº Abs. e %)

Nº Filhos	1620-1790		1822-1889		1890-1929		1930-1960	
	Nº Abs.	%						
0	60	22,5	60	21,9	57	17,0	35	15,8
1	21	7,9	36	13,1	35	10,4	35	15,8
2	23	8,6	32	11,7	39	11,6	33	14,9
3	35	13,1	30	10,9	43	12,8	37	16,7
4	23	8,6	17	6,2	41	12,2	26	11,7
5	30	11,2	28	10,2	19	5,7	16	7,2
6	15	5,6	9	3,3	30	8,9	14	6,3
7	15	5,6	14	5,1	26	7,7	11	5,0
8	11	4,1	14	5,1	12	3,6	5	2,3
9	12	4,5	9	3,3	12	3,6	3	1,4
10	10	3,7	8	2,9	12	3,6	4	1,8
11	5	1,9	7	2,6	2	0,6	2	0,9
12	3	1,1	2	0,7	2	0,6	1	0,5
13	0	0,0	2	0,7	1	0,3	0	0,0
14	1	0,4	5	1,8	4	1,2	0	0,0
15	2	0,7	0	0,0	0	0,0	0	0,0
16	1	0,4	1	0,4	1	0,3	0	0,0
Total Geral	267	100	274	100	336	100	222	100
% Famílias infecundas	22,5		21,9		17,0		15,8	
Média filhos	4,0		3,8		3,9		3,1	
Média filhos/família fecunda	5,1		4,8		4,7		3,7	

Em Famalicão verificou-se uma proporção significativa de famílias sem filhos que foi diminuindo de forma gradual ao longo dos séculos. De realçar que no primeiro e segundo períodos mais de vinte em cem mulheres casadas na freguesia não tiveram descendência legítima. Apenas a partir da última década do século XIX encontramos números mais baixos de casais sem filhos legítimos, mesmo assim bastante elevados.

Em média cada família teve quatro crianças no primeiro período e quase quatro nos dois períodos seguintes para se ficar no último em pouco mais de três. De referir que no primeiro período 52,1 por cento dos casais tiveram entre zero e três filhos, no segundo foram 57,6 por cento, no terceiro, 51,8 e no último 63,2 o que ajuda a explicar a média de filhos encontrada para Famalicão.

Incidindo nas famílias fecundas verificou-se que o primeiro período foi o mais prolífico, superando a média de cinco filhos por casal. Nos dois seguintes ultrapassou os quatro, para na segunda parte de Novecentos (1930-1960) não chegar aos quatro descendentes, isto é, a média foi sempre decrescendo.

A fecundidade (...) está intimamente ligada com a variável mortalidade, não apenas a infantil mas também a adulta, já que esta reestrutura permanentemente a distribuição etária da população feminina casada, provocando discrepâncias entre a dimensão teórica (...) e a real (Alves, 1989c:293).

O casamento poderia ser dissolvido por morte de um dos cônjuges em idade fértil da mulher pondo em causa o número de filhos que potencialmente teriam. Para se suprimirem as repercussões desse fator passaremos a incluir no quadro só as uniões em que a mulher viveu em convivência conjugal 48 ou mais anos, considerando todas as idades da mulher ao casamento.

Quadro nº 68
Repartição das famílias completas segundo o número de filhos
(Nº Abs. e %)

N.º Filhos	1620-1790		1822-1889		1890-1929		1930-1960	
	Nº Abs.	%						
0	17	17,2	24	20,5	30	16,4	21	15,2
1	5	5,1	9	7,7	11	6,0	21	15,2
2	8	8,1	17	14,5	18	9,8	24	17,4
3	13	13,1	13	11,1	25	13,7	18	13,0
4	6	6,1	5	4,3	20	10,9	15	10,9
5	8	8,1	13	11,1	10	5,5	9	6,5
6	9	9,1	4	3,4	19	10,4	7	5,1
7	8	8,1	7	6,0	17	9,3	8	5,8
8	5	5,1	5	4,3	6	3,3	5	3,6
9	7	7,1	5	4,3	10	5,5	3	2,2
10	6	6,1	4	3,4	10	5,5	4	2,9
11	1	1,0	6	5,1	1	0,5	2	1,4
12	3	3,0	2	1,7	1	0,5	1	0,7
13	0	0,0	0	0,0	1	0,5	0	0,0
14	1	1,0	2	1,7	3	1,6	0	0,0
15	2	2,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
16	0	0,0	1	0,9	1	0,5	0	0,0
Total Geral	99	100	117	100	183	100	138	100
% Famílias infecundas	17,2		20,5		16,4		15,2	
Média filhos	4,9		4,3		4,5		3,4	
Média filhos/família fecunda	6,0		5,4		5,3		4,0	

Comparando os dados encontrados com os do quadro anterior em todos os períodos e diferenciando ou não as famílias fecundas, quando eliminámos a situação da rutura precoce das uniões o número de filhos foi superior. A média de filhos por casal tendo em conta todas as famílias oscilou entre os quase cinco e pouco mais de quatro filhos num padrão periodal tendencialmente descendente. Interessante verificar que a média de filhos subiu ligeiramente do segundo para o terceiro período, caindo de forma acentuada entre 1930 e 1960, indiciando a existência de controlo voluntário da gravidez. Se considerarmos que 43,5 por cento das famílias tiveram entre zero e quatro filhos no primeiro período, 53,8 por cento no segundo, 45,9 no terceiro e 60,8 por cento no quarto período, as médias encontradas constituem um corolário natural.

Nas famílias fecundas a média de filhos até 1790 foi de 6 filhos e nos períodos anteriores a 1930 ultrapassou um pouco os cinco filhos e ficou em quatro entre 1930 e 1960.

A percentagem de famílias sem filhos, embora menor que na situação anterior, foi sempre expressiva (entre 15,2 e 20,5 por cento) com valores mais elevados no período de 1822 a 1889. A proporção significativa neste lapso temporal talvez estivesse correlacionada com a emigração masculina de longa distância, com destaque para as terras brasileiras, hipótese a confirmar quando estudarmos a mobilidade de longa distância.

Na circunstância de haver casos de mulheres que ao casamento já não estivessem em idade fértil procedemos a uma nova apresentação dos dados considerando de entre as famílias completas só aquelas em que a mulher tinha ao casamento entre 20 e 39 anos. Atentemos no quadro que nos dá essa visão.

Quadro n° 69
Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos: 1620-1960
(Grupos de idades da mulher ao casamento)

N.º filhos	Grupos de Idades			
	20-24	25-29	30-34	35-39
1620-1790				
0		5	3	2
1			2	2
2	1	2	4	1
3		4	3	3
4		4	1	1
5	1	4	2	
6	3	4	2	
7	1	6		
8	1	1	1	
9	7			
10	2			
11				
12	2			
13				
14				
15	2			
Média	8,9	4,2	2,9	1,9
1822-1889				
0	1	3	3	2
1	1	1	2	2
2	4	4	5	1
3	2	3	4	4
4		2	3	
5	3	3	4	
6	2	1	1	
7	3	1	1	1
8	2	2		
9	3			
10	1			
11	5			
12	1			
Média	7	3,5	3	2,3

Distribuição das famílias completas segundo o número de filhos: 1620-1960
(Grupos de idades da mulher ao casamento)
(continuação)

N.º filhos	Grupos de Idades			
	20-24	25-29	30-34	35-39
1890-1929				
0	5	3	4	6
1	4	3	1	2
2	7	5	2	3
3	7	7	3	3
4	7	7	2	1
5	3	4	3	
6	8	8	3	
7	9	6	1	
8	3	3		
9	6			
10	8			
11				
12	1			
13	1			
14	2			
Média	5,7	4,3	3,2	1,4
1930-1960				
0	5	1	2	3
1	9	4	1	1
2	14	3	1	4
3	6	6	3	3
4	4	3	3	1
5	6	1	1	
6	5	1		
7	5		1	
8	1	1	1	
9	3			
10	3			
11	1			
Média	3,9	3,0	3,4	1,8

Observou-se em todos os períodos uma relação direta entre a idade ao casamento e o número de filhos, com exceção do compreendido entre os anos 30 e 60 do século XX, em que a linearidade foi interrompida no grupo dos 30-34 anos com um aumento da média de filhos em relação à faixa etária precedente.

Em síntese, o quadro indicia-nos que o número de filhos estava fortemente relacionado com a idade ao casamento, mas outras razões poderiam interferir.

O tempo em que um homem e uma mulher ficavam em união conjugal pode ajudar a explicar o número de filhos encontrados e o elevado índice de infertilidade verificado.

4.3.9 Duração das uniões

Para o tratamento desta variável tivemos em conta as famílias Tipo 1 e 2, ou seja, aquelas em que são conhecidos o início e o fim da união, incluindo todos os casamentos¹¹¹.

O número de anos de um casamento em período pré-malthusiano é passível de nos trazer elementos adjuvantes para a compreensão do nível de fertilidade encontrado sabido que a morte de um elemento do casal em idade reprodutiva poderá perturbar a fecundidade e a dimensão da família não aproveitando a potencialidade de gerar filhos até idades avançadas.

Passemos à observação do quadro.

Quadro nº 70
Duração das uniões: 1620-1960

Duração uniões	1620-1790		1822-1889		1890-1929		1930-1960	
	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%	Obs.	%
0-4	18	7,0	26	9,8	30	9,1	10	4,7
5-9	18	7,0	33	12,4	41	12,5	12	5,7
10-14	29	11,3	24	9,0	17	5,2	15	7,1
15-19	26	10,1	28	10,5	24	7,3	11	5,2
20-24	29	11,3	22	8,3	30	9,1	16	7,6
25-29	27	10,5	29	10,9	36	10,9	19	9,0
30+	110	42,8	104	39,1	151	45,9	128	60,7
Total	257	100	266	100	329	100	211	100
Média (anos)	26,6		25,1		27,3		32,5	

Em Famalicão em todos os períodos estudados os casais viveram em média em união conjugal mais que vinte e cinco anos. Interessante verificar os quase vinte e sete anos de 1620 a 1790, em concordância com outras paróquias estudadas do Baixo Minho como se pode visionar pelo quadro seguinte.

Cotejando paróquias do Minho, Trás-os-Montes e Beira Alta Norberta Amorim (1999:9) conclui que *a influência da mortalidade suave no Baixo Minho reflecte-se claramente na duração das uniões, mesmo sem isolar o fenómeno da nupcialidade*. Já quando observa nessas paróquias a idade média da mãe ao nascimento do último filho refere que a maternidade depois dos quarenta anos no Antigo Regime era uma situação corrente.

A idade média ao primeiro casamento em Famalicão de vinte e seis anos até 1815 admite a possibilidade de a mortalidade ser uma variável influente, e tal como nas outras paróquias minhotas estudadas, não ter atingido períodos de grandes crises e ser suave, tal como aponta Norberta Amorim.

¹¹¹ Considerámos todos os casais que faleceram até ao ano de 2001.

Quando estudarmos a esperança de vida estaremos em melhores condições para contrastar estes valores.

Curioso verificar que o número de anos de união conjugal decresceu no século XIX, apesar de a idade média ao primeiro casamento ter baixado mais de um ano. Constatou-se que a rutura muito precoce das uniões (0-4 anos) se deu em maior escala entre 1822 e 1889, mantendo-se muito elevado neste período o número de cônjuges que não perfez os 10 anos junto. Talvez fosse resultante de uma mortalidade mais precoce e também da variável mobilidade.

Desde finais do século XIX até 1960 os casais passaram a aumentar o tempo de união marital em função do esperado, admitimos que devido a novas condições higiénico sanitárias e melhor situação de vida.

Se pensarmos que o intervalo protogenésico médio em meses se situou por volta dos dois anos até 1929, atingindo um espaçamento entre 1930 e 1960 um pouco acima dessa cifra e que o primeiro intervalo intergenésico alcançou um valor ligeiramente superior aos dois anos e conjugarmos esses dados com a duração das uniões e se a estes indicadores adicionarmos o número de casais sem filhos certamente entenderemos a média de filhos por família que ficou muito aquém da família completa e fecunda, que recordamos, se situou segundo a periodização em epígrafe em seis, um pouco acima de cinco e quatro filhos, respetivamente nos períodos em observação.

4.3.10 Descendência matrimonial e duração das uniões – análise comparativa

O quadro permite-nos ter uma visão concelhia e regional do número de filhos por família e da duração dos casamentos.

Quadro nº 71
Descendência matrimonial e duração das uniões:
comparação com paróquias de Portugal continental

Regiões	Localidades	Período	Média filhos família	Média filhos família fecunda	% Famílias infecundas	Duração das uniões	Fontes
Minho	Vila Nova de Famalicão	1620-1790	4,0	5,1	22,5	26,6	Fichas de família.
		1822-1889	3,8	4,8	21,9	25,1	
	Antas (Vila Nova de Famalicão)	1581-1749	3,6	4,0	11,4	27,6	Juncal, 2004:130 e 132.
		1750-1879	3,4	4,3	21,4	26,8	
	Avidos (Vila Nova de Famalicão)	Antes de 1750	2,4	3,2	25,0	27,1	Fichas de família.
		1750-1879	2,6	3,3	20,0	25,4	
	Mouquim (Vila Nova de Famalicão)	Antes de 1750	3,9	3,9	0,97	27,8	Ventura, 2000:107-108.
		1750-1855	4,6	4,7	1,19	19,9	

**Descendência matrimonial e duração das uniões
comparação com paróquias de Portugal continental
(continuação)**

Regiões	Localidades	Período	Média filhos família	Média filhos família fecunda	% Famílias infecundas	Duração das uniões	Fontes	
Minho	Guimarães zona urbana	Até 1770	4,5	5,7	20,8		Amorim, 1987: 201-202.	
	Guimarães zona rural	Até 1770	4,5	5,3	14,9			
	Guimarães zona mista	Até 1770	4,9	5,7	14,5			
	Ronfe (Guimarães)		Antes de 1750	5,0	5,7	11,0	29,2	Amorim, 1999:29.
			1750-1849	5,0	5,5	10,0	27,5	
	Lordelo (Guimarães)		Antes de 1740	4,3	4,7	9,0		Amorim, 1999:29.
			1740-1889	4,9	5,1	6,0		
	Barcelinhos (Barcelos)		<=1750	4,0	4,9	18,3	24,1	Faria, 1997:131.
			1751-1830	3,7	4,8	23,9	24,7	
			1831-1910	2,9	4,2	30,0	18,8	
	Alvito S. Pedro e anexa (Barcelos)		Antes de 1750	3,6	4,5	19,0	26,9	Miranda, 1993:128 e 130.
			1750-1899	4,0	5,0	19,0	29,6	
	Aveleda (Braga)		Antes 1799	4,2	4,7	9,0	-	Silva, 1997:139 e 141.
			1800-1929	3,1	4,3	11,0	-	Amorim, 1999:29.
	Pico de Regalados (Vila Verde)		1710-1799	3,2	3,8	25,0	27,8	Araújo, 1992:122.
			1800-1859	3,2	4,0	21,0	32,1	
	Facha (Ponte de Lima)		1710-1779	4,4	5,2	16,0	28,2	Machado, 1995: 80 e 82.
			1780-1849	4,9	5,5	12,0	31,7	
1850-1919			3,8	4,9	23,0	31,5		
Romarigães (Paredes de Coura)		Antes de 1750	3,8	4,0	15,4	21,4	Santos, 1999: 170 e 171.	
		1750-1818	4,6	4,4	14,4	25,5		
Douro Litoral	Santiago de Bougado (Trofa)	1680-1829	3,8	-	-	-	Alves, 1989c:294	
		1577-1719	3,6	4,2	13,8	25,7	Soares, 1995:125.	
		1720-1799	2,9	3,3	11,1	24,3		
		1800-1844	1,9	2,5	23,5	21,8		
Beira Litoral	Cortegaça (Ovar)	<1800	4,3	4,8	11,0	27,0	Gomes, 1998: 64-65.	
		1800-1899	4,9	5,6	11,0	28,0		
Trás-os-Montes	Poiares (Freixo de Espada à Cinta)	1680-1789	4,1	4,5	-	-	Amorim, 1983-1984:185.	

No primeiro período Famalicão apresentou o maior número de filhos das freguesias do concelho, quer sejam consideradas todas as famílias, ou só as famílias fecundas. Ficou, no entanto, aquém de Guimarães e de Facha, de Ronfe e de Lordelo (esta só nas famílias fecundas) e acima de Aveleda, no Minho. Esteve muito próximo de Barcelinhos, igualmente do Minho, e relativamente perto de Poiares, em Trás-os-Montes e acima de Alvito S. Pedro e anexa, de Pico de Regalados e de Romarigães, paróquias minhotas, e de Unhão, no Douro Litoral.

No período seguinte Famalicão continuou a ter um número de filhos superior a Antas, a Avidos e um pouco inferior a Mouquim no número médio de filhos em todas as famílias, mas superior no número médio de filhos por família fecunda, muito próximo de Barcelinhos e superior a Pico de Regalados e a Unhão. Ficou aquém de Alvito S. Pedro e anexa, de Facha, de Romarigães e de Cortegaça.

Em Famalicão a percentagem de famílias infecundas no primeiro período foi das mais altas. Acima só esteve Avidos e Pico de Regalados e no segundo período aconteceu o mesmo, sendo a segunda freguesia com maior proporção de famílias sem filhos, com valores semelhantes a Antas e a Pico de Regalados, embora Famalicão tivesse registado uma percentagem um pouco superior. Acima só esteve a freguesia de Barcelinhos.

A duração dos casamentos foi das mais baixas no primeiro período, só tendo sido mais reduzida em Barcelinhos, Romarigães e Unhão, continuando com este padrão no segundo período, em que apenas Mouquim, Barcelinhos e Unhão tiveram valores menores.

Outras razões serão de aduzir para explicar o número médio de filhos por casal em Famalicão, como por exemplo, o tempo que o casal esperava para ter o primeiro filho, o espaço entre gestações, a idade da mulher ao nascimento do último filho e a mortalidade no útero.

4.3.11 Fecundidade diferencial

A população famalicense, distinta na sua estrutura socioeconómica, manifestaria comportamentos dissemelhantes relativamente à fecundidade legítima ou haveria homogeneidade? As mulheres dos possidentes teriam níveis de fecundidade mais ou menos elevados que as casadas com os homens de estatuto menos favorecido? Vamos ter uma panorâmica através do quadro.

Quadro nº 72
Fecundidade diferencial – Taxas por grupos de idade e descendência teórica (1620 -1929)

Grupo social	Obs.	<15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	DT
Possidentes	58	533	415	493	354	289	148	23	11,2
Pobres	132	380	433	385	342	291	190	22	8,3
População	687	378	380	351	296	219	110	14	8,7

Verificámos que as mulheres dos mais favorecidos teriam teoricamente uma fecundidade mais elevada que se repercutiu em quase mais três filhos que as dos pobres. Por seu turno, entre estes e o resto da população a diferença seria pouco significativa.

Em jeito de síntese interessa apresentar alguns casos que nos ajudarão a compreender o ciclo reprodutivo dos casais, seja pela cessação devido à morte de um deles, seja por outras razões, como a ausência prolongada de certos homens e nalguns casos o possível óbito nos locais para onde foram.

A morte de um dos cônjuges põe fim à fecundidade do casal, mas pode originar filhos naturais, como aconteceu com Francisco de Faria Salgado e a mulher, ele da Casa

de Tibães em S. Cosme do Vale e ela da Casa do Paço, em Vila Nova de Famalicão. Francisco ficou viúvo em 3 de dezembro de 1707, mas continuou a ter filhos de Isabel, mulher solteira, filha de Margarida, também solteira. A primeira criança foi batizada em 1717 e a segunda em 1722, concebidas nos períodos de idas à sua Quinta de Gondomar, freguesia do concelho de Guimarães (Neves, 2001:179).

A quebra de fecundidade por falecimento de um elemento do casal, embora o outro volte a casar, foi patente em José Dias de Azevedo Costa, do lugar da Rua, que casou três vezes e só lhe conhecemos cinco filhos. As duas primeiras mulheres devem ter morrido em consequência do parto, pois no primeiro casamento, a filha faleceu a 12 de junho 1769 e a mãe a 28 de novembro do mesmo ano e no segundo matrimónio a mulher morreu a 11 de maio de 1774, ano do nascimento do filho. O derradeiro casamento também só durou nove anos, falecendo ele viúvo.

Embora não seja muito comum poderá haver separação e ocorrer quebra da fecundidade do casal como sucedeu com o sapateiro José Bento de Araújo e a mulher Delfina Adelaide de Sousa Magalhães¹¹². Eles casaram em 1899 e o seu último filho nasceu em 1908.

A emigração de longa distância deu origem como se documenta pelos exemplos, à interrupção temporária na fecundidade do matrimónio ou mesmo ao finalizar do seu ciclo reprodutivo.

Em 1902 Manuel Joaquim Carneiro foi para o Brasil e o casal só teve novamente filhos em 1907. Entre esse ano e a outra ida dele em 1910 para esse país, foram pais de dois filhos. Voltou a dar-se nova interrupção na natalidade até 1914, data do nascimento do último filho, tendo ele 44 anos e ela 41.

Igualmente terá sido suspensa a fecundidade do casal constituído por Manuel Rodrigues da Silva Eiras e Rosa Maria do Carmo da Silva Eiras, casados em 14 de abril de 1869. Tiveram quatro filhos entre 25 de setembro de 1870 e 9 de fevereiro de 1874, numa média de um por ano e o assento de batismo do quinto filho ocorrido em 19 de dezembro de 1874 dizia que o pai estava no Brasil e não foram registados mais descendentes da união.

Interessante foi também a história reprodutiva do casal Manuel de Carvalho e sua mulher: ele emigrou para o Rio de Janeiro a 1 de julho de 1872, ficando a mulher já grávida da filha Emília e não se lhe conheceram outros filhos.

¹¹² A não convivência conjugal foi referida no processo de passaporte da filha Aurelina para o Brasil, em 25 de novembro de 1913.

Por último, observemos o caso de Manuel da Silva Vilar consorciado com Rosalina Guimarães de Carvalho. Em 1901 ele foi para o Brasil, tendo então 34 anos e ela 27. O último filho deste casal havia nascido em julho de 1899. Não tivemos mais notícias de Manuel e Rosalina faleceu no estado de viúva, em 1918.

Não aconteceu só a emigração de extenso curso para países estrangeiros, também os então territórios portugueses ultramarinos foram palco de idas de homens famalicenses, como se documenta pelo caso seguinte:

Em 16 de novembro de 1795 morreu Dona Josefa Maria Peixoto casada em 7 de janeiro de 1759 com José Garcia de Barros e tiveram dois filhos nascidos, respetivamente, em 9 de novembro de 1759 e 14 de maio de 1761. À morte de Dona Josefa foi indicado que o marido estava ausente no Ultramar. Poderia dar-se a hipótese de este não ter regressado e interromper-se o ciclo reprodutivo.

4.4 Fecundidade ilegítima

Diz-se que no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras diziam-se sem reticências excessivas e as coisas sem demasiado disfarce (...) os códigos do grosseiro, do obscuro, do indecente eram bem frouxos, comparados com os do século XIX (...). A sexualidade é então cuidadosamente aferrolhada (...). O casal legítimo e procriador é a lei. Impõe-se como modelo.

(Foucault, 1999: 9)

As relações de conjugalidade eram o corolário natural da sociedade europeia do Antigo Regime. O casamento constituía-se o quadro de referência para uma sociedade que se pretendia *equilibrada* e onde a quebra da norma trazia dividendos, normalmente mais desfavoráveis para a mulher. O código tinha um texto com uma malha muito apertada para o interdito de índole sexual como o incesto, o adultério e o concubinato. Com maior ou menor vigor, a Igreja condenava os cenários de relações fora do casamento, onde a imoralidade e os atos dissolutos não cabiam.

Se a norma era clara e rigorosa, a prática compaginar-se-ia com ela? O quadro famalicense inscrever-se-ia num regime de baixa ou mesmo baixíssima frequência de ilegitimidade encontrada na Europa do Antigo Regime, ou seria mais uma célula do território minhoto onde os filhos naturais eram comuns? Estaremos em condições de responder a esta questão, bem como a outras relacionadas com os pais dos filhos advindos de relações extraconjugais, percursos familiares de alguns deles, número de filhos dessas relações ilícitas, entre outras, quando procedermos à análise dos dados encontrados.

No estudo da fecundidade fora do casamento incluímos os nascimentos dos filhos de pais não casados e as concepções pré-nupciais, ou seja, aquelas em que a criança nasceu antes de decorridos oito meses do casamento dos pais. Seguindo Flinn (1989: 44-45) que se baseou em estudos sobre este comportamento em várias regiões da Europa, o dilatar da idade média da mulher ao casamento e o confinar das relações sexuais à constância deste, na prática, não foi conseqüente, tendo presente a taxa de concepções antes do matrimónio que atingiu em muitos países maior expressividade que a das relações que não tiveram como desfecho o casamento.

Importa indicar que costumes como o da convivência estreita entre o rapaz e a rapariga campesina, prática comum no Minho, poderiam conduzir a desfloramentos e a novos contactos sexuais e levar a uma gravidez. Nalguns casos a situação era “ressarcida” com o casamento, mas noutras a mulher era atirada para um vão social, às vezes já grávida, contribuindo para o elevar das taxas de fecundidade ilegítima.

4.4.1 Concepções pré-nupciais¹¹³

À margem da rigidez da instituição matrimonial (...) desenvolvia-se um mundo de relações pré ou extra matrimoniais com papel importante na fecundidade da área.

(Amorim, 1987:227)

Observando o quadro seguinte que nos apresenta a proporção de crianças nascidas antes de terem passado oito meses do casamento dos pais, o intervalo médio em meses entre o casamento e o nascimento do primeiro filho do casal e a percentagem relativa das crianças que vieram à luz com menos de três meses face ao total das crianças nascidas antes dos oito meses da união conjugal iremos aperceber-nos se os famalicenses foram cumpridores das normas do arcebispado, ou se outros fatores pesaram nas suas decisões, levando-os, na prática, a ignorá-las.

Para o estudo deste indicador trabalharemos com os dados das fichas das famílias Tipo 1 a 4, ou seja: as famílias das quais conhecemos o registo de batismo de todos os filhos, data de casamento, data de nascimento da mulher e data de óbito do primeiro cônjuge falecido (Tipo 1); as famílias das quais sabemos o registo de batismo de todos os filhos, data de casamento, data de óbito do primeiro cônjuge falecido e não conhecemos a data de nascimento da mulher (Tipo 2); as famílias das quais temos a data de casamento, a data de nascimento da mulher e desconhecemos a data de óbito do primeiro cônjuge falecido (Tipo 3) e as famílias das quais possuímos a data de

¹¹³ Entendemos por concepções pré-nupciais os nascimentos que têm lugar antes de oito meses após o casamento.

casamento e desconhecemos a data de nascimento da mulher e a data de óbito do primeiro cônjuge falecido (Tipo 4)¹¹⁴.

Quadro nº 73
Intervalo protogenésico inferior a 8 meses:1620-1960¹¹⁵

Períodos	Intervalo <8 meses (% em relação ao total)		Intervalo médio (meses)	Intervalo <= 3 meses (% em relação a <8 meses)	
	Nº	%	Média	Nº	%
1620-1790	36/280	12,9	4,0	17/36	47,2
1822-1889	29/343	8,5	4,6	11/29	37,9
1890-1929	78/482	16,2	4,2	29/78	37,2
1930-1960	124/511	24,3	4,4	36/124	29,0

Observa-se no quadro que um número apreciável de mulheres ia já grávida quando casou. Até 1790 os valores ficaram perto de 13 por cento, tendo diminuído entre 1822 e 1889, período em que se atingiu o menor volume. A partir desta data e até final do estudo a proporção foi aumentando, sobressaindo o período de 1930 a 1960, com quase um quarto das mulheres a casar no estado de gravidez. Tratar-se-ia, em parte, de crianças que nasceram prematuras.

Se admitirmos que além da Igreja¹¹⁶ muitas comunidades tinham reservas em relação às relações sexuais antes do casamento, tenderíamos, pelo menos, a deparar com poucas mulheres a casar num adiantado estado de gravidez, o que não aconteceu, de um modo mais claro em determinadas épocas, como se indicará. Entre 1620 e 1790 quase metade das mulheres grávidas ia já com sinais físicos evidentes quando se uniu conjugalmente. Essa situação foi diminuindo progressivamente e registou o número menos expressivo entre 1930 e 1960.

O intervalo médio de mais de quatro meses ou um pouco mais durante séculos sugere-nos uma legitimação já extemporânea, pois as evidências físicas seriam difíceis de dissimular.

As mulheres que tiveram o seu primeiro filho sete meses após a realização do casamento foram respetivamente, no primeiro período, 7 (2,5%), no segundo, 9 (2,6%), no terceiro 11 (2,3%) e no último, 20 (3,9%). Estas noivas que iniciaram a sua vida sexual antes do casamento jogariam com a *segurança* que lhes dava um casamento marcado para data muito próxima?

¹¹⁴ Para a tipologia das famílias veja-se Maria Norberta Amorim, *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*, op. cit., p. 31.

¹¹⁵ O número das concepções pré-nupciais poderá ser um pouco menor, dado não termos condições de determinar a quantidade de crianças prematuras.

¹¹⁶ Nas Constituições do Arcebispado de Braga de 1639 são tidas as práticas das relações sexuais antes do casamento como de *grande ofensa a Deus*, fl.º 148. Igualmente as diretrizes aos Visitadores do arcebispado contidas nas Constituições Sinodais fazem alusão à situação, impondo-lhes que perguntem *sempre nas Visitações por este caso, visto o abuso, que há entre os lavradores neste Arcebispado*, fl.º 148.

A idade da mulher quando casava com um filho no ventre trará à colação outros dados que poderão ajudar a entender esta situação.

4.4.1.1 Concepções pré-nupciais segundo a idade da mulher ao casamento

Passemos a analisar as concepções pré-maritais, agora com novos dados, considerando os grupos de idade da mulher quando contraiu matrimónio.

Quadro nº 74
Concepções pré-nupciais segundo a idade da mulher ao casamento: 1620-1960¹¹⁷

Períodos	Intervalo protogenésico <8 meses (% em relação ao total de nascimentos)								Intervalo protogenésico <= 3 meses (% em relação a <8 meses)							
	Grupos de Idades								Grupos de Idades							
	<20		20-24		25-29		30 e +		<20		20-24		25-29		30 e +	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1620-1790	3/33	9,1	9/47	19,1	11/40	27,5	3/40	7,5	1/3	33,3	4/9	44,4	7/11	63,6	1/3	33,3
1822-1889	3/55	5,5	9/101	8,9	6/53	11,3	4/58	6,9	1/3	33,3	3/9	33,3	3/6	50,0	1/3	33,3
1890-1929	9/64	14,1	42/207	20,3	12/91	13,2	6/55	10,9	3/9	33,3	18/42	42,9	5/12	41,7	1/6	16,7
1930-1960	18/63	28,6	52/205	25,4	20/94	21,3	12/50	24,0	4/18	22,2	18/52	34,6	2/20	10,0	3/12	25

Desenha-se um padrão comportamental com uma linha divisória situada nos finais do século entre os dois primeiros períodos e os dois últimos. De 1620 até 1790 e de 1822 a 1889 a maior proporção de mulheres que ia já grávida quando casou estava na faixa etária dos 25-29 anos. Para 1890-1929 prevaleceram as mulheres do grupo dos 20-24 e entre 1930 e 1960 as que ao casamento ainda não tinham vinte anos, conquanto muito próximo estivessem as nubentes de 20-24 anos. As mulheres de 30 ou mais anos foram as menos representativas, exceto a partir dos anos trinta do século XX.

Ao longo dos períodos registaram-se diferenças na proporção de mulheres que ao casamento ia já em estado avançado de gestação, contudo a maior concentração ocorreu no grupo de idades dos 25-29 anos nos dois primeiros períodos e nos outros lapsos cronológicos no grupo dos 20-24, embora seja de acrescentar que entre 1890 e 1929 se encontrou uma distribuição muito próxima entre o grupo dos 20-24 anos e o seguinte.

Um volume considerável de mulheres ia num estado relativamente adiantado de gravidez quando casou o que nos coloca a hipótese da existência de condicionantes que imperaram sobre as diretrizes do arcebispado e do ónus da opinião pública. O exemplo dos vários clérigos que foram progenitores de bastardos batizados em Famalicão no século XVII não seria dissuasor da prática das relações fora do casamento por parte dos outros paroquianos. Por outro lado, a dispersão do povoamento da região não neutralizaria o olhar dos vizinhos? Corroborando esta última possibilidade encontramos

¹¹⁷ Neste indicador entendemos pertinente estudar o grupo de idades das mulheres mais novas.

alusão nas *Memórias paroquiais de 1758* ao facto de em Famalicão existir uma só rua e vários pequenos lugares com alguns casais¹¹⁸.

No período de 1852 até 1960 os 24,8 anos de idade média ao primeiro matrimónio seria passível de levar muitas mulheres da faixa etária seguinte a engravidar e ver aí um caminho para o casamento.

Observemos a posição de Famalicão em relação a outras paróquias.

Quadro nº 75
Intervalos protogenésicos inferiores a 8 meses:
comparação com paróquias de Portugal continental

Regiões	Localidades	Período	Intervalo <8 meses (% em relação ao total)	Intervalo médio (meses)	% intervalo ≤3 meses	Fontes
Minho	Vila Nova de Famalicão	1620-1790	12,9	4,0	47,2	Fichas de família.
		1822-1889	8,5	4,6	37,9	
		1890-1929	16,2	4,2	37,2	
		1930-1960	24,3	4,4	29,0	
	Antas (Vila Nova de Famalicão)	1581-1749	22,9	4,1	8,6	Juncal, 2004:34
		1750-1879	17,8	4,0	23,3	
		1880-1910	19,3	4,3	26,1	
	Avidos (Vila Nova de Famalicão)	1660-1799	13,6	4,4	1,0	Fichas de família.
		1800-1910	26,3	4,1	2,2	
		1911-1959	27,3	3,5	2,0	
	Mouquim (Vila Nova de Famalicão)	1640-1749	19,2	4,8	60,0	Ventura, 2000:111.
		1750-1855	15,2	5,6	47,1	
		1780-1829	10,7			
	Guimarães zona urbana	1580-1739	8,6	-		Amorim, 1987:227.
		1740-1814	11,6	-		
	Guimarães zona rural	1580-1739	16,1	-		
		1740-1814	17,5			
	Guimarães zona mista	1580-1739	12,2			
		1740-1814	13,4			
	Ronfe (Guimarães)	1650-1800	17,4			Amorim, 1999:31.
		1800-1899	22,1			
	Barcelinhos (Barcelos)	≤1750	10,2	4,6	3,5	Faria, 1997:134.
		≥1800	28,4	4,9	8,6	
	Alvito S. Pedro e anexa (Barcelos)	1567-1739	7,0	5,0	14,3	Miranda, 1993:134.
		1740-1829	16,1	4,8	22,2	
		1830-1899	28,9	3,5	46,2	
1900-1939		28,3	3,6	53,3		
1940-1989		23,1	3,9	25,3		
Aveleda (Braga)	1580-1899	10,0			Silva, 1997: 145.	
	1900-1993	13,0				

¹¹⁸ A análise de outras fontes como as *Visitas e as Devassas* ajudar-nos-ia a compreender melhor esta situação, caso existissem esses documentos para um período mais lato.

**Intervalos protogenésicos inferiores a 8 meses:
comparação com paróquias de Portugal continental
(continuação)**

Regiões	Localidades	Período	Intervalo <8 meses (% em relação ao total)	Intervalo médio (meses)	%intervalo <=3 meses	Fontes
Minho	Pico de Regalados (Vila Verde)	1710-1799	2,8			Araújo, 1992:132.
		1800-1899	4,5			
		1900-1979	2,1			
	Cervães (Vila Verde)	Antes de 1700	2,8	4,8	33,3	Barbosa, 1997:89.
		1700-1749	6,6	4,2	36,4	
		1750-1809	10,0	4,8	30,4	
	Facha (Ponte de Lima)	1710-1799	12,1	4,2	42,9	Machado, 1995:88.
		1800-1850	26,6	4,4	31,1	
		1860-1919	38,8	4,1	37,9	
		1920-1989	18,3	4,0	39,4	
	Romarigães (Paredes de Coura)	Antes de 1750	9,2	6,4	17,4	Santos, 1999:165.
		1750-1818	4,0	6,2	20,0	
	Santa Tecla+Carvalho (Celorico de Basto)	1623-1799	15,6			Carvalho, 1999:71.
		1800-1819	13,7			
		1920-1959	32,4			
Douro Litoral	Santiago de Bougado (Trofa)	1730-1779	Um pouco mais de 10,0			Alves, 1989b: 300.
Beira Litoral	Cortegaça (Ovar)	<1800	13,2	4,5	37,5	Gomes, 1998:71.
		1800-1899	14,0	4,8	42,2	
		1900-1975	16,2	6,2	18,4	
Trás-os-Montes	Cardanha (Torre de Moncorvo)	Século XVII	7,1			Amorim, 1987:229.
		Século XVIII	13,5			
	Rebordãos (Bragança)	1700-1799	4,7			Amorim, 1987:229.
	Poiães (Freixo de Espada à Cinta)	1650-1740	7,9			Amorim, 1987:229.
		1741-1823	8,6			

Os indicadores revelam que os noivos de Famalicão se situavam numa zona intermédia em relação às paróquias observadas, com quantitativos semelhantes a Avidos, Bougado e Facha, Guimarães zona suburbana, Cortegaça e Cardanha. Percentagens bastante abaixo de intervalos protogenésicos inferiores a oito meses encontraram-se em várias paróquias, sendo Pico de Regalados e Cervães, ambas de Vila Verde, aquelas onde os noivos terão cumprido com maior rigor as diretrizes do arcebispado¹¹⁹, para além de razões de outra natureza como os gravames da opinião pública.

¹¹⁹ As Constituições sinodais do arcebispado de Braga, ordenadas em 1639 e impressas em 1697, no título IX constituição X, flº 146 condenam a *excomunhão ipso facto as pessoas desposadas que tiverem cópula antes de serem legitimamente casadas da qual não serão absolto no foro exterior, sem primeiro pagar cada um deles quinhentos reis se forem plebeus.*

Interessante verificar que das freguesias do atual concelho Famalicão deteve o valor mais baixo de concepções pré-conjugais, registando-se em Antas quase o dobro das situações de mulheres em estado de gravidez ao casamento. De frisar ainda que o número de concepções pré-maritais ficou aquém da paróquia transmontana de Cardanha, embora esta tenha sido dissemelhante das restantes situadas na mesma região geográfica. Por seu turno, nas paróquias do vizinho concelho de Barcelos, Alvito S. Pedro e anexa e Barcelinhos, a proporção de nubentes à espera de um filho era menor, ficando esta última paróquia um pouco além de metade da percentagem encontrada para Famalicão.

No período seguinte os valores foram dos menos significativos, apenas mais expressivos que nas paróquias de Pico de Regalados e de Cervães que continuaram com os quantitativos mais baixos da amostra, muito próximos da freguesia transmontana de Poiães, com esta comunidade a ter uma incidência levemente superior. Norberta Amorim (1992:158) aponta quantitativos também baixos para o Sul do Pico no século XIX, situados em 9,7 por cento, interrogando-se se seria *de admitir uma maior austeridade de costumes ou se se trataria de um período em que foi mais efectiva a responsabilização dos sedutores*.

Para os últimos períodos a amostra é bastante reduzida, mas Famalicão teve o valor mais baixo, exceto em relação às paróquias minhotas de Aveleda, Pico de Regalados e à de Cortegaça, na Beira Litoral.

Verificou-se que no século XX os obstáculos ao convívio íntimo dos noivos pareciam ser menos notórios do que em épocas precedentes, apontando para uma maior liberalização dos comportamentos.

4.4.2 Filiação natural

A alta frequência de ilegitimidade bem como a exposição de crianças podem comprometer a função reguladora da nupcialidade, pelo que a sua análise se assume como essencial. Começamos pelo estudo da ilegitimidade.

A ilegitimidade é como uma complexa partitura, assim o reconhece Peter Laslett (1997), referindo que para que nós conheçamos o nascimento de uma criança fruto de uma relação desta natureza terá de ser satisfeito um conjunto de premissas indispensáveis, como os pais não serem casados entre si e não o fazerem antes do termo da gravidez, as *relações sexuais deverem ter lugar num momento e sob circunstâncias em que a concepção fosse possível, e sem recurso a medidas contraceptivas bem*

sucedidas, durante a gravidez não ter ocorrido aborto espontâneo ou provocado e a criança haver nascido viva e sobreviver até ao ato do batismo (Laslett, 1977:109-110).

Os estudos sobre Demografia Histórica da Europa¹²⁰ apontam-nos para a existência no Antigo Regime de baixos índices de ilegitimidade, havendo como que *uma ascese social colectiva*, na designação de Pierre Chaunu (1986:458-461) o que o leva a formular a sua tese da divisão da Europa em duas partes, a do Norte *mais permissiva* e a do Sul *mais controlada*, em que inscreve *o seu sistema demográfico da cristandade ocidental*. As taxas fornecidas por Flinn (1989:35) no seu estudo de síntese para a Europa Ocidental e Setentrional variam entre menos de 2% e 5% no período anterior a Oitocentos. Para os posteriores (até 1820), o autor indica-nos percentagens que oscilam entre 0,5% e 18%.

Ao contrário do quadro demográfico europeu descrito para o Antigo Regime em que as concepções ilegítimas tinham um peso estatístico reduzido, encontrámos para o mesmo período no Minho¹²¹, taxas de ilegitimidade que se desviaram deste padrão, com taxas mínimas de 3,1 % e máximas acima dos 25,4 %. Para o período posterior oscilaram entre 5,6% e 12,6%, em período idêntico ao indicado por Flinn.

4.4.2.1 Taxas de ilegitimidade

O mano doutor tinha servido lugares da magistratura, desde juiz de fora até corregedor, em várias comarcas e por todas elas deixara prole ilegítima (...) Era o D. Sancho povoador de seis comarcas, mas povoador de sua lavra, moto próprio e propagação pessoal.

(Camilo Castelo Branco, Maria Moisés:45¹²²)

Passemos a analisar os níveis de ilegitimidade registados em Famalicão, a fim de verificarmos se houve desvios ou se os padrões estiveram de acordo com o quadro da região geográfica do Minho, na qual se integra.

As crianças nascidas fora da constância do matrimónio são consideradas ilegítimas seja qual for a sua progenitura. Na nossa paróquia encontrámos três situações: uma com a indicação da mãe que as gerou, assinalando ou não o seu estado civil (a partir de 1693, começaram a aparecer os nomes dos avós maternos); outra situação é a

¹²⁰ Vejam-se os trabalhos de Pierre Goubert (1968) sobre Beauvais, de Hubert Charbonneau (1970), sobre Tourouvre-au-Perche, e de Jacques Dupâquier (1979) acerca da população rural do Bassin Parisien.

¹²¹ Portugal Continental apresenta variabilidade regional neste padrão de comportamentos. Tenha-se em conta o trabalho empírico de António Amaro das Neves sobre a ilegitimidade no Norte de Guimarães, onde o autor faz também uma incursão por paróquias da região Sul. Do autor, *Filhos das ervas a ilegitimidade no Norte de Guimarães séculos XVI-XVIII*, NEPS, Universidade do Minho, Guimarães, 2001.

¹²² <http://www.livros-digitais.com/camilo-castelo-branco/maria-moisés/45>, p. 45.

da menção à mãe e ao pai, não casados um com o outro, (muitas vezes referindo o pai como putativo, incluindo alguns clérigos) e ainda o caso dos filhos de mães escravas.

Para dimensionarmos a questão atentemos no quadro em que calculámos a percentagem de ilegítimos face ao número de crianças nascidas, excluindo as enjeitadas.

Quadro nº 76
Nascimentos ilegítimos: 1620-1960
(% em relação ao total de nascimentos)

Períodos	NT	NI	%
1620-1790	2332	208	8,9
1822-1889	3885	327	8,4
1890-1929	3695	248	6,7
1930-1960	2747	167	6,1

Observando os quantitativos verificamos que a maior percentagem de ilegitimidade foi encontrada até 1790, mas que o período seguinte ficou muito próximo para a seguir baixar paulatinamente e atingir no último período pouco mais de 6%.

Entre 1620 e 1790 encontrámos quase 9% de ilegítimos, um número inferior ao indicado por Amaro das Neves (2001) para paróquias do Minho (Norte de Guimarães) e por outros autores que estudaram freguesias desta região geográfica e mesmo do concelho de Famalicão, conforme se observa no quadro comparativo que incluímos a seguir. Nos séculos XVIII e XIX *os filhos da natureza* foram um caso comum nesta região, com valores de ilegitimidade no Alto Minho entre 9,8% e 15,4% e no Baixo Minho entre 10,4% e 13,5%, registando Famalicão quantitativos sempre abaixo destes.

A existência da Roda dos expostos, primeiro em Landim (1784-1786), e depois em Famalicão (1786-1859), sugere-nos ter havido uma relação entre a descida do número das crianças ilegítimas e a permanência desta instituição, hipótese que estaremos em melhores condições de comprovar aquando da apresentação dos dados em simultâneo.

Como dissemos anteriormente, vamos examinar o quadro comparativo que inclui algumas regiões de Portugal Continental.

Quadro nº 77

Taxas de ilegitimidade: comparação com paróquias de Portugal continental

Regiões	Localidades	Período	Média	Fonte
Minho	Vila Nova de Famalicão	1620-1790	8,9	Fichas de família.
		1822-1889	8,4	
		1890-1929	6,7	
	Antas (Vila Nova de Famalicão)	Antes 1750	11,5	Juncal, 2004:139.
		1750-1879 e 1880-1910	12,1 e 8,6	
	Avidos (Vila Nova de Famalicão)	Antes 1750	14,0	Fichas de família.
		1750-1879 e 1880-1910	7,5 e 9,9	
	Mouquim (Vila Nova de Famalicão)	1609-1878	10,4	Ventura, 2000:113.
	Guimarães Urbana, Rural e Mista	1620- 1749	14,5*	Amorim, 1987:231.
		1750-1789 e 1790-1819	11,5 e 7,8	
	Norte de Guimarães	1566-1799	15,1	Neves, 2001:232.
	Santa Tecla (Celorico de Basto)	1623-1799	18,6	Carvalho, 1999:72.
	Alvito S. Pedro e anexa (Barcelos)	1567-1699 e 1700-1799	10,0 e 16,0	Miranda, 1993:136.
		1800-1899	15,0	
	Barcelinhos (Barcelos)	1606-1729 e 1730-1789	5,9 e 6,2	Faria, 1997:137.
		1790-1849 e 1850-1910	4,9 e 15,2	
	Aveleda (Braga)	1580- 1759	4,8*	Silva, 1997:149.
		1760-1819 e 1820-1879	5,0 e 7,0	
		1880-1939	5,2	
	Pico de Regalados (Vila Verde)	1600- 1749	13,8	Araújo, 1992: 136.
1750--1849 e 1850-1899		6,5* e 9,2		
Romariães (Paredes de Coura)	1640-1699 e 1700-1749	2,5 e 8,5	Santos, 1999: 179.	
	1750-1818	6,5		
Facha (Ponte de Lima)	1640-1699 e 1700-1749	8,0 e 15,0	Machado, 1995: 91.	
	1750-1859	15,8		
	1860-1919	20,0		
Douro Litoral	Unhão (Felgueiras)	1577-1719 e 1720-1799	17,9 e 9,6	Soares, 1995:142.
		1800-1849 e 1850-1910	10,5 e 20,4	
Trás-os-Montes	Poiães (Freixo de Espada à Cinta)	1601-1650	1,9	Amorim, apud Miranda, 1993:138
		1601- 1750	5,1*	
	Cardanha (Torre de Moncorvo)	1751-1800	11,0	Amorim, apud Miranda, 199: 138
		1601-1750	2,6*	
Rebordãos (Bragança)	1751-1800	7,4	Amorim, apud Miranda, 1993:138.	
Beira Litoral	Cortegaça (Ovar)	<1650, 1650-1739	7,5 e 4,1*	Gomes, 1998:73.
		1740- 1879; 1880- 1919	7,1* e 3,3*	

*Média simples obtida por somatório dos valores parciais dos períodos.

Os valores para Famalicão no primeiro período ficaram aquém dos registados nas outras paróquias do concelho e sub-região do Vale do Ave como é patente. Em igual época e em paralelo com outras paróquias estudadas do Minho, a taxa de ilegitimidade na freguesia foi das mais baixas, tal como ocorreu em Barcelinhos e Aveleda, que ainda ficaram aquém de Famalicão. Passemos a outras regiões fora desta zona geográfica: a paróquia de Cortegaça, na Beira Litoral, registou valores médios ainda inferiores, bem como as paróquias transmontanas de Cardanha, de Rebordãos e de Poiães.

Nos outros períodos a percentagem de crianças ilegítimas batizadas em Famalicão continuou a ser das mais baixas, exceto em Aveleda, no Minho, e em Cortegaça, na Beira Litoral¹²³.

4.4.2.2 Ilegítimos e enjeitados

Como já aludimos, entre 1786 e 1859 funcionou em Famalicão uma Roda de expostos, circunstância que poderia ter influenciado o número de ilegítimos, embora admitamos que muitas crianças da Roda não tivessem nascido em Famalicão. A fim de podermos aferir da sua influência, analisemos o quadro.

Quadro nº 78
Ilegítimos (I) e enjeitados (E)

Períodos	I	E	IE
1620-1790	208	134	342
1822-1889	327	1124	1451
1890-1929	248	0	248
1930-1960	167	0	167
Totais	950	1258	2208

Durante a vigência da Roda, Instituição de guarda e cuidados à infância, os valores da ilegitimidade baixaram de forma significativa, como se esperava, pelo que só poderemos voltar a encontrar resultados não enviesados pela variável do funcionamento da Roda, já na segunda metade do século XIX. Neste período, a migração nomeadamente para o Brasil, provocando um mercado matrimonial claramente desfavorável para as mulheres, parece ter contribuído para o aumento da ilegitimidade.

4.4.2.3 Distribuição das famílias ilegítimas segundo o número de filhos

Conscientes que o nascimento de uma criança natural é só a face concreta de um polígono mais denso que conterà na maior parte das situações um número variável de relações sexuais entre um homem e uma mulher e que estas não conduzem necessariamente a um parto com sucesso e também porque não podemos descartar a possibilidade de abortos, infanticídios, fuga da mãe para outra localidade¹²⁴, mormente antes que o seu estado seja visível, a dificuldade ou mesmo a impossibilidade de identificar com segurança a mãe da criança, entre outros condicionalismos, mesmo assim e por aproximação, consideraremos a seguir o número de filhos em famílias monoparentais, usando a mesma periodicidade.

¹²³ Particular interesse tem a observação deste comportamento na Galiza, por ser confinante ao Minho. Rodríguez Iglesias (1985:222) encontrou valores entre 3 e 5 por cento para a segunda metade do século XVII evoluindo de forma ascensional, para no século XVIII se aproximar dos 8 por cento.

¹²⁴ Em 17 de abril de 1820 encontrámos uma mulher solteira, natural de Alvarelos, da comarca da Maia, que morreu de parto e que o padre refere que terá sido casualmente que faleceu em Famalicão. Poder-se-á colocar a possibilidade de não ter sido um mero acaso a estadia desta mulher em terra ainda distante da sua.

Quadro n° 79

Distribuição das famílias ilegítimas segundo o número de filhos: 1620-1960

N° Filhos	1620-1790		1822-1889		1890-1929		1930-1960		Total Geral	
	N°Abs.	%	N°Abs.	%	N°Abs.	%	N°Abs.	%	N°Abs.	%
1	159	85,5	150	80,2	123	76,4	99	78,6	531	80,5
2	16	8,6	18	9,6	25	15,5	19	15,1	78	11,8
3	8	4,3	5	2,7	10	6,2	6	4,8	29	4,4
4	2	1,1	6	3,2	1	0,6	1	0,8	10	1,5
5	1	0,5	5	2,7	2	1,2	1	0,8	9	1,4
6			1	0,5					1	0,2
7			1	0,5					1	0,2
8			1	0,5					1	0,2
Total Geral	186	100	187	100	161	100	126	100	660	100

No sentido de evitarmos atribuir uma única maternidade a uma mulher, quando ela poderia ser mãe mais que uma vez e, como só num período avançado do século XVIII contamos com dados mais seguros de identificação da mulher, estivemos atentos a elementos sobre a mãe, como a alcunha, o lugar de residência e as esparsas alusões à avó materna da criança.

O quadro, visto com as ressalvas anteriores, mostra-nos que ao longo dos séculos foi dominante o número de mulheres com um único filho, talvez fruto de uma relação entre solteiros que não conduziu ao casamento, ou de uma ligação que não podia ser legalizada, por um deles ter ordens eclesiásticas, ser casado, configurar uma relação incestuosa, ou por haver interdito de familiaridade espiritual. Alguns estudos apontam para que a namorada abandonada e a criada tenham sido das mães que foram obrigadas a batizar o filho em condições de uniparentalidade. Quando estudarmos as profissões das mães destas crianças, embora com uma amostra reduzida, voltaremos ao assunto. Não foi despreciada a quantidade de mulheres com mais de um filho, nomeadamente de dois, o que nos leva a supor a existência de certas relações com alguma estabilidade, não pondo de parte a possibilidade de mulheres que deram à luz filhos de pais diferentes. São pouco significativos os casos de mães com mais de dois filhos e só entre 1822 e 1889 nos surgiram situações de mulheres com seis ou mais descendentes.

4.4.2.4 Número médio de filhos ilegítimos por família

Considerando que as Constituições Sinodais do Arcebispado de Braga não permitiam que a mulher batizasse os descendentes fora do local da sua residência, a não ser que fosse filho do padre da localidade, os dados do quadro seguinte não deverão estar muito distantes da realidade.

Quadro n° 80**Número médio de filhos ilegítimos por família: 1620-1960**

1620-1790	1822-1889	1890-1929	1930-1960	Total Geral
1,2	1,4	1,3	1,3	1,3

O número médio de filhos nunca chegou aos dois, mas ultrapassou em todos os períodos um filho. O lapso cronológico de 1822 a 1899 foi o que registou uma média superior, quase chegando aos 1,5 filhos em média por mulher. Este facto poderia estar relacionado com a emigração de rapazes na adolescência, criando uma desproporção entre géneros, por muitos deles não terem regressado e outros casarem no Brasil¹²⁵, ou noutra local para onde migraram.

O celibato de potenciais noivos que se dedicaram à gestão dos negócios no Brasil e à fruição, por exemplo, em viagens de recreio do dinheiro acumulado, pode ter sido propiciador de nascimentos de crianças naturais, como foi o caso do Comendador António da Costa Faria, que teve em solteiro dois filhos da sua criada, Amélia Maria da Costa, igualmente solteira, vindo a casar em Famalicão em 6 de julho de 1862, ele com quarenta e cinco anos e ela com vinte e seis, continuando o casal a batizar filhos, já como legítimos.

A idade da mulher ao nascimento do primeiro filho é outro indicador importante que nos permite verificar se as mães de filhos naturais o foram em idades próximas das mulheres que constituíram uma família legítima.

4.4.2.5 Idade média da mulher ao nascimento do primeiro filho ilegítimo

Em virtude do reduzido número de observações, concentrámos para o estudo da idade da mulher os dados em três períodos. Para este indicador considerámos importante incluir as mulheres mais novas.

Quadro n° 81**Distribuição por grupos de idades ao nascimento do primeiro filho ilegítimo: 1620-1960**

	1620-1790		1822-1929		1930-1960		Total Geral	
	N° Abs.	%	N° Abs.	%	N° Abs.	%	N° Abs.	%
12 - 14	1	6,7	0		0		1	0,8
15 - 19	1	6,7	8	8,8	2	5,9	11	7,9
20 - 24	6	40,0	35	38,5	14	41,2	55	39,1
25 - 29	3	20,0	20	22,0	8	23,5	31	22,1
30 - 34	3	20,0	15	16,5	7	20,6	25	17,9
35 - 39	1	6,7	8	8,8	2	5,9	11	7,8
40 - 44	0		4	4,4	1	2,9	5	3,6
45 - 49	0		1	1,0	0		1	0,8
Total	15	100	91	100	34	100	140	100

¹²⁵ Algumas vezes terão casado com mulheres filhas de portuguesas que emigraram para esse país.

Observou-se sempre uma maior concentração no número de mulheres entre os 20 e os 29 anos, dominando em todos os períodos a faixa etária entre os 20 e os 24 anos, se bem que nos séculos XIX e XX não seja negligenciável o grupo de idades entre os 30 e os 34 anos.

4.4.2.6 Idade média das mães solteiras ao nascimento do primeiro filho

A idade média da mulher ao primeiro casamento é um indicador a ter em atenção e verificámos que no primeiro período foi de 26 anos e nos outros de 24,8. Exceto no primeiro período, as mães com idades conhecidas de filhos naturais tiveram-nos em idade média anterior à previsível primeira maternidade das mulheres casadas.

Interessa compreender o fenómeno da ilegitimidade no contexto específico em que ocorreu o que passaremos a fazer pela análise de casos.

4.4.2.7 Identificação dos pais dos filhos ilegítimos

De 1620 a 1790¹²⁶ registaram-se 160 casos de mães com crianças ilegítimas, 46 deles de pai conhecido, ou presuntivo. Nos períodos seguintes, exceto para alguns casos do século XX, não encontrámos qualquer assento com a indicação do pai, cumprindo-se as determinações das Constituições do Arcebispado, perdendo-se, deste modo, a informação respeitante a um dos progenitores, mas lucrando-se na do outro, por passarem a figurar, no início de forma assistemática, mas depois continuamente, o nome dos avós maternos da criança¹²⁷. Surgiram-nos duas ocorrências fora do comum: o assento de batismo de Ana em 14 de abril de 1630, em que só apareceu a paternidade declarada, apontando como pai Manuel Correia que julgamos ser o mesmo indivíduo indicado como reitor no casamento do filho natural Feliciano Correia realizado em Famalicão a 14 de setembro de 1676. Será que a mãe de Ana era casada ou tinha votos religiosos? O outro caso foi o de Cristina nascida em 26 de julho de 1633 cujo registo só refere o nome do avô materno, João Gomes.

Apesar das disposições normativas da arquidiocese vertidas nas Constituições Sinodais e de outras orientações contidas, por exemplo, nos manuais de confessores e catecismos, aliadas às prédicas periódicas, bem como ao exemplo que apontava a virtude da virgindade e da abstinência sexual e considerava as relações sexuais exclusivamente dentro da união conjugal como uma forma de acoitar a lúbrico, a prática

¹²⁶ O último registo que indicou o pai foi de 28 de dezembro de 1701.

¹²⁷ Lembre-se o carácter regulador das visitas periódicas do arcebispo ou do seu delegado às paróquias.

tende a apontar-nos para um número significativo de relações fora do contexto legitimador do casamento.

Em Famalicão os dados encontrados mostraram-nos uma realidade semelhante à de outras paróquias minhotas. Lembramos até que deste cenário também fizeram parte clérigos a serem indicados como putativos progenitores de meninos batizados em Famalicão, certos deles mais que uma vez e alguns com filhos de várias mulheres e previsivelmente mais seriam, se não fosse proibido o seu registo pelas Constituições Sinodais e vigiado pelas visitas pastorais o cumprimento do articulado.

Expressões como, *disse que o filho seria, pode ser seu pai, dizem que o filho é, disse ser o pai, deu por pai do batizado a, disse que o pai do filho era*, conformam manifestações de realidades diferentes: a incerteza quanto ao pai da criança é corporizada nas três primeiras frases, a última das quais indica até que o redator paroquial viu necessidade de inserir no registo que se tinha baseado na voz corrente da comunidade, já as outras elocuições assentam nas declarações da mãe.

Tivemos dificuldade em estabelecer os elos familiares de grande parte dos pais destes meninos, por falta de dados. Quanto à proveniência foram indicados como de fora oito homens, cinco de freguesias do concelho e os outros, um de Arco de Baúlhe (entre Fafe e Vila Pouca de Aguiar), um de Priscos, Braga, e outro de Barcelos. São mencionados como casados dois homens e o estado dos restantes é lacunar, na maioria dos casos não é indicado, chegando a aparecer expressões identificadoras como esta: *deu por pai do filho ao carpinteiro de Vilarinho*, surgindo sete clérigos, um deles sub diácono.

Certos homens foram progenitores de bastardos mais que uma vez, sucedendo até que alguns tiveram filhos de mulheres diferentes em tempo muito próximo e em simultâneo da mulher legítima e da outra. Esteve neste último caso, por exemplo, Paulo Correia, ferrador, casado com Ana Tinoca, que em 1629 teve um filho legítimo e um natural, com uma diferença de pouco mais de um mês. Identificámos com dois filhos ilegítimos três homens, mas só numa das circunstâncias eram da mesma mulher; com três filhos surgiram-nos duas situações, ambas de partos de mulheres diferentes e, por sinal, os pais eram um homem casado e o Morgado de Pouve. Com 4 filhos encontrámos um padre, que parece ter tido uma relação de anos com uma das mulheres, como a seguir se indicará.

Embora só dispunhamos de elementos para o século XVII, vejamos os casos dos eclesiásticos que consumaram relações fecundas e a bom termo:

O padre António de Sá Tinoco teve com Maria Borges, mulher solteira, que já era mãe de outras duas crianças, uma filha batizada a 4 de fevereiro de 1637, a quem foi dado o nome de Maria que ao casamento nos surge com o sobrenome do pai (Tinoca); também o segundo descendente de Maria Fernandes, batizado a 2 de setembro de 1639, (indeterminado o nome e o género da criança) seria filho de Ambrósio Gonçalves, antigo abade de Priscos e que foi padrinho da criança juntamente com uma sua sobrinha, Helena Velosa; de João Gomes, clérigo de epístola e de Ana *Milhã* nasceu António, batizado em 29 de dezembro de 1649. Reincidente foi o padre António de Sá Barreiros, natural do Brasil, cuja família paterna era oriunda de Famalicão e a viver com uma tia materna, na Rua Direita. Teve entre 1652 e 1654 três filhos com Maria Barrosa. De referir que as duas filhas casadas em Famalicão assumiram ao ato o sobrenome do pai (Sá). Este padre gerou uma menina, em 19 de março de 1653, numa mulher diferente, de nome Antónia e na época já era pai de uma filha de Maria Barrosa, nascida em 29 de maio do mesmo ano; o padre Manuel Correia teve com uma mulher solteira, de nome Maria, o filho João, nascido em 1 de maio de 1653, e com outra mulher, Madalena, *a Choca*, o filho Feliciano, nascido em 22 de abril de 1661; em 1 de setembro de 1672, nasceu João, filho do padre Manuel Moreira e em 11 de janeiro de 1674, foi batizada Maria, referenciando o registo como pais o padre João da Rocha e Ana de Sá, a *Rega*.

Em suma, foram sete os clérigos com filhos naturais conhecidos, dois deles com mais do que um filho e de mulheres diferentes. Como neste período só se indicou como *mundana* uma mulher, será de pôr a hipótese de estas mulheres só terem um parceiro.

Na linha de que os eclesiásticos conviviam com alguma naturalidade com a quebra do dever de castidade encontrámos Manuel Machado a ser apontado como pai do terceiro filho de Maria Galega, batizado em Famalicão a 2 de junho de 1665 e no registo de batismo deste presumível filho declarou-se que o pai era filho do abade de Avidos¹²⁸.

Paralelamente aos clérigos, identificámos alguns homens de estratos sócio económicos mais favorecidos como genitores de crianças ilegítimas, indiciando que este facto poderia facilitar as aproximações:

O Morgado de Pouve, Rui Pinheiro de Lacerda, foi pai pelo menos de duas crianças de mães diferentes: de Susana, nascida em 13 de setembro de 1635, filha de Maria de Sá, e de Inês, nascida em 29 de agosto de 1646, filha de Antónia da Silva; Filipe Manuel, proprietário, teve dois filhos do mesmo relacionamento com Maria, a *Carniceira*: Maria que foi batizada em 19 de janeiro de 1644 e Manuel em 6 de julho de 1661; o boticário de Famalicão, Francisco Barbosa, gerou crianças de uma mulher solteira e da mulher, no mesmo período. Ele casou com Benta Rebelo de Matos em 1693 e foi pai de Maria, sua filha legítima, em 29 de dezembro do ano seguinte e em 9 de junho de 1696, teve Manuel, filho ilegítimo.

¹²⁸ Este abade foi cura em Avidos entre 23 de julho de 1625 e 25 de novembro de 1648. Ver Paiva, 2001, p. 285.

A seguir, foi intercalando paternidades legítimas com ilegítimas, tendo 3 filhos do casamento e 4 da relação extra conjugal com Victória, mulher solteira.

4.4.2.8 Naturalidade das mães dos filhos ilegítimos

Admitimos para o estudo deste indicador que as mulheres a quem o redator paroquial não atribuiu naturalidade fossem oriundas de Famalicão, dado ele indicar sempre nos assentos de batismo da criança a freguesia da mãe quando ela era de fora.

Quadro nº 82
Naturalidade das mães dos filhos ilegítimos: 1620-1790

Naturais	De fora			
Nº Abs.		Nº Abs.		Nº Abs.
164	Outras freguesias do concelho	15	Outras freguesias	7

De 1620 a 1790 das 186 mulheres a dar à luz filhos ilegítimos só 11,8 por cento eram de fora e destas a maioria pertencia ao concelho, com predomínio das freguesias contíguas de Famalicão, Antas e Gavião. Vejamos o que aconteceu no período seguinte.

Quadro nº 83
Naturalidade das mães dos filhos ilegítimos: 1822-1889

Naturais	De fora			
Nº Abs.		Nº Abs.		Nº Abs.
69	Outras freguesias do concelho	62	Outras freguesias	62

Entre 1822 e 1889 em 187 mulheres apareceram-nos 124 não naturais, ou seja 66,3 por cento, predominando as oriundas das localidades que fazem parte do atual concelho e, dentro deste, das freguesias mais próximas da sede, como Antas, Calendário e Gavião. As outras mães pertenciam fundamentalmente a localidades dos concelhos vizinhos (por ordem decrescente) de Barcelos, de Braga, de Santo Tirso, de Guimarães e do Porto. Das restantes mulheres, o concelho de Esposende foi de onde provieram mais, registando-se ainda três estrangeiras, duas do Brasil, uma de Espanha e uma de Angola.

Quadro nº 84
Naturalidade das mães dos filhos ilegítimos: 1890-1929

Naturais	De fora			
Nº Abs.		Nº Abs.		Nº Abs.
78	Outras freguesias do concelho	64	Outras freguesias	19

Embora tenha diminuído a proporção das forasteiras, ficando-se nos 51,5 por cento, manteve-se a tendência do período anterior e a preponderância das mulheres pertencentes às freguesias do concelho, com 39,7 por cento, nomeadamente de Antas, de Calendário e de Gavião, logo, só uma pequena parte era oriunda de fora do concelho, essencialmente (por ordem de grandeza) dos concelhos de Braga, de Barcelos e de Guimarães e uma ínfima parte de outras localidades do País.

Consideremos agora o período entre 1930 e 1960.

Quadro nº 85
Naturalidade das mães dos filhos ilegítimos: 1930-1960

Naturais	De fora			
	Nº Abs.	Nº Abs.	Nº Abs.	
59	Outras freguesias do concelho	46	Outras freguesias	21

Neste período aumentou ligeiramente a proporção de mulheres de fora, cifrando-se nos 53,1 por cento, mas diminuíram as que pertenciam às freguesias do concelho que atingiram 36,5 por cento. No concelho continuaram a ser Antas e Calendário as freguesias de onde provieram mais mulheres, embora Requião também seja significativa. Registou-se uma maior dispersão de origem geográfica da naturalidade dessas mulheres, conquanto tenha havido maior número do concelho de Braga e do Porto, com igual quantitativo.

Considerando o período global de 1900 a 1960 as mulheres não naturais representaram um pouco acima de metade das mães de filhos provenientes de uma relação não conjugal.

Em síntese, desenharam-se na ilegitimidade dois períodos: o anterior ao início do século XIX em que a maioria das crianças ilegítimas nascidas em Famalicão era filha de mães batizadas na freguesia e o subsequente em que predominaram as mães de fora, o que vem corroborar a hipótese colocada de a criação do concelho de Vila Nova de Famalicão atrair gente de fora, neste caso mulheres que seriam na maior parte solteiras e serviçais, como criadas de servir e jornaleiras, hipótese que iremos tentar confirmar.

4.4.2.9 Estado civil das mães dos filhos ilegítimos

Como o redator paroquial indicava sempre as situações em que as mulheres não eram solteiras, incluímos neste grupo também aquelas em que não estava aposto o estado, tal como para o indicador precedente. De 1620 a 1790 só registámos uma mulher viúva e todas as outras eram solteiras, num total de 186 mulheres.

De 1822 a 1889 surgiram-nos no cômputo global de 187 mulheres com filhos ilegítimos e 10 delas viúvas. De 1890 a 1929 encontrámos 11 viúvas e 7 casadas num computo global de 161. De 1930 a 1960 num total de 126 mulheres registaram-se 3 casadas, 1 divorciada, 1 separada e 1 viúva.

Em suma, ao longo das várias épocas, com filhos naturais prevaleceram as mulheres solteiras, aumentando no século XIX as viúvas e no final da observação as casadas com marido ausente.

4.4.2.10 Profissão das mães dos filhos ilegítimos

Até 1790 só em quatro casos de famílias monoparentais encontramos alusão à profissão de mulheres com filhos naturais: 2 moleiras, 1 padeira e 1 criada. Entre 1822 e 1889 de 187 famílias com filhos naturais, em 57 casos (30%) foi indicada a profissão e surgiram-nos 23 criadas, 3 regateiras de fruta, 11 costureiras, 10 jornaleiras, 3 lavradeiras, 1 tendeira, 1 botequineira, 1 pedinte, 1 moça de recados, 1 ama de leite, 1 artesã de velas e 1 tecedeira.

Em suma, prevaleceram as criadas, seguido das costureiras e das jornaleiras e nestas incluem-se 2 *jornaleiras do caminho-de-ferro*. Surgiram ainda 5 mulheres ligadas ao comércio tradicional (1 tendeira, 3 regateiras de fruta e 1 botequineira) e nas outras atividades surgiu-nos um caso isolado em cada.

De 1890 a 1929 encontramos 161 famílias monoparentais e 62 casos de mulheres com profissão indicada (38,5%). Continuaram a dominar as criadas, com 26 casos, em segundo lugar, as jornaleiras, com 15 e em terceira posição, as costureiras com 10. As vendedeiras de galinhas e de peixe ocuparam o quarto lugar com 6 ocorrências. Encontramos ainda 1 proprietária, 1 padeira, 1 empregada dos correios, 1 ferroviária e 1 mendiga.

Entre 1930 e 1960 das 126 famílias monoparentais, em 48 situações foi indicada a profissão da mulher (14,2%). Surgiram-nos em primeiro lugar as operárias fabris com 14 casos, em segundo as criadas com 10, em terceiro as jornaleiras com 9, em quarto as vendedeiras (3 ambulantes, 3 de sardinha e 1 de pão) e depois 3 costureiras, 3 mendigas 1 tecedeira, e 1 enfermeira.

Em resumo, só a partir de 1822 se observa com alguma regularidade a indicação da profissão destas mulheres, predominando no século XIX as criadas, as costureiras e as jornaleiras. No século XX (primeiro trinténio) foram mais numerosas estas três profissões, se bem que com outra ordem, as criadas, as jornaleiras e as costureiras. Entre 1930 e 1960 deu-se uma alteração indiciadora de que o setor secundário estava em progressão, pois surgiram-nos pela primeira vez as operárias fabris com 14 casos, em segundo lugar as criadas de servir e em terceira posição, as jornaleiras. É interessante referir que as fábricas parecem ir ganhando terreno e vão tirando lugar às costureiras no domicílio.

4.4.2.11 Casamento posterior das mães dos filhos ilegítimos

No período de 1620 a 1790 apareceram-nos 3 mães de crianças ilegítimas que casaram com os pais destas:

Maria Tinoca já era mãe de Belchior em 1 de janeiro de 1636, sem que no registo figurasse o nome do pai. Na segunda maternidade, em 18 de março de 1640, desta vez também de um rapaz, Manuel, fruto do seu relacionamento com Paulo de Barros, o desfecho foi o casamento com o pai deste filho, em 24 de junho desse ano; Francisca Tinoca teve o filho Domingos em 1 de abril de 1642, declarando como pai Francisco Gonçalves e contraíram matrimónio em 25 de janeiro de 1644; Ana Passos batizou Francisco, em 28 de dezembro de 1701, indicando como pai Francisco da Costa Passos e casaram em 30 de outubro do ano seguinte.

De referir que na situação em epígrafe a maioria das mulheres pertencia a famílias com algum *estatuto*.

Surgiram-nos ainda nove casos de mulheres que casaram depois do nascimento do primeiro filho, mas só em quatro haverá bastante margem de segurança para atribuímos a paternidade ao homem a quem se uniram maritalmente, tendo havido um curto intervalo entre o nascimento da criança e o casamento. Num dos casos o espaço foi de poucos dias. A seguinte situação diz respeito a uma família possidente:

O registo de Francisco Campelo nascido a 20 de julho de 1726, filho de Joana de Almeida e de Manuel Campelo da Fonseca, cujos pais casaram em 16 de novembro seguinte.

Neste período houve duas mulheres solteiras que realizaram o matrimónio algum tempo depois de terem sido mães, mas como não foi indicado o nome dos pais das crianças, não lhe podemos atribuir a paternidade: o casamento de 27 fevereiro de 1769 (o filho nasceu a 17 de maio de 1763) e o de 3 de fevereiro de 1770 (o filho nasceu a 5 de agosto de 1763).

Verificou-se uma situação em que os progenitores estavam comprometidos só que não contraíram matrimónio devido à morte do pai da criança¹²⁹:

Dionísio foi batizado a 22 de janeiro de 1732 e era neto paterno do boticário de Famalicão, Francisco de Almeida e de sua mulher Dona Benta Rebelo de Matos, filha do capitão de ordenanças Francisco Rebelo de Matos.

¹²⁹ *Inquirição de genere* de 27.11.1745, processo n.º 33978, pasta 1512.

De 1822 a 1889 encontrámos vinte e seis mulheres que casaram depois de terem filhos naturais, três homens reconheceram os filhos ao casamento, um deles faleceu no dia em que casou, com 48 anos.

De 1900 a 1929 foram quarenta as mulheres que se uniram conjugalmente depois de terem o primeiro filho, porém só de cinco sabemos que o fizeram com o pai da criança. De 1930 a 1960 encontrámos vinte e duas uniões conjugais e sete filhos foram legitimados pelo casamento dos pais.

Em resumo, no primeiro período observámos a casar na freguesia 5,7 por cento das mulheres; no segundo encontrámos 12,3 por cento; no terceiro observámos 28,9 e no último baixou para 17,4 por cento. No período global de 1900 a 1960 a percentagem de mulheres casadas depois de serem mães de filhos naturais foi de 23,4. Como já se disse, de muitas delas não sabemos se desposaram o pai dos filhos e um número significativo fê-lo transcorridos que foram alguns anos do nascimento das crianças naturais.

4.4.2.12 Propensão para a bastardia

Certas famílias parecem ter sido particularmente atreitas às formas mais extremas de inconformismo sexual. As criadas, jornaleiras e as filhas de caseiros, provenientes de famílias que se encontravam no escalão mais baixo da hierarquia sócio-económica, contribuíram significativamente para os nascimentos ilegítimos.

(Brettell, 1991: 254)

Várias famílias indiciaram ter havido no seu seio pendor para a bastardia. Vejamos alguns casos:

Mariana Josefa, a *galega*, nascida em 14 de abril de 1799, fruto de uma união não conjugal, atestou a tendência desta família. Conheceram-se-lhe seis filhos ilegítimos: o primeiro batizado a 3 de novembro de 1813, quase dois anos depois de a avó materna morrer, tinha a mãe 14 anos. Um dos filhos de Mariana Josefa, nascido a 20 de novembro de 1822 foi logo exposto nesse dia na Roda de Santo Adrião. A mãe de Mariana Josefa, sua homónima, era filha de uma mulher solteira, Maria Domingues, e ambas naturais da Galiza. Esteve casada com Estêvão Garcia do qual teve 2 filhos nascidos, respetivamente, em 15 de outubro de 1785 e 29 de janeiro de 1790, em Famalicão. Estêvão já estava ausente em 17 de maio de 1793, data do registo do batizado da primeira filha ilegítima de Mariana Josefa. Seguiram-se mais dois filhos fora do casamento, com ela a viver no lugar da Cruz Velha, perto da atual capela da Lapa.

Em 14 de julho de 1846 nasceu Inácia, descendente de Rita da Silva Braga. Esta era filha de um segundo casamento de António José da Silva Araújo e de Joana Maria Alves Braga e ficou órfã de pai aos

cinco anos. A mãe de Rita, Joana Maria Alves Braga, manteve um relacionamento de muitos anos com António José, ainda ele estava casado, e com tal visibilidade que deu origem a uma devassa¹³⁰ em que se provou que ele dava maus tratos à mulher, por causa de Joana Maria. Procurador de causas, António José da Silva Araújo, também conhecido por Lucrécio, por ser natural de Santa Lucrécia do Louro, residia na Rua Direita, tal como Joana Maria que vivia com os pais, sendo vizinhos. Mais velho que ela 30 anos, enquanto coabitava com a mulher, *fazia vida* também com Joana, filha de um alfaiate da Rua Direita, e de sua mulher, ambos naturais de Braga. É de acrescentar que Rita viveu desde muito cedo sem referências adultas masculinas, morrendo-lhe primeiro o avô materno, quando ela tinha pouco mais de um ano e depois o pai que a concebeu já sexagenário.

As situações seguintes reportam-se a alguns dos casais que tiveram mais que uma filha mãe solteira:

As irmãs Ana Maria e Teresa, filhas mais novas dos seis descendentes do casal António Mendes e Maria Rodrigues, do lugar de Moins, tiveram filhos naturais. Ana foi mãe a primeira vez de um menino chamado António, tinha ela só 12 anos. Aos 23 anos batizou novo filho, Domingos José, nascido em 28 de abril de 1785. A irmã Teresa teve a primeira maternidade aos 25 anos, em 8 de fevereiro de 1790 e depois gerou mais dois filhos: Maria e Manuel, a menina foi batizada a 17 de maio de 1795 e o menino a 20 de junho de 1806.

Outro dos vários casos foi o das duas filhas de Francisco Martins e Joana Maria, do lugar da Ribeira: Maria e Isabel foram mães solteiras, a primeira aos 30 anos e a segunda aos 28. Maria, a mais velha, teve a filha Isabel a 27 de junho de 1840, e a irmã, passados meses, em 15 de abril de 1841 foi mãe de um menino a quem foi dado o nome de José.

Bastardia continuada da mulher:

Rosa de Jesus, criada de servir e depois costureira, nascida a 1 de julho de 1848 e falecida aos 63 anos, solteira, mãe pela primeira vez, a 3 de dezembro de 1871, residente na Rua Direita, filha de Bernardino José Correia de Mesquita, pedreiro, de Pousada de Saramagos, e de Quitéria Rosa, teve 4 filhos. Um deles, Francisco Mesquita de Araújo, escrevente e proprietário, casou em 25 de agosto de 1902, com Rosa Rebelo de Araújo ou Rosa da Silva Minho e tiveram vários filhos, entre eles, Fernando Mesquita, industrial e proprietário em Antas e dono de uma empresa de serviços, *A Contribuinte*, em Famalicão, e Francisco Mesquita, jornalista, dono do *Jornal de Famalicão*.

Teresa Rodrigues de Jesus, criada de servir, teve com Luís Pinto Basto¹³¹ três filhos naturais: o primeiro aos 17 anos, uma menina batizada a 30 de abril de 1886, com o nome de Maria Emília; Manuel, a 30 de novembro de 1887 e Maria, em 30 de abril de 1886. Esta menina mais nova faleceu passados 18

¹³⁰ *Devassa de 1816*.

¹³¹ Era irmão de Adriano Pinto Basto, negociante de ourivesaria e autarca famalicense, a quem foi atribuída postumamente o nome de uma artéria central da Vila, a antiga Rua Formosa, que passou a designar-se como Rua Adriano Pinto Basto, nome que ainda mantém.

dias de ter sido batizada. Teresa só veio a unir-se maritalmente em 5 de novembro de 1903 com um homem viúvo, natural de Sequeira, Braga, mas ficou viúva passados poucos meses. A filha mais velha casou em Lousado, concelho de Famalicão, onde tinha a tia, a viúva de Adriano Pinto Basto e os primos, filhos deste casal, um deles pároco da freguesia, que a apoiaram.

Pobreza e propensão para a bastardia:

Teotónio de Carvalho, jornalista e Gertrudes Rosa tiveram pelo menos seis filhos, quatro rapazes e duas raparigas e ambas foram mães solteiras: uma delas, Maria Rosa de Jesus, teve um filho em 22 de junho de 1861 e casou depois, não sabemos onde, com José de Araújo também jornalista de cujo matrimónio nasceu uma filha em 30 de março de 1864, falecida com pouco mais de um ano. Maria Rosa morreu passados quatro anos, aos 29 anos. A irmã, Inácia de Jesus, foi mãe aos 27 anos, em 1 de fevereiro de 1870, era jornalista e não se lhe conheceu matrimónio. Teotónio faleceu em estado de mendicidade a 1884, já viúvo.

As duas únicas raparigas dos seis filhos sobreviventes¹³² (um menino e uma menina morreram na infância), do cocheiro Paulo Ferreira e da costureira, Clara da Conceição, exposta na Roda da vila, foram mães solteiras: Narcisa da Conceição, a mais velha das raparigas, batizou dois filhos, o Adozindo, em 13 de outubro de 1907, quando a mãe tinha 27 anos, e o Josué a 23 do mesmo mês de 1911, já Narcisa tinha mais de 30 anos. A outra filha do casal, de nome Laurinda, foi mãe aos 18 anos, de uma menina nascida em 2 de novembro de 1906. Sabemos que Laurinda morreu com 44 anos, solteira, em Famalicão.

4.4.2.13 Outros contextos de ilegitimidade

Encontramos como uma das causas prováveis de ilegitimidade a orfandade, que fragilizaria as famílias e, dentro desta, uma situação de grande vulnerabilidade, a falta da figura paterna, como se indica:

Maria, filha de Domingos Moreira e de Catarina de Oliveira foi mãe de José aos 20 anos, a 20 de novembro de 1725 e já era órfã de mãe desde os 10 anos. O pai voltou a casar passados 8 meses da mulher haver falecido e teve dez filhos dessa união.

Maria das Dores, por alcunha a *Mentideira*, criada de servir, única filha de Domingos Francisco, viúvo, de Escudeiros, Braga, e de Maria Luísa, a *Mentideira*, de S. Martinho das Carvalhas, Barcelos, residentes no lugar da Bandeira, foi mãe aos 18 anos de José, batizado a 1 de julho de 1877 e teve depois mais cinco filhos. O pai faleceu quando Maria das Dores tinha quatro anos.

A desestruturação familiar é outra razão, patente nas situações que apontamos a seguir:

¹³² Dois filhos foram emigrantes no Brasil.

Três filhas de Manuel Pereira e de Esperança Francisca levavam vida dissoluta e uma delas teve um filho natural. Mónica foi mãe de Manuel, batizado em 2 de fevereiro de 1737 e a Joana e a Maria não se lhe conheceram filhos batizados na freguesia. Manuel Pereira, segundo o *Roteiro dos culpados* de 1739 e 1740, *era consentidor na devassa das filhas*.

Teresa Maria Machado, nascida a 6 de agosto de 1720, foi mãe com 27 anos. Registou, pelo menos, a partir daí mais dois filhos. Os pais, oriundos de outra freguesia, eram caseiros no lugar de Mões e estavam separados, segundo o *Roteiro dos culpados de 1735* e a *Devassa e Termo dos culpados de 1747*.

Já quase na segunda metade do século XVIII começaram a aparecer-nos filhos de escravas, por exemplo:

Maria era filha de Rosa, escrava de Teresa Moreira dos Santos, e nasceu em 9 de janeiro de 1747; Silvestre nasceu em 31 de dezembro de 1751, e era filho de Rosa, escrava de Tomé Veloso Rebelo. Foram seus padrinhos dois escravos, António Amorim, cujo dono era o abade reservatório Manuel de Rebelo de Sousa e Maria Pinheira Loba, escrava de Ana Rebelo, viúva de António de Freitas; em 19 de janeiro de 1753, surgiu novamente o registo de batismo do filho de uma escrava, Manuel, filho de Maria, cuja dona era Maria Francisca, viúva de Bento Correia Pinto.

A ausência de vínculos de nascimento na freguesia associada por vezes a escassos recursos seria outra circunstância de possível fragilidade, como os casos apresentados:

Famílias não naturais da freguesia:

Duas filhas de Manuel Ferreira de Sá foram mães solteiras e só uma casou mais tarde. Custódia Ribeira, mãe solteira aos 19 anos, teve dois filhos, Francisco, em 6 de julho de 1777 e Maria, em 8 de outubro de 1778. Nenhum dos pais era de Famalicão.

Filha de Francisco Gomes Simões e Custódia Maria Ferreira, residentes no lugar da Granja, não naturais da freguesia, Joana Maria foi mãe duas vezes, a primeira com 18 anos, em 10 de fevereiro de 1814, de Manuel, e a outra de José, a 25 de setembro de 1822.

Nos primeiros sessenta anos do século XX verificámos que se manteve o padrão da presença de mais mulheres sem raízes em Famalicão a ter filhos fora do casamento, juntando a essa circunstância a pobreza, como:

O sapateiro Joaquim Manuel da Silva, *Macachaz*, natural de Braga e a costureira Teresa Rosa de Jesus, de Calendário, casaram a 14 de março de 1889 na freguesia da noiva e passaram a viver em Famalicão. Tiveram entre os doze filhos conhecidos, duas raparigas: Palmira nascida a 8 de março de 1905 e falecida a 6 de janeiro de 1956, no estado de solteira, mãe aos 24 anos de Fernando que foi batizado a 8 de fevereiro de 1930, quando a mãe vivia na Rua das Laranjeiras e era criada de servir e Maria Cândida nascida a 25 de março de 1907, mãe pela primeira vez aos 22 anos de um menino batizado com o nome de Silvério, a 10 de maio de 1929, a que se seguiram mais dois filhos, Bértila e Joaquim, batizados respetivamente a 15 de setembro de 1931 e a 12 de fevereiro de 1943, este último falecido com dois meses. Viviam na Rua Municipal e Maria Cândida trabalhava como criada de servir. Faleceu na freguesia a 23 de fevereiro de 1974, solteira.

Edviges, criada de servir, filha de Augusto Costa, trolha, e de Maria Cândida Barroso, filha ilegítima, costureira, casados em 20 de abril de 1896, teve duas filhas naturais, uma nascida em Moimenta da Beira e a outra falecida em Famalicão, com três anos, passados seis meses de a irmã ter sido batizada em Famalicão.

Pai ou mãe não naturais e pobreza:

Rosa Anacleto Costa era filha de uns tendeiros casados em Miragaia, ele da zona de Lamego e ela exposta da Roda de Famalicão. Teve o filho José, em 4 de janeiro de 1886, nesta vila, aos 20 anos de idade.

Rosa Garcia foi mãe de Luís em 27 de fevereiro de 1892. Era filha de um pedreiro galego e de uma famalicense residentes na Rua Direita e casados em Antas. Foi mãe aos 26 anos. De dez irmãos, só conhecemos o casamento de uma rapariga. Dos restantes, um morreu com poucos dias, outro com nove meses, um com oito anos, três em idade adulta e de dois só tivemos acesso ao registo de batismo.

Algum tempo antes da inauguração da estação de caminho-de-ferro de Famalicão¹³³ que ligava o Porto a Braga surgiram-nos trabalhadores da construção da linha que passava por esta vila. Certas jornaleiras do caminho-de-ferro foram mães solteiras, como Maria Pinheira, de Burgães, que teve António e o batizou a 20 de janeiro de 1875.

As carências económicas associadas muitas vezes ao pouco amparo familiar fariam parte da história de vida destas famílias:

Amélia Rosa Alves de Oliveira era lavadeira e jornaleira e residia na Rua Direita. Tinha nascido perto, no lugar dos Pelames, em 20 de julho de 1857 e foi mãe com dezoito anos. Era filha de jornaleiros, sendo o pai exposto da Roda do Porto. Teve três filhos: o primeiro em 1876, outro em 1878 e o último no ano seguinte. Faleceu com vinte e seis anos. Exceto uma irmã que morreu com cinco dias e outro irmão

¹³³ Esta inauguração teve lugar em 20 de maio de 1875.

de quem só conhecemos o nascimento ocorrido em 1853, logo, o mais velho dos batizados em Famalicão, (não temos o registo de casamento), todos os irmãos morreram de 1871 a 1879, solteiros, entre os sete e os vinte anos, bem como os pais, a mãe em 1877 e o pai em 1879.

A família de Álvaro Martins Ferrão, engraxador, cauteleiro e jornalista e Aurora Ribeiro devia viver com muitas carências. Morreram-lhe sete filhos na infância, seis entre os três meses e os dois anos e um aos oito anos. Das duas filhas que ficaram, uma foi mãe solteira de três filhos, já Álvaro Ferrão tinha falecido.

A realização do casamento em perigo de vida do homem:

António da Costa Carvalho Sá, de 48 anos, negociante e proprietário, residente na Rua Direita, casou em 24 de outubro de 1860 com Josefa da Costa, de 28 anos. António faleceu no dia em que casou, estando Josefa grávida de Maria que nasceu em 21 de dezembro de 1860.

O casamento de patrões mais velhos com criadas mais novas:

O Comendador António da Costa Faria e Amélia Maria da Costa, ele com 48 anos e ela com 26, casaram em 6 de julho de 1862. Antes já tinham dois filhos, António, nascido em 23 de setembro de 1860 e falecido em 20 de setembro de 1862 (pouco mais de dois meses após o casamento dos pais) e Francisco nascido a 2 de dezembro de 1861 e falecido em Lisboa a 4 de fevereiro de 1933, a que se seguiram mais seis, mas já dentro do matrimónio. Ela era natural de Ribeirão e filha ilegítima de Gertrudes da Costa Forte, de Santiago da Cruz.

João José Vaz Guimarães, natural de S. Vicente de Oleiros, Guimarães, capitalista brasileiro, casou com a criada Andreia Josefa da Conceição, também conhecida por Maria da Conceição, ou Maria Josefa da Conceição, galega, depois de terem um filho, em 12 de maio de 1867, que faleceu ainda na infância, na Rua Direita, em 8 de agosto de 1871, já depois de os pais estarem casados, ato que se realizou em 27 de março de 1870, tinha ele 65 anos e ela 30.

Ter o filho fora para esconder o *desvio*:

Maria da Assunção Barbosa Gouveia Mendonça Lopes de Macedo Vieira de Castro¹³⁴, solteira, da Quinta de Real, de S. Martinho de Carvalhas, Barcelos, neta paterna do Dr. Francisco Luís de Macedo, um juiz nascido na Casa da Portela, em Santa Maria de Galegos, Barcelos, veio batizar o filho António Luís, a Famalicão, em 3 de fevereiro de 1863 e deixou-o a cargo de José Manuel Lopes, casado com Joaquina Rosa, moradores no lugar do Alto da Bandeira, em Famalicão. Tudo leva a crer que era uma forma de encobrir o nascimento da criança.

¹³⁴ Encontramos a casar em Famalicão a 19.01.1871, uma sua irmã, Dona Emília Angélica Macedo Vieira de Castro, natural de Barcelos, com Joaquim da Silva Eiras nascido em Carvalhas, Barcelos, mas não registaram filhos na freguesia. Eram ambas filhas do bacharel António Luís Macedo Vieira de Castro, natural de Guimarães e de Dona Maria Máxima Barbosa Gouveia Mendanha Macedo. Ao casamento Dona Emília Angélica residia na Rua Direita, em Vila Nova de Famalicão.

A emigração do marido para o Brasil fator potenciador de filhos naturais:

Surgiram situações em que subsistiram dúvidas ao padre aquando do batismo da criança sobre a indicação do estado civil da mãe, se *casada ou viúva por não se saber do marido que se ausentou para o Brasil*, como foi o caso de Rita Rosa Costa, criada de servir, moradora no Lugar da Bandeirinha. Casou em 4 de maio de 1868 com José Joaquim Correia e tiveram dois filhos, o último nascido em 1871 e falecido em 1872. Na *ausência* do marido foi mãe de duas crianças: de Maria, a 29 de abril de 1881, quando tinha 35 anos, e de António, em 23 de julho de 1886, já com quarenta anos.

Maria da Conceição da Costa casou em 1920 com Manuel Pinheiro da Costa, em Gavião, terra de naturalidade do marido. No ato do registo do único filho do casal foi referido que o pai se encontrava no Brasil. Cerca de ano e meio depois, aos 35 anos, Maria da Conceição teve uma filha de um relacionamento extra marital a que se seguiu nova criança passado um ano.

Já nos anos cinquenta do século XX surgiram outras ausências que o redator paroquial não especificou, como o do marido de Conceição, com um filho ilegítimo nascido em 1957, de quem se dizia que era casada e tinha marido fora.

Verificaram-se situações algo incomuns, como o de um grande hiato entre o nascimento do primeiro filho e o casamento:

Encontrámos um significativo interregno de onze anos entre o nascimento do primeiro filho ilegítimo e do segundo de Zulmira Júlia de Sousa Magalhães, filha de um serralheiro e espingardeiro da Rua Direita. Foi mãe pela primeira vez aos dezoito anos e só casou aos trinta e um anos. Não sabemos se o marido, Victor Correia Guimarães, seria o pai dos filhos naturais ou não. Aventamos que tenha sido pelo menos do segundo, dado ter nascido poucos meses antes do casamento¹³⁵.

De 1900 a 1960 observamos algumas situações específicas.

Mulheres casadas a serem mães de filhos fruto de relações extra conjugais:

Albertina Paredes, jornalista e vendedeira de fruta, nasceu em Antas a 31 de dezembro de 1875, filha de pais vimaranenses. Casou com José Lima da Silva, mas separaram-se e ela teve quatro filhos, não se indicando no registo o nome do pai. A primeira criança nasceu a 30 de julho de 1914, aos 38 anos de Albertina, outra a 1916 e um parto duplo em 1917.

Maria Clarisse Garcia, casada, mas separada do marido, teve em 29 de dezembro de 1912, o filho Augusto, com Augusto Pinto Trindade, negociante, a viverem ambos no Lugar da Cruz Velha, em Famalicão.

¹³⁵ O primeiro filho bastardo de Zulmira, nascido em 1885, foi para o Brasil aos 13 anos. Refira-se que estava pelo menos desde 1899 em Manaus, um irmão de Vítor Correia Guimarães, Daniel Augusto Correia.

Só a indicação do pai:

Joaquim Pereira da Silva, filho de José Pereira da Silva, era negociante na cidade do Dondo, Angola e batizou em Famalicão duas filhas, uma a 21 de julho de 1905 e outra a 30 de outubro de 1907, mas não se fez alusão à mãe. Tinha o pai 37 anos.

Em síntese, as relações fora do casamento, quer tenham ou não conduzido à legalização, não foram casos raros em Portugal, com destaque para o Minho, ao invés do retrato que nos é dado pelos historiadores demógrafos para o Antigo Regime na Europa católica do Sul, em que a região se insere. Essa gente casta, confinada às relações sexuais dentro do matrimónio parece não estar irmanada com os minhotos, onde encontrámos um número significativo de mulheres a ir já grávida para o casamento e muitos *filhos da natureza*¹³⁶ a adensar a natalidade. Se bem que em Vila Nova de Famalicão não tenhamos um volume tão expressivo de bastardos como noutras localidades pertencentes à zona, mesmo assim, os quantitativos encontrados não se demarcaram substantivamente dos observados nas localidades estudadas do Minho, particularmente do Baixo Minho.

As relações pré-maritais e os filhos ilegítimos conformam uma sexualidade mais ativa do que se pensava e colocam-nos perante uma sociedade onde as relações fora do contexto conjugal pareciam ser mais *toleradas*. Afinal a tese de que a Igreja não transigia com as práticas dos católicos envolvendo o pecado da carne, punindo-as nos normativos e nos escritos paralelos que produzia, como os catecismos e os manuais de confessores, parece não ter encontrado eco na prática de muitos desses católicos, que embora não abjurando, iam esquecendo no seu quotidiano que a Igreja confinava as relações sexuais aos casados.

Sabido que numa gravidez a termo poderiam estar muitos atos sexuais que não conduziram ao nascimento de filhos e as hipóteses de conceção num casal saudável, numa relação isolada varia entre dois e oito por cento (Grieco, 1994: 98), os filhos naturais seriam uma parcela do imenso mundo brumoso da sexualidade dos nossos antepassados. A mulher era o elo mais débil da cadeia e ao contrário da que casava aparecia-nos muitas vezes com alcunhas pejorativas como a *Choca*, a *Capota*, a *Carniceira*, a *Arranja*, a *Pascoeira*, a *Galega*.

¹³⁶ Entendemos aqui a expressão na sua aceção mais lata de ilegítimos, sabendo que juridicamente estes estavam divididos em dois subgrupos, os filhos naturais (de um homem e uma mulher que poderiam casar entre si) e os espúrios que eram fruto de relações de adultério, de incesto ou de sacrilégio.

Como vimos, as relações clandestinas mantidas por mulheres solteiras raramente tiveram como desfecho o casamento, tal como aconteceu para a vila de Guimarães e seus arrabaldes, em que Norberta Amorim (1985:246) encontrou quase 70 por cento das mulheres solteiras que foram mães de filhos naturais a engrossarem o celibato definitivo. Na linha de François Lebrun (1983:99) a ilegitimidade no Antigo Regime inscreve-se num quadro da *inferioridade da condição feminina*.

CAPÍTULO V

Figura nº 6
Rua Direita numa vista de Sul para Norte em 1929



Fonte: *Mudam-se os tempos... ficam as vontades*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (org.), s.d., p.9.

5. EXPOSIÇÃO DE CRIANÇAS

Tem razão de se espantar, meu senhor; mas a verdade é esta. O enjeitado era uma menina de que tomaram conta os fidalgos, que a baptizaram com o nome de Maria Moisés, por ter sido achada no rio como o santo legislador dos Hebreus. Depois, uma das senhoras, que foi madrinha, deixou-lhe a quinta de Santa Eulália. Saiu um anjo a criatura de Deus; chamam-lhe a mãe dos pobres; e recolhe, ensina e dá modo de vida a quantos órfãos e enjeitados a mão da desgraça lhe leva ao seu regaço...

(Camilo Castelo Branco, Maria Moisés¹³⁷)

O abandono de crianças tem concitado o interesse dos investigadores, desde logo pelo seu impacto na dinâmica das populações, sobretudo no século XVIII e XIX. Por ser na maior parte dos casos uma franja anónima e nos impossibilitar o acompanhamento genealógico, torna-se difícil fazer a sua análise. Outra contrariedade coloca-se por não termos certezas sobre o local de nascimento destes meninos expostos, devido a estudos empíricos nos apontarem situações de abandono longe dos locais onde nasceram e, quando já existia a Roda, a exposição numa outra Roda fora da sua região administrativa. Norberta Amorim (1987:230) no seu estudo de longa duração da população de Guimarães (urbana, rural e mista) chama-nos a atenção para este problema de tão difícil abordagem, tal como Teodoro da Fonte (2005) que analisou a questão dos expostos numa vasta área do Minho.

A criação das Rodas em todo o País no século XVIII centralizou a maior parte das crianças abandonadas nas vilas e nas cidades onde surgiram, conduzindo em Famalicão à situação de serem batizadas entre 1786 e 1860 (data da vigência da roda nesta localidade), mais de quarenta por cento de crianças como expostas, mesmo assim, aquém do que Teodoro da Fonte (2005:57) encontrou para Ponte de Lima, em 1863, com 76 por cento de crianças expostas, com a ressalva de poder haver meninos, como já referimos, que não seriam oriundos da circunscrição administrativa a que pertencia a Roda.

Como já indicámos, a origem familiar de muitos expostos permaneceu um mistério, conquanto análises micro analíticas tenham conduzido ao estudo de casos que nos admitem levantar hipóteses e nalgumas situações chegar aos laços familiares, respondendo a questões fundamentais suscitadas pelos investigadores, v.g., da proveniência legítima e ilegítima desta parcela de população, do tipo de abandono, se simulado, se temporário, da estrutura da família a que pertenciam e do seu local de nascimento.

¹³⁷ <http://www.livros-digitais.com/camilo-castelo-branco/maria-moises/45>, p. 74.

Alguns autores têm colocado a questão da correlação entre a ilegitimidade e a exposição de crianças, atribuindo a descida do número de ilegítimos ao fator da generalização das rodas pela legislação de Pina Manique, de 1783. À medida que o estudo deste fenómeno demográfico se faz em áreas administrativas e geográficas mais alargadas, como foi o caso do Alto Minho (Fonte:2005), em melhores condições estaremos de o confirmar, pois a circulação inter concelhia de crianças era uma realidade, como adiante exemplificaremos.

5.1 Enquadramento legislativo

As Ordenações do Reino, entre outras normas, preceituavam a obrigatoriedade de as justiças atuarem quando tivessem conhecimento, compelindo as mulheres solteiras grávidas a declararem o parto e a criarem os filhos se tivessem condições de o fazer. O alvará do príncipe regente, publicado em 18 de outubro de 1806, punha ênfase nesta situação, porquanto, a prática de muitas décadas mostrava que se tinha ido para além da lei geral, coexistindo várias interpretações nas regiões administrativas no que respeita à carta circular de Pina Manique, de 10 de maio de 1783, que não poderia subverter o preceituado nas Ordenações. O alvará oitocentista salvaguardava o anonimato das crianças expostas, ou seja, quando não se podia evitar a exposição, que se cumprisse o sigilo, mandando que se envidassem esforços no sentido de mostrar a obrigatoriedade de quem gerou, ou dos familiares criarem as crianças, logo que dispusessem de condições para o fazer. Atuando preventivamente, pretendia conciliar a política populacionista com a economia da nação, evitando que fossem esgotados os recursos monetários, empregando-os de forma mais equilibrada e direcionando-os a um grupo efetivamente carente deles. Indagando, embora com muita discrição, antes e após o parto, este normativo teria condições para inibir muitas mulheres de abandonarem os filhos.

A prática veio mostrar que o alvará de 18 de outubro de 1806 ainda continha lacunas suscetíveis de gerar irregularidades, pois a introdução da frase *sempre que possível*, abria oportunidades conducentes ao livre arbítrio, mais uma vez deixando uma margem de subjetividade que poderia ser usada de forma diferente pelas autoridades.

Sobre a carta de lei de 1783 Teodoro da Fonte (2005:180-181) dá-nos exemplos de situações no Alto Minho em que o normativo foi objeto de diversas interpretações, desde a mais literal à mais subjetiva, de que destacamos o caso do juiz de fora da vila de Valença, que em 1799, data da criação da Roda nesta localidade, proibiu as notificações

das mulheres grávidas, por considerar haver abusos dos fregueses nas indagações que levaram ao vexame de muitas mulheres e famílias.

A Roda como instituição social foi adulterada nos seus princípios fundadores, levando, como já dissemos, à promulgação da lei de 18 de outubro de 1806, mesmo assim, não gerando procedimentos uniformes nos vários espaços administrativos e dando lugar a arbitrariedades das autoridades locais.

Anos sucessivos da existência da Roda e de gastos públicos expressivos não lograram alcançar os propósitos para que esta foi criada, bastando vermos a grande densidade de óbitos registada nos meninos expostos no cilindro giratório.

A transferência de responsabilidades individuais para responsabilidades sociais no caso em apreço conduziu a desvios não previstos que nem o Código Penal¹³⁸ resolveu, por se terem mantido os princípios do anonimato e do sigilo na exposição, o que só seria colmatado com legislação que incorporasse a obrigatoriedade de se provar a necessidade do pedido de assistência à criança, isto é, a admissão justificada.

Entre 1862 e 1867 foram produzidos relatórios por uma comissão nomeada pelo governo (após este ter ouvido os governadores civis e as juntas gerais do distrito), que analisaram argumentos a favor da manutenção e da extinção da Roda. Fruto deste trabalho de reflexão e ponderação e assumindo o Estado que não devia alijar as suas responsabilidades, olhando para as condições de debilidade económica de muitos portugueses passíveis de levar ao pauperismo moral e ao abandono de muitas crianças, apontou-se a necessidade de encontrar outro modelo que acabou por ser o dos hospícios, incorporando já a norma da admissão condicionada e não *universal*, isto é, os recursos públicos seriam, em tese, para os que deles necessitassem e o provassem.

A fundação dos hospícios incorporando as restrições impostas à admissão de crianças com o processo de averiguação de paternidade das crianças expostas, levou a uma descida de abandonos, mas não ao seu desaparecimento.

O problema do abandono de menores continuou presente na sociedade portuguesa e as crianças eram expostas em vários locais, como junto de casas particulares e até na entrada do edifício da antiga Roda que nalgumas terras só mudou de nome e não de localização, parecendo haver uma simbiose entre velhos costumes anteriores à fundação das Rodas e as práticas agora extintas.

¹³⁸ Publicado por Decreto de 10 de dezembro de 1852.

5.2 Os expostos em Vila Nova de Famalicão

É uma enjeitada de que tomou conta a senhora. Puseram-na no pátio da nossa casa e a senhora não a deixou deitar à roda.

(Camilo Castelo Branco, Maria Moisés¹³⁹)

Os filhos nascidos fora das uniões conjugais lícitas constituíam regra geral um problema nomeadamente para a mãe, uma vez que eram um desvio à norma. A sociedade, panejada pela Igreja, considerava-os filhos do interdito. O destino destas crianças poderia ser o abandono, a morte, ou a assunção normalmente pela mãe da responsabilidade de as criar, após as ter batizado, nem sempre na terra natal.

É provável que muitas das crianças abandonadas fossem filhas de uniões fortuitas ou mais duradoiras, algumas toleradas ou mesmo consentidas pelas comunidades locais, logo, entre não casados. Porém, outros meninos poderiam ter sido abandonados por casais que atingiram o limite das suas possibilidades e jogaram no campo da melhor probabilidade para protegerem o filho.

Parece ser entre os filhos de não casados que a exposição mais ocorreu e provavelmente o bom nome da mulher defendido sobretudo pela figura tutelar masculina era uma variável importante. O código de honra¹⁴⁰ levava a que muitas mulheres não pudessem cumprir o seu papel de mães e escondessem o fruto do *pecado*, mas outras razões conjugadas ou consideradas individualmente poderiam levar ao abandono de crianças, como as de natureza económica. Suscitou-nos alguma perplexidade o caso de José Manuel Gonçalves, empregado em Famalicão da Companhia de Viação Portuense, que era natural de Ruivães e havia sido exposto na Roda do Porto, facto de que tomámos conhecimento pelo batizado do seu primeiro filho nesta Vila, em 11 de dezembro de 1864, pois a distância entre estas duas localidades é significativa.

Das situações resgatadas verificámos que dominaram as crianças filhas de mães solteiras. Ainda antes da existência da Roda, do registo de casamento de Bernardo José Correia Carneiro retira-se que foi exposto na freguesia de Santo Adrião, em Vila Nova de Famalicão, na casa do caseiro do Vinhal. Através desta indicação viemos a apurar

¹³⁹ [Http://www.livros-digitais.com/camilo-castelo-branco/maria-moisés/45](http://www.livros-digitais.com/camilo-castelo-branco/maria-moisés/45), p. 60.

¹⁴⁰ Os estudos empíricos apontam para que muitas das crianças abandonadas advêm de relações fora do casamento, em situações de vulnerabilidade, mas que terá havido cuidado na escolha do local da exposição. Em Famalicão encontramos casos que nos indiciam que amiúde a exposição junto de casas particulares não terá sido ao acaso. Só a título exemplificativo, atentemos: em 5 de fevereiro de 1756, Maria Pereira, filha de Francisco Pereira, caseiro da Quinta do Vinhal, local com alguma privacidade, teve um filho. Em outubro deste ano foi exposto à sua porta um rapaz; em 10 de março de 1759 sucedeu a exposição de Jerónimo, à porta de Pedro Freitas, do lugar de Sinções, local com as mesmas características, tendo o casal um filho de dois anos; Gertrudes foi abandonada em 2 de setembro de 1766, à porta de João Correia e da mulher, no lugar de Moins, o casal tinha um filho de dois meses e o mesmo aconteceu com Mariana, exposta à porta de José Gomes, do lugar da Ribeira, em 15 de maio de 1770. O casal tinha um filho de dez meses.

que foi batizado na freguesia, a 1 de outubro de 1756, como filho de Maria Luísa Carneiro, solteira, de Cavalões.

Consideremos um novo caso: em 18 de maio de 1756 foi batizado em Famalicão o primeiro filho do casal João Pereira da Cruz e Teresa de Jesus, enjeitada. Foi referido que a mãe da criança tinha sido exposta à porta de Benta Carvalha e indicado o nome da avó materna, Teresa de Jesus, solteira. Por este dado foi possível concluir que esta criança enjeitada tinha nascido a 7 de março de 1733.

Através do registo de batizado dos filhos ficámos a saber que Francisco Ferreira casado em 27 de junho de 1816 em Antas, com geração a partir de 1826 em Famalicão, tinha sido exposto no lugar do Barreiro, nesta freguesia, pela mãe, Ana Maria, solteira, natural de Santiago de Antas.

Em 1 de março de 1790 João Lourenço e Bernarda Luísa tiveram um filho em Famalicão e tomámos conhecimento pelo registo de nascimento deste que João tinha sido exposto e criado em Famalicão e que os pais eram João Lourenço, natural da freguesia do Espírito Santo, na Guarda e Joana Maria Pereira, solteira.

Em 14 de janeiro de 1826 casou em Famalicão, José da Silva, criado de servir, exposto na Roda de Barcelos e dado a criar em Gemunde, a Maria Francisca Pereira, mulher de Custódio José da Silva. No assento do matrimónio de José da Silva, o redator paroquial escreveu à margem que ele era filho natural de Teresa da Costa, solteira, de Gavião, filha de Barnabé Mendes de Carvalho e de Josefa da Costa.

Casos houve em que não se indicou o estado da mãe, como o de Joaquim José Moutinho, exposto na freguesia de Cavalões, casado em Famalicão a 2 de setembro de 1811, filho de Ana da Costa Moutinho. Seria solteira ou viúva?

Em 20 de junho de 1866 casou em Famalicão Severino (ou Zeferino) Ferreira da Silva, exposto da Roda de Santo Adrião, aparecendo no registo de batismo dos filhos o nome dos avós paternos, Francisco da Silva e Joana de Freitas. Teria a mãe algum impedimento?

Certas crianças expostas foram posteriormente viver com os pais que legalizaram a sua situação, como sucedeu com Caetano José da Silva Magalhães, casado em Famalicão a 4 de setembro de 1813, que havia sido exposto na Roda da freguesia e recolhido mais tarde pelos pais que depois casaram.

A ilegitimidade e a exposição de crianças parecem ter andado de mãos dadas, como transparece das devassas¹⁴¹. Em maio de 1816, num desses atos em Famalicão, deu-se conta da relação duradoira de mancebia entre José Bento de Almeida, casado, fabricante de fitas, e Maria Pedreira, solteira, sua vizinha, que *tem parido e enjeitado os filhos*.

Se bem que em data posterior e fora da freguesia, mas no concelho, houve casos de mulheres com maridos no Brasil, a quem foram atribuídos filhos fora do casamento e o seu abandono como o seguinte:

(...) Criança abandonada pela própria mãe, ao que se diz, na noite de 21 para 22, à porta de Gabriel Joaquim da Silva, do lugar da Boavista. É indigitada como autora do crime uma tal Maria, mulher de António Rodrigues Pereira, que está ausente no Brasil, sendo a criança exposta fruto de amores adulterinos. A suposta criminosa deu já, ou vai hoje dar entrada na cadeia¹⁴².

5.2.1 Uma visão diacrónica da exposição em Vila Nova de Famalicão

Em Famalicão temos conhecimento do primeiro exposto através do assento de batismo feito pelo abade da freguesia, João Álvares, em 26 de outubro de 1634. Era uma menina, a quem foi posto o nome de Maria, e tinha sido encontrada à porta da Igreja. A segunda criança exposta foi batizada no dia 8 de janeiro de 1670, com o nome de Antónia e havia sido achada no alpendre da ermida de S. Sebastião. Só passado quase meio século, a 6 de junho de 1715, aconteceu o batizado da terceira criança exposta, Ana, encontrada junto da casa de António do Paço e de sua mulher Custódia da Conceição, caseiros de Francisco de Faria, da Quinta do Paço, perto da igreja de Santa Maria Madalena, na zona Sul da freguesia. Desde esta última data até ao início do funcionamento da Roda em Famalicão, em 11 de abril de 1786, a média de abandono anual foi sensivelmente de uma criança, com um máximo de três expostos, facto que só se registou num ano.

Observemos o quadro e o gráfico que nos permitem ter uma perspetiva do fenómeno do abandono e paralelamente da ilegitimidade.

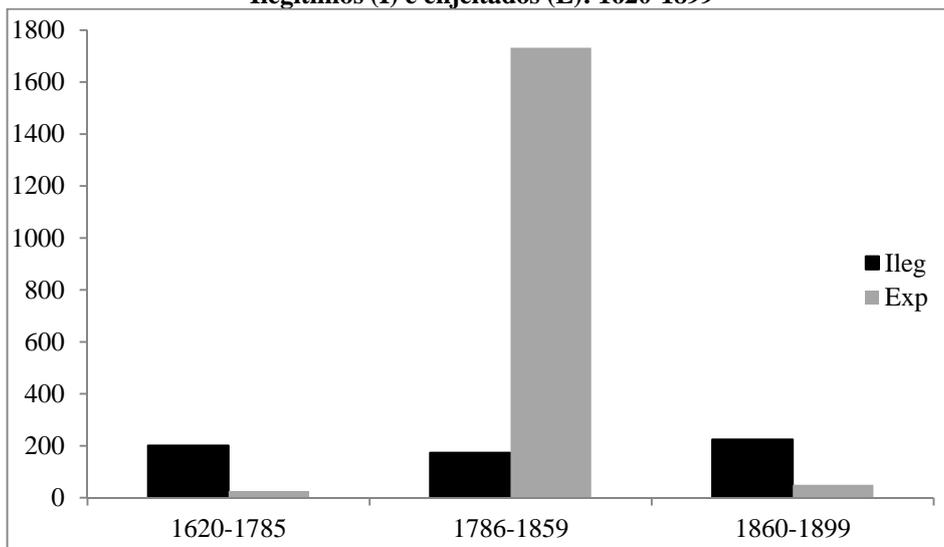
Quadro nº 86
Ilegítimos (I) e enjeitados (E)

Períodos	I	E	IE
1620-1785	201	26	227
1786-1859	173	1732	1905
1860-1899	224	50	274
Totais	598	1808	2406

¹⁴¹ Devassa da visita do arcediogo de Vermoim, 1816-1831, ADB.

¹⁴² Jornal O Regenerador, 27.04.1907, p.1 vº.

Gráfico n° 23
Ilegítimos (I) e enjeitados (E): 1620-1899



Até à criação da Roda em Famalicão o abandono foi incipiente, se comparado com o período em que a Roda acolheu as crianças. A partir de 1860 foi igualmente pouco significativo.

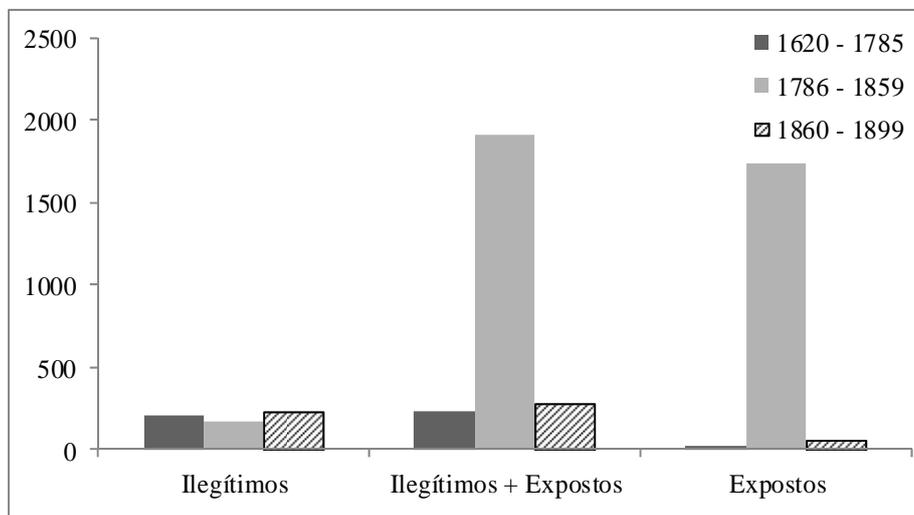
O quadro e gráfico que a seguir se apresentam permitem-nos uma leitura em termos proporcionais.

5.2.2 Percentagem de expostos em relação ao total de crianças registadas

Quadro n° 87
Enjeitados e ilegítimos (EI): 1620-1899
(% em relação ao total de nascimentos LEI)

Períodos	Totais LEI	Totais EI	% EI	% E	% I
1620-1785	2220	227	10,2	1,1	9,1
1786-1859	4189	1905	45,4	41,3	4,1
1860-1899	3210	274	8,6	1,6	6,9
Total	9619	2406	25,1	18,9	6,2

Gráfico n° 24
Ilegítimos (I), ilegítimos + enjeitados (IE) e enjeitados: 1620-1899



Como se constata pelo quadro e pelo gráfico, para o primeiro período a proporção de expostos foi residual, quer em relação a todas as crianças batizadas, quer às ilegítimas. Já para o segundo lapso temporal aquando da vigência da Roda, a proporção de expostos ultrapassou os quarenta por cento, contra os pouco mais de quatro por cento dos ilegítimos, o que traduz o alcance da situação, tanto a nível demográfico, como social e a sobrecarga para a edilidade. Daí que não seja de admirar o adiamento que muitas vezes encontramos no pagamento às amas dos expostos quando Famalicão passou a sede de concelho. A partir de 1860 a percentagem de crianças expostas foi ligeiramente superior à registada para o período de 1620-1785.

5.3 A Roda de Vila Nova de Famalicão

O fenómeno da exposição atingiu tal dimensão a nível nacional que os poderes públicos centrais foram impelidos a encontrar uma solução corporizada na ordem circular de 10 de Maio de 1783, da Intendência Geral da Polícia, como já se referiu. Considerada a base normativa para a Idade Moderna dá corpo a uma política populacionista. Pretendia-se através dela não perder as crianças que por todo o País eram abandonadas em locais diversos, como nas soleiras das portas, junto de igrejas, de capelas e de ermidas e algumas vezes nos campos, com poucas probabilidades de sobrevivência, sujeitas às intempéries, aos rigores do clima, a serem comidas por animais que vagueavam pelas povoações e a morrerem à fome. Algumas delas puderam ser salvas pela iniciativa legislativa de Pina Manique que mandou criar no País as Rodas dos Expostos, com as despesas a cargo das Câmaras.

Dessa diretiva do poder central que estatuiu a obrigatoriedade da existência em todas as *Vilas e Concelhos* de uma Casa da Roda pensava-se adviriam grandes benefícios, dada a relação direta entre população e riqueza de um País. No período de maior vulnerabilidade estas crianças poderiam ser resguardadas e sustentadas até aos 7 anos, altura em que segundo essa diretiva do Intendente Pina Manique, estariam já em condições de trabalhar e se manterem, nomeadamente *nas herdades, quintas e fazendas das circunvizinhanças*.

As Rodas, apetrechadas com o característico cilindro giratório, permitiam guardar o anonimato de quem expusesse as crianças e teriam condições logísticas para diminuir a mortalidade infantil.

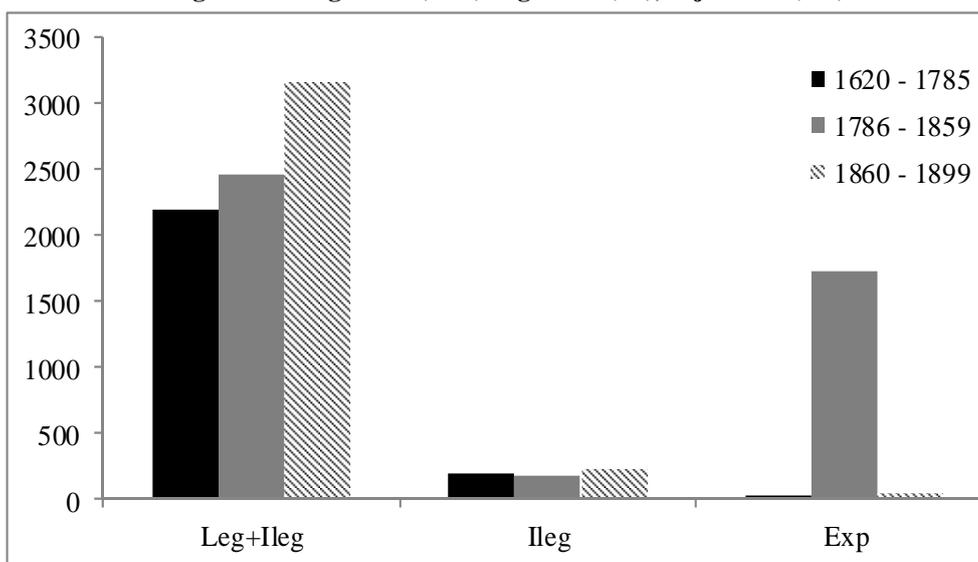
Como o concelho de Barcelos era muito extenso, com quase duzentas freguesias de vários julgados, entendeu-se necessário criar uma Casa da Roda sua subsidiária que pudesse receber as crianças oriundas do outro lado do termo. Em Vila Nova de Famalicão, apesar de ainda não ser vila, foi estabelecida a Roda em 27 de março de 1786, por transferência da de Landim, que existia desde 1784. A localização central de Famalicão talvez pudesse ter sido uma das causas da mudança.

A Casa da Roda famalicense era constituída só por três elementos, o albergueiro, a ama e a condutora. Recebia as crianças, mandava-as batizar e encaminhava-as depois através da condutora para a Roda de Barcelos que fazia os respetivos assentos e se encarregava de lhes arranjar amas.

Até 1836, data da criação do concelho de Vila Nova de Famalicão, a casa da Roda permaneceu dependente administrativamente da barcelense. A primeira criança recolhida na Roda famalicense foi um menino, batizado com o nome de Francisco pelo padre da freguesia, em 11 de abril de 1786. A partir desta data o movimento de crianças entregues à responsabilidade do albergueiro foi aumentando, embora a um ritmo pouco regular, numa média anual superior a vinte e seis crianças.

Com a salvaguarda de sabermos que o número de crianças abandonadas na Roda instalada em Vila Nova de Famalicão não seria só de nascimentos ocorridos na freguesia, mas também de uma parte do termo de Barcelos e eventualmente de outras exposições fora do termo devido, por exemplo, a estratégias de mulheres que pretendiam retirar da visibilidade dos vizinhos os filhos naturais, escondendo a sua gravidez, expondo-os na Roda que às vezes não era a da sua área de residência, no caso em apreço, a de Famalicão e sabendo que este facto não era específico, pois este fenómeno tinha lugar noutros espaços, daí que nem sempre as crianças expostas fossem naturais da zona que a Roda legalmente cobria, observemos o gráfico, para uma visão holística dos batizados.

Gráfico nº 25
Nascimentos legítimos e ilegítimos (NLI) ilegítimos (NI), enjeitados (NE): 1620-1899



É patente que até à instalação da Roda na localidade o abandono de crianças foi escasso, bem como no período a seguir à sua extinção.

No período superior a meio século em que a Roda de Famalicão foi responsável por crianças abandonadas estiveram mais de mil e setecentas ao seu cuidado, embora temporário, uma vez que a Roda famalicense era um local de passagem até ao seu encaminhamento para a Roda “central” de Barcelos. Umas sobreviveram, mas muitas acabaram por morrer, pois a lei só parcialmente conseguiu o seu objetivo.

Com fases irregulares em volume de abandonos foi nos últimos cinco anos do século XVIII que se registou o menor número de crianças e numa visão anual 1828 foi o ano de menor volume de meninos expostos. O apogeu teve lugar no ano de 1837, com 58 expostos, próximo de 5 crianças por mês.

Melhores condições económicas poderiam estar na base da queda numérica dessas criança, mas também era plausível ter havido um declínio no número de nascimentos e mais óbitos de recém nascidos.

A partir de 1860 passaram as crianças a ser expostas novamente fora da Roda e o cômputo geral foi menor. Desde 1860 até 1877 estiveram nestas condições quarenta crianças, numa média de mais de duas por ano.

5.3.1 Estrutura humana da Roda de Vila Nova de Famalicão¹⁴³

Criada para obviar os inconvenientes da extensão territorial de Barcelos, a casa da Roda de Vila Nova de Famalicão tinha uma estrutura humana adequada às suas funções, a de local transitório de colocação e abrigo de crianças expostas que depois seguiam para Barcelos.

O suporte humano da Casa da Roda famalicense pago pelo cabeção da sisa de Barcelos até à formação do concelho de Famalicão era constituído por três funcionários: o albergueiro, a ama interna e a condutora. O albergueiro, funcionário hierarquicamente superior, respondia pelo funcionamento. À ama interna que devia ter leite era-lhe cometida a função de tratar das crianças desde a sua entrada até à ida para a roda de Barcelos, a cargo da condutora.

Começamos por indicar os albergueiros de Famalicão e situá-los no contexto socioeconómico e familiar.

Quadro nº 88
Albergueiros da Casa da Roda: 1786-1860

Nome	Estado	Naturalidade	Nascimento	Residência	Profissão	Entrada
Francisco Campelo de Vasconcelos	C	V.N. F.	22.12.1760	V.N. F. (Lugar da Rua)	Proprietário	01.04.1786
António José Campelo ¹⁴⁴	C	V.N. F.	10.06.1766	V.N. F. (Lugar da Rua)	Proprietário	25.11.1790
Francisco Campelo de Vasconcelos	C	V.N. F.	22.12.1760	V.N. F. (Lugar da Rua)	Proprietário	23.12.1790
Gabriel Bezerra de Abreu Lima	C	V.N. F.	21.02.1773	V.N. F. (Lugar do Terreiro)	Proprietário	27.01.1797
Francisco José Pinheiro Temudo	C	?	?	V.N. F.	Proprietário	17.04.1797
Jerónimo António Dias	C	Gavião (?)	?	V.N. F. (Lugar da Lapa) e Gavião	Proprietário	05.02.1800
Vicente Correia Barreto	C	Louro	?	Gavião	Proprietário	04.06.1835

Fontes: fichas de família e *Livro das despesas n.º 1*, fl.º 11, 25 v.º, 56, 61, 68 e 78 v.º e *Livro das despesas n.º 3*, fl.º 69.

Até à formação do concelho de Vila Nova de Famalicão seis albergueiros trabalharam na roda da freguesia. Os dois primeiros eram irmãos e filhos de *gente de*

¹⁴³ Baseámo-nos no capítulo da nossa autoria, na altura da publicação ainda com dados preliminares, «Famílias monoparentais e abandono de crianças em Vila Nova de Famalicão, no século XVIII-XIX», José Viriato Capela e outros (coordenação), *História de Vila Nova de Famalicão*, Famalicão, Quasi Edições, 2005, pp.215-235.

¹⁴⁴ Também conhecido por António José Pinto de Vasconcelos.

condição, sendo seus pais Francisco José Campelo e Dona Maria Josefa de Vasconcelos, da Quinta da Eira, nesta localidade.

Francisco Campelo de Vasconcelos, primeiro albergueiro, começou a exercer o cargo aos 25 anos, quando tinha casado havia pouco mais de três meses. Uniu-se conjugalmente em Antas com Josefa Maria, da mesma idade, natural desta freguesia e foram viver para a Quinta da Eira, em Famalicão, onde no ano seguinte ao casamento nasceu o filho António.

Francisco Campelo tomou posse da função de albergueiro em 27 de março de 1786 e Josefa Maria, sua mulher, foi a primeira ama interna da roda famalicense e começaram ambos a trabalhar a 1 de abril¹⁴⁵ deste ano.

Em 19 de outubro de 1789 Josefa Maria deixou de ser ama interna e foi substituída pela cunhada, Maria Rosa, mulher de António José Campelo, que tomou posse interinamente como albergueiro, por um curto espaço, retomando Francisco José o lugar em 23 de dezembro desse ano.

O ano de 1790 foi difícil para Josefa Maria e marido, pois faleceram-lhe dois filhos, um com cinco meses e outro com quase três anos de idade, num espaço de seis dias: a 14 de agosto 1790 morreu a menina mais nova e a 20 de agosto o menino. A juntar a esta situação traumatizante Josefa Maria encontrava-se grávida e o marido foi suspenso de albergueiro em 25 de novembro de 1790, devido a pouco zelo e substituído pelo irmão, António José Campelo¹⁴⁶.

A segunda ama interna, Maria Rosa, exerceu funções de 19 de novembro de 1789 a 18 de agosto de 1791, cessando a atividade talvez por estar grávida, uma vez que o segundo filho nasceu em 20 de dezembro deste ano. De referir que em 12 de novembro de 1790 lhe faleceu um menino com três anos e em 23 de dezembro de 1791 ficou viúva, ainda parturiente.

Maria Rosa foi substituída como ama interna por Cecília Maria, mulher de Félix Correia de Araújo. Cecília era natural de Antas, tal como as anteriores, e vivia no lugar da Rua. Exerceu a atividade entre 18 de agosto de 1791 e 27 de maio de 1794.

Devido a Cecília Maria não poder continuar, talvez por falta de leite, veio para o seu lugar também uma ama natural de Antas, Maria Joaquina, que esteve na Roda famalicense até 21 de julho de 1796.

¹⁴⁵ *Livro das Despesas* n.º 1, fl.º 11.

¹⁴⁶ *Livro das Despesas* n.º 1, fl.º 25 v.º. Ele era também conhecido por António José Pinto de Vasconcelos, pois ao casamento foi assim nomeado.

O albergueiro que se seguiu a Francisco Campelo de Vasconcelos, Gabriel Bezerra de Abreu Lima, pertencia igualmente a uma *família de estatuto*, era filho de Francisco Bezerra de Abreu Lima e Dona Maria Angélica Correia de Sá Figueiredo. Tomou posse aos 24 anos e na altura já era casado e pai de uma menina e vivia no Lugar do Terreiro, perto da igreja matriz, no lado Sul da freguesia.

De Francisco Pinheiro Temudo nada mais sabemos a não ser que era casado e vivia na freguesia.

O penúltimo albergueiro, Jerónimo António Dias, seria de Gavião. Casou em Famalicão a 2 de abril de 1779 com Maria Josefa Leal e passaram a residir numa casa perto da capela da Lapa e pelo menos a partir de julho de 1783 em Gavião, numa sua propriedade do lugar do Souto do Real. Ambos faleceram em Famalicão, ele no estado de demência e já viúvo. Foi substituído pelo genro Vicente Correia Barreto, natural do Louro e sobrinho de um cirurgião.

Se durante o exercício dos irmãos Campelo houve ligações familiares muito próximas entre o albergueiro e a ama interna da Roda, a partir destes não mais as detetámos, todavia, surgem-nos relações de vizinhança entre eles, para além de todos viverem próximo do lugar onde funcionava a Roda. Sempre que tivemos acesso à morada, esta era invariavelmente ou no lugar da Rua, ou na Cruz Velha, ou no lugar da Lapa e possuímo-la em mais de cinquenta por cento das situações.

Quanto às amas internas da Roda de Vila Nova de Famalicão foram indicadas entre 1786 e 1829 vinte amas, das quais dezasseis eram naturais, duas de Antas, uma de Brufe e uma de Gavião. A maioria era casada (quinze), duas eram solteiras e de duas desconheceu-se o estado civil (Matos, 1995: 235). Entre 1834 e 1860, encontrámos trinta amas internas, algumas delas a serem cuidadoras mais que uma vez e outras a permanecerem ao serviço por curtos períodos, às vezes poucos meses (Paiva, 2004: 239-240).

Pelos registos de óbito de crianças expostas verificámos que entre 1780 e 1870 vinte e sete mulheres famalicenses foram amas externas de crianças de outras Rodas, com destaque para a do Porto e a de Braga e cinco delas criaram mais que uma criança.

5.4 Sazonalidade da exposição

O número de crianças expostas até à criação da Roda foi residual no século XVII e teve pouco significado no seguinte, como já se indicou. Todavia, interessa-nos ver o padrão sazonal de abandono mesmo que a título meramente indicativo.

Até 1786 março e outubro foram os meses de maior abandono. Aceitando que uma percentagem significativa de crianças era abandonada com poucos dias de vida, estes nascimentos seriam correspondentes às conceções de junho e janeiro, sendo visíveis duas concentrações, as da primavera (conceções de junho a setembro) e as do outono (conceções de dezembro a março).

No período de 1786 a 1859 verificámos que se achavam mais crianças abandonadas nos meses de inverno, os de maior penúria, com o maior volume no período entre dezembro e fevereiro, embora maio e março considerados individualmente sejam os meses que se encontrem em primeiro lugar. Os nascimentos equivaleriam às conceções de primavera e de agosto, períodos sazonais de acume do trabalho agrícola em que a convivência entre homens e mulheres era maior e decorria de necessidades laborais.

A carência de alimentos poderia ser uma das razões que teria impellido estes abandonos em ambos os períodos.

5.5 Repartição dos expostos segundo os géneros e índice de masculinidade

Com exceção do lapso cronológico anterior à instalação da casa da Roda em que o número de expostos foi igual para os dois géneros houve sempre mais rapazes a serem colocados no cilindro giratório. Se considerarmos o índice de referência de masculinidade à nascença (105), este facto tenderá a ser uma consequência natural da maior proporção de rapazes ao nascimento.

5.6 Filhos expostos de pais conhecidos

O *olhar de mosca* das comunidades locais principalmente das mais pequenas levaria algumas mulheres em estratégia individual ou familiar a expor os filhos fora da sua freguesia ou até do seu espaço administrativo, procurando salvaguardar a sua reputação.

A mudança de circunstâncias¹⁴⁷ pode servir de explicação para os pais, na maior parte as mães, virem a assumir como filha uma criança que em determinado momento da sua vida abandonaram, ou lhe retiraram sem seu consentimento e expuseram. Falaremos só de crianças famalicenses, embora tenhamos dados sobre o concelho.

¹⁴⁷ Fizemos um estudo de caso sobre o escritor Júlio Brandão, «O Poeta Júlio Brandão e a Casa de Pereiras - teias de um nascimento», que foi publicado no *Boletim cultural de Vila Nova de Famalicão*, n.º 3/4 III Série, 2007/2008, pp. 131-137, onde verificámos a tese de abandono por circunstâncias adversas, como as relacionadas com a impossibilidade do casamento, antes do nascimento da criança.

A legitimação pelos pais, Manuel José Magalhães e Inácia Rosa de Azevedo Veloso, de Maria Deolinda, exposta na Roda de Barcelos e casada aos 20 anos, a 2 de julho de 1882 em Vila Nova de Famalicão, não foi um caso de exceção, pois outros podemos adicionar como o de Aires António Gonçalves de Oliveira, exposto na Roda de Famalicão a 13 de março de 1842, casado nesta vila a 25 de janeiro de 1862, legitimado pelo pai que contraiu matrimónio com a mãe, tendo havido filhos do casamento. O pai era comerciante, natural de S. Gens e a mãe de Calendário. O filho teve a mesma profissão e casou com Dona Cândida Emília Ferreira Guimarães, natural de Famalicão.

Um caso paradigmático foi o de Fortunato Cardoso Pereira¹⁴⁸ e de Teresa de Castro Brandão, ambos naturais da Vila, ele capitalista e ela nascida num lar de lavradores, residente na Quinta do Salgueiro e sobrinha por afinidade da irmã do barão de Faria, Benta da Costa Faria.

As duas filhas de Fortunato e de Teresa foram expostas na Roda de Barcelos, uma tinha nascido em 1865 em Rio Covo, Barcelos, e a outra, em 1867 em Famalicão. Não fora o casamento delas nesta última localidade e os dados que no assento deste ato recolhemos e nada saberíamos sobre o mistério destas meninas, filhas de famílias com alguns recursos económicos que as circunstâncias levaram a que fossem expostas. Quando a filha mais velha foi deixada na Roda tinha o pai 40 anos e a mãe 21. Só passados cinco anos se casaram. Desconhecemos as razões de tal procedimento¹⁴⁹, porém, sabemos que não registaram filhos legítimos na freguesia e que as duas descendentes casaram em Famalicão, ambas com pessoas de *estatuto*: Maria da Conceição Pereira Brandão, filha primogénita, uniu-se conjugalmente em 1884, com Henrique Garcia Pereira Martins, proprietário da casa do Sarnado, em Mouquim, e sócio da empresa famalicense, *A Eléctrica*, fixando-se em Famalicão, onde lhe nasceram filhos e netos e a segunda filha do casal, Amélia Brandão Cardoso Pereira casou em 1891, com Domingos Gomes da Silva, farmacêutico, natural de Rates. Este casal foi viver para a Póvoa de Varzim, vila próxima da terra de nascimento de Domingos, onde talvez fosse exercer a profissão. Nesta localidade foram genitores pelo menos de uma filha, professora, que faleceu, em 1924, em Famalicão.

¹⁴⁸ Fez parte da comissão republicana de Vila Nova de Famalicão, entre outros, com Joaquim José de Sousa Fernandes, figurando como capitalista e proprietário.

¹⁴⁹ Pelo cruzamento com os dados da imprensa local, vimos que ele esteve muitos anos no Brasil e, só tarde, regressou a Famalicão, com alguns meios de fortuna, que lhe terão proporcionado a compra de terrenos e casa, no antigo Lugar da Cruz Velha, depois designado da Lapa, e a notícia que *O Regenerador*, de 3.11.1906, p. 1 v.º, nos dá sobre a sua morte, ocorrida no dia anterior, refere que tinha alguns meios de fortuna, que foi um hábil viticultor e que socorria os necessitados.

As perfilhações são um bom exemplo da regularização de situações não conjugais, por vezes, entre solteiros. Nalguns casos encontrámos o extremo de se abandonar a criança, aconteceu com Salvador, filho legitimado pelo pai, António José Ferreira Guimarães, negociante, que declarou no ato¹⁵⁰, em 14 de fevereiro de 1862, haver tido três filhos com Severina Clara de Assis, solteira, natural da freguesia de Santo Ildefonso, Porto, à data das perfilhações residente na Rua Formosa, perto da habitação de António José, na Rua Nova de Santo António. Salvador tinha sido exposto na Roda de Vila Nova de Famalicão, na noite do dia 15 do mês de fevereiro de 1849 e no dia seguinte havia sido batizado na Igreja matriz da vila.

António José Ferreira Guimarães legitimou na mesma data em que reconheceu o filho exposto, mais dois: Ermelinda e Camila, batizadas como filhas naturais de Severina Clara de Assis, solteira, nascidas respetivamente em 8 de outubro de 1850 e 28 de fevereiro de 1852. António José e Clara casaram em Famalicão a 10 de abril de 1862, ele com 43 anos e ela com 41 e não se lhe conheceram filhos da união conjugal.

Outra situação que encontrámos foi a posterior assunção da maternidade de crianças expostas, normalmente por mulheres solteiras, como foi o caso de Bernardo, filho natural de Clara, mulher de José Moutinho, que o teve no tempo de solteira e o expôs na freguesia de Santiago de Antas onde foi batizado, *de que ella ao depois tomou conta*. O menino acabou por falecer a 18 de janeiro de 1830, com dois anos, pouco mais ou menos. Caso idêntico foi o de Elias, filho natural de Rosa, solteira, exposta do lugar da Ribeira. A criança tinha sido exposta na noite de oito para nove do mês de abril do ano de 1814, à porta de Maria Isidora, viúva, do Lugar das Alagoas, freguesia de Santiago de Antas. Foi batizada no dia seguinte pelo coadjutor, como constava de uma certidão que Rosa apresentou ao pároco de Vila Nova de Famalicão quando o filho faleceu na freguesia, onde se referia que a mãe o tinha reconhecido mais tarde e havia tomado conta dele.

O número de viúvas assumindo algum significado comprova a tese de que a ilegitimidade seria ainda maior se considerados os diversos cenários. Só a título de exemplo regista-se a 28 de fevereiro de 1851 o batismo de Aires José, filho de Maria Josefa, viúva, referindo-se que depois o expôs.

Em suma, as crianças expostas foram a semente que frutificou de relações poliédricas, desde concubinatos, ligações entre solteiros, quebras de votos, como o do sacerdócio, ou da regra e mesmo de casais sem posses.

¹⁵⁰ Livro de Assentos de Reconhecimento e legitimação dos filhos de Vila Nova de Famalicão, 1860, fls. 2-3.

CAPÍTULO VI

Figura nº 7
Estação do caminho de ferro em 1912



Fonte: *Mudam-se os tempos... ficam as vontades*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (org.), s.d., p.16.

6. MOBILIDADE

6.1 Prolegómeno

(...) dos 9 districtos do Norte, emigra-se hoje como se emigrava antes da crise (...). O fenómeno é já antigo, tem a mesma significação geral que sempre teve: a de um excedente de gente que a produção regional se revela incapaz de suster, dada a persistencia das circunstancias naturaes e sociaes que a determinam e a fixam e que governo algum em Portugal se mostrou resolvido a alterar. Tudo continua approximadamente o que era: vive em 1901, a vasta massa de artífices e jornaleiros das províncias, pouco mais ou menos na mesma estreiteza de recursos em que se vegetava em 1891, e até mesmo bastantes anos atraz, segundo penso.

Noutros termos: outr'ora já, mas hoje sobretudo, emigra-se do Norte de Portugal por falta de paralelismo entre o crescimento da população¹⁵¹, em especial da população trabalhadora, e o desenvolvimento da riqueza; e esta sangria operada nas mais activas e robustas das populações portuguezas, não obstante representar um prejuizo nacional incalculavel, tem sido comtudo o único e estúpido processo de proporcionar aos trabalhadores, que não emigram, uma situação tolerável.

(Telles, 1904:78-79)

O fenómeno da emigração foi apontado em 1978 por Magalhães Godinho como uma *constante estrutural* da sociedade portuguesa, com um volume de efetivos que atingiu o seu acume entre meados do século XIX e os anos setenta de Novecentos. Quase uma década volvida, Maria Beatriz Nizza da Silva (1984) referia a escassez de estudos sobre o tema da emigração/imigração portuguesa para o Brasil. Decorrido idêntico período, Miriam Halpern Pereira (1993) apontava a ausência de reuniões científicas (colóquios ou congressos) em Portugal, centradas na emigração, nos últimos quarenta anos do século XX. Esta situação inusitada, dada a nuclearidade da emigração nas suas vertentes demográfica, social, económica e cultural, foi colmatada pela realização do Colóquio Emigração/Imigração em Portugal, cujas atas se publicaram em 1993. Neste ano, Jorge Alves (1993a:12) traça-nos um quadro bibliográfico sobre a questão da emigração, que nos dá um atual “estado da arte” e para o qual remetemos, bem como para o estudo propriamente dito, relativo à emigração e retorno dos «Brasileiros», no Porto oitocentista.

Aquando das comemorações do V Centenário dos descobrimentos portugueses, uma vasta série bibliográfica surgiu, assumindo diferentes (até novas) abordagens sobre o fenómeno migratório português para o Brasil. Focalizados no Minho, aparecem estudos como o de Miguel Monteiro (2000) que analisa os migrantes, emigrantes e

¹⁵¹ Entre outros escritores que se referem à densidade populacional de Portugal indiquemos um autor da região em que se insere o nosso estudo, Alberto Sampaio. Diz-nos este ser Portugal um dos países mais populosos da Europa, apodando-o de um viveiro humano, havendo por tal de sair do país muita da sua população e dadas as diferenças regionais, v.g.: demográficas e de distribuição da propriedade rural alude às migrações internas. Aponta o Brasil como principal destino dos fluxos portugueses e *se a fortuna o não favorece de lá passará á África ocidental* (1923:535). As migrações internas são aduzidas como outra forma de *equilíbrio*, deslocando-se a população trabalhadora essencialmente para Além-Douro e para as cidades de Lisboa, do Porto e de Braga. Ver do autor *Estudos históricos e económicos*, vol. 1.º, Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão, 1923, pp. 530-531.

brasileiros em Fafe e o de Henrique Rodrigues (2003) que se debruça sobre a emigração no Alto-Minho no século XIX, após estudo anterior (1991) incidente no período de 1835-1860. Sobre a emigração para o Brasil e retorno de um concelho próximo de Famalicão surgiu recentemente um trabalho académico (Piloto, 2010) que estuda o concelho de Vila do Conde de 1865 a 1913.

Em várias monografias, muitas delas produzidas no âmbito de mestrados, a questão da migração tem vindo a ser analisada, seja como capítulo, ou como tema central. Todos os estudos convergem no lugar axial desempenhado pela migração na sociedade portuguesa e aqueles que focam a mobilidade no período a partir da independência do Brasil, (com ênfase para a segunda metade de Oitocentos), são unânimes em destacar o seu papel, não só a nível demográfico, como socioeconómico e cultural, apontando muitos deles a questão recorrente da sua centralidade no discurso político e de muita imprensa.

A deslocação de parte da população por períodos consideráveis, seja pelas migrações internas de longa distância, ou pelas externas, com a fixação noutras espaços, tem sobre o curso demográfico uma ação pregnante que estaremos em melhor condição de conhecer para Famalicão e concelho entre a segunda metade de Oitocentos e as vésperas da primeira Guerra Mundial, pelo estudo da emigração para o Brasil, dado o seu volume, logo, nuclearidade, sem deixarmos de aludir à mobilidade para outros territórios, se bem que escassa. Essa análise irá levar-nos a uma aproximação ao conhecimento do papel desempenhado pelas migrações, bem como a sua influência nas outras variáveis demográficas, na linha do que Norberta Amorim (1995a:66) defende, pois quando «dispomos de uma paróquia reconstituída, de róis de confessados¹⁵² e de registos específicos de emigração para o estrangeiro, os passaportes, poderemos levar muito longe a nossa análise».

O êxodo de Portugueses para o Brasil, axial no século XIX após a independência deste país, teve impacto também em fases anteriores, concretamente para a região em estudo, inserida no Norte de Portugal, *scilicet*, em Setecentos, centúria em que muitos cidadãos desta área o demandaram, em veleiros que tornavam esse destino ainda mais longínquo.

Inserido nas grandes migrações europeias para o Novo Mundo o fluxo migratório português configura um panejamento singular, com a “exportação” de cidadãos para a sua ex-colónia.

¹⁵² Não podemos contar com os *Róis de confessados*, que a existirem, enriqueceria a nossa análise.

Objeto de muitos estudos onde diversas coordenadas são abordadas, desde as políticas adotadas, aos fluxos e refluxos, aos locais de destino, ao papel das remessas financeiras, entre outras, passando pela literatura, onde tramas narrativas fazem eclodir personagens ligadas ao *brasileiro* de torna viagem, ao seu *modus vivendi et operandi*, até aos jornais que materializam nas suas colunas as vivências de um Portugal em debandada, com partidas e chegadas, notícias de êxitos conseguidos, mas também de agruras e de desfechos desventurosos, num debate inacabado. Uma densa bibliografia, como dizíamos, corporiza este tema da emigração portuguesa para o Brasil, focando alguma a díade do ponto de partida e de chegada e outra, em micro análise, refletindo sobre comunidades específicas.

Poliédrica e multiangular a emigração requer que se aplique a designada por Wallerstein (1987:309-324, "*historical social science*", (apud, Alves, 1993b:13), elidindo campos antagónicos e encontrando células comuns, numa configuração complexa que nos propomos analisar incidindo sobre o lastro emigratório na sua vertente quantitativa e na sua face qualitativa, isto é, tentando compreender o singular no plural, aproximarmo-nos da interpretação dos contextos, da função da família como célula económica, social e afetiva na deliberação individual de sair, no seu curso de vida, decisões e realizações, inflexões e contínuos.

Muitas têm sido as razões¹⁵³ apresentadas para explicar que muitos portugueses um dia tenham decidido deixar a sua terra e embarcado para a nação brasileira¹⁵⁴, na

¹⁵³ A emigração, fenómeno multifacetado concitou o interesse de vultos portugueses como Alexandre Herculano, Oliveira Martins e Afonso Costa. O primeiro centrou a sua atenção no tema em 1838 e volvidos quase quarenta anos, já em Vale de Lobos, entre 1873 e 1875. O seu pensamento maturado por anos de reflexão é visível na forma como define a emigração: *a emigração é um fenómeno complexo nas suas causas, condições e resultados. Emigram uns por cálculos e previsões, ou próprios ou dos que os dirigem pela esperança, bem ou mal fundada, de voltarem algum dia ricos ou abastados à aldeia natal: emigram, não porque não pudessem viver, trabalhando vida modesta e tranquila entre os seus, mas porque aspiram a mais elevada fortuna. Outros há que emigram violentados, ou antes, que não emigram, que são expulsos pela miséria que não calculam, nem esperam, nem deliberam, que tão somente se resignam.* (Alexandre Herculano, Vale de Lobos, dezembro de 1873, *Opúsculos*, vol. II, Ed. Presença, p. 68). Na esteira herculaniana, Oliveira Martins (1956:220) escreve que *a emigração não provém de um capricho de aventura, de uma sede de enriquecer, mas sim, fundamentalmente, da míngua dos meios de subsistência.* Embora Herculano não advogue a emigração como solução, vê no Brasil uma terra mais natural para os que deixam Portugal. Também Oliveira Martins admite que de todos os destinos de emigração o mais reprodutivo era o Brasil (1956:240-241). Tal como Herculano e Oliveira Martins também Afonso Costa defendia a liberdade do indivíduo para poder emigrar, não achando lícito que houvesse quaisquer impedimentos diretos ou indiretos. Sobre este último autor consultar v.g., *Estudos de economia nacional, I – o problema da emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1911. Veja-se também, entre outras a perspetiva ezequieliana sobre a emigração, que a considera patogénica e defende o fomento do território nacional como via alternativa aos fluxos migratórios externos dos portugueses. Ezequiel de Campos, *Projecto de lei de Utilização dos Terrenos Incultos apresentado à Assembleia Nacional Constituinte, na sessão de 27 de julho de 1911, pelo deputado Ezequiel de Campos*, Lisboa, Baptista Torres, 1911, pp. 4-5. Ouçamos também o pensamento basiliano: (...) emigra-se do Norte de Portugal por falta de paralelismo entre o crescimento da população, em especial da população trabalhadora, e o desenvolvimento da riqueza (...) *É a sua caixa económica, o seu seguro de vidas, o seu capital de reserva-a pobre creança que eles exportam para os Brazis* (Telles, 1903:79).

¹⁵⁴ A Lei n.º 581 de 4 de setembro de 1850, mais conhecida por Lei Eusébio de Queirós, ao não permitir o tráfego de escravos para o Brasil, facilitou a entrada de mão-de-obra estrangeira, preferentemente europeia e dificultou a aplicação das medidas restritivas da emigração do governo português para este país. Portugal, com a Lei de 28 de março de 1877, pretendia introduzir um freio nos fluxos migratórios e desviá-los para as suas colónias de África, mas não teve êxito. Perante o fracasso, delineou uma política que não sendo de abertura total pudesse beneficiar das reservas dos emigrantes para o equilíbrio da sua balança de pagamentos, sustentar o excedente populacional, aliviar as tensões sociais e salvaguardar as reservas de mão-de-obra flutuante necessária à elite agrária. O sonho africano do governo português foi tentado de novo em 1896, com a oferta de passaportes para esse destino e o aumento das taxas para outros pontos, mas o projeto colonial não resultou. Em 1907, essa regalia sobre os passaportes para África foi revogada,

condição de emigrantes. Parece consensual que um dos motivos prioritários haja sido a carência de recursos económicos¹⁵⁵, com a sucessiva pauperização de uma grande camada da população. A pouca modernização agrícola, a escassa produtividade e a ausência de capital de reserva levaram a que muitas unidades produtivas, a maioria familiares e de pequenas dimensões, soçobrassem e, como algumas sazonalmente utilizavam trabalho assalariado¹⁵⁶, arrastavam consigo para a precariedade muita mão-de-obra, que não tinha outro recurso, a não ser deixar Portugal.

Os pequenos agricultores encontravam-se endividados por impostos que o Estado liberal lançou sobre a propriedade sem se mostrar sensível à debilidade deste meio de produção familiar. Alguns anos de escassas produções levavam à dependência de agiotas e, esgotados os recursos, restava a alienação da terra. Para os pequenos proprietários um dos caminhos possível era a saída para o Brasil.

Tal como o pequeno proprietário também o homem que na propriedade alheia trabalhava como assalariado se via num vão social, ganhando à jorna poucos vinténs que não lhe davam sequer para comer, isto quando tinha a sorte de encontrar patrão¹⁵⁷.

O Minho formava uma região fragilizada no seu tecido social e económico que procurava encontrar explicações para o que estava a acontecer, apontando em várias direções, uma delas a especificidade do País, que nem a monarquia, nem a república tinham solucionado. Os proprietários estariam incapazes de retirar mais-valias da propriedade fundiária e os trabalhadores rurais encontrar-se-iam nos limites da pobreza.

Com uma população a crescer devido ao maior controlo de endemias, melhores condições higiénico-sanitárias e introdução de novos produtos na dieta alimentar, logo, condições de vida mais favoráveis e o sector produtivo a não poder responder equilibradamente, uma das respostas estava na saída do País¹⁵⁸.

Se bem que não tenha sido consensual, houve muita imprensa periódica que viu na emigração uma causa determinante da crise agrícola, como o jornal mensal

aumentaram-se os preços para os outros destinos, focalizou-se a atenção na repressão da emigração clandestina e incidiu-se na taxação sobre as agências de emigração, mas esta parecia não recrudescer.

¹⁵⁵ Herbert S. Klein entende que as condições económicas são nucleares na emigração, considerando que é pregnante saber porque mudam e que elementos levam ao ponto crítico. Aponta três fatores que se combinam: o acesso à terra, ao alimento, à variação da produtividade da terra e o número de membros da família que dela dependiam. Conclui que nas grandes migrações do século XIX e XX, os três fatores combinados eram os propulsores. Ver do autor «Migração internacional na história das Américas», Fausto Boris, (org.), *Fazer a América – a imigração em massa para a América latina*, S. Paulo, Edusp, 2000, pp.13-31.

¹⁵⁶ *A Lavoura do Minho* na sua edição de 1 de junho de 1912 deu a conhecer uma carta aberta em que se falava do problema do jornaleiro da região e também do proprietário que não podia pagar mais do que o jornal de 6 vinténs diários, de há 30 ou 40 anos, concluindo que o resultado era o abandono da Pátria e da família e a falta de trabalhadores para a agricultura.

¹⁵⁷ Id., *Ibidem*, 1 de março de 1914, p. 1.

¹⁵⁸ O sistema de herança, com o chamado herdeiro privilegiado, que ficava com a unidade produtiva agrícola, com o compromisso de dar *tornas* aos outros herdeiros, tendia a expulsar muitos jovens ou adultos, em procura de alternativas, que passariam pela emigração para o Brasil. Como não dispomos de testamentos para esta época não nos é possível fazer o cruzamento com esta fonte, que caso existisse poderia permitir-nos aprofundar a questão.

famalicense *A Lavoura do Minho*, quando falava de forma recorrente, em vários números, do preço que a região pagava com a saída de tantos conterrâneos.

Não era só o jornal *A Lavoura do Minho* a inserir nas suas páginas artigos sobre a emigração, outros órgãos de imprensa escreveram sobre a questão que parecia central. Encontrámos muitos correspondentes que *in loco* verificavam a situação e alertavam para a emigração exagerada que causava rutura, dado não haver colocação para a maioria, o que redundava em miséria e aviltamento humano¹⁵⁹.

Com a ida de números consideráveis de locais, houve lugar ao desaceleramento demográfico, à presença de *viúvas de vivos*, a uma sociedade formada maioritariamente por mulheres que tinham em determinadas circunstâncias como missão a empresa familiar, na dupla função do espaço privado e do público, enquanto lá fora, o marido, às vezes, enquadrado por redes familiares ou de conterrâneos, outras vezes isolado, contribuía com as suas remessas para o acumular de recursos, ou para a diminuição da dívida contraída.

Esperavam os emigrantes juntar uma quantia que lhes possibilitasse melhorar o seu nível de vida e um dia regressar a Portugal, recompondo o seu núcleo produtivo, ou dando origem a uma nova unidade, baseados na consolidação ou ampliação do património fundiário, ou mesmo na compra de propriedade rural ou urbana, constituindo-se pela primeira vez proprietários de bens de raiz (Pereira, 1981).

A reserva de força de trabalho no Minho era de molde a conduzir muitos ao desemprego, mais agudo em períodos de crise agrícola, como a vinícola que atingiu o Norte de Portugal em 1886¹⁶⁰ e a diminuição da exportação do vinho e de frutas e azeite, ligada ao fim do intercâmbio com a Inglaterra.

As remessas enviadas por vizinhos ou conterrâneos impeliam à ida, talvez menos penosa pelo *mito do retorno* e pelas melhores condições da viagem e muito diferente de um passado próximo. Ir *fazer a América* num veleiro ou num pacote, como o da Mala Real Britânica, companhia predominante até à Primeira Guerra Mundial, pelo número de agentes no Norte de Portugal, era bastante distinto, dadas as circunstâncias de alojamento e também pelo tempo da viagem. A regularidade das carreiras, o acesso a informação sobre horários, o custo dos bilhetes e mesmo o

¹⁵⁹ *Estrela do Minho*, 23 de novembro de 1913, p. 1.

¹⁶⁰ Anos mais tarde, em 1891, ocorreu em Portugal uma grave crise financeira. Como o Brasil havia dado a liberdade total aos escravos, em 1888, carecia de mão-de-obra, circunstância que deverá ter ajudado à afluência de emigrantes portugueses para esse país.

transporte ferroviário para os portos de embarque facilitavam a decisão (Pascal, 2005:57).

Emigrar foi sempre uma opção que exigiu coordenadas, independentemente dos custos monetários. A emigração como variável de relação não pode ser encarada apenas pelos contextos económicos depressivos do local de partida, por exemplo, a crise de 1891, (Justino,1989:49-94) havendo que adicionar os fatores de atração dos locais de destino. Os fluxos emigratórios dependiam de informações e redes sociais de acolhimento no país de destino. O emigrante precisava projetar com alguma segurança o seu futuro nesse novo local de trabalho: onde iria ficar, quanto ganharia, que estabilidade, com quem poderia contar, isto é, conhecer as condições laborais, de vida e de permanência, mesmo que temporária.

Os bem-sucedidos eram uma pequena parte, mas Portugal parecia não ser terreno para os projetos de vida de muitos dos seus naturais, o bojo do navio para a América chamava, apesar de vários deputados dirimirem razões desfavoráveis à onda emigratória, os párocos avisarem nos sermões que era arrojado embarcar, os jornais desincentivarem a ida, os repatriados voltarem, os familiares receberem notícias de parentes mortos no Brasil, em situação de falta de meios ou com doenças como a febre-amarela, a bubónica e a tuberculose (Paiva, 2011).

As dificuldades de várias famílias que se tinham endividado, esperando as remessas dos que saíram, nalguns casos, tão pequenas, irregulares, ou que nunca chegavam, poderiam ter desmotivado pelo menos os vizinhos, ou os familiares que tivessem conhecimento, mas a falta de recursos *por cá*, não os dissuadia de tentarem a aventura de melhorar de vida.

Em termos globais as expectativas eram mais favoráveis se o candidato a emigrante fosse para o Brasil, onde não teria a barreira da Língua e o esperava uma economia em crescendo, com salários mais compensadores. A utopia brasileira era desenhada por engajadores, pintada por desejos do próprio de melhorar de vida e em muitas situações de fugir à miséria, mas de onde em onde, realizada por micro utopias, a dos *brasileiros* que tinham enriquecido e retornado.

Dominou no nosso País a emigração dos jovens rapazes solteiros, púberes, antes da idade de irem à tropa, evitando-se despesas inoportáveis para muitas famílias, pois os jovens entre os 14 e os 21 anos precisavam de pagar a fiança ou indicar fiador.

Os casados, quando emigravam em situação legal, só saíam depois de regularizado o serviço militar, pelo seu cumprimento ou dispensa dele. Chegados ao

país de acolhimento, dois cenários se lhes poderiam colocar, o de permanecerem sozinhos, ou de *chamarem* a família¹⁶¹. Esta última opção só era tomada quando estavam reunidas algumas condições que permitissem pelo menos juntar dinheiro para a viagem e arranjar acomodação, mesmo que modesta e transitória, algumas vezes em casa de parentes.

Com uma grande percentagem de menores de 14 anos, na ordem dos 20%, a que se somariam os clandestinos, o projeto era ainda mais penoso, chegando a haver situações de autêntica alienação destes menores aos engajadores, em procurações passadas pelos pais. Eram uma mão-de-obra cobiçada, com menos encargos para a entidade patronal que os escravos, com vidas difíceis, sujeitos muitas vezes a arbitrariedades e a maus tratos (Pereira, 1981:28).

Medindo vantagens e desvantagens, partiam com a esperança de serem um dos que retornava com grandes dividendos do seu investimento. Muito embora todos os condicionalismos, o potencial emigrante sabia que as probabilidades de chegar rico, ou pelo menos melhorar a sua vida, eram maiores lá que aqui.

A emigração de famílias nucleares ou alargadas teve mais expressão nas primeiras décadas do século XX, o que configurou uma nova forma de emigração e a minimização do mito do retorno. Com este facto, o Estado português viu diminuir fluxos financeiros importantes que procurou colmatar com acordos comerciais com o Brasil, como o de exportação de vinhos portugueses para este país, em condições vantajosas para Portugal, em troca da liberdade de saída de cidadãos portugueses para o Brasil.

Nem todos os emigrantes portugueses, no período vertente, principalmente nas primeiras décadas após a independência do Brasil, eram de extratos sociais carenciados, alguns deles pertenciam a segmentos populacionais onde puderam contar com o apoio dos pais para as despesas da viagem e da instalação, ou mesmo de parentes que na praça comercial do Rio de Janeiro, de S. Paulo, ou outras cidades eram já comerciantes conceituados, ou dispunham de fazendas com alguma dimensão e solidez financeira¹⁶². Eles saíram com o objetivo de construir uma carreira, normalmente comercial. Muitos já iam com um tirocínio em casas comerciais de Lisboa, do Porto, de Braga ou de Guimarães.

¹⁶¹ Ver em apêndice a listagem das cartas de chamada.

¹⁶² Vejam-se os casos de Joaquim José de Sousa Fernandes e de Júlio de Araújo e irmãos.

A emigração portuguesa do século XIX até à Grande Depressão foi considerada em análises económicas um bom indicador do estado do País, sob o ponto de vista social. O governo não sendo capaz de resolver o problema estrutural marcado por uma agricultura obsoleta e uma indústria incipiente e tardia, não conseguindo criar condições que gerassem o salto dado por outros países também com tradições de migrações externas, aceitou veladamente a emigração, pois, sem o dinheiro que os emigrantes enviavam difícil seria sustentar o País, a ponto de a emigração ser apelidada pelos intelectuais de *indústria portuguesa de exportação*.

6.2 Fontes e metodologia

No que a Famalicão concerne dispomos como fontes basilares para o estudo das migrações da informação dos registos paroquiais (1620-1960)¹⁶³ e dos elementos para requerer passaporte (1867-1914) e em algumas situações do próprio passaporte. A primeira fonte, base de toda a nossa investigação para o conhecimento das variáveis demográficas, foi usada em toda a observação, no caso vertente das migrações, para o período em que não dispúnhamos dos dados dos passaportes, isto é, até sensivelmente meados do século XIX (1867). A partir desta data, continuámos a servir-nos das fichas de família da paróquia, cruzando os dados com a documentação produzida ou pela Câmara Municipal de Famalicão, ou pelo Governo Civil de Braga relativa ao pedido de passaporte do requerente, a saber: *Livros de registo de guias para pedir passaporte na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão* de 1867 a 1895, (com algumas lacunas temporais), *Livros de reconhecimento e abonação de identidade entre 1882 e 1888 e de 1892 a 1895* produzidos pela *Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão* e *Processos de pedido de passaporte do Governo Civil de Braga*, entre 10 de setembro de 1890 e 29 de dezembro de 1914.

Para o estudo da variável foram ainda consultadas outras fontes, *scilicet*: disposições *testamentárias* (inseridos nos registos de óbitos), *Inquirições de genere* relativas a habilitandos da paróquia, processos para reclamação de heranças (Auto de Justificação para reclamação de herança de familiares falecidos, em *Feitos findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações ultramarinas* e só para o segundo período, dados de imprensa local da época e bibliografia existente no fundo local da Biblioteca Municipal de Vila Nova de Famalicão, com ênfase na que incidia sobre emigrantes de retorno, no espólio do escritor local Vasco de Carvalho.

¹⁶³ Dada a pouca qualidade dos primeiros registos optamos por iniciar o nosso estudo em 1620, embora tenhamos aproveitado elementos contidos nos acentos anteriores sempre que entendemos oportuno.

Durante a reconstituição da paróquia pelo método de Norberta Amorim analisámos cada assento, com o objetivo de procurar referências a movimentos da população famalicense, tanto a migração interna, como a externa e anotámo-las na respetiva ficha de família e, caso aplicável, colocámos toda a informação de outras fontes que consultámos. Para os séculos XIX e XX, os elementos dos pedidos de passaportes e os dados da paróquia reconstituída constituíram as nossas fontes basilares. Registámos, tal como já tínhamos feito para os séculos anteriores, em cada ficha de família as indicações referentes à mobilidade e, na situação de só termos o indivíduo, elaborámos uma ficha para ele, onde fizemos o mesmo. Criámos depois um ficheiro com todos os indivíduos que migraram, a fim de podermos trabalhar os dados, na análise qualitativa (estudos de caso) e na quantitativa. Tínhamos deste modo, uma base aberta à inclusão de qualquer outro dado.

Para o período anterior a meados do século XIX tivemos especial dificuldade em conhecer a mobilidade da população, pois não possuíamos passaportes internos e as informações eram escassas e esporádicas: os casamentos, com a indicação das naturalidades dos nubentes, alguma informação dos poucos testamentos disponíveis, do local de nascimento das mulheres que foram mães solteiras ou tiveram filhos fora de uniões legítimas e esparsos dados colhidos nos registos de óbito.

De referir que no ficheiro de famílias nos aparecem muitos filhos dos quais só temos a data do nascimento, o que nos induz a pensar que, ou terão falecido na infância e o redator paroquial não assentou o óbito, ou abandonaram Famalicão. Se tivermos em consideração a relação de masculinidade à nascença, sempre favorável ao homem, e os dados da nupcialidade que registam um número considerável de casamentos de mulheres de Famalicão com homens de fora, tudo aponta para a partida de número significativo de jovens do sexo masculino e o seu não regresso em idade núbil para que estes rapazes pudessem vir a constituir um agregado familiar em Famalicão.

Sendo a emigração um fenómeno em que a decisão individual e a resposta social se conectam, pois a emigração, na sua permanência e crescente empolamento, surge aqui como sintoma da debilidade das transformações sociais operadas (ou por operar), como resultado do jogo entre as indecisões coletivas e a urgência das decisões individuais (Alves, 1993b:13), o nosso estudo no que à mobilidade tange incide em termos espaciais na célula concelhia, através de uma abordagem agregativa, junta o modelo de análise quantitativo com o qualitativo, no que à freguesia de Vila Nova de Famalicão respeita, por dispormos de uma base de dados que no-lo permite. A nível

diacrónico recai a análise desta variável no período entre 1867 e 1914, um tempo de grandes transformações em Portugal fruto do liberalismo e até da mudança de regime e da nova ordem económica e social, quer interna, quer externa.

A metodologia utilizada, (como atrás se indicou), foi a análise quantitativa associada à qualitativa, isto é, após a constituição da base de dados paroquial, pelo método Amorim, (já referido), cruzámos as informações atinentes aos naturais e residentes em Famalicão com as indicações das outras fontes, constituindo assim um ficheiro mais completo e aberto à junção de novos elementos.

Era importante termos uma visão concelhia, pelo que fizemos um estudo agregativo de todos os migrantes do concelho, desde 1867 a 1914 e procedemos ao enquadramento dos naturais e residentes em Famalicão numa geografia concelhia.

Dispondo de uma base alargada, estávamos em condições de poder levar a cabo comparações, como o contingente emigratório da Vila face ao do resto do concelho, o seu grau de literacia por paralelo com as restantes freguesias, os sectores de atividade e locais de destino, entre outros cotejos.

Relativamente à sede do concelho poderemos fazer uma abordagem mais detalhada por dispormos de uma base de dados nominativa e o enquadramento familiar de muitos dos candidatos à emigração, permitindo-nos estudos de caso, inserção no núcleo de origem e até conhecermos diversas gerações. O cruzamento com a nossa base de dados paroquial criou-nos condições que o estudo agregativo de *per si* não nos facultaria, como veremos adiante, pois, *a análise agregada, suportando "leis", tipologias ou modelos, está longe de esgotar a explicação do fenómeno, a qual passa pela observação contextualizada do meio social de partida do emigrante, do grupo familiar e do próprio indivíduo, nela convergindo factores estruturais e históricos* (Alves, 1993b:11).

Encontrámos algumas dificuldades nas fontes relativas à emigração (século XIX e XX) como a ausência de profissão dos menores de 14 anos (admitindo-se que parte deles ainda não a tivesse), a lacuna quase absoluta da profissão da mulher migrante, a generalização em muitos dos pedidos de passaporte do local de destino, referindo-se tão só o Brasil e não a localidade específica, entres outras, que inviabilizou um estudo de maior profundidade e, nalgumas situações, nos conduziu a encarar os dados como aproximações.

6.3 Estudos de caso

Das migrações internas de famalicenses damos como exemplo:

João, filho de António de Araújo e de Custódia da Costa, de Mões, faleceu solteiro, na campanha, era pobre e foi enterrado em os *tantos* de dezembro de 1735, assim nos indica o redator paroquial. Era o terceiro e último filho do casal que só viveu em união conjugal oito anos. Órfão de pai aos treze meses, presumimos que cedo terá ido trabalhar para outrem e que o tirocínio como criado de lavoura o teria feito nos extensos campos de Mões, em Famalicão, onde a família vivia.

A mobilidade encontra expressão destacada nas migrações externas, fenómeno estrutural endémico, em muitas regiões do nosso País em que se inclui o Minho.

No século XVII temos conhecimento de alguns famalicenses que foram para o Brasil. A primeira referência reporta-se a 12 de janeiro de 1612, dizendo o redator paroquial que *lhe tinha vindo notícia* que o seu freguês Pero Martins, de Mões, falecera no Brasil. Como não temos mais elementos, não nos foi possível inserir na família este indivíduo e fazer um estudo de caso, mesmo que sucinto.

Outras situações podem ser melhor contextualizadas, como a de António Gomes de Sá nascido em 1 de abril de 1614, filho de Domingos de Sousa Moreira, da Quinta de Santa Cristina, em Santo Tirso e Susana de Figueiredo ou Fernandes, da Quinta do Paço, em Vila Nova de Famalicão, que casou na Baía de Todos os Santos e foi familiar do Santo Ofício, tendo o Hábito de Cristo¹⁶⁴.

O caso que se segue é paradigmático, mostrando uma situação de um rapaz que foi para o Brasil e constituiu família na colónia:

O pai do padre António de Sá Barreiros, Manuel Ribeiro de Sá, era natural de Famalicão e em *moço fora para* as partes de Pernambuco. Casou na cidade de Olinda, com Bárbara de Barros e foi bem sucedido, sendo “Senhor de Terras”. Dos filhos, todos nascidos no Brasil, sabemos que um deles, Sebastião de Sá, entre 1678-1682 e 1684-1687, foi capitão-mor do Ceará¹⁶⁵, e um dos outros, António de Sá Barreiros, veio ordenar-se à metrópole, com a intenção de nele renunciar o abade de Besteiros, seu tio António de Sá Tinoco. António de Sá Barreiros foi sacerdote em Famalicão e teve vários filhos ilegítimos, entre os quais Domingas de Sá, nascida nesta localidade em 1653, que veio a casar em 26 de maio de 1686, também em Famalicão, onde teve geração¹⁶⁶. O padre António Barreiros faleceu na freguesia desprovido de recursos económicos.

¹⁶⁴ *Inquirição de genere* de Manuel Fernandes Correia de 27.01.1681, processo 15307, pasta 650.

¹⁶⁵ [Http://literaturareal.blogspot.pt/2011/10/sebastiao-de-sa-o-capitao-mor-do-ceara.html](http://literaturareal.blogspot.pt/2011/10/sebastiao-de-sa-o-capitao-mor-do-ceara.html).

¹⁶⁶ *Inquirição de genere* realizada em 25.05.1708, de José Peixoto de Sá, neto do padre António de Sá Barreiros, processo 19339, pasta 839.

Por último, um novo caso de um filho de uma família possidente a deixar Portugal rumo ao Brasil no século XVII. António Gomes de Carvalho e Apolónia Correia, proprietários da Quinta da Eira, tiveram um filho, António Gomes, nascido a 31 de agosto de 1654, que foi religioso na Companhia de Jesus, no Maranhão¹⁶⁷.

No século XVIII a ida para *as partes da América* encontrou-se em assentos relacionados com o óbito. Do registo de celebração dos ofícios por alma indicamos, em primeiro lugar, Silvestre Pinto batizado a 4 de janeiro de 1691 e falecido nas *partes da América, por notícias que de lá vieram*, em 6 de abril de 1743. Quem pagou os bens de alma, em Famalicão, foi o irmão mais velho, Manuel de Santa Maria, religioso Evangelista. Vejamos o seu enquadramento familiar.

Silvestre era filho de Francisco Pinto, lavrador, que entre os 15 e os 16 anos veio viver para Famalicão e de Maria Sequeira Gomes, casados aqui, em 4 de agosto de 1687. Era o segundo filho do casal que teve pelo menos cinco descendentes, quatro rapazes e uma rapariga. Sabemos que foi feita *inquirição de genere*, em 19 de novembro de 1727, a fim de o José poder tomar ordens eclesiásticas. Dos três filhos restantes nada sabemos, além da data de nascimento. O avô paterno de Silvestre Pinto, João Pinto, natural de Outiz, era filho do vigário desta freguesia, Salvador Pinto, que o reconheceu e lhe deixou 40 mil réis¹⁶⁸.

Outra situação reporta-se a um homem não solteiro: João da Costa Rebelo, natural de Lemenhe, casado em Famalicão, a 21 de maio de 1736, com Ana Maria de Oliveira, faleceu em Vila Rica, Ouro Preto, Brasil, em 1752, no estado de casado¹⁶⁹.

Algumas disposições testamentárias dão-nos informações sobre saídas de familiares dos testadores para o Brasil, como:

No registo de óbito de Josefa Correia da Fonseca falecida em Famalicão em 29 de agosto de 1746 estava escrito que se lhe chegasse do Brasil uma herança, a que se julgava com direito, *se poria na confraria do Santíssimo uma amenta e outra na confraria da S. do Rosário*.

Outro caso foi o do casal Francisco Tinoco e Teresa Moreira, como se descreve:

Em 12 de março de 1742 morreu Francisco Rodrigues Tinoco, neto de Francisco Costa, escrivão, e filho de Manuel Rodrigues, da Estalagem, e de Maria Tinoca. Francisco já era viúvo, quando casou com

¹⁶⁷ *Inquirição de genere* de Manuel de Araújo Correia, realizada em 5.5.1714, processo 15486, pasta 659.

¹⁶⁸ *Inquirição de genere*, de 19.11.1727, processo 20057, pasta 880.

¹⁶⁹ Auto de Justificação de Ana Maria de Oliveira e seus filhos menores Francisco e Mateus José (1758) PT/TT/JIM-JJU/002/0026/00008, Juízo das Justificações Ultramarinas, Brasil 1700/1833, Maço 26 1758/1825.

Teresa Moreira e, no seu testamento, aludiu a um dinheiro que lhe poderia chegar das Minas de Ouro Preto. No registo de óbito de Teresa Maria dos Santos, ou Teresa Moreira, sua viúva, falecida em 14 de março de 1754, *refere-se que se lhe viessem duzentos mil reis do Brasil, que seu marido Francisco Tinoco lhe deixou, seu herdeiro lhe mandaria dizer cem mil reis de missas.*

Já no século XIX é referida outra situação:

Em 8 de agosto de 1827, faleceu António Domingues Leitão casado com Rita Maria Pereira, residentes no Lugar da Senhora da Lapa, em Famalicão. No seu registo de óbito, deixou 100 missas pela alma dos irmãos que faleceram no Brasil.

Deparamos com outras ocorrências de mobilidade de famalicenses para o Brasil de Setecentos, que iremos elencar, como exemplos desse fluxo.

Em 24 de março de 1747, faleceu Rosa Maria de Oliveira, mulher de Aleixo Ferreira, que se encontrava nesta data ausente no Brasil.

No mês de agosto de 1746, morreu o padre Manuel da Silva, filho de Manuel da Silva e de sua mulher Ângela de Oliveira, *hindo para as minas de Paracalu da cidade da Bahia*, na freguesia dos Rios Pardo e Preto.

Matias Correia de Figueiredo, filho de Gabriel Correia de Figueiredo, mercador, e de Joana Gomes Cerqueira, nasceu em 24 de fevereiro de 1713. Era o segundo rapaz de um casal com 7 filhos, em que o primeiro filho varão foi o padre António Correia de Figueiredo, que já era sacerdote em Vila Nova de Famalicão, pelo menos em 1745¹⁷⁰.

Matias, mais novo cerca de um ano que o irmão, terá chegado ao Brasil, por volta de 1740. Casou em Sorocaba¹⁷¹ com Escolástica dos Santos Robalo, natural desta localidade, filha do capitão Manuel dos Santos Robalo, e de Maria Moreira Maciel, sua mulher, cujo matrimónio teve lugar em Sorocaba, no ano de 1727. Escolástica era neta materna do coronel António Antunes Maciel, um dos descobridores das minas de ouro de Cuiabá em 1718, e de Maria Paes Domingues. Interessa referir que o capitão faleceu em 1745, sendo lícito pensar que Matias poderia ter chamado a si alguns dos empreendimentos do sogro¹⁷².

O caso seguinte mostra outra situação de sucesso de um famalicense no Brasil de Setecentos:

¹⁷⁰ *Livro de Casamentos de Famalicão de 17.06.1743 a 18.11.1779.*

¹⁷¹ Município brasileiro situado no interior do estado de S. Paulo.

¹⁷² Lênio Luís Rocha, *Genealogia Brasileira Estado de S. Paulo- os títulos perdidos, Oliveiras Gagos*, http://www.genealogiabrasileira.com/titulos_perdidos/cantagalo_ptoligagos.htm. O autor refere que este famalicense teve geração estudada por Jayme Jarbas, *Famílias Pirenopolinas: ensaios genealógicos*, Vol. 1, p. 289. Ver Goiânia, Editora UFG, 1971.

Francisco Correia Pinto nasceu do segundo casamento do pai, Bento Correia Pinto (filho do reitor de Rates) com Maria Francisca de Jesus e foi batizado em Famalicão, a 25 de outubro de 1732, vindo a seguir ao filho varão. Deste matrimónio sobreviveram cinco descendentes. A sua família teve continuidade em Famalicão por várias gerações, através das duas irmãs, Maria Josefa e Ângela Maria e da sua irmã só pelo lado do pai, Josefa. O itinerário de Francisco Correia Pinto conhece-se pelo processo de candidatura a familiar do Santo Ofício (Kühn, 2010: 177-195). Na segunda metade do século XVIII, exerceu a profissão de negociante no Rio Grande do Sul, encontrando-se circunstancialmente a viver nessa data no Rio de Janeiro, devido à guerra na zona com os espanhóis. O sócio de João Francisco de Miranda, homem de negócios na praça da cidade, foi chamado a informar do paradeiro de Correia Pinto, comprovando-se que vivia em 1766 no Rio de Janeiro, «na rua Direita, (...) com loja de fazendas secas de todas as qualidades». Apaziguada a região, foi residir para Viamão, onde a sua ascensão passou pela ocupação de cargos no município, em confrarias e no exército. Foi eleito vereador de barrete, no biénio de 1770-1771, função que só exerceu neste último ano. Pertenceu à irmandade do Santíssimo Sacramento e à Ordem Terceira de São Francisco, desta localidade. Em 1781, foi nomeado capitão da cavalaria auxiliar. A sua visibilidade social em Viamão corporizou-se também nos muitos apadrinhamentos de crianças, estabelecendo parentescos espirituais. Obteve do vice-rei, o conde de Resende, a concessão de uma sesmaria junto do rio Piratini, no Rio Grande do Sul, onde foi “estancieiro”. Do testamento que lavrou em 1792, no estado de solteiro, retira-se que granjeou fortuna avaliada na época em 70 mil cruzados. Nele constavam, entre outras verbas, 43 escravos, peças de ouro e prata, móveis de casa e vários créditos. A sua religiosidade ficou materializada num ponto contido neste documento, onde é mencionado um altar portátil que Correia Pinto desejava se mantivesse no culto e ainda várias imagens de Cristo, de Nossa Senhora da Conceição e de São Francisco de Paula.

Este caso reporta-se a nova situação de um rapaz que deixou Famalicão e casou no Brasil, tendo singrado na vida, bem como o filho.

António da Costa Pinto nasceu no ano de 1761 em Famalicão¹⁷³ e faleceu em 11 de julho de 1839, no Engenho Europa, Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda do Bom Jardim, Baía. Casou com Mariana Joaquina de Jesus, nascida em 20 de fevereiro de 1779, no Engenho Jacu, freguesia de S. Pedro do Rio Fundo, Baía, e falecida em 13 de junho de 1862, no Engenho Europa, tal como o marido. Foram pais do barão¹⁷⁴ e depois visconde de Aramaré¹⁷⁵ e também coronel, Manuel Lopes da Costa Pinto, que nasceu a 8 de dezembro de 1809, no Engenho Europa e faleceu a 22 de novembro de 1889, no engenho Aramaré, Vila do Rio Fundo, Santo Amaro, Baía¹⁷⁶.

Os territórios portugueses ultramarinos foram destino de outros famalicenses que depois rumaram ao Brasil, como o que se segue:

¹⁷³ Não encontrámos o seu registo de batismo.

¹⁷⁴ Decreto de 06.09.1866.

¹⁷⁵ Este título é de proveniência toponímica. Advém do engenho homónimo da família Costa Pinto.

¹⁷⁶ www.sfreinobrega.com/nobA2.htm.

António José Pedrosa era o filho mais velho de António José Pedrosa e de Tomásia Maria Pinheiro e nasceu em Famalicão no dia 6 de março de 1797, tendo casado na ilha de Moçambique, em 20 de novembro de 1824, com Joana da Cruz Almeida Lacé¹⁷⁷. Foi adido honorário no Rio de Janeiro, em 1845 e o casal teve, pelo menos, a filha Francisca da Cruz Lacé Pedrosa, em 6 de outubro de 1827, em Candelária, Rio de Janeiro, que casou com D. João Inácio Francisco de Paula Noronha, segundo Conde de Paraty. Dona Francisca faleceu em Lisboa, em 23 de outubro de 1864¹⁷⁸.

Poderíamos aduzir outros exemplos mostrando a migração para o Brasil de famalicenses, como os de reclamação de heranças, por familiares¹⁷⁹, conforme a situação que se apresenta:

Manuel Ferreira de Sá era o primogénito de uma família pelo menos de sete filhos, com três raparigas e quatro rapazes, de quem só se sabe a data do nascimento e de Manuel também a de óbito, como se indica a seguir. Nascido em Vila Nova de Famalicão em 22 de novembro de 1741, era filho de Domingos Ferreira e de Maria Ferreira de Sá unidos pelo matrimónio em 27 de agosto de 1740, ele natural de Requião e ela de Famalicão. Encontramos na justificação para reclamação da herança apresentada pela família que Manuel terá falecido no Rio de Janeiro, em 1795.

Como só tivemos acesso a informação sobre a emigração legal de famalicense desde novembro de 1867 apenas a partir desta data nos é viável trabalhar os dados de forma sistemática, porém admitimos que os protagonistas a seguir indicados possam ter ido antes desta data:

Joaquim da Costa de Araújo, filho de João da Costa de Araújo e Ana Maria Veloso da Costa e sogro do Barão da Trovisqueira, nasceu em Famalicão a 28 de julho de 1802 e foi para Lisboa, a fim de trabalhar com um tio. Decidiu depois ir para o Brasil e esteve ligado à manutenção do exército. Faleceu no ano de 1883, em Lisboa.

Manuel José de Freitas Ramos nasceu em 6 de setembro de 1801. Era filho de Francisco de Freitas Ramos, natural de Famalicão, onde nasceu a 2 de novembro de 1777 e de Mariana Teresa Álvares de Faria, natural da freguesia de Brufe. Devem ter casado na terra de origem da noiva, mas não pudemos aceder ao registo por inexistência do mesmo. Manuel era e o segundo descendente nosso conhecido do casal e o mais velho dos dez filhos. Foi para Pelotas, no Rio Grande do Sul, e lá casou a 18 de junho de

¹⁷⁷ Joana da Cruz Almeida Lacé, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=45990.

¹⁷⁸ Maria Filomena Mónica (coord.), e *Dicionário Biográfico Parlamentar (1834-1910)*, Vol. III, Lisboa, Assembleia da República, 2006, p. 71 e Manuel de Mello Corrêa, (dir.), Instituto Português de Heráldica, *Anuário da nobreza de Portugal*, Vol. III, Tomo I, 1985, p. 482.

¹⁷⁹ Autos de habilitação de João Ferreira de Sá e seus irmãos António Ferreira de Sá, Maria Ferreira de Sá, Ana Ferreira de Sá e Luísa Bernardina Ferreira de Sá, casada com Manuel de Oliveira, filhos de Domingos Ferreira e de Maria Ferreira de Sá, naturais da freguesia de Santa Maria Madalena, Vila Nova de Famalicão. Os habilitantes pretendem receber como herdeiros de sua mãe, a herança que lhe fora deixada por seu filho, irmão dos habilitantes, Manuel Ferreira de Sá, natural de Santa Maria Madalena, solteiro e falecido no Rio de Janeiro em 1795, [http://ttonline.dgarq.gov.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=Overview.tcl&dsqSearch=\(RefNo==PT-TT-JIM/JJU/2/234/9\)&dsqDb=Catalog&dsqPos=0](http://ttonline.dgarq.gov.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqCmd=Overview.tcl&dsqSearch=(RefNo==PT-TT-JIM/JJU/2/234/9)&dsqDb=Catalog&dsqPos=0).

1828, com Silvana Claudina Coelho Belchior (ou Silvana Claudina da Silva). Veio a falecer nesta localidade a 8 de agosto de 1834. Três anos antes de morrer foi pai de uma menina, Teresa de Freitas Ramos Simões Lopes, nascida em Pelotas a 11 de novembro de 1831, onde morreu a 27 de junho de 1876. Teresa casou com Catão Bonifácio Simões Lopes, em Pelotas, a 14 de outubro de 1861. Tiveram três filhos, sendo o mais velho João Simões Lopes Neto¹⁸⁰, escritor e empresário brasileiro, nascido a 9 de março de 1865, nessa localidade, na estância da Graça, propriedade de seu avô materno, o visconde da Graça. Faleceu o escritor a 14 de junho de 1916, na sua cidade natal. Segundo um sítio da família, a geração continua no Brasil¹⁸¹. Existe em Pelotas a Casa do escritor, um espaço de cultura, e do seu sítio retirámos que ele era neto de proprietários da região, logo, o famalicense Manuel José de Freitas Ramos teve sucesso no Brasil, onde constituiu família, como vimos¹⁸². Manuel José mantém os laços familiares até aos nossos dias em Famalicão através dos descendentes das irmãs Maria Josefa Alves, Narcisa Rosa Alves Freitas e Mariana Luísa Alves Freitas.

6.4 Emigração legal dos famalicenses entre 1867 e 1914

A emigração legal representa uma das parcelas dos indivíduos que deixaram o País e é sobre ela que incidiremos a nossa análise, estudando o caso de Vila Nova de Famalicão.

A metodologia micro analítica permite-nos ter do fenómeno da emigração uma visão relativamente próxima da comunidade em análise, sendo possível em muitas situações, nomeadamente quando estudamos famílias estáveis, conhecer *as características sócio demográficas do emigrante, as características das unidades familiares em que germinou a estratégia de emigrar, as características das áreas ou zonas entre as quais se estabelecem os fluxos migratórios*. (Reher, 2000: 15-78). Se, após a paróquia reconstituída, promovermos o diálogo entre outras fontes, então, o resultado é passível de leituras adjuvantes e complementares à visão macro analítica e poderá conduzir a novas leituras ou interpretações do fenómeno estrutural do deslocamento significativo de portugueses para o Brasil independente.

De acordo com o enunciado em epígrafe, cruzámos os dados da paróquia reconstituída com as fontes atrás indicadas sobre solicitação de passaportes¹⁸³ e notícias dos jornais de Famalicão, em que incidimos a nossa atenção na ida e vinda de emigrantes, listas de refratários à tropa e inventários orfanológicos, e ainda fomos colher a autores locais, primordialmente a Vasco de Carvalho, dados biográficos de

¹⁸⁰ João Simões Lopes Neto era, como vimos, neto de um famalicense, Manuel José de Freitas Ramos. Pensamos num futuro próximo reunir a informação que coletámos sobre o percurso desta família e propor à Câmara Municipal de Famalicão uma exposição sobre o escritor numa ação conjunta com o Instituto João Simões Lopes Neto, em Pelotas. Como existe ainda família de Manuel José de Freitas Ramos seria interessante associar as famílias de *cá* e de *lá*.

¹⁸¹ Ver http://www.myheritage.com.br/person-1023577_83475623_83475623/catao-bonifacio-simoes-lobes?show=events.

¹⁸² Ver Casa de João Simões Lopes Neto, em Pelotas, Brasil: <http://www.joaosimoeslopesneto.com.br/conteudo.php?pagina=historia>.

¹⁸³ Alguns famalicenses pediram passaporte noutros locais, como no Porto, mas Braga foi maioritariamente o local dessa solicitação.

alguns emigrantes, bem como a sítios sobre genealogia e Casas de Escritores brasileiros descendentes de famalicenses, entre outros. A fim de sabermos o que se pensava sobre a emigração e com o propósito de melhor contextualização, lemos artigos de opinião em jornais locais da época afetos a tendências políticas diferentes. Quisemos ter uma perspectiva enquadrada no concelho, daí que tenhamos feito, usando o método agregativo, um estudo ainda que preliminar dos emigrantes da circunscrição administrativa.

Na intenção de emigrar indicada pelas fontes específicas, entre 1867 e 1890, encontrámos para o concelho de Famalicão mais de mil e quinhentos atos individuais e coletivos. De alguns deles temos a confirmação nos processos de passaportes e até na imprensa de Famalicão.

Pelo cruzamento com os dados da paróquia reconstituída, com os processos de passaportes e com a imprensa local consultada pudemos confirmar condições particulares de partida expressas em vários exemplos:

A. A tendência do apelo familiar

Caso 1

Na família de doze filhos sobrevividos de Caetano José de Faria Lopes, carpinteiro e proprietário, do lugar de Serrões e de Joaquina Rosa Marques, encontrámos 5 filhos a ir para o Rio de Janeiro, os dois rapazes mais velhos, António e Manuel e o penúltimo rapaz, Gabriel Marques de Faria, nascidos o primeiro, em 21 de dezembro de 1855, o segundo, a 12 de novembro de 1859 e o terceiro, a 6 de maio de 1869. Pediram passaporte muito jovens, respetivamente, com 12, 14 anos e 13 anos, em 6 de junho de 1868, 1 de dezembro de 1873 e 17 de agosto de 1882.

O filho homem mais novo do casal chamado Luís José de Faria, nascido em 19 de julho de 1873, foi em 21 de setembro de 1886, aos 13 anos, com António, o irmão mais velho, a mulher e o filho, ambos de nacionalidade brasileira e a irmã Maria Amélia Faria, de 19 anos. Além destes filhos de Caetano foi ainda para o Brasil a filha mais nova Silvina, nascida em 8 de novembro de 1875, casada em 21 de setembro de 1895 em Famalicão, com o capitalista Anselmo António Gomes, exposto da Roda do Rio de Janeiro.

Anselmo António Gomes e a mulher surgiam amiúde na imprensa local que relatava as suas vindas a Famalicão e o regresso ao Rio de Janeiro, bem como eventos familiares como o do batizado da filha Sílvia realizado na igreja matriz de Famalicão no dia 13 de maio de 1896, embora a menina tivesse nascido no Engenho Novo, no Rio de Janeiro. Os jornais relataram igualmente os períodos em que estanciavam nas termas e também anunciaram o regresso à Vila.

O casal fixou-se definitivamente em Famalicão, tendo ele falecido em 25 de agosto de 1922, na freguesia e ela no Porto, em 27 de novembro de 1968.

Dos descendentes deste matrimónio temos conhecimento que o filho António morreu em Famalicão, no estado de casado, a 12 de outubro de 1897 e a filha Júlia casou em 1876, com António José do Rego que foi para o Brasil, por volta dos 18 anos, em 5 de outubro de 1875, solteiro. Era natural de Santo Tirso, onde nasceu cerca de 1852, filho de um padeiro da praça da Mota, em Famalicão, onde residia a família. No registo de matrimónio surgia como capitalista e ao nascimento do filho como escriturário.

Na família de Caetano José de Faria Lopes e de Joaquina Rosa Marques, além dos filhos e dos genros, também emigraram para o Brasil os netos Joaquim e Amélia nascidos respetivamente, a 1 de fevereiro de 1881 e a 5 junho de 1881, filhos do genro António José da Silva, negociante na praça da Mota e da filha Margarida Marques de Faria da Silva. Ele foi com 11 anos e ela com 20. De referir que, no processo de passaporte de Amélia de Faria da Silva, pedido em 24 de setembro de 1901, está anotado ter ido com os tios Anselmo, capitalista no Rio de Janeiro, e Silvana, sua mulher.

Caso 2

Salvador Gonçalves de Araújo, casado com Dona Margarida Ermelinda de Azevedo, filha de Manuel Bento de Azevedo, boticário da Rua Direita, era negociante na Rua Nova de Santo António. Foram para o Brasil os 7 rapazes que tiveram: Júlio, Rodolfo, Daniel, Alfredo, José Avelino, António e Gabriel, ficando dos 9 descendentes só as 2 raparigas¹⁸⁴. Júlio Gonçalves de Araújo, o mais velho dos rapazes, pediu passaporte para o Brasil (não é indicada a localidade) em 21 de outubro de 1872, em Famalicão, quando tinha 12 anos; Rodolfo Gonçalves de Araújo apareceu-nos pela primeira vez a fazê-lo em 19 de fevereiro de 1898, com 44 anos, casado e indicando como destino o Pará; Alfredo Avelino Gonçalves de Araújo solicitou documentação para a Baía, aos 13 anos, em 9 de abril de 1877, José Avelino Gonçalves de Araújo foi a primeira vez com 13 anos, em 14 de setembro de 1879, António Gonçalves de Araújo foi para o Rio, com 12 anos, em 7 de agosto de 1878 e Gabriel emigrou com 18 anos, em 10 de maio de 1890. Quanto a Daniel Augusto Fernandes de Araújo, nascido a 4 de dezembro de 1862, só em 1905 o vimos referido como casado e a residir no Brasil, no processo de inventário orfanológico¹⁸⁵ por óbito da mãe, desconhecendo-se quando foi pela primeira vez e quaisquer viagens a Famalicão. Pelo mesmo inventário orfanológico ficamos a saber que Júlio de Araújo estava casado no Brasil e que Daniel de Araújo já tinha falecido e deixado viúva e duas filhas menores, neste país.

Américo¹⁸⁶, um dos sobrinhos de Júlio de Araújo e irmãos, por parte da irmã, Dona Engrácia Clara Fernandes de Azevedo Araújo, casada com Camilo Correia do Amaral¹⁸⁷, solicitador, deve ter ido

¹⁸⁴ Teve 11, mas 2 filhas morreram na infância.

¹⁸⁵ O Jornal *O Regenerador* de 16 de dezembro de 1905, na p. 1, insere na secção dos éditos de 30 dias por inventário orfanológico, o texto que se transcreve: *por falecimento de Dona Margarida Ermelinda Fernandes de Araújo, até então residente nesta vila, viúva, em que é inventariante Dona Ana Adelina Fernandes de Araújo, solteira, maior, filha da inventariada, desta mesma vila, citando-se o co-herdeiro Júlio Gonçalves Fernandes de Araújo, casado com Dona Maria, ignora-se o sobrenome e Dona. Alzira, menor, púbere, Dona Isaltina, menor, púbere, conjuntamente com a sua mãe Dona Clotilde Maria de Oliveira Araújo, viúva de Daniel Augusto Fernandes de Araújo, todos ausentes em parte incerta no Brasil.*

¹⁸⁶ Jornal *O Regenerador* de 22.04.1905, p. 2.

¹⁸⁷ O primogénito deste casal, Raul, foi para Lourenço Marques, onde casou em 7.5.1923.

também para o Brasil, talvez para junto dos tios, em idade anterior ao cumprimento do serviço militar, uma vez que foi citado como refratário.

É lícito pensarmos que na geração nascida antes da independência do Brasil, estariam os primeiros emigrantes desta família, tal como exporemos.

António Joaquim Fernandes, natural de Vermoim, nascido por volta de 1818, foi pai de José Joaquim de Sousa Fernandes, senador, (também este emigrante no Rio, como adiante se falará). António Joaquim era irmão de Maria Joaquina Fernandes, casada com o boticário Manuel Bento de Azevedo. António e Maria Joaquina tinham outros irmãos, entre eles, Francisco nascido em Famalicão, em 1815 e falecido em 7 de agosto de 1860, no Brasil, com 40 anos, solteiro, negociante e Joaquim José Dias Fernandes, nascido em Famalicão, cerca de 1818, que casou com a cidadã brasileira (de S. José, Rio de Janeiro), Dona Adelaide Augusta Freitas Fernandes, proprietária, falecida em 3 de abril de 1864, em Famalicão, deixando Joaquim José viúvo depois de terem uma filha nesta freguesia que só sobreveio dois meses à mãe. Este casal tinha, no entanto, outra filha nascida em Candelária, Rio de Janeiro, Maria Adelaide Freitas Fernandes, que em 26 de dezembro de 1891, 10 meses depois de o pai falecer em Famalicão, como proprietário, casou, aos 35 anos, com o estatuto de proprietária, com Manuel Alves Pinto Guimarães, de 39, viúvo, negociante, de Infias, Guimarães. Ou seja, em 26 de abril de 1801, contraiu matrimónio em Famalicão, Paulo Joaquim Fernandes com Ana Luísa Sousa Fernandes e tiveram pelo menos, 10 filhos. Documentada é a ida para o Brasil de dois, como se disse atrás, um que regressou casado a Famalicão, na posição de possidente e o outro que morreu solteiro, no Brasil.

É visível a ligação familiar do Senador José Joaquim de Sousa Fernandes e dos irmãos (os três emigraram para o Brasil), com Júlio de Araújo e os irmãos, pois Maria Joaquina Fernandes, (irmã de António Joaquim Fernandes, pai do senador Sousa Fernandes) e Manuel Bento de Azevedo tiveram filhos, entre os quais Margarida Ermelinda Fernandes de Azevedo, casada com Salvador Gonçalves de Araújo. Logo, Margarida Ermelinda era sobrinha do pai do Senador, portanto, prima deste. Deste modo, natural se torna que os filhos de Salvador de Araújo e da mulher fossem incentivados a emigrar pelos tios maternos Francisco Fernandes de Azevedo e Luís Fernandes de Azevedo, sendo de admitir que o primeiro tenha sido o principal apoio dos sobrinhos, porque morreu solteiro, como negociante, no Brasil e eventualmente tenha ajudado os familiares.

Nesta linha de brasileiros houve uma ascensão social, através da terratenência e do mundo dos negócios e também do desempenho de cargos políticos, com Sousa Fernandes e Júlio de Araújo a serem presidentes da edilidade famalicense e o primeiro a

desempenhar o cargo de senador. É de lembrar que a mãe de Júlio de Araújo era sobrinha do pai de Sousa Fernandes.

Caso 3

José Joaquim Ferreira Brandão, serralheiro, do lugar de Serrões, e a mulher Benta da Costa Faria tiveram 11 filhos e destes, pelo menos 7 foram para o Brasil: Jesuína, Francisco José, Júlio José, Carlos José, Paulo, António e Sofia.

Jesuína Faria, nascida em 8 de março de 1851, casou no Brasil com Luís da Costa Chaves e faleceu no Rio de Janeiro, em 13 de setembro de 1910, no estado de casada; Francisco José de Faria Brandão, nascido em 5 de dezembro de 1854, emigrou com 13 anos, em 4 de junho de 1868; Júlio, nascido em 11 de dezembro de 1856, pediu guia para passaporte, em 30 de junho de 1870, aos 13 anos; Carlos José de Faria Brandão, nascido em 17 de abril de 1859, candidatou-se a emigrante, em 25 de outubro de 1871, com 12 anos; Paulo de Faria Brandão nascido em 4 de julho de 1844, também terá saído entre os 13 e os 14 anos, casou com uma cidadã brasileira e faleceu no Rio de Janeiro, em 16 de abril de 1885; Sofia, nascida em 23 de outubro de 1867, foi com o irmão Júlio José, com passaporte coletivo, em 9 de setembro de 1890 e casou no Rio de Janeiro, com Clementino Machado, natural de Guardizela, Guimarães; Emília também foi nesta viagem com os dois irmãos, mas casou em Famalicão.

Só o Carlos e o António faleceram em Famalicão, o primeiro, em 22 de dezembro de 1942, como solteiro e o segundo, em 11 de maio de 1943, no estado de viúvo.

António José de Faria Brandão¹⁸⁸ casado em Nossa Senhora da Glória, Valença, Rio de Janeiro, com Maria Esteves Brandão, nascida nesta paróquia, viveu algum tempo em Famalicão, onde batizou a filha Olga em 22 de maio de 1882. Tinha ainda este casal dois filhos nascidos no Rio de Janeiro, Heitor e José.

Heitor Esteves Brandão casou em Lordelo do Ouro, no Porto, a 12 de março de 1906, com Estela Nunes de Sá, filha do opulento banqueiro Constantino Nunes de Sá e era sócio da empresa bancária Brandão e C^a, fundada em 1907, com sede em Vila Nova de Famalicão, tendo como outro sócio Francisco Correia de Mesquita Guimarães. O capital social da firma era de 10.000\$00 dividido em partes iguais. Esta sociedade durou 24 anos e suspendeu os pagamentos em 26 de fevereiro de 1931, compelida pela crise económica que se sentia na região do Minho e pelo estado do Banco do Minho¹⁸⁹.

Como resultado desta falência o comércio e a indústria do concelho deixaram de contar com o apoio desta casa bancária, basilar na concessão de créditos que suportavam estes sectores de atividade.

De José Esteves Brandão, irmão de Heitor, temos conhecimento que foi um importante colecionador de obras de arte, desde a faiança à escultura¹⁹⁰.

O irmão mais velho de Benta, António da Costa Faria, emigrou para o Brasil e teve êxito nos seus empreendimentos, vindo a ser Comendador da Ordem de Cristo. Casou em Famalicão, em 6 de julho

¹⁸⁸ Foi o iniciador das Festas Antoninas em Famalicão, segundo Vasco de Carvalho. Cf. do autor, *Famalicenses ilustres*, pasta 22 do seu espólio no fundo local da Biblioteca Camilo Castelo Branco, em Famalicão.

¹⁸⁹ <http://pesquisa.adporto.pt/details?id=414525>.

¹⁹⁰ Existe no fundo local da Biblioteca Camilo Castelo Branco em Famalicão, um documento em que estão contidas as peças deste colecionador de arte que foram a leilão em Lisboa.

de 1862, com 48 anos, na posição de capitalista e faleceu, em 9 de janeiro de 1883, no estado de casado, com 2 filhos naturais e 6 legítimos, fruto da relação com uma sua antiga criada de servir, Amélia Maria da Costa Faria, natural de Ribeirão.

O outro irmão de Benta da Costa Faria, Francisco da Costa Faria¹⁹¹, nascido por volta de 1818¹⁹², emigrou também para o Brasil e usufruiu do estatuto de negociante e abastado proprietário no Rio de Janeiro, onde casou, teve filhos e faleceu. Foi-lhe atribuído o título de barão de Faria, em 1878, por decreto de D. Luís I.

Supomos que os irmãos de Dona Benta terão ajudado os sobrinhos no Brasil, onde todos tiveram êxito.

Caso 4

Entre os onze filhos vivos de Domingos José Dias e da mulher, Maria Rosa Gomes, donos do Hotel Vilanovense, pelo menos três foram para o Brasil: Urias, Rafael e Heitor. Urias Dias Marques nascido em Gavião por volta de 1876 foi o primogênito e pediu passaporte em Braga, em 3 de maio de 1898, aos 23 anos, como solteiro, onde indicava a profissão de empregado comercial¹⁹³; Rafael Dias Marques, nascido em 9 de agosto de 1884 em Famalicão, solicitou a documentação para emigrar na mesma cidade e data, com 13 anos. Era o terceiro na ordem da descendência masculina. Os periódicos locais foram anunciando as partidas e chegadas de Rafael, como a de 1904, então a exercer a profissão de empregado comercial e a notícia¹⁹⁴, em 14 de outubro de 1905, que referia a dissolução da empresa que tinha com o irmão Urias¹⁹⁵. Rafael Dias Marques casou duas vezes. Morreu no Brasil, na altura, com a profissão de motorista e deixou lá descendência.

Encontramos uma nova ligação ao Brasil, na filha de Domingos José Dias e mulher, Joaquina, casada com Albino Folhadela¹⁹⁶. Embora ela não tenha emigrado, fê-lo o marido que foi negociante e veio a falecer lá separado da mulher que morreu em Antas, em 1952.

Outro filho do casal Domingos José e Maria Rosa foi Heitor nascido em 14 de fevereiro de 1882, logo, dois anos mais velho que Rafael. Pediu passaporte em Famalicão, em 20 de abril de 1895, aos 14 anos e por último temos o filho João Dias Marques nascido em 9 de fevereiro de 1895 a solicitar passaporte a 14 de setembro de 1908, com 13 anos.

Pela imprensa local¹⁹⁷, ficámos a saber que o tio materno destes rapazes, João Mendes da Costa Marques, se encontrava em junho de 1905 na freguesia de S. Martinho do Vale¹⁹⁸, temporariamente regressado do Rio, constando como comerciante desta praça e importante capitalista.

¹⁹¹ NPB, vol. II, p. 573 e AGB, vol. V, p.114 e http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=54471.

¹⁹² Neste período não existem livros de registo de batismo.

¹⁹³ Em 1922, saiu em Famalicão o primeiro número do jornal *Vida e Sport*, cujo proprietário e editor era Urias Dias Marques.

¹⁹⁴ Jornal *O Regenerador*, p. 1 v.º.

¹⁹⁵ No Jornal *O Regenerador* de 11.11.1905, p. 1, refere-se que no estabelecimento deste se vende o café diretamente importado da fazenda do ribeirense Bernardino António dos Santos, proprietário da fazenda do Japão, no Brasil. No mesmo Jornal do dia 18, na p.1 diz-se que neste estabelecimento, a funcionar nos baixos do Hotel Vilanovense, se vendia goiabada de primeira qualidade, do Brasil. Na página 1 vº refere-se a venda de farinha de mandioca.

¹⁹⁶ Além dele, outros membros da família Folhadela emigraram para o Brasil.

¹⁹⁷ Jornal *O Regenerador*, de 24 de junho de 1905, p. 2.

¹⁹⁸ Ainda hoje existe nesta freguesia, na margem da estrada, uma casa apalaçada, mandada construir por ele, que tinha uma grande claraboia por onde jorrava um mar de luz e umas imponentes escadas interiores.

Caso 5

António Joaquim Fernandes, lavrador do lugar de Mões, e Justa Maria de Sousa, sua mulher, viram os 3 filhos partir para o Brasil e só de um temos conhecimento que regressou a Famalicão. Aires manifestou a sua vontade de ir para o Rio, em 23 de dezembro de 1867, aos 13 anos. O irmão Joaquim José também embarcou para esta cidade, com a mesma idade e, sobre a irmã, Eugénia Arminda Fernandes (Andrade), temos informação que casou no Engenho Velho, no Rio de Janeiro, com Francisco Andrade, natural de Britelo, Celorico de Basto.

Em 2 de novembro de 1892, Aires Joaquim de Sousa Fernandes, de 38 anos e solteiro, pretende regressar ao Rio e, em 11 de julho de 1899, Joaquim José de Sousa Fernandes¹⁹⁹, então viúvo, de 50 anos e proprietário também pediu passaporte em Braga, para essa cidade.

Dos filhos do casal António Joaquim e Justa, o que teve mais notoriedade foi Joaquim José de Sousa Fernandes que nasceu e faleceu em Famalicão respetivamente a 24 de janeiro de 1849 e 13 de abril de 1928. Desempenhou vários cargos de relevo na autarquia e foi um dos fundadores do Centro Republicano Bernardino Machado, em Famalicão²⁰⁰. Casou três vezes, a primeira e segunda com duas irmãs, Maria Antonieta e Maria Júlia, respetivamente em 11 de julho de 1885 e 4 de julho de 1891, irmãs de Lázaro Joaquim de Sousa Ferreira, famalicense que emigrou para o Rio, com 13 anos, em 13 de outubro de 1876. É curioso constatar que os pais do Senador e os de Lázaro eram vizinhos, residindo os primeiros, no lugar de Mões e os segundos, num sub-lugar deste, de nome Fornelo. Quem sabe se o exemplo dos Sousa Fernandes não impulsionou a ida de Lázaro e este também possa ter sido ajudado pelos tios de Sousa Fernandes.

Como já havíamos referido, Aires Fernandes e Joaquim José Fernandes tinham dois tios paternos no Brasil: Joaquim José Dias Fernandes que casou na Candelária, Rio de Janeiro, com Dona Adelaide Augusta de Freitas Fernandes e depois regressou a Famalicão onde se fixou, enquanto durou o primeiro casamento e onde teve uma filha e Francisco Dias Fernandes, falecido em 7 de agosto de 1860, no Brasil, com 40 anos, no estado de solteiro, como negociante. Este fato poderá ter ajudado a partida dos sobrinhos para o Brasil²⁰¹.

Caso 6

João Robalo Ferreira era relojoeiro estabelecido na praça da Mota e havia casado em Gião, Vila do Conde, com Ana Ferreira de Jesus Maia. Tiveram pelo menos oito filhos, três raparigas e cinco rapazes. Partiram para o Brasil, o José, o Américo e o Delfim. Acerca do primeiro, nascido na freguesia de Modivas, do concelho de Vila do Conde, sabemos que pediu guia em Famalicão, em 1 de junho de 1889, indicando ter nesta data 13 anos. A imprensa famalicense ia dando eco das suas viagens entre

¹⁹⁹ Joaquim José, depois Senador Sousa Fernandes, refere em várias circunstâncias ter sido graças ao apoio de um tio que logrou alcançar sucesso na vida comercial.

²⁰⁰ O espólio Sousa Fernandes que consultámos para este trabalho contém um acervo muito rico que contamos retomar.

²⁰¹ O espólio de Sousa Fernandes existente no fundo local da Biblioteca Camilo Castelo Branco, em Famalicão, tem guardado um conjunto valioso de documentos que permitem ajudar a compreender facetas da história de Famalicão como redes múltiplas de influências e sociabilidades, relações de parentesco em que incluímos o parentesco espiritual, relações de vizinhança, *puzzles* políticos, entre outros.

Famalicão e o Rio de Janeiro e dos sucessos que alcançou, desde empregado comercial, a sócio de uma empresa considerada a melhor em chapéus de proveniência europeia, a Chapelaria Alberto & C.^a no Rio de Janeiro. Regressou a Famalicão, pensamos que na sequência da morte da única filha, facto noticiado pelo Jornal *O Regenerador*²⁰², a 13 de maio de 1905. José morreu em 1915, com 39 anos, sem ter casado. Quanto a Américo, nascido em Vila Nova de Famalicão, a 13 de janeiro de 1889, pediu passaporte para o Brasil, em 9 de janeiro de 1913, com 23 anos, no estado de solteiro e indicou como profissão a de industrial. Sobre o Delfim, nascido a 20 de fevereiro de 1882, que manifestou intenção de emigrar, em 22 de abril de 1895, não temos mais elementos. Ou terá ficado no Brasil, ou se regressou, não se casou, nem faleceu em Famalicão.

Caso 7

Aurélio Ribeiro da Silva Coelho teve com a mulher Dona Maria Rosa de Jesus, pelo menos 9 filhos. Ao casamento, em 1874, ele vivia das suas rendas e passaram a residir na Rua Direita. O filho Firmino pediu passaporte em Famalicão, a 18 de setembro de 1895, com 13 anos e já órfão de pai. Passados cerca de dois anos, também partiram para o Brasil a mãe e as irmãs Aurelinda e Branca. Presumimos que iriam juntar-se a ele.

Será de referir que o tio-avô de Firmino, pelo lado materno, era o Comendador da Ordem de Cristo, António José Pedrosa, nascido em Famalicão, em 6 de março de 1797, adido honorário, em 1845, no Rio de Janeiro e sogro do segundo Conde de Paraty, D. João Inácio Francisco de Paula de Noronha, de quem já falámos²⁰³. Logo, Firmino era primo por afinidade deste titular devido a ele ter casado com Dona Francisca da Cruz Lacé Pedrosa.

Em 23 de janeiro de 1883, no estado de casado, com 38 anos e 3 filhos, com a profissão de solicitador e indicado também como proprietário, emigrou para o Rio de Janeiro, Joaquim de Freitas Pedrosa, filho de Custódia Pedrosa e de Manuel José Rodrigues de Freitas, sobrinho do Comendador António José Pedrosa.

Podemos concluir pela análise destes exemplos, que quer seja antes da independência do Brasil, ou depois, os laços familiares teriam contribuído para a decisão da partida, e que relações de vizinhança seriam também de considerar. Como paradigma desta situação temos alguns dos empregados de Manuel Joaquim Pinto da Silva, natural de Gavião, (dono de uma empresa no Rio), os irmãos Alpoim, Guilherme e Bernardo, filhos do empregado público, António Alpoim Fortunato, naturais de Gavião, tal como o patrão, que por sua vez já tinha sido caixeiro e depois empregado

²⁰² P. 1 vº.

²⁰³ Em 1844, o 2.º conde de Paraty residia no Rio de Janeiro e era adido de segunda classe, cargo que manteve, pelo menos, por mais um ano.

comercial de um conterrâneo, Francisco Joaquim Gomes, da firma Câmara e Gomes do Rio de Janeiro²⁰⁴.

Neste período é dominante a ida de homens, regra geral de jovens. Encontra-se com frequência a partida de um elemento da família, normalmente um homem jovem, a que se seguem outros e até o reagrupamento familiar, no caso da morte do chefe de família. É comum outrossim, a existência de famílias que durante várias gerações têm migrantes no Brasil e, se de alguns membros nos é dado conhecer o regresso, ou a sua permanência definitiva neste país por vezes a constituir família e a lá falecer, de outros nada mais se diz.

Dos candidatos a trabalhar no Brasil e que conseguimos enquadrar na família, surgem-nos outras situações:

B-Filhos de famílias das mais destacadas

Caso 1

José Veloso de Miranda Campos, filho de José Veloso de Miranda e de Dona Quitéria Joaquina de Almeida Campelo, do lugar da Rua, descendente dos enfiteutas da Quinta da Eira, era o mais velho dos filhos que conhecemos ao casal. Órfão, solteiro e com 27 anos, projetou ir para o Rio de Janeiro, em 17 de maio de 1868. Com a irmã já casada há 5 anos, talvez herdeira privilegiada e tendo José, porventura, recebido tornas que lhe permitiram custear a viagem, decidiu traçar um novo rumo na sua vida.

Caso 2

Augusto Rodrigues Cardoso, Alberto Rodrigues Cardoso e João Abílio Rodrigues Cardoso eram netos pelo lado materno de Joaquim de Sá Leonardo, proprietário e antigo presidente da Câmara de Famalicão, e filhos de José Rodrigues Cardoso, proprietário na praça da Mota. O primeiro, nascido em 25 de setembro de 1851, pediu guia para o Brasil em 22 de setembro de 1873, com 11 anos, o segundo, nascido em 9 de junho de 1853, pediu guia em 2 de outubro de 1871, com 18 anos e o terceiro solicitou a documentação em 28 de março de 1873, com 13 anos. João pouco tempo lá terá ficado, pois faleceu em Famalicão, aos 20 anos e de Augusto e Alberto desconhecemos outros elementos da sua vida. Será de acrescentar que eles eram órfãos de mãe.

²⁰⁴ Falecido há pouco tempo em Paris, segundo *O Regenerador de 07.09.1907*, p.1.vº. Trata-se de uma extensa notícia, que pensamos retomar e que nos ajudará a compreender o processo de acumulação de bens destes emigrantes.

Caso 3

Amândio Fernandes Carreira, filho do proprietário e recebedor na comarca de Famalicão, Albino Fernandes Guimarães Carreira e de Dona Joaquina Júlia Oliveira Peixoto, neto pela parte materna do bacharel Manuel José Oliveira Peixoto e de Dona Maria Joaquina Lobo, naturais de Santa Eulália, Fafe, tratou em Famalicão do processo burocrático para ir para o Brasil, em 19 de abril de 1891, dizendo ter 17 anos, ser solteiro e haver nascido em Fafe. O irmão José Maria Carreira emigrou em 16 de setembro de 1882, no estado de solteiro.

Alguns famalicenses regressaram à freguesia depois de terem casado no Brasil. Uma parte teve lá filhos e outra não. Houve uns que batizaram descendentes na sua terra, ou porque circunstancialmente aqui estivessem, ou assim determinassem. Pelos registos dos batismos dos filhos conseguimos resgatar outros emigrantes, como:

C- Retorno de famalicenses casados no Brasil

Caso 1

Maria da Graça Covas, natural de Antas, onde nasceu a 24 de março de 1858, cujos pais passaram a residir em Famalicão, filha de Bártolo Covas Garcia e de Ana Rosa Rodrigues, casou em Campinas, S. Paulo, com João Godinho, residente no Brasil, com a profissão de criado de servir, aquando do nascimento da filha Maria da Glória, em Famalicão, em 13 de fevereiro de 1880. Adolfo, sobrinho de Maria da Graça, filho do irmão António Covas Garcia, ferreiro, casado em 31 de outubro de 1871, com Teresa de Jesus, criada de servir, foi para o Brasil em 1909, com 23 anos, indicando ter a profissão de funileiro. Como não possuímos mais referência aos tios, é provável que tenham ficado no Brasil e ajudado o sobrinho.

Caso 2

Houve famalicenses que regressaram do Brasil depois de viúvos e refizeram as suas vidas na freguesia, como:

João da Costa Carvalho Sá, nascido em 30 de agosto de 1814, viúvo de Dona Ana Joaquina Oliveira, falecida em Curitiba, Brasil, que casou em 30 de novembro de 1872, em Famalicão, já com 50 anos, com Justina Oliveira, exposta na Roda de Santo Adrião, em 15 de outubro de 1843, de 29 anos, provavelmente para legalizar a relação que tinham, pois passado pouco mais de três meses da realização

do casamento, nasceu-lhes uma menina, que logo faleceu. Na altura do matrimónio, ele vivia das suas rendas e ela era criada de servir, eventualmente em casa dele.

Outros casaram no Brasil e retornaram à freguesia, onde tiveram filhos, como:

Caso 3

Luís Fernandes de Azevedo, nascido a 27 de janeiro de 1833, filho do boticário Manuel Bento de Azevedo, casou na freguesia da Lagoa, S. Sebastião, Brasil, com Dona Joaquina Adelaide Couto de Azevedo, natural de Candelária, Rio de Janeiro. Voltou a Famalicão, pelo menos, em 16 de agosto de 1861, (data do batizado do filho Luís), na posição de negociante e capitalista. Teve na Vila mais 4 filhos. Dona Joaquina faleceu aqui, em 18 de agosto de 1868. Ele voltou a casar, aos 40 anos, na freguesia do Louro, a 1 de maio de 1873, com Gracinda Ribeiro Oliveira da Costa, de 18 anos, com quem teve, pelo menos 9 filhos, agora com a profissão de empregado de caminho-de-ferro do Minho e proprietário. Faleceu no estado de casado, a 18 de maio de 1898, em Famalicão.

Caso 4

Manuel Ferreira de Carvalho nascido em Famalicão, em 10 de março de 1855, casou no Recife-Pernambuco²⁰⁵, com Laura Gonçalves de Carvalho, natural de Santo Ildefonso, Porto e batizou o filho Jaime, nesta Vila, a 1 de fevereiro de 1893.

Caso 5

António Joaquim da Costa Macedo, natural de Famalicão²⁰⁶, casou na freguesia de S. José, no Rio de Janeiro, com Teresa Martins Marques, desta localidade. Na posição de proprietário e capitalista, teve na Vila três filhos, entre 25 de abril de 1862 e 5 de maio de 1867, falecendo-lhe a mulher com a idade de 39 anos, talvez por complicações do parto, uma vez que morreu decorrido pouco mais de três meses do nascimento do filho.

Caso 6

António José de Faria Brandão, natural de Famalicão, onde nasceu, em 15 de novembro de 1848, casou na freguesia de Nossa Senhora da Glória, Valença, Rio de Janeiro, com Maria Esteves Brandão, desta localidade. Na qualidade de capitalista, teve na Vila a filha Olga, a 22 de maio de 1882, depois de já

²⁰⁵ Encontramos o irmão mais velho, Joaquim Ferreira de Carvalho, a pedir passaporte para Pernambuco, em Braga, em 1901, indicando ser casado e capitalista.

²⁰⁶ Como não descobrimos a data de nascimento e nos registos de batismo dos filhos é referido que nasceu em Famalicão, presumimos que tenha ocorrido no período em que não temos os assentos.

haver sido pai de Heitor e José, no Rio de Janeiro. Mandou construir duas casas em Famalicão, na linha de outros *brasileiros* de sucesso e aqui faleceu no estado de viúvo, em 14 de fevereiro de 1897.

D. Mulheres de emigrantes

Encontramos mulheres que vivenciaram a partida dos maridos nunca regressados, ficando numa posição indefinida, nem casadas, nem viúvas. Algumas destas mulheres tiveram filhos de outra relação, como:

Rita da Costa, criada de servir, casada com Manuel José da Cruz, que foi para o Brasil, não se sabendo dele, pelo que Rita seria *casada ou viúva*, segundo o padre. Teve a filha natural, de nome Maria Rosa da Costa, em Famalicão, que por sua vez, em 27 de agosto de 1903, com 22 anos, emigrou para Manaus, então solteira e doméstica, residente nesta data no Porto, indicando-se no processo que não sabia escrever. Levou o filho natural, Florêncio, de 16 meses, nascido em Cedofeita, Porto, filho de Silvino Rodrigues de Almeida Magalhães.

A poesia popular reflete o drama por que passam os que cá ficam, como comprova a quadra que se reproduz.

*Limoeiro do Brasil
Deita-me cá um limão
Quero tirar uma nódoa
Que trago no coração*²⁰⁷.

A emigração, predominantemente masculina, causou assimetrias e a mulher, fazendo lembrar as cantigas de amigo, embora o sujeito poético nestas seja o homem, demonstra a dificuldade em ficar sozinha, até sob o ponto de vista emocional, um dos fatores do reagrupamento familiar, como é visível nas cartas de chamada, onde o homem, pela saudade e pela ajuda esperada da mulher, promove a vinda da família.

E. Outras situações

Situações diversas poderão ser chamadas à colação como as dos casais cujos filhos não foram acompanhados pelo pai durante o seu crescimento e até em dias especiais, por exemplo, o do casamento, como o de Rosa Moreira que em 15 de maio de 1875 casou em Famalicão, com João da Costa, pois o pai, Bernardino Moreira, encontrava-se ausente no Brasil. Houve filhos que morreram quando o pai estava longe,

²⁰⁷ Jornal *O Regenerador*, de 15 de abril de 1905, p. 1

como David que faleceu *no estado de menor idade*, em 1 de junho de 1854 quando o progenitor se encontrava emigrado no Brasil, protagonizando um caso de crianças criadas em lares monoparentais. David era filho de Joana Rosa casada com António José de Sousa Veloso, que na data, estava nos Estados do Brasil. Registámos também situações de filhos que nem conheceram o pai, como Manuel Dias Ferreira que se encontrava no Brasil, quando a mulher, Maria Máxima de Sousa Ramos, de 28 anos, pouco mais ou menos, residente na Rua Direita, já com duas crianças do seu casamento, viu morrer à nascença um filho, que ainda foi *ensopiado* e passados dias faleceu também ela, deixando dois órfãos²⁰⁸.

Por último, citam-se dois casos iguais a outros que terão ocorrido de mulheres que ficaram sem os maridos por a viagem de regresso (eventualmente temporário), ter sido mal sucedida, como aconteceu com Teresa Maria da Silva, casada com Manuel de Carvalho, este natural de Gondíães, Cabeceiras de Basto, falecido a 10 de março de 1861, a bordo de uma embarcação que fazia viagem do Império do Brasil para este Reino e o de mães que morreram com os filhos ausentes no Brasil, como Maria Josefa, solteira, por apelido, a Galega, que faleceu em 13 de março de 1864, com dois filhos no Brasil.

A imprensa deu-nos conta de casos em que, por estarem no Brasil ao mesmo tempo vários irmãos, estes terem encontrado uma estratégia, a de se revezarem na vinda a Portugal, para visitarem a família, principalmente os pais, que iam envelhecendo. Temos diversas situações, de que citamos a dos irmãos Loureiro.

Chegou António Gomes Loureiro, empregado na Casa Rosas²⁰⁹ (...) veio substituir o irmão Joaquim Loureiro.

6.5 Dados quantitativos da emigração legal da Vila de Famalicão²¹⁰ e do concelho

Foi significativo o fluxo migratório do concelho de Vila Nova de Famalicão²¹¹ desde a segunda metade do século XIX até o eclodir da Primeira Guerra Mundial²¹²

²⁰⁸ Livro de óbitos de Vila Nova de Famalicão, de 26.09.1852 a 30.07.1874.

²⁰⁹ Jornal *O Regenerador* de 18.05.1907, p. 1 vº. A Casa Rosas, em Manaus, pertencia ao Comendador da freguesia do Louro, concelho de Vila Nova de Famalicão, José Rosas (negociante) ou José Gonçalves Araújo, ou José Gonçalves Araújo Rosas, irmão do Comendador António G. Araújo. *O fundo da Empresa J. G. Araújo foi doado ao Museu Amazônico através de um acordo entre a Universidade Federal do Amazonas e a Firma J. G. Araújo & Cia Ltda., em 13 de novembro de 1989, por meio de um "Instrumento Particular de Contrato de Doação". De propriedade de José Gonçalves de Araújo, a empresa foi considerada a maior casa aviadora entre o final do século XIX e a metade do século X, <http://www.museuamazonico.ufam.edu.br/histdoc/30>.*

²¹⁰ Consideraram-se para este estudo todos os residentes, mesmo que não tivessem nascido na Vila, e os indivíduos que satisfizessem cumulativamente duas premissas: naturalidade e residência na sede do concelho.

²¹¹ Para este estudo tivemos em conta todos os naturais e residentes no concelho que manifestaram intenção de emigrar na Câmara de Famalicão e no Governo Civil de Braga.

²¹² O Jornal *O Porvir* de 25 de abril de 1907 na página 2 noticia que no mês anterior tinham sido concedidos no Governo Civil de Braga 183 passaportes, 9 deles do concelho de Famalicão.

através de passaporte ou de carta de ordem para vários destinos, com primazia para o Brasil e predominantemente através de documentação individual, muito embora não seja de alijar a possibilidade de seguirem viagem com parentes, vizinhos ou amigos. Mais seriam se pudéssemos contabilizar os que saíram sem documentação²¹³. Em 1905, por exemplo, somos informados pela imprensa local²¹⁴ terem sido presos pela polícia da emigração alguns indivíduos de Riba de Ave, por arriscarem embarcar para o Brasil sem documentação. Em 1906, na mesma fonte, encontrámos esta notícia:

Por tentarem emigrar clandestinamente para o Brasil, foram presos pela polícia repressiva António Domingues da Costa, seu irmão José Domingues da Costa, seu pai Manuel Domingues da Costa e os senhores António da Cunha e Joaquim da Costa Painço, os dois últimos apenas por terem dado carta de recomendação aos emigrantes. Todos prestaram fiança²¹⁵.

Neste estudo iremos abordar primeiro as saídas legais para o Brasil e depois para os outros destinos e faremos o enquadramento concelhio e a análise da Vila. O quadro que se segue perspetiva-nos três períodos e ainda o período global.

Quadro n.º 89
Emigração legal de todo o concelho para o Brasil²¹⁶: 1867-1914

Período	Individual	Coletiva	Total de pedidos
1867-1890	1428	60	1488
1891-1902	354	85	439
1903-1914	1064	76	1140
1867-1914	2846	221	3067

Fontes: P.G.R.A.I.A.C.VNF e R.P.P.GCB

Entre 1867²¹⁷ e 1890 quase chegou ao milhar e meio o número de indivíduos do concelho que manifestou intenção de emigrar com documentos legais, cifrando-se na média anual de 64,2 indivíduos. Anos houve como o de 1871 que quase chegou à centena e meia, atingindo-se as duas centenas no ano seguinte. O número de pedidos de passaporte diminuiu bastante entre 1891 e 1902, cifrando-se numa média anual de 36,5 indivíduos. O volume atingiu a média anual máxima entre 1903 e 1914, com 95

²¹³ Veja-se a este propósito o estudo «Saídas clandestinas do Norte de Portugal para o Brasil em meados do século XIX» pp. 160-183, de José Viriato Capela e Maria da Conceição Falcão Ferreira, inserido em *Os "brasileiros" da emigração*, Jorge Fernandes Alves (dir.) (1999b), Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. No referido artigo os autores analisam através dos *Autos crime do juízo de direito da comarca de Braga (maço n.º 109/B de 1867, n.º 296, livro 12, n.º 706)* um processo relativo a suspeitas que impediavam sobre a emissão de passaportes falsos com chancela do Governo Civil de Braga entre abril e dezembro de 1866. Do que foi possível conferir apurou-se que dos 605 passaportes alegadamente passados por esta entidade só 342 se encontravam registados. Verificou-se ainda que alguns números de ordem de passaporte tinham sido usados mais que uma vez. Neste processo provou-se o conluio entre funcionários do governo civil, falsificadores de caligrafia e engajadores, visando o lucro obtido pela passagem de portugueses para o Brasil, contornando a lei. Entre os 3176 indivíduos que partiram da barra do Douro, entre abril e dezembro de 1866, 67 deles eram do concelho de Vila Nova de Famalicão. Esta circunscrição administrativa ocupou nesse período no distrito de Braga a terceira posição em termos de saídas, só atrás de Braga e de Vila Verde, respetivamente com 129 e 70 emigrantes. Pensamos estudar esta documentação sobre o concelho de Famalicão em tempo próximo.

²¹⁴ *Jornal O regenerador* de 16 de setembro de 1905, p. 2.

²¹⁵ *Jornal O regenerador* de 24 de novembro de 1906, p. 1.

²¹⁶ Dados preliminares.

²¹⁷ Dispomos de dados desde 25 de novembro deste ano.

solicitações de habitantes do concelho a pretender sair em busca de novas possibilidades fora do País.

O quadro seguinte dá-nos um panorama do número de indivíduos da Vila que queriam seguir para o Brasil.

Quadro nº 90
Emigração legal da sede concelhia para o Brasil: 1867-1914

Período	Documento Individual	Documento Coletivo	Total de pedidos
1867-1890	102	5	107
1891-1902	48	20	68
1903-1914	43	3	46
1867-1914	193	28	221

Fontes: P.G.R.A.I.A.C.VNF e R.P.P.GCB

Da sede concelhia apresentaram documentação para saírem para o Brasil, no primeiro período, em média por ano 4,5 pretendentes. De 1891 a 1902, a média anual atingiu 5,7 e entre 1903 e 1914, a média computou-se em 2,6 indivíduos. Verifica-se assim que Famalicão e as freguesias rurais do concelho não tiveram ciclos similares.

Como se constata, a sede do concelho entre 1867 e 1890 contribuiu com cerca de 7,1 por cento de indivíduos que pretendiam emigrar e entre 1891 e 1902, com 13,6 por cento, quase o dobro do período anterior. No que respeita aos que pensavam ir com passaporte coletivo, a proporção foi respetivamente de 8,3 e de 23,5 por cento.

Atentemos no lapso temporal de 1903-1914. A emigração individual atingiu 4,1 por cento e a coletiva registou 3,9 por cento, logo a proporção mais baixa dos períodos considerados. A viagem com passaporte coletivo dos habitantes da sede acompanhou a tendência de descida encontrada no concelho neste tipo de saídas, porém de maneira mais pronunciada, parecendo indiciar que o reagrupamento familiar já teria ocorrido.

Olhando para o período global de 1867 a 1914, em 100 emigrantes que partiam perto de 7 eram da Vila. No que tange à emigração coletiva a proporção foi superior, com quase treze emissões de naturais ou residentes na sede do concelho em cada 100 deste.

Passemos a considerar com mais detalhe a situação dos que encaravam a possibilidade de emigrar com documentação coletiva que como nos foi dado ver detinham uma parcela menor no cômputo emigratório, começando pela perspectiva alargada do concelho.

Quadro nº 91
Emigração legal com passaporte coletivo de todo o concelho para o Brasil: 1867-1914
(composição)

Agregado	1867-1890	1891-1902	1903-1914	1867-1914
Casal	14	14	15	43
Casal e filhos	9	22	12	43
Casal e criados	0	0	4	4
Casal, filhos e criados	0	4	4	8
Casal, com ou sem filhos e outros familiares ²¹⁸	3	0	1	4
Pai e filhos	14	24	17	55
Mãe e filhos ²¹⁹	13	10	20	43
Tios e sobrinhos	1	4	0	4
Irmãos	6	5	3	14
Patroa e criada	0	2	0	2
Casal, filhos e 2 jovens não familiares	1	0	0	1
Total	60	85	76	221

Fontes: P.G.R.A.I.A.C. VNF e R.P.P.GCB

Do quadro retira-se que entre 1867 e 1890 quarenta e cinco por cento dos agregados familiares que pretendiam emigrar eram constituídos ou pelo casal ou por este e os filhos, aparecendo situações esporádicas em que levaram na sua companhia outros elementos, geralmente familiares próximos. O grupo constituído por um dos membros do casal acompanhado pelos filhos perfazia 43,3 por cento. Daqui se extrai serem outras ocorrências meramente residuais.

De 1891 a 1914 permaneceu este padrão registando-se 46,6 por cento de casais com ou sem descendentes²²⁰, seguido dos casos compostos por um dos elementos do casal com os filhos. No período global 76,1 por cento dos pedidos foi formado por um dos elementos do casal com os filhos, seguido dos agregados familiares constituídos ou só pelo casal ou por este e os respetivos filhos, ascendendo este conjunto a 38,9 por cento.

Examinemos a composição dos grupos que emigraram da Vila.

²¹⁸ No primeiro período, numa das situações foi o casal e o cunhado, na outra partiu o casal com filhos, a irmã do impetrante e o filho e na terceira situação foi o casal com os filhos e o irmão do requerente.

²¹⁹ Num dos casos a mulher levou a mãe.

²²⁰ Incluímos o casal que foi acompanhado do cunhado do requerente.

Quadro nº 92
Emigração legal com passaporte coletivo da sede concelhia para o Brasil: 1867-1914
(composição)

Agregado	1867-1890	1891-1902	1903-1914	1867-1914
Casal	0	2	1	3
Casal e filhos	1	5	0	6
Casal com ou sem filhos e criados	0	2	0	2
Casal com ou sem filhos e familiares ²²¹	2	0	0	2
Pai e filho	1	1	0	2
Mãe e filhos	1	5	2	8
Irmãos	0	2	0	2
Tios e sobrinhos	0	2	0	2
Patroa e criada	0	1	0	1
Total	5	20	3	28

Fontes: P.G.R.A.I.A.C. VNF e R.P.P.GCB

Até 1891 poucos famalicenses pediram guias de passaporte para emigrarem em conjunto vários elementos do grupo familiar e em todas as situações encontrámos o casal ou pelo menos um elemento deste. No período seguinte os cônjuges com ou sem filhos constituíam quase metade dos que saíram (45 por cento). Com um quarto dos casos registados foi também significativa a partida da mãe com os filhos, na maior parte das situações para que se pudesse juntar no país de acolhimento a família nuclear. No período global foi quase de 43 por cento a proporção de grupos familiares em que foi o casal ou este e os filhos e nalgumas circunstâncias com outros parentes ou criados.

A emigração familiar não se fazia só com adultos, com eles em muitas situações foram crianças, algumas de colo, ou pré-adolescentes, como se vê nos dois quadros seguintes, o primeiro numa visão concelhia e o segundo circunscrito à Vila²²².

Quadro nº 93
Emigração legal²²³ com passaporte coletivo de todo o concelho para o Brasil: 1891-1914
(<1 ano-13 anos)

1891-1902		1903-1914		1891-1914
Idade	N.º Abs.	Idade	N.º Abs.	Total
<1 Ano	19	<1 Ano	5	24
1-3	21	1-3	21	42
4-6	28	4-6	21	49
7-13	61	7-13	35	96
Total	129	Total	82	211

Fontes: P.G.R.A.I.A.C. VNF e R.P.P.GCB

No concelho predominaram os jovens entre os 7 e os 13 anos, em todos os períodos. As crianças de colo, embora minoritárias, não deixaram de ter uma expressão considerável até 1902.

²²¹ No primeiro período foi um casal acompanhado do sobrinho menor de 14 anos e um casal com filhos e a irmã do impetrante.

²²² Só começámos nesta data devido à falta de elementos no período anterior.

²²³ Trataremos o período de 1891 a 1914, por só dispormos dos dados sistemáticos para estas datas.

Detenhamo-nos no caso da Vila. Entre 1891 e 1914 registaram-se nas partidas coletivas 23 indivíduos com idades compreendidas entre os três meses e os 13 anos. Acompanhando a tendência do concelho foi nos mais velhos que a proporção atingiu um número superior, se bem que as crianças de colo tivessem um lugar não negligenciável.

Quadro nº 94
Emigração legal com passaporte coletivo da sede concelhia para o Brasil: 1891-1914
(<1 Ano-13 anos)

1891-1902		1903-1914		1891-1914
Idade	N.º Abs.	Idade	N.º Abs.	Total
<1 Ano	5	<1 Ano	0	5
1-3	7	1-3	0	7
4-6	2	4-6	1	3
7-13	8	7-12	0	8
Total	22	Total	0	23

Fonte: R.P.P.GCB

6.5.1 Cartas de ordem

Além do passaporte coletivo outra forma de conseguir por meios legais juntar a família era a carta de ordem, embora não se possa descartar a hipótese de alteração de critério no que respeita à emissão dos passaportes.

A carta de ordem permitia que quem já se encontrasse no estrangeiro, no caso em apreço o Brasil, pudesse chamar para junto de si um ou mais elementos do seu agregado, normalmente a mulher, que podia ir com ou sem filhos, acontecendo nalgumas situações que só ia ela por o casal ainda não ter descendência.

Tenhamos uma visão a nível do todo concelhio desta forma de reagrupamento familiar a partir de 1890, data em que se iniciou a sua indicação nas fontes consultadas, através do quadro.

Quadro nº 95
Emigração legal do concelho: 1890-1914
(Cartas de ordem)

Data	Nat./Res.	Composição	Destino	Idade titular	Data	Nat./Res.	Composição	Destino	Idade titular
1890	Famalicão/Landim	Mãe e filhos	Rio	36	1909	Ribeirão	Mulher	Rio	31
1891	Telhado	Mãe e filhos	S. Paulo	40	1909	Famalicão	Mãe e filhos	Rio	33
1898	Louro	Irmãos ²²⁴	S. Paulo	14	1910	Ribeirão	Mulher	Pará	30
1900	Nine ²²⁵ /Arcos de Valdevez	Mulher	Santos	49		Lousado	Mãe e filhos	Santos	29
1901	Cruz	Mulher	Santos	45	1911	Gondifelos	Mãe e filhos	Rio	31
1902	Fradelos	Mãe e filhos	Rio	39	1912	Nine	Mãe e filho	Rio	32
1903	Ribeirão	Mãe e filha	Rio	39	1912	Louro	Filho	Rio	20

²²⁴ A rapariga nasceu no Louro e os irmãos em Famalicão. Ela foi para a companhia da mãe, então viúva, e levou o irmão. Quando este nasceu o pai já tinha falecido.

²²⁵ Casou em Nine.

Emigração legal do concelho: 1890-1914
(Cartas de ordem)
(continuação)

Data	Nat./Res.	Composição	Destino	Idade titular	Data	Nat./Res.	Composição	Destino	Idade titular
1906	Famalicão	Mulher	Rio	24	1912	S. Mateus de Oliveira /Delães	Mãe e filhos	Rio	23
1906	Calendário	Mulher	Rio	40	1912	Ribeirão	Mulher	Rio	29
1906	Mouquim	Mãe e filhos	Pará	32	1913	Louro	Mãe e filho	Rio	29
1907	Gondifelos	Mãe e filhos	Rio	29	1913	Esmeriz	Mulher	Santos	N/C
1907	Ribeirão	Mãe e filho	Rio	37	1913	Abade de Vermoim/ Famalicão	Mãe e filhos	Rio	37
1907	Gondifelos	Mãe e filha ²²⁶	Rio	48	1913	Esmeriz	Mulher	Rio	27
1908	Brufe	Mãe e filho	Rio	45	1913	Antas	Mãe e filhos	Rio	29
1908	Telhado	Filho ²²⁷	Santos	15	1914	Portela/ Santa Marinha	Filha ²²⁸	Santos	17
1909	Sezures	Mulher	Rio	48					

Fonte: R.P.P.GCB

Das trinta e uma cartas de ordem do concelho mais de 80 por cento diziam respeito ao período de 1903 a 1914. Para Famalicão no período global emitiram-se quatro cartas de ordem, três delas entre 1903 e 1914. Em mais de metade dos casos partiu a mãe e os filhos menores. Quanto ao destino, dominou o Rio de Janeiro, em termos concelhios e no tocante à Vila, todos os emigrantes o indicaram, se bem que tenha havido uma percentagem significativa, quando falamos no concelho, de outros locais de destino que ultrapassou os 32 por cento com o predomínio da cidade de Santos.

6.5.2 Relação de género dos emigrantes

Vejamos quem embarcava e tal como temos estado a fazer começaremos pela análise concelhia.

Quadro nº 96
Emigração legal²²⁹ individual de todo o concelho por género: 1867-1914

Género	1867-1890		1891-1902		1903-1914		1867-1914	
	N.º Abs.	%						
Homens	1415	99,1	331	93,5	1023	96,1	2769	97,3
Mulheres	13	0,9	23	6,5	41	3,9	77	2,7
Total	1428	100	354	100	1064	100	2846	100

Fontes: P.G.R.A.I.A.C. VNF e R.P.P.GCB

²²⁶ A filha de 15 anos nasceu na Póvoa de Varzim.

²²⁷ Foi para junto do pai.

²²⁸ A carta de ordem é da mãe.

²²⁹ Dados preliminares.

Fica claro que em todos os períodos emigraram essencialmente homens e só residualmente os números nos apontaram para a partida de mulheres com documentos individuais.

Passemos a observar o quadro da Vila.

Quadro nº 97
Emigração legal individual da sede concelhia por género: 1867-1914

Género	1867-1890		1891-1902		1903-1914		1867-1914	
	N.º Abs.	%						
Homens	99	97,1	43	89,6	39	90,7	181	93,8
Mulheres	3	2,9	5	10,4	4	9,3	12	6,2
Total	102	100	48	100	43	100	193	100

Fontes: P.G.R.A.I.A.C. VNF e R.P.P.GCB

Constatou-se um desenho idêntico ao concelhio, pois a proporção de mulheres que tinha intenção de emigrar com passaporte individual foi muito reduzida e tanto no concelho como na sua sede o período de 1891 a 1902 foi o que registou mais mulheres a solicitar documentação para emigrar.

Olhando para o período global apurou-se que emigraram mais do dobro das mulheres da sede do concelho do que das zonas rurais.

6.5.3 Estado civil dos emigrantes

Passemos a conhecer melhor os emigrantes acedendo ao seu estado civil. Iriam mais solteiros ou casados? Os viúvos teriam valor expressivo? O padrão seria uniforme neste período ou existiriam assimetrias?

Quadro nº 98
Emigração legal individual de todo o concelho por estado civil: 1867-1914

Estado	1867-1890		1891 – 1902		1903-1914		1867-1914	
	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%
Solteiros	947	66,4	215	60,8	581	54,6	1743	61,2
Casados	391	27,3	106	29,9	455	42,8	952	33,4
Viúvos	35	2,4	15	4,2	15	1,4	65	2,2
Não consta	55	3,9	18	5,1	13	1,2	86	3,2
Total	1428	100	354	100	1064	100	2846	100

Fontes: P.G.R.A.I.A.C. VNF e R.P.P.GCB

Em todos os períodos considerados foi patente o predomínio de solteiros, mais evidente entre 1867 e 1890, para atingir o valor mais baixo entre 1903 e 1914, período em que a proporção de casados foi considerável, aproximando-se da dos solteiros.

Em síntese, extrai-se que entre 1867 e 1914 o número de emigrantes solteiros foi quase o dobro do de casados, se bem que a partir de 1903 em termos proporcionais diminuíssem.

Passemos a centrar-nos na Vila.

Quadro n° 99

Emigração com passaporte individual da sede concelhia por estado civil: 1867-1914

Estado	1867-1890		1891 – 1902		1903-1914		1867-1914	
	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%
Solteiros	83	81,4	37	77,1	23	53,5	143	74,0
Casados	15	14,8	7	14,6	19	44,2	41	21,3
Viúvos	3	2,9	4	8,3	0	0,0	7	3,6
Não consta	1	0,9	0	0,0	1	2,3	2	1,1
Total	102	100	48	100	43	100	193	100

Fontes: P.G.R.A.I.A.C. VNF e R.P.P.GCB

Se contarmos todos os indivíduos incluindo aqueles cujo estado civil se desconhece, no primeiro período mais de 80 em cada 100 emigrantes era de solteiros e no segundo lapso temporal foi de um pouco mais de 77. No terceiro período decresceu o número de solteiros, com pouco mais de 54 em 100. No período global 73 famalicenses eram solteiros em cada 100 que deixaram o País.

Os viúvos foram sempre em número muito reduzido, com uma percentagem no período global a não chegar à proporção de 4 em 100 emigrantes.

Em síntese, entre 1891 e 1914 predominaram os solteiros dos dois géneros, não obstante se encontrar, entre 1903 e 1914, uma percentagem relativamente alta de casados, em função do número global deste período. Nestes anos, a emigração dos homens casados quase igualou a dos solteiros e as mulheres casadas foram metade das solteiras. Detendo-nos no período global e tomando em consideração a proporção de homens e mulheres por estado civil, foi nas mulheres solteiras que encontrámos maior percentagem de emigrantes. Os homens casados tiveram um número expressivo, embora não possamos negligenciar que um quarto das mulheres que partiu o fez na situação de casada.

Estabelecendo um paralelo entre o quadro concelhio e o da Vila foi patente no período global que da sede do concelho iam proporcionalmente mais homens solteiros que das freguesias. Observou-se também que só entre 1903 e 1914 a percentagem de solteiros se igualou.

6.5.4 Emigração com passaporte coletivo: relação de género e estado civil

Observemos o desenho da emigração, tendo em conta quem viajava com documentação não individual, visualizando em simultâneo o género e o estado civil.

Quadro nº 100
Emigração com passaporte coletivo²³⁰ da sede concelhia (relação de género e estado civil): 1867-1914

Estado civil	1867-1890	1891-1902	1903-1914	1867-1914	Estado civil	1867-1890	1891-1902	1903-1914	1867-1914
Homens					Mulheres				
Solteiros	0	0	0	0	Solteiras	0	2	0	2
Casados	4	14	2	20	Casadas	1	2	1	4
Viúvos	0	0	0	0	Viúvas	0	2	0	2
Total	4	14	2	20	Total	1	6	1	8

Fontes: P.G.R.A.I.A.C. VNF e R.P.P.GCB

No período global de 1867 a 1914 pediram passaporte para emigrar no que tange ao género só homens casados, sendo o padrão diverso nas mulheres: as casadas representaram metade do cômputo total e as solteiras e as viúvas no seu conjunto perfizeram a outra metade.

6.5.5 Aproximação à literacia dos requerentes à emigração

A alfabetização de quem sai é um elemento pregnante para o conhecimento da emigração²³¹. Consultemos para nos ajudar a compreender a questão os quadros respetivos.

Quadro nº 101
Alfabetização²³² dos requerentes de passaporte individual e coletivo de todo o concelho: 1885-1914

	1885-1890		1891-1902		1903-1914		1891-1914		1885-1914	
	N.º Abs.	%								
Escreve	204	50,6	277	63,6	728	64,1	1020	63,4	1111	62,3
Não escreve	125	31,0	102	23,3	360	31,8	473	29,4	526	29,6
Não consta	74	18,4	57	13,1	46	4,1	116	7,2	145	8,1
Total	403	100	436	100	1134	100	1609	100	1782	100

Fontes: P.G.R.A.I.A.C. VNF e R.P.P.GCB

Na perspetiva de todo o período estudado ficamos com a noção de que quem emigrou não foi uma camada de população analfabeta, muito embora admitamos que alguns dos que partiram pudessem ter só uns rudimentos de escrita, como saber assinar o nome, mas muitos deles iriam além e estavam acima das médias registadas para a população em geral.

Num horizonte concelhio e em termos de todo o período, os números da alfabetização apontam para que um pouco acima dos 62 por cento dos que emigraram soubessem ao menos assinar. O lapso cronológico com mais emigrantes alfabetizados foi o de 1903 a 1914 e o que registou o menor número, se bem que mais de metade soubesse no mínimo assinar, foi o compreendido entre 1885 e 1890.

²³⁰ Contámos exclusivamente com o requerente.

²³¹ Para a análise desta variável só possuímos os dados a partir de 1885.

²³² Dados preliminares.

Passemos ao caso da Vila, para que possamos verificar se a situação foi idêntica ou divergiu.

Quadro nº 102
Alfabetização²³³ dos requerentes de passaporte individual e coletivo da sede concelhia: 1885-1914

Literacia	1885-1890		1891-1902		1903-1914		1891-1914		1885-1914	
	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%
Escreve	21	77,8	59	80,9	39	81,2	89	80,9	119	80,4
Não escreve	4	14,8	9	12,3	7	14,6	16	13,3	20	13,6
Não consta	2	7,4	5	6,8	2	4,2	7	5,8	9	6,0
Total	27	100	73	100	48 ²³⁴	100	121	100	148	100

Fontes: P.G.R.A.I.A.C. VNF e R.P.P.GCB

De 1885 a 1890 encontraram-se os quantitativos mais baixos de alfabetizados, se bem que tenham ido além de três quartos. A partir desta data foi sempre aumentando o número dos emigrantes a saber escrever. O período em que os alfabetizados atingiram o maior número foi o de 1903 a 1914.

Observando o grau de literacia dos impetrantes das outras freguesias do concelho e dos da sede verificou-se uma diferença substantiva a favor dos Vilanovenses.

6.5.6 Emigração por sectores de atividade

Torna-se pertinente introduzir os dados dos sectores de atividade, no sentido de podermos intentar algumas correlações.

Entre 1880 e 1882 não apareceram indicadas as profissões e de 1882 até 1885 apenas nos surgiram de forma esparsa. No concelho com pedidos individuais encontrámos 19 casos²³⁵: 8 do sector primário, 9 do secundário e 2 do terciário. Considerando só a Vila vimos 2 do sector primário, 2 do secundário e 1 do terciário.

Passemos ao período ulterior cujos dados visualizamos no quadro.

Quadro nº 103
Repartição dos emigrantes²³⁶ com passaporte individual e coletivo do concelho para o Brasil segundo os sectores de atividade: 1885-1914

Sectores	1885-1890		1891-1902		1903-1914		1885-1914	
	N.º Abs. ²³⁷	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%
Primário	150	43,9	133	30,5	479	42,2	762	39,7
Secundário	78	22,8	38	8,8	275	24,2	391	20,3
Terciário	77	22,5	73	16,7	165	14,6	315	16,3
Não consta	37	10,8	192	44,0	216	19,0	455	23,7
Total	342	100	436	100	1135	100	1923	100

Fontes: P.G.R.A.I.A.C. VNF e R.P.P.GCB

²³³ Apresentamos os dados a partir de 1885 devido à fonte só os referir desde este ano.

²³⁴ Não contamos com 4 indivíduos, por já terem emigrado anteriormente, logo, já estarem contabilizados.

²³⁵ Um destes (proprietário) foi para Luanda.

²³⁶ Podemos contar somente com os dados desde 1885 devido à fonte os começar a referir de forma sistemática a partir dessa data.

²³⁷ Não indica em 47 situações.

Verificámos que no concelho em todos os períodos estudados o maior peso por sectores de atividade foi o do primário. No primeiro período quase atingiu metade dos emigrantes. Ponderando todo o período foi igualmente constatável esse predomínio e o menor número de emigrantes foi cooptado no comércio e serviços.

Passemos a analisar esta variável na sede do concelho, através dos elementos do quadro.

Quadro nº 104
Repartição dos emigrantes com passaporte individual e coletivo da sede concelhia segundo os sectores de atividade: 1885-1914

Sector	1885-1890 ²³⁸		1891-1902		1903-1914		1885-1914	
	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%
Primário	8	29,7	5	7,1	4	8,4	17	11,6
Secundário	4	14,8	5	7,1	17	35,4	26	17,9
Terciário	9	33,3	20	28,1	16	33,3	45	30,8
Não consta	6	22,2	41	57,7	11	22,9	58	39,7
Total	27	100	71	100	48	100	146	100

Fontes: P.G.R.A.I.A.C. VNF e R.P.P.GCB

O padrão na Vila foi diverso do registado no concelho. Na sede do concelho desde 1885 a 1914 a maioria dos emigrantes com menção à atividade profissional pertencia ao sector terciário, ocupando o primário o último lugar. Muito embora entre 1885 e 1890 ainda tenha havido quase trinta por cento de indivíduos do sector primário, o período seguinte ficou em menos de um quarto desse valor, com a reserva de ter sido o lapso temporal em que a fonte menos vezes declarou a profissão do candidato à emigração.

Entre 1903 e 1914 verificou-se uma situação específica: o sector secundário suplantou o terciário, talvez indício do quadro sectorial da sede do concelho, em que a indústria começava a afirmar-se.

Em síntese, na sede do concelho em todo o período o setor primário foi o menos expressivo e prevaleceu o terciário. O facto de serem tão poucos os famalicenses que emigraram ligados ao sector primário, talvez possa ajudar a explicar o elevado índice de alfabetização dos indivíduos que partiram para o Brasil.

6.5.7 Destinos de emigração no Brasil

O conhecimento dos locais escolhidos para emigrar dar-nos-á novos contributos para a compreensão do fenómeno.

²³⁸ A indicação da profissão no período de 1882 a 1884 foi esporádica, só se referindo 1 proprietário, 1 jornalista, 1 sapateiro, 1 carpinteiro e 1 negociante com guia individual.

Observemos a representação gráfica que toma como unidade geográfica o concelho.

Quadro nº 105
Destinos dos emigrantes de todo o concelho com passaporte individual: 1867-1914

Destínos	1867-1890 ²³⁹	1891-1902	1903-1914	1867-1914
Rio de Janeiro	956	239	809	2004
Santos	25	16	39	80
Pará	18	12	44	74
Pernambuco	43	3	3	49
Manaus	0	12	16	28
Baía	8	3	6	17
Maranhão	7	0	4	11
S. Paulo	1	6	3	10
Rio Grande do Sul	3	0	2	5
Outros destinos ²⁴⁰	4	0	1	5
Brasil	29	59	128	216
Não consta ²⁴¹	9	4	9	22
Total	1103	354	1064	2521

Fontes: P.G.R.A.I.A.C. VNF e R.P.P.GCB

Antes de procedermos à análise do quadro importa referir que nomeadamente a partir de 1891 deverá ser visto com alguma reserva o destino dos emigrantes, por a percentagem dos que só indicaram o Brasil, sem detalharem a localidade ter sido significativa e se juntarmos a este número aqueles cujos documentos não nos permitiram apurar o destino, então a proporção ainda se avolumou mais.

Em todos os períodos considerados a cidade do Rio de Janeiro foi claramente o local de eleição dos que pretendiam emigrar. As outras direções prioritárias registaram algumas variações, de acordo com os períodos em análise. Entre 1867 e 1890 a segunda e terceira opção foram Pernambuco e Santos e de 1891 a 1902 Santos situa-se na segunda prioridade e Pará, em igualdade com Manaus, na terceira. Entre 1903 e 1914 Santos passou a terceira prioridade e Pará a segunda. No período global as três localidades preferidas foram por ordem decrescente Rio de Janeiro, Santos e Pará.

Observemos o quadro no intuito de verificarmos se este comportamento seria extensivo aos que embarcaram com documentação coletiva, ou teria havido alterações.

²³⁹ De 1885 a 1890 a fonte não indica o destino dos impetrantes.

²⁴⁰ Outros destinos: no 1.º período 1 para o Ceará, 1 para Santa Teresa de Valença, atual cidade do Rio das Flores pertencente ao estado de S. Paulo, 1 para Cantagalo, e 1 para Portalegre. No 2.º período encontramos 1 pedido para Minas Gerais.

²⁴¹ Presumimos ser o Brasil, pela interpretação da fonte.

Quadro nº 106

Destinos²⁴² dos emigrantes de todo o concelho com passaporte coletivo: 1867-1914

Destinos	1867-1890 ²⁴³	1891-1902	1903-1914	1867-1914
Rio de Janeiro	36	52	51	139
S. Paulo	0	14	1	15
Santos	0	2	4	6
Manaus	0	5	1	6
Pará	0	1	2	3
Outros ²⁴⁴ destinos	0	1	2	3
Brasil	2	6	5	13
Total	38	81	66	185

Fontes: P.G.R.A.I.A.C. VNF e R.P.P.GCB

Para aqueles que emigraram com documentos coletivos o destino que se seguiu à capital foi entre 1891 e 1902 S. Paulo e Manaus e no período seguinte Santos e Pará. No lapso temporal global as preferências situaram-se respetivamente em S. Paulo, Santos e Manaus, estas duas últimas cidades com o mesmo número de emigrantes a demandá-las.

Em resumo, não podendo apontar opções para além do Rio de Janeiro para as emissões coletivas, por a fonte não o permitir a não ser a partir de 1891, concluímos que desta última data até 1914 o destino indicado em primeiro lugar foi o Rio de Janeiro, o segundo e terceiro lugar foi variável, de acordo com o tipo de emissão. Assim, Santos foi uma prioridade, quer se fosse com documentação individual, quer coletiva, já S. Paulo e Manaus (*ex aequo*) a ocupar o terceiro lugar, quando se partia acompanhado, foram substituídas pelo Pará no embarque individual.

Observemos o quadro que nos permite ler a situação dos naturais ou residentes na Vila isolando-os do resto do concelho, muito embora a fonte não refira uma percentagem significativa de locais de destino.

²⁴² Só contámos os indivíduos que pediram passaporte.

²⁴³ De 1885 a 1890 a fonte não indica o destino dos requerentes.

²⁴⁴ Outros destinos: no 2.º período 1 para Pernambuco. No 3º período encontrámos 1 pedido para Pernambuco e 1 pedido para a Baía.

Quadro nº 107

Destinos dos emigrantes da sede concelhia com passaporte individual²⁴⁵:1867-1914

Destinos	1867-1890 ²⁴⁶	1891-1902	1903-1914	1867-1914
Rio de Janeiro	71	20	31	122
Pará	2	2	6	10
Manaus	0	5	3	8
Pernambuco	4	0	0	4
Santos	0	3	1	4
Baía	2	0	0	2
Pará e Manaus	0	1	0	1
Outros destinos ²⁴⁷	2	0	0	2
Brasil ²⁴⁸	7	20	7	34
Não indica ²⁴⁹	23	0	0	23
Total	111	51	48	210

Fontes: P.G.R.A.I.A.C. VNF e R.P.P.GCB

Tal como para o concelho a sua sede registou a maior proporção de saídas para o Rio de Janeiro. No período global ultrapassou os 58 em cada 100 indivíduos que emigraram.

Vejam os que aconteceu com os que partiram em grupo.

Quadro nº 108

Destinos dos emigrantes da sede concelhia com passaporte coletivo²⁵⁰: 1867-1914

Destinos	1867-1890 ²⁵¹	1891-1902	1903-1914	1867-1914
Rio de Janeiro	2	9	3	14
S. Paulo	0	5	0	5
Manaus	0	3	0	3
Brasil ²⁵²	0	1	0	1
Não indica ²⁵³	3	0	0	3
Total	5	18	3	26

Fontes: P.G.R.A.I.A.C. VNF e R.P.P.GCB

O cenário mantém-se quando olhamos para o destino dos que foram com documentos coletivos. Contudo, S. Paulo recebeu mais de 19 por cento dos famalicenses entre 1867 e 1914 e Manaus mais de 11,5 por cento.

Em síntese, seja quando consideramos o concelho ou só a Vila em períodos mais curtos, ou no período global, constatou-se nos dois tipos de emissões que a capital recebeu o maior contingente de emigrantes. Era uma grande praça comercial a cujo porto afluíam mercadorias e passageiros e um meio urbano necessitando prover-se de mão-de-obra diversa, desde artífices, em que incluímos carpinteiros, ferreiros, funileiros, trolhas, sapateiros e alfaiates, até negociantes e empregados comerciais,

²⁴⁵ Encontrámos em 1890 um indivíduo que realizou uma viagem de recreio pela Europa.

²⁴⁶ De 1885 a 1890 a fonte não indicou o destino dos impetrantes.

²⁴⁷ Um indivíduo pediu documentação para Portalegre e outro para Maranhão.

²⁴⁸ Sem especificar.

²⁴⁹ Pelo conhecimento da fonte pensamos ser o Brasil.

²⁵⁰ Só contámos os indivíduos que pediram passaporte.

²⁵¹ De 1885 a 1890 a fonte não indica o destino dos impetrantes.

²⁵² Sem especificar.

²⁵³ Pelo conhecimento da fonte, pensamos ser o Brasil.

passando por criados e criadas, engomadeiras e costureiras, um espetro profissional que era requerido e que chegava à cidade (Pascoal, 2005). Para Manaus, Pará e Santos seguiram também bastantes famalicenses.

Para os emigrantes da Vila só nas partidas em família encontramos a opção da cidade de S. Paulo. Na emigração concelhia, tendo existido emigrantes singulares que foram para este destino, os que utilizaram passaporte coletivo atingiram um quantitativo muito próximo do dobro dos que o fizeram individualmente. O fluxo para esta cidade era o resultado de um processo favorável à captação de estrangeiros, fundamentais para o sistema global de incremento económico que alguns defendem ter vindo a colmatar a ausência do trabalho dos escravos e dar corpo à produção em larga escala de café, numa região que demonstrou ter condições ecológicas favoráveis à cafeicultura²⁵⁴.

6.5.8 Outros destinos de migração

No concelho de Famalicão foram diminutas as idas em termos de trabalho para outros locais que não o Brasil. De 1867 a 1879, 5 indivíduos pediram guia para seguir para África: 1 para Moçâmedes, 2 para Luanda, 1 para Moçambique e 1 para África (não específica). Nestes incluímos a Vila (1 para Moçambique e 1 para Luanda). De 1880 a 1890, referiu-se 1 pedido para Luanda e 1 para um país estrangeiro (sem indicar qual). Neste período, não houve nenhum da Vila.

Consideremos o lapso temporal seguinte e a área geográfica concelhia.

Quadro nº 109
Migração externa individual de todo o concelho para outros destinos: 1891-1914

Destinos	1891-1902	1903-1914	1891-1914
Angola*	3	1	4
São Tomé e Príncipe*	2	2	4
Lourenço Marques (Moçambique)	3	1	4
Novo Redondo (Angola)	2	1	3
Benguela (Angola)	1	2	3
África portuguesa *	2 ²⁵⁵	0	2
Panamá (América Central)	0	10	10
Londres	0	1	1
Canadá*	0	2	2
Total	13	20	33

* Sem especificar

Fontes: P.G.R.A.I.A.C. VNF e R.P.P.GCB

Mais de trinta por cento das saídas dirigiram-se para Angola. Só a partir de 1907 é que se registou emigração para o Panamá. Quarenta por cento dos pedidos para esta

²⁵⁴ Desde o último quartel do século XIX até ao final de 1920, S. Paulo seria responsável por 70% do mercado mundial do café. Ver Nicolau Sevcenko, *Orfeu estático na metrópole S. Paulo nos frementes anos 20*, S. Paulo, Edição Companhia das Letras, 1999, p. 77.

²⁵⁵ Eram irmãos.

república foram em 1908, sendo constituídos por quatro homens casados com idades à solicitação para a saída entre os 36 e os 46 anos oriundos das aldeias contíguas de Santa Maria de Arnosos e Santa Eulália de Arnosos, todos trabalhadores agrícolas.

Quanto a passaportes coletivos encontraram-se só 2, ambos no primeiro período e os requerentes pretendiam ir para a cidade de Novo Redondo, em Angola.

De 1891 a 1902 da Vila foi 1 indivíduo para Lourenço Marques e 1 para África²⁵⁶. No segundo período só partiu 1 indivíduo e com destino a Angola²⁵⁷.

6.5.9 Idade dos emigrantes

A idade em que partiam era outro elemento a ter em conta e teremos ensejo de verificar se iam muito jovens, se já em idade próxima do casamento, ou mesmo depois e se ao longo do tempo terá ou não havido continuidades. Vamos então ver o que aconteceu mantendo a periodização.

6.5.9.1 Idade média à presumível primeira ausência

Para a análise deste indicador só nos é possível seguir os emigrantes da Vila, ou nela residentes e não de todo o concelho. Estão no nosso campo de observação para o período global (1867-1914) 176 homens e 11 mulheres com documentos em nome individual, contando com naturais residentes e residentes não naturais.

Quadro nº 110
Idade média do emigrante da sede concelhia à presumível primeira ausência: 1867-1914²⁵⁸

Período	Género masculino				Género Feminino			
	Naturais		Não Naturais		Naturais		Não Naturais	
	Nº Abs.	Média	Nº Abs.	Média	Nº Abs.	Média	Nº Abs.	Média
1867-1890	63	16,5	31	23,7	0	0	2	44,0
1891-1902	32	18,8	11	28,1	3	18,6	2	27,0
1903-1914	38	23,9	1	31,0	4	25,2	0	0

Fontes: P.G.R.A.I.A.C. VNF e R.P.P.GCB

A idade média à presumível primeira ausência foi aumentando no decurso do tempo, quer se tratasse de naturais ou só de residentes, chegando a haver nos famalicenses uma diferença de mais de 2 anos do primeiro para o segundo período e mais de 7 anos do primeiro para o último, sendo igualmente marcada nos não naturais e também com o mesmo padrão. Entre 1867 e 1890, a idade dominante de partida foi de 13 anos, seguida dos indivíduos com 12 anos, sendo que 68,7 dos casos registados eram de rapazes entre os 9 e os 13 anos. Quanto às mulheres, pela escassez da amostra, temos

²⁵⁶ Sem especificar.

²⁵⁷ Encontrámos em 1890, um indivíduo que realizou uma viagem de recreio pela Europa e em 1892 um casal que visitou a Espanha.

²⁵⁸ Apareceram-nos sete emigrantes de que desconhecemos a idade.

de olhar os dados com alguma reserva, referindo só que a idade média tendia a ser superior à dos homens.

6.5.10 Posição do emigrante masculino e solteiro na família

As famílias teriam planos para decidir que filho ou filhos saíam do País e se fosse mais que um, em quem recairia a escolha? Vejamos o que aconteceu através do quadro.

Quadro nº 111
Posição do emigrante masculino e solteiro na família oriundo da sede concelhia: 1867-1914

	N.º de emigrantes isolados não irmãos		Grupos de emigrantes irmãos	
	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%
Mais velho	30	61,2	16	28,6
Mais novo	4	8,	12	21,4
Posição intermédia	14	28,6	28	50
Filho único	1	2,1	0	0,0
Total	49	100	56	100

Fontes: P.G.R.A.I.A.C. VNF e R.P.P.GCB

Estão no nosso campo de observação 72 famílias sendo dominante quando se tratava de emigrantes que não pertenciam à mesma família nuclear ir o filho mais velho, mas se observarmos as famílias em que foi mais que um filho prevaleceu a ida dos que estavam numa posição intermédia, o que nos leva a pensar que as estratégias estariam correlacionadas com as condições económicas do agregado familiar, sendo que aquelas que mandavam o primogénito teriam outro fôlego económico. Esta hipótese vai ser confirmada ou infirmada pela análise das profissões dos pais dos emigrantes que apresentamos a seguir e pelo estudo de casos.

6.5.11 Orfandade e emigração

A falta dos pais poderia ser uma razão impulsionadora da emigração. Entre 1867 e 1914 surgiram-nos em Famalicão 15 órfãos, três deles mulheres a deixarem Famalicão rumo ao Brasil. Destes órfãos cinco já não tinham pai, a seis havia-lhes morrido a mãe e aos outros quatro ambos os progenitores. Enquadrado nesta última situação, temos o caso de dois irmãos: uma rapariga de quinze anos e um rapaz de treze, Zilda Pereira da Silva e Afonso Pereira da Silva, que ficaram órfãos de mãe desde agosto de 1899 e de pai em março de 1908, tendo emigrado em novembro deste ano. Refira-se que passado pouco tempo de a mãe ter morrido logo foram para o Brasil os dois filhos mais velhos, Maria Pereira da Silva em 1900 e Rodrigo Pereira da Silva em 1901, ela com 15 anos e ele com 13.

Num lar monoparental sem a presença tutelar do pai citamos o caso de Laurinda Forte e Agostinho José Forte, filhos de José António Forte, dono da Sapataria Central, falecido em 27 de novembro de 1903, em Famalicão e de Maria Bernardina do Rego.

Sem mãe temos como exemplo três irmãos²⁵⁹: Augusto Rodrigues Cardoso, Alberto Rodrigues Cardoso e João Abílio Rodrigues Cardoso, cuja progenitora era filha do proprietário de Esmeriz, dono da Quinta da Igreja, nesta freguesia e antigo presidente da Câmara de Famalicão, Joaquim de Sá Leonardo. O pai dos três rapazes, José Rodrigues Cardoso, natural de Calendário, era igualmente proprietário. Foram respetivamente com 11, 18 e 13 anos.

6.5.12 Profissão dos pais dos emigrantes solteiros

Qual o entorno familiar dos pretendentes ainda solteiros à emigração? De que contextos económicos eles proviriam? Que profissões estes exerceriam?

Das 72 famílias só de 5 não dispomos da profissão do pai do emigrante, ficando o nosso universo a ser constituído por 67 famílias. Iniciemos a nossa abordagem centrando-nos na proporção de filhos emigrantes. Para tal, examinemos o quadro.

Quadro nº 112
Repartição dos emigrantes solteiros da sede concelhia segundo a profissão dos pais: 1867-1914

Profissão do pai	Nº Famílias	Nº Filhos	Nº Filhos emigrantes	% Filhos emigrantes	% Emigração total
Jornaleiro+Criado Servir+Lavrador caseiro	10	76	14	18,4	14,3
Lavrador +Proprietário	11	59	18	30,5	18,3
Artífices ²⁶⁰	21	133	29	21,8	29,5
Negociante ou comerciante	18	122	26	21,3	26,6
Capitalista e juiz	2	7	2	28,5	2,1
Empregado público	3	12	6	50,5	6,1
Empregado C. Ferro+Emp. Estradas	2	8	3	37,5	3,1

Fontes: P.G.R.A.I.A.C. VNF e R.P.P.GCB

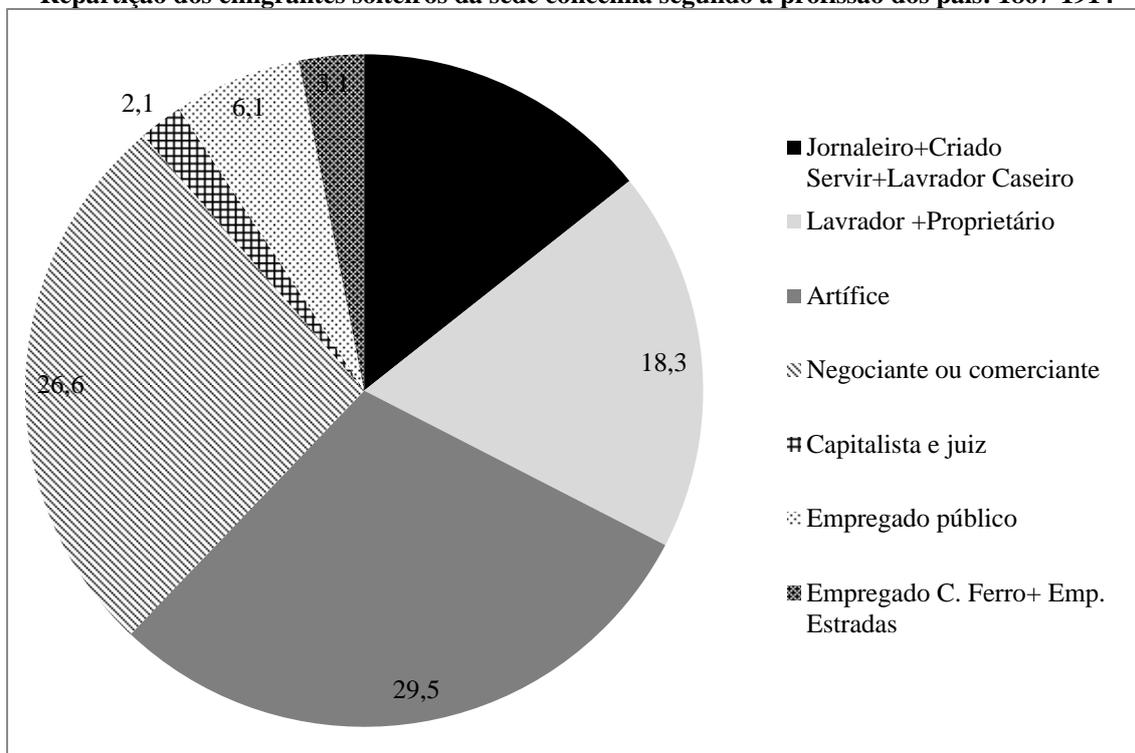
Decorre dos dados que os filhos dos empregados públicos e dos empregados de caminho de ferro e das estradas detêm a maior proporção, seguido do grupo formado por lavradores, juntamente com os proprietários, se bem que nos dois primeiros grupos a amostra seja pouco representativa. A menor proporção foi dos filhos dos grupos menos favorecidos, o que põe a tónica na questão dos recursos para custear documentação, viagem, preparativos para a mesma e algum dinheiro para os primeiros tempos.

²⁵⁹ Só não foi o Eduardo, que morreu em Famalicão em fevereiro de 1899, com 44 anos.

²⁶⁰ Aqui incluímos padeiros, ferreiros, relojoeiros, barbeiros, alfaiates, serralheiros, sapateiros, funileiros, carpinteiros, ferradores, pedreiros e trolhas.

Passemos à emigração total e apuremos as características do contingente migratório, com base na profissão dos pais.

Gráfico nº 26
Repartição dos emigrantes solteiros da sede concelhia segundo a profissão dos pais: 1867-1914



Fontes: P.G.R.A.I.A.C. VNF e R.P.P.GCB

Conforme se visualiza, o maior volume de emigrantes era formado pelos filhos de artífices e de negociantes, seguido daqueles cujos progenitores eram lavradores ou proprietários.

6.6 Reemigração

Entre 1867 e 1914 contámos oito famalicenses de torna viagem e mais seis que fizeram pelo menos duas viagens e acabaram por falecer em Famalicão.

Cinco das famílias que irão ser das mais prestigiadas nesta época viram filhos a partir e periodicamente a ir e vir, alguns já casados e outros até com filhos. Além de os havermos detetado pelos registos de passaporte, encontrámo-los na imprensa que lhes deu destaque e nos proporcionou uma aproximação ao seu modo de vida, por exemplo, as idas para termas, as viagens pelo estrangeiro, bem como o estatuto de que usufruíram, pela forma como eram recebidos, alguns até com a música da Banda dos Bombeiros, que assim os distinguia. Estas famílias eram as de José Joaquim Ferreira Brandão e Dona Benta da Costa Faria, de Salvador Gonçalves de Araújo e Dona

Margarida Ermelinda Fernandes de Araújo, de José Joaquim de Sousa Fernandes e Justa Maria Fernandes, de Luís Gomes Loureiro e Ana de Faria Rebelo, bem como a de Augusto Folhadela e Dona Rosa Adelaide, todas elas com alguns dos seus membros em viagens periódicas entre Famalicão e o Brasil.

Vejam os alguns dos sinais exteriores de prestígio a que atrás se aludiu pela imprensa coeva:

No verão de 1907 a família Xavier de Faria foi cumprimentada pela Banda dos Bombeiros no seu palacete do Campo Mouzinho²⁶¹. Pensamos tratar-se do capitalista Joaquim António Xavier de Faria, casado com a filha mais velha do Dr. Eduardo Moreira Pinto.

Como se disse antes, um dos códigos de representatividade social muito comum entre os *brasileiros* era a ida para as termas e nos famalicenses, a imprensa foi-lhes dando destaque. Desta vez foi o regresso das *Pedras Salgadas com a esposa e filha Sílvia, do abastado capitalista Anselmo António Gomes, que conta seguir brevemente para o Rio*²⁶².

Outro dos exemplos distintivos era o das viagens pela Europa. No caso vertente, trata-se de emigrantes pertencentes já à segunda e terceira geração da família. Vemos aqui o filho de um cocheiro que logrou ter sucesso e o genro deste, em viagem de recreio.

*Partiram no sábado para Paris, de onde seguirão para Londres, em viagem de recreio, o abastado capitalista António Gonçalves Pinto Júnior e o seu genro Abílio Areias*²⁶³.

As condições de vida da segunda geração de emigrantes, alguns deles ficando com as empresas dos pais, eram muito diferentes. Viajavam, quer em recreio, quer com objetivo de estudar, conseguindo por esta via uma outra ascensão e uma nova forma de empreendedorismo. Vejam só um exemplo.

*Segue para Londres, por uns dois anos, para estudar a Língua Inglesa, o filho de Manuel Joaquim Pinto da Silva, Arlindo Pinto da Silva, que depois irá para o Rio*²⁶⁴.

Em determinada altura da vida, os pais viajavam em negócios e recreio, como foi o caso de Manuel Joaquim Pinto da Silva que em 1907 foi com a família por Paris e

²⁶¹ Jornal *O Regenerador*, 01.07.1907, p.1.

²⁶² Jornal *O Regenerador*, 07.09.1907, p.1 vº.

²⁶³ Jornal *O Regenerador*, 07.09.1907, p.1 vº.

²⁶⁴ Jornal *O Regenerador*, 11.05.1907, p.1 vº.

Londres, deixando ficar a mulher e a filha com o filho que estava a estudar na capital britânica e entretanto partiu em negócios para os Estados Unidos.

As heranças para fins filantrópicos foram comuns, neste caso, com o objetivo de incrementar a literacia dos conterrâneos, como decidiu Tomás Cardoso de Miranda, capitalista, residente no Campo da Feira, emigrado vários anos no Brasil, oriundo de uma família de lavradores, que singrou em virtude da posição económica aí conseguida (Paiva, 2009b).

O finado era natural de Calendário. Não tinha filhos, deixou herdeira do usufruto que se supõe ser superior a 12 contos fortes, a sua esposa, passando à sua morte para a Câmara Municipal, para esta mandar construir no lugar do Fontelo – Calendário, um edifício para as escolas oficiais dos dois sexos, ficando o resto para o funcionamento da mesma escola²⁶⁵.

6.7 Emigração e aproximação ao retorno

Entre 1867 e 1914 sabemos que retornaram 27 famalicenses, falecendo 7 no estado de solteiros, 13 no de casados, 3 no de viúvos e 4 sem conhecermos o seu estado civil. Alguns destes regressam com capitais que os catapultaram ao vértice da pirâmide social e económica famalicense, como António Gonçalves Pinto²⁶⁶, cocheiro da Companhia de Viação Portuense, natural de Campanhã, no Porto, casado aos 21 anos, em Famalicão em novembro de 1866, com Maria da Costa Vidal, filha de um carpinteiro.

António Gonçalves Pinto solicitou guia para tirar passaporte na Câmara Municipal de Famalicão em 19 de abril de 1876, para o Rio de Janeiro, já com 30 anos e pai de 6 filhos. Regressou como capitalista, com os filhos também com grande bem-estar económico, de que destacamos o mais novo, António Gonçalves Pinto Júnior, igualmente indicado como capitalista, casado no Rio de Janeiro com Gertrudes Mota Pinto, natural desta cidade.

António Gonçalves Pinto faleceu em 9 de junho de 1921, como viúvo, já sem o filho mais novo, seu homónimo, que morreu prematuramente, em 20 de fevereiro de 1914, com 37 anos, no estado de casado.

Neste grupo de possidentes incluímos Joaquim José de Sousa Fernandes, depois Senador Sousa Fernandes, de que já falámos, Júlio Gonçalves Fernandes Araújo, o criador do café Guarani e do café *Sport* no Porto, António Carlos José de Faria, António

²⁶⁵ Jornal *O Regenerador* de 17.11.1906, p. 2.

²⁶⁶ Dona Ermelinda Pinto era filha do capitalista da vila António Gonçalves Pinto (*brasileiro*) e casou com Abílio Ferreira da Silva Areias, de Guimarães em S.S. Rio; pelo menos em 1907, era negociante. Um filho deles casou com uma filha do Dr. Eduardo Carvalho, juiz conselheiro.

José de Faria, Carlos José de Faria Brandão, António Gomes Loureiro e António José do Rego.

Outros emigrantes famalicenses não tendo conseguido pertencer ao grupo dos capitalistas passaram, contudo, a viver com algum conforto e certo prestígio social, como António Cardoso Pereira e Júlio Francisco Marques, este último dono do antigo café do Júlio, um local de encontro de algumas gerações de famalicenses.

Uma parcela de emigrantes regressou sem ter conseguido singrar na vida, como Paulo Joaquim da Silva Ferreira, que sendo criado de servir quando casou, em 5 de fevereiro de 1872, passou a viver como cocheiro e com um filho vivo, pois o outro tinha falecido com 16 meses, em janeiro de 1874. Partiu para o Rio de Janeiro em 18 de outubro desse ano, fez pelo menos mais duas viagens para o Brasil, uma em 9 de março de 1877, já pai do terceiro filho e a última, em 20 de dezembro de 1881, então com 6 crianças. Faleceu em Famalicão, com 74 anos, casado, com 7 filhos vivos.

Outro caso foi o de Bento da Silva Barros que partiu em 23 de maio de 1879, com 35 anos, casado e com uma filha de 1 ano, tendo a profissão de marceneiro. Voltou ao Brasil em 1890, aos 46 anos, como jornalista, conhecendo-lhe nós um segundo filho nascido em 1883, o que nos leva a pensar que entre 1878 e a gestação deste último filho estaria no Brasil, dado o grande intervalo intergenésico. Faleceu em Famalicão, a 22 de novembro de 1919, com 75 anos.

Finalizamos com dois casos de empreendedorismo que elegemos por terem contribuído o primeiro para a projeção da Vila e o segundo por a ter alterado em termos urbanísticos.

Caso1

José Francisco da Cruz, depois barão da Trovisqueira²⁶⁷, nasceu em Gavião a 15 de março de 1824, mas após regressar do Brasil para onde foi muito jovem, centrou a sua vida em Famalicão, onde faleceu em 1 de novembro de 1898, na casa da Rua de Santo António que habitou até 1857, data em foi para o seu palacete na Rua Formosa, de bela traça, com jardim e um parque arborizado. Por coincidência, passados quinze anos da venda a Higinio Veloso de Macedo, ou seja, em 1915, a casa da Rua de Santo António foi adquirida por Joaquim Gomes Loureiro, gerente e acionista da Casa Exportadora J. G. d'Araújo, de Manaus. Da sua visão estratégica destaque para dois empreendimentos, a criação da primeira fábrica de fiação de lã em Riba de Ave, por volta de 1883-1885 e o investimento, num contrato de longo prazo²⁶⁸, como acionista maioritário, da ligação pelo sistema americano, entre o Porto e Matosinhos, com passagem pela Foz com início em 1870 e também pelo mesmo sistema, a linha de Coimbra, que acabou com a construção do ramal em 1883. A sua carreira como político merece também destaque (Alves, 2001).

²⁶⁷ Com origem no lugar da Trovisqueira, da freguesia de sua naturalidade.

²⁶⁸ Vem a vender a sua posição, em negócio lucrativo.

Caso 2

O Visconde de Famalicão, José Joaquim Machado, também conhecido por Visconde das Águas, por ser dono da quinta com esse nome, nasceu no dia 13 de outubro de 1810, na freguesia de Cabeçudos e faleceu na sede do concelho, em 4 de abril de 1896. Teve 4 filhos com Carlota Cândida de Morais Campelo, de ascendência aristocrática, filha de João Felisberto Correia de Sá Pereira de Morais Campelo, sobrinha de Dona Ana Cândida de Sá Campelo, esta casada com António Cerqueira de Lemos Coelho de Vasconcelos, enfiteuta de uma quinta das mais antigas e maiores de Famalicão, a Quinta da Eira.

Aplicou parte do seu capital na construção de imóveis, em Famalicão. Quando regressou do Brasil, por volta de 1856, mandou construir a sua casa de habitação, que tinha o número 3, da Rua de Santo António, situada em local nobre, pela sua posição entre o Campo da Feira e a Rua Formosa. Poder-se-á dizer que era um dos maiores proprietários de imóveis da Vila, pois possuía casas de ambos os lados da Rua de Santo António (onde também tinha moradia o Barão da Trovisqueira), e outras no Campo da Feira. Redesenhou a mancha urbanística da Vila, contribuindo para a descentrar da Rua Direita e impulsionou o comércio, ao alugar parte destes prédios para esta atividade. No Campo da Feira, eram do Visconde, pelo menos seis prédios, um deles de dimensões consideráveis para a época, onde funcionou o Hotel Central²⁶⁹. As filhas e os genros vieram depois da sua morte a alienar o património²⁷⁰.

Em síntese, o concelho de Famalicão e a sua sede viram partir alguns dos seus naturais e residentes maioritariamente, pelo que conhecemos, para o Brasil, desde o século XVII até ao XX.

O concelho foi território de emigração, entre meados do século XIX e começo da Primeira Grande Guerra Mundial e desta terra minhota saíram muitos habitantes, a maioria em idade bem precoce, primordialmente homens solteiros. Conquanto contemos com algumas situações em datas anteriores à independência do Brasil pelas alusões à presença de famalicenses neste território em várias fontes é no período indicado acima, que vemos sair um número considerável de indivíduos e alguns deles, pelo seu espírito de iniciativa e papel empreendedor, viram mudar radicalmente as suas vidas. São os designados *brasileiros*, que conseguem inscrever-se nos códigos de visibilidade que os tornaram objeto da admiração dos seus conterrâneos. A estes juntam-se outros, os que ganharam o suficiente para viver acima dos que não emigraram e ainda os *vencidos*. Destes, uma parcela voltou ou lá permaneceu com mazelas físicas e ou morais. Dos que conhecemos, o seu percurso foi idêntico ao de muitos outros, em que se inscrevem manifestações materiais e simbólicas. A filantropia, na terra de origem e na sede do concelho, a aquisição de propriedade rural e urbana, a construção de palacetes, a transformação da casa de família em moldes idênticos aos das casas da elite fundiária, por vezes, com marcas identificativas, como a claraboia, os azulejos, os jardins tropicais e nalgumas situações, registaram-se outras formas de visibilidade, através do exercício

²⁶⁹ Foi, paralelamente, um dos grandes proprietários rurais do concelho, dono da Quinta das Águas e do Passal, em Cabeçudos, das Quintas de Pereira, do Pisão, do Talho, da Sefôlha, em Esmeriz, entre outros bens em Landim e Santo Tirso.

²⁷⁰ Espólio Vasco de Carvalho existente no Fundo Local da Biblioteca Camilo Castelo Branco em Famalicão.

de funções públicas, políticas e associativas. O acesso a cargos de baronato, condado ou viscondado, com os símbolos correspondentes e projeção social. Alguns canalizaram os seus capitais para o setor secundário e terciário, se bem que o acume estivesse no setor primário, com a compra de propriedades. O investimento nos transportes foi raro, só o do Barão da Trovisqueira, que também aplicou capitais na indústria têxtil (Paiva:2009b).

CAPÍTULO VII

Figura nº 8
O Hospital da Misericórdia e o Largo Tinoco de Sousa em 1912



Fonte: *Mudam-se os tempos... ficam as vontades*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (org.), s.d., p.18.

7. MORTALIDADE

A Demografia Histórica tem focalizado a sua atenção sobre a mortalidade, fundamentalmente para a época pré-estatística, com destaque para o período a partir do século XVIII: (Schofield et al., 1991), (Mestre, 1991) e (Corsini e Viazzo, 1993). Reconhecem vários destes investigadores a significativa distância que nos separa do estágio de ciência que possuímos sobre a fecundidade, relevando o papel do Princeton European Fertility Project de Ansley Coale, nos anos 60 do século passado, que foi determinante para o conhecimento desta última variável (Schofield e Reher, 1991:2), (Coréisini e Viazzo, 1993:10).

Em 1975, o encontro de Montebello (Canadá) objetivou juntar estudiosos da mortalidade de vários países contribuindo os trabalhos apresentados para uma ampla análise e discussão em torno desta variável. Não se conseguiu, contudo, obter consenso sobre qual dos métodos apresentados para medir a amplitude da intensidade das crises de mortalidade seria o mais fiável.

Em Portugal, Teresa Rodrigues (1987) investigou as crises de mortalidade em Lisboa no século XVI e XVII e este trabalho impulsionou um projeto de estudo desta variável demográfica em centros de investigação das universidades de Lisboa e do Porto, seguindo o método de Jacques Dupâquier (1979a:85-93 e 1979a:249-250), com ganhos para a análise comparativa. Na Universidade do Minho a maior parte dos estudos adotaram o método de Del Panta e Livi Bacci (1977: 401-445 e 1979:69-81), permitindo, assim, estudos comparativos regionais.

Em Portugal, para diferenciar as crises locais das gerais, quando se tem como objeto de investigação uma área mais vasta como um concelho ou uma grande cidade, os investigadores elegeram os critérios de Moreda (1980:108) e de Del Panta (1980:203) e outros estudiosos, ao debruçarem-se sobre paróquias confinantes, escolheram usar a soma das defunções.

A análise independente das séries de óbitos permitirá encontrar os anos de mortalidade excepcional, mas perante situações anómalas relacionadas com a qualidade da informação, outros investigadores observaram e analisaram as curvas dos outros dois atos vitais para perceberem crises demográficas.

Em Portugal trabalhos sobre a mortalidade têm concitado o interesse de vários investigadores inseridos em equipas universitárias, quer produzindo teses sobre o tema, algumas delas de carácter monográfico, quer dedicando-lhe um capítulo específico, ou através da sua colaboração em revistas da especialidade, como em *Monografias do*

NEPS, em *Ler história*, no *Boletim do NEPS, População e sociedade* (CEPFAM) e no *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica* (ADEH). Na coleção *Cadernos NEPS*, Hermínia Barbosa e Anabela Godinho (2001) traçam-nos um *estado da arte* desta variável em Portugal, para o qual remetemos.

Em Portugal, as principais fontes usadas pelos investigadores para o estudo das crises de mortalidade foram os registos paroquiais e os recenseamentos, servindo outros documentos como listagens de população, numeramentos e dados de imprensa coeva como complemento e afinamento da informação.

No estudo das crises de mortalidade na zona ocidental de Lisboa para o início do século XX (Pereira, 1990:2) as fontes basilares usadas foram os registos de enterramento dos cemitérios. Para o Porto (Maia, 1993:2) no período entre 1870 e 1902, o autor serviu-se das tabelas nosográficas dos *Boletins mensais de estatística sanitária* (1893-1901), dos *Anuários estatísticos* (1884-1886, 1892 e 1890) e dos *Movimentos da população* (1893-1901).

7.1 Mortalidade – observação difícil

En el siglo XX, una epidemia en Europa, incluso una guerra importante, incrementará la tasa nacional de mortalidad nun pequeño porcentaje. En cambio, durante los siglos XVI e XVII, el hambre, la guerra, las epidemias, o, lo que era más frecuente, una combinación de todo ello, podía duplicar la tasa de mortalidad nacional o multiplicar muchas veces la tasa de mortalidad de una región, aldea o parroquia.

(Flinn, 1989: 30)

O estudo da mortalidade para o Antigo Regime em Portugal é dos fenómenos demográficos de mais delicado estudo, não sendo todavia uma especificidade do território português, em período anterior à segunda década do século XIX. Em França, esta situação encontra-se também presente (Henry et Blayo, 1975:84).

Em relação às populações do Antigo Regime a mortalidade gravosa, para além de outras correlações, imbrica nas condições precárias de vida e no atraso na Medicina. O problema da escassez ou falta de alimentos provocado por maus anos agrícolas, por flagelos naturais, ou humanos, a deficiente rede de transportes e de distribuição de alimentos, a insalubridade das habitações e a sua proximidade, nomeadamente nos meios urbanos e em zonas de povoamento concentrado, o escasso bragal e o vestuário insuficiente e inadequado e a falta de apoio médico-sanitário à mulher grávida e às crianças foram causas determinantes da mortalidade. No entanto, encontramos diferenças quando estudamos as populações, havendo para períodos históricos idênticos

níveis de mortalidade com algumas assimetrias e esperança de vida à nascença igualmente diversa.

No que concerne a Famalicão o sub-registo de óbitos de menores de sete anos, ou mesmo a sua inexistência até determinado período, (problema comum a muitas paróquias portuguesas, como já deixámos expresso), invalidou o estudo da mortalidade infantil até uma fase adiantada do século XVIII²⁷¹, ou mesmo entrando pelo século XIX. Só a partir de 1795 apareceram com mais frequência os registos de óbitos de crianças, embora sem sistematicidade.

A adicionar ao complicado estudo da mortalidade encontrámos a deficiente identificação dos falecidos, principalmente dos solteiros²⁷² e das mulheres viúvas, a comprometer o acompanhamento dos percursos de vida.

7.1.1 Sazonalidade ao óbito

A distribuição sazonal dos óbitos correlaciona-se com a estrutura da população, sendo influenciada pelo entorno ambiental e pelo nível de desenvolvimento sanitário. Se a intensidade das doenças de carácter endógeno desenha curvas mensais de natureza aleatória, já a incidência de doenças exógenas é traduzida nas significativas mudanças sazonais que configuram riscos distintos de exposição entre a população infantil, jovem ou adulta. Desta forma, os meses de inverno são propensos às doenças respiratórias e cardiovasculares causadoras da maior parte de mortes de adultos e idosos. As infeções do foro digestivo, mais presentes no verão, atingem de forma mais expressiva a população infanto-juvenil.

A ausência de registo ou o sub-registo dos óbitos de menores de sete anos para Famalicão até uma fase adiantada da nossa observação representa uma das maiores dificuldades encontradas para o estudo da mortalidade, como já indicámos, uma vez que só a partir da idade em que o indivíduo era obrigado ao sacramento da Confissão é que o redator paroquial tinha o dever de elaborar o assento.

Desde 1795 o padre Manuel José Ferreira registou óbitos de menores de sete anos. Depois de vários ensaios feitos, temos de admitir que a sua distribuição possa ser aleatória, pelo menos até à segunda década do século XIX, data a partir da qual aceitamos haver um registo sistemático e universal dos óbitos.

²⁷¹ Entre 7 de julho e 2 de agosto de 1787 encontrámos quatro óbitos de crianças de idades compreendidas entre os dezassete meses e os quatro anos, todas elas do lugar da Rua. Foram os primeiros registos do novo abade João Álvares Pinheiro de Carvalho. No ano seguinte, surgiram-nos os assentos de óbito de doze crianças entre os três e os seis anos.

²⁷² Em visitação de 25 de novembro de 1782 foi ordenado ao Reverendo Coadjutor que em todos os assentos de óbito de solteiros indicasse o nome dos pais, *podendo deles haver notícia*.

7.1.1.1 Sazonalidade ao óbito dos menores de um ano: 1820-1960

Na nossa análise a sazonalidade dos óbitos foi determinada pelo método dos números proporcionais de Fleury e Henry (1965:103-105).

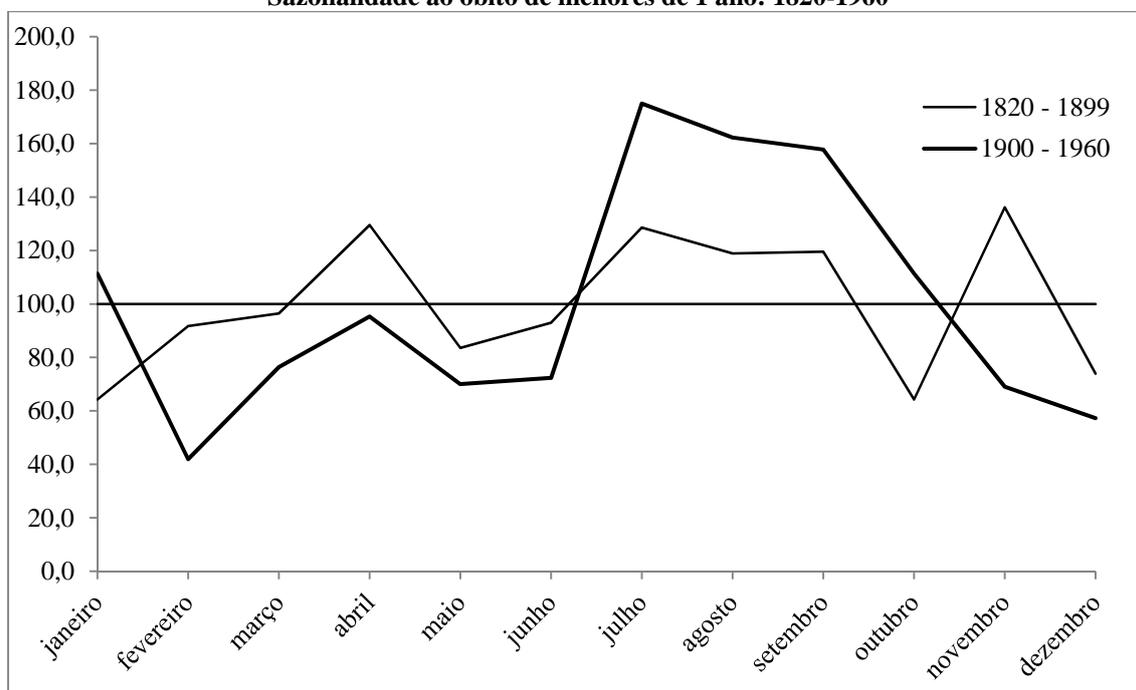
Iniciámos o estudo do fenómeno pela população menor de um ano.

Devido ao pequeno volume de observações dividimo-lo em dois períodos. Atentemos no quadro e no gráfico.

Quadro nº 113
Sazonalidade ao óbito dos menores de 1 ano: 1820-1960

Período	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total
1820-1899	20	26	30	39	26	28	40	37	36	20	41	23	366
1900-1960	35	12	24	29	22	22	55	51	48	35	21	18	372
Total	55	38	54	68	48	50	95	88	84	55	62	41	
Período	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total
1820-1899	0,6	0,9	1,0	1,3	0,8	0,9	1,3	1,2	1,2	0,6	1,4	0,7	12,0
1900-1960	1,1	0,4	0,8	1,0	0,7	0,7	1,8	1,6	1,6	1,1	0,7	0,6	12,2
Total	1,8	1,3	1,7	2,3	1,5	1,7	3,1	2,8	2,8	1,8	2,1	1,3	24,2
Período	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total
1820-1899	64,3	91,7	96,4	129,5	83,6	93,0	128,6	118,9	119,6	64,3	136,2	73,9	
1900-1960	111,4	41,9	76,4	95,3	70,0	72,3	175,0	162,3	157,8	111,4	69,0	57,3	
Total	175,6	133,6	172,8	224,9	153,6	165,3	303,6	281,2	277,4	175,6	205,2	131,2	

Gráfico nº 27
Sazonalidade ao óbito de menores de 1 ano: 1820-1960



No primeiro lapso cronológico a maior concentração de mortes ocorreu nos meses de julho, agosto e setembro, registando-se picos isolados em novembro e abril. A época mais suave situou-se entre dezembro e junho, com a exceção do mês de abril, como se indicou. Estas crianças estariam mais protegidas nestes meses por ser um

período brando de trabalho no campo que absorveria menos as mães. Como só se alimentariam do leite materno não dependeriam diretamente da sazonalidade dos alimentos, como acontecia com o resto da população, a quem se aplicará o ditado popular: *do cerejo ao castanho, bem me avenho, do castanho ao cerejo, mal me vejo!*

No segundo período, além dos três meses de julho a setembro como os mais gravosos juntou-se-lhe o de outubro e o de janeiro, sendo novembro menos inclemente que no período anterior. De fevereiro a junho assinalou-se o ciclo mais brando.

Retém-se como tendência global uma menor defesa destas crianças no período das colheitas, fase de maior intensidade de serviço braçal nos campos, onde todos tinham de colaborar, ficando os menores destituídos dos cuidados maternos durante tempo mais alargado, expostos a caminhadas da mãe, entregues a familiares, como irmãos, avós, ou outros, sem o cuidado assíduo e de proximidade da mãe, surgindo doenças próprias da idade e fragilidades resultantes dos condicionalismos familiares. Admite-se ainda um acume de doenças do foro gastrointestinal associadas aos períodos de temperaturas mais altas.

Idêntico padrão se visiona para a confinante freguesia de Antas, no período de 1800 a 1908, com os maiores índices de incidência de mortalidade na estação do verão e princípio da de outono (Juncal, 2003: 151-153).

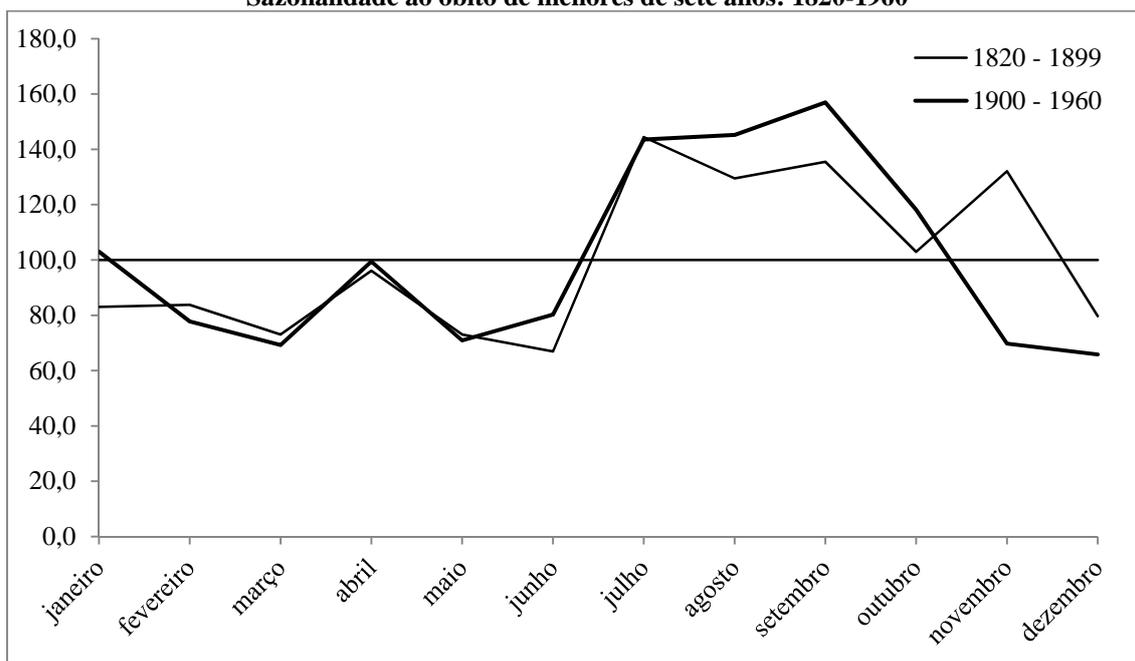
7.1.1.2 Sazonalidade ao óbito de menores de sete anos: 1820-1960

Passemos a observar em igual periodização os óbitos das crianças até aos sete anos.

Quadro nº 114
Sazonalidade ao óbito dos menores de sete anos: 1820-1960

Período	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total
1820-1899	50	46	44	56	44	39	87	78	79	62	77	48	710
1900-1960	61	42	41	57	42	46	85	86	90	70	40	39	699
Total	111	88	85	113	86	85	172	164	169	132	117	87	
1820-1899	1,6	1,6	1,4	1,9	1,4	1,3	2,8	2,5	2,6	2,0	2,6	1,5	23,3
1900-1960	2,0	1,5	1,3	1,9	1,4	1,5	2,7	2,8	3,0	2,3	1,3	1,3	22,9
Total	3,6	3,1	2,7	3,8	2,8	2,8	5,5	5,3	5,6	4,3	3,9	2,8	46,2
1820-1899	83,0	83,8	73,0	96,1	73,0	66,9	144,4	129,5	135,5	102,9	132,1	79,7	
1900-1960	103,0	77,8	69,2	99,4	70,9	80,2	143,5	145,2	157,0	118,2	69,8	65,8	
Total	186,0	161,6	142,3	195,5	143,9	147,1	287,9	274,7	292,5	221,1	201,9	145,5	

Gráfico n° 28
Sazonalidade ao óbito de menores de sete anos: 1820-1960



Entre 1820 e 1899 o ciclo de óbitos foi bem demarcado com um pico entre julho e novembro para entre dezembro e junho nunca atingir o índice 100. No século XX, embora a propensão se mantivesse entre julho e outubro, o mês de novembro foi o terceiro mais suave, mas o de janeiro aproximou-se do de outubro.

Em síntese, como decorre dos dados apresentados parece poder concluir-se que quer os menores de um ano quer aqueles que ainda não tinham feito sete anos tiveram ciclos similares, com o avolumar dos óbitos no verão e nalguns meses de outono. Igual desenho se apresentou para Antas no período de 1800 a 1902 (Juncal, 2003: 154-155).

A concentração de óbitos nos meses de verão leva-nos a admitir que muitas destas mortes estariam relacionadas com afeções do trato digestivo. Já a elevada densidade de mortes no outono estaria correlacionada com doenças do foro respiratório que nalguns casos terão eclodido devido a défices no sistema imunitário.

7.1.1.3 Sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos

Se a maior densidade de defunções de crianças até aos sete anos teve lugar no período de verão e no início do outono, como seria o cenário daqueles que já haviam ultrapassado os sete anos? Para este indicador o período de observação foi mais lato, indo de 1620 a 1960. Atentemos no quadro e na representação gráfica.

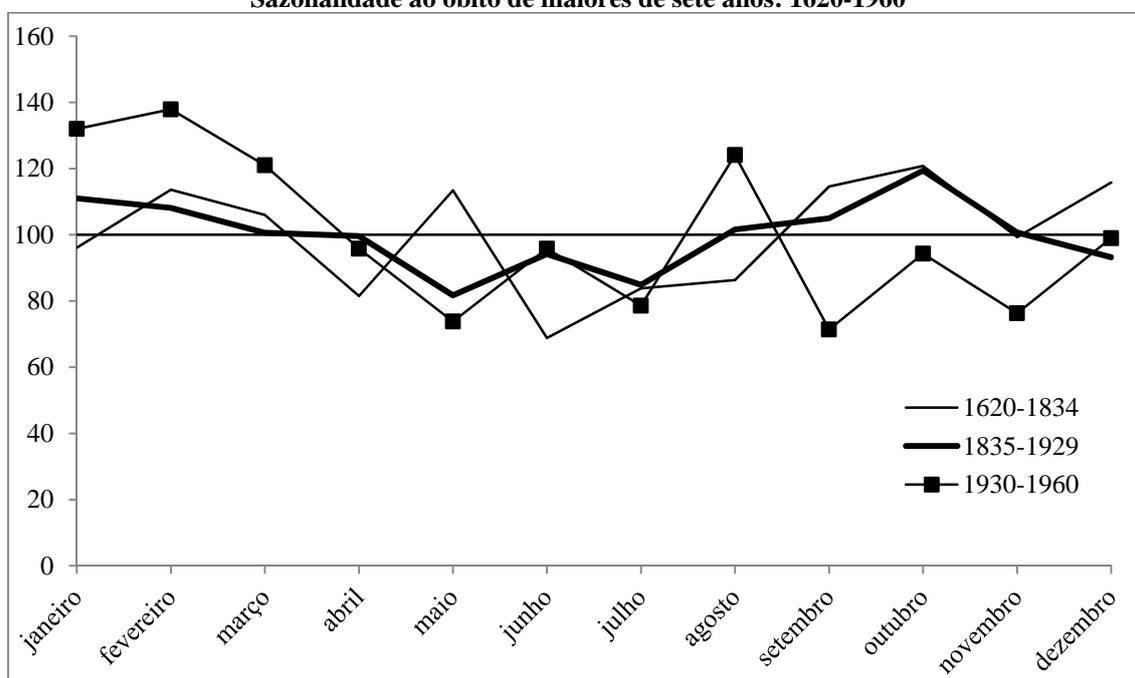
Quadro nº 115

Sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos: 1620-1960

Período	janeiro	fevereiro	março	abril	maio	junho	julho	agosto	setembro	outubro	novembro	dezembro	Total
1620-1834	39	42	43	32	46	27	34	35	45	49	39	47	478
1835-1929	106	94	96	92	78	87	81	97	97	114	93	89	1124
1930-1960	84	80	77	59	47	59	50	79	44	60	47	63	749
Total	229	216	216	183	171	173	165	211	186	223	179	199	2351,0
1620-1834	1,3	1,5	1,4	1,1	1,5	0,9	1,1	1,1	1,5	1,6	1,3	1,5	15,7
1835-1929	3,4	3,3	3,1	3,1	2,5	2,9	2,6	3,1	3,2	3,7	3,1	2,9	37,0
1930-1960	2,7	2,8	2,5	2,0	1,5	2,0	1,6	2,5	1,5	1,9	1,6	2,0	24,6
Total	7,4	7,6	7,0	6,1	5,5	5,8	5,3	6,8	6,2	7,2	6,0	6,4	77,3
1620-1834	96,1	113,6	106,0	81,5	113,4	68,8	83,8	86,3	114,6	120,8	99,3	115,8	
1835-1929	111,0	108,1	100,6	99,6	81,7	94,2	84,9	101,6	105,0	119,4	100,7	93,2	
1930-1960	132,0	137,9	121,0	95,8	73,8	95,8	78,6	124,1	71,4	94,3	76,3	99,0	
Total	339,1	359,6	327,6	276,9	268,9	258,8	247,3	312,0	291,0	334,5	276,3	308,0	

Gráfico nº 29

Sazonalidade ao óbito de maiores de sete anos: 1620-1960



No primeiro período a tendência foi de os óbitos se concentrarem nos meses mais frios, exceto em janeiro e novembro. O mês de maio e o de setembro e outubro apresentaram também elevado número de defunções. No segundo período observou-se uma continuidade de tendências com uma demarcação nítida de janeiro a março, em que se observou um pico obituário, uma quebra de abril a julho e novamente uma subida até novembro. No último período, se para os três primeiros meses do ano se manteve a curva ascendente, o outono foi mais suave, vendo-se uma distribuição mais regular dos óbitos. Em resumo, nos três períodos detetou-se a intersecção de linhas de similaridade no inverno. Já para o outono a realidade foi diversa só havendo um padrão idêntico até 1930.

A maior densidade de óbitos no inverno para esta população indicia que as principais causas seriam do foro respiratório e cardiovascular.

O panorama foi diferente no que ao inverno tange, se considerarmos os maiores de 7 anos e os menores, pois estes morreram menos nesta estação, talvez pelo maior resguardo das crianças.

7.1.2 Mortalidade excepcional

A mortalidade epidémica será até finais do século XIX a grande causa de mortalidade extraordinária numa época em que as crises de subsistência haviam deixado de provocar crises demográficas.

(Rodrigues, 1995:72)

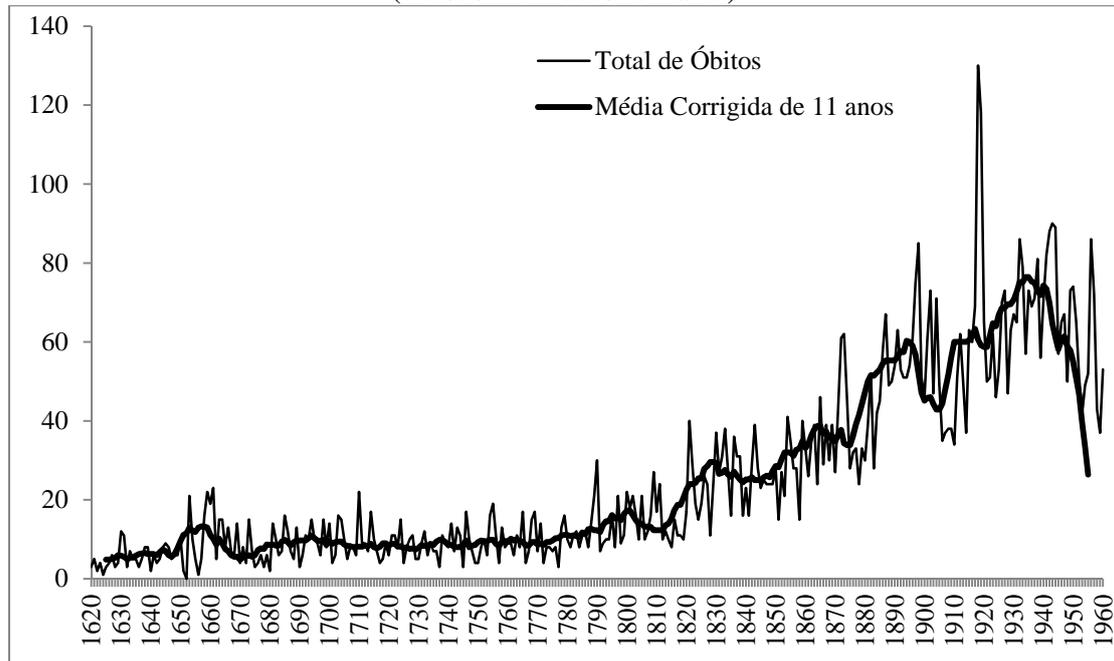
A mortalidade anormal foi uma das causas de variação do crescimento demográfico quando as populações não fizeram eclodir formas de compensação a essa mortalidade excepcional, através da alteração das outras variáveis como o casamento e até o recasamento e o aumento do número de filhos, normalizando assim o saldo fisiológico.

Porque de grande impacto, os *níveis de mortalidade anormal* vão a seguir ser objeto de análise, através do estudo das crises de mortalidade e tentativa de compreensão das repercussões que tiveram na vida das populações.

7.1.2.1 Mortalidade de crise dos maiores de sete anos

As crises de mortalidade foram calculadas pelo Método Livi Bacci/Del Panta por a maior parte dos estudos produzidos na Universidade do Minho, muitos deles sobre a região em que se insere a paróquia por nós estudada, o terem escolhido. Este método trabalha com séries anuais de óbitos, através da média corrigida de 11 anos, em que se retira a cada uma das séries os dois valores mais altos e os dois valores mais baixos. Encontrada a média, estamos em condições de verificar a existência ou a ausência de crises de mortalidade. Consideram os autores crises de várias amplitudes, sendo uma pequena crise aquela em que o número de óbitos, nesse ano, atinge os cinquenta por cento da respetiva média e uma grande crise quando o número de óbitos é o quádruplo da média desse ano.

Gráfico nº 30
Crises de mortalidade: 1620-1960
(método Livi Bacci/Del Panta)



Como decorre do gráfico não se registaram em Famalicão grandes crises de mortalidade. Houve alguns momentos depressivos representados por “mortalidade extraordinária” que nunca foram de catástrofe, mas que se terão repercutido na estabilidade da população, nomeadamente quando atingiram anos seguidos, como foi o caso dos anos de 1630 e de 1631 em que o número de óbitos ficou um pouco acima do dobro no primeiro ano e muito perto desta proporção no segundo ano.

Nos anos de 1661, 1669 e 1673 as mortes mais que duplicaram, podendo haver relação com a quebra de produção que se fez sentir na região de Entre Douro e Minho a partir de 1658, com maior gravosidade no período de 1665-1667 (Oliveira, 1979:456 e segs). Norberta Amorim (1987:296) aventa a hipótese de a crise por ela encontrada em Guimarães e seu entorno rural ocorrida em meados da década de 1660 ter sido uma crise frumentária que a partir da zona suburbana (mais carenciada) tenha atingido a dimensão epidémica.

Como emerge da comparação entre Guimarães e Famalicão, que distam entre si cerca de 30 quilómetros, embora os anos das crises de mortalidade não sejam coincidentes, o período foi análogo, parecendo indiciar uma crise regional. Norberta Amorim (1987:296) chama ainda a atenção para a comparação que fez sobre o Nordeste Transmontano e Guimarães e seu entorno para idêntico período temporal, concluindo que conquanto não tenha havido coincidência nos anos das crises, foi observada

mortalidade de crise para o lapso temporal entre meados da década de 1650 e meados da de 1660.

No século XVIII não encontramos momentos de grande erupção obituária.

Na centúria de Oitocentos a primeira crise sobreveio em 1710. Foi um ano difícil em que morreram mais do dobro das pessoas da média anual.

Em 1714 irrompeu uma crise muito semelhante que quase atingiu a proporção de 1710. Aurélio de Oliveira (1979:490) aponta uma quebra de produção para Entre Douro e Minho entre a 1683 e 1713, com cumes acentuados em 1689-1691 e 1693-1694, inserindo-se o nosso primeiro pico neste período e o último podendo ser uma consequência das fases de sub produção. Será de referir que Norberta Amorim (1987:302) indica para a zona suburbana de Guimarães o ano de 1710 como de crise muito grave.

Em 1755 registou-se uma crise de nível idêntico ao de 1714, ocorrendo mais do dobro de defunções em relação à média de um ano normal.

Entre 1789 e 1790 irrompeu um surto de alguma amplitude. Começou com uma crise em que morreu quase o dobro dos indivíduos da média do ano, sendo ultrapassado esse volume no segundo ano. Norberta Amorim (1987:307) indica 1755 como um ano de crise em Guimarães e seu entorno rural, bem como no Hospital da Misericórdia. A autora (1987:311) menciona igualmente uma *sobremortalidade muito elevada para os internados nesta instituição* em 1791. Aurélio de Oliveira (1979:491-492) aponta uma quebra de produção para Entre Douro e Minho entre 1770 e 1813.

No período das invasões francesas o número de mortes foi além do dobro em 1809 e quase duplicou em 1811.

Sabemos pelos registos de óbito que José Veloso Rebelo²⁷³ sucumbiu em Famalicão no dia 21 de março de 1809, cerca das dez horas da manhã, vítima dos invasores franceses e outro famalicense, José Ramos, deixou de ser visto desde 29 de março, dizendo-se que foi morto pelos Franceses na invasão que fizeram ao Porto, estando ele nesta cidade²⁷⁴.

²⁷³ Filho legítimo de Custódio José Veloso Rebelo, já defunto e de sua mulher Joana Maria Álvares, do lugar da Rua, no dia 21 de Março de 1809, pelas 10 horas da manhã, pouco mais ou menos foi morto pela Guarda Avançada da Cavalaria Francesa, com um grande golpe de catanada tendo-lhe sido cortada parte do nariz e feito uma grande abertura de um golpe, no beicho superior da boca e foi desferido um tiro de bala atravessado do peito às costas e me deram parte e logo imediatamente fui ao sítio da Cegonha na estrada do Porto e o vi prostrado no caminho e o absolvi sob condição e me disseram que ainda tinha alguns sinais de vida e logo pedira confissão e que a morte seria devido a ir com uma clavina na companhia da mãe, que ainda o padre vira quebrada no mesmo sítio.

²⁷⁴ Esta informação encontra-se no registo de óbito da mulher, Maria Josefa, indicada como viúva, falecida em 15 de agosto de 1810.

No registo de óbito de Josefa Joaquina falecida em 25 de maio de 1809 o redator paroquial escreveu que *as tropas que vieram em seguimento dos Franceses* estavam recolhidas na igreja e nas capelas da freguesia²⁷⁵.

A fim de poder casar segunda vez foi pedido às autoridades eclesiásticas, em 21 de novembro de 1813, que fosse considerada viúva a mulher de Manuel de Freitas, por este ter sido visto morrer entre uns salgueiros no Monte da Falperra, na entrada dos Franceses. O processo tramitado em Braga perante o Doutor Desembargador Provisor foi considerado procedente.

O período das invasões francesas, para além da insegurança e da falta de géneros, com a consequente subida de preços e penúria nas populações, trouxe consequências como o tifo exantemático ou epidémico que provocou significativas baixas na população (Amorim, 1987:315). A autora, no seu citado estudo sobre Guimarães e seu entorno rural, refere que *as vítimas directas da guerra não ultrapassariam a dezena e meia nesse ano de 1809, mas irão contar-se por muito mais as vítimas da epidemia que se abate sobre a área nos dois anos seguintes* (Amorim, 1987:315). Aurélio de Oliveira (1979:491-492) aponta uma grave crise agrícola na região de Entre Douro e Minho, nos anos iniciais de centúria. Igual cenário de crise é indicado por Gonzalo Anes (1970) citado por Amorim, (1987:315) para Espanha, em idêntico período temporal.

Em 1821 também encontrámos um aumento anormal do número de mortes, tendo atingido quase o dobro dos óbitos em relação à média, talvez relacionado com a profunda crise agrícola dos primeiros anos do século, estudada para Espanha por Gonzalo Anes (1970), citado por (Amorim, 1987:315) e mostrado também para a região de Entre Douro e Minho por Aurélio de Oliveira (1979: 491-492). Norberta Amorim informa-nos que a mortalidade observada no Hospital da Misericórdia de Guimarães no ano de 1818 foi de sobremortalidade de crise.

Em Famalicão o resto do século XIX manter-se-á sem crises de mortalidade, mas a centúria seguinte iniciou-se com um período difícil em que houve um aumento do número de óbitos, sem contudo, se desenhar qualquer grande crise.

No século XX registaram-se pequenas crises em 1902 e 1904 e nos anos de 1903 e 1904 morreu-se muito de tuberculose. Em anos seguintes, na imprensa local escreveu-se sobre as condições de vida da população²⁷⁶; falou-se muito da grande subida de

²⁷⁵ No Inventário da igreja matriz refere-se que as tropas francesas saquearam o templo e levaram vários objetos de valor.

²⁷⁶ Jornal *O Regenerador*, de 15 de setembro de 1906, p.1 vº.

gêneros alimentícios de primeira necessidade, como o azeite, o bacalhau, entre outros, fazendo os jornais menção aos ordenados baixos do operariado e ao perigo da fraca nutrição e consequentes doenças como a tuberculose.

O jornal *O Regenerador* durante as suas edições do ano de 1907 noticiou que a varíola matou e deformou as populações locais atingindo todo o concelho. O periódico chamou também a atenção para a mortalidade de crianças que segundo o articulista seriam vítimas de uma moléstia de carácter epidémico principiando por sarampo, seguido de febre. Adviria, na sua opinião, das deficientes condições higiénicas e da falta de saneamento, urgindo a intervenção das autoridades de saúde locais.

Volvido pouco tempo, os anos de 1918 e 1919 já acusaram uma crise de mortalidade que se tornou mais gravosa por ter ocorrido em dois anos seguidos. No primeiro ano atingiu-se mais do dobro de defunções e no seguinte ficou muito perto desse quantitativo.

A pandemia gripal de 1918 poderia ter sido uma das causas de morte da população de Famalicão, tal como aconteceu em várias localidades do País, pois o território continental foi acometido por duas vagas: a primeira benigna e muito curta, de junho a meados de julho, conhecida por gripe espanhola, e a segunda que grassou de meados de agosto até final do mês de novembro, muito maligna e mortal, denominada influenza pneumónica (Dias, 1919). Quando analisarmos a sazonalidade dos óbitos em anos de crise deter-nos-emos sobre o ritmo mensal dos óbitos do ano mais inclemente, o de 1918, e aquilataremos da coincidência temporal e da probabilidade da nossa hipótese.

Passamos a estabelecer comparações com as freguesias do concelho já estudadas, no sentido de verificarmos crises localizadas ou circunscritas a Famalicão, e depois alargamos esse cotejo a outras freguesias da região.

A exemplo do critério adotado por nós para outras variáveis iniciaremos pela paróquia de Antas (Juncal, 2003: 162). Nesta freguesia registou-se no ano de 1629 uma grave crise que atingiu o triplo do número de mortes da média do respetivo período. Esta mortalidade excepcional teve lugar um ano antes da verificada em Famalicão, que recordamos, se prolongou pelo ano seguinte nesta localidade. Parece ter ocorrido uma mortalidade anormal que terá começado em Antas e se deslocou nos dois anos subsequentes para Famalicão. No século XVII não surgiram picos obituários anuais simultâneos, mas na centúria seguinte o ano de 1714 registou uma crise de mortalidade coincidente. No século XIX sobrevieram dois anos de cumes de mortalidade, o de 1809 e o de 1811 e, no século XX, enquanto em Famalicão se registaram dois anos seguidos

de crise (1903 e 1904), em Antas esta surgiu em 1905, parecendo indiciar o efeito de alastramento para esta freguesia contígua.

No concernente a Mouquim (Ventura, 2000:130-131), a autora dá-nos conta de pequenas crises em vários anos de Oitocentos e Novecentos, só havendo sobreposição temporal com Famalicão no ano de 1809. É provável que tenha existido alguma ligação entre a crise famalicense e a de Antas de 1714 com a surgida em Mouquim em 1716, pois talvez houvesse irradiado para as freguesias do concelho.

Relativamente a Avidos a crise ocorrida em Antas no ano de 1629 parece ter atingido nos dois anos seguintes Famalicão e em 1632 a freguesia de Avidos (Paiva, 2001:200-201). Por seu turno, a mortalidade anormal de 1661 de Famalicão apareceu em Avidos em 1659 e 1660. Nos outros anos, todos eles de pequenas crises, não houve paralelismo temporal, se bem que na década de 1660, (sem sincronia anual), tivesse surgido mais uma crise em cada uma das localidades: em Avidos, no ano de 1665 e em Famalicão, no ano de 1669. Nos restantes anos as pequenas crises ocorridas não convergiram temporalmente.

No que concerne às paróquias do concelho de Barcelos, para Barcelinhos (Faria, 1997: 168-169) não encontramos equiparação nos anos de crise, já para Alvito S. Pedro e anexa de Ginzo (Miranda, 1993: 203-206) a crise sincrónica teve lugar nos anos de 1809 e de 1811.

No que tange a Aveleda, concelho de Braga, (Silva, 1997: 170-171) os anos síncronos de crises foram os de 1669, 1755 e 1809.

Em suma, no século XVII registaram-se crises de alguma amplitude territorial. A de 1629 a 1632 afetou em anos diferentes três freguesias do atual concelho: Famalicão, Antas e Avidos. A crise de 1669 e a de 1755 atingiu simultaneamente Aveleda e Famalicão. As Guerras Peninsulares deram origem a mortalidade excecional em todas as freguesias da região mencionadas menos em Barcelinhos. Será de recordar que em março de 1809 teve lugar em Braga e seu termo a crise mais grave de Oitocentos e Novecentos e neste ano observaram-se crises de diferentes amplitudes (David, 1992b: 215-218) em 85,4 por cento das freguesias com informação.

7.1.2.2 Sazonalidade ao óbito dos maiores de sete anos em anos de crise

Interessa deter-nos sobre o ritmo mensal dos óbitos tentando encontrar padrões de sazonalidade e deduzir possíveis causas explicativas para essas curvas obituárias. Tal

como fizemos para os outros indicadores de mortalidade dividimos a população de acordo com o critério da faixa etária.

Começamos pela sazonalidade dos anos de crise relativa aos maiores de sete anos. O ano de 1630 apresentou um pico de óbitos nos meses de janeiro e outubro, apontando para doenças provocadas pelos rigores do clima e pelas fracas condições de habitabilidade. Será ainda de colocar a possibilidade da existência de carências alimentares e mesmo de fome. De recordar que as principais causas de morte no inverno são do foro cardiovascular, cerebrovascular e doenças circulatórias e respiratórias (McMichael *et al.*, 2003²⁷⁷). Talvez tivesse acontecido em Famalicão uma conjugação de fatores, originando uma crise mista, (Dupâquier, 1979b:265-266) e (Guillaume e Poussou, 1970:148-152) como Teresa Rodrigues encontrou em Lisboa (Rodrigues, 1987:183-191). A autora refere uma crise geral de mortalidade entre 1630 e 1631 derivada da peste e de carências alimentares. Em publicação posterior, (2004:39) Teresa Rodrigues chama a atenção para a situação depressiva do Reino a nível económico entre 1627 e 1633 e a presença de tifo e disenteria em Lisboa, Sintra e Cascais e de febre tifoide em Coimbra entre 1630 e 1632.

No ano de 1669 a incidência de óbitos ocorreu nos meses de outono e no início do inverno (janeiro), com abril a ser também impiedoso. Em 1673 o inverno registou o acume de mortes, embora os meses de outubro e de maio tenham sido também violentos e no ano de 1710 foi a primavera que deteve os valores mais altos de óbitos.

Observemos o comportamento da variável noutra ano de subida extraordinária do seu nível, o de 1790. O maior número de óbitos ocorreu em junho e agosto. Seria consequência de alguma estiagem? Lembre-se que na década de 1790 Portugal sofreu uma seca que provocou falta de cereais e teve um grave impacto sobre a situação de vida das populações, originando epidemias (Barata, 1988:116-123). Adversas condições meteorológicas afetaram também a Europa com o preço do trigo a atingir o valor mais alto da centúria (Santos, 1995:179-182).

No início do século XIX houve dois anos de mortalidade anormal, o de 1809 e o de 1811. No ano de 1809 tivemos notícia da passagem dos franceses por Famalicão no mês de março, contudo este só registou o terceiro maior índice de mortes, com julho e agosto a terem respetivamente o máximo primário e secundário, indiciando que as consequências da invasão dos franceses levaram ao recrudescer do número de óbitos. O ano de 1811, se bem que com menor quantidade de mortes, foi também anormal,

²⁷⁷ Citado por Machado (2012:10)

registando-se picos obituários em setembro e maio, meses propícios ao eclodir do tifo exantemático.

Que aconteceu no ano de 1918 que também foi um ano de letalidade “excessiva”? A morte extraordinária atingiu com maior incidência durante o mês de outubro toda a população, desde os mais novos aos religiosamente adultos.

Os registos de óbito destes anos não nos indicaram as causas de morte, mas admitimos que elas se deveram em maior número ao tifo e à pneumónica. Sobre o tifo, conhecido entre muitos nomes também por tabardilho, Ricardo Jorge escreveu em 1918 que Portugal era um *paiz tífico*²⁷⁸.

Este surto epidémico não se confinou ao ano de 1918, continuando pelo seguinte, sendo o Norte especialmente atingido, com uma cronologia de inverno-primavera, segundo Ricardo Jorge (Morais, 2008:225).

Admitimos que alguns famalicenses tivessem morrido devido ao surto de tifo exantemático que grassou em Portugal, com especial incidência na zona Norte e Centro do Continente. Vejamos a este propósito o que escreveu o delegado de saúde de Braga, João Barroso Dias, em 5 de abril de 1918, no relatório enviado ao diretor geral de saúde (Almeida, 1920:7):

Cumpre-me levar ao conhecimento de V. Ex.^a, não o tendo feito até hoje devido aos afazeres que tenho tido, o que nesta cidade e distrito se passou e vem passando acerca daquela doença que, proveniente do Porto, fêz a sua aparição em Braga e outras localidades sob a minha jurisdição sanitária.

*Conforme me foi participado pelos respectivos sub-delegados de saúde, indivíduos portadores de tifo exantemático foram surpreendidos em Cabeceiras de Basto (dois), **Famalicão (três**²⁷⁹), Vieira (um), sem que nestes concelhos se tivessem dado, por contágio, outros casos. Isto há um mês, pouco mais ou menos.*

Embora não tenhamos mais informações diretas sobre a origem destas mortes, Eurico de Almeida (1920) deu-nos a conhecer, em trabalho detalhado (tese de doutoramento), a situação da cidade de Braga e concelho, sendo de aceitar que Famalicão não tenha ficado incólume, tendo até em conta o referido em abril de 1918 pelo delegado de saúde de Braga e também pelo que Eurico de Almeida nos relata sobre a propagação da doença (lembre-se a situação geográfica de Famalicão como interface para o Porto, Braga, Póvoa e Guimarães).

²⁷⁸ *Med. contemporânea 1918, 20 (9), 66.2, citado por Morais, 2008, p. 214.*

²⁷⁹ Destaque nosso.

A mortalidade gravosa podia ter origem ainda, ou em concomitância, na denominada gripe espanhola ou pneumónica, uma vez que esta matou mais de 50 mil pessoas em Portugal, entre as cerca de 70 mil que pereceram por epidemias entre 1918 e 1919 (Rollo, 2008:1), numa autêntica trilogia mórbida constituída pela guerra, a fome e a morte no ano de 1918.

Se bem que não tenhamos dados circunscritos a Famalicão surgem-nos para 1918 em relação a quatro freguesias próximas pertencentes ao atual concelho de Santo Tirso: Areias, Sequeiró, Lama e Palmeira (Dias, 1919).

Em meados de setembro a epidemia começa por atacar os operários das Fábricas de Santo Tirso e Riba d' Ave, sendo de pronto difundida por eles, de forma que no fim de setembro estava contagiado todo o concelho de Santo Tirso (Dias, 1919:51-52).

O clínico Domingos José Dias em tese de doutoramento indicou que nas freguesias por ele assistidas, referenciadas em epígrafe, morreram no mês de outubro de 1918 vinte vezes mais pessoas que no mesmo período do ano anterior, incidindo a gripe nos indivíduos até aos quarenta anos de idade (Dias, 1919: 54-55).

Em síntese, sobre a cronologia das crises podemos dizer que no século XVII se destacaram três: a de 1630 ocorreu num mês de outono e num de inverno; a de 1669 surgiu nos meses de outono e no início do inverno e a de 1673 o pico de defunções teve lugar no inverno, logo, todas no tempo mais frio. No século XVIII, observaram-se duas crises, a de 1710 e a de 1790: a primeira teve níveis anormais de óbitos nos meses de primavera e a segunda em meses de verão. No século XIX a mais intensa foi a do ano de 1809, com o acume dos óbitos no mês da passagem dos franceses pela localidade e em dois meses de verão. No ano de 1811 registou-se uma maior distribuição dos óbitos pelos meses do ano com picos nos meses de setembro e maio. No século XX (1918), quer para os maiores de sete anos, quer para o grupo de população a partir do ano de idade, o pico obituário aconteceu no outono.

7.1.3 Mortalidade infantil e infanto-juvenil

Um dos indicadores privilegiados para avaliar os níveis de saúde e de desenvolvimento social da população de uma região é o coeficiente de mortalidade infantil, que calcula o risco de um nado vivo morrer antes de perfazer um ano de vida. Como já referimos, só sensivelmente a partir de 1820 dispomos do registo com

sistematicidade dos óbitos da população famalicense admitindo, dado os valores encontrados para a freguesia, ainda podermos estar em situação de algum sub-registo.

7.1.3.1 Mortalidade infantil

Quadro nº 116
Permilagem dos óbitos dos menores de 1 ano: 1822-1960

	Total Nascimentos	Óbito <1 ano	Permilagem
1822 ²⁸⁰ -1899	5897	365	61,9
1900-1960	5548	372	67,1
Total	11445	737	64,4

É patente que quer num período, quer noutro, a mortalidade infantil foi suave, ficando perto das 62 crianças falecidas por mil nascidas no século XIX e um pouco além das 67 para o século XX. Estes valores bastante baixos não nos parecem credíveis, pois apesar da suave mortalidade encontrada noutras paróquias, mormente do Minho, não se enquadram nos comportamentos para a variável para períodos similares, como se demonstra no quadro comparativo²⁸¹.

Quadro nº 117
Permilagem dos óbitos dos menores de 1 ano: comparação com paróquias de Portugal continental

Regiões	Localidades	Períodos	Permilagem	Fontes
Minho	Vila Nova de Famalicão	1822-1899	62	Fichas de família
		1900-1960	67	
	Antas (Vila Nova de Famalicão)	1800-1899	Entre 71 e 110	Juncal,2003:168.
		1900-1909	63	
	Avidos (Vila Nova de Famalicão)	1861-1899	49	Paiva, 2001:202.
		1900-1945	75	
	Mouquim (Vila Nova de Famalicão)	1822-1844	Entre 106 e 116	Ventura, 2000:133.
	Barcelinhos (Barcelos)	1840-1879	99	Faria, 1997:172.
		1880-1910	150	
	Alvito S. Pedro e sua anexa de Ginzo (Barcelos)	1870-1899	Entre 113 136	Miranda, 1993:211.
		1900-1959	Entre 52 e 111	
	Aveleda (Braga)	1760-1909	Entre 125 e 142	Silva, 1997:173.
		1910-1959	99	
	Pico de Regalados (Vila Verde)	1863-1899	128	Araújo, 1992:161.
1900-1940-		Entre 58 e 102		
Facha (Ponte de Lima)	1820-1909	Entre 64 e 88	Machado, 1995:138.	
	1910-1969	Entre 48 e 80		
Santa Tecla (Celorico de Basto)	1840-1919	73	Carvalho, 1999:77.	
	1920-1959	67		
Beira Litoral	Cortegaça (Ovar)	1830-1890	Entre 134 e 213	Gomes, 1998:95.
		1900-1960	Entre 131 e 178	
Trás-os-Montes	Calvão (Chaves)	1855-1866	93	Faustino, 1997:269.

²⁸⁰ Iniciámos o estudo deste indicador a partir de 1822 devido ao pequeno hiato de registo de nascimentos.

²⁸¹ Fizemos um ensaio começando pelo ano de 1860, a partir do qual as diretrizes eclesiais obrigavam ao registo de óbito de todos os indivíduos e a tendência encontrada foi a mesma.

No século XIX só Avidos registou um valor inferior de mortalidade infantil e no século XX a permilagem foi igual à de Santa Tecla, pese embora o período estudado se ter iniciado um pouco mais tarde que em Famalicão.

Para Portugal insular Norberta Amorim (1992:217-218) deu-nos valores para a variável no período de 1790 a 1909 entre 107 e 148 e para 1910-1969 entre 55 e 114.

Em Pontevedra, Galiza, região peninsular relativamente próxima de Famalicão, os valores extremos entre 1904 e 1932 assumiram valores mínimos de 62 e máximos de 133 (Mestre, 1992: 20). Também aqui a mortalidade infantil foi superior à de Famalicão.

Alarguemos o nosso horizonte geográfico até alguns países da Europa. Pela estimativa de Armengaud (1975:73), em França e Inglaterra, na segunda metade do século XVIII, morriam no primeiro ano de vida entre 180 e 260 crianças por mil nascidas, valores sempre superiores aos das paróquias portuguesas estudadas para período próximo.

No sentido de termos uma visão mais ampla, observemos o quadro.

Quadro nº 118
Permilagem dos óbitos dos menores de 1 ano: comparação com alguns países europeus

Europa	Portugal Continental	1916-1950	140	Poulain e Tabutin, 1980:145-177.
		1951-1975	62	Evangelista, 1971:59.
	Inglaterra	1780-1900	122 -150	Poulain e Tabutin, 1980:145-177.
		1901-1950	80	
	França	1861-1900	170	Poulain e Tabutin, 1980:145-177.
		1901-1950	101	
	Itália	1866-1900	200	Poulain e Tabutin, 1980:145-177.
		1901-1950	130	
	Espanha	1861-1870 e 1876-1885	193	Poulain e Tabutin, 1980:145-177.
		1901-1950	131	

A mortalidade infantil atingiu quantitativos bem mais altos que os encontrados para Famalicão e outras regiões portuguesas do Norte de Portugal continental e mesmo insular. Será de acrescentar que numa comparação com o território português continental para o século XX, (dados disponíveis a partir de 1916) a permilagem foi mais baixa em Famalicão, mesmo juntando nesta freguesia os dados a partir de 1900.

Jonh Knodel (1986:8-11) nas comunidades alemãs que estudou encontrou relação entre os hábitos de amamentação mais prolongada e difundida e a sobrevivência da criança, isto é, a mortalidade infantil foi menor nas comunidades em que a criança era aleitada ao seio. Teria sido o caso de Famalicão?

7.1.3.2 Mortalidade infanto-juvenil

Passemos a analisar os óbitos das crianças menores de 7 anos.

Quadro nº 119
Permilagem dos óbitos de menores de 7 anos: 1822-1960

	Total Nascimentos	Óbito <7 anos	Permilagem
1822-1899	5897	707	120
1900-1960	5548	699	126
Total	11445	1406	123

Os valores da mortalidade das crianças menores de sete anos foram relativamente baixos, indiciando as condições de sobrevivência dessa camada populacional de famalicenses. Face aos encontrados para outras localidades portuguesas, como se observa pelo quadro, a morte foi para estes meninos bastante clemente.

Quadro nº 120
Mortalidade infanto-juvenil:
comparação com paróquias de Portugal continental

Regiões	Localidades	Períodos	Permilagem	Fontes
Minho	Vila Nova de Famalicão	1820-1899	120	Fichas de família.
		1900-1960	126	
	Antas (Vila Nova de Famalicão)	1820-1899	112-181	Juncal, 2003:168.
	Avidos (Vila Nova de Famalicão)	1861-1899	151	Paiva, 2001:203.
		1900-1945	155	
	Mouquim (Vila Nova de Famalicão)	1802-1856	162	Ventura, 2000:134.
	Alvito S. Pedro e anexa (Ginzo) (Barcelos)	1870-1899	173-269	Miranda, 1993:211.
		1900-1959	68-177	
	Aveleda (Braga)	1760-1909	130-183	Silva, 1997:176.
		1910-1959	67	
Pico de Regalados (Vila Verde)	1863-1899	433	Araújo, 1992:161-162.	
	1900-1959	225-337		
Trás-os-Montes	Calvão (Chaves)	1890-1911	219	Faustino, 1997:269.

Em síntese, no século XIX as crianças menores de 7 anos nascidas em Famalicão tinham um índice de sobrevivência superior à de todas as freguesias estudadas, quer minhotas, quer transmontanas e para o século XX a morte também foi das mais suaves, exceto para o período de 1910-1959 em Aveleda que teve uma queda acentuada em relação ao século XIX e para períodos específicos de Alvito S. Pedro e Guinzo (primeira, quarta e sexta década). À falta de explicações explícitas nas fontes, poder-se-á considerar a benignidade do clima, a menor dependência da agricultura (foi no século XIX, que Famalicão se tornou sede de concelho e vila) e melhores cuidados de saúde pública.

7.1.4 Mortalidade geral e esperança de vida

La tabla de mortalidade es el instrumento lógico e técnico mais completo para el análisis estadístico de la muerte, de su incidência por edad y por sexo.

(Livi-Bacci, 1993:107)

Como temos o registo universal de óbitos da freguesia desde 1820 foi possível construir o quadro da mortalidade geral e a partir dele elaborar a tábua de mortalidade das gerações nascidas entre esta data e 1860. Por admitirmos a existência de sub-registo de mortalidade infantil, excluímos os menores de um ano da tábua de mortalidade.

Cada indivíduo tem um início e um fim de observação, ou real ou convencional. Em relação aos emigrantes isolados, o fim de observação foi marcada aos vinte anos do indivíduo. *Nas tábuas de mortalidade, para minimizar o erro, fez-se uma distribuição equitativa das saídas aos 20 anos pelas idades entre os 10 e os 29 anos* (Amorim,1992:221).

O estudo desta variável demográfica foi feito através da análise longitudinal, observando-se as gerações nascidas entre 1822 e 1860, dado que deste modo *poderemos acompanhar pelo menos durante noventa anos o percurso de vida de todos os nascidos* (Amorim,1992:221).

As tábuas de mortalidade construídas a partir dos valores absolutos da mortalidade geral dão-nos a possibilidade de podermos observar os níveis de sobrevivência, a esperança de vida e os quocientes de mortalidade relativos ao conjunto de gerações nascidas entre 1822 e 1860, período para o qual dispomos de registo de mortalidade infantil.

Nas famílias estáveis com indivíduos afastados do espaço geográfico da comunidade, quando não tínhamos a data de óbito de algum dos seus membros, convencionou-se por defeito atribuir como data de fim de observação a última data familiar conhecida e na situação dos indivíduos isolados a data do seu vigésimo aniversário. Este segundo critério baseou-se em três princípios: a migração interna e externa e o mercado matrimonial, em virtude de o afastamento por migração ser preponderante antes dos 20 anos e a idade média ao casamento ser superior a essa idade.

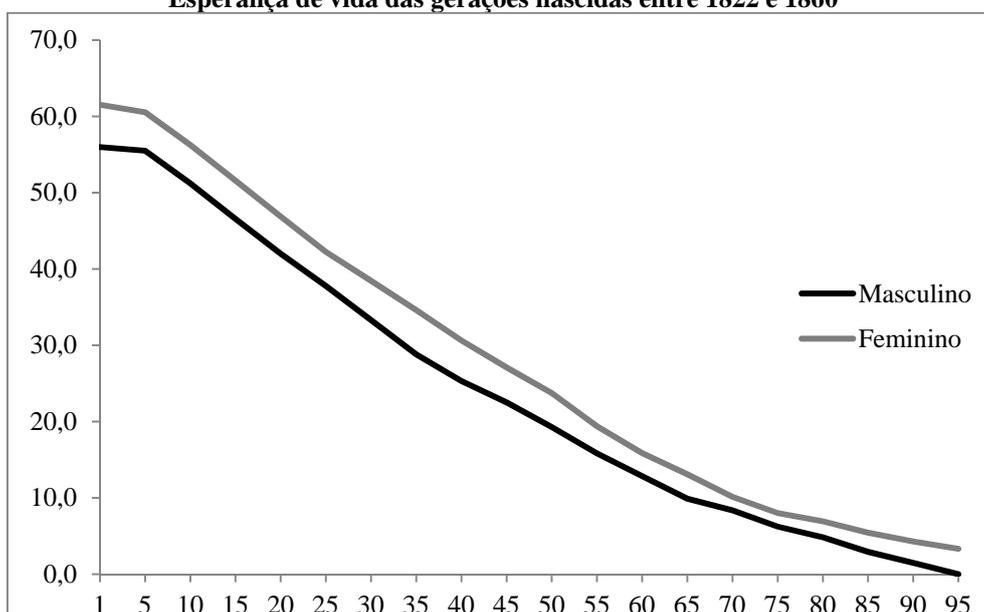
7.1.4.1 Esperança de vida das gerações nascidas de 1822 a 1860

A esperança média de vida é um dos indicadores pregnantes para aferir da qualidade de vida das populações. Admitindo sub-registo de óbito infantil, calculámos a esperança de vida dos indivíduos só a partir de um ano de idade. Atentemos nos valores encontrados.

Quadro nº 121
Esperança de vida das gerações nascidas entre 1822 e 1860

Idade	Masculino	Feminino	Total
1	56,0	61,5	59,1
5	55,5	60,5	58,4
10	51,2	56,2	54,2
15	46,6	51,6	49,5
20	42,0	46,9	44,9
25	37,8	42,2	40,5
30	33,3	38,4	36,4
35	28,8	34,6	32,2
40	25,3	30,6	28,5
45	22,5	27,1	25,3
50	19,3	23,8	22,0
55	15,8	19,4	18,1
60	12,8	15,9	14,8
65	9,9	13,1	12,0
70	8,4	10,1	9,6
75	6,2	8,0	7,5
80	4,8	6,9	6,4
85	2,9	5,4	4,9
90	1,5	4,3	3,9
95	0,0	3,3	3,3

Gráfico nº 31
Esperança de vida das gerações nascidas entre 1822 e 1860



Para as gerações nascidas em Famalicão entre 1822 e 1860 a esperança média de vida ao ano de idade foi de 56 anos para os homens e de 60,5 anos para as mulheres e para os géneros reunidos cifrou-se em 59,1 anos.

Existindo poucas freguesias com um estudo desta variável e querendo nós analisar as tendências fomos verificar o que aconteceu nalgumas delas, com a reserva de não haver simultaneidade temporal e estas se debruçarem sobre a esperança de vida à nascença, enquanto o nosso estudo, pelas razões já aduzidas, iniciar a análise desse indicador a partir de um ano de idade. Numa análise comparativa com Cortegaça, do concelho de Ovar, para as gerações nascidas entre 1830 e 1860 cuja esperança de vida à nascença foi de 37,9 (Gomes, 1998:120), embora subisse para 43,7 anos nas gerações nascidas entre 1860 e 1890, verificou-se que a esperança de vida dos famalicenses foi muito superior. Se bem que em período anterior (1795-1820), mas como a freguesia de Antas é contígua a Famalicão, achámos pertinente estabelecermos uma comparação e verificámos que nessa freguesia a esperança de vida à nascença era alta, atingindo 54 anos para os homens, 51 anos para as mulheres e 51 anos se reunidos os dois géneros.

Foi possível constatar para Famalicão que a mulher mesmo no período fértil foi menos atingida pela morte que o homem, o que não se verificou noutros estudos para a mesma região em períodos similares, apesar de à mulher minhota serem cometidas muitas responsabilidades na economia familiar, provocando-lhe grande desgaste, pois além do cuidado com a casa e a família era também chamada para os outros trabalhos fora do lar. Quando se dava o afastamento do homem por razões económicas a mulher assumia o duplo papel, o que tornava ainda mais difícil a sua vida quotidiana. Lembre-se a descrição de várias mulheres do povo por Camilo Castelo Branco, nas *Novelas do Minho*, as tais mulheres de dedos nodosos do trabalho de que falava o escritor.

7.1.4.4 Esperança de vida dos indivíduos com mais de 25 anos casados

Por não podermos aceder aos óbitos de toda a população até à segunda década do século XIX devido à limitação das fontes faremos o estudo da esperança de vida dos indivíduos casados, admitindo que constituiria o grupo de população mais estável²⁸².

²⁸² Considerámos todos os indivíduos casados e com data de óbito.

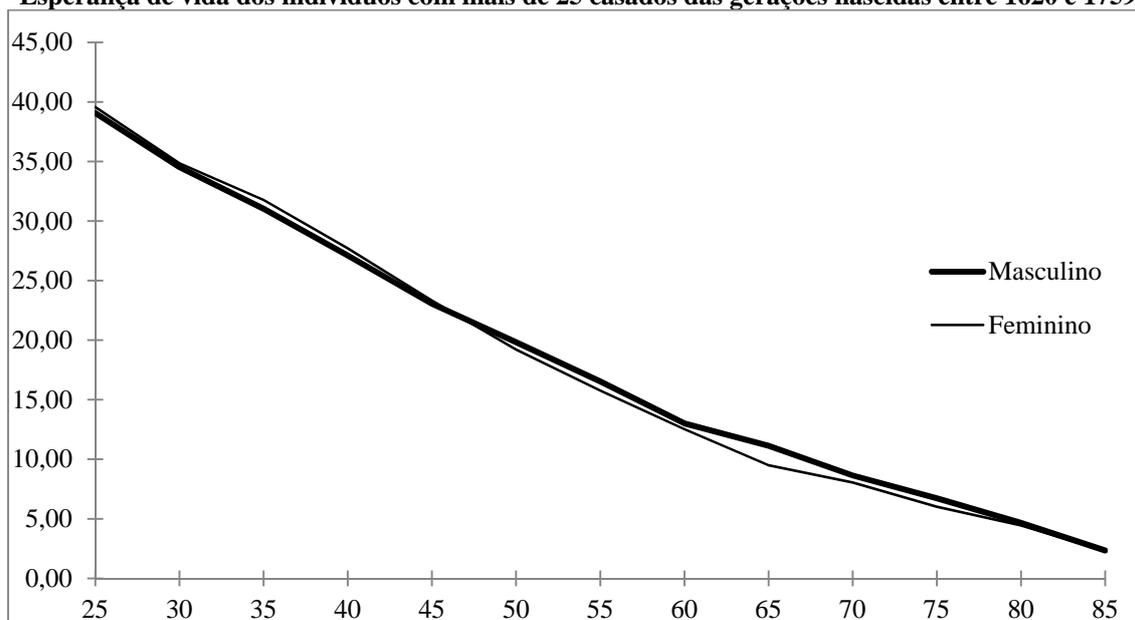
Quadro nº 122

Esperança de vida dos indivíduos com mais de 25 anos casados das gerações nascidas entre 1620 e 1759

Homens	87		
Mulheres	144		
Idade	Masculino	Feminino	Sexos Reunidos
25	39,1	39,6	39,4
30	34,5	34,9	34,7
35	31,0	31,8	31,5
40	27,1	27,7	27,5
45	23,1	23,3	23,2
50	19,8	19,2	19,4
55	16,5	15,8	16,0
60	13,0	12,5	12,7
65	11,1	9,5	10,1
70	8,6	8,1	8,3
75	6,7	6,0	6,3
80	4,7	4,4	4,5
85	2,3	2,3	2,3

Gráfico nº 32

Esperança de vida dos indivíduos com mais de 25 casados das gerações nascidas entre 1620 e 1759



A análise comparativa da esperança de vida por género no período de 1620 a 1759 evidencia que as mulheres tiveram até aos cinquenta anos uma esperança de vida ligeiramente superior, esperando estas aos 25 anos viver quase quarenta anos e os homens um pouco menos. A partir daí, inverte-se a situação até aos 85 anos de idade. Considerando os dois géneros verificou-se que os adultos casados esperavam viver aos vinte e cinco anos perto de trinta e nove anos e meio.

Atentemos no período ulterior que abrange a esperança de vida dos indivíduos com mais de 25 casados nas gerações nascidas entre 1760 e 1859.

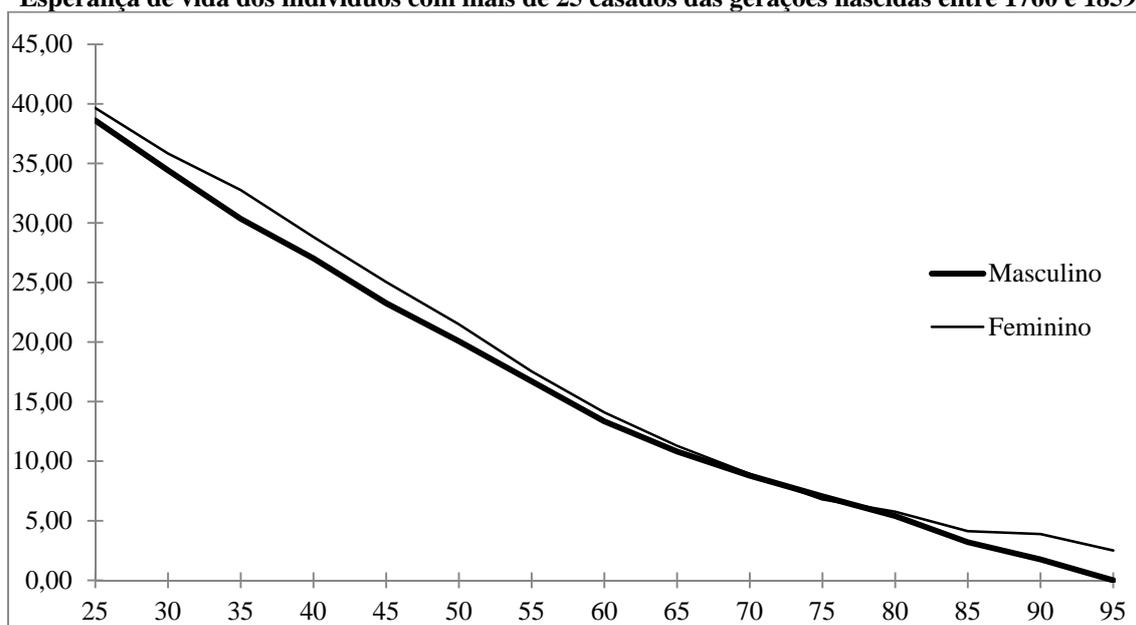
Quadro nº 123

Esperança de vida dos indivíduos com mais de 25 casados das gerações nascidas entre 1760 e 1859

Homens	195		
Mulheres	254		
Idade	Masculino	Feminino	Sexos Reunidos
25	38,4	39,9	39,3
30	34,4	36,6	35,7
35	30,1	33,6	32,0
40	27,0	29,8	28,6
45	23,4	26,2	25,0
50	20,2	23,1	21,8
55	16,8	18,8	17,9
60	13,5	15,1	14,5
65	10,7	12,5	11,7
70	8,9	9,5	9,3
75	7,3	7,3	7,3
80	5,9	6,6	6,3
85	3,9	4,9	4,6
90	2,3	4,6	3,8
95	0,0	3,3	3,3

Gráfico nº 33

Esperança de vida dos indivíduos com mais de 25 casados das gerações nascidas entre 1760 e 1859



Nas gerações nascidas entre 1760 e 1859 a esperança de vida foi sempre favorável à mulher e nalgumas faixas etárias ultrapassou três anos de idade, exceto aos 75 anos em que foi igual. A esperança de vida dos homens aos 25 anos atingiu 38,4 anos e a das mulheres foi superior em mais de um ano, pois cifrou-se nos 39,9 anos e os géneros reunidos tiveram uma esperança de vida de 39,3 anos.

Numa visão comparativa dos dois períodos por género constatou-se um ligeiro decréscimo na esperança de vida dos homens e uma subida ligeira nas mulheres no

segundo período. Observou-se que nos géneros considerados em conjunto também baixou ligeiramente.

No sentido de podermos estabelecer paralelismos com a esperança de vida para a população do Minho e de outras regiões geográficas de Portugal Continental em períodos sensivelmente próximos construímos o quadro.

Quadro nº 124
Esperança de vida de indivíduos com mais de 25 anos casados:
comparação com paróquias de Portugal continental

Regiões	Localidades	Períodos	Esperança de vida dos géneros reunidos	Fontes
Minho	Vila Nova de Famalicão	1620- 1759	39,4	Fichas de família
		1760-1859	39,3	
	Avidos (Vila Nova de Famalicão)	1627 -1758	43,2	Paiva, 2001:204-205.
		1861-1898	44,7	
	Mouquim (Vila Nova de Famalicão)	1680-1770	43,8	Ventura, 2000:136.
	Alvito S. Pedro e anexa (Ginzo) (Barcelos)	1738-1821	40,1	Miranda, 1993:219.
	Guimarães	Antes de 1740	33,9	Amorim, 1987:350.
	Ronfe (Guimarães)	1700-1789	38,0	Amorim, 1997a:139.
	Romarigães (Paredes de Coura)	1640-1818	35,0	Santos, 1999:200.
	Santa Tecla (Celorico de Basto)	1680-1779	40,4	Carvalho, 1999:79.
1780-1891		42,5		
Cervães (Vila Verde)	1645-1729	37,6	Barbosa, 1997:110.	
Trás-os-Montes	Poiares (Freixo de Espada à Cinta)	1700-1779	30,49	Amorim, 1997a:139.
Beira Alta	Couto de Mosteiro (Santa Comba Dão)	1740-1799	37,0	Amorim, 1997a:139.

A esperança de vida dos maiores de 25 anos para Vila Nova de Famalicão no primeiro período foi das mais elevadas face às três regiões geográficas consideradas, conquanto tenha sido inferior à das outras freguesias rurais do concelho apresentadas. Já no segundo período a esperança de vida foi a mais baixa para decursos temporais semelhantes. Embora o período não seja coincidente, nas paróquias transmontanas as populações tinham uma esperança de vida inferior.

Norberta Amorim (1997a:139) admite a suavidade da morte no Baixo Minho indicando que aos vinte e cinco anos os homens casados de Ronfe (Guimarães) esperariam viver mais dez anos que os residentes em S. Pedro de Poiares e mais quatro que os de Couto de Mosteiro.

7.1.5 Mortalidade segundo os géneros

Se à nascença a relação de masculinidade foi preponderante em largos períodos, será que se manteve na altura do óbito?

Constatámos que saíram da freguesia em maior número homens que mulheres, bastantes deles com uma partida sem regresso, sendo expectável um índice de masculinidade ao óbito inferior para o género masculino. Observemos o quadro que nos dá uma perspetiva decenal de todo período.

Quadro nº 125
Relação de masculinidade ao óbito: 1620-1960

Período	Masculinos	Femininos	R.M.óbito	Período	Masculinos	Femininos	R.M.óbito
1620 – 1629	15	20	75,0	1800 – 1809	59	107	55,1
1630 – 1639	33	34	97,1	1810 – 1819	56	64	87,5
1640 – 1649	22	37	59,5	1820 – 1829	99	105	94,3
1650 – 1659	38	54	70,4	1830 – 1839	113	130	86,9
1660 – 1669	50	75	66,7	1840 – 1849	88	103	85,4
1670 – 1679	28	32	87,5	1850 – 1859	116	133	87,2
1680 – 1689	36	56	64,3	1860 – 1869	161	169	95,3
1690 – 1699	36	57	63,2	1870 – 1879	191	176	108,5
1700 – 1709	40	52	76,9	1880 – 1889	249	200	124,5
1710 – 1719	41	58	70,7	1890 – 1899	289	292	99,0
1720 – 1729	38	50	76,0	1900 – 1909	253	230	110,0
1730 – 1739	27	51	52,9	1910 – 1919	326	339	96,2
1740 – 1749	52	42	123,8	1920 – 1929	255	317	80,4
1750 – 1759	44	55	80,0	1930 – 1939	350	354	98,9
1760 – 1769	44	59	74,6	1940 – 1949	386	343	112,5
1770 – 1779	39	49	79,6	1950 – 1960	323	299	108,0

Como se verifica, morreram na freguesia até à terceira década do século XIX, mais mulheres que homens, exceto para a década de 1740-1749 que se constituiu como singular. No vinténio de 1870 a 1889 também se observou um índice de masculinidade ao óbito elevado. Nos sessenta anos analisados do século XX três das décadas registaram um *ratio* superior de óbitos de homens, exatamente a primeira e as duas últimas décadas. Contudo, se aglutinarmos os dados em períodos mais longos, numa visão por séculos, só no século XX é que se verificou uma relação de masculinidade ao óbito superior (100,6).

7.1.6 Aproximação às causas de morte

Saber de que faleciam os famalicenses foi outro dos nossos desideratos, porém de difícil consecução, pois o redator paroquial, por norma, só o indicava quando necessitava de justificar à hierarquia eclesial a não administração dos sacramentos, daí que não possamos ir além de alguns casos que funcionarão enquanto tal. Acrescentando a este óbice ser comum referirem-se os sintomas da doença e não propriamente esta.

As causas de morte, a existir indicação sistemática e clara, poderiam ajudar-nos a compreender as condições de vida desta população, mas só esporadicamente as encontramos.

De forma recorrente nos apareceram expressões v.g.: *faleceu de um esturpor que a privou dos sentidos* (28.10.1748; *faleceu de um acidente que lhe deu estando na cama com o seu marido* (28.1.1752); *faleceu de morte repentina* (15.4.1754); *faleceu de sufocação* (10.2.1759); *faleceu de um estupor repentino* (26.6.1761); *faleceu de uma madorra que a privou dos sentidos* (16.12.1762; *faleceu de morte apressada* (7.2.1765), entre outras.

Alguns casos particulares aduzem novas situações, *scilicet*: o redator paroquial registou no assento de óbito de Manuel, enterrado em 25 de novembro de 1760, que quando lhe tentou dar uma partícula de hóstia ele não a pôde engolir por *ter a garganta impedida*; Rosa, escrava de António Francisco de Aguiar, *faleceu de um acidente de apoplexia, que derrepente a privou de todos os sentidos* e foi inumada a 22 de fevereiro de 1761; o funeral de Tomé Moreira, clérigo de prima tonsura, realizou-se a 16 de janeiro de 1788, não tendo recebido a Eucaristia, por atestar o cirurgião *não estar capaz de a receber por vômitos e espirros*; em 17 de outubro de 1798, morreu Ana Maria de Santa Bárbara, casada, do lugar da Rua, *de uma febre maligna de que estava enferma*.

Falecer em consequência do parto ou por razões decorrentes dele foi uma das causas de morte, como aconteceu com Maria Rosa, mulher de António José Campelo, cujo enterro se realizou em 23 de dezembro de 1791. Algumas vezes deduzimos as razões do óbito, como o ocorrido em 7 de dezembro de 1802, que levou a mãe e a filha de nove meses, enterradas na mesma sepultura: Maria Joaquina, casada com Joaquim Ferreira, de Mões, talvez não tivesse sobrevivido a problemas advindos do parto, deixando a filha Teresa, ainda lactente, em condições a que não pode resistir, por depender da mãe, ou então por doença contagiosa desta que a alimentaria ao peito. De parto faleceu a 28 de agosto de 1818, Josefa Maria, casada com João Martins, do lugar da Vila, dizendo o redator que não teve sacramentos, porque *achando-se mal procurarão cirurgião, e quando este chegou, a achou a expirar, e quando derão parte, já se não chegou a tempo de lhe dar algum socorro espiritual*. De um acidente sobre o parto também morreu em 15 de outubro de 1850, Dona Quitéria Joaquina de Almeida Campos, casada com António José Veloso Guimarães. Dona Ana Rosa da Afonseca Moreira, casada com Francisco José de Araújo Moreira, foi a enterrar no dia 11 de dezembro de 1854 e *faleceu de parto sem dar à luz*. Muitas outras mulheres terão

morrido em consequência do ato da maternidade, face às condições higiénico-sanitárias, e até económicas da época e de cuidados médicos, mas não são referidas no seu registo de óbito.

Que problema de saúde teria Joana de Freitas, mulher de António José Moreira, para ser operada por um cirurgião? O ato médico não teve bom desfecho, escrevendo o padre no registo de óbito que o cirurgião não o tinha avisado *que a doente estava mortal nem a mandou sacramentar* e que só soube da situação no dia do seu falecimento, em 17 de novembro de 1811.

Foram indicadas causas de morte como: de síncope (26.3.1817); de aneurisma (1.11.1817); *de moléstia de corrupção ou gangrena interna* (21.12.1817); *de moléstia de corrupção e ameaçar infecção no povo* (14.11.1818); foi sepultado no mesmo dia em que faleceu (26.8.1823) porque morreu *de enfermidade de morfeo e ameaçar perigo de corrupção*; faleceu *de malina* (8.8.1826); *com moléstia de um cancro* (7.6.1843); *de febre inflamatória e ética* (3.11.1843); *de coqueluche* (17.12.1844) e *de moléstia pulmonar* (19.1.1855).

Deparamos com alguns óbitos de crianças devido às bexigas (varíola): duas delas morreram em 1821, uma a 15 de outubro e a outra a 28 de novembro; a 4 de outubro de 1830 foi enterrada uma criança com a mesma doença; entre abril e setembro de 1843 faleceram seis crianças²⁸³; de 20 de novembro a 27 de dezembro de 1854 registaram-se vários óbitos de crianças e adolescentes provocados também pelas bexigas (varíola) e a escarlatina foi a causa de morte de uma criança em 24 de novembro de 1821.

Algumas mortes não decorreram de causas ditas naturais, como doenças ou velhice, mas de razões acidentais como sucedeu em 11 de maio de 1658 a Domingos de Sousa, *morador a Crus da pedra da cidade de Braga e que se achou morto nesta frg^a de Villa Nova pela manham de huã espingardada*. O padre declarou no registo de óbito que o enterrou no dia seguinte depois de vir de Barcelos *atest^a* (atestado?). De um tiro de pistola sucumbiu a 2 de novembro de 1686, Miguel, *mancebo* solteiro, filho natural de Gabriel Correia e de Catarina Paula, tendo aparecido morto pela manhã. Que tipo de acidente teria vitimado o sapateiro António Baptista que o levou à morte e enterramento em 19 de maio de 1725?

Sucederam-se mortes por acidentes como a de Manuel de Sousa, solteiro, da freguesia de Baltar, familiar do Santo Ofício, que quando vinha de Barcelos, em

²⁸³ Respetivamente, a 12 de abril, 8 de maio, 6 de junho, 27 de julho, 7 de agosto e 3 de setembro.

consequência da queda de uma cavalgadura, faleceu em Vila Nova de Famalicão a 2 de agosto de 1793. Outros óbitos foram inesperados, por exemplo, o do Reverendo André da Costa Ferreira, cónego na Colegiada de Cedofeita, da cidade do Porto, que vindo *das Caldas se deitou à noite ao depois de cear e de madrugada se achou morto, a 21 de Setembro de 1786*, em casa de seu sobrinho Custódio José Veloso, em Vila Nova de Famalicão e não foi sacramentado.

Óbitos provocados por animais não seriam incomuns, alguns deles obrigando forasteiros a serem enterrados fora do seu espaço natural, como aconteceu com Maria dos Santos, mulher de António da Costa Gomes, de Fradelos, que *na ocasião da feira* foi maltratada por um boi e acolhida na casa do Paço, tendo falecido a 2 de julho de 1793, e sido enterrada na igreja de Famalicão. Em 27 de julho de 1807, morreu Sebastião de Freitas, casado três vezes, a última com Mariana Rodrigues. Faleceu quando ia de jornada para Barcelos, dizendo-se que caiu da cavalgadura e apareceu morto no monte e perto do lugar de Ansariz, da freguesia de Mouquim.

Por outras razões não naturais faleceram, por exemplo: José Carneiro da Costa, *assistente* na Casa do Vinhal, que foi a enterrar no dia 20 de agosto de 1809, por ter dado um trambolhão no dia 15 desse mês nas escadas de Teresa Maria, solteira, do lugar da Rua; em 21 de março de 1809 *foi morto pela Guarda Avançada da Cavalaria Francesa José Veloso Rebelo, filho de Custódio José Veloso Rebelo, já defunto, e de sua mulher Joana Maria Álvares*; em 5 de abril de 1811 faleceu Domingos José, criado de Dona Leonor Peixoto, *e constou que poucos dias antes andaria a podar uma árvore numa propriedade em Brufe de Dona Leonor*; em 12 de abril de 1822 foi encontrada morta numa bouça Maria Teresa, viúva, do lugar da Ribeira; António Gomes de Sousa, casado, do lugar da Rua, enforcou-se em casa dos pais em 16 de abril de 1834, dizendo o padre que foi por demência; em 18 de junho de 1837, faleceu Maria, filha de José Pereira da Silva, do lugar do Fornelo, afogada numa presa; as obras do caminho-de-ferro provocaram pelo menos a morte de um trabalhador que foi ungido junto ao serviço e *enterrado* em 17 de março de 1874.

Em resumo, as causas de morte enunciadas prenderam-se nos adultos com a assistência no parto e período pós parto, doenças do coração e da circulação sanguínea, problemas bacterianos, cancro, doenças infecto-contagiosas, doenças do trato respiratório, malária, doenças do foro mental passíveis de suicídio, acidentes no trabalho, morte repentina sem assistência médica, morte por acidente (quedas de

animais, ataque imprevisto dos mesmos e morte por arma de fogo) e nas crianças as causas encontradas foram as bexigas (varíola), a escarlatina e a coqueluche.

7.1.7 Assistência na doença

Como seria a assistência na doença em Famalicão nos séculos XVII e XVIII? Haveria profissionais da área?

Os famalicenses tinham a prestar-lhes serviços de saúde de sangradores, também designados cirurgiões, de boticários e de médicos. Pelo menos entre 1625 e 1627, vivia em Famalicão o cirurgião Agostinho Correia, da Quinta da Vestoria, em Landim, casado com Francisca Dias, da Casa do Paço, em Famalicão. Da Quinta da Basta, em Landim, contraiu matrimónio em Famalicão a 16 de fevereiro de 1631, o sangrador ou cirurgião Francisco Correia que teve descendência na paróquia. O genro, Francisco Silva, também de Landim, casado em Famalicão a 17 de junho de 1686, dois meses depois de o sogro falecer, exerceu a mesma profissão.

No século XVII a localidade podia dispor do boticário António de Araújo, natural de Guimarães, que casou já no estado de viúvo, em Famalicão, nos finais da centúria. Um dos filhos do seu primeiro casamento, Francisco de Almeida Barbosa, natural de S. Paio, Guimarães, exerceu na Rua (Direita) o mesmo ofício. Casou em Famalicão em 7 de março de 1693 e um dos filhos seu homónimo nascido em 13 de março de 1699 foi igualmente boticário, bem como o genro, Marcos da Silva, casado em 13 de fevereiro de 1719, que era boticário e solicitador na Rua Direita. No século XVIII o boticário António Francisco de Araújo venderia os remédios na sua botica, ou talvez já no século XVII, dado ter sido enterrado na igreja de Famalicão em 27 de novembro de 1707. Em 3 de setembro de 1732, faleceu o boticário Francisco da Costa Passos, natural de Gandarela, Barcelos, casado em Famalicão em 30 de outubro de 1702. Entre a sua descendência na freguesia encontrámos o filho Manuel da Costa Passos, também boticário, falecido em 28 de agosto de 1746.

Em suma, parece ter havido várias gerações de boticários em Famalicão que exerceriam a sua atividade na zona Sul da freguesia.

O médico Manuel Soares de Miranda deve ter praticado clínica em Famalicão, pois residia na freguesia em 6 de janeiro de 1740, data do seu enterro. Quase no final do século, ainda a filha Mariana Clara, solteira, vivia no lugar da Rua e foi enterrada na

igreja, em 30 de outubro de 1791, quando tinha cerca de 60 anos²⁸⁴. Após a morte deste último médico ou mesmo em sua vida, podendo até praticar os dois, seria o médico licenciado João de Sequeira (ou Cerqueira?) Távora a cuidar dos doentes, nesta localidade, pois em 19 de outubro de 1748, dia do funeral de Teresa Rosa, donzela, sua filha, este exerceria clínica em Famalicão, admitindo que o fez até 20 de abril de 1784, data em que faleceu nesta localidade.

Como encontrámos referência a um hospital desde 19 de março de 1633²⁸⁵, colocamos a possibilidade de haver na freguesia profissionais da área, pelo menos desde que o *equipamento* abriu.

7.1.8 Atitudes perante a morte e marcas de desigualdade

Os registos de óbito são extraordinariamente ricos de elementos para o conhecimento da sociedade e com base neles faremos para épocas circunscritas uma aproximação ao quadro social da freguesia.

Tal como em vida a morte também diferenciava, desde o local de enterramento, aos sufrágios religiosos, à roupa fúnebre, além de outras formas, como explicitaremos.

Como exemplo da inclusão da música nos atos fúnebres indicamos Ana Rebelo, solteira, enterrada a 16 de novembro de 1719, com hábito de Santa Teresa. Teve música de canto de órgão e instituiu como herdeiro o sobrinho, o padre Tomé Veloso Rebelo. A defunta também legou à Confraria do Santíssimo Sacramento uma horta, com obrigações pias.

Dobrar os sinos configurava outra marca de distinção. Encontrámos essa vontade expressa nas disposições fúnebres estatuídas, por exemplo, por António de Freitas, mercador e proprietário, residente na Rua (Direita), enterrado em 8 de dezembro de 1786. Ele *mandou tanger* os sinos do Santíssimo, deixando para tal ao padre 16.000 réis, com essa obrigatoriedade.

Os legados pios conformam estatuto, visibilidade e diferenciação, para além da remissão das penas, sucedendo até quem deixasse missas para as pessoas com quem teve contratos, como Bernardo de Sousa Correia, casado, que faleceu em 25 de setembro de 1802.

²⁸⁴ Pensamos ser irmã de Dona Quitéria Clara de Miranda, viúva de José António da Silva Araújo, da Quinta da Veiga, de S. Salvador de Minhotães, ela *assistente* no Lugar da Rua, em Famalicão, quando faleceu em 7 de dezembro de 1799. Encontra-se no Arquivo distrital de Braga, *Livro 208, fl.242 vº*. uma licença para se poder celebrar o Santo Sacrifício da Missa, no oratório particular de Dona Quitéria Clara de Miranda, no ano de 1782.

²⁸⁵ Num registo de óbito.

O volume dos bens deixados, o local da realização das missas, como no altar privilegiado da freguesia, ou no altar privilegiado de S. Pedro de Rates, na Sé de Braga, e as esmolas aos pobres plasmam também maior ou menor distinção.

7.1.9 Enterramentos e sua cartografia

Quem era enterrado em Famalicão? Os residentes constituíam o maior número, mas também foram sepultados alguns forasteiros. Destes últimos, estabeleceu-se distinção: de uns nada mais se soube, a não ser que morreram na freguesia, como aconteceu com um homem *casado em Braga* que o padre enterrou no dia 11 de setembro de 1660, *por amor de Deus*; de outros, tomámos conhecimento que morreram no hospital, ou no albergue; alguns na estalagem da freguesia e certos em casas particulares, como se ilustra: a 19 de março de 1633 faleceu Pero Gonçalves da freguesia da (?) *e morreu no hospital por ser homem estrangeiro vinha de caminho*; em 28 de dezembro de 1804, faleceu na Casa do hospital um homem passageiro; em 27 de fevereiro de 1843, morreu no albergue da Vila o peregrino que nele se tinha recolhido, de nome Manuel.

Na estalagem, cuja primeira alusão encontrámos num registo de óbito datado de 9 de dezembro de 1622, morreram vários indivíduos que estavam em trânsito, como João Álvares, solteiro, peregrino, natural de Roboaens (?), falecido a 22 de maio de 1751. Em 25 do mesmo mês de 1795, morreu Gonçalo Pereira da Silva Meneses, viúvo de Dona Inês César de Alencastro, Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, Brigadeiro dos Exércitos de Sua Majestade e Senhor da Vila de Bertiaundos que estava em trânsito de Braga para o Porto e se achou *moribundo na Estalagem desta freguesia por espaço de cinco dias*.

Os principais lugares de enterramento eram a igreja paroquial, incluindo o adro e só a partir de 27 de agosto de 1859, se fez menção ao cemitério junto da igreja. A capela da Lapa foi o outro local de sepultura, havendo no ano de 1844 referência a pessoas nela inumadas, por interinamente estar a *servir de igreja*, bem como outras alusões esporádicas a enterramentos nesse local de culto, por exemplo, nos anos de 1857 e de 1864. Encontrámos uma exumação na capela de Santo António em 7 de março de 1859, por sinal de uma mulher possidente, Dona Maria Cândida Baptista, da vila da Ribeira Grande, da ilha de S. Miguel, viúva do Dr. Inocêncio Medeiros Frias.

No século XIX construiu-se o chamado cemitério da Cegonha, dispondo de uma pequena capela. Estava situado já fora da área da igreja, embora perto dela, e só no

início do século XX foi edificado o cemitério que ainda agora funciona como tal, localizado fora da freguesia, na estrada que se dirige para a freguesia confinante de Gavião.

No século XVIII começaram a aparecer assentos menos sintéticos que os da centúria anterior, indicando os locais de enterramento. Verificou-se ser comum na localidade os fregueses com mais recursos económicos serem inumados na nave do Santíssimo Sacramento, como foi o caso de António Francisco de Araújo, boticário, sepultado a 7 de novembro de 1707. Era também usual para este segmento populacional ficar junto de altares, como aconteceu com o padre Manuel Rodrigues Tinoco, irmão de Francisca Tinoca, mulher de Francisco da Costa Passos, boticário, enterrado em 21 de outubro de 1708, junto ao altar do Senhora da Boa Morte, e também com Maria Correia, mulher do cirurgião Francisco da Silva, que ficou na capela do Senhor, junto ao altar das Chagas.

Escolher ficar em sepultura de família foi o que fez o padre Manuel Correia da Fonseca, ou Afonseca falecido a 7 de setembro de 1715, residente na sua Quinta da Basta, em Landim, que por determinação do seu testamento foi para a campa dos pais (proprietários da Quinta do Paço em Famalicão), situada na nave do Santíssimo Sacramento, junto às grades. O licenciado Veríssimo Gomes Correia, Bárbara Gomes, donzela, e Escolástica Gomes, provavelmente familiares, residentes *nas suas casas* da Granja, em Antas, cujo funeral se realizou, respetivamente, a 26 de fevereiro de 1728, 18 de abril de 1723 e 10 de outubro de 1734, expressaram a vontade nas disposições fúnebres de ficarem enterrados em Famalicão.

Certos possidentes puderam determinar ser sepultados noutras localidades, como Francisco de Barros e Azevedo, morador na sua quinta do Vinhal, falecido em 12 de novembro de 1734, que foi para a igreja matriz de Vila do Conde, onde foi inumado junto à capela-mor, um lugar de prestígio, pela posição espacial dentro do templo.

Foram poucos os que ficaram no adro, essencialmente os mais pobres e gente de fora, em trânsito, como Bento Rodrigues que ia de caminho para a sua terra, freguesia de Sibois, Vila Garcia²⁸⁶, no dia 19 de janeiro de 1726, e João, peregrino do reino da Galiza, que se deslocava para trabalhar em Sevilha e foi enterrado em 22 de janeiro de 1723. Em ambos os registos estava referido terem sido vítimas de morte súbita.

Em resumo, a maioria dos defuntos era sepultada no corpo da Igreja. Muitos dos pobres ou muito pobres eram inumados no adro, podendo ainda diferenciar-se do resto

²⁸⁶ Atualmente pertence à província de Pontevedra, na Galiza.

da população pela mortalha que bastantes vezes se confinava a um lençol, como veremos adiante. Normalmente os muito pobres eram enterrados no adro envoltos num lençol, dizendo-se-lhes os sufrágios por amor de Deus, chegando a acontecer situações de escravos que não os tiveram por o *seu Senhor lhes não querer fazer nada*, como sucedeu com Rosa, escrava de Tomé Veloso Rebelo, falecida em 13 de outubro de 1755.

7.1.10 Outras marcas de diferenciação social

A morte tal como a vida estava impregnada de uma construção mental que passava pela realização de sufrágios dos antepassados, elemento de afirmação social, de visibilidade pública, de distinção em relação à comunidade a que pertencia o defunto e a sua família. A conquista da salvação eterna ficava, por conseguinte, intrinsecamente ligada a uma certa ostentação do sentimento religioso e à promoção de obras pias, não descurando a reputação daí recolhida pela memória do finado. Expressando a assistência perpétua rendida à alma do defunto, através de um triângulo constituído pelas obras pias, lugar de enterramento e acompanhamento fúnebre, os famalicenses ao longo dos séculos, objetivaram também no último momento de visibilidade do falecido, a hierarquia simbólica no plano da distinção social da sua comunidade.

As disposições pré mortuárias seriam a derradeira formalidade relacionada com a esperança de colher o favor divino e uma forma de corresponsabilizar os herdeiros na dinâmica sufragânea.

No século XVII o registo mais prolixo foi o de Rui Borges Lousada, residente na sua Quinta do Vinhal, pertencente a uma família de estatuto (fidalgo), que faleceu a 12 de junho de 1634. O assento referia que por ele se *fizeram 3 ofícios gerais. Ao primeiro ofício vieram 44 padres que todos disseram missa, aos músicos que foram 7 e levaram 7760 reis onde entra o acompanhamento (...) ao segundo ofício vieram 60 padres e aos músicos e outros gastos 18.300 e ao terceiro ofício vieram 58 padres*. Por antítese, indicamos o caso de Catarina Francisca, sombreireira, falecida a 18 de novembro de 1643, que deu de oferta no enterramento um tostão, por ser muito pobre.

Entre 1730 e 1850, surgiram-nos de forma sistemática disposições fúnebres, algumas só com legados pios e outras com disposições temporais.

Os dados contidos nas derradeiras vontades do defunto, embora só possamos contar com eles em parte do período por nós analisado, retiraram do anonimato uma parcela de famalicenses, mostrando-nos assimetrias sociais, a forma de testar, as opções

à hora da morte, os herdeiros privilegiados, o lugar da mulher viúva, a recompensa por uma vida dedicada a cuidar dos pais, como foi o caso de certas *filhas família*, a proteção de criados e as preocupações expressas relativamente ao pagamento de quaisquer dívidas deixadas pendentes. Ainda à luz do *descargo* da alma, a remuneração dos criados da casa e as missas por alma das pessoas com quem se teve contratos configuram outra faceta de algumas das últimas disposições do falecido.

Sendo um elemento tão importante, tanto no plano material, como no simbólico, fizemos um levantamento das disposições fúnebres e temporais inseridas nos registos de óbito, durante o período de mais de um século. Numa contribuição para o conhecimento da sociedade famalicense deixamos também no anexo nº11 os dados contidos nos registos de óbito dos que nos pareceram ser detentores de maior estatuto social, o que nos dá ensejo de termos uma perspetiva mais lata em termos cronológicos (1629-1850).

7.1.11 A sociedade famalicense entre o século XVII e o XIX através dos registos de óbitos

De 1620 a 1860, encontrámos de forma constante nos assentos paroquiais dados sobre o extrato social da pessoa falecida indicados pelas expressões pobre, muito pobre e mendigo, daí que seja este o lapso temporal analisado. Estes elementos permitiram-nos ter uma visão aproximada da sociedade famalicense. Os pobres referidos expressamente no registo e ou em nota marginal eram em número assinalável. Muitos estavam abaixo do patamar da sobrevivência, eram os muito pobres e os mendigos.

No século XVII perto de um quarto da população famalicense falecida vivia no estado de pobreza, uma parcela significativa (14,7%) era muito pobre e 10,2% era pobre.

O século XVIII contou com um extrato populacional específico, o dos escravos, que inserimos nos muito pobres. Nesta centúria, a população experienciou uma situação económica melhor, conquanto ainda se tenham encontrado 17% de pessoas com carências graves: 9,2% de pobres e 7,8% de muito pobres.

O abade Manuel Rebelo de Sousa deixou-nos uma cópia não datada, mas que conseguimos situar por aproximação, através do relacionamento de dados, do *Livro de usos e costumes de Vila Nova de Famalicão*, o que nos deu a possibilidade de cruzarmos os elementos contidos com os sufrágios e ofertas por alma dos defuntos, no período entre 3 de dezembro de 1707 e 27 do mesmo mês de 1729. Com esta observação foi-nos possível fazer uma análise mais fina e calcular além da proporção de

pobres e muito pobres, também o grupo dos que estavam no limiar da pobreza. Neste período encontrámos 2,4% de pobres, 9,6% de muito pobres e 24,7% de pessoas no limiar da pobreza.

Para o século XIX através dos registos de óbitos só tivemos dados até 1860. A condição económica neste período aproximou-se da experimentada no século XVII, com 23,2 % de indivíduos a viverem em condições precárias: 17,1% de pobres e 6,1% de muito pobres.

Como já referimos, a mortalha que os defuntos levavam constituiria uma forma de posicionamento na esfera social. Fizemos um estudo do período em que esse elemento aparecia com sistematicidade nos assentos de óbito e apresentamos os dados a seguir.

Quadro nº 126
Tipos de mortalha: 1730-1811

	Homens		Mulheres	
	N.º Abs.	%	N.º Abs.	%
Hábito de S. Francisco e outros	149	71,3	183	65,4
Lençol	60	28,7	97	34,6

Numa observação global da informação ressalta a presença significativa do lençol como mortalha e alguma diferença entre os géneros, indiciando uma maior pobreza nas mulheres. A prioridade dada ao hábito de S. Francisco compagnar-se-ia com o número de indulgências e a existência de uma irmandade da Ordem Terceira em Famalicão. Foram poucos os homens a ir para o túmulo com outros hábitos: só 2,9 % com hábito de S. Bento, 0,5% com hábito de S. Bernardo e os mesmos 0,5% com hábito de S. Jerónimo. Nas mulheres registou-se um espetro maior de opções no tipo de mortalha: o hábito de Nossa Senhora do Carmo cingiu 9,7% das mulheres, com o de S. Bento foram amortilhas 2,5%, com o de freira 1,8%, com o de Nossa Senhora da Conceição e de Santa Teresa respetivamente 1,4% e residualmente foram enterradas com os hábitos de Nossa Senhora do Rosário e de Santa Clara, bem como com manto ou mantilha (sem especificar a devoção).

Os padres foram na sua maioria inumados com vestes sacerdotais, também designadas por hábito de S. Pedro, e os religiosos das ordens regulares com os hábitos da congregação a que pertenciam.

Com o decorrer do século XVIII encontrámos a presença de caixões nos funerais dos famalicenses. Primeiramente de forma circunstancial e ligada aos estratos sociais mais elevados, tornando-se, todavia, mais comum à medida que caminhávamos no

tempo. Outro facto introduzido nas práticas fúnebres foi a junção do lençol ao hábito de santo ou de santa. Começámos a encontrar na igreja o defunto envolto em hábito coberto por um lençol e colocado ou não em caixão.

Em síntese, embora não fosse garantia da perpetuidade de que gozaria o seu nome, como acontecia entre os fidalgos, o panejamento simbólico associado aos bens espirituais de mais expressão, à inumação do corpo em local axial na igreja, como junto dos altares privilegiados, o número e a qualidade dos legados pios, a quantidade de sacerdotes que assistia aos atos fúnebres, a música durante a cerimónia na igreja, o acompanhamento até à última morada, expresso em número e posicionamento social dos que seguiam o falecido, revestiam-se de importância, sendo também uma forma de a família usufruir de projeção pública. De lembrar ainda que encontrámos últimas vontades do defunto em que era declarada a esmola a dar aos pobres que acompanhassem o finado à sua derradeira morada²⁸⁷, sendo este elemento também um indicador do lugar de destaque na hierarquia social da comunidade.

²⁸⁷ Ver anexo nº11.

CONCLUSÃO

Figura nº 9
Arruamento Norte da Praça D. Maria II cerca de 1907



Fonte: *Mudam-se os tempos... ficam as vontades*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (org.), s.d., p.13.

CONCLUSÃO

O estudo de Vila Nova de Famalicão através da análise em dois eixos que se interconectam, o da demografia geral e o da demografia social diferencial, na linha do que preconiza Dupâquier (1984:29), num espaço plurissecular (XVII-XX), usando o método de reconstituição de paróquias, por ser o que mais se adequa à realidade das fontes paroquiais portuguesas, comportou um desafio, não só pela dimensão temporal, mas igualmente pelas alterações por que passou este território, desde que foi uma pequena freguesia do termo de Barcelos, até se transformar no século XIX em sede de concelho e em vila.

Se pensarmos que em 1531 a freguesia teria cerca de 244 habitantes e passado perto de século e meio atingiu perto do dobro (sensivelmente 400) e já como sede concelhia em 1845, a sua população se computou em quase 1000 efetivos, para volvidos pouco mais de cem anos (1960) atingir 3500 indivíduos e se a estes fatores adicionarmos a sua situação geográfica que a tornou um espaço aberto ao trânsito de indivíduos, com entradas e saídas, compreenderemos a natureza do nosso desiderato.

A dimensão do estudo das variáveis demográficas foi um corolário natural da reconstituição da paróquia, bem como a produção de uma base de dados genealógica. Contudo, a riqueza destas fontes na sua vertente sociológica com destaque para os registos de óbito, levou-nos a tirar partido dela para uma aproximação ao conhecimento da sociedade famalicense.

Por nos assentos dos atos vitais nos surgirem informações sobre mobilidade inter paroquial de pequena e média distância e mesmo de migrações externas de indivíduos e porque ao longo da reconstituição da paróquia nos apercebemos de comportamentos explicáveis por essa mesma mobilidade, estudámos as migrações de longa distância com recurso aos passaportes que nos facultaram dados pregnantes, se bem que incompletos. Os passaportes só cobrem parte do período e também não nos fornecem elementos para a outra vertente da emigração, a de natureza ilegal, que as fontes coevas nos fazem entrever ou mesmo nos mostram, *sc.*: legislação produzida, imprensa, literatura, inventários de menores, refratários ao serviço militar, análise de processos de passaporte que nos revelam condenações por emigração ilegal, só nos deixando ter do fenómeno da emigração ilegal uma imagem ténue.

A ausência de cobertura contínua dos registos dos atos vitais foi minimizada na análise de algumas variáveis demográficas pelo recurso às *inquirições de genere* que nos facultaram dados que foram nalgumas situações para além do expectável, mormente

na sua componente sociológica e de fonte de dados para a abordagem das profissões e diferenciação social e mesma para a história das mentalidades (veja-se o caso, v.g. dos que tinham fama ou eram judaizantes ou cristãos novos).

Ao longo dos vários capítulos concernentes às variáveis demográficas apresentámos explicações que foram sustentadas na admissão da grande interação entre elas e o entorno económico, social, cultural e ambiental. O enquadramento histórico-geográfico da paróquia e o seu devir ao longo dos vários séculos ajudaram-nos a compreender os indicadores demográficos, perspetivando padrões mais inteligíveis e de maior proximidade com a comunidade em estudo.

Aquela que é hoje uma cidade aberta e intercultural, já o fora como agregado populacional de fluxos, ora mais pronunciados, ora de menor monta. Marcada pelo trânsito ou presença essencialmente de galegos ao longo de vários séculos foi também lugar de passagem ou de residência de *brasileiros* de torna viagem, ou mesmo de cidadãos nascidos no Brasil, muitos deles de progenitura portuguesa (a maioria de Famalicão e do concelho, ou da região).

As minorias faziam parte do padrão populacional famalicense de Seiscentos e Setecentos, onde encontrámos escravos, criados e amas da Roda. A distribuição topográfica dos escravos e dos criados internos mostrou-nos a sua presença na zona central da localidade, nomeadamente na Rua e nas Quintas do Salgueiro, do Paço e do Vinhal e as amas de expostos a viverem maioritariamente em zonas periféricas como os lugares de Fornelo, do Poço e da Bandeira.

A posição geoestratégica de Famalicão como centro de uma *estrela radial* entre Porto e Braga, Guimarães, Póvoa de Varzim e Vila do Conde e mesmo Viana, polarizou-a como local de atração de forasteiros que viram aí possibilidade de se estabelecerem e até de se fixarem e constituírem o seu núcleo familiar e económico.

Não foi despreciando o número de homens e de mulheres, se bem que sempre mais homens, que não sendo naturais de Famalicão se fixaram e nela registaram vários atos vitais. Algumas destas famílias integraram-se perfeitamente na comunidade e fazem parte pela vitalidade que imprimiram do rol de famalicenses que ainda hoje marca a história da freguesia e do concelho e certos deles até do País.

O dinamismo económico e até cultural mais presente a partir do século XIX, com ênfase para o período que se inicia com a criação do concelho, tendo como um dos vetores as remessas de divisas do Brasil feitas pelos emigrantes, mas também a matriz cultural de vários deles e as novas ideias do século do liberalismo, não podem ser

subsumidas, pois carregam parte do que hoje é Famalicão, município criado pelo liberalismo.

Se a lacuna temporal dos termos de batismos e casamentos foi um fator negativo, por não nos permitir aprofundar em determinados períodos os comportamentos demográficos da sua população, fez com que procurássemos noutras fontes dados integradores para compreendermos melhor as suas práticas e traçarmos um quadro narrativo aproximado das suas vivências e circunstâncias, como já se enunciou.

Decorrente do hiato de cobertura temporal das fontes por nós assumidas como axiais (os registos dos atos vitais), para além do cruzamento de várias fontes primárias, sempre que possuíamos indício de que um casal a batizar filhos em Famalicão tinha registado outros atos nas freguesias do concelho e que podia a sua consulta e agregação em ficheiro secundário, ajudar-nos à compreensão desta comunidade, mormente para o período em que não dispúnhamos de registos da paróquia, procedemos à coleta desses dados e ao seu enquadramento familiar. Ficámos, deste modo, com um ficheiro auxiliar que para além do seu valor intrínseco nos deu uma perspetiva das fontes ainda presentes nos cartórios paroquiais, algumas delas de inegável importância, *sc.*:registos de termos de atos vitais do século XVIII, Visitas e Devassas, Constituições Sinodais e Róis de confessados. Sempre que nos foi permitido digitalizámos esses documentos e exercemos a nossa influência no sentido de serem confiados ao arquivo, ou no caso de não concordância do responsável pelo acervo, relevámos junto dele a importância desse *corpus* documental e da sua conservação.

O trabalho de agregação de dados dos registos vitais das freguesias do concelho que interessavam para a produção da diegese famalicense foram também obtidos pelo cruzamento de dados com as paróquias já reconstituídas deste concelho, seja pelas disponibilizadas *on line* pelo Núcleo de Estudos de População e Sociedade da Universidade do Minho, agora GHP-CITCEM seja pela consulta em formato papel das que ainda não estão inseridas nessa base de dados aberta à consulta pública.

Todos os registos de atos vitais de Famalicão foram objeto de estudo circunstanciado, o que deu ensejo à coleta de elementos que com a paróquia já reconstituída tiveram um papel relevante para a análise social. Pudemos verificar pelos assentos de batismos que, além das crianças nascidas à luz das normas eclesiais e societárias vigentes, as denominadas legítimas, certas vinham com outro estatuto normativo, as ilegítimas e as expostas e foi-nos dado estabelecer cômputos para todas elas. Os termos de casamento com o registo quase sistemático da naturalidade dos

nubentes fizeram-nos ver a composição matrimonial e mostraram-nos uma localidade aberta à inserção de não naturais na família e da representação das pessoas de fora na dinâmica populacional. Em todos os períodos mais de metade das mulheres casou com homens que não nasceram em Famalicão, embora a maioria destes pertencesse a localidades do atual concelho.

Além dos casamentos *por amor* ou *à sua vontade*, houve outros ditados por circunstâncias específicas, algumas delas potenciadoras de mobilidade social, tendo-se constatado na freguesia que os poderes de atração e de permeabilidade não foram uniformes, nem padronizados.

A análise diferencial permitiu-nos apurar padrões de comportamento relativamente à idade média ao primeiro casamento entre os filhos dos setores populacionais mais privilegiados economicamente e a restante população: nos noivos de maior poder económico a idade média foi até 1930 sempre mais elevada que a dos outros nubentes, registando-se uma diferença aproximada de seis anos até 1815, e um pouco acima dos três anos de meados do século XIX até aos anos trinta da centúria seguinte. Se analisarmos o período entre 1900 e 1960 a diferença ficou um pouco acima de um ano. Nas noivas oriundas de famílias com mais recursos económicos verificou-se o comportamento inverso, exceto para o século XX, período em as mulheres pertencentes aos extratos mais favorecidos casaram um pouco mais tarde que as suas congéneres, se bem que com escassos meses de diferença.

Admitimos que este modelo de casamento estivesse relacionado com o dote feminino e as perspetivas de subsistência da mulher por contraponto às do homem que teriam um espetro de oportunidades maior e mais diversificado.

Os registos de óbito em certos períodos densos de informação permitiram-nos apreender padrões de desigualdade, já de género, já de estatuto social e mesmo de condição de cidadania. O discurso narrativo elegeu como atores de *elite* mais os homens que as mulheres. Deu-nos um quadro da sociedade famalicense, ainda que em determinados lapsos temporais de forma mais circunstanciada, onde entre o comum da população coexistiam os pobres, os muito pobres, os pedintes e os vagabundos e alguns possidentes, evidenciando uma sociedade estratificada. A presença de escravos pertença da hierarquia eclesial e civil mostrou a outra face da narrativa social. Alguns deles mudaram de senhor, muitos dentro da própria família, e foram deixados como *verba* da herança a um familiar ou ao herdeiro principal.

Os elementos apurados e cruzados nestas fontes nucleares (registos dos atos vitais) e nas outras complementares deste estudo deram origem a partituras demo sociais descritivo/interpretativas da realidade vivida pelos famalicenses ao longo de vários séculos marcados por continuidades, permanências e ruturas.

Por contraponto à realidade por vezes impressionista com que vemos muitas vezes relatada a população famalicense, por ausência, desconhecimento ou falta de tratamento sistemático e cruzado de várias fontes documentais, foi-nos permitido através deste estudo traçar um quadro mais próximo da realidade.

Vila Nova de Famalicão contava, pelo menos desde Quinhentos, com uma estalagem, desde Seiscentos, com um pequeno hospital²⁸⁸ e ainda com cirurgião (ou sangrador) boticário e médico e escrivão, para além de profissões tendentes a satisfazer as suas necessidades, como mercadores, profissionais mecânicos, lavradores, caseiros e proprietários ou enfiteutas de quintas, contando ainda com um capitão de ordenanças. No século seguinte chegou à povoação o correio assistente e procuradores de causas, bem como um professor de Gramática Latina.

A Roda dos Expostos funcionou também entre o século XVIII e XIX e, a partir do primeiro trinténio de Novecentos, a freguesia passou a dispor das estruturas próprias de sede do concelho e incrementou a sua dinâmica.

O século XIX foi um período de florescência, como corolário natural do seu novo estatuto administrativo e de outras circunstâncias adjuvantes, desde logo a maior disponibilidade financeira advinda das remessas dos emigrantes *brasileiros* e o correlato incremento económico. A par do novo corpo de funcionários e elites administrativas, pela primeira vez surgiu individualizado o capitalista (na maioria *brasileiro*).

Sociedade multiangular, Famalicão procurou colmatar a variação da relação entre população e recursos, delineando e aplicando medidas que permitiram algum equilíbrio demográfico. O casamento, variável passível de maior *manipulação*, com uma componente mais dependente da vontade das populações, pode assumir um papel nuclear, mormente através da idade ao matrimónio, nomeadamente feminina. A alta idade média da mulher ao casamento, sempre acima dos 24 anos, sendo até 1815 de 26 anos, e o celibato definitivo dos dois géneros, maior na mulher, que atingiu o valor de

²⁸⁸ Em 23 de abril de 1758 escrevia o pároco de Vila Nova de Famalicão na resposta aos quesitos do Inquérito elaborado pelo Padre Luís Cardoso de cobertura metropolitana, as conhecidas *Memórias paroquiais de 1758*, que Famalicão tinha *um pobre hospital que rende cada anno três mil réis pouco mais ou menos, o qual hé administrado por um juiz que tem esta freguesia sugeito ao ouvidor e juiz de fora de Barcelos*. Ver Capela, 2001, p. 238.

14,9 % entre 1852 e 1929 e de 10,1% de 30 a 60 de Novecentos²⁸⁹ fizeram parte do travão que a não ser acionado poderia dar origem a condições sociais mais precárias.

O modelo de união conjugal mais comum em todos os séculos foi o de solteiros, seguido do de homens viúvos com mulheres solteiras. Até 1815 alcançou-se o acume deste último padrão de matrimónio, com mais de 9 casamentos em 100 realizados de um homem viúvo a casar com uma mulher solteira, proporção muito próxima do período que se iniciou em 1852 e foi até 1929, para se quedar quase em metade entre 1930 e 1960. As uniões entre uma mulher viúva e um homem solteiro foram menos presentes, com o mínimo no primeiro período e o máximo no segundo. O matrimónio entre viúvos foi sempre residual, facto mais pronunciado para os anos 30-60 do século passado.

A fecundidade ligada em grande medida à nupcialidade foi condicionada pela esterilidade dos casais, a morte da criança no útero, ou ao nascimento, o número de anos de convivência conjugal, o afastamento temporário ou definitivo de um dos cônjuges (por norma o homem), a sexualidade do casal, o aleitamento da criança pela mãe, a duração do período em que o fazia e a universalidade da sua prática, as condições higiénico sanitárias e económicas e até os fatores hereditários, ambientais e culturais. Estimou-se que um casal fecundo que vivesse em união permanente desde os 15 aos 49 anos com as condições encontradas teria um pouco acima de nove filhos até 1820, decrescendo a partir daí, no século XIX, para quase menos um filho e no século XX, até 1929, para um número levemente superior a oito filhos. No período a seguir caiu quase dois filhos, parecendo indiciar algum controlo de natalidade. Considerando todo o século XX, a descendência teórica ficou acima dos sete filhos (7,5).

A realidade afastou-se do quadro estimado no que tange ao número de filhos por casal, tal como menciona Livi-Bacci (1993:229) que defende a grande distância que separa o quadro teórico do real, sustentando que nas populações que não praticavam o controlo dos nascimentos o casal teria em média entre cinco e seis filhos, quando teoricamente poderia ter o dobro ou mais. Em Famalicão, em média cada família teve quatro filhos entre 1620 e 1790 e quase quatro entre 1822 e 1929 e pouco mais de três entre 1930 e 1960. Descartando as famílias estéreis²⁹⁰, a média de filhos por casal ficou perto de cinco filhos até 1929 e aproximou-se de 4 filhos no trinténio seguinte.

Tomando como indicador inicial o Minho, podemos admitir que os casais famalicenses foram bastante prolíficos. Até 1790 tiveram maior número de filhos que as

²⁸⁹ Não considerámos o período anterior por razões de validade dos dados, como dissemos no capítulo próprio.

²⁹⁰ Será de reter que surgiram casos de mulheres que casaram, mas já não estavam em situação de gerar filhos.

famílias das outras freguesias do concelho e apresentaram valores similares a Barcelinhos e superiores a Alvito S. Pedro e Ginzo, sua anexa, a Pico de Regalados, Romarigães e a Aveleda. Em função de outras localidades estudadas da região os casais tiveram proporcionalmente menos filhos que os que viviam na zona de Guimarães (cidade e seu entorno rural, Lordelo²⁹¹ e Ronfe). Contrastando com outras regiões de Portugal continental os casais famalicense tiveram em média um número de filhos semelhante ao dos casais a viver em Poiares, Trás-os-Montes e acima dos de Unhão, no Douro Litoral.

De 1822 a 1929 as famílias famalicense mantiveram um padrão de filhos comparativamente alto. No concelho, o número médio de filhos por casal foi superior a Antas e a Avidos e levemente inferior a Mouquim no número médio de filhos em todas as famílias, mas superior no número médio de filhos por família fecunda. Os valores aproximaram-se dos encontrados para outras freguesias minhotas como Barcelinhos e superiorizaram-se a Pico de Regalados. Contudo, os casais famalicense tiveram menos filhos que os de outras freguesias do Minho, como Alvito S. Pedro e anexa, Facha, e Romarigães. Na freguesia duriense de Unhão as famílias foram menos férteis que as de Famalicão e na de Cortegaça, na Beira Litoral, a fertilidade dos casais suplantou a de Famalicão.

Outro indicador relevante foi a duração média dos casamentos. Na freguesia foi significativa a média de anos em que os casais permaneceram em união conjugal, ultrapassando em todos os períodos 25 anos e indo um pouco acima de 30 anos entre 1930 e 1960, se bem que tenhamos observado na região e mesmo noutras zonas de Portugal continental, valores um pouco superiores.

Elemento a não alijar para a descendência de um casal é o intervalo entre o casamento e o nascimento do primeiro filho e o espaço entre o nascimento dos outros filhos. Em Famalicão as famílias esperaram até 1930 em média para ter o primeiro filho cerca de dois anos e um pouco mais de dois anos e dois meses para o período seguinte. Os cônjuges demoraram a ver nascer o segundo filho, em média dois anos e meio e tendencialmente os casais foram ampliando o tempo entre gestações à medida que a família aumentava.

A idade média da mulher ao nascimento do último filho quando o estudo atinge a periodicidade do nosso é passível de nos dar uma data aproximada de início de controlo voluntário da gravidez. No caso vertente de Famalicão seria mais evidente no

²⁹¹ Lordelo só no que respeita às famílias fecundas.

período entre os anos 30 e 60 do século XX, embora as curvas das taxas de fecundidade legítima por grupos de idade da mulher e descendência teórica nos apontassem para o seu começo já no período precedente. A mulher famalicense que foi mãe no século XVII e XVIII tinha o filho mais novo com uma idade média de 40 anos, contra os quase menos de dois anos no século XIX e os cerca de 37 anos de idade de finais do século XIX até 1929, para entre 1930 e 1960 a idade média da mãe ao nascimento do último filho do casal ficar perto dos 35 anos.

Encontrada uma população com uma estruturação socio económica diferenciada, constatámos que teoricamente os casais com mais recursos económicos teriam quase mais três filhos que os restantes.

Houve mulheres que iniciaram a sua sexualidade antes do casamento, traduzida no número de filhos que nasceu antes de decorridos oito meses da realização da união conjugal (salvaguardando os casos de possível nascimento de prematuros), e mais seriam se considerarmos que muitas destas relações não foram fecundas. O intervalo médio um pouco acima dos quatro meses, computando todo o período, indicia a aceitação ou pelo menos tolerância pela comunidade das relações sexuais antes do casamento.

Importa referir outro tipo de fecundidade, que não pode ser subsumida nesta paróquia ao longo dos séculos. Menos presente no período da vigência da Roda dos Expostos em Famalicão (entre 11 de abril de 1786 e 1860, colocando nós a possibilidade de muitas crianças que antes entrariam na parcela das ilegítimas serem na época computadas como expostas, foi todavia significativo o número das crianças naturais, ilegítimas e espúrias, assim designadas de acordo com o estado civil dos seus progenitores, se atendermos à sua dimensão numérica global. Até perto do final do século XVIII Famalicão registou uma proporção mais baixa de ilegitimidade que nas outras freguesias do Minho estudadas com recurso ao mesmo método, pois o valor médio na paróquia foi de cerca de 9%, contra o mínimo de 9,8% e o máximo de 15,4% encontrado para a região. No outro período, em comparação com freguesias de várias regiões do país, o padrão de baixa ilegitimidade manteve-se.

Dos elementos recolhidos, admitindo algum défice de informação para o período anterior a 1720, estamos em condições de apresentar uma figura tipo da mulher que constituía estas famílias monoparentais: era solteira, criada de servir ou jornaleira e a partir da segunda década de Oitocentos podia ser costureira, ou desde a década de trinta de Novecentos, operária fabril. Se até ao século XIX tinha nascido maioritariamente na freguesia, essa figura tipo evoluiu para dar lugar a uma mulher predominantemente de fora, compaginável com o afluxo de gente à procura de oportunidade de trabalho. Esta mulher ao longo dos séculos, normalmente só teve um filho.

O fenómeno da exposição de crianças, estatisticamente pouco relevante nalguns períodos, nomeadamente até à criação da Roda dos expostos na freguesia em 11 de Abril de 1786, teve igualmente um tratamento qualitativo que nos levou a reconstituir alguns percursos de vida de expostos e da sua família, mostrando circunstancialmente certos planos familiares, como o de expor a criança (em período complicado?) e depois a ir buscar quando as circunstâncias mudaram, como a situação da celebração do casamento entre os progenitores. Essa análise qualitativa contribuiu ainda para podermos levantar algumas questões, como a da persistência dos lugares de exposição, das condições geográficas do abandono, da aparente correlação entre os domicílios recetores e as necessidades da criança, como a de ser amamentada, (atente-se nos casos de mulheres residentes nesses lugares que tinham sido mães havia pouco tempo), da disponibilidade do lar para integrar a criança, ou até da *necessidade* de uma família que perdera um filho, de outros agregados que não os tiveram, do subterfúgio da exposição para *lavar a honra*, que alterados os contextos, como o casamento dos pais entre si, adotavam como filho.

A mobilidade externa, como todo o tipo de migração condicionante da dinâmica populacional e da estrutura sociodemográfica da população, assumiu em Famalicão proporções significativas e foi uma estratégia que permitiu em várias situações o equilíbrio económico, pese embora a desintegração familiar, mesmo nos núcleos familiares com mais recursos, chegando nalguns agregados a emigrarem para o Brasil todos os filhos e, noutros, só os rapazes. Foi-nos possível por cruzamento de dados de várias fontes seguir famílias por diversas gerações e verificarmos o quanto a remessa de divisas foi influente para a decisão de partida, bem como os laços familiares que escudavam o emigrante à chegada.

Fenómeno multifatorial, a emigração famalicense deu ensejo em períodos específicos à reunião familiar plasmada nas cartas de ordem, as conhecidas por cartas de chamada, mas também na partida isolada de emigrantes, por via de passaporte e na saída clandestina de outros, processo este condicionado também pela atitude do Estado e dos grupos sociais abrangidos. Vetores demográficos e sócio económicos moldaram a corrente emigratória famalicense, ajustando-se à conjuntura.

Se entre o século XVII e o XIX temos alusão à presença de famalicense no Brasil, só nesta última centúria e na seguinte dispomos de dados com certa sistematicidade que nos permitiram estudá-la, muito embora com algumas restrições derivadas das fontes. Constituída por uma corrente emigratória transversal aos grupos sociais, o padrão não foi imutável. Se no início iam mais os filhos dos de maiores recursos económicos, (tenha-se em conta as despesas da viagem e os preparativos) e o rapaz solteiro, o modelo matizou-se ou alterou-se a partir de 1890, passando a ter como atores também homens e mulheres casados, às vezes em viagem familiar, outras com um ou vários dos elementos desse agregado com vista à reunião no espaço geográfico de destino.

Alguma informação dos registos paroquiais e até dos passaportes permitiram-nos concluir que poucos regressaram e só certos deles tiveram sucesso. Destes, a maioria, investiu no setor primário, pela aquisição, ampliação ou melhoramento de propriedades rurais, como quintas com habitação, e um número restrito aplicou capitais em empresas que criou ou através da compra de ações, algumas ligadas à Banca. A política foi outro dos seus desideratos, dando-lhes ensejo a outra visibilidade social, contribuindo para matizar a sua origem, muitas vezes humilde, ou para sustentar a sua pertença aos possidentes. Algumas marcas na arquitetura civil, como palacetes, carreiras políticas de sucesso e quintas podem ainda ser encontradas agora e fazem parte do património famalicense, por exemplo, o Museu Bernardino Machado a funcionar no antigo palacete do barão da Trovisqueira ambos ligados à emigração famalicense para o Brasil: o primeiro como filho de um emigrante de torna viagem bem sucedido e o segundo como emigrante que regressou com fortuna (Paiva e Fernandes, 2009).

A saída destes indivíduos, muitos deles em idade núbil, desequilibrou o mercado matrimonial, conduziu a uma exogamia pronunciada, ao celibato definitivo feminino e propiciou também a separação de alguns cônjuges, suspendendo a fertilidade marital ou mesmo finalizando-a, com o não regresso do marido, ou a sua morte. No primeiro caso dando origem a *viúvas de vivos* e até a relações fora do contexto matrimonial de que por

vezes resultaram filhos e na segunda situação conduzindo a lares monoparentais de gestão precária e raras vezes levaram a outro casamento da mulher.

Ao longo dos séculos constatou-se a desproporção de géneros: se à nascença o *racio* foi normalmente favorável ao homem, à morte privilegiou globalmente a mulher.

A esperança de vida ao nascimento constitui indicador pregnante para a determinação da qualidade de vida das populações.

Os dados obtidos para a esperança de vida à nascença para Famalicão só foram possíveis de obter a partir de 1822, em razão da falta de registo sistemático de mortalidade infantil até esta data. Paralelamente deverão enfiar de sub-registo nos óbitos de menores de um ano, o que nos levou a determinar esse indicador a partir de um ano de idade.

A esperança de vida ao ano de idade das gerações nascidas em Famalicão entre 1822 e 1860 foi de 56 anos para os homens e de 60,4 anos para as mulheres e para os géneros reunidos cifrou-se em 59,1 anos.

Estes dados constituíram um indício de que os famalicenses viveriam proporcionalmente até tarde, não sendo de alijar a possibilidade de melhores instrumentos económicos, cobertura higiénico-sanitária e acesso e disponibilidade de meios de assistência na doença facilitadores de um quotidiano menos sujeito à imponderabilidade e precariedade, possível pelo fato de Famalicão se ter tornado sede de concelho e vila, fator adjuvante à existência de outros recursos estruturais e desencadeador de progresso económico e potenciador de investimentos conducentes à riqueza económica, social e até cultural, logo, ao surgir de oportunidades não presentes em meios rurais.

Para todo o período em estudo foi possível aceder à esperança de vida dos indivíduos com mais de 25 anos casados, encontrando-se até sensivelmente meados do século XVIII uma esperança de vida significativa, esperando estes homens e mulheres viver ainda mais 39,4 anos e entre a segunda metade do século XVIII e a segunda do XIX, 39,3 anos. A esperança de vida foi tendencialmente favorável à mulher, corroborando o padrão encontrado da esperança de vida ao ano das gerações nascidas entre 1822 e 1860, na linha do que Norberta Amorim (1997) admite para o Baixo Minho.

Poderiam aventar-se como causas prováveis dos valores encontrados para a esperança de vida dos famalicenses o clima, melhores cuidados de saúde pública (estamos em presença da sede do concelho em grande parte do período) e condições

sócio económicas mais favoráveis. De lembrar que Famalicão dispunha já no século XVII de cuidadores de saúde, desde médicos, boticários e cirurgiões e que as fontes referiram ao longo do período em análise a existência de pessoas dedicadas à assistência na doença.

A mortalidade excepcional presente nalguns anos nesta freguesia nunca atingiu dimensões catastróficas, pese embora a emergência de certos anos de crise seguidos ou interpolados, mais presentes no século XVII, cujo enquadramento não é específico, sendo compaginável com o que foi acontecendo no resto do País. Além deste período, muito embora haja outros, destacamos mais dois: o de 1809 e o de 1811, fruto das invasões francesas (1809), já pelo número direto de mortes, já pelas suas consequências, nomeadamente pela provável propagação de tifo exantemático e o de 1918-1919, anos de tifo ou tabardilho e da designada influenza pneumónica.

No final do nosso estudo entendemos propor a continuação do conhecimento desta comunidade, *v.g.*, através da pesquisa dos processos de passaporte emitidos pelo Governo Civil do Porto e de Viana, bem como julgamos ser de aprofundar a análise das variáveis em termos de cruzamento inter paroquial. A agregação dos dados das paróquias já reconstituídas pelo método de *reconstituição de paróquias*, a saber: Antas, Avidos, Mouquim, Ruivães e Vila Nova de Famalicão seria um contributo para o estudo das populações em termos de demografia histórica, permitindo-nos com a junção desses dados termos uma amostra mais sólida. Por outro lado, o prosseguimento da reconstituição das paróquias adjacentes a Vila Nova de Famalicão, *sc.*, Calendário, Gavião e Brufe, (Antas já foi objeto desse trabalho), seria um desiderato prioritário para melhor conhecermos, por exemplo, o alcance da medida da criação do concelho e sedeação em Vila Nova de Famalicão. Ao mesmo tempo, permitir-nos-ia traçar um quadro relativamente significativo das famílias, uma vez que detetámos grande mobilidade entre indivíduos destas freguesias, para além de nos vir a dar uma amostra maior de famílias completas (Tipo 1), facto que daria outra validade à amostra. A reconstituição de Vermoim que foi sede do julgado homónimo, no qual Famalicão se integrou, bem como de Landim, antiga sede concelhia (se bem que esta já com os dados levantados e publicados, embora não na sua vertente de análise das variáveis demográficas) seria outro dos desideratos a ter em conta.

A prospeção das paróquias concelhias tendente a apurar freguesias com possibilidade de estudo da mortalidade infantil, a fim de as colocar como prioridade de reconstituição pelo método utilizado para o estudo das outras, dado ser ainda escasso o

número de freguesias para as quais temos esse estudo, por ausência fundamentalmente de registo universal de óbitos, seria outro trabalho a encetar, dada a sua nuclearidade, desde logo para estabelecer a esperança de vida à nascença dessas populações.

Um outro estudo a fazer seria o da mortalidade, numa amostra alargada, eventualmente concelhia ou até intermunicipal. Saber de que se morria, conhecer períodos de estagnação ou depressivos, ou de recomposição e por via destas fontes aceder a instrumentos para conhecer eventuais períodos de mortalidade excecional, de crises de maior ou menor amplitude, da respetiva abrangência temporal e consequências demográfico-sociais. O estudo da Misericórdia de Famalicão ajudar-nos-ia a compreender a forma como respondeu a sociedade às necessidades da franja populacional mais débil e talvez nos desse indicadores de causas de morte e nos aproximasse do desenho da comunidade famalicense em termos de estratificação social.

Por outro lado, a disponibilização *on line* dos registos dos atos vitais das freguesias do concelho, ou a não ser viável a curto prazo a conversão em CD-ROM da informação contida em micro filme existente no Arquivo Distrital de Braga, e a cedência de cópia ao Arquivo concelhio, mesmo que custeada pela autarquia famalicense e a transferência de dados para esse suporte facilitador, seria fator passível de levar investigadores locais a interessarem-se por essa análise, além de tornar mais próximo para as populações a sua consulta.

Existindo na sede do concelho um Centro de Formação de Professores e sendo acessível a consulta da informação, desde que concretizada a hipótese anteriormente enunciada, os docentes de História e eventualmente de Geografia poderiam ser instrumentados a trabalhar esses registos, após prévia formação que ajudaria à coleta e organização dos dados, de forma a serem objeto de análise por especialistas.

O levantamento do acervo existente nos cartórios paroquiais e a disponibilização, após digitalização, do *corpus* documental passível de acesso público, no arquivo concelhio e distrital numa ação conjunta entre especialistas, autarquia e arciprestado traria ganhos substantivos para a salvaguarda e conhecimento da história concelhia.

Está ainda igualmente por fazer o estudo das matrizes prediais, cujos dados irão enriquecer e dar perspectivas complementares e novas à diegese construída através do conhecimento das variáveis demográficas analisadas e da aproximação que esse estudo nos permite fazer no âmbito da história social. A análise das listas de Recenseamento eleitoral revela-se incontornável para a história social e para a história política da

Regeneração à República, permitindo os seus dados cruzados com outras fontes afinar, controlar e precisar a informação (Salmon, 1979:132). Dentre as fontes complementares a utilizar, além dos registos dos atos vitais, *v.g.*, os inventários *post-mortem*, os registos notariais, os almanaques e os registos de associações.

Por último, mas não esgotando as hipóteses de investigação, seria desejável que medievalistas estudassem, *e.g.*, a genealogias das famílias de estatuto (e alguns fidalgos são conhecidos com ligações a Famalicão), de que damos exemplos em local próprio deste trabalho, a fim de se estabeleceram conexões e ser possível entender de forma mais substantiva determinados comportamentos da população, traçando narrativas mais compreensíveis e enquadradas histórica e socialmente.

CAPÍTULO VIII

Figura nº 10
Rua 5 de Outubro em 1912



Fonte: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, edição da Tipografia Minerva, 1912.

8. CORPUS DOCUMENTAL E ANEXOS

Anexo nº 1

Responsáveis redatoriais de Santo Adrião e Santa Maria Madalena de Vila Nova de Famalicão: 1620-1960

Abades	Curas, Coadjutores e Encomendados	Data do 1.º registo	Data do último registo	Data do óbito
Marcos de Sousa		09.10.1606	21.01.1610	
	Leonel Lopes	01.05.1610		
António Dias		17.11.1616	28.06.1629	16.09.1638
João Álvares		09.08.1629	20.11.1642	
	Gaspar Barbosa de Faria	21.7.1642	22.06.1643	
Manuel de Oliveira		13.09.1643	20.01.1659	
	Manuel Correia	11.05.1659	30.12.1659	
	António de Vilas Boas	22.04.1659	06.07.1662	
	João da Costa	02.03.1660	02.09.1660	
Manuel Rebelo de Sousa*		29.09.1662	02.05.1756	28.12.1768
	Manuel Pereira Botelho	27.09.1706	04.06.1709	
	Manuel Ferreira Lara	02.08.1711	03.11.1712	
	Manuel Rebelo de Sousa*	16.07.1713		
	Manuel Rodrigues Limão			28.02.1770
Doutor Caetano José de Sousa Rebelo**		22.08.1746	05.05.1777	15.04.1787
	José Lopes	11.08.1774	09.02.1775	
	Domingos Fernandes	06.07.1777	14.06.1788	
João Álvares Pinheiro de Carvalho		30.05.1787	10.11.1795	
	Manuel José Ferreira	22.08.1793	16.03.1844	
	Manuel Pinto de Vasconcelos	10.08.1789	17.11.1790	
José Joaquim Ferreira Brandão		14.02.1802	09.02.1844	27.03.1844
	João Bernardino Leite e Abreu	08.09.1834	26.11.1844	
José Fortunato Pinto Correia		12.12.1844	03.07.1863	
	João António Freire de Andrade	11.07.1863	27.01.1865	
Domingos de Paula Pereira de Mesquita		06.02.1865	29.12.1881	
	José da Costa Pinto do Couto	21.09.1865	15.10.1865	
Manuel Alves Torres Carneiro		2.04.1911	04.10.1945	
	Jorge Pais dos Santos***	13.10.1945		
	Joaquim Fernandes	17.01.1946	30.12.1954	
Joaquim Fernandes****		04.01.1955		

* Passa a Abade em 1713. ** Sobrinho de Manuel Rebelo de Sousa. *** Vigário cooperador. **** Passa a Abade em 1955.

E eu que seria ter uma melhor couza para te offerer.
 te não se portar com hepo mulheres que mora com o lugar
 talves para o futuro sirva de bon servizo e tu me orientas de
 milizo do vicent. e Affin eu não otico Testamento por que tu
 sois meu Domão e se eu morrer e para voz em q^{to} ou que tu
 America teudo e de m^a filha Maria de Godard. a q^{ta} p^{ra} minha
 morte nomisi por m^a endira naquelle lugar. Se por ventura
 felleres no viager para o Brazil te de claro que tevo 13^o
 os Mexicanos por duns procuras da man do Cap^o do
 afin de que serais sempre aprender, mas te encu
 do P. de Moçambique q^{to} humo pure adozante
 e do que te utrezo

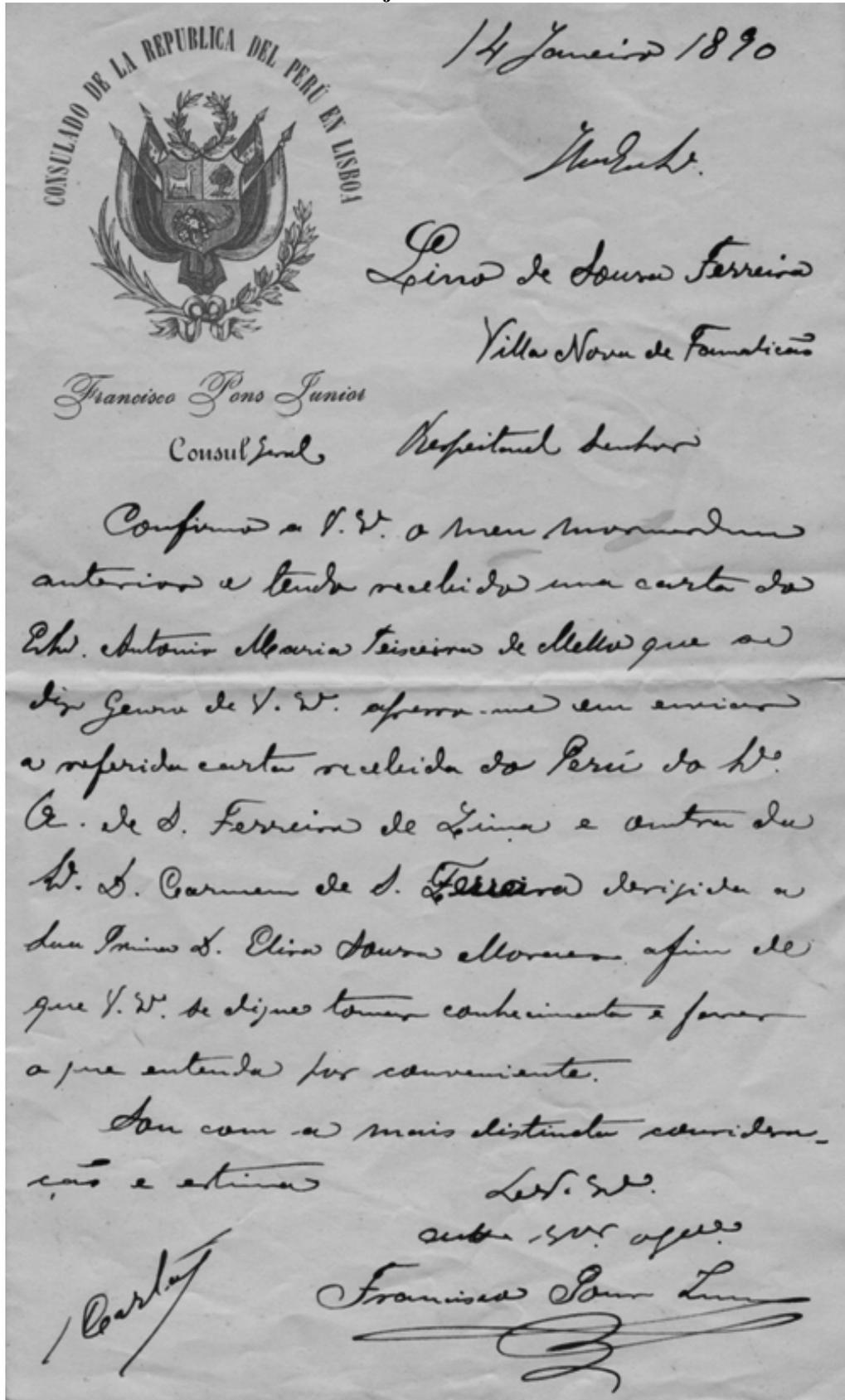
Tea Joo

de Sabida de S. Maria	13,000
duo de S. J. de S. Maria	18,000
de S. J. de S. Maria	724,000
	1,522,000

1 Uma de S. Maria
 1 Frio estivo e 14 caes de Prata
 1 Par de catões
 1 belin
 1 Globo terrestre
 1 Cavallo
 1 meo e 12 cadinos infundes de
 1 Par de Esporas de Prata

N. B. Como jo cor vucamo sobre
 do campinho da Boca para
 irho trigo que o pios faz
 forma para deino ser feos

Fonte: Espólio particular de J. L.



A reportagem da semana

Trabalha no Pôrto um venerando ancião

que já serviu viscondes, condes, príncipes, reis, ministros e presidentes da República

e cuja vida é exemplo flagrante de resignação, de amor ao trabalho, à Pátria e a Deus



O simpático ancião, apresenta-se, assim, todos os dias, aos clientes do restaurante onde trabalha...

A aplicação ao trabalho e as qualidades de carácter e honestidade são as melhores e as mais autorizadas credenciais do indivíduo. Foi à custa de trabalho profícuo que se retemperaram os corpos e amoldaram as almas dos nossos antepassados. Ao braço forte do Homem deve o Povo a epopeia grandiosa dos seus feitos e da sua História. Sem trabalho e sem orientação, sem preocupações de fé e sem formação moral, sem coragem e sem valentia, não teriam sido desbravados e fertilizados os nossos campos; não teríamos escrito páginas de ouro na luta contra infiéis ou inimigos; não conseguiríamos dominar a impetuosidade misteriosa dos mares e não teríamos levado aos continentes então desconhecidos, nos frágeis caravelas quinhentistas, o pavilhão vitorioso de D. Manuel I, que fez de Portugal uma Pátria grande e imorredoura. O trabalho é o verdadeiro pergaminho dum povo, porque é ele e só é ele a dignidade, quando inteligentemente orientada e aproveitada. O homem que cultiva a terra, o da oficina e o da fábrica, o do estabelecimento comercial e do escritório, o que age, fisicamente, ou o que pensa e raciocina, de igual modo, a despeito da sua inteligência e da diferença de categorias, enlaça e simplesmente trabalhados. Mas o destino nem sempre é igual, visto que, enquanto uns acumulam bens e enriquecem, outros trabalham debaixo da predeterminação que os não deixa ultrapassar a barreira letárgica da mediocridade, melhor: da pobreza.

Mal lá ao mundo, se todos fossem grandes e ricos, mal de nós se desdenhassemos, um dia, do socialmente pequeno e góstrimo. Sem êsses servidores indispensáveis, tornar-se-ia insustentável o sincronizado funcionamento da máquina e do cérebro. Os serviços secundários deixariam de ser feitos. Ninguém se absteria do mundo... e o mundo acabaria por ser vítima de louca desordem e de sufocadora perreada a tirar-nos para a decadência e para a morte.

Quem é o criado que serviu pobres e ricos, reis e presidentes

Olhando do alto, nem sempre se repara nos trabalhadores humildes, crentes e resignados, cuja vida é exemplo de bondade e honestidade profissional. Pelas virtudes e apêgo ao trabalho, está neste número — no número dos ignorados — o velho criado Manuel, que trabalha há sessenta e seis anos e que, durante a sua longa existência, serviu pobres e ricos, plebeus e fidalgos, reis e presidentes da República.

Mas quem é o Manuel? Eu lhes digo. O Manuel nasceu em 1870, em Landim, no concelho de Famalicão. Baixo de estatura, ágil, mecido. Os olhos são fechos e irradiam lume e simpatia. É quasi calvo. O seu aspecto é distinto. Serve à mesa num restaurante da Rua do Bomjardim. Procura ser amável e os poucos cabelos que lhe restam são brancos como a prata e brilham

como o ouro. Manuel Joaquim Moreira é o seu nome completo, e a sua vida assemelha-se a um filme variado, de pura imaginação.

Foi à mesa do restaurante que o sr. dr. Justino Mata nos apresentou. O simpático sermo encolheu os ombros, quis fugir à descrição da sua vida... mas não pôde. Arregalou os olhos, posou, «diplomáticamente», a mão direita nas nossas costas, sorriu — não sabemos se de alegria ou de tristeza, por ter de reviver épocas passadas — e começou:

— Fiz, na quarta-feira, setenta e três anos...

Alguém, numa mesa ao fundo, bateu as palmas. O Manuel correu para despachar o cliente. Voltou. Desacostou do nariz os óculos de aros amarelos, viu com ironia — desconfiado, talvez — e prosseguiu:

— Trabalho desde os sete anos. Comecei como quasi todos no meu tempo: como moço de lavouras.

Esteve na vida rural, na sua terra, até aos dezoito anos. Depois, deu-se o incêndio do «Baquet». O caso foi felado. Ouvia dizer bem do Pôrto, afirmaram-lhe que a capital do Norte era grande, bonita e boa para ganhar dinheiro. Fez as malas e urio. O trajecto percorreu-o a pé pela estrada mal delineada, aleijada de curvas e cercada de covas. O seu primeiro destino foi servir ricos — e serviu. Trabalhou na casa da família Alves Pimenta, na Quinta da China; serviu a família do bardo do Valeado e o conhecido Jaime Valado, célebre na boémia do fim do século passado. Durante anos, os fidalgos foram a sua predeterminação. Serviu D. José de Melo Brandão, o coronel Brandão, da Quinta de Benjôia; a viscondessa de Santo Amaro, que casou com o dr. Fajardo; os viscondes da Pesqueira.

A procura da fortuna, o sr. Manuel foi para o Brasil, onde serviu num «botequim»

Tinha trinta e seis anos. A fortuna não lhe sorria. Sonhou com grandezas e construiu ilusões, alioçadas na esperança da fantástico «dopre» das patocas. Despediu-se de Portugal e embarcou para o Brasil, — isto em 1906.

O sr. Manuel acertara. No outro lado do Atlântico, arranjou emprêgo num botequim. Não deixou de ser criado. Serviu no café e distribuiu leite ao domicílio. Trabalhava de dia e de noite, sem descanso e sem desfalecimento. Era escravo e explorado, mas a esperança que levou de Portugal ganhou corpo, fez-se realidade. Rápidamente, descobriu a mágica do negócio e do dinheiro: em dois anos ganhou pequena fortuna.

(Continua na 2.ª página)



Este é o primeiro e unico retrato que o sr. Manuel tirou junto da esposa...

A reportagem da semana

(CONTINUAÇÃO DA 1.ª PAGINA)

Regressou e instalou-se no Pôrto. Uma paixão transformou-o.

O sr. Manuel também teve uma paixão... Gozou a vida, divertiu-se, comeu o «cadáver da esperança» que o levava ao Brasil: empobreceu.

Forte de espírito e de bem com Deus, confiava no destino. Fez a «via-sacra» por muitas profissões. Vendeu cautelas. Passou a barbeiro na Rua do Heroísmo. Não sabia da arte, mas o serviço era simples, porque os clientes queriam o cabelo rapado à escovinha: era moda. Depois, foi enformador de chapéus na fábrica de chapelaria Costa Braga.

Os primeiros amores são sempre os mais fiéis amores. Como a vida tinha, para ele, perspectivas e jacetas múltiplas, o sr. Manuel voltou à primeira profissão. Serviu, de novo, em casas ricas. E, como há maneiras diferentes de servir, foi, também, servente no Estabelecimento Humanitário do Barão de Nova Sintra, onde teve como bom amigo o velho professor Luiz Caldeira. E, seguindo as variações do fado, no dizer do dr. Justino Mota, serviu, novamente, gente nobre, pisando o soalho das salas e corredores da casa dos fidalgos da Fábrica.

A rainha D. Amélia impressionou-o, fundamentalmente, quando o sr. Manuel fez parte da criação que serviu o rei D. Manuel II

No decorrer do seu tempo de criado fez serviços variados. «Emprestados» pelos seus amos, serviu na mesa onde se sentara o rei D. Carlos I, por ocasião das festas henriquinas. Mais tarde, em 1909, fez parte da criação de mesa que serviu D. Manuel II, no Palácio dos Carrancas, quando o monarca visitou o Pôrto. Como era experiente e distinto de maneiras, foi recrutado para servir o rei, o príncipe D. Afonso, a rainha D. Amélia e a rainha D. Maria Pia. Os seus colegas serviam os ministros, os conselheiros de Estado e pessoas gradadas do reino. Recordava-se desse ambiente faustoso como se o tivesse visto há escassos meses; lembra-se das fardas dos homens, dos vestidos das senhoras, das condecorações e das jóias. Lembra-se da riqueza palaciana, da distinção das pessoas e, especialmente, da rainha D. Amélia, que o impressionou, fundamentalmente.

Há um intervalo na nossa conversa. O restaurante não é sítio próprio para falar com os criados. O sr. Manuel atende novo cliente, apressa-se, põe o talher, serve-o e volta para junto de nós. O rosto do simpático ancião está iluminado de entusiasmo. A vibração dos seus nervos é mais intensa. Retoma o fio perdido, levanta os olhos para o ar, como se pretendesse alcançar o céu, e desabafa:

— Quando servi o nosso último rei, pagaram-me com cem mil réis! Só está viva a sr.ª D. Amélia. Os outros já morreram — coitados! — só junto de Deus os poderei encontrar e ver...

Este incansável trabalhador serviu, também, ministros e presidentes da República

Recordava-se do jantar na Régua, ao qual assistiram o general Pedrosa e o dr. Cunha Leal, logo após o 5 de Outubro. Tomou parte em muitos banquetes, conhecendo e servindo os drs. Manuel de Arriaga, Machado dos Santos, Bernardino Machado, Teixeira Gomes, Afonso Costa e Sidónio Pais, o marechal Gomes da Costa e outros, para os quais a sua memória não é fiel. Hábil para tudo, o sr. Manuel adapta-se, facilmente, ao que for necessário. Só isso explica a diversidade de profissões que conheceu e o facto de ter ascendido de simples criado do dr. Dias, da Praça de Carlos Alberto, em 1919, a mecânico de dentista. Bons tempos...

No restaurante, a entrevista tem que ser, frequentemente, interrompida. Fez-se nova pausa. Para ame-

nizar, oferecemos-lhe um cirrigo. Mas o sr. Manuel não aceitou — não podia aceitar —, porque em serviço não se fuma.

Dos acontecimentos que mais o impressionaram, o sr. Manuel destacou o acolhimento triunfal dispensado pelo Pôrto a Mousinho, após as lutas da pacificação. Deslumbrou-o a espada de ouro, cravejada a brilhantes, que o Ateneu Comercial do Pôrto ofereceu ao Herói, em nome da cidade. Como fervoroso patriota, o sr. Manuel esteve no Campo de Santo Ovídio (hoje Praça da República), a assistir à missa em acção de graças pelos feitos do subjugador de Gungunhana. E lembra:

— Quando estava em recolhimento de fé e piedade para a elevação, a artilharia disparou tiros de pólvora seca, como era habitual nas missas de grande solenidade. ¿E sabe o que aconteceu? ¡O estremecimento foi tão violento que, nas casas que circundavam o jardim, não ficou inteiro um único vidro!

A falta de espaço não se compadece com os acontecimentos que nos descreveu o sr. Manuel. Por isso, não podemos reproduzir, aqui, a impressão causada à sua sensibilidade pela célebre questão Calmon e pela tentativa de assalto ao palacete Pestanas, que os amotinados pretenderam incendiar e destruir. São grandes as recordações deste simpático ancião, que entristeceu e quasi chorou, ao saber do assassinio de D. Carlos e do príncipe D. Luís; do suicidio de Mousinho e da morte gloriosa de Silva Pôrto, que, embrulhado na bandeira nacional, despediu-se da vida e incendiou, uma noite, no serião africano, as barricadas de pólvora para apagar, com honra, a nódoa da ofensa causada pelo «soba» que o desprestigiou, puxando-lhe as brancas e longas barbas.

Homem de convicções firmes, espera que lhe não peçam contas nem perguntem porque é assim...

O velho Manuel — o criado Manuel que conviveu com os grandes da nobreza e da fortuna e que conheceu momentos de esplendor e de tragédia — vive, actualmente, na «ilha do Lampião», na Rua dos Bragas. Casou, a primeira vez, aos cinquenta anos; ficou viúvo e casou, de novo... quando era velho, tinha sessenta! Não sabe se agrada ou desagrada, mas afirma ter convicções. E diz:

— Sou monárquico por sentimento do dever; sou católico, devido à educação que recebi de meus pais. Como católico, cumprio, todos os dias, os meus deveres, na capela dos Franciscanos, ao amanhecer, quando saio do serviço e espero que o mundo me não peça contas e não me pergunte porque sou uma e outra coisa...

Estas palavras são testemunho da grandeza de espírito e de alma do velho criado, que, apesar de ter setenta e três anos de idade e sessenta e seis de actividade profissional, sabe que o trabalho é o destino do homem que não tem mais nada a valer-lhe ou a protegê-lo. Serviu fidalgos, viscondes, condes e reis; serviu ministros e presidentes. Agora, serve pobres e plebeus. Trabalha até ao amanhecer e, nas poucas horas que lhe ficam livres, agencia mais alguns escudos, calcorriando as ruas a spregoar cautelas.

— ¡Olha o mil... trezentos... e vinte e oito! E' para a «grandes!» E' para os quatrocentos... contos!

E' o criado Manuel — cuja máscara podia servir para um estudo pictorial de Mendes da Silva — que passa bem disposto e resignado e que tanto pode digir-se para casa, como para o restaurante ou para o templo, onde ajoelha com humildade e reza com devoção...

Jaime Ferreira.

(Fonte: Jornal O Comércio do Porto, de 8 de Maio de 1943, pp. 1-2.)

Quando Des horas Meio do
alli entregou a mesma [...]
serrada no forno de cimento [...]
fete de Braga Chamado Caralho [...]
aparte no Com.º de Sinco [...]
armado. Terio meio Anho
do Outro dia vultou. Deste modo
parte que tenha perdido a mesma
alli atho a terra negra e donde se
vestas, que desconfiava the tentio
da estalagem Santo Villa e depois
o seu destino; era seis horas da tarde
de hoje chegar a este Alimento
tem Chamado Chy Ferruro, e ambos
labradores da Freg.ª de S. Victor e de S. Braga
dando parte q' hindo passando no estrada no lu-
gar da Segunheira que fica orido a esta Villa e
thando q' dentro do Campo passava a mes-
ma estrada viras muitos papéis lançados no chão
saltando dentro aver igue era achados como Villa
do Correio, fregada emetas cartas que contiveras
partencas do Correio e panhasas tudo que acharas
alli the entregaras no mesmo modo passando
ameam a Administrador a comp.º de S.ª e a parci-
com o libro dos Assentos de baixo do mesmo juramen-
to de chame fallar the Dirheim igue seis mil
e cento e sessenta seis copias de S.ª e cartas francas

ante a tudo mais se achava a ex
partes que foram abertas que por
Brellar por nas ter a ser logo de pa
conveniente nas obstante ter amais
deu a propunção d' ter sido occupo Colap
com tudo este Direito para que
seja referio por testemunha
e de quem os homens de Pulcio, sendo propo
ter a ditto Carreteiros, e elle Juiz lbe
diferente mente ao Santo Changelin de
baixo de clararas ter sido casado de achada
da do que se fez que entragasse tal qual o
ditto traído, avia Relato de que modo ma
is tinha clararas e de assim hum. Outros co
ber ditto Escrivão posto por fi, logo neste
mesmo dia fez elle Juiz vir a sua propunção
oi Dou Carreteiros Joze Ferraz, Joze Rogo No
contas de Proprio d' que sou fi, Francisco
de Gato e logo, Paulo Joaquim Fernandes
ambos de ditto de abaixo do juramento que
diferio e lhe encargou examinaoe o Polca
clararam a qualidade de seu a Nombamento gran
diza, com q' juramentos tinha sido feito entre
ndo no exp' de clararas ter sido o Nombam
ento com juramentos cortante e por q' não ma
terem a dita em seu Escrivão o ter no estado

Formo oire esse Luis est Nuno
a signou com os Supras Ditos
Paulo Joazeum Fernandes, e
Ortigo na presença de quem está
Abraão Carlos Digo Maria
Digo e escrevi Jui Elliot. Substitui
Pedrogo Paulo Jui m. Digo
Francisco da Costa Ortiga
Joazeum m. Digo. Fr. Digo

+

+

Fonte: Espólio particular de J. L.

Anexo nº 2
Escravos ao serviço de famalicenses: 1696-1808

Óbito	Escravo (a)/ Residência ao óbito	Patrão (a)/ Profissão/Residência	Observações
15.02.1696*	Maria ²⁹² /Salgueiro.	Ambrósio Fernandes /Quinta do Salgueiro	Ambrósio Fernandes estava casado com Maria Correia de Araújo.
25.05.1723 (data do batizado da filha da escrava)	Luísa/ NR	Ana Varela/NR	Ana Varela, viúva de Manuel Rodrigues Limão, ferrador, (pais do padre Manuel Rodrigues Limão).
25.05.1723	Catarina ²⁹³ / Paço	Francisco Faria Salgado/proprietário/Quinta do Paço	
03.12.1724	Ana ²⁹⁴	António de Freitas/ mercador/NR	António de Freitas era natural de Santa Eulália de Fafe, casado com Ana Rebela.
22.12.1727 (data do batizado do escravo)	José Preto ²⁹⁵ / Vinhãl	Francisco de Barros de Azevedo/ proprietário/Quinta do Vinhal	
16.02.1730 ²⁹⁶	Maria, solteira/	Manuel Carneiro/NR	
11.03.1731 (data do batizado da filha da escrava)	Francisca, solteira, preta/ Salgueiro	Ambrósio Fernandes/proprietário/Quinta do Salgueiro	Ambrósio Fernandes estava casado com Maria Correia de Araújo.
21.09.1732 (data do batizado de uma filha da escrava)	Ana ²⁹⁷ / Rua	Geraldo de Barros/ vendedor/NR	Geraldo de Barros estava casado com Joana de Sá.
09.10.1732 (data do batizado da escrava)	Rosa ²⁹⁸	Manuel Moreira de Figueiredo/padre//NR	
30.04.1738 (data do batizado de um filho da escrava)	Joana ²⁹⁹ /Rua	Manuel Rebelo de Sousa/ Abade de Famalicão/NR	
04.08.1739 (data do batizado da escrava)	Joana ³⁰⁰ /Salgueiro	Ambrósio Fernandes/Quinta do Salgueiro/NR	Ambrósio Fernandes estava casado com Maria Correia de Araújo.
02.08.1741*	Manuel/ NR	Manuel Gomes Velho de Vilas Boas/NR	Manuel Gomes Velho de Vilas Boas estava casado com Catarina de Oliveira.
17.06.1743*	João ³⁰¹ / Rua	Tomé Veloso Rebelo/ proprietário /Rua	Tomé Veloso Rebelo era filho do segundo casamento de Manuel Rebelo Veloso. Tomé estava casado com Ana Maria do Rosário e esta era natural de Bairro.

²⁹² Em 16 de novembro de 1691, batizou a filha Francisca e a criança teve como padrinhos o Major Domingos de Araújo Sá e a sua escrava Francisca.

²⁹³ Foi madrinha de Catarina nascida em 25 de maio de 1723, filha de Luísa, escrava de Ana Varela, juntamente com Francisco António, escravo do Reverendo de S. Julião de Calendário.

²⁹⁴ Esta escrava foi batizada como adulta em 14 de março de 1722 e teve dois filhos batizados em Famalicão: Bento, a 3 de dezembro de 1724 e Maria que tomou esse sacramento a 10 de abril de 1727.

²⁹⁵ Pensamos que batizado já adulto.

²⁹⁶ Esta data diz respeito ao batismo da filha de Maria com o nome de Joana. Esta escrava batizou outro filho, Manuel a 28 de setembro de 1732.

²⁹⁷ Esta escrava batizou a filha Josefa a 21 de setembro de 1732 e o filho João a 27 de julho de 1734. Foram padrinhos do segundo filho dois escravos, João escravo do padre Tomé Veloso Rebelo e Maria, escrava de José Ferreira de Gavião.

²⁹⁸ Esta data refere-se ao batizado e indica-se no assento que teve este sacramento em idade adulta.

²⁹⁹ Esta data é do batizado de Francisco, filho da escrava Joana. Foram padrinhos da criança Caetano José de Sousa e Dona Maria Josefa, mulher de Domingos Rebelo de Sousa.

³⁰⁰ Recebeu o batizado nesta data e sendo adulta.

³⁰¹ Foi batizado em 10 de março de 1718 e como não indica nenhum dos progenitores, admitimos ter recebido esse sacramento já adulto.

Escravos ao serviço de famalicenses: 1696-1808
(continuação)

Óbito	Escravo (a)/ Residência ao óbito	Patrão (a)/ Profissão/Residência	Observações
05.10.1746*	Maria/ Rua	Manuel Peixoto de Sá/capitão/Rua	Manuel Peixoto de Sá, capitão, casado com Páscoa de Araújo Aranha.
09.01.1747(data do batizado de uma filha da escrava)	Rosa ³⁰² /NR	Teresa Moreira dos Santos/ proprietária/NR	Teresa Moreira dos Santos, viúva. Foi a segunda mulher de Francisco Rodrigues Tinoco, proprietário. Este casou primeiro com Maria Correia da Silva, filha do cirurgião Francisco da Silva e de sua mulher Maria Correia.
19.05.1750 (data de um apadrinhamento do escravo)	José de Barros ³⁰³ / Vinhãl	José de Azevedo/proprietário/Quint a do Vinhal	
31.12.1751	António Amorim ³⁰⁴ / Rua	Manuel Rebelo de Sousa/ padre/Rua	Abade reservatário de Famalicão.
31.12.1751	Maria Pinheira Loba/NR ³⁰⁵	Ana Rebelo/NR	Ana Rebelo, viúva de António de Freitas, mercador, natural de Santa Eulália de Fafe.
19.01.1753 (data do batizado de um filho da escrava)	Maria solteira/NR ³⁰⁶	Maria Francisca/NR	Maria Francisca, viúva de Bento Correia Pinto, proprietário.
13.10.1756*	Rosa ³⁰⁷ / Rua	Tomé Veloso Rebelo/ proprietário/Rua.	
11.02.1757 (data do batizado de uma filha da escrava)	Custódia João ³⁰⁸ / Vinhal	Francisco Pereira/ caseiro Quinta do Vinhal ³⁰⁹	Francisco Pereira caseiro da Quinta do Vinhal ³¹⁰ .
26.10.1760*	Luísa/ /NR	Gabriel da Costa Macedo/ proprietário.	
22.02.1761*	Rosa/ /NR	António Francisco de Aguiar/ proprietário/NR	
14.12.1770*	Manuel, Mulato/ /NR	Francisco de Freitas/ padre//NR	
01.09.1777**	Rosa/ /NR	Manuel de Carvalho Araújo/ padre/NR	Filho de Ambrósio Fernandes de Araújo e Luzia Correia, da Quinta do Salgueiro.
25.07.1780*	Rosa/ Senhora da Lapa	Jacinta Correia/NR	Irmã do padre António Correia de Figueiredo e ambos filhos do mercador Gabriel Correia de Figueiredo e sua mulher.
26.06.1783*	Francisca/ /NR	Manuel de Araújo Correia/ padre/NR	

³⁰² Esta data é a do batizado de Maria filha da escrava Rosa.

³⁰³ Surge-nos este escravo a apadrinhar o batizado de José, filho de Teresa solteira, sendo madrinha desta criança a escrava Joana, do Abade de Famalicão.

³⁰⁴ Como padrinho de batismo nesta data juntamente com a escrava Maria Pinheiro Loba, escrava de Ana Rebelo, viúva de António de Freitas.

³⁰⁵ É madrinha nesta data, juntamente com António Amorim escravo de Abade Reservatário de Famalicão Manuel Rebelo de Sousa.

³⁰⁶ Esta data é a do batizado de Manuel filho da escrava.

³⁰⁷ Teve o filho Silvestre, a 31 de dezembro de 1751 e foram padrinhos dele António Amorim, escravo do Reverendo Manuel de Sousa Rebelo abade reservatário e Maria Pinheira Loba, escrava de Ana Rebelo, viúva de António de Freitas.

³⁰⁸ Indica como avós paternos Veríssimo Pereira e Antónia Francisca naturais da freguesia de Aboim da Nóbrega e maternos António João e Isabel Rodrigues de Santa Maria Madalena, Vila Nova de Famalicão. Esta data reporta-se ao batismo de Maria, filha da escrava Custódia João.

³⁰⁹ Pensamos ser escrava de José de Azevedo, dono da Quinta do Vinhal.

³¹⁰ Pensamos ser escrava de José de Azevedo, dono da Quinta do Vinhal.

Escravos ao serviço de famalicenses: 1696-1808
(continuação)

Óbito	Escravo (a)/ Residência ao óbito	Patrão (a)/ Profissão/Residência	Observações
26.06.1783**	Domingas da Cruz/ NR	Manuel de Araújo Correia/padre/NR	A escrava Domingas era da Quilomba de Guimarães.
03.11.1800*	Teresa Maria Preta, viúva de Germano Preto, escravos que foram do padre Sebastião Machado da Laje de Requião/ Rua.	Custódio José Veloso Rebelo/ proprietário/NR	Custódio José Veloso Rebelo era casado e filho de Tomé Veloso Rebelo.
14.06.1808*	Rosa Preta/ Senhora da Lapa.	Luís José da Costa/ Senhora da Lapa/padre/Senhora da Lapa.	Luís José da Costa era sobrinho de Jacinta Correia, solteira, residente no lugar da Senhora da Lapa. Jacinta era irmã do padre António Correia de Figueiredo e ambos eram filhos de Gabriel Correia de Figueiredo.

Fonte: Fichas de família, registos de óbito. *Data de óbito do escravo** Data de óbito do senhor do escravo.

Anexo nº 3
Criados ao serviço da famalicenses: 1661-1859

Data	Patrão ou Patroa			Criado (a)		
	Nome/Estado	Prof./Res.	Obs.	Nome/Estado	Nat.	Obs.
16.11.1633	João de Sousa Moreira/C	NR /Quinta do Paço	João de Sousa Moreira casado com Susana de Figueiredo.	Maria*	Famalicão	
31.03.1661	NR**	-		Filipa	NR	Tinha uma irmã em Brufe
08.12.1663	António Tinoco/NR	Padre/NR	Indicado como putativo pai de Margarida no registo de batismo desta.	Francisco	NR	
25.02.1685	João Machado/NR**	Proprietário/NR	Seu herdeiro e testamenteiro Gregório Gomes do Carvalho.	Domingas/S	NR	
03.08.1725	José Bezerra/NR	Proprietário/NR		Teresa/S***	NR	Foi madrinha de Teresa, filha ilegítima, a 3 de agosto de 1725.
28.12.1736	António de Freitas/ V	Mercador/ Rua	Natural de Santa Eulália- Fafe. Esteve casado com Ana Rebelo. António de Freitas deixou por testamento à criada Maria 4.800 réis.	Maria/NR***	NR	

Criados ao serviço da famalicenses: 1661-1859
(continuação)

Data	Patrão ou Patroa			Criado (a)		
	Nome/Estado	Prof./Res.	Obs.	Nome/Estado	Nat.	Obs.
20.02.1756	Bento Correia de Carvalho/ S	Proprietário/NR	Bento Correia de Carvalho deixou por testamento à criada Páscoa 24 mil reis. Ele era filho de António Gomes e Apolónia Correia proprietários da Quinta do Carvalho e do casal da Eira.	Páscoa/NR***	NR	
19.01.1779	Maria Correia/ C/	NR/Mões	Casada com Manuel Francisco.	Maria, enjeitada/NR***	NR	
24.01.1768	Tomé Veloso Rebelo/C	Proprietário/Rua.		Rosa ³¹¹ /S		Registo de batismo de uma afilhada da criada.
09.02.1782	Manuel Correia de Sá/NR		Deixou em testamento a cada criado 1.200 réis além das soldadas. Era Abade reservatário de S. Mamede de Riba Tua. Era tio de Maria Angélica Correia de Figueiredo, casada com Francisco Bezerra de Abreu Lima.	Não refere, mas é mais que um.***		
15.04.1787	Caetano José de Sousa Rebelo	Abade de Famalicão/Rua.	Deixou em testamento a cada criado a soldada por inteiro, cada um deles mais 480 réis e ao criado Luís. a soldada mais 1300 réis. Era natural de Trevões-S. João da Pesqueira. Licenciado pela U.C. e Cavaleiro da Ordem de Cristo. Era filho de Domingos Rebelo de Sousa e de sua mulher Dona Maria Josefa de Sousa. Caetano José era irmão de Dona Rosa Leonor de Sousa sua herdeira e sobrinho do anterior abade de Famalicão Manuel Rebelo de Sousa.	Não refere, mas é mais que um e ainda individualiza o criado Luís.***		

³¹¹ Foi madrinha de uma menina exposta a quem deram o nome de Mariana, batizada nesta data.

Criados ao serviço da famalicenses: 1661-1859
(continuação)

Data	Patrão ou Patroa			Criado (a)		
	Nome/Estado	Prof./Res.	Obs.	Nome/Estado	Nat.	Obs.
06.12.1790	Dona Ana Micaela Pereira da Silva e Abreu/V**	Proprietária	Foi casada com Francisco Machado Leitão do Couto de Cambeses.	Teresa/NR	-	
15.09.1795	Dona Josefa Maria Peixoto/C**	Proprietária/ Rua	Casada com José Garcia de Barros ausente no Ultramar ³¹² e filha do capitão Manuel Peixoto de Sá e de sua mulher Páscoa de Araújo Aranha. Era irmã do padre Manuel Peixoto de Sá Aranha e do padre José da Madre de Deus, cônego Regular Evangelista. Os três nasceram em Famalicão, mas só dois faleceram na freguesia.	Manuel António da Costa/NR		
05.10.1795	Dona Josefa Maria Peixoto/NR**	Proprietária/ Rua	Era casada com José Garcia de Barros ausente no Ultramar ³¹³ e filha do capitão Manuel Peixoto de Sá e de sua mulher Páscoa de Araújo Aranha. Era irmã do padre Manuel Peixoto de Sá Aranha e do padre José da Madre de Deus, cônego Regular Evangelista. Os três nasceram em Famalicão, mas só dois faleceram na freguesia.	Francisca Josefa/NR	Ribeirão	
03.08.1809	Manuel Afonso de Moraes/NR**	Proprietário/ Rua		Ana/NR	Calendário ?	Ana era filha de Custódio da Costa, de Calendário.
04.03.1810	Joana Maria Álvares/V**	Proprietária/ Rua	Esteve casada com Custódio José Veloso.	Custódia Maria/NR		
05.04.1811	Dona Ana Leonor Peixoto/NR**	Proprietária/ Rua		Domingos José /S		

³¹² À data da sua morte em 16 de novembro de 1895, no assento de óbito é referido que o marido estava ausente no Ultramar.

³¹³ À data da sua morte em 16 de novembro de 1895, no assento de óbito é referido que o marido estava ausente no Ultramar.

Criados ao serviço da famalicenses: 1661-1859
(continuação)

Data	Patrão ou Patroa			Criado (a)		
	Nome/Estado	Prof./Res.	Obs.	Nome/Estado	Nat.	Obs.
15.10.1829	Maria Luísa de Sousa/NR**	NR/Rua		Vicente José/NR		Deixou por herdeira a ama, Maria Luísa de Sousa.
10.09.1836	Benta Ferreira de Sá/S	NR/Rua		Maria/NR	Lugar de Serrões/Famalicão	Filha de Francisco do lugar Serrões.
03.08.1838	José de Faria/NR**	NR/Serrões		Manuel Ferreira/NR	Monte Córdova, concelho de Santo Tirso.	Muito pobre.
29.10.1840	José Maria Brandão Couto/NR**	NR/Rua		Pedro Bartolomeu/NR	Palência (Espanha)	
19.07.1847	António Ribeiro de Queirós Moreira/C**	NR/Proprietário	Casa do Vinhal.	Rosa/ S	Santiago de Antas	
30.01.1848	Francisca Pereira/NR**	-	-	NR	-	
02.11.1853	António Martins Branco/NR**	Proprietário /Feira	<i>Brasileiro</i> de torna viagem.	Maria das Dores/ S	S. Jorge de Airó (concelho de Barcelos)	Ama.
20-11-1854	António da Costa Carvalho e Sá/NR**	Proprietário/NR		Manuel/ S	Freguesia de Sopo Concelho de Vila Nova de Cerveira.	<i>Brasileiro</i> de torna-viagem.
23.12.1854*	Custódio José da Silva Veiga/NR**	NR		Custódia Maria da Silva/ S	Vilarinho das Cambas	
23-12-1856	Manuel José Rodrigues de Freitas/NR**	Proprietário /Rua Direita/		Liberata Rosa/NR	NR	
20.01.1857	José Carvalho de Sá Miranda/NR**	Proprietário/ Rua Direita	<i>Brasileiro</i> de torna-viagem.	João da Costa Branco/NR	NR	De cor preta.
19.04.1857	Manuel Carlos Cardoso de Meneses da Fonseca Barreto/NR**	Proprietário/ Quinta ou Casa do Vinhal		António Correia Cortinhas/ S	NR	
25.05.1857	José Rodrigues Cardoso/NR**	Proprietário/ Praça da Mota		Francisca Maria Pereira/ S	NR	Natural de Mouquim e filha de José Pereira de Matos e Josefa Maria.
17.01.1859	Gabriel Carneiro/NR**	Caseiro/Casa do Paço		Maria Carneiro/ S	NR	Filha de Francisco Carneiro.

* Registo de crisma. ** Registo de óbito do criado. *** Registo de óbito do patrão.

Anexo nº 4
Amas residentes em Famalicão: 1780 -1870

Criança				Ama		
Data óbito	Nome	Idade	Instituição	Nome	Cônjuge	Lugar de residência
02.07.1780	Luísa	NR	Misericórdia do Porto	Ana Maria da Costa	António Costa Dias	Vinhal
12.11.1789	João	9 meses	NR	Maria Josefa Teixeira	João de Sousa	Cruz Velha
20.11.1789	Rosa	1 ano	NR	Custódia Maria	Joaquim José Lopes Moreira	Ribeira
26.12.1789	José	1 ano (+-)	NR	Ana Maria	José Gomes	Ribeira
16.06.1790	Francisca	1 ano (+-)	Misericórdia do Porto	Ana Maria	José Gomes	Ribeira
18.06.1790	Maria	1 ano (+-)	NR	Custódia Maria	Joaquim José Lopes Moreira	Ribeira
20.06.1790	Joaquina	3 anos	Misericórdia do Porto	Joana Maria Gomes	José António de Freitas	Ribeira
02.11.1794	Domingos	3 ou 4 anos	Misericórdia do Porto	Custódia Maria	Joaquim José Lopes Moreira	Ribeira
24.12.1794	Josefa	NR	Roda de Famalicão	Não refere	NR	NR
26.05.1802	António	22 meses	Misericórdia do Porto	Ana Maria da Costa	José António Silva	Rua
01.10.1816	Constâncio	Idade de inocência	Roda do Porto	Ana Maria Ferreira	José Joaquim Godinho	Rua
26.10.1819	Teresa	Antes do uso da razão	Roda da Vila de Barcelos	Eufrásia Joaquina exposta na Roda de Santo Adrião e criada por Lourenço Costa e sua mulher Joana Costa	António de Freitas	Ribeira
23.08.1820	Manuel António de Faria	Estado de inocência	Roda da Vila de Barcelos	Joana de Oliveira	Francisco Martins	Ribeira

Amas residentes em Famalicão: 1780 -1870
(continuação)

Criança				Ama		
Data óbito	Nome	Idade	Instituição	Nome	Cônjuge	Lugar de residência
05.12.1820	Henrique	Estado de inocência	Roda da Vila de Barcelos	Eufrásia Joaquina exposta na Roda de Santo Adrião e criada por Lourenço Costa e sua mulher Joana Costa	António de Freitas	Ribeira
24.02.1821	Josefa	Estado de inocência	Roda da Vila de Barcelos	Maria Josefa	Manuel José de Sá	NR
14.10.1821	Manuel	Estado de inocência	Roda da Vila de Barcelos	Joana Maria Gomes	António Martins Costa	Ribeira
14.10.1821	Maria	Estado de inocência	Roda da Vila de Barcelos	Custódia Maria	José de Campos	Ribeira
25.09.1827	João	Estado de inocência	Roda do Porto	Maria de Sá	Joaquim José Lopes Moreira (2º casamento dele)	Ribeira
26.07.1826	Albina	Estado de inocência	Roda do Porto	Maria Josefa	Bernardo José de Sousa Barbosa	Fornelo
20.02.1827	Caetano	NR	NR	Ana Maria Ferreira	António José de Albuquerque	Rua
05.10.1828	Joaquim	Estado de inocência	Roda do Porto	Maria Josefa	Bernardo José de Sousa Barbosa	Fornelo
19.10.1828	Joaquina Camila	Estado de inocência	Roda do Porto	Maria Mendes	José Ramos	Poço
10.11.1829	Pulquéria	Estado de inocência	Roda do Porto	Josefa Maria	João José Ramos	Poço
28.02.1831	Ana Maria	Estado de inocência	Roda de Barcelos	Maria Joaquina	Cosme José da Silva	Pelames
24.08.1831	José Joaquim	Estado de inocência	Roda de Barcelos	Maria da Costa	Manuel Domingues	Granja
09.11.1831	Miguel	Estado de inocência	Roda do Porto	Maria Mendes	José Ramos	Poço
15.11.1831	Miguel	Estado de inocência	Roda do Porto	Ana Maria	José Pereira da Silva	Fornelo
31.12.1832	Miguel	Estado de inocência	Roda do Porto	Ana Maria	José Pereira da Silva	Fornelo
15.11.1831	José Maria	Estado de inocência	Roda de Barcelos	Maria Josefa	Bernardo José de Sousa Barbosa	Fornelo

Amas residentes em Famalicão: 1780 -1870
(continuação)

Criança				Ama		
Data óbito	Nome	Idade	Instituição	Nome	Cônjuge	Lugar de residência
01.10.1833	Maria	Estado de inocência	Roda de Barcelos	Maria Mendes	José Ramos	Poço
11.04.1862	Balbina	Menor	NR	Quitéria Rosa Silva, jornalista	Bernardino José Correia de Mesquita, pedreiro	Direita
08.08.1863	Emília do Rosário	NR	NR	Ana Joaquina Rosa Ramos	Não indica estado civil da ama	Bandeira
05.07.1867	Maria.*	1 mês	Roda de Braga	Margarida Rosa de Jesus	NR	Direita
06.09.1869	José	5 meses	Roda de Guimarães	Custódia Marques	Fernando Correia, pregoeiro	Ribeira
28.10.1870	Vasco	3 anos (+-)	Roda de Barcelos	Felicidade Rosa da Silva/ solteira		Pelames

Fonte: Fichas de família e registos de óbito. * Foi conduzida de Braga pela recoveira Maria Joana, viúva.

Anexo nº 5
Estrangeiros falecidos em Famalicão: 1663-1867

Data óbito	Indivíduo/ filiação	Estado	Naturalidade	Observações
03.06.1663	Maria Gonçalves, <i>galega velha</i> /NR	NR	Galiza?	Muito Pobre.
18.12.1669	Maria <i>galega</i> /NR	S	Galiza?	Muito Pobre.
03.08.1704	Domingas Gil/NR	C	S. Simão da (Lira?) termo de Salvaterra, bispado de Tui (Galiza)	Enterrada no adro. Cônjuge: Bernardo Afonso, <i>galego</i> .
23.04. 1735	Inácio Veloso/NR	S	Santa Cruz de Grou bispado de Ourense (Galiza)	Morte súbita.
28.01.1747	Miguel Parames/ Jacob Parames e sua mulher Ângela Preta.	NR	Santiago de Cobello bispado de Tui (Galiza)	Pobre peregrino. Enterrou-se pelo amor de Deus.
05.12.1748	Manuel Domingues/NR	NR	São Pedro Félix de Lougares, bispado de Tui (Galiza)	Pobre.
22.05.1751	João Álvares ou João Francisco/NR	S	Roboaens (?)	Peregrino mendicante. Faleceu na estalagem da freguesia, de morte repentina.
31.03.1759	Bento Alves/NR	S	S. Mamede de Grou bispado de Ourense (Galiza).	Peregrino.

Estrangeiros falecidos em Famalicão: 1663-1867

(continuação)

Data óbito	Indivíduo/ filiação	Estado	Naturalidade	Observações
20.10.1761	José Martins/NR	NR	S. Martinho de Rebordelo –Cotobade arcebispado de Santiago de Compostela (Galiza)	Pedreiro. Cotobade é atualmente um dos municípios de Pontevedra.
02.07.1764	Francisco Rodrigues/NR	C	Santa Maria do Cobedo Reino da Galiza, bispado de Tui (Galiza)	Cônjuge: Francisca Vaz
21.11.1768	Domingos Costa/NR	NR	S. Ciprião de Mouriscados, bispado de Tui (Galiza)	Foi seu testamenteiro Manuel Afonso de Moraes.
05.07.1773	António Fernandes/NR	S	Galiza	Residente em Vila Nova de Famalicão.
09.02.1775	Tomás Alonso/NR	NR	Santo Adrião de Cedros – Tui (Galiza)	Passageiro. Faleceu na estalagem de António da Costa Junqueira, no largo do Terreiro.
28.08.1779	Bento/NR	NR	Galiza?	Mendigo. <i>Tinha-se recolhido à casa do hospital.</i>
20.06.1785	Telmo do Casal/NR	S	Tui (Galiza)	Era sardineiro em Famalicão.
27.12.1786	Fernando Lourenço/NR	C	Costa, bispado de Tui (Galiza)	Residente em Famalicão. Cônjuge: Maria Rosa Alonso.
14.06.1788	Maria André/NR	V	NR	Residente em Famalicão. Vinha de Guimarães e deu-lhe uma apoplexia na freguesia de Santiago de Castelões.
28.08.1789	Bento/NR	NR	Galiza	<i>Homem mendicante. Dizem há muitos anos por estas terras, dizendo-se que vinha do hospital da cidade do Porto e morreu na casa do hospital de Famalicão.</i>
13.06.1797	Jerónimo/Estêvão Garcia e Maria Josefa	NR	Galiza	Residente no lugar da Rua.
16.07.1797	Bento Fontela/André Fontela e Josefa Fontela	NR	São Pedro de Tenório - Cotobade arcebispado de Santiago de Compostela (Galiza)	
01.12.1811	Maria Josefa/Estêvão Garcia e Maria Josefa	C	Galiza	
24.12.1822	Francisco Ferreira/NR	NR	Espanha	Criado de servir na estalagem desta freguesia.
12.07.1829	Julião Reis/NR	S	Carvalhosa ou Carvalhais (Galiza)	
19.10.1838	Mariana, Galega/NR	S	Galiza?	Muito pobre. Residia no Terreiro.
29.10.1840	Pedro Bartolomeu/NR	S	Palência – comunidade autónoma de Castela e Leão (Espanha)	

Estrangeiros falecidos em Famalicão: 1663-1867
(continuação)

Data óbito	Indivíduo/ filiação	Estado	Naturalidade	Observações
09.01.1843	Manuel Gracias/Maria do Rio.	C	Freguesia de S. Pedro de Tenório – Cotobade diocese de Santiago de Compostela (Galiza).	
26.10.1853	Manuel Rios/Manuel Rios e Maria Benta Loureira.	S	Freguesia de S. Martinho de Borela - Cotobade do arcebispado de S. Tiago de Compostela (Galiza)	Depois de recolher do Hospital de S. Marcos da cidade de Braga a esta Vila.
11.02.1856	Ventura Garcias/José Garcias e Maria Alberta Garcias.	S	S. Pedro de Tenório, lugar de Passos, concelho de (Cotobade), arcebispado de Santiago de Compostela, Província da Galiza e	Residente no Lugar da Bandeira, à estrada nova.
03.0.1859	João (Quinteiro?) /NR	S	Santa Maria de Moimenta do arcebispado de Santiago de Compostela, Província da Galiza.	Pedreiro. Faleceu em casa de Joaquim Rios, Lugar da Bandeira à Estrada Nova.
07.04.1860	António (Leiquinhas ?)/ Alberto (Leiquinhas?) e Teresa Pintos.	S	S. Miguel de Marcão arcebispado de Santiago de Compostela província de Pontevedra (Galiza).	Pedreiro, 24 anos (+-).Faleceu em casa de Joaquina Rosa Barbosa, no Lugar dos Eixidos.
23.04.1865	Gregório (Dias?)/ Gregório (Dias?) e Maria Pascoal.	C	S. Lourenço de Almofrei -Cotobade diocese de Santiago de Compostela, (Galiza).	Pedreiro, 67 anos, residente na Rua da Bandeira. Cônjuge: Ana Maria da Silva
27.11.1867	José Rodrigues/António Rodrigues e Marcelina (Pires?).	S	(Placência das Armas), província de S. Sebastião da Biscaia, Espanha	Faleceu no Hotel Carolina, no Campo da Feira, com 3 meses. Atualmente os pais eram residentes na cidade do Porto, na Rua dos Pelames.

Fonte: Registos de óbito.

Anexo nº 6

Óbitos dos filhos de galegos residentes em Vila Nova de Famalicão: 1867-1874

Data óbito	Nome /idade	Filiação		Observações/Residência
		Nome/ Naturalidade/profissão do pai	Nome/ Naturalidade/profissão da mãe	
06.03.1867	Elvira/2 meses.	José Vaz Varela/(Real Parda?)Galiza/ estalajadeiro.	Carolina dos Santos/ Vilarinho da Feira (?), Trás-os-Montes.	Lugar do Campo da Feira.
24.07.1867	Manuel/3 anos.	José Maria Carneiro/ Corcobião, diocese de Santiago de Compostela, Galiza/ jornaleiro.	Margarida Rosa/ Famalicão/jornaleira.	Na data do óbito de Manuel o pai já tinha falecido/. Rua da Bandeira.
28.06.1868	Gracinda Maria/ 15 anos.		Maria Morais/São Nicolau da cidade de Corunha, Espanha.	Solteira. Gracinda nasceu em VNF e era filha natural /. Rua da Bandeira.
14.07.1868	Ernestina/ 14 meses.	Manuel da Silva Fontes/ S. Cosme de Outeiro, Galiza/ sapateiro	Benta Maria de Sá Ferreira/ Famalicão.	Rua Direita.
04.06.1869	Pulquéria/ 7 anos.	Bártolo Covas/ S. Pedro de Tenório, Província de Pontevedra, Galiza/ pedreiro	Ana Rosa/ Famalicão.	Rua Direita.
06.08.1871	José/4 anos.	João José Vaz Guimarães/ S. Clemente de Sande, concelho de Guimarães/ capitalista	Andreia Maria Josefa da Conceição/ Freguesia de Santa Maria de (Açouque?), cidade de Vitanços, Galiza	Filho legitimado por matrimónio subsequente/ Rua Direita. Famalicão.
14.09.1873	Fortunato/19 meses.	Bártolo Covas/ S. Pedro de Tenório, Província de Pontevedra, Galiza / pedreiro.	Ana Rosa/ Famalicão	Rua Direita.
28.10.1873	Daniel/6 anos.	Manuel Giesteira/ S Lourenço de Almofrei Diocese de S. Tiago de Compostela, Galiza/ pedreiro.	Miquelina Rosa de Sousa/ Santo Ildefonso, da cidade do Porto	Rua Formosa.
15.02.1874	Manuel/ 2 anos.	Francisco Biêto/ Santa Eulália, de <i>Santiago da Galiza</i> / criado da Companhia de Viação	Rosa Silva Castelhana/ Famalicão.	Manuel nasceu em Famalicão/Rua da Bandeira.

Fonte: Fichas de família e registos de óbito.

Anexo nº 7

Legados pios e/ou profanos de famalicenses: 1629-1850

Data óbito	Testador/Estado/ Residência/Cônjuge	Herdeiro /testamenteiro/ Legados	Observações
12.08.1629	Ana de Oliveira/C/quinta do Vinhal/ Rui Borges Lousada	Fez nos 3 dias seguintes 3 oblatas de padres <i>geralmente quantos vieram</i> e se puderam chamar ofertou conforme a sua posição e qualidade e, logo no mesmo dia, se faleceu a sua filha Ana.	
16.09.1638	Padre António Dias/S/Lugar do Paço	Teve 3 estados de missas gerais e se fizeram missa de canto de órgão no primeiro estado houve 23 padres, no segundo 34, no terceiro estado 39, com declaração que no enterramento houve oferta de 2 cruzados, no segundo de trezentos e vinte reais e uma vela de vintém, no terceiro, outra oferta de outros trezentos reais e outra vela de vintém.	
27.01.1639	Francisca Manuel/C/Lugar do Paço/ Domingos Fernandes	Teve um ofício de 10 padres que todos disseram missa. Deu 1 cruzado em dinheiro com uma vela, no dia a seguir ao óbito	
07.03.1640	(Francisco?) de Carvalho/NR	Teve no dia do seu enterro, um ofício de 9 lições com 13 padres que todos disseram missa e terão de esmola ordinária conforme o costume da terra, que são 6 vinténs. Deu 1000 reais em dinheiro e 1 vela.	Foi abade da Igreja de Gondifelos.
09.03.1644	Maria Tinoca/V/NR	Teve 1 ofício de 23 padres e deu de oferta mil reais.	A testadora era mãe de Manuel Ferreira, abade de Gavião.
21.03.1646	Susana de Figueiredo/NR	Teve 1 ofício de 7 padres e deu de oferta 2 tostões.	
30.01.1649	Francisco da Costa/NR	Teve um ofício de 10 padres. Deu de oferta 2 tostões.	Escrivão
19.01.1651	Maria Duarte/V/NR	O herdeiro Gregório Gomes mandou-lhe fazer 1 ofício de 11 padres e deu de oferta 2 tostões.	
10.02.1654	Ana do Rego/V/NR	Teve 1 ofício de 10 padres e deu de oferta 3 tostões.	
16.12.1655	Helena Fernandes/V/NR	Teve 1 ofício de 15 padres e deu de oferta 3 tostões.	
14.03.1658	Padre Manuel Gomes da Eira/S/NR	Teve 1 ofício de 15 padres e deu de oferta 600 réis.	
10.05.1659	Padre Manuel de Oliveira/S/NR	Teve 1 ofício de 20 padres e deu 970 réis de oferta.	Foi abade da igreja de Famalição.
12.10.1661	Lucrecia Ferreira/NR	Teve 1 ofício de canto de órgão de (17?) padres e deu de oferta 500 réis.	
02.12.1662	João Francisco da Fonseca / C/Casa do Paço/ Helena Velosa	Teve 3 ofícios cada um de 20 padres e 100 missas.	

**Legados pios e/ou profanos de famalicenses: 1629-1850
(continuação)**

Data óbito	Testador/Estado/ Residência/Cônjuge	Herdeiro /testamenteiro/ Legados	Observações
10.05.1665	António da Rocha/ S/NR	Teve 1 ofício de 10 padres de canto de órgão, o segundo e terceiro de 10 padres mandados dizer por sua irmã Maria da Rocha.	
25.06.1671	Filipe Manuel/NR	Teve 3 ofícios de 20 padres e 600 missas por sua alma. De oferta 6 tostões e lhe fizeram vésperas de (? padres) que o acompanharam.	
10.01.1684	Maria da Silva/ C/ Quinta da Eira/ António de Sá	O primeiro ofício de 20 padres, o segundo e terceiro cada um de 25 padres.	
11.12.1685	Isabel de Sousa/ C/ Manuel Álvares de Sousa	No dia de seu enterro se fez um ofício de 40 padres, e o segundo e terceiro de 40 padres cada um.	
17.02.1687	Manuel Álvares de Sousa/ C/ Lugar do Salgueiro/ Luzia Correia	Teve 3 ofícios, o primeiro de 24 padres, o segundo de 28 e o terceiro de 31 e 30 missas no altar privilegiado do Santo crucifixo desta igreja. Distribuíram-se aos pobres 2000 réis.	
09.03.1687	Apolónia Correia/ C/ Lugar do Carvalho/ António Gomes	Teve no dia do enterro um ofício de 21 padres, o segundo de 21 e o terceiro de 26 e 400 missas que deixou em testamento.	
27.07.1694	António Gomes/ V/ Lugar do Carvalho/ Apolónia Correia	Teve no dia do enterro um ofício de 20 padres, o segundo de 10 e o terceiro de 10 e 400 missas que deixou em testamento. Tem satisfeito em tudo Bento Correia, seu genro.	
23.12.1696	Francisco Moreira/ Lugar de Mões/NR	Teve três ofícios, o primeiro de 15 padres e o segundo e o terceiro de 10 e 100 missas.	
23.11.1664	Pedro de Barros/NR	Teve no dia do enterro um ofício de 17 padres de canto de órgão, o segundo de 10 e o terceiro de 10.	
09.03.1700	Francisco Barbosa/ C/ Catarina da Silva	Teve 1 ofício de 20 padres de canto de órgão e cada um do segundo e do terceiro de 11 padres e 500 missas.	
13.09.1703	Bernarda de Sousa/S/NR	Teve dois ofícios de 30 padres e um de 25 e 500 missas.	Irmã do abade de Famalicão, Manuel Rebelo de Sousa.
31.12.1703	Francisco Pinto do Carvalho/ V/NR	O genro, Francisco Campelo, lhe mandou fazer três ofícios, um de 20 padres e o segundo e o terceiro de 15.	
06.12.1704	Ana/ Casa do Paço/NR	No dia do enterro teve um ofício de 20 padres, o segundo de 20 e o terceiro de 20 padres, de canto de órgão.	Filha de Domingos Tomé da Fonseca e sua mulher/ S
12.01.1705	Maria Velosa/ C/ Manuel da Silva	Teve um ofício de 11 padres de canto de órgão.	

**Legados pios e/ou profanos de famalicenses: 1629-1850
(continuação)**

Data óbito	Testador/Estado/ Residência/Cônjuge	Herdeiro /testamenteiro/ Legados	Observações
04.04.1730	Beneficiado José Bezerra de Figueiroa/ S/NR	Teve 200 missas gerais de esmola de tostão. <i>Domingos Marques, sombreireiro, lhe devia cento e tantos mil reis</i> e deixou que com esse dinheiro lhe mandassem dizer missas. Legava 20 alqueires de pão aos pobres.	
25.11.1733	Francisco Campelo da Fonseca/ V/NR	Teve 300 missas gerais. Uma rasa de pão perpétua de renda com obrigação de lhe rezarem todos os domingos terceiros um Padre-nosso e uma Avé Maria e outra rasa de pão à Confraria de Nossa Senhora do Rosário com obrigação de uma <i>amenta</i> , as duas rasas de pão na leira de dentro em Louredo, no campo das Leiras, que é dízima a Deus.	
28.12.1736	António de Freitas/ C/ Ana Rebelo/NR	Mandou se <i>tangesse</i> o sino do Santíssimo Sacramento. Deixou à criada Maria 4.800 réis. Ao filho Frei Bento 24.000 réis. A 50 pobres um vintém a cada um.	
12.03.1741	Francisco Rodrigues Tinoco/C/ / NR/Teresa Moreira dos Santos	Teve 3 ofícios com música de canto de órgão, 800 missas de esmola de tostão. Faz referência ao irmão Frei João de Vila Nova, religioso da Piedade a quem deixou 50.000 réis. Legou 100.000 réis aos pobres, 20.000 réis a S. Sebastião a entregar ao abade, para pôr a juros até se fazer de novo a capela. À sobrinha Teresa de Sá, filha do irmão Luís Rodrigues Tinoco e de sua mulher Ana de Sá, de Gavião, 200.000 réis. À prima Maria de Barros, mulher de Domingos Martins, 12.800 réis. À cunhada Maria Moreira dos Santos 10.000 réis. Legou à mulher 200.000 réis e todas as benfeitorias e dinheiro que tinham gasto do seu dote, bem com uma caixa nova de castanho. O remanescente aos pobres. Se lhe viesse um dinheiro das minas de Ouro Preto deixaria 20.000 réis ao Santíssimo Sacramento de Grimancelos, 10.000 réis ao Senhor <i>Ecce Homo</i> e 20.000 réis a S. Sebastião.	Primeira mulher: Ana Correia.
08.09.1737	Manuel Gomes de Faria Braga/ NR	Mandou que se dissessem 150 missas gerais.	
23.02.1741	Cristina Dias/ V/ NR/Manuel Carneiro	Teve 10 missas no altar de S. Pedro de Rates. Deixou a 40 pobres da freguesia 1 vintém e meio a cada um (30 réis) e o ofício de seu enterro seria de canto de órgão.	

**Legados pios e/ou profanos de famalicenses: 1629-1850
(continuação)**

Data óbito	Testador/Estado/ Residência/Cônjuge	Herdeiro /testamenteiro/ Legados	Observações
20.08.1747	Manuel da Costa Passos/ NR	Deixou o primeiro ofício de canto de órgão e 10 réis a cada pobre que fosse à sua porta, no dia do enterro.	Ele era natural de S. Pedro do Monte, Louro, boticário e residente em Famalicão.
18.10.1746	Maria Pedrosa/ C/ NR /João de Sousa	Deixou como herdeiros os irmãos Manuel António, Ângela Pedrosa e Domingos Pedrosa. Deixou ao Senhor Santo Cristo da Capela de S. Sebastião 6 tostões e a Santo António da Granja a mesma quantia e às suas afilhadas, filhas que ficaram de Manuel de Oliveira, do Louro, 10 tostões a cada uma e à afilhada, filha de José de Carvalho, de Famalicão, as suas contas de ouro e legou 3 rasas de pão cozido aos pobres.	
24.07.1754	Domingos Álvares de Araújo/ NR	Herdeiro o filho, o padre Manuel Carvalho de Araújo. Deixou 3 ofícios cantados e 600 missas, destas, 10 no altar de S. Pedro de Rates.	Foi casado com Ana Correia
02.01.1756	Teresa de Sá/ S/ NR	No dia do seu enterro deixou que se fizesse um ofício de canto de órgão. Deixou entre outras missas, 4 no altar de S. Pedro de Rates e 6.400 réis ao Senhor <i>Ecce Homo</i> para ornato do seu altar. Ao milagroso Santo António da Feira 1.900 réis e 2.400 para a Sra. Santa Ana para ornato das suas imagens e estas esmolas seriam entregues ao padre Francisco da Costa Passos.	Natural do Louro, residente em Famalicão, filha de Luís Rodrigues Tinoco e de Ana de Sá, de Gavião, e sobrinha de Francisco Rodrigues Tinoco.
20.02.1756	Bento Correia de Carvalho/ S/ NR	Deixou como herdeiro e testamenteiro o seu sobrinho Reverendo Manuel de Araújo Correia. Deixou se dissessem 1000 missas, das quais 100 no altar privilegiado da igreja e que o seu herdeiro desse aos pobres necessitados os seus vestidos que se achassem em bom uso e a seu afilhado José, preto 4800 réis de esmola e a sua criada Páscoa 24 mil reis e a sua sobrinha Eugénia lhe desse o seu testamenteiro 3 moedas de ouro de 4800 réis cada uma.	Filho de António Gomes e Apolónia Correia.
20.11.1756	Francisca Luísa da Silva /C/ Lugar da Cruz Velha /Luís Pinheiro	No dia do seu enterro, um ofício de 30 padres com música de canto de órgão e deixou mais 100 missas. No dia do seu funeral, se daria a 50 pobres um vintém a cada um e a outros 50 pobres 10 réis a cada um.	
01.12.1756	Pascoal Gomes da Costa/ V/ NR/ Custódia Barrosa	Deixou como herdeiras as filhas Maria, solteira e Mariana, viúva. Deixou se lhe dissessem 200 missas.	

**Legados pios e/ou profanos de famalicenses: 1629-1850
(continuação)**

Data óbito	Testador/Estado/ Residência/Cônjuge	Herdeiro /testamenteiro/ Legados	Observações
05.05.1758	Manuel Campelo da Fonseca/ NR	Deixou como herdeiro o filho Francisco José da Afonseca Pinto. Deixou 100 mil réis de missas de esmola de tostão (80 réis), que perfaziam acima de 1000 missas e 10 missas no altar de S. Pedro de Rates.	
21.02.1759	Manuel de Sousa Lobo/V / NR/ Custódia Francisca	Deixou como herdeiro e testamenteiro o genro José Carvalho. Deixou 200 missas por ele e 50 pela alma de seus pais João de Sousa e Maria Gomes e da sua avó Maria Gomes, a Benta, e 50 pela alma da sua mulher Custódia Francisca.	
05.04.1768	Rosa Maria Correia de Figueiredo/ C/ NR/ João Ferreira de Carvalho	Deixou que <i>se dobrassem</i> os sinos da confraria do Santíssimo Sacramento <i>por sinal do seu falecimento e se fizesse o enterro geral</i> com todas as confrarias de que era irmã. A cada pobre que se achasse presente se desse a cada <i>pessoa grande</i> um vintém (20 réis) e 10 réis <i>aos pequenos</i> e se fizessem mais 60 missas e 1 missa pela alma da irmã Joana.	
28.12.1768	Padre Manuel Rebelo de Sousa/ S/ NR	Deixou como herdeiro João Baptista de Sousa Rebelo e testamenteiro Caetano José de Sousa Rebelo. Deixou se lhe dissessem 1000 missas. A cada pobre que viesse se daria 1 vintém (20 réis).	
04.05.1769	Teresa de Barros/ S/ NR	Deixou como herdeira Teresa, filha de Ana de Barros, sua irmã e de Manuel Ferreira. Deixou que se tocassem os sinos da freguesia e o pequeno da Confraria do Santíssimo Sacramento. Um ofício de corpo presente de 20 padres, com música de canto de órgão. Além das missas pela alma dos pais e da irmã Luísa, ao todo 100 missas e deixou a N ^a S. ^a da Lapa pano de linho suficiente para se fazer uma alva.	
19.10.1769	João Francisco de Araújo/ S/ NR	Deixou que se mandassem tocar todos os sinos da igreja e três ofícios de 10 padres cada um e que no dia do seu enterro se desse a cada pobre um vintém (20 réis) e aos rapazes a 10 reis e logo depois do seu falecimento se lhe dissessem pela sua alma 100 missas gerais no altar privilegiado de São Miguel <i>e nos mais nas Irmandades de que é irmão</i> , 3 missas no altar de São Pedro de Rates da Sé de Braga, mais 40 missas, mais 500 missas, mais 400 missas pela alma de seus pais e cunhada e de seus irmãos e irmã e de Francisco de Sá Figueiredo e ainda 100 missas pelas almas do Purgatório.	

**Legados pios e/ou profanos de famalicenses: 1629-1850
(continuação)**

Data óbito	Testador/Estado/ Residência/Cônjuge	Herdeiro /testamenteiro/ Legados	Observações
08.05.1776	Margarida Josefa de Figueiredo/S/ NR	Deixou como herdeiro o reverendo António Correia de Figueiredo e, caso já tivesse falecido, deixava à pessoa que se achasse senhora da casa do seu nascimento.	Filha de Gabriel Correia de Figueiredo.
01.0.1777	Padre Manuel de Carvalho Araújo/ NR	Deixou como herdeira a irmã Jacinta. Deixou se dissessem 50 missas e os 3 ofícios gerais, pelos pais e almas do purgatório e um trintário pela escrava Rosa ou dinheiro para se lhe fazer e que a sua irmã repartisse os bens pelos sobrinhos dele como bem entendesse; deixou às suas criadas 6 tostões a cada uma, a saber: Ana, Antónia e Ana, esta filha de Manuel Moutinho.	Filho de Ambrósio Fernandes de Araújo e Luzia Correia.
24.06.1774	Padre Francisco/ S/ NR	Deixou como herdeiro Custódio José Veloso. Deixou se dissessem 100 missas e mais 50.	
29.04.1774	Beneficiado António Correia de Figueiredo/ NR	Deixou como herdeiro o irmão, o reverendo Manuel Correia de Sá, reservatório de S. Mamede de Riba Tua (Alijó).	O pai seria Gabriel Correia de Figueiredo?
01.06.1778	André Correia de Morais/ NR	Testamenteira a filha Maria Josefa. Fez-lhe a doação dos bens e das casas e deixou-lhe os terços livres de todos os seus encargos e os bens de alma lhes fariam os seus filhos, a quem instituiu herdeiros de suas legítimas.*	
13.08.1778	Padre João da Silva Pereira, ou Ferreira?/ S/ NR	Deixou como herdeiro Matias José de Passos, da freguesia de Chavão e testamenteiro José Ferreira de Carvalho.	Bacharel formado na Faculdade dos Sagrados Cânones.
19.01.1779	Maria Correia/ C/ Mões/ Manuel Francisco	Deixou como herdeiro o marido, Manuel Francisco, mas este teria de dar metade dos eidos e casas em que vivia Maria, Enjeitada, pelas suas soldadas. Deixou 100 missas e 4 rasas de pão cozido aos pobres no dia do enterro.	

**Legados pios e/ou profanos de famalicenses: 1629-1850
(continuação)**

Data óbito	Testador/Estado/ Residência/Cônjuge	Herdeiro /testamenteiro/ Legados	Observações
31.01.1779	Maria de Sousa/ S/ NR	<p>Nomeou o sobrinho João de Sousa, <i>desta vila</i>, por seu herdeiro. No dia do seu enterro se desse 2.400 réis aos pobres. Deixou se dissessem duzentas missas pela sua alma, 20 pela alma dos pais, 5 pela do abade, Manuel Rebelo de Sousa, 5 por sua irmã Catarina de Sousa, mais 5 pelo seu irmão José de Sousa, mais 5 pela sua cunhada Custódia Correia. Deixou 100 réis à Senhora da Lapa, 200 a Bernardo de Sousa, 4.800 réis e uma cadeia de ouro de braço a Josefa de Moins e uma saia de camelão vermelha, um gibão de damasco, um colete de primavera e uns botões de oiro e uns brincos e uma camisa de linho e lhe perdoava uma moeda, que esta <i>lhe era devedora</i>; à sobrinha Ana, da vila de Trevões, o quinhão que lhe tocava da casa de seus pais que esta repartiria entre si e os seus irmãos Maria e Francisco a leira do (Favol?) e deixou a Francisco, mais à dita Ana, sua sobrinha, uma saia de baeta preta e uns botões de ouro e a sua irmã Maria um crucifixo pequeno de ouro, uma saia de estamenha preta, mais à dita sua irmã Maria e a seu irmão Francisco um resto que se lhe devia na dita vila de que tinha <i>um escrito</i>; a Maria Antónia, viúva, deixava uma camisa, a Maria da Silva, cunhada de seu sobrinho, um anel de ouro, uma moeda de ouro; à mulher do sobrinho o seu cordão de ouro e o rosário de (extremos?) de ouro e um anel grande de ouro; a Joana do Paço 1.200 réis e a sua filha Maria deixava alguma roupa de linho, outro (quarto?) de ouro a Maria Josefa de Sousa.</p>	<p>Natural da vila de Trevões, S. João da Pesqueira, familiar do abade de Famalicão Manuel Rebelo de Sousa.</p>
12.01.1780	Benta da Silva e Oliveira/ C/ João de Sousa Correia	<p>Deixou como herdeiro o marido. Deixou se lhe dissessem por sua alma 200 missas e 50 pela dos pais e pela alma do irmão, o padre Manuel da Silva, 50 missas e 5 moedas de ouro à sua irmã Maria e uma pipa para ter o vinho da sua reserva e uma caixa e a sua saia e mantilha pretas.</p>	

**Legados pios e/ou profanos de famalicenses: 1629-1850
(continuação)**

Data óbito	Testador/Estado/ Residência/Cônjuge	Herdeiro /testamenteiro/ Legados	Observações
25.07.1780	Jacinta Correia/S/Lapa	<p>Deixou como herdeiro o sobrinho, o padre Luís da Costa. Dispôs se lhe dissessem por sua alma 500 missas e se desse a cada pobre, no dia do enterro, aos <i>grandes</i> 8 tostões (640 réis) e aos <i>pequenos</i> 10 réis. O seu herdeiro fizesse o enterro. Deixou um trintário à sua escrava Rosa, que era o mesmo que o irmão da testadora lhe tinha deixado no seu testamento. Daria o testamenteiro a seu irmão Francisco 1 quarta de pão que pagava a reserva de Estrufe: 10 rasas que pagava José Gomes, 2 rasas que pagava Manuel Gomes da Eira, 2 rasas que pagava Manuel Ferreira da Barrada, todos estes de Santa Lucrecia do Louro e 2 rasas que pagava António da Costa de Mouquim, isto na condição de Francisco cuidar das propriedades que lhes tinha deixado sua mãe em testamento em seu irmão António e no caso em que não valesse a doação das ditas propriedades sempre fossem <i>as ditas rasas de pão do sobredito</i> António. Mais desse o seu herdeiro a seu irmão Manuel Caetano 50.000 réis e a sua irmã Agostinha, o mesmo e a sua irmã Ana o mesmo, <i>cujas deixas lhes não desse se não depois de tomarem estado ou emancipados</i>. Perdoasse o seu herdeiro a seu sobrinho Leandro de Pereira 19 moedas de ouro e mais lhe daria 4.800 réis que lhe era devedora Custódia, irmã do dito Leandro, e a esta lhe perdoasse 19.200 réis e legava a Custódia 10 moedas de ouro, cada uma de 4.800réis e a seu sobrinho António José, de Avidos, 19 moedas cada uma de 4800 réis e mandasse seu herdeiro dizer 50 missas pela alma de Maria, irmã de António José. Deixava a Maria Josefa 10 moedas de 4.800 cada uma; desse ainda o herdeiro a Manuel, filho da sobrinha Maria Josefa, mulher que foi de Francisco da Silva Dias a leira na vinha de Lamas, o campo da Fragosa, as bouças da Gandra do cortelho da Agra em Barrada, o Castanhal, tudo isto no Louro, mais 8 rasas de pão que pagava Miguel de Sá, de Santa Maria do Abade, e isto lhe deixava para fazer o seu património e caso este morresse as deixava a seu irmão João, se este falecesse sem filhos legítimos ficassem as ditas <i>deixas</i> a quem possuísse a casa das Devesas e se o pai dos ditos nomeados fosse vivo, o dito possuidor das Devesas que herdasse as referidas propriedades daria ao nomeado Francisco da Silva Dias <i>em menos de um ano</i> 7.200 réis e mais daria ele seu herdeiro a João, filho de sua sobrinha Maria Josefa, as Bouças e as Lameiras e hortas sitas na freguesia do Louro e morrendo este sem filhos legítimos ficariam as ditas propriedades para o possuidor das Devesas e sendo o pai vivo, ficaria usufrutuário.</p>	Irmã do padre António Correia de Figueiredo e ambos filhos de Gabriel Correia de Figueiredo?

**Legados pios e/ou profanos de famalicenses: 1629-1850
(continuação)**

Data óbito	Testador/Estado/ Residência/Cônjuge	Herdeiro /testamenteiro/ Legados	Observações
10.12.1781	Mariana Teresa Ferreira de Macedo/ C/ NR/ Gabriel da Costa Macedo.	Deixou como herdeiro o marido, Gabriel da Costa Macedo. Deixou que se tocassem todos os sinos e determinou missas pela sua alma, pela dos pais, da madrinha e dos tios Bernardino Ferreira, Miguel Ferreira e padre Bento e 10.000 reis aos irmãos Diogo, Josefa e Paula.	
09.02.1782	Reverendo Manuel Correia de Sá/ NR	Deixou como herdeira a sua sobrinha Maria Angélica Correia de Figueiredo e como testamenteiro seu marido Francisco Bezerra de Abreu Lima. Deixou se lhe fizessem 200 missas e mais 10 em S. Pedro de Rates. Deixou a cada criado 1.200 réis, além das soldadas e um vintém a cada pobre que se achasse à sua porta no dia do enterro.	Abade reservatário de S. Mamede de Riba Tua.
26.06.1783	Padre Manuel de Araújo Correia/S	Legou como herdeira Dona Maria Correia de Guimarães, sua sobrinha e testamenteiros Manuel Afonso de Morais e Manuel da Costa e deixou a estes 20.000 réis pelo trabalho. Deixou 100 missas gerais (12 no altar de S. Pedro de Rates, 5 na capela da Lapa, 40 missas e algumas em altares privilegiados onde os houvesse); 200 missas pelos pais, 50 pelo seu tio Bento Correia, 50 pelas almas dos avós de Vila Nova, do irmão Manuel Alves e de Francisca escrava; 500 pelas almas do purgatório, 120.000 réis de esmola para os afilhados e pobres da freguesia, doando a seu afilhado Berças e Manuel, filho de Domingos Aranha 1.600 réis a cada um e aos mais afilhados 480 réis a cada um e aos pobres de maior necessidade contando um só em cada casa, 480 réis, despendendo nesta forma 6.000 réis e outros 60.000 réis se repartissem pelos mais pobres da freguesia, dando a 240 réis a cada, <i>preferindo os que viverem com honestidade e amor a Deus</i> e mais 80.000 réis se repartissem em porções iguais nas freguesias vizinhas, a saber: Calendário, Gavião, Brufe e Mouquim e <i>pela direção</i> dos padres respetivos, se dessem 240 réis a cada pobre antepondo os que vivessem com honestidade e os pobres que viessem no dia do seu enterro se desse um vintém aos maiores e 10 réis os menores e <i>o pão que se achasse</i> se desse aos pobres, a meia rasa cada um, reservando 30 rasas de pão (uma rasa é equivalente a 1 alqueire=13,9 litros à época) a sua sobrinha Ana Joaquina, religiosa do Convento do Carmo, em Corroios, 20.000 réis em cada ano enquanto viva fosse e a seu compadre João Ferreira a Vinha Grande e mais a Domingas da Cruz, escrava na Quilomba de Guimarães 6.400 réis e às filhas de Domingos da Silva de (G...?) 2 caixas das pequenas e à sua criada 8 tostões e à sua Ama a habitação nas suas casas enquanto viva fosse e mais 12 rasas de pão que lhe pagavam em Sinções e 6 almudes de vinho e o quinhão das castanhas que lhe pagam em Painções; 2 lençóis, 1 cobertor, a quinta parte da roupa de linho e todos os mais bens móveis se repartissem pelos pobres, <i>os mais diminutos em especial os mais por estimação por eleição de sua ama e testamenteiro</i> , atendendo em primeiro lugar às pessoas que o têm servido, excetuando o bragal da roupa, cadeiras, (bacelo?) grande, caixa preta nova, cobertor, colcha (riscada?) 4 lençóis e as botelhas para o vinho, que se conservariam na sua casa.	

**Legados pios e/ou profanos de famalicenses: 1629-1850
(continuação)**

Data óbito	Testador/Estado/ Residência/Cônjuge	Herdeiro /testamenteiro/ Legados	Observações
02.11.1783	Manuel de Carvalho Rego/ C/ Cecília da Costa.	Instituiu como herdeiros e testamenteiros a mulher e o filho.	
6.10.1786	Francisco José Campelo Pinto/ C/ Quinta da Eira/ Dona Maria Josefa de Vasconcelos.	Instituiu como herdeiros de suas legítimas os filhos. Deixou se lhe dissessem 400 missas, mais 2 no altar de S. Pedro de Rates. Os herdeiros dessem ao padre Domingos Fernandes 40 até 50 mil reis para que ele satisfizesse em (missas?) <i>para que se lhe não tomasse conta para cuja quantia seria o pagamento do castanhal que andava fazendo</i> José Francisco, da Magida.	
15.04.1787	Reverendo Caetano José de Sousa Rebello/ NR	Instituiu como herdeira e testamenteira a irmã Dona Rosa Leonor de Sousa. Deixou 200 missas: 100 pela sua alma, 100 pela dos pais, a cada criado a soldada por inteiro e mais 480 réis, ao criado Luís a soldada e 1300 réis e os livros todos a seu irmão José de Sousa ³¹⁴ .	
16.10.1789	Joana Maria/C/lugar da Feira/ Bernardo de Sousa Correia.	Instituiu como herdeiro o marido, Bernardo de Sousa Correia. Deixou 200 missas e 30 pelos pais Manuel Rodrigues e Teresa de Araújo. À sobrinha e afilhada Joana Maria, filha de Domingos Rodrigues, já defunto, e a sua mulher Josefa Luísa de Araújo, assistente em casa da testadora, o cordão de ouro que pesava 28.800 e um laço e uns brincos de ouro e 20 moedas de ouro em dinheiro, que perfaziam 96.000 réis, <i>a qual quantia</i> lhe daria no termo de 4 anos e casando ela, seria antes e deixou também uma cama de roupa <i>aparelhada por uma vez somente em desconto e satisfação de suas soldadas e bons serviços de a ter tratado, e em tudo referido nem em nada a mãe dela poderá ter administração alguma e menos seu tutor, mas sim o marido da testadora</i> e seria obrigado a dar a cada uma das irmãs da testadora 1200 réis que eram Maria, Josefa, Custódia e Ana todas de Antas e deixou a sua sobrinha e afilhada Joana toda a roupa de cor que se achasse na caixa e às sobrinhas Tomásia e Bernarda, irmãs da dita sua sobrinha e afilhada a cada uma 4.800 réis por uma vez somente.	Não teve filhos.
10.11.1789	João António/ C/NR Maria da Costa	Instituiu a filha Mariana (filha única) como universal herdeira e a mulher usufrutuária e senhora dos terços da alma e tutora e administradora. Deixou por sua alma se fizessem 30 missas. Ele era devedor a António Carvalho, do Calendário, de 7.000 réis, ao abade de S. Vicente de Oleiros 18.000 réis e a Custódio José Veloso 12.000 réis, a António José da Silva e Faria de 14.400 réis e a João Manuel da Silva, de 1.600 réis (os três de Famalicão), tudo de empréstimo e declarou que queria <i>se pagassem sem recurso à justiça</i> .	Sabia escrever.

³¹⁴ José de Sousa era padre, licenciado em Leis pela U.C., cónego da Sé de Lamego e senhor da Quinta das Fontainhas que deixou a seu sobrinho Francisco.

**Legados pios e/ou profanos de famalicenses: 1629-1850
(continuação)**

Data óbito	Testador/Estado/ Residência/Cônjuge	Herdeiro /testamenteiro/ Legados	Observações
06.12.1791	Francisco de Carvalho Rego/S/Lugar da Rua	<p>Instituiu como herdeiro o sobrinho Francisco José da Silva Carvalho, filho de Manuel de Carvalho Rego e Cecília da Costa. Caso este não aceitasse, nomeou a sobrinha Benta, a seguir, a sobrinha Eusébia e não querendo esta, então se vendesse. Nomeou como primeiro testamenteiro o Reverendo João Álvares Pinheiro de Carvalho e <i>não podendo bem escrever</i>, pediu a João Ferreira de Carvalho que lhe redigisse o <i>testamento e ele o fez</i>. Deixou 1000 missas, destas 6 no altar de S. Pedro de Rates, 100 pelos pais, 50 pelos irmãos, 50 pelas almas do Purgatório. Aos pobres que vierem à porta, no dia do seu enterro deixou 1 vintém (20 réis) aos <i>grandes</i> e 10 réis aos <i>pequenos</i>, a cada uma das sobrinhas, filhas do irmão João de Carvalho Rego, Tomásia, Eusébia e Benta 100.000 réis cuja quantia daria a juros o seu herdeiro e testamenteiro e se lhe daria o rendimento deles e se elas carecessem ou tomassem estado, lhes daria a dita quantia, a estas lhes daria o herdeiro enquanto vivessem em cada ano, 20 rasas (alqueires) de pão, a saber de milhão 15 rasas (alqueires) e de centeio 5 e a cada uma 3 rasas (alqueires) de feijões e 6 almudes de vinho (um almude =16,8 litros) e lhes deixou as hortas das Lameiras para sempre e para as três e caso as quisessem partir por serem 3 hortas aquela que ficasse com a maior pagaria às irmãs o justo valor e só em vida delas lhes deixou o quintal que comprou a Francisco Varela e por morte da última ficaria para o seu herdeiro, deixou-lhes também a devesa que possuía no monte das Lagoas, seu herdeiro lhes daria <i>vivendo estas no estado de solteiras e em paz, que a que fosse orgulhosa e causasse distúrbio às outras seria porta fora sem outro algum estrépito</i>, as casas que eram do seu herdeiro, pertencentes à Casa de Bragança e partiam de norte com João Ferreira de Carvalho, e pelo nascente e sul com ele mesmo herdeiro, e este lhe daria saída para o poço do Quintal e deixaria meter as suas lenhas debaixo da varanda e <i>repreparará</i> a cozinha e o mais que nelas for preciso, isto no caso de o herdeiro querer viver nessas casas e, se não, viveriam ali as sobrinhas. Deixou 40.000 réis ao Senhor das 40 horas. Deixou que se pagasse o que se lhe devesse a Custódio Gomes de Sá. Leandro da Costa e sua mulher Domingas eram-lhe devedores de 95.520 réis e dessa quantia doou-lhes 6 moedas de ouro cada uma de 4.800 réis e, do restante, o herdeiro receberia anualmente os juros, e caso ele os <i>pagasse, só poderia obrigar ao capital passados 10 anos</i>. Todo o pão, vinho e toucinho e roupa de linho que se achasse por seu falecimento, se repartiria pelas ditas suas sobrinhas e pelo seu sobrinho Francisco José da Silva Carvalho.</p>	Era irmão de Manuel de Carvalho Rego e de João de Carvalho Rego e tinha 70 anos ao óbito.

**Legados pios e/ou profanos de famalicenses: 1629-1850
(continuação)**

Data óbito	Testador/Estado/ Residência/Cônjuge	Herdeiro /testamenteiro/ Legados	Observações
19.09.1797	Maria Josefa de Sá/C/ Lugar do Terreiro / Manuel da Silva de Carvalho	<p>Instituiu como herdeiro o marido, Manuel da Silva de Carvalho. Se ele não aceitasse o testamento, seria herdeiro Teotónio Manuel Pinto Ferraz, com todas as obrigações e ainda a de dar a seu marido tudo o que tocasse à testadora em Santiago da Cruz. Testamenteiro, Teotónio Manuel Pinto Ferraz e caso o primeiro testamenteiro não pudesse, seria Bernardino Ferreira de Macedo.</p> <p>Deixou 300 missas por si, 50 pelas almas que seriam da casa onde nasceu, 30 por seu sobrinho Manuel Álvares já falecido, 100 pelas almas do Purgatório. Deixou 10.000 réis ao Senhor das 40 horas e 10.000 réis também por seu sobrinho e para o mesmo Senhor. A Bernardo, da Fonte de Calendário, 9.600 réis, à viúva de Gabriel, de Rorigo, 9.600 réis, a Custódia, irmã da dita viúva 4.800 réis, à mulher de Vicente Fernandes, de Fontelo, 4.400 réis, a sua afilhada, filha de João Ferreira de Carvalho, de Famalicão, 4.800 réis, a Claudina, filha de Gabriel Bezerra 24.000 réis e se ela morresse <i>antes do tempo determinado para se lhe entregar</i>, seria de seu pai. A duas filhas de seu primo João Bezerra, de Esmeriz, 19.200 réis. A Teresa, filha de Silvestre José de Freitas, de Antas, 48.000 réis com a obrigação de ela pagar essa quantia a Francisco José Ribeiro, da vila, que lhe pediu a testadora para o filho (de Teresa) e seu sobrinho Manuel Álvares de Sá; a Teotónio Manuel Pinto Ferraz, da vila, 100.000 réis pelos bons serviços que lhe tinha prestado e para fazer bem cumprir o testamento. A João, filho deste, o que tocava (à testadora) da fazenda da Cegonha por morte de seu marido, que este seu marido a desfrutasse enquanto não falecesse, e se morresse o João a deixava a seu pai. À moça que se achasse com ela na hora da sua morte 4.800 réis e a cama aparelhada de roupa como ela estivesse então.</p> <p>Deixou a Manuel, seu <i>caixeiro</i> na data em que testou 4.800 réis; a Francisco, soldado de Brufe, 4.800 réis. Quando tinham comprado a Cegonha tinha pedido ela e o marido a seu irmão, o padre Custódio Álvares <i>20 e tantas moedas de ouro, e que melhor sabe seu marido</i>. E, como o irmão morreu sem dispor, <i>ainda se estavam devendo os quinhões</i> a quem pertencessem e o marido deveria pagar. Aos pobres que fossem à porta, no dia do enterro, se desse um vintém aos grandes e 10 réis aos pequenos.</p>	Ela não teve filhos. Irmã do padre Custódio Álvares.
07.10.1797	João Ferreira de Carvalho/ C/ Rua/	Deixou como herdeira do terço e dos prazos que possuíam e bens da casa de Bragança a mulher, Dona Francisca da Cunha e Freitas, e se ela não quisesse, seria a filha Rita, ou então os outros filhos.	O testamento foi feito por António José da Silva e Faria, desta vila e foi assinado pelo testador.

**Legados pios e/ou profanos de famalicenses: 1629-1850
(continuação)**

Data óbito	Testador/Estado/ Residência/Cônjuge	Herdeiro /testamenteiro/ Legados	Observações
06.03.1798	Rita Teresa Pruance/C/ NR/ Francisco da Silva Dias	Instituiu como herdeiro João da Silva Dias, filho do marido. Se ele não quisesse ser testamenteiro, nomeava a sobrinha Rita. O principal herdeiro teria de dar à sobrinha de Rita Teresa, com ela <i>assistente</i> , de nome Rita, filha de João da Silva Dias e de sua primeira mulher, Maria de Azevedo Pruance, 400.000 réis, os quais dentro de um ano se poriam a render para a sobrinha <i>melhor poder tomar estado</i> e teria também de lhe dar metade do ouro e uma cómoda e um guarda-roupa e 6 cadeiras e o catre da cama e se <i>tomasse estado</i> lhe daria uma cama decente aparelhada e também lhe daria os mais santos, Santo António e Santa Rita e o Menino Jesus. Só do dinheiro que lhe deixava é que não era usufrutuário Francisco da Silva, este era nomeado tutor da sobrinha para a educar, instruir e administrar e zelar os bens do seu legado.	Rita Teresa não teve filhos nem deste matrimónio com Francisco da Silva Dias, nem do primeiro.
10.10.1800	João Manuel da Silva/ C/ Terreiro/ Justa Maria	Instituiu como herdeira a mulher Justa Maria desde que se conservasse viúva e, se esta casasse, instituiu a alma por herdeira. Deixou 400 missas e destas 200 em altar privilegiado e 100 pelas almas do purgatório.	
20.04.1801	Francisco Bezerra de Abreu e Lima/ C/ Terreiro/ Dona Maria Angélica Correia de Sá	Deixou 1 ofício geral de corpo presente de 41 padres e 200 missas pela sua alma e 4 delas ditas em S. Pedro de Rates da Sé de Braga.	
28.09.1802	Gabriel da Costa de Macedo/ V/ Ana Maria Ferreira	Instituiu como herdeira a sobrinha Maria Rosa de Sousa assistente com ele. Deixou 100 missas, por si e 10 pelos pais e 10 pela primeira e segunda mulher e 30.000 réis ao Senhor das 40 horas.	
24.03.1802	António José da Silva e Faria / V/ Rua/ Justa Garcia	Deixou 1 ofício geral de corpo presente de esmola a cada padre de 30 réis e 500 missas de esmola, cada uma de 140 réis.	
25.09.1802	Bernardo de Sousa Correia/ C/ Teresa Maria	Deixou 100 missas e mais 2 missas por intenção daqueles <i>com quem teve contratos</i> e 20 pela alma do irmão João de Sousa e 30.000 réis ao Senhor das 40 horas.	
02.08.1803	João de Sousa Moreira/ C/ Terreiro/ Catarina Ferreira de Macedo	Deixou 3 missas no altar privilegiado da Senhora das Dores, 7 missas pela sua alma e 5 pelas de seus pais e 5 pelas do Purgatório.	
15.08.1803	Maria Rosa de Sousa /C Rua/ António José de Albuquerque	Instituiu como herdeiro o marido, António José de Albuquerque. Deixou 4 missas no altar da Senhora das Dores, mais 4 no altar do Santíssimo Sacramento, mais 2 pela alma de sua mãe e 2 pela alma de seu pai, mais 2 pelas suas obrigações e mais 2 pelas almas da casa que herdou de seu tio Gabriel da Costa.	

**Legados pios e/ou profanos de famalicenses: 1629-1850
(continuação)**

Data óbito	Testador/Estado/ Residência/Cônjuge	Herdeiro /testamenteiro/ Legados	Observações
6.10.1803	Dona Águeda Maria Victória Peixoto/S/ Rua	Instituiu como herdeira a sobrinha Dona Ana Leonor Peixoto.	
28-01-1807	Dona Guiomar Luísa Peixoto/S/ Rua	Instituiu como herdeira a sobrinha Dona Ana Leonor Peixoto.	
08.04.1807	Joana Rodrigues de Carvalho/ C /Rua da Feira/ Luís Moreira de Araújo	Instituiu como herdeiro o marido, Luís Moreira de Araújo. Deixou 120 missas e 50 pela alma dos pais, de seu irmão Gaspar, de sua tia Josefa e de seu tio, o padre Manuel Rodrigues.	
02.09.1807	Catarina Ferreira de Macedo/ V/ Terreiro/ João de Sousa Moreira	Instituiu como herdeiros os filhos e os terços aos filhos José, Adriana e Maria.	
01.01.1808	Manuel José Veloso Rebello/ S/ Rua	Deixou 1 ofício geral de corpo presente de 50 padres, 800 missas e mais 800, 100 pelos pais, 50 pela alma do cônego André da Costa Ferreira e António Ferreira Leite, 100 pela alma dos parentes vivos e defuntos, 100 <i>por todos com quem teve negócios</i> , 100 pelas almas do Purgatório, 100 pelos irmãos defuntos da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, 100 mil reis ao Senhor das Quarenta Horas e 50 a Santo António, 100 à Senhora da Lapa e 100 à Senhora do Rosário.	Filho de Tomé Veloso Rebello e de Ana Maria, já falecidos.
21.06.1809	Dona Maria Angélica Correia de Sá/ V/ Lugar do Terreiro/ Francisco Bezerra Abreu Lima	Instituiu como herdeiro dos prazos e terços da sua alma o filho Joaquim.	
04-07-1810	Joana Maria Álvares/ V/ Rua/ Custódio José Veloso Rebello	Fez <i>testamento vocal</i> em que deixou todos os seus prazos ao filho Francisco Veloso Rebello.	
30.04.1811	Quitéria Ferreira de Sá/ S/ NR	Instituiu como herdeira a irmã Benta Ferreira de Sá e legou a cada um dos seus afilhados 1200 reis.	
08.10.1811	Ana Ferreira/ S/ NR	Instituiu como herdeira a sobrinha Maria Josefa casada com Jerónimo António Dias. Esta daria a cada uma das suas irmãs e irmão 1200 reis que fazia a quantia de 6000 reis <i>de uma vez somente</i> .	
09-08-1822	Maria/ S/ NR	Deixou um ofício de corpo presente de 60 padres.	Filha de João da Silva Dias e de Maria Joaquina Ferreira de Macedo.
23.12.1826	Dona Josefa Maria de Araújo e Silva/ C/ Rua/ Francisco José Veloso Rebello	Deixou 400 missas, 200 das quais em altar privilegiado, 50 pela alma dos pais, outras 50 pela alma do filho João e 50 pela alma de suas obrigações ou responsabilidades.	Francisco José Veloso Rebello era capitão.

**Legados pios e/ou profanos de famalicenses: 1629-1850
(continuação)**

Data óbito	Testador/Estado/ Residência/Cônjuge	Herdeiro /testamenteiro/ Legados	Observações
08.08.1827	António Domingues Leitão/ C/ Lugar da Senhora da Lapa/ Rita Maria Pereira	Instituiu por seus herdeiros os sobrinhos António Joaquim Leitão e António Ferreira Pacheco e como testamenteira e usufrutuária a mulher, Rita Maria Pereira. O caixão seria levado para a igreja por 4 pobres. Deixou 1 ofício geral de corpo presente de 42 padres e se dissessem por sua alma 600 missas, pela alma de seus pais e avós 200 e pela alma dos seus irmãos que faleceram no Brasil 100 missas e por suas intenções particulares 100 missas cada uma delas de esmola de 120 reis.	
07.02.1829	Francisco José de Sousa/ C/ Pereira/ Teresa Luísa Fernandes	Fez testamento no qual perfilhou e deixou por herdeiro o minorista João de Sousa e a mulher do testador, Teresa Luísa Fernandes por testamenteira e usufrutuária e legou-lhe os terços com obrigação de lhe fazer os bens de alma e funeral e 1 ofício de corpo presente de 50 padres e se desse a cada um 300 reis e 1 vela e aos pobres que fossem a sua casa no dia do funeral, 10 reis a cada um. Deixou 200 missas por sua alma, 100 pela alma de seu pai, 100 pela alma de sua mãe, 50 pela alma de seu filho Manuel e 50 por todas as pessoas com quem tinha tido contratos. Para o jubileu das 40 horas da freguesia 6400 reis. Aos netos de seu parente João de Pervilhosa, da freguesia de S. João das Caldas, a cada um 480 reis. E se o dito seu filho que perfilhava, não pudesse suceder em seus prazos nem viesse a ser herdeiro deixava a sua mulher por herdeira com as mesmas obrigações impostas no seu testamento e de alimentar o dito seu filho e querendo este ordenar-se lhe faria o património e depois de sua morte lhe faria os bens de alma.	
17.03.1830	Caetano de Azevedo Faria e Couto /C/Vinhal/Dona Teresa de Freitas.	Instituiu como testamenteiras a mulher, Dona Teresa de Freitas e a filha Dona Tomásia Clara de Azevedo. Deixou 1 ofício geral de 32 padres e que se desse a cada padre 320 reis e 1 vela de quarta e meia; deixou 600 missas, 400 pela sua alma e 200 pela da sua mulher e à Senhora da Lapa 30 missas de esmola de 120 reis cada uma e legou 20 reis a cada um dos <i>pobres grandes</i> e 2 reis <i>aos pequenos</i> .	Morgado da Casa do Vinhal. Dona Tomásia Clara de Azevedo casou com o Dr. António Ribeiro de Queirós Moreira.
30.10.1831	Francisco José Dias/ C/ Rua/ Maria Joaquina	Instituiu como herdeira e testamenteira a mulher. Deixou 1 ofício de corpo presente de 30 padres e 100 missas por sua alma e 50 pela do pai e 50 pela da mãe.	

**Legados pios e/ou profanos de famalicenses: 1629-1850
(continuação)**

Data óbito	Testador/Estado/ Residência/Cônjuge	Herdeiro /testamenteiro/ Legados	Observações
06.12.1831	José Ferreira de Sá/ S/ NR	Instituiu como herdeiro e testamenteiro seu sobrinho José Ferreira Tinoco. Deixou 1 ofício de corpo presente de 26 padres e 1 ofício geral e mais 2 ofícios de 10 padres cada um e 40 missas a 120 reis cada uma e 20 pelas almas das suas obrigações. Teria o herdeiro de lhe comprar um hábito de S. Francisco que não custasse menos de 1 moeda de ouro. No dia do funeral se desse aos pobres conforme pudesse o herdeiro.	
09.02.1832	Maria Velosa de Araújo/ V / Lugar da Cegonha/ Manuel José de Sousa de Carvalho	Na escritura dotal que fez ao filho José de Sousa de Carvalho e nora Ana Joaquina de Azevedo Brandão dispôs 100 missas além do ofício geral. Teve 1 ofício de corpo presente de 30 padres.	Natural do Lugar da Maia, Santiago de Antas.
18.02.1834	Justa Maria de Sousa Pinto Marques/ V/Lugar do Terreiro/ João Manuel da Silva	Instituiu como herdeiro o irmão Manuel Pinto Marques. Deixou 1 ofício de corpo presente de 20 padres e mais 2 de 10 padres cada um e no dia do seu funeral deixou que se desse aos <i>pobres grandes</i> 10 reis a cada um e aos <i>pequenos</i> 5 reis a cada um. Deixou 200 missas por sua alma e de seu marido, 25 pela dos pais, 20 <i>por todos aqueles que lhe tinham ajudado a levar a vida</i> da esmola de 120 réis cada uma e deixou que se dissesse 1 missa no altar de S. Pedro de Rates, em Braga, de esmola de cruzado novo. Deixou a S. Francisco e Santo António da Capela da Feira desta freguesia 1 moeda de ouro a cada um.	
04.12.1834	Manuel Pinto Marques/ S/ Feira	Instituiu como herdeiro e testamenteiro o irmão Vicente, da freguesia de Calendário. Deixou 1 ofício de corpo presente de 14 padres, 2 ofícios de 20 padres cada um de esmola a cada padre 240 réis e no dia do enterro se desse também uma vela. Uma missa no altar privilegiado de Nossa Senhora das Dores da igreja de Famalicão, de esmola de 480 réis e outra de igual esmola no altar de S. Pedro da Sé de Braga, 2 ofícios de 20 padres cada um e se desse de esmola a cada padre 240 réis, 100 missas pela sua alma e 100 pela dos pais e 5 pela alma de Francisco Garrano e mais 10 <i>por todos aqueles que o ajudaram a ganhar a vida</i> , todas estas de esmola de 120 réis. A S. Francisco 4800 réis e a Santo António da capela da Feira 9600 réis e a Nossa Senhora das Dores da igreja de Famalicão 9600 réis e mais 2 missas de 10 padres cada uma, todas estas de esmola de 120 réis.	

**Legados pios e/ou profanos de famalicenses: 1629-1850
(continuação)**

Data óbito	Testador/Estado/ Residência/Cônjuge	Herdeiro /testamenteiro/ Legados	Observações
15.06.1836	Padre Luís José da Costa/ S/Lugar da Senhora da Lapa	Deixou 100 missas e 50 de <i>tenção</i> por algum esquecimento que pudesse ter tido e de que não estivesse lembrado e não os havendo <i>prestassem</i> pela alma do tio, o padre Manuel Carvalho e suas irmãs, suas tias, e 50 missas pelas almas dos pais, do tio, o padre Manuel Carvalho, e de suas irmãs, de esmola cada uma de 120 réis e 2 ofícios de 10 padres cada um, além do ofício do enterro.	
10.09.1836	Benta Ferreira de Sá / S/ Rua	Deixou 1 ofício geral no dia do enterro com 300 réis a cada padre, por missa e assistência a ofício, no dia do enterro a cada pobre se dessem 10 réis; deixou se lhe fizessem 2 ofícios de 10 padres cada um de esmola de 240 réis cada um, 40 missas pela sua alma, 20 pelas suas obrigações e 20 pela alma de Maria, filha de Francisco de Serrões que foi sua criada.	
05.06.1837	Francisco Gomes de Azevedo/ V/ Poído	Deixou escritura de dote a seu filho António Gomes de Azevedo. Deixou 1 ofício de corpo presente de 12 padres, 60 missas por sua alma e no dia do seu enterro se desse de esmola aos pobres 10 réis aos <i>grandes</i> e 5 réis aos <i>pequenos</i> .	
06.07.1838	José Ribeiro da Silva Coelho/C/Rua Direita/Maria Joaquina Coelho	Deixou 50 missas pela sua alma e 50 pela alma da primeira mulher, Maria Joaquina.	
19.01.1840	Manuel Rodrigues Pereira/ C/ Mões/ Maria Joana Velosa	Deixou os terços à mulher. Deixou 1 ofício de corpo presente de 8 padres e missa cantada, 60 missas pela sua alma e mais 20, sendo 10 pelo pai e 10 pela mãe.	
30.07.1841	Catarina/ S/ Lugar do Terreiro	Deixou 1 ofício de corpo presente de 15 padres, 75 missas, 30 pela sua alma e 20 pelo pai e 20 pela mãe e 20 pela alma de 2 irmãos e 3 irmãs falecidos. Uma missa por sua alma no altar privilegiado, 4800 réis para o Senhor das 40 horas, para que se rezasse uma amenta por sua alma.	
13.09.1842	Joana Maria de Sousa/ C/ Lugar do Terreiro/ José António da Silva	Deixou como herdeiro e testamenteiro o marido. Deixou se lhe fizesse por sua alma um ofício de corpo presente de 8 padres e missa cantada e 40 missas; 10 missas pelos pais, todas de esmola de 120 réis e 1 missa no altar privilegiado de Nossa Senhora das Dores de esmola de 240 réis.	Um dos hábitos que levaria seria do seu vestido de seda preto.
09.06.1843	Maria Joaquina Coelho/ V/Rua Direita/ José Ribeiro da Silva Coelho	Deixou como herdeira a filha Teresa, ainda menor e como testamenteiro e tutor da filha, José Gonçalves de Oliveira da vila. Deixou 1 ofício de corpo presente de 17 padres e 50 missas por sua alma e 20 pela do seu marido.	
27.03.1844	Abade José Joaquim Ferreira Brandão /Rua	Deixou 1 ofício de 30 padres e 300 missas.	Natural de Arouca.

**Legados pios e/ou profanos de famalicenses: 1629-1850
(continuação)**

Data óbito	Testador/Estado/ Residência/Cônjuge	Herdeiro /testamenteiro/ Legados	Observações
02.01.1848	António Ribeiro de Queirós Moreira/C/Casa do Vinhal/ Tomásia Clara Azevedo	Deixou como herdeiros os filhos. Deixou 1 ofício de corpo presente de 54 padres e missa cantada, mais dois ofícios gerais, 400 missas por sua alma, mais 50 pelas de seus pais e 20.000 réis ao Santíssimo Sacramento de Vilarinho das Cambas.	Bacharel pela Universidade de Coimbra. <i>Faleceu no estado de nobre.</i>
25.11.1850	Manuel José Soares/ C/ Lugar da Vila de Baixo/ Catarina Rosa	Deixou 1 ofício de corpo presente de 10 padres e missa cantada e 100 missas.	

Fonte: registos de óbitos e fichas de família.

CAPÍTULO IX

Figura nº 11
Rua Adriano Pinto Basto em frente aos Paços do Concelho em 1929



Fonte: *Mudam-se os tempos... ficam as vontades*, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão (org.), s.d., p.13.

9. FONTES, BIBLIOGRAFIA E SITOGRAFIA

9.1 Fontes manuscritas

Arquivo da Torre do Tombo

Dicionário geográfico de Portugal, memórias paroquiais de Vila Nova de Famalicão, Vol. 40, Memória 328, fls. 1431-1433.

Chancelaria de D. Manuel I, liv. 34, fl. 84v.º, <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3874532>.

Chancelaria de D. Manuel I, liv. 14, fl. 87., <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3865315>.

Chancelaria de D. Manuel I, liv. 36, fl. 8v.º, <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=3875479>.

Auto de justificação para reclamação de herança de familiares falecidos, em *Feitos findos, juízo da Índia e Mina, justificações ultramarinas:*

Autos de habilitação de João Ferreira de Sá e seus irmãos António Ferreira de Sá, Maria Ferreira de Sá, Ana Ferreira de Sá e Luísa Bernardina Ferreira de Sá, casada com Manuel de Oliveira, filhos de Domingos Ferreira e de Maria Ferreira de Sá, naturais da freguesia de Santa Maria Madalena, Vila Nova de Famalicão. PT-TT-JIM/JJU/2/234/9, [http://ttonline.dgarq.gov.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqDb=Catalog&dsqCmd=Show.tcl&dsqSearch=\(RefNo=='PT-TT-JIM/JJU/2/234/9'\)](http://ttonline.dgarq.gov.pt/dserve.exe?dsqServer=calm6&dsqIni=Dserve.ini&dsqApp=Archive&dsqDb=Catalog&dsqCmd=Show.tcl&dsqSearch=(RefNo=='PT-TT-JIM/JJU/2/234/9')).

Auto de justificação de Ana Maria de Oliveira e seus filhos menores Francisco e Mateus José (1758) PT/TT/JIM-JJU/002/0026/00008, Juízo das justificações Ultramarinas, Brasil 1700/1833, Maço 26, 1758/1825.

Arquivo da Universidade de Coimbra

Matrículas de estudantes na Universidade de Coimbra, 4.º ex. e gr. de Bach. 4.VI.1810 e Assento 7, fl. 110vº 5ºex. 09.V. 1812.

Arquivo concelhio de Barcelos

Décima ordinária de 1766.

Nova contribuição de 1809-1810, segundo o alvará de 7 de junho de 1809 e instruções de 19 de junho de 1809.

Arquivo Distrital de Braga

Devassa da visita do Arcediago de Vermoim, 1816-1831.

Inquirição de genere de 27 de janeiro de 1681, processo nº 15307, pasta 650.

Inquirição de genere de 2 de abril de 1681, processo nº 1482, pasta 68.

Inquirição de genere de 22 dezembro de 1690, processo nº 14808, pasta 631.

Inquirição de genere de 8 de setembro de 1691, processo nº 10164, pasta 460.

Inquirição de genere de 8 de setembro de 1691, processo nº 14808, pasta 631.

Inquirição de genere de 25 de maio de 1708, processo nº 19339, pasta 839.

Inquirição de genere, de 19 de novembro de 1727, processo nº 20057, pasta 880.

Inquirição de genere de 5 de maio de 1714, processo nº 15486, pasta 659.

Inquirição de genere de 27 de novembro de 1745, processo n.º 33978, pasta 1512.

Inquirição de genere de 25 de agosto de 1777, processo nº 16987, pasta 738.

Inquirição de genere, de 20 de março de 1807, processo nº 24634, pasta 1111.

Inquirição de genere de 28 de fevereiro de 1845, processo nº 12758, pasta 560.

Licença para se poder celebrar o Santo Sacrifício da Missa, no oratório particular de Dona Quitéria Clara de Miranda (Livro 208, fl.242 vº. -1782³¹⁵).

Livros dos registos paroquiais de Santo Adrião e Santa Maria Madalena de Vila Nova de Famalicão: Batismos Livro misto nº 1 (09.10.1606 a 06.07.1662); Livro Misto nº 2 (29.08.1662 a 06.04.1707); Livro misto nº 3 (14.04.1707 a 05.08.1723); Livro nº 1 (1723-1777); Livro nº 3 (1816-1872); Livro nº 5 (1852-1867); Livro nº 6 (1872-1881); Livro nº 7 (1882-1889); Livro nº 8 (1890-1897).

Casamentos Livro misto nº 1 (25.05.1610 a 17.05.1662); Livro misto nº 2 (04.01.1663 a 03.10.1707); Livro misto nº 3 (26.04.1708 a 13.08.1744); Livro nº 3 (1856-1878); Livro nº 5 (1879-1902).

Óbitos Livro misto nº 1 (01.03.1609 a 04.06.1662); Livro Misto nº 2 (07.11.1662 a 09.10.1707); Livro misto nº 3 (03.12.1707 a 23.12.1729); Livro nº 2 (26.09.1852 a 30.07.1874) Livro nº 3 (31.07.1874-31.12.1890).

Obrigações e doações que fizeram os moradores e devotos a confraria de Santo António, sita na devesa da feira de Vila Nova de Famalicão, da freguesia de Santa Maria Madalena de Vila Nova de Famalicão, da freguesia de São Martinho de Brufe, da

³¹⁵ Freguesia de Santo Adrião.

de Requião, da de Mouquim e da de Santiago de Antas. (*Livro 23, fls.182 v.º-185 – 1650*).

Processos de pedido de passaporte do Governo Civil de Braga, entre 10 de setembro de 1890 e 29 de dezembro de 1914.

Registo do Tombo da Igreja de Santa Maria Madalena de Vila Nova de Famalicão, mandado visitar por capítulo de visita (*Caixa 247, n.º2, Livro 59, fls.1-6 v.º-1551 e 1737*).

Registo de provisão a favor dos oficiais da confraria das Santas Chagas, sita na igreja de Vila Nova de Famalicão, para se benzer a sua capela (*Livro 143, fls. 95-96 v.º - 1717*).

Registo da petição e mais despachos a favor dos oficiais da confraria do Santíssimo Sacramento, sita na igreja de Santa Maria Madalena, na freguesia de Vila Nova de Famalicão, para aceitarem o legado mencionado na sua petição (*Livro 156, fls. 366-367 v.º - 1733*).

Registo de provisão de licença e mais requerimentos a favor do reverendo Manuel Rebelo de Sousa, abade da paroquial igreja de Santa Maria Madalena de Vila Nova de Famalicão, para se benzerem as cruces da Via Sacra, da sua igreja (*Livro 73, fls. 392 v.º-393 v.º - 1739*).

Registo de aprovação dos estatutos da confraria das Santas Chagas, de Vila Nova de Famalicão, a favor dos irmãos da dita confraria (*Livro 158, fls. 325-327 – 1742*).

Registo de provisão e mais requerimentos a favor de Manuel Rebelo de Sousa, abade da paroquial igreja de Vila Nova de Famalicão, para confessar os seus fregueses numa capela que tem junto a suas casas, na Residência da sua freguesia (*Livro 128 fls. 85 v.º- 86 v.º – 1742*).

Registo de provisão de licença a favor de José de Azevedo Monteiro, morador na sua quinta do Vinhal, da freguesia de Vila Nova de Famalicão, para colocar um confessionário na sua capela (*Livro 81, fls. 400-400 v.º-1747*)³¹⁶.

Registo de provisão a favor de Caetano José de Sousa Rebelo, abade da paroquial igreja de Santa Maria Madalena de Vila Nova de Famalicão, administrador da capela do Santo Cristo e de São Sebastião, sita na mesma freguesia, para se demolir e reedificar (*Livro 134, fls. 507-597 v.º - 1757*).

³¹⁶ Freguesia de Santo Adrião.

Registo de provisão a favor de Caetano José de Sousa Rebelo, abade da paroquial igreja de Santa Maria Madalena de Vila Nova de Famalicão, para benzer a capela de São Sebastião (*Livro 63, fls. 168 v.º-169 v.º - 1763*).

Registo de provisão a favor dos oficiais do Santíssimo Sacramento de Vila Nova de Famalicão, para aceitarem um legado de missas (*Livro 137, fls. 111 v.º-112 - 1766*).

Registo de provisão de licença a favor do juiz e mais devotos do glorioso Santo António de Vila Nova de Famalicão, para o reverendo pároco da mesma freguesia benzer a capela de Santo António (*Livro 150, fls. 131-131 v.º -1775*).

Registo de provisão para a colocação de um confessionário na capela de Santo António de Santa Maria Madalena de Vila Nova de Famalicão, a favor do juiz e mais devotos de Santo António da dita freguesia (*Livro 150 fls. 286-286 v.º-1776*).

Provisão a favor dos irmãos da Mesa da Irmandade Clerical dos Arcanjos São Miguel, sita na igreja de Santa Maria Madalena de Vila Nova de Famalicão, para poderem reformar os seus Estatutos (*Livro 212, fls. 169 v.º-170 - 1779*).

Provisão de confirmação de adição de Estatutos da Irmandade do Arcanjo São Miguel, sita na freguesia de Vila Nova de Famalicão (*Livro 212, fls. 212-212 v.º- 1779*).

Roteiro dos Culpados da Visita do Arcebispo de Vermoim, 1728-1824.

Arquivo distrital do Porto

Fundo da sociedade bancária Brandão e C., <http://pesquisa.adporto.pt/details?id=414525>.

Museu Amazónico

Fundo da empresa J. G. Araújo & Cia Ltda., <http://www.museuamazonico.ufam.edu.br/histdoc/30>.

Museu de Arte Sacra de Vila Nova de Famalicão

Livros dos registos paroquiais de Santo Adrião e Santa Maria Madalena de Vila Nova de Famalicão: Batismos Livro nº 2 (22.07.1777 a 25.03.1811); Livro misto nº4 (21.04.1811 a 19.12.1815 e 28.02.1851 a 19.10.1852); Livro nº 4 (08.11.1821 a 20.02.1851).

Casamentos: *Livro misto nº 4* (17.06.1743 a 04.02.1856); *Livro nº1* (10.06.1781 a 31.08.1815); *Livro nº2* (24.11.1851 a 04.02.1856); *Livro nº 4* (21.05.1856 a 08.12.1878).

Óbitos: *Livro nº 1* (04.04.1730 a 05.04.1811); *Livro Misto nº 4* (27.05.1811 a 27.08.1852).

Livro de testamentos de Vila Nova de Famalicão de 1814 a 1835.

Livro de assentos de reconhecimento e legitimação dos filhos relativos a Vila Nova de Famalicão, 1860-1862.

Livro de usos e costumes de Vila Nova de Famalicão (versão não datada assinada pelo Abade Manuel Rebelo de Sousa que parouquiu a freguesia de 29 de setembro de 1662 a 2 de maio de 1756).

Tombo das propriedades da igreja de Santo Adrião de Vila Nova de Famalicão de 1551 (cópia).

Inventário das coisas pertencentes a esta igreja de Santa Maria Madalena de Vila Nova de Famalicão que manda fazer o Reverendo Abade Manuel Rebelo (1708-1793).

Livro das obrigações e contas do Senhor das 40 horas (1808-1890).

Livro dos estatutos da confraria do Santíssimo Sacramento aprovados em 1904, contém uma Breve (sic) notícia da origem da Confraria do Santíssimo Sacramento de Villa Nova de Famalicão.

Livro dos estatutos e acórdãos da Confraria do Santíssimo Sacramento (1595-1746).

Arquivo paroquial de Vila Nova de Famalicão

Batismos: *Livro misto nº 5* (01.01.1860 a 31.12.1911); *Livro nº 9* (01.01.1911 a 31.12.1932); *Livro nº 10* (01.01.1933 a 31.12.1948); *Livro nº 11* (01.01.1948 a 31.12.1958); *Livro nº 12* (01.01.1955 a 31.12.1970).

Casamentos: *Livro misto nº 5* (01.01.1860 a 31.12. 1911) *Livro nº 7* (1911 a 31.12.1932); *Livro nº 8* (1933 a 31.12.1948); *Livro nº 9* (01.01.1948 a 31.12.1955; 01.01.1955 a 31.12.1970); *Livro nº 10* (01.01.1971 a 31.12.1979).

Óbitos: *Livro misto nº 5* (01.01.1860-31.12.1911); *Livro nº 9* (01.01.1911 a 31.12.1942); *Livro nº10* (01.01.1942 a 31.12.1951); *Livro nº 11* (01.01.1952 a 31.12.1961; *Livro nº 12* (1962 a 1988; 1988 a 31.12.2000).

Arquivo municipal de Vila Nova de Famalicão

Actas da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1838 a 1845.

Espólio Sousa Fernandes.

Livro copiador de repartição dos expostos 1871-1876.

Livro da correspondência respeitante à repartição dos expostos, 1893-1901.

Livro das despesas de expostos n.º 1, fl.º 11.

Livro das despesas de expostos n.º 1, fl.º 25 v.º.

Livro da estatística dos expostos, 1848-1850.

Livro dos pagamentos efectuados às amas 1842-1843.

Livros de reconhecimento e abonação de identidade entre 1882 e 1888 e de 1892 a 1895.

Livro de registo dos expostos, 1879-1886.

Livros de registo de guias para pedir passaporte na Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão de 1867 a 1895.

Livro de registo dos subsídios de lactação, 1888-1894.

Livro de termos dos assentamentos dos extractos de expostos, 1887-1888.

Recenseamento dos cidadãos eleitores e elegíveis para deputados, cargos municipais e paroquiais, jurados e dos 40 maiores contribuintes, 1852 - 1910.

Espólio particular de J. L.

Carta de José de Sousa Ferreira, irmão de Lino José de Sousa Ferreira antes de ele partir para o Brasil escrita em Vila Nova de Famalicão, a 24 de novembro de 1845.

Carta do Cônsul geral da República do Perú em Lisboa dirigida a Lino José de Sousa Ferreira, em 14 de janeiro de 1890.

Participação às autoridades de um assalto à bolsa do correio de Vila Nova de Famalicão, em 26 de abril de 1836 pelo administrador José Joaquim de Sousa Ferreira.

9.2 Fontes impressas

Estatística e Relatórios

Arquivo histórico português, vol.III, nº7 e 8, 1905, pp. 266-271. Anselmo Brancamp Freire e José da Silva Pessanha, Lisboa, Officina Typographia Calçada do Cabra, 1905.

Censo da população do reino de Portugal no 1.º de dezembro de 1890, Lisboa, Imprensa Nacional, 1896.

Censo da população de Portugal no 1.º de dezembro de 1900, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905.

Censo da População de Portugal no 1.º de dezembro de 1911, Lisboa, Imprensa Nacional, 1913.

Censo da população de Portugal, dezembro de 1920, Lisboa, Imprensa Nacional, 1923.

Estatística de Portugal, censo no 1.º de Janeiro de 1864, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

Estatística de Portugal, população no 1.º de Janeiro de 1878, Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

Estatística do movimento fisiológico da população de Portugal de 1918, Lisboa, Imprensa Nacional, 1922.

Inquérito do arciprestado de Vila Nova de Famalicão de 1845.

Mapa estatístico das côngruas dos parochos e coadjutores das freguesias do continente e do reino em 1839-1840, Lisboa, Imprensa Nacional, 1841.

Primeiro inquérito parlamentar sobre a emigração portuguesa pela comissão da câmara dos senhores deputados, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

Recenseamento geral da população, 1 de dezembro de 1920, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

Recenseamento geral da população, 1 de dezembro de 1930, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

Recenseamento geral da população, 12 de dezembro de 1940, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

Recenseamento geral da população, 15 de dezembro de 1950, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

Recenseamento geral da população, 15 de dezembro de 1960, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

Recenseamento geral da População, em 12 de Março de 2001, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

Recenseamento geral da população em 21 de Março de 2011.

Legislação

Carta constitucional da monarchia portuguesa decretada e dada pelo rei de Portugal e Algarves D. Pedro, imperador do Brasil aos 29 de abril de 1826, Lisboa, Imprensa Régia, 1826.

Código administrativo portuguez, Lisboa, Imprensa da Rua de S. Julião, 1837.

Código administrativo portuguez, Lisboa, Imprensa Nacional, 1842.

Código civil portuguez, anotado por José Dias Ferreira, Lisboa, Imprensa Nacional, 1870.

Código civil portuguez de 1867, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

Código penal por Decreto de 10 de dezembro de 1852: seguido de um index alphabetico das materias contidas no mesmo código e do Decreto de 10 de dezembro de 1852 que modifica algumas disposições da novissima reforma judiciaria, Imprensa da Universidade, 1909.

Constituiçoens synodaes do Arcebispado de Braga, ordenadas no anno de 1639 pelo Illustrissimo Senhor arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha e mandadas imprimir a primeira vez pelo illustrissimo senhor D. João de Sousa, arcebispo e senhor de Braga... Lisboa, na Officina de Miguel Deslandes, 1697.

Decreto de 17 de setembro de 1836, *colecção de Leis e de Decretos e outras providências regulamentares, desde 16 até 30 de setembro, sexta série*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1837.

Decreto de 30 de setembro de 1852, *materiais para a história eleitoral e parlamentar portuguesa, 1820-1926*, p. 5, <http://purl.pt/5854/1/documentos/Legislacao%20Eleitoral%20%20MONARQUIA%20CONSTITUCIONAL.pdf>.

Divisão administrativa do Reino e regulamento para a sua execução – Decreto de 18 de julho de 1835, Lisboa, Imprensa Nacional, 1835.

Lei n.º 581 de 4 de setembro de 1850 ou Lei Eusébio de Queirós.

Lei de 23 de novembro de 1859, *Materiais para a história eleitoral e parlamentar portuguesa, 1820-1926*, p. 5, <http://purl.pt/5854/1/documentos/Legislacao%20Eleitoral%20%20MONARQUIA%20CONSTITUCIONAL.pdf>.

Lei de 28 de março de 1877, (*D. G., nº 74 de 4 de abril*).

Ramos, Carlos Oliveira (1913), *Legislação sobre a emigração e passaportes*, Lisboa, Tipografia Adolfo Mendonça.

9.3 Fontes manuscritas e impressas

Biblioteca Camilo Castelo Branco de Vila Nova de Famalicão (Fundo local)

Espólio Vasco de Carvalho.

Museu Amazónico

Fundo da Empresa J. G. Araújo & Cia Ltda., <http://www.museuamazonico.ufam.edu.br/histdoc/30>.

Imprensa

Jornal A Lavoura do Minho, de 1 de junho de 1912, p. 2.

Jornal Estrela do Minho, de 23 de novembro de 1913, p. 1.

Jornal O Porvir, de 25 de abril de 1907, p. 2.

Jornal O Regenerador, de 15 de abril de 1905, p. 1

Jornal O Regenerador de 22 de abril de 1905, p. 2.

Jornal O Regenerador de 13 de maio de 1905, p.1 vº

Jornal O Regenerador, de 24 de junho de 1905, p. 2.

Jornal O Regenerador, de 16 de setembro de 1905, p. 2.

Jornal O Regenerador de 14 de outubro de 1905, p. 1 v.º.

Jornal O Regenerador de 11 de novembro de 1905, p. 1.

Jornal O Regenerador de 16 de dezembro de 1905, p. 1

Jornal O Regenerador, de 15 de setembro de 1906, p.1 vº.

Jornal O Regenerador, de 3 de novembro de 1906, p. 1 v.

Jornal O Regenerador de 17 de novembro de 1906, p. 2.

Jornal O Regenerador, de 24 de novembro de 1906, p.1.

Jornal O Regenerador de 12 de janeiro de 1907, 1 v-º

Jornal O Regenerador, de 27 de abril de 1907, p.1 vº.

Jornal *O Regenerador*, de 11 de maio de 1907, p.1 vº.
Jornal *O Regenerador*, de 18 de maio de 1907, p. 1 vº.
Jornal *O Regenerador*, de 1 de julho de 1907, p.1.
Jornal *O Regenerador*, de 7 de setembro de 1907, p.1.vº.
Jornal *Vida e Sport*, do ano de 1922.

9.4 Bibliografia

- Albuquerque, Pedro Wilson Carrano de (2003), *Ensaio família Salgado*, <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=3914&cat=Ensaio&vin da=S>.
- Almeida, Carlos e Barreto, António (1976), *Capitalismo e emigração em Portugal*, Lisboa, Ed. Prelo.
- Almeida, Eurico (1920), *O Tabardilho em Braga, tese de doutoramento apresentada á faculdade de Medicina do Porto, Porto*, http://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/17674/3/186_2_FMP_TD_I_01_P.pdf consultada em 3 de novembro de 2012.
- Almeida, Pedro Tavares de (org. e intr.) (1998), *A Legislação eleitoral portuguesa – 1820/1926*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Alvarez Santaló, L. C. (1980), *Marginación social y mentalidade en Andalucia ocidental. Expositos en Sevilha (1613-1910)*, Sevilha, La Junta de Andalucia.
- Alves, Jorge Fernandes (1986), *Uma comunidade rural do vale do Ave: S. Tiago de Bougado, 1650-1849 (um estudo demográfico)*, dissertação de mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Alves, Jorge Fernandes, Ferreira, Maria Fernanda V., Monteiro, M. do Rosário (1989a), «Imigração galega na cidade do Porto (2.ª metade do século XIX)», *História*, II Série, Vol. 9, Porto, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 215-236.
- Alves, Jorge Fernandes, (1989b), «Emigração portuguesa: o exemplo do Porto nos meados do século XIX», *História*, II Série, Vol. 9, Porto, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 267-289.
- _____, (1989c), «Fecundidade natural no Vale do Ave: o exemplo de Bougado (1650-1849)», *História*, Separata da Revista da Faculdade de Letras, II Série, Vol. 2, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 287-309.

- _____, (1993a), «Lógicas migratórias no Porto oitocentista», Míriam, Halpern Pereira et al. (edi.), *Emigração / imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, pp.78-97.
- _____, (1993b), *Os «brasileiros», emigração e retorno no Porto Oitocentista*, dissertação de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10861.pdf>.
- _____, (1994), *Os brasileiros. Emigração e retorno no Porto oitocentista*, Porto, Edição do autor, Gráficas Reunidas.
- _____, (1995), «Aspectos da emigração no noroeste português: o distrito do Porto no século XIX», *Boletim de la ADHE*, Ano XIII, nº2.
- _____, (1998), «Perspectivas sobre a emigração oitocentista – os estudos locais e regionais», *Actas das segundas Jornadas de História Local*, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, pp. 413-424.
- _____, (1999b), Os “brasileiros” da emigração no Norte de Portugal, *Os brasileiros da emigração*, Alves, Jorge Fernandes (edi.), Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- _____, (2001), «De relance-o barão da Trovisqueira», *Catálogo da exposição barão da Trovisqueira-reencontro*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, pp. 1-11, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo11191.pdf>.
- Alves, Jorge Fernandes e Sousa, Fernando de (2001), *Os transportes públicos do Porto, uma perspectiva histórica*, Porto, STCP.
- Alves, Jorge Fernandes (2002), «Emigração de galegos no Norte de Portugal (1550-1900). Algumas notas», Roel, António Eiras e Gonzalez, Lopo Domingo (coord.), *Movilidad e migraciones internas na Europa Latina*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, pp.117-126.
- _____, (2003), «Perspectiva histórica da emigração portuguesa», *Porto de partida – porto de chegada: a emigração portuguesa*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 33-56.
- _____, (2004), «O “brasileiro” oitocentista – representações de um tipo social», Vieira, Benedita Maria Duque (org.), *Grupos sociais e estratificação social em Portugal no século XIX*, Lisboa, ISCTE, 193-199.
- Amorim, M. Norberta B. (1973), *Rebordãos e a sua população nos séculos XVII e XVIII. Estudo demográfico*, Lisboa, Imprensa Nacional, Casa da Moeda.

- Amorim, Maria Norberta, (1980), *Método de exploração dos livros de registos paroquiais Cardanha e a sua população de 1573 a 1800*, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Demográficos do INE.
- _____, (1982) *Os homens e a morte na freguesia da Oliveira em Guimarães através dos seus registos de óbitos, séc. XVII-XVIII*, Guimarães, e.a.
- _____, (1983-1984) «S. Pedro de Poiares de 1561 a 1830», Bragança, *Revista Brigantia*.
- _____, (1987) *Guimarães de 1580 a 1819. Estudo demográfico*, Lisboa, I.N.I.C..
- _____, (1990), «A família e a sua relação com o meio: uma experiência com genealogias numa paróquia reconstituída (1675-1980)», Braga, Universidade do Minho, ICS, *Cadernos do noroeste*, Vol. 3, n.ºs. 1-2, pp. 11-33.
- _____, (1991a) «Demografia Histórica (Antigo Regime)», *Ler história*, 21, pp. 72-78.
- _____, (1991b), «Emigração: uma variável demográfica influente: o comportamento de gerações nascidas no Sul do Pico entre 1740 e 1890», Roel, A. Eiras (coord.), *Emigracion española y portuguesa a América*, Alicante, ADEH, Vol. I, pp. 147-160.
- _____, (1991c) *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*, Braga, Universidade do Minho.
- _____, (1991d), «Subsídios dos registos de óbitos da freguesia de Nossa Senhora da Oliveira para um estudo da sociedade vimaranense dos séculos XVII e XVIII», Guimarães, *Actas do Congresso Histórico sobre Guimarães e a sua colegiada*, Vol. III.
- _____, (1992) *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico, 1680-1980*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- _____, (1993) «As diferenças de comportamento demográfico no Antigo Regime: O caso de Ronfe (Guimarães) e Poiares (Freixo)», *Revista de Guimarães* 103, pp. 45-63.
- _____, (1994), «Instabilidade da família urbana de Antigo Regime: um ensaio sobre Guimarães», Múrcia, *Actas do Congresso sobre história da la família. Una nueva perspectiva sobre la sociedad europea*, 14, 15, 16 de dezembro.
- _____, (1995a), «Comportamento comparado das gerações nascidas em S. João e Poiares 1850», David Reher (coord.), *Reconstituição de famílias e outros métodos microanalíticos para a história das populações*, Porto, Afrontamento, Vol. I, pp. 55-62.

- _____, (coord.) (1995b), *Informatização normalizada de arquivos. Reconstituição de paróquias e história das populações. Um projecto interdisciplinar*, Braga, Universidade do Minho.
- _____, (1997a), «A diversidade de comportamentos demográficos no Portugal do Antigo Regime», *População e sociedade*, nº 3, pp.137-149.
- _____, (1997b), «Mortalité et structure par âge pour la période prétransition: analyse comparative sur population portugaises », Lyon, Comunicação apresentada em Entretiens Jacques Cartier.
- _____, (1998) «Fecundidade legítima em longa duração: a especificidade de comportamentos no Baixo Minho», *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XVI, I, 55-77.
- _____, (1999), «O Minho: comportamentos demográficos através da informação paroquial», *Ler história*, nº36, pp. 9-43.
- Araújo, Ana Cristina (1997), *A morte em Lisboa. Atitudes e representações (1700-1830)*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Andrade, Agostinho Rodrigues de (1878), *Dicionário corográfico do reino de Portugal*, Coimbra, Imp. da Universidade.
- Andrade, Anselmo de (1898), *A terra. Economia nacional e comparada*, Lisboa, Manuel Gomes editor.
- _____, (1902), *Portugal económico*, Lisboa, Manuel Gomes editor.
- _____, (1918), *Portugal económico. Teorias e factos*. Nova edição, Coimbra, F. França Amado.
- Araújo, Maria Marta Lobo de Araújo (1992), *O Pico de Regalados e a sua população 1554-1979*, dissertação de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, policopiada.
- _____, (2010) «As principais doenças dos internados na Misericórdia de Vila Viçosa durante o século XIX», *X Congresso da Associação de Demografia Histórica*, 9, Ponta Delgada, S. Miguel, Açores (CD-ROM).
- Araújo, Maria Marta Lobo de e Esteves, Alexandra (2010), «Cholera in the portuguese region of Alto Minho in the second half of the nineteenth century: epidemic outbreaks, treatment and behaviours», *Hygiea Internationalis*, Linköping, Linköping University, pp. 183-198.

- Araújo, Maria Marta Lobo de e Esteves, Alexandra (coord.) (2011), *Marginalidade, pobreza e respostas sociais na Península Ibérica (séculos XVI-XX)*, Braga, CITCEM.
- Ariès, Philippe, (1975) *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Regime*, Paris, Editions du Seuil.
- _____, (1977), *L'homme devant la mort*, Paris, Editions du Seuil.
- Armengaud, André (1975), *La famille et l'enfant en France et Angleterre du XVIe au XVIIIe siècle. Aspects démographiques*, Paris, SEDES.
- Arroteia, Jorge Carvalho (1984), *A evolução demográfica portuguesa*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Arroteia, Jorge, e Rocha-Trindade, Maria Beatriz, (1984) *Bibliografia da emigração portuguesa*, Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância.
- Arroteia, Jorge (1991), «Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981: uma análise regional», *Estudos demográficos*, n.º 30, Lisboa, INE, pp. 31-39.
- Baganha, Maria Ioannis B. (1991), «Uma imagem desfocada: a emigração portuguesa e as fontes portuguesas sobre emigração», *Emigracion española y portuguesa a America*, Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert.
- Bandeira, Mário Leston (1996), *Transição demográfica e modernidade: o caso português*, Lisboa, INCM.
- Barbosa, Isa Luso (2001), *Os Folhadela*, Porto, Lello Editores.
- Barbosa, Maria Cecília (1997), *Cervães (1645-1810): estudo demográfico*, tese de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, policopiada.
- Barbosa, Maria Hermínia Vieira (com a colaboração de Anabela de Deus Godinho) (2001), *Crises de mortalidade em Portugal, desde meados do século XVI até ao início do século XX*, Guimarães, NEPS/ICS, Universidade do Minho.
- Batalha Gouveia (2007), *Notícias de Coura*, http://www.noticiasdecoura.com/index.php?pag=noticia_detalhes&recordID=2207.
- Bennasar, B. (1969), *Recherches sur les grandes épidémies dans le Nord de l'Espagne à la fin du XVI siècle*, Paris, SEVPEN.
- Bernardo, Maria Ana (2002), *A dinâmica dos recenseamentos eleitorais no final da Monarquia e na I República*, Lisboa, Penélope, n.º 27, Celta, pp. 93-124.

- Bezerra, Manuel Gomes de Lima (1785 e 1791), *Os estrangeiros no Lima: ou conversações eruditas sobre varios pontos de Historia Ecclesiastica, Civil, Litteraria, Natural, Genealógica, Antiguidades, Geographia, Agricultura, Commercio Artes, e Sciencias...* Coimbra, Real Oficina da Universidade, Tomo I e Tomo II.
- Bluteau, Raphael (1712), *Vocabulário portuguez e latino*, Lisboa/Coimbra, Colégio da Companhia de Jesus, p. 345.
- Bourgeois-Pichat, Jean (1978), *A demografia*, Lisboa, Livraria Bertrand.
- Boxer, Charles R. (1981), *O império colonial português (1415-1825)*, Lisboa, Edições 70.
- Brandão, Maria de Fátima (1994), *Terra, herança e família no noroeste de Portugal. O caso de Mosteiro no século XIX*, Porto, Afrontamento.
- Braudel, Fernand (1982), *História e Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença.
- _____, (1983), *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico*, vol. I, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- _____, (1985), *A dinâmica do capitalismo*, Lisboa, Editorial Teorema.
- Brettell, B., Caroline (1991), *Homens que partem, mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Brettell, Caroline e Feijó, Rui (1991), «Foundlings in nineteenth century northwestern Portugal public welfare and family strategies, enfance abandoné et société en Europe XIXe-XX», *Actes du colloque*, Rome, École Française de Rome, pp. 273-300.
- Brunet, J. P., Olessis, A. (1973), *A História social. Problemas, fontes e métodos*, Lisboa, Ed. Cosmos.
- Bruyne, Paul de, Herman, Jacques, Schoutheete, Marc (1991), *Dinâmica de pesquisa em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Francisco Alves Editora.
- Burgière, André (1981), «A demografia», Jacques Le Goff (dir.) *Fazer história*, Lisboa, Bertrand.
- Burgière, André; Lebrun, François (1998), «As mil e uma famílias da Europa», Burgière, André, et al., *História da família*, vol. 3, Madrid, Alianza, pp. 15-82
- Campos, Ezequiel de (1911), *Projecto de lei de utilização dos terrenos incultos apresentado à Assembleia Nacional Constituinte, na sessão de 27 de julho de 1911, pelo deputado Ezequiel de Campos*, Lisboa, Baptista Torres.

- Capela, José Viriato e Nunes, João Arriscado (1983), «O concelho de Barcelos, do Antigo Regime à Primeira República. Fontes para o seu estudo», *Barcellos-Revista*, vol. I, n.º 2, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos.
- Capela, José Viriato (1987), *Entre Douro e Minho (1750-1830). Finanças, administração e bloqueamentos estruturais no Portugal Moderno*, dissertação de doutoramento, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- _____, (1988), «A Câmara, a nobreza e o povo do Concelho de Barcelos. A administração municipal nos fins do Antigo Regime», sep. da *Barcellos-Revista*, vol. III, n.º 1, Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos.
- _____, (1995), *O Minho e os seus municípios: estudos económico-administrativos sobre o município português nos horizontes da reforma liberal*, Braga, Universidade do Minho.
- Capela, José Viriato e Ferreira Maria da Conceição (1998), «Saídas clandestinas do Norte de Portugal para o Brasil em meados do século XIX», Alves, Jorge Fernandes (coord.), *Os brasileiros da emigração*, Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, pp. 160-183.
- Capela, José Viriato e António Joaquim Pinto da Silva (2001), *Vila Nova de Famalicão nas memórias paroquiais de 1758*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Capela, José Viriato e outros (coord.) (2005), *História de Vila Nova de Famalicão*, Famalicão, Quasi Edições.
- Capela, José Viriato (coord.) (2006), *As freguesias do distrito de Vila Real nas memórias paroquiais de 1758*, memórias, história e património, Braga, Ed.a.
- Carcamo, Juan Gracia (1988), «Mentalidad popular y actitudes de las elites ante la infancia abandonada en Vizcaya al final del Antiguo Regimen», *Congreso de Historia de Euskal Herria*, Vitoria-Gasteiz, pp. 431-437.
- Cardona, Maria João (1997), *Para a história da infância em Portugal. O discurso oficial (1834-1990)*, Porto, Porto Editora.
- Cardoso, Luís (1747-1751), *Diccionario geografico ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontram, assim antigas, como modernas...*, Lisboa, Regia Officina Sylviana e da Academia Real, Volume 40, *Memória* 328, fls. 1431-1433.

- Carqueja, Bento (1900), *O futuro de Portugal: questões económico-sociais*, Lisboa, José Bastos.
- _____, (1916), *O povo português: aspectos sociais e económicos*, Porto, Chardron.
- Castro, João Baptista de (1762-1763), *Mapa de Portugal antigo e moderno*, Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.
- Castro, Maria de Fátima (2004), *Santa Maria de Landim, os seus espaços e as suas gentes, da segunda metade do século XVI a finais do século XIX*, Braga, e.a.
- Carvalho, Elza Maria Gonçalves Rodrigues de (1999), *Basto (St^a Tecla) – Uma leitura geográfica (do século XVI à contemporaneidade)*, Guimarães, NEPS/Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Carvalho, Vasco César de (1944), *Aspectos de Vila Nova, o hospital de S. João de Deus*, Vila Nova de Famalicão, Grandes oficinas Gráficas Minerva de Gaspar Pinto de Sousa.
- _____, (1947), *Aspectos de Vila Nova, a justiça*, Vila Nova de Famalicão, Grandes Oficinas Gráficas Minerva de Gaspar Pinto de Sousa.
- _____, (1955) *Imagens famalicenses*, Vila Nova de Famalicão, Centro Gráfico de José Casimiro da Silva.
- _____, (1959), *Aspectos de Vila Nova, biografias*, Vila Nova de Famalicão, Centro Gráfico de José Casimiro da Silva.
- _____, (1960), *Factos e nomes*, Barcelos, Companhia Editora do Minho.
- Castelo Branco, Camilo, *Maria Moisés*, <http://www.livros-digitais.com/camilo-castelo-branco/maria-moises/45>.
- Chacón Jiménez, Francisco e Hernández Franco, Juan (eds.) (1992), *Poder, familia y consanguinidad en la España del Antiguo Régime*, Barcelona, Anthropos.
- Charbonneau, Hubert (1970), *Tourouvre-au-Perche aux XVII et XVIII siècles. Étude de démographie historique*, Paris, P.U.F.
- Charbonneau, Hubert e Larose, André (eds.) (1979), *The great mortalities: methodological studies of demographic crises in the past*, Ordina, Ed. Liège, pp. 83-112.
- Chaunu, Pierre, (1974) *Histoire: science sociale*, Paris, S.E.D.E.S..
- _____, (1985) *A civilização da Europa das luzes*, 1º vol., Lisboa, Estampa.
- _____, (1986), *História ciencia social*, Madrid, Eucuentro Ediciones.

- Chesnais, Jean Claude (1986), *La transition démographique. Étapes, formes, implications économiques. Étude de séries temporelles (1720-1984) relatives à 67 pays*, Paris, PUF, 1986.
- Corrêa, Manuel de Mello (dir.), *Anuário da nobreza de Portugal*, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, Vol. III, Tomo I, 1985, p. 482.
- Corsini, Carlo A.e Viazzo, Pier Paolo (eds.) (1993), *The decline of infant mortality in Europe – 1800-1950- four national case studies*, Florence, UNICEF, Instituto Degli Innocenti di Firenze.
- Cortes, Nuno Osório (1991), *O abandono de crianças no Algarve. O caso dos expostos de Loulé (1820-1884)*, tese de mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- _____, (1996), «O sistema liberal da Roda dos expostos. O exemplo da administração algarvia (1820-1884)», *Actas do III Congresso da ADEH*, vol. 3, Porto, Afrontamento, pp. 127-138.
- Cosme, João (1996), «Olivença 1640-1715). População e sociedade», *A cidade. Revista cultural de Portalegre*, nº 11 (Nova Série), Lisboa, Edições Colibri, pp. 123-148.
- _____, (1997), «As crises de mortalidade no concelho de Noudar-Barrancos, no século XVIII», *População e sociedade*, Porto, Revista do Centro de Estudos da População e Sociedade, Nº 3, pp. 151-163.
- _____, (1996), «A emigração para o Brasil através das habilitações do Santo Ofício (1675-1706)», *II Jornadas de História Ibero-Americana. A união ibérica e o mundo atlântico*, Portimão-Alvor, 2-4 de maio.
- _____, (2004), «Os processos da inquisição como fonte demográfica», *III Congresso Histórico de Guimarães. D. Manuel e a sua época*, Guimarães, Universidade do Minho, vol. III, *População, sociedade e economia*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, pp. 401-405.
- _____, (2006), «As preocupações higio-sanitárias em Portugal (2ª metade do século XIX e princípio do XX)», *História*, III Série, vol. 7, 2006, Porto, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 181-195.
- _____, (2008), «Subsídios para a história da emigração dos concelhos a Norte do rio Douro para o Brasil (1886-1891)», Sousa Fernando, Martins Isménia e Matos, Izilda (org.), *Nas duas margens. Os portugueses no Brasil*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 401-409.

- Costa, Afonso (1911), *Estudos de economia nacional, I, o problema da emigração*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Costa, Américo (1932), *Dicionário corográfico de Portugal continental e insular*, Azurara, Vila do Conde, e.a..
- Costa, António Carvalho da (1706-1712), *Corografia portuguesa e descripçam topográfica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, genealogias das famílias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observações, 3 vols., Lisboa, oficina de Valentim da Costa Deslandes impressor de Sua Magestade, & á sua custa impresso*, http://purl.pt/434/3/hg-1065-v/hg-1065-v_item3/hg-1065-v_PDF/hg-1065-v_PDF_24-C-R0075/hg-1065-v_0000_capa-534_t24-C-R0075.pdf.
- Cruz, António (1970) *Geografia e economia da província do Minho nos finais do século XVIII. Plano de descrição e subsídios de Custódio José Gomes de Vilas Boas recolhidos, anotados e publicados por António Cruz*, Porto, Centro de Estudos Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Cruz, Maria Antonieta (1999), «Aspectos da cultura burguesa oitocentista», *Revista de História das ideias*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 20, pp. 257-288, <http://rhi.fl.uc.pt/vol/20/mcruz.pdf>.
- _____, (2009), «Os recenseamentos eleitorais como fonte para o estudo das elites no decurso da Monarquia Constitucional: da Regeneração à República», *Revista da Faculdade de Letras, História*, Porto, III Série, vol. 10, pp.161-180, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8886.pdf>.
- Cunha, Cármen Alice Aguiar Morais Sarmiento (1987), *Emigração familiar para o Brasil. Concelho de Guimarães. 1890-1914 (uma perspectiva microanalítica)*, tese de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Cunha, Fanny Font Xavier (2003), «Evolução histórica da ciência médica e política patrimonial», *Cadernos de cultura. Medicina na Beira interior da pré-história ao século XXI*, n.º 16, pp.67-71.
- Cunha, Manuela (1986) *L'abandon d'enfants au Portugal: une vision diachronique de l'évolution des institutions et de la législation suivie d'un étude de cas de la ville de Guimarães*, Université de Paris IV ("mémoire de D.E.A."), Paris, policopiado.

- Daveau, Suzanne (1998), *Portugal geográfico*, Lisboa, João Sá da Costa Editores.
- David, Henrique (1990), «O papel das crises de mortalidade na dinâmica demográfica e nas estruturas familiares da região de Braga: época moderna», *Actas do Congresso Internacional do IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, Vol. II, Tomo 2, pp. 303-312.
- _____, (1992a), «A mortalidade no Porto em finais do século XIX», *História*, Série 2, Vol. 9, Porto, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 269-294.
- David (1992b), Henrique Manuel Pebre Rodrigues, *As crises de mortalidade no concelho de Braga (1700-1880)*, dissertação de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada.
- Del Pantà, Lorenzo e Livi Bacci, Massimo (1977) «Cronologie, intensité et diffusion des crises de mortalité en Italie:1600-1850», *Population*, n. spciale, pp. 401-445.
- _____, (1979), «Chronology, intensity and diffusion of mortality in Italy, 1600-1850», *The great mortalities: methodological studies of demographic*, Liège, Ordina, Ed., pp. 69-81.
- Del Pantà, Lorenzo (1980), *Le epidemie nella storia demografica italiana (secoli XIV-XIX)*, Torino, Loescher Editore.
- Dias, Domingos José (1919), *A pandemia gripal de 1918*, tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Medicina do Porto, Vila Nova de Famalicão, Ed.Minerva.
- Dias, José Sebastião da Silva (1960), *Correntes do pensamento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, Coimbra, Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Filosóficos.
- Dubert, Isidro (1996), «La mortalité en Galice», 1600-1800, *Annales de Démographie Historique*, pp. 221-248.
- Dupâquier, Jacques (1974), *Introduction à la démographie historique*, Paris/Tournai/Montréal, Gamma.
- _____, (1979a), «Commentaire», Charbonneau, Hubert e Larose, André (eds.), *The great mortalities: methodological studies of demographic crises in the past*, Liège, Ordina Ed., pp. 333-344.
- _____, (1979b), *La population rural du bassin parisien a la époque de Louis XIV*, Paris, E.H.E.S.S.

- _____, (1979c), «L'analyse statistique des crises de mortalité», Charbonneau, Hubert e Larose, André (eds.), *The great mortalities: methodological studies of demographic crises in the past*, Liège, Ordina Ed., pp. 83-112.
- _____, (1984a), «Demografia histórica e história social», Marcílio, Maria Luiza (org.), *População e sociedade – evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes.
- _____, (1984b), *Pour la Démographie Historique*, Paris, PUF.
- Durães, Margarida (1980), «Breve história da formação de um município liberal, em 1835», *Boletim cultural da Câmara de V.N. de Famalicão*, n.º 1, pp.13 a 25.
- _____, (1985), «Uma primeira aproximação aos testamentos: Venade e a prática de testar da sua população», Sep. de *A morte no Portugal contemporâneo*, Lisboa, Quercus, pp. 163-174.
- _____, (1986), «Condição feminina e repartição do património: a camponesa minhota – séculos XVIII-XIX», *A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais*, *Actas do Colóquio*, Coimbra, Faculdade de Letras.
- _____, (1987), «A casa rural minhota: papel e significado no contexto hereditário nos séculos XVIII e XIX», *Cadernos do noroeste*, Vol.1, n.º1., Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, pp.81-93.
- _____, (1988), «Herdeiros e não herdeiros, nupcialidade e celibato no contexto da propriedade enfiteuta», Separata da Revista de *História económica e social*, n.º21, setembro-dezembro, pp. 46-56.
- _____, (2000), *Sucessão e herança. Leis, práticas e costumes no termo de Braga (secs XVIII-XIX)*, tese de doutoramento, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, policopiada.
- Durães, Margarida e Lagido Emília (2007), «A arte de trabalhar a pedra: migrações temporárias e sazonais no Norte de Portugal (séculos XVIII-XIX)», Meneses, Avelino de Freitas de, Costa, João Paulo Oliveira (coord.), *O Reino, as ilhas e o mar oceano: estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos*, vol. 1, Lisboa, Centro de História de Além-Mar, pp. 237-263.
- Eiras Roel, António (1967-1968), «La casa de expósitos del Real Hospital de Santiago en el siglo XVIII», Santiago de Compostela, *Boletín de la Universidad Compostelana*, ns 75-76.

- _____, (1990), «Mecanismos autorreguladores, evolução demográfica e diversificação intrarregional. O exemplo da população da Galiza», *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, VIII, 2, Madrid, pp. 51-72.
- _____, (1996), *La población de Galicia, 1750-1860, crecimiento, distribución espacial y estructura de la población en Galicia en los siglos XVIII y XIX*, Santiago de Compostela, Fundación Caixa Galicia.
- Falcão, Armando de Sacadura (1969), Separata da Revista *Armas e troféus*, Braga.
- Faria, Inês Martins de (1998), *Santo André de Barcelinhos: o difícil equilíbrio de uma população (1606-1910)*, NEPS, n.º1, Guimarães, Universidade do Minho.
- Faustino, José Alfredo Paulo (1997), *Calvão, uma paróquia do Alto-Tâmega (1670-1870)*, dissertação de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, policopiada.
- Fernandes, Paula Guilhermina de Carvalho (1994), «A classificação sócio-profissional. Uma questão em aberto», Revista *População e sociedade*, n.º 1, Porto, Centro de Estudos da População e Família (CEPFAM), pp. 177-208.
- Ferreira, Francisco Messias Trindade (1999), *A antiga freguesia de Eixo e Oliveirinha (1666-1900): Estudo demográfico*, dissertação de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, policopiada.
- Ferreira, Francisco Messias, (2005), *Viver e morrer no território do antigo concelho de Eixo, 1590-1910*, tese de doutoramento, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, policopiada.
- Ferreiro, Hilário Rodriguez (1985), «La demografía de Hio durante el siglo XVIII», *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Historicas*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, pp. 413-436.
- Ferro, João Pedro (1995), *A população portuguesa no final do antigo regime (1750-1815)*, Lisboa, Editorial Presença.
- Flandrin, Jean-Louis (1979), *Orígenes de la familia moderna*, Barcelona, Editorial Critica.
- _____, (1992), *Famílias, parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*, Imprensa Universitária, Lisboa, Editorial Estampa.
- Fleury, Michel, e Henry, Louis (1976), *Nouveau manuel de dépeuplement e exploitation de l'etat civil ancien*, Paris, INED.
- Flinn, Michael W. (1989), *El sistema demográfico europeo, 1500-1820*, Barcelona, Editorial Critica.

- Fonseca, Teotónio da (1932), *Um punhado de genealogias*, Barcelos, Companhia Editora do Minho.
- Fonte, Teodoro Afonso da (1996a), *O abandono de crianças em Ponte de Lima (1625-1910)*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Ponte de Lima/Centro de Estudos Regionais.
- _____, (1996b), «O preço dos cereais e o abandono de crianças em Ponte de Lima (1675 - 1874)», Pérez Moreda, Vicente, (coord.), *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica do século XVI ao presente*, Actas do III Congresso da ADEH, Porto, Edições Afrontamento.
- _____, (2005), *No limiar da honra e da pobreza. A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1942)*, Vila Praia de Âncora, Ancorensis Cooperativa de Ensino CRL e NEPS (Universidade do Minho).
- Fontoura, Virgínia de Jesus (2010), *Pedro Gomes Simões, homem de negócios do Porto, século XVIII*, Edições Ecopy, Ermesinde, (books.google.pt/books?isbn=9896560854).
- Foucault, Michel (1994), *História da sexualidade*, Lisboa, Ed. A Vontade de Saber, Relógio de Água.
- Freire, António de Oliveira (1739), *Descripçam corográfica do Reyno de Portugal: que contem huma exacta relação de suas províncias, comarcas, cidades, villas, freguesias*, Lisboa Occidental, Officina de Miguel Rodrigues.
- Gaio, Felgueiras, (1938-1941), *Nobiliário de famílias de Portugal*, http://www.vasconcelos.com/geno/FilgGai_Copy/hg-40109-v_0009_117-129_t01-B-R0300.pdf.
- _____, (1938: Vol. V, pp. 177-179) título dos Foncecas.
- Galego, Júlia e Daveau, Suzanne (1986), *O numeramento de 1527-1532 – tratamento cartográfico*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos.
- Garcia y Garcia, Antonio (dir.) (1982), *Synodicon hispanum. II – Portugal*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos.
- Garcia, Manuel (ed.) (1983), Herculano, Alexandre, *Opúsculos*, vol. II, Lisboa, Ed. Presença.
- Gaspar, Jorge (1979), *Portugal em mapas e em números*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Ginzburg, Carlo (1989), *A micro-história e outros ensaios*, Lisboa, Difel.
- Girão, Paulo (2003), *A pneumónica no Algarve*, Casal de Cambra, Caleidoscópio.

- Godinho, Vitorino Magalhães (1978), «L'émigration portugaise (XVe-XXe siècles) une constante structurale et les réponses aux changements du monde», *Revista de História Económica e Social*, n° 1, pp. 5-32.
- _____, (1980), *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*, Lisboa, Arcádia.
- _____, (1983) *Os descobrimentos e a economia mundial*, 4 vols., Lisboa, Ed. Presença.
- _____, (1985), «A construção de modelos para as economias pré-estatísticas», *Revista de História económica e social*, n.º 10, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, pp. 3-16.
- Gomes, Maria Palmira da Silva (1998), *Estudo demográfico de Cortegaça (Ovar) 1583-1975*, Guimarães, NEPS/ICS, Universidade do Minho.
- Gonçalves, Maria Luísa Pereira (2002), *Comportamentos demográficos de uma comunidade minhota: o caso de Salamonde (1690-1910)*, dissertação de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, policopiada.
- González, Francisco Sànces-Montes (1989), *La Población granadina del siglo XVII*, Granada, Universidade de Granada/Ayuntamiento de Granada.
- Goubert Pierre (1968), *Beauvais, cent mille provinciaux au XVII siècle: Beauvais, et le Beauvaisis de 1600 à 1730*, Paris, Flammarion.
- Grajera, Alfonso Rodrigues (1989), «Las crisis de mortalidad en la Alta Extremadura durante el siglo XVII», *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, Año VII, número 3, pp. 37-54.
- Grieco, Sara F. Matthews, (1994) «O corpo, aparência e sexualidade», *História das mulheres*, Vol. 3, Porto, Edições Afrontamento.
- Guillaume, Pierre e Poussou Jean-Pierre (1970), *Demographie historique*, Paris, A. Colin.
- Guimarães, Carlota Maria da Silva Pereira (1998), *Santa Maria de Adoufe: comportamentos demográficos e sociais 1780-1910*, dissertação de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, policopiada.
- Hajnal, J. (1965), «European marriage patterns in perspective», D. V. Glass e Eversley D. E.C. (eds.) *Population in history: essay in historical demography*, Londres, Eduard Arnold, pp. 101-143.
- Henry, Louis et Fleury, Michel (1965), *Nouveau manuel de d'épouillement et d'exploitation de l'état civil ancien*, Paris, I.N.E.D..

- Henry, Louis et Yves Blayo (1975) «La population de la France de 1740-1860», *Population*, Numero Spécial, INED, pp. 71-122.
- Henry, Louis (1977), *Técnicas de análise em Demografia Histórica*, Curitiba, Universidade Federal do Paraná.
- Henry, Louis e Houdaille, J. (1979), «Célibat et âge au mariage aux XVIIIe et XIXe siècles en France. II. Âge au premier mariage», *Population* n° 2, Paris, INED, pp. 403-442.
- Henry, Louis (1988), *Técnicas de análise em Demografia Histórica*, Lisboa, Gradiva.
- Secretaria de Estado da Cultura (1993-1994), *Inventário colectivo dos registos paroquiais*, 2 vols., Lisboa.
- Herculano, Alexandre (1888), «Inquisitiones», *Portugaliae monumenta histórica: a saeculo octavo post Christum vsque ad quintumdecimum, Olisipone, Academiae Scientiarum Olisiponensis*.
- Hespanha, António Manuel (1993), «Fundamentos antropológicos da família de antigo regime: os sentimentos familiares», Matoso, José (dir.), *História de Portugal. O Antigo Regime*, vol. IV, Lisboa, Editorial Estampa.
- Hollingsworth, Thomas (1979), « A preliminar suggestion for the measurement of mortality crisis», Charbonneau, Hubert; Larose, André (eds.), *The great mortalities: methodological studies of demographic crisis in the past*, Liège, Ordina Éditions, pp. 21-28.
- Janeiro, José Adriano Soares Guerra (1997), *Gerações sacrificadas: a população e a sociedade de S. Tiago de Lordelo, séculos XVII a XX*, tese de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Jorge, Ricardo (1919), *La gripe. Rapport préliminaire présenté à la commission sanitaire des Pays Alliés dans la session de Mars de 1919*, Lisbonne, Imprimerie Nationale.
- Juncal, Martin (2004), *Vidas através das gerações comportamentos demográficos de uma comunidade rural do Baixo Minho: Santiago de Antas (1581-1910)*, tese de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Justino, David (1989), *A Formação do espaço económico nacional, Portugal 1810-1913*, 2º volume, Lisboa, Vega, pp. 49-94.
- Klein, Herbert S. (2000), «Migração internacional na história das Américas», Fausto Boris, (org.), *Fazer a América – a imigração em massa para a América latina*, S. Paulo, Edusp, pp.13-31.

- Knodel, John (1986), «Transiciones demograficas en pueblos alemanes», *Boletin de la Asociacion de Demografia Historica*, ano IV, Noviembre, pp. 2-61.
- Kühn, Fábio (2010), «As Redes da distinção familiares da Inquisição na América portuguesa do século XVIII», *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 26, n° 43: pp.177-195, jan/jun, <http://www.scielo.br/pdf/vh/v26n43/v26n43a10.pdf>.
- Lacerda, Fernando Alberto (2000), *S. Pedro de Aradas (1690-1900): estudo demográfico*, tese de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Laslett, Peter (1977), *Family life and illicit love in earlier generations*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Ladurie, Emmanuel Le Roy (1983), *Histoire du climat depuis l'an mil*, 2 vols., Paris, Flammarion.
- Lagido, Emília Pereira (2004), *Santa Maria de Âncora (1624-1910). População e sociedade*, tese de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Lains, Pedro (1995), *A Economia portuguesa no séc. XIX*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Laslett, Peter e Hammel, Eugene (1974), «Comparing household structures over time and between cultures», *Comparative studies in society and history*, n.º 16, Berkley, University of California, pp. 73-109.
- Laslett, Peter (1980a) «The bastardy-prone sub-society», Laslett, Peter et al. (eds.), *Bastardy and its comparative history*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 217-246.
- Laslett, Peter et al. (1980b), *Bastardy and its comparative history*, London, Edward Arnold.
- Leal, Mendes (1868), «Da emigração», *América, periódico mensal dedicado a assuntos económicos e sociais e órgão, ante os poderes públicos de Portugal, dos interesses portugueses no Brasil e no Rio da Prata*, maio.
- Leal, Pinho (1873-1890), *Portugal antigo e moderno, dicionario geográfico, estatístico, chorographico, heráldico, archeologico, histórico, biográfico e etymologico de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal e de grande numero de aldeias*, Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira.
- Lebrun, François (1983), *A vida conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Edições Rolim.
- Leira, Xan (2008), *Historia duna emigración difusa*, Diumaró, Acuarela Comunicación s.l.l.

- Leite, Joaquim da Costa (1987), «Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)», *Análise social*, n.º 97, pp. 463-480.
- _____, (1994), *Portugal and emigration, 1855-1914*, Nova Iorque, dissertação de doutoramento na Columbia University.
- _____, (2004), «Mitos e realidades da emigração portuguesa, 1851-1973», *Actas das V Jornadas de História Local*, Fafe, Câmara Municipal de Fafe, pp. 27-48.
- Lemos, João Cardoso (1996), *Atlas demográfico do continente*, Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano.
- Léon, Pierre (dir) (1983), *História económica e social do mundo*, 6 vols., Lisboa, Sá da Costa Editora.
- Lima, Adolfo (1929), *Emigração, seu regimen-passaportes*, Famalicão, e.a.
- Lima, J. Garcia de (s.d.), *Enfiteuse. Remissão de foros ou libertação da propriedade (decreto de 23 de maio de 1911)*, Lisboa, Edição da Biblioteca de Educação Nacional.
- Livi-Bacci, Massimo (1971), *A century of portuguese fertility*, Princeton, Princeton, University.
- _____, (1984), «Crises de mortalidade: definição, métodos de cálculo, análise das consequências», Marcilio, Maria Luiza, (org), *População e sociedade evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Vozes, pp. 69-109.
- _____, (1988), *Ensayo sobre la historia demográfica europea. Población y alimentación en Europe*, Barcelona, Ariel Historia.
- _____, (1993), *Introducción a la demografía*, Barcelona, Editorial Ariel.
- Lopes, Maria Antónia (2000), *Pobreza, assistência e controlo social, Coimbra (1750-1850)*, Coimbra, Palimage Editores.
- Lópo, Domingo Luís González (1989), «Una aproximación a la emigración de la Galicia occidental entre mediados del siglo XVII y el primer tercio del XX, a través de las fuentes de protocolos y archivos parroquiales», *A emigración segundo as fontes*, Santiago de Compostela, Dirección Xeral de Relacións coas Comunidades Galegas, pp. 135-169.
- Lucas, Manuel Ardit (1991), «La mortalidad en el país valenciano preindustrial. El marquesado de Llombai entre 1620 y 1680», Mestre, Josep Bernabeu (coord.), *El papel de la mortalidad en la poblacion valenciana*, Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, pp.117-130.

- _____, (1999), «Microanálisis demográfico en larga duración: el caso de España», *Atas do IV Congresso de Asociación de Demografia Historica*, vol. 2, Bilbao, Universidad del País Vasco, pp. 253-308.
- Machado, Maria Arminda Loureiro (1995), *S. Miguel da Facha 1710-1989. Evolução demográfica de uma paróquia de Ponte de Lima*, dissertação de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, policopiada.
- Machado, Bernardino (1899), *Agricultura*, Coimbra, Tip. França Amado.
- Machado, Maria do Rosário (2008), *O pensamento político, económico e social de Basílio Teles*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Madureira, Nuno (1996), «O critério antropológico: categorias ocupacionais nos lanifícios da Covilhã», *Ler história*, Lisboa, ISCTE/JNICT, pp. 97-120.
- Magalhães, Justino (2000), «Linhas de investigação em história da alfabetização em Portugal – um domínio do conhecimento em renovação», Fernandes, Rogério e Adão, Áurea (org.), *Actas do 1º Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*, Lisboa, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, pp. 23-47.
- _____, (2005), «Vila Nova de Famalicão entre a revolução liberal e a Primeira República: cultura, alfabetização/escolarização, sociedade», Capela, José Viriato (coord.), *História de Vila Nova de Famalicão*, Vila Nova de Famalicão, Edições Quasi, pp. 409-441.
- Maia, Fernanda Paula Sousa (2002), *O discurso parlamentar português e as relações Portugal – Brasil. A Câmara dos deputados (1826-1852)*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- Maia, José João Maduro (1993), *Flutuações e declínio da mortalidade na cidade do Porto (1870-1902)*, dissertação de mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada.
- _____, (1995), «Padrões de mortalidade e transição sanitária no Porto (1880 1920)», *População e sociedade*, nº. 1, CEPFAM, Porto, Centro de Estudos da População e Família, pp. 233-244.
- Maia, Rui Leandro A. da Costa (1996), *São Miguel de Barreiros e a sua população: 1700-1925*, Porto, Universidade Fernando Pessoa, D.L.
- Malthus, Thomas Robert (1999), *Ensaio sobre o princípio da população*, Lisboa, Europa América.

- Mantas, Vasco Gil (1996), *A rede viária da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, tese de doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, policopiada.
- Marcilio, Maria Luiza, (org.) (1977), *Demografia histórica*, S. Paulo, Novos Ubrais.
- _____, (org.) (1984), *População e sociedade. Evolução das sociedades pré-industriais*, Petrópolis, Ed. Vozes.
- _____, (2000), «A Roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil», *Boletim do NEPS*, nº16, novembro de 2000, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, pp.10-14.
- Marques, A. H. de Oliveira (1981), *História de Portugal*, Palas, Lisboa.
- Martins, Joaquim Pedro Oliveira (1992), *Política e economia nacional*, Lisboa, Guimarães Editores.
- _____, (1994), *Fomento rural e emigração*, Lisboa, Guimarães Editores.
- _____, (1978), *O Brasil e as colónias portuguesas*, Lisboa, Guimarães & C^a Editores.
- Mascarenhas, Jozeph Freire de Monterroyo (1640), *Nottas ao nobiliario do conde D. Pedro de Barcelos: e também as notas de João Baptista Lavanha, Chronista Mór do Reyno de Portugal e Mestre de Mathematica de el rey D. Filipe 4.º e comendador de Fornellos na ordem de Cristo*, que imprimio em Roma por Estevão Paolinio.
- Mata, Joel Silva Ferreira (2005), «O foral de 1205 outorgado a Vila Nova de Famalicão», Capela, José Viriato e outros (coord.), *História de Vila Nova de Famalicão*, Famalicão, Quasi Edições, pp.109-129.
- Matos, Fernando de Assunção (1989), *Diccionario chorographico de Portugal: parte continental e insular: designando a população por districtos, concelhos e freguezias, a superficie por districtos e concelhos...* Lisboa, Typ. do Recreio.
- Matos, Paulo Lopes (2007), *O nascimento fora do matrimónio na freguesia da Ribeira Seca da Ilha de S. Jorge (Açores): 1800-1910*, NEPS, nº19, Guimarães, Universidade do Minho.
- Matos, Sebastião, (1995), *Os expostos da Roda de Barcelos (1783-1835)*, Barcelos, ACRAV.
- Matos, Maria Izilda Santos (1993), «Estratégias de sobrevivência. A imigração portuguesa e o mundo do trabalho. São Paulo 1890-1930», *Emigração/Imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre*

- Emigração e imigração em Portugal (séc. XIX-XX)*, M. B. N. Silva, M. I. Baganha, M. J. Maranhão e M. H. Pereira (ed.), Lisboa, Fragmentos.
- Mattoso, José (dir.) (1993), *História de Portugal*, 8 vols., Lisboa, Círculo de Leitores.
- Mattoso, José, Daveau, Susanne e Belo, Duarte (1997), *Portugal – o sabor da terra. Minho*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Menezes, Lená Medeiros de (1997), «Bastidores: um outro olhar sobre a imigração no Rio de Janeiro», *Acervo. Revista do Arquivo Nacional* 10 (2), pp.3-16.
- Mesquita, Maria Hermínia Morais (2004), *As gentes de Angra no século XVII*, dissertação de doutoramento, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Mestre, Josep Bernabeu (1992), «Expresiones diagnósticas y causas de muerte, algunas reflexiones sobre su utilización en el análisis demográfico de la mortalidade», *Revista de Demografía Histórica*, vol.11, nº 3, pp. 11-22.
- _____, (1995), *Enfermedad y población. Introducción a los problemas y métodos de la epidemiología histórica*, Valência, Seminari d'Estudis sobre la Ciència.
- Mikelarena, Fernando e Valverde, Lola (1996), «Ilegitimidad y exposicion en Navarra (XVI-XX)», Pérez Moreda, Vicente, (coord.), *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica do século XVI ao presente*, Actas do III Congresso da ADEH, Porto, Edições Afrontamento.
- Miranda (1993), Fernando António da Silva, *Estudo demográfico de Alvito S. Pedro e anexa, 1567-1989*, Barcelos, Junta de Freguesia de Alvito S. Pedro.
- Moles, Abraham A. (1990), *Les sciences de l'imprécis*, Paris, Seuil.
- Mónica, Maria Filomena (coord.) (2006), *Dicionário biográfico parlamentar (1834-1910)*, Vol. III, Lisboa, Assembleia da República.
- Monteiro, Miguel (1998), «Mobilidade geográfica e desigualdade social. Brasil destino de distinção», *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica* XVI (1), pp. 97-136.
- _____, (2000), *Migrantes, emigrantes e brasileiros (1834-1926)*, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e Câmara Municipal de Fafe.
- Morais, J.A. David (2008), «Tifo epidémico em Portugal: um contributo para o seu conhecimento histórico e epidemiológico», *História da Medicina*, Revista da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna, Vol.15 | Nº3|Jul/Set 2008, pp. 214-230 http://www.spmi.pt/revista/vol15/vol15_n3_2008_214_230.pdf.

- Moraes, Maria Adelaide Pereira de (2001), *Velhas casas de Guimarães*, Porto, CEGHHF, Universidade Moderna.
- Moreira, Maria João Guardado (2009), «O século XVIII», Rodrigues, Teresa Ferreira (coord.), *História da população portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento e CEPESE, pp. 247-287.
- Museu Bernardino Machado (edi.) (2002), *Cartas de Vicente José da Cruz Trovisqueira enviadas do Rio de Janeiro, entre 1863 e 1869*, Vila Nova de Famalicão.
- Nadal, Jordi (1988), *La población española (siglos XVI a XX)*, Barcelona, Ariel.
- Nascimento, Alcileide Cabral (2008), *A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)*, S. Paulo, Anna Blume Editora.
- Nazareth, J. Manuel (1983), «A nupcialidade da população portuguesa na segunda metade do século XIX», *Estudos de História de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, pp.393-409.
- _____, (1988), *Princípios e métodos de análise em demografia portuguesa* Lisboa, Editorial Presença.
- _____, (2004), *Demografia - a ciência da população*, Lisboa, Editorial Presença.
- Neves, António Amaro das (2001), *Filhos das ervas - A ilegitimidade no Norte de Guimarães séculos XVI-XVIII*, Guimarães, NEPS/ICS - Universidade do Minho.
- Neves Barreto (1891), «Uma indecência», *A alvorada, revista mensal litteraria e scientifica*, anno III, N.º1, Março, p. 7.
- Nunes, João Arriscado (1991), «O declínio da fecundidade em Portugal – um balanço crítico da investigação recente», Livi-Bacci, Maximo (coord.), *Modelos regionales de la transición demográfica en España e Portugal*, Actas del II Congreso de la Asociación de Demografía Histórica, vol. 2, Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, pp. 13-48.
- Nunes, Teresa Maria e Sousa (2011), *O ideário republicano de Ezequiel de Campos : (1900-1919)*, tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Oliveira, António de (1995), «Migrações internas e de média distância em Portugal de 1500 a 1900», *Arquipélago. História*, 2.ª série, vol. I, n.º 1, Universidade dos Açores, pp. 259-307.
- Oliveira, Aurélio (1979), *A Abadia de Tibães e o seu domínio (1630/1680-1813), Propriedade, exploração e produção agrícolas no vale do Cávado durante o*

- Antigo Regime*, dissertação de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada.
- _____, (2009), «O Entre Douro e Minho na época moderna. 1500-1820. Parâmetros de uma construção», Pereira, Paulo (coord.) *Minho, traços de identidade*, Braga, Universidade do Minho, pp. 372-404.
- Oliveira, César (dir.) (1996), *História dos municípios e do poder local. Dos finais da Idade Média à União Europeia*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Oliveira, Lúcia Ferreira (2003), *S. Miguel de Oliveira de Azeméis (1618-1860), nupcialidade e fecundidade*, dissertação de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, policopiada.
- Oliveira Marques, A. H. (1976-1977) (Compilação, prefácio e notas), *Obras de Afonso Costa. Discursos parlamentares, I:1900-1910*, Amadora, Livraria Bertrand.
- O'Neill, Brian Juan (1984), *Proprietários, lavradores e jornaleiros, desigualdade social numa aldeia transmontana, 1878-1978*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Paiva, Odete (2000), «As Visitas pastorais: uma fonte para o estudo da família e da sociedade do Antigo Regime», *Boletim Informativo do Núcleo de Estudos de População e Sociedade*, nº 13, Guimarães, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, pp.7-8.
- _____, (2001), *S. Martinho de Avidos, comunidade rural do vale do Ave, demografia e sociedade*, Vila Nova de Famalicão, NEPS/Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- _____, (2003), «Teias que a emigração tece: os "brasileiros" no século XIX, uma análise micro analítica», Trindade, Maria Beatriz Rocha e Campos, Maria Christina Siqueira de Souza (org.), *Olhares lusos e brasileiros*, São Paulo, Usina do Livro, pp. 47-66.
- _____, (2005), «Famílias monoparentais e abandono de crianças em Vila Nova de Famalicão no século XVIII-XIX», Capela, José Viriato et al. (coord.), *História de Vila Nova de Famalicão*, Famalicão, Quasi Edições, pp.215-235.
- _____, (2006a), «Lino José de Sousa Ferreira - Um presidente de Câmara empreendedor», *Boletim cultural de Vila Nova de Famalicão*, III série, nº2, pp. 96-104.
- _____, (2006b), «No útero se joga o destino: filhos naturais e enjeitados», *Homens e mulheres: um caminho comum*, Porto, Associação Portuguesa de Investigação Histórica sobre as Mulheres, APIHM, pp. 107-121.

- _____, (2007/2008), «O poeta Júlio Brandão e a Casa de Pereiras - teias de um nascimento», *Boletim cultural de Vila Nova de Famalicão*, n.º 3/4 III Série, pp. 131-137.
- _____, (2009a), «Dinâmicas populacionais no Baixo Minho (1750-1850)», separata do IV Congresso Histórico de Guimarães, *Do absolutismo ao liberalismo*, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães, pp. 477-493.
- Paiva, Odete e Fernandes, Adília (2009b), «Emigração dos minhotos para o Brasil (1850-1910) - os bem sucedidos e os outros», Sousa Fernando, Martins Isménia e Matos, Izilda (org.), *Nas duas margens. Os portugueses no Brasil*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 411-423.
- Paiva, Odete, (2009c), «Os genes famalicenses no Brasil de Setecentos: os contratadores de diamantes», *Boletim cultural de Vila Nova de Famalicão*, V, II Série, pp.15-26.
- _____, (2011), «Fases da emigração portuguesa para o Brasil (Oitocentos e Novecentos)», *Revista CEPIHS*, Coimbra, Palimage Editores, pp. 177-212.
- Pascal, Maria Aparecida Macedo (2005), *Portugueses em S. Paulo, a face feminina da imigração*, S. Paulo, Expressão & Arte Editora.
- Pereira, Domingos Joaquim (1867), *Memória histórica da vila de Barcelos, Barcelinhos e Vila Nova de Famalicão*, Vianna, Typ. de André J. Pereira & Filho.
- Peixoto, João (1999), «A emigração», Bethencourt, Francisco, e Chaudhuri, Kirti (org.), *História da expansão portuguesa*, Vol. 5º, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 152-181.
- _____, (2004), «Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal», *Análise social*, XLII (183), pp. 445-469.
- Pereira, Gaspar Martins (1988), «A população de Cedofeita em meados do século XIX», *História*, Série 2, Vol.5, Porto, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 253-298.
- Pereira, Gaspar Martins; Correia, Luís Grosso (1996), «Casamento e condição social no Porto oitocentista», *História*, Série II, vol. 13, Porto, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 473-488.
- Pereira, Maria da Conceição Meireles (2008), «Legislação sobre emigração para o Brasil na Monarquia Constitucional», Matos, Maria Izilda; Sousa, Fernando e Hecker, Alexandre (orgs.), *Deslocamentos e História. Os Portugueses*, Bauru-SP, EDUSC, pp. 35-47.

- Pereira, Maria da Conceição Meireles e Santos, Paula Marques (2009) «Legislação sobre a emigração para o Brasil na I República», Sousa, Fernando; Martins; Isménia; Matos e Izilda (coord.), *Entre duas margens. Os portugueses no Brasil*, Porto, Edições Afrontamento e CEPES, pp. 307-327.
- Pereira, Miriam Halpern (1981), *A Política portuguesa de emigração, 1850-1930*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- Pereira, Miriam Halpern Pereira (1990), «Algumas observações complementares sobre a política de emigração portuguesa», *Análise social*, XXV (108-109), pp. 735-739.
- Halpern Pereira et al. (ed.) (1993), *Emigração/imigração em Portugal*, Lisboa, Fragmentos, pp. 78-97.
- _____, (1993), «Liberdade e contenção na emigração portuguesa (1850-1930)», *Emigração e imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre emigração e imigração em Portugal. Século XIX e XX*.
- Pereira, Miriam Halpern (2001), *Diversidades e assimetrias regionais. Portugal nos sécs XIX e XX*, Lisboa, ICS.
- _____, (2002), *Política portuguesa de emigração (1850-1930)*, Lisboa, Instituto Camões.
- _____, (2007), «A emigração portuguesa para o Brasil e a geo-estratégia do desenvolvimento euro-americano», *População e sociedade* (14), pp. 41-50.
- Pérez Garcia, José Manuel (1979), *Un modelo de sociedad rural de Antiguo Régimen en la Galicia costera: la península del Salnés (jurisdicción de La Lanzada)*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, Departamento de Historia Moderna.
- Peréz Moreda, Vicente (1980), *Las crisis de mortalidade en la España interior. Siglos XVI-XIX*, Madrid, Siglo Veintiuno de España.
- _____, (1986), «Matrimonio y familia. Algunas consideraciones sobre el modelo matrimonial español en la Edad Moderna», *Boletín de la ADEH*, Año IV, 1, pp. 3-51.
- _____, (1996), (coord.), *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica do século XVI ao presente*, Actas do III Congresso da ADEH, Porto, Edições Afrontamento.
- _____, (1999), «El análisis de la nupcialidad y del matrimonio desde una perspectiva interdisciplinar», Robert Rowland e Àngels Torrents Rosés (coord.), *Matrimonio y nupcialidade: perspectivas interdisciplinaries*, Logroño, *Congreso Internacional de la Población, V Congreso de la ADEH*, pp.23-38.

- Perrenoud, Alfred (1989), «Atténuation des crises et decline de la mortalité», *Annales de démographie historique*, Paris, Societé de Démographie Historique, pp. 13-29.
- Piloto, Maria Adelina de Azevedo (1996), *Os expostos da roda de Vila do Conde (1835-1854)*, dissertação de mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Piloto, Maria Adelina Azevedo, e António Monteiro dos Santos (2007), «A emigração de Vila do Conde para o Brasil (1865-1875)», *População e sociedade* (15), pp. 85-98.
- Piloto, Maria Adelina de Azevedo (2010), *O concelho de Vila do Conde e o Brasil – emigração e retorno (1865-1913)*, tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Pina-Cabral, João de, Feijó, Rui e Martins, Hermínio (org.) (1985), *A morte no Portugal contemporâneo: aproximações sociológicas, literárias e históricas*, Lisboa, Quercus.
- Pinheiro, Nuno (2009), «Maria... e se eu voltar rico?», Serrão, José Vicente, Pinheiro, Magda de Avelar e Ferreira, Maria de Fátima Sá e Melo (org.), *Desenvolvimento económico e mudança social. Portugal nos últimos dois séculos. Homenagem a Míriam Halpern Pereira*, Lisboa, ICS – Imprensa de Ciências Sociais, pp. 435-448.
- Pinto, Maria de Fátima, «Relações luso-brasileiras nos anos 20. O “equivoco” nativista», *História*, n.º 164, Maio de 1993.
- Pinto, Maria Luís Rocha (1993), *Crises de mortalidade e dinâmica populacional nos séculos XVIII e XIX na região de Castelo Branco*, tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.
- Pollard, Alfred H., Yusuf, F. e Pollard, G. N. (1981), *Demographic techniques*, Sydney, Pergamon Press.
- Portugal, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (2000), *Os brasileiros de torna-viagem*, Lisboa.
- Poulain, Michel e Tabutin, Dominique, (1980) «La mortalité aux jeunes ages en Europe e en Amérique du nord du XIX siècle à nos jours», *La mortalité des enfants dans le monde e dans l'histoire*, Liège, Ordina, Ed. Pierre Marc Boulanger e Dominique Tabutin.
- Pressat, Roland (1985), *Introducción à la Demografía*, Barcelona, Editorial Ariel.

- Prioux, F. (1976), «Mouvement saisonnier des naissances: influence du range e de la légitimité dans quelques pays d' Europe Occidentale», *Population* n° 3, Paris, INED, pp. 587-610.
- Reginaldo, Lucilene (2009), «'África em Portugal': devoções, irmandades e escravidão no reino de Portugal, século XVIII», *História*, S. Paulo, vol. 28 n.º1 pp. 289-319, <http://www.scielo.br/pdf/his/v28n1/11.pdf>.
- Rego, Maria Aurora Botão Pereira (2004), «De Gontíães a Vila Praia de Âncora, ruralidade versus urbanidade», *Actas das I.ªs Jornadas de História, ambiente e urbanismo de Vila Praia de Âncora*, Vila Praia de Âncora, Junta de freguesia de Vila Praia de Âncora, pp. 151-172.
- Rego, Maria Aurora Botão Pereira (2012), *De Santa Marinha de Gontíães a Vila Praia de Âncora (1624-1924). Demografia, Sociedade e Família*, tese de doutoramento, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- Reher, David Seven (1988), *Família, población y sociedad en la provincia de Cuenca. 1700-1970*, Madrid, Siglo Veintiuno Editora.
- _____, (1996), *La familia en España. Passado e presente*, Madrid, Alianza Editorial.
- _____, (2000), «La investigación en Demografía Historica: passado, presente y futuro», *Boletín de la Asociación de Demografía Historica*, XVIII-II, pp. 15-78.
- _____, (2011), «Prefácio», Santos Carlota (coord.), *Família, espaço e património*, Porto, CITCEM, pp. 13-21.
- Reis, Jaime (1993), *O atraso económico português 1850-1913*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Ribeiro, Gladys Sabina (1997), «Inimigos mascarados com o título de cidadãos. A vigilância e o controle sobre os portugueses no Rio de Janeiro no primeiro reinado», *Acervo. Revista do Arquivo Nacional* 10 (2), pp. 71-96.
- Ribeiro, Maria Armanda Pereira Nunes Gaiteiro (2002), *Trabalho e quotidiano numa vila do litoral – Vila do Conde no século XVIII*, dissertação de mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada.
- Ribeiro, Orlando (1966), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa.
- Rocha, Gilberta (1991), *Dinâmica populacional dos Açores no século XX – unidade, permanência, diversidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- Rocha, Gilberta Pavão Nunes (2001), «Migrações, emigrações, retornos», Arruda, José Jobson e Fonseca, Luís Adão (orgs.), *Brasil-Portugal. História, agenda para o novo milénio*, São Paulo, EDUSC.

- Rocha, Lênio Luís, *Genealogia brasileira estado de S. Paulo- os títulos perdidos, Oliveiras Gagos*, http://www.genealogiabrasileira.com/titulos_perdidos/cantagalo_ptoligagos.htm.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1986a), *A emigração*, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários.
- _____, (1986b), «Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil», *Análise social*, vol. 22, 1. º, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 139-156.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz, e Domingos Caeiro (2000), *Portugal-Brasil. Migrações e migrantes, 1850-1930*, Lisboa, Inapa.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz e Neide Almeida Fiori (2009), «Migrações entre Portugal e Brasil: reciprocidade de preferências 1908-1945», *Migrações* (5), pp. 203-219.
- Rodrigues, Henrique Fernandes (1991), *A emigração do Alto-Minho e a miragem do Brasil, 1835-60*, dissertação de mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada.
- _____, (1994), «Emigração e dinâmicas familiares: aspectos sócio profissionais e indicadores de alfabetização», Murcia, *Actas do Congresso sobre história da família: una nueva perspectiva sobre la sociedad europea*, 14,15,16 de dezembro.
- _____, (1995) *Emigração e alfabetização. O Alto Minho e a miragem do Brasil*, Viana do Castelo, Governo Civil de Viana do Castelo.
- _____, (2004), *Alto Minho no século XIX, contextos migratórios, sócio-culturais e familiares*, dissertação de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiada.
- Rodríguez, Iglesias, Juan José (1985) *Sanlúcar de Barrameda en el siglo XVIII. Aspectos económicos, sociales e institucionales*, Ayuntamiento de Sanlúcar de Barrameda.
- Rodrigues, Teresa Maria Ferreira (1987), *As crises de mortalidade em Lisboa: séculos XVI e XVII*, tese de mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada.
- _____, (1990), *Crises de mortalidade em Lisboa: séculos XVI e XVII*, Lisboa, Livros Horizonte.

- _____, (1990-91), «Uma medida entrópica para a perda de estabilidade de uma sociedade devida à peste», *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, tom. XXXI, Lisboa, pp.73-83.
- _____, (1993a), «A dinâmica populacional da cidade do Porto em finais do século XIX», Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Separata da Revista de *História* do Centro de História da Universidade do Porto, II série, Vol. X, pp. 301-316.
- Rodrigues, T. e O. Ferreira (1993b), «As cidades de Lisboa e Porto na viragem do século XIX: características da sua evolução demográfica (1864-1930)», Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Separata da Revista de *História* do Centro de História da Universidade do Porto, Vol. XII, pp.297-324.
- Rodrigues, Teresa Maria Ferreira (1993c), *Lisboa no século XIX, dinâmica populacional e crises de mortalidade*, tese de doutoramento, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, policopiada.
- _____, (1995a), «As crises de mortalidade em Lisboa (séculos XVI a XIX) – uma análise global», *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XIII-2, pp. 47-74.
- _____, (1995b), *Viver e morrer na Lisboa oitocentista (migrações, mortalidade e desenvolvimento)*, Lisboa, Edições Cosmos.
- _____, (2001), «As grandes linhas de evolução da população portuguesa no último século», *Seminário Censos 2001*, Lisboa, INE, pp. 26-35.
- _____, (coord.) (2009), *História da população portuguesa*, Porto, Edições Afrontamento e CEPESE.
- Roel, Antonio Eiras (1991), «Introducción: consideraciones sobre la emigración española a America y su contexto demográfico», *Emigración española e portuguesa a America, Actas do II Congreso de la Asociación de Demografía Histórica*, Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, pp. 9-32.
- _____, (1996), «La migration dans les systèmes d'autorégulation: mobilité, migration, régulation démographiques dans l'Espagne modern», Alain Bideau (dir.), *Les Systèmes démographiques du passé*, Paris, Centre Jacques Cartier.
- Rollet, Catherine (1978), «Allaitement, mise en nourrice et mortalité infantile en France a la fin du XIXe siècle», *Population* n° 6, Paris, INED, pp. 1189-1202.
- Rollo, Maria Fernanda (2008), «Pneumónica, ou a gripe espanhola», *Revista Ingenium* N.º 105 - maio/junho, <http://www.ordemengenheiros.pt/pt/centro-de->

informacao/dossiers/historias-da-engenharia/1918-pneumonica-ou-a-gripe-espanhola/.

- Rowland, Robert (1981), «Âncora e montaria, 1827: duas freguesias do noroeste segundo os livros de registo das Companhias de Ordenanças», Porto, *Estudos Contemporâneos*, nº 2/3 (1981), pp.199-242.
- _____, (1984), «Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal», *Ler História*, 3, pp.13-32.
- _____, (1987), «Nupcialidade, família, Mediterrâneo», *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, ano V, n.º 2, pp. 128-143.
- _____, (1988), «Sistemas matrimoniales en la Península Ibérica (siglos XVI-XIX). Una perspectiva regional», Perez Moreda, V. e Reher D.S. (eds.), *Demografía histórica en España*, Madrid, Ediciones el Arquero, pp.72-137.
- _____, (1989) «Sistemas matrimoniais na Península Ibérica: uma perspectiva regional», *Estudios económicos*, V. 19, nº 3, S. Paulo, pp. 497- 553.
- _____, (1992), «La migración a grandes distancias y sus contextos: Portugal y Brasil», *Estudios migratorios latino americanos*(21), pp. 225-269.
- _____, (1995), «Microanálise e regiões demográficas», David Reher (coord.), *Reconstituição de famílias e outros métodos micro analíticos para a história das populações*, *Actas do III Congresso da ADEH*, Porto, Afrontamento, Vol. I, pp. 23-34.
- _____, (1997), *População. Família, sociedade. Portugal, séculos XIX-XX*, Oeiras, Celta.
- _____, (1998), *Velhos e novos brasis, história da expansão portuguesa*, Bethencourt, F. e Chaudhuri, K. (dir.), Lisboa, Círculo de Leitores.
- Rowland, Robert e Torrents Rosés, Àngels (coord.) (1999), «Matrimonio y nupcialidade: perspectivas interdisciplinares», Logroño, *Congreso Internacional de la Población, V Congreso de la ADEH*.
- Sá, Isabel dos Guimarães e Cortes, Nuno Osório (1992), «A assistência à infância no Porto do século XIX: expostos e lactados», Braga, *Cadernos do noroeste*, Vol. 5, nºs 1-2, pp. 179-190.
- Sá, Isabel dos Guimarães (1995), *A circulação de crianças na Europa do Sul: o caso dos expostos do Porto no século XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

- _____, (1996), «Abandono de crianças, ilegitimidade e concepções pré-nupciais em Portugal: estudos recentes e perspectivas», Pérez Moreda, Vicente (coord.) *Expostos e ilegítimos na realidade ibérica do século XVI ao presente, Actas do III Congresso da ADEH*, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, pp. 37-58.
- Sá, Vítor de (1983), «Projectos de reforma agrária na I República», *Análise social*, vol. XIX (77-78-79), 3.º, 4.º 5.º, pp. 591-610.
- Salgado, Padre Benjamim (1967), *Vila Nova entre dois forais: achegas para uma monografia de Vila Nova de Famalicão*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Salmon, Pierre (1970), *História e crítica*, Coimbra, Almedina.
- Sanches, Benito Cachinero (1981), «El modelo europeo de matrimonio, evolucion, determinantes y consecuencias», Separata de la *Revista española de investigaciones sociológicas*, nº 15, Julio – Septiembre.
- Sanches-Montes González, Francisco (1989), *La población granadina del siglo XVII*, Granada, Universidade de Granada/Ayuntamiento de Granada.
- Santos, Carlota Maria dos (1999), *Santiago de Romarigães, comunidade rural do Alto Minho: sociedade e demografia (1640-1872)*, Guimarães - Paredes de Coura, Câmara Municipal, NEPS/Universidade do Minho.
- _____, (2004), «Endogamia e consanguinidade no concelho da Madalena – ilha do Pico (séculos XVIII e XIX)», *Actas do III Colóquio - o Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, pp. 207-226.
- Santos, Carlota e Abade, António (2007a), «Apelidos e identidade. A população da ilha do Pico no contexto açoriano», *Actas do IV Colóquio O Faial e a Periferia açoriana nos séculos XV a XX*, Horta, Núcleo Cultural da Horta, pp. 609-626.
- Santos, Carlota (2007b), «Incidência da mortalidade no concelho da Madalena (ilha do Pico-Açores) entre 1670 e 1970», *Noroeste. Revista de História*, Vol. II, Braga, Congresso Internacional de História Territórios, culturas e poderes, Actas, Núcleo de Estudos Históricos, Universidade do Minho, pp. 559-583.
- _____, (2007c), «Nupcialidade e fecundidade na região da Madalena (ilha do Pico): um estudo de demografia diferencial», *Antropológicas*, Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 409-435.
- _____, (2008), *Biodemografia do concelho da Madalena: estrutura demográfica e genética de uma população açoriana da ilha do Pico*, Madalena, município da Madalena do Pico.

- Santos, Carlota e Mesquita, Maria Hermínia (2011), «Proprietários da Madalena e Criação Velha (ilha do Pico) em finais do século XIX. Família e património (estudo de casos)», *Família, espaço e património*, Porto, CITCEM.
- Santos, Graça Maria de Abreu Brás dos (2001), *A assistência da Santa Casa da Misericórdia de Tomar: os expostos, 1799-1923*, dissertação de mestrado, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiada.
- Santos, Luiz Cláudio Machado dos (1993), *A emigração portuguesa e a formação da comunidade lusa no Brasil (1850-1930)*, dissertação de mestrado, Brasília, Departamento de História, Universidade de Brasília, policopiada.
- Santos, Rosane V. A. (1993), *A emigração portuguesa no contexto da economia cafeeira 1870-1890*, dissertação de mestrado, Curitiba, Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, policopiada.
- Saraceno, Chiara (2007), *Sociologia da família*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Saraiva, Manuel da Costa (1998), *Igreja e comunidade: o caso de Belinho entre os séculos XVII e início do XX*, tese de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, policopiada.
- Sauvy, Albert (s/d), *A população*, Lisboa, Edições Livros do Brasil.
- Schofield, R. et al. (eds.) (1991), *The decline of mortality in Europe*, Oxford, Clarendon Press.
- Schofield, R. e Reher, D. (1994), «El descenso de la mortalidad en Europa», *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, XII-I, pp. 9-32.
- Scott, Ana Silvia Volpi (1987), *Dinâmica familiar da elite paulista (1765-1836)*, dissertação de mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo, policopiada.
- _____, (1999a), *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*, Guimarães, NEPS/Instituto de Ciências Sociais-Universidade do Minho.
- _____, (1999b), «Une histoire d'adieux: L'emigration portugaise vers le Brésil (1822-1914)», *Migrance*, 15, pp. 32-43.
- _____, (2000a), «Uma história de despedidas. A emigração portuguesa para o Brasil (1822-1914)», *Revista de Ciências humanas*, 1 (27), pp. 29-56.
- _____, (2000b), «Verso e reverso da imigração portuguesa: o caso de São Paulo entre as décadas de 1820 e 1930», *Oceanos*, 44, pp. 126-142.

- _____, (2001), «Desvios morais nas duas margens do Atlântico: o concubinato no Minho e em Minas Gerais nos anos Setecentos», *População e sociedade*, 7, pp. 129-158.
- _____, (2002), «Alternativas regionais e locais à emigração para o Brasil no final do século XIX: o exemplo do concelho de Guimarães», *Revista brasileira de estudos da população*, 19, pp. 95-111.
- Sequeira, José de Magalhães (1918), *Higiene e profilaxia do tifo exantemático*, Porto, Tipografia Mendonça.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1970), *A população de Portugal em 1798. O censo de Pina Manique*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, pp. 20-23.
- _____, (1982), *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Editorial Verbo.
- _____, (1997), *Vila Nova de Famalicão*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Serrão, Joel (1970), «Conspecto histórico da emigração portuguesa», *Análise social*, vol.8, n.º 32, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 597-617.
- _____, (1976), *Testemunhos sobre a emigração portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- _____, (1977), *A emigração portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- _____, (dir.) (1981), *Dicionário de história de Portugal*, 6 vols., Porto, Liv. Figueirinhas.
- _____, (1982), *A emigração portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte.
- _____, (1985), «Notas sobre a emigração e mudança social no Portugal contemporâneo», *Análise social*, XXI (87-88-89), pp. 995-1004.
- Sevcenko, Nicolau (1999), *Orfeu estático na metrópole S. Paulo nos frementes anos 20*, S. Paulo, Edição Companhia das Letras.
- Shils, Edwards (1992), *Centro e periferia*, Lisboa, Difel.
- Silva, António Joaquim Pinto (1990), *Imagens de Famalicão antigo*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Silva, Brasilina Assunção Pereira da (2007), «Carta de chamada: a emigração para o Brasil no concelho de Sernancelhe (1900-1920)», *População e sociedade* (15), pp. 19-24.
- Silva, Fernando Emygdio da Silva (1917), *Emigração portuguesa*, Coimbra, França & Arménio.

- Silva, Jorge Manuel Bastos da (1999), «O 2º inquérito à emigração (Sociedade de Geografia de Lisboa, 1909-1915)», *População e sociedade* (5), pp. 325-333.
- Silva, Maria Beatriz Nizza (1984), «Uma lacuna na historiografia luso-brasileira: a imigração portuguesa no Brasil», Paper read at *III Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, São Paulo.
- _____, (1992), *Documentos para a história da emigração portuguesa no Brasil (1850-1938)*, Rio de Janeiro, Nórdica.
- _____, (1995), «História da família: tendências e metodologias», *Ler História*, n.º 29, pp. 19-24.
- Silva, Maria Madalena da (2003), *Santa Maria de Pombeiro de Riba-Vizela (1601-1910): estudo demográfico*, dissertação de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, policopiada.
- Silva, Maria Manuela Teixeira Ferreira da (1997), *Comportamentos demográficos de uma paróquia do concelho de Braga. Santa Maria de Aveleda, 1580-1993*, dissertação de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, policopiada.
- Silveira, Luís Nuno Espinha da (2001), *Recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1849*, 3 vols., Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.
- Simões, Nuno (1934), *O Brasil e a emigração portuguesa*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Siqueira, Luciana Fernandes de (2011), *Edição semidiplomática de cartas de chamada de imigrantes portugueses (1911-1920)*, tese de mestrado, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, policopiada.
- Soares, António Franquelim Sampaio Neiva (1972), *A arquidiocese de Braga no século XVII. Sociedade e mentalidades pelas visitas pastorais (1550-1700)*, 2 vols., tese de doutoramento, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, policopiada.
- Soares, Odete (1995), *Unhão: paróquia e concelho. Uma análise da sua população (1625-1910)*, dissertação de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, policopiada.
- Sousa, Fernando (1995), «A população portuguesa em finais do século XVIII», CEPFAM, Centro de Estudos da População e Família, Sep. da Revista *População e sociedade*, n.º 1, 1995, p. 41-55.

- _____, (2008), «A emigração do Norte de Portugal para o Brasil: uma primeira abordagem», Maria Izilda Matos, Fernando de Sousa, e Alexandre Hecker (orgs.), *Deslocamentos e histórias. Os portugueses*, Bauru-SP, EDUSC, pp. 27-34.
- _____, (2009), *A emigração portuguesa para o Brasil e as origens da Agência Abreu (1840)*, Porto, Fronteira do Caos Editores.
- Sousa, Fernando et al. (2011), *Um passaporte para a terra prometida*, Porto, Fronteira da Caos Editores e CEPESSE.
- Tapinos, Georges (1976), *Éléments de démographie. Analyse, déterminants socio-économiques et histoire des population*, Paris, Armand Colin.
- _____, (1985), *Éléments de démographie*, Paris, Armand Colin.
- Tavares, Virgílio António Barbosa (1995), *Crises de mortalidade no concelho de Torre de Moncorvo 1700-1850*, tese de mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Telles, Bazílio (1899), *O problema agrícola. Crédito e imposto*, Porto, Livraria Chardron.
- _____, (1901), *Estudos históricos e económicos*, Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão.
- _____, (1901), *Introdução ao problema do trabalho nacional*, Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão.
- _____, (1904), *Carestia de vida nos campos. Cartas a um lavrador*, Porto, Livraria Chardron de Lello & Irmão.
- Torres, Adelino (1995), *Demografia e desenvolvimento trajectos portugueses*, Lisboa, Gradiva.
- Valquin, Eric (1978), «La mortalité selon le mois de naissance. Le cas de la Belgique au XIXe siècle», *Population* n° 6, Paris, INED, pp. 1137-1153.
- Vasconcelos, José Smith de e Vasconcelos, Rodolfo Smith de, *Archivo nobiliarchico brasileiro*, [http://pt.wikisource.org/wiki/Archivo_nobiliarchico_brasileiro/Aramar%C3%A9_\(Bar%C3%A3o_e_Visconde_com_grandeza_de\)](http://pt.wikisource.org/wiki/Archivo_nobiliarchico_brasileiro/Aramar%C3%A9_(Bar%C3%A3o_e_Visconde_com_grandeza_de)).
- Veiga, Teresa Rodrigues (2004), *A população portuguesa no século XIX. Economia e sociedade*, Porto, Edições Afrontamento e CEPESSE.
- Veiga, Teresa e Moreira, Maria João Guardado (2005), «Modelos de mortalidade em Portugal», *Ler História*, n°49, Lisboa, pp. 145-169.

- Ventura, Maria Manuela Soares (2000), *S. Tiago de Mouquim, comportamentos demográficos de uma paróquia rural famalicense 1609-1878*, dissertação de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, policopiada.
- Vieira, José Augusto (1886), *O Minho pitoresco*, Lisboa, Livraria de António Maria Pereira.
- Vovelle, Michel (1983), *La morte et l'occident de 1300 à nos jours*, Paris, Gallimard et Pantheon Books.
- _____, (1985), *Ideologias y mentalidades*, Barcelona, Ariel Editores.
- Wallerstein, Immanuel (1990), *O Sistema mundial moderno*, vol. I, Porto, Edições Afrontamento.
- Wrigley, Edward Antony (1982), «The prospects for population history», Rabb, Theodore e Rotberg, Robert (org.), *The new history*, Princeton, Princeton University Press, pp. 207-226.
- _____, (1985), *Historia y población. Introducción a la demografía histórica*, Barcelona, Editorial Crítica.
- _____, (1992), *Gentes, ciudades y riqueza - la transformación de la sociedad tradicional*, Barcelona, Editorial Crítica.
- Zuquete, Afonso Eduardo Martins (1989), *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa, Editorial Enciclopédia.

Sitografia:

- Camilo Castelo Branco, *Maria Moisés*, <http://www.livros-digitais.com/camilo-castelo-branco/maria-moises/45>.
- Catão Bonifácio Simões, http://www.myheritage.com.br/person-1023577_83475623_83475623/catao-bonifacio-simo-es-lobes?show=events.
- D. João Inácio Francisco de Paula de Noronha, 2º Conde de Paraty, www.cbg.org.br/novo/wp-content/.../07/diplomatas-portugueses-II.pdf.
- Empresa bancária Brandão e C^a, <http://pesquisa.adporto.pt/details?id=414525>.
- Francisco da Costa Faria, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=54471.
- Joana da Cruz Almeida Lacé, http://www.geneall.net/P/per_page.php?id=45990.

Lênio Luís Rocha, *Genealogia Brasileira Estado de S. Paulo - os títulos perdidos, Oliveiras Gagos*, http://www.genealogiabrasileira.com/titulos_perdidos/cantagalo_ptoligagos.htm.

Manuel Lopes da Costa Pinto, visconde de Aramaré, www.sfreinobreza.com/nobA2.htm.

Sebastião de Sá, capitão mor do Ceará, <http://literaturareal.blogspot.pt/2011/10/sebastiao-de-sa-o-capitao-mor-do-ceara.html>.